

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA**

**VOLUME I – CONCEITO E TEMAS DA CIÊNCIA POLÍTICA**

## SUMÁRIO

### **TEXTO I – A CIÊNCIA POLÍTICA E OS OUTROS TIPOS DE SABER**

- Ciência política e filosofia política
- A evolução do entendimento da política
- As origens da ciência política norte-americana e seu direcionamento posterior
- Exemplos recentes de enunciados científicos e filosóficos na esfera política
- Os grandes temas da ciência política

### **TEXTO II – PROCEDIMENTOS DA CIÊNCIA E A ATITUDE CIENTÍFICA**

- A novidade representada pela ciência natural moderna
- Os percalços da aplicação do novo método à vida social
- A solução ensejada por Max Weber

### **TEXTO III – CONCEITUAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA**

### **TEXTO IV – AS PRINCIPAIS CORRENTES POLÍTICAS**

- Indicações de caráter histórico
- Os grandes ciclos do liberalismo
- Socialismo e social democracia
- O corporativismo europeu
- A aproximação da democracia cristã europeia ao liberalismo
- A proposta comunista

## TEXTO I – A CIÊNCIA POLÍTICA E OS OUTROS TIPOS DE SABER

### - Ciência política e filosofia política

A ciência é um tipo de saber que estabelece objetividade de validade universal. *Objetividade* significa que as pessoas referem-se do mesmo modo a aspectos da realidade ou fenômenos de outra índole. Isto naturalmente não quer dizer que toda espécie de conhecimento tornar-se-ia científico se dispusesse de uma linguagem bem elaborada, posto que as pessoas somente podem entender-se sobre esse ou aquele tema se o sentido das palavras não for impreciso e ambíguo. Pode-se mesmo dizer que os tipos de conhecimento são irreduzíveis uns aos outros.

Além do conhecimento científico existe aquele ligado à vida comum. Embora alguns autores denominem-no de **conhecimento vulgar**, a expressão não tem conotação pejorativa. Trata-se de que não precisa obrigatoriamente ser rigoroso. Mas é vital à sobrevivência das pessoas. O conhecimento das cidades é essencial para os que nelas vivem. Pela complexidade da vida moderna, a venda de informações relacionadas à existência cotidiana tornou-se atividade relevante.

Em contrapartida, o conhecimento científico precisa ser rigorosamente sistematizado. Para diferenciá-lo de outras espécies de crenças, diz-se que se acha sujeito à refutação.

Segue-se o conhecimento filosófico. Obedece também ao princípio do rigor conceitual. Entretanto, dizendo respeito a esferas do real onde não pode ser estabelecida objetividade de validade universal, pressupõe, de forma inelutável o pluralismo.

O conceito de *ciência política* é de origem recente. Aparece no título da obra de Gaetano Mosca (1858-1941) – *Elementi de scienza política* (1896). A meditação precedente acerca da política era geralmente classificada como *filosofia política*.

Em boa parte do século XX, sobretudo no mundo anglo-saxão, mas também em outros países, alguns autores nutriram a convicção de que a filosofia perderia a sua singularidade, podendo tornar-se um simples ramo do conhecimento científico. As correntes que nutriam tal convicção denominavam-se *neopositivismo ou filosofia analítica*. Tal fato repercutiu no entendimento da ciência política, que se imaginou tornar-se-ia tão rigorosa quanto qualquer das ciências naturais. Nas últimas décadas daquela centúria, entretanto, a começar do próprio mundo anglo-saxão, autores renomados acabaram por derrotar aquela intenção tipicamente “imperialista”. Desde então – naturalmente com as exceções de praxe –, as esferas da vida política em que possa ser introduzida, com sucesso, a medida, seriam da competência da “ciência política”. Ali onde se torna presente o valor – que não pode ser medido –, a investigação corresponderia ao que tradicionalmente chamou-se de “filosofia política”. Na verdade, contudo, o que desapareceu de fato foi a pretensão de que o estudo da política deveria revestir-se de uma única característica, sem embargo de que a denominação de ciência política pode ser empregada em ambos os casos. Também desapareceu qualquer preconceito quanto a denominar esse ou aquele estudo como sendo parte da filosofia política.

O resumo precedente requer que consideremos: a) a novidade representada pela

ciência natural moderna; b) os percalços da aplicação do novo método à vida social; c) a solução ensejada por Max Weber; d) evolução do entendimento da política; e) as origens da ciência política norte-americana e seu direcionamento posterior; e, f) exemplos recentes de enunciados científicos e filosóficos na esfera da política.

### **- A evolução do entendimento da política**

O entendimento da política, como objeto de meditação teórica, mudou muito desde a Grécia. Na antigüidade, tratava-se de uma investigação acerca da melhor forma de governo. Embora preservada pelos estudos medievais, essa maneira de conceber a disciplina acabou suplantada pela premência do tema das relações entre os poderes temporal e espiritual.

Na fase de surgimento do Estado Moderno, que tem lugar com o concurso de grandes pensadores políticos, a questão muda completamente de aspecto. Trata-se agora de saber como se constitui e como se mantém o poder. Essa linha de pensamento coroa-se com a obra de Max Weber, que retira do Estado toda aura romântica, ao indicar que sua característica essencial reside no monopólio da violência e, sobretudo, ao examinar a sua atuação do ponto de vista da dominação, a fim de averiguar as maneiras como se legitima. Weber entreviu três tipos básicos: a tradicional, a carismática e a racional. Evitou ciosamente dar a essa tipologia qualquer caráter histórico, de modo a impedir que pudessem ser entendidas como sucessivas, no estilo dos três estados do comtismo. Sua sociologia destina-se a facultar uma compreensão do processo social e não a formular qualquer espécie de plataforma política. Ainda assim, o tipo ideal que chamou de dominação racional acha-se inquestionavelmente relacionado ao sistema representativo.

O surgimento desse sistema é igualmente fruto, em grande medida, da meditação de caráter teórico.

Finalmente, no período contemporâneo, como referimos, alguns estudiosos, radicados predominantemente nos Estados Unidos, buscaram introduzir a medida na avaliação dos fenômenos políticos, denominando essa disciplina de *ciência política*, em substituição à denominação tradicional de *filosofia política*. Tais procedimentos permitiram desembocar na realização de previsões eleitorais, com grande consistência; na aferição do interesse dos eleitores por esse ou aquele assunto etc. Contudo, em que pese a importância de tais resultados, não revelaram força suficiente para deslocar o debate de tipo clássico, cujo reconhecimento é buscado por este curso.

Em vista da tradição positivista brasileira, cabe desde logo advertir que os estudiosos americanos interessados na construção do que denominam de ciência política nada têm a ver com o que no Brasil se entende por “política científica”. Verifica-se uma nítida distinção entre o que se poderia denominar de estudo científico do fenômeno político, isto é, uma análise subordinada a determinados parâmetros, perfeitamente explicitados, passíveis de serem aceitos, recusados ou criticados por quem se proponha idêntico propósito – daquilo que, na tradição brasileira influenciada pelo positivismo, foi popularizada como “política científica”. O rótulo de científico na meditação de Comte tem apenas o propósito de angariar respeitabilidade para a sua proposta política, num ambiente onde a ciência está revestida de grande prestígio.

O Oriente não legou à Grécia nada de parecido com o tipo de análise que ali se inicia a respeito da política. O que se preservou indica que o interesse voltava-se para a coleção de experiências concretas que poderiam ser transmitidas de um governante a outro. Na Grécia, ao contrário, trata-se de inquirir sobre as formas de governo, investigar sobre a possibilidade de um governo ideal etc. A rigor, esse tipo de inquirição começa com Aristóteles porquanto Platão está preocupado com a organização de um governo perfeito, espécie de ditadura dos sábios.

Aristóteles procura situar-se apenas no plano teórico. Para caracterizar a diferença de método, em relação a Platão, basta dizer que colecionou as diversas constituições existentes e as comentou, preservando-se apenas o que escreveu sobre a Constituição de Atenas. Da temática suscitada na Grécia, o período romano discutiu sobretudo a questão das formas de governos para justificar a preferência por uma delas. Na espécie, a obra de Cícero é bastante ilustrativa.

Nos primeiros séculos do período medieval, desaparece a preocupação por esse tipo de inquirição. Quando volta a emergir, tem como fulcro as relações entre os poderes espiritual e temporal.

Interesse maior reside na compreensão do surgimento do Estado Moderno, associado à formação das nações. Nunca é demais enfatizar que o Estado Moderno é uma criação absolutamente original, sem precedentes na história da humanidade. O Estado Moderno despoja os diversos agentes pelos quais se distribuíam fatias do poder político e passa a monopolizá-lo. Assume desde logo feição absolutista, isto é, eminentemente autoritária. Para que o Estado Moderno viesse a revestir-se de tal característica desempenham um papel muito importante os pensadores que, na feliz expressão de Jean-Jacques Chevallier, colocam-se ao serviço do absolutismo: Machiavel (1459-1527); Bodin (1530-1596); Hobbes (1588-1679) e Bousset (1627-1704).

A adequada compreensão dessa nova realidade há de permitir uma correta avaliação do feito notável que representam o pensamento e a ação dos liberais, na constituição do sistema representativo.

No ciclo subsequente emergem o liberalismo e o socialismo, ambos comportando desdobramentos.

A denominação de liberal aparece depois das reformas eleitorais inglesas de 1832. Tendo se oposto à sua efetivação, os *tories* passam a denominar-se Partido Conservador e os *whigs* decidem-se pela adoção do nome Partido Liberal.

O início dessa corrente remonta ao *Segundo Tratado sobre o governo civil* de John Locke (1632-1704), onde, pela primeira vez, estão indicados os princípios que devem nortear o sistema representativo que, a partir de então, se constitui numa alternativa ao absolutismo monárquico, dominante na Europa. Para o próprio Locke, os propósitos do livro eram bem mais modestos. Tinha como objetivo unificar o ponto de vista da elite acerca das questões essenciais que a experiência de Cromwell não conseguia resolver. Alcançando esse objetivo, promoveu-se a derrubada de Jaime II e a colocação no poder de Maria II (filha protestante de Jaime II e esposa de Guilherme de Orange), através do movimento que passaria à história como a Revolução Gloriosa de 1688. Na visão do autor, o livro cumpriria a missão e

sequer reconheceu a sua autoria. Tampouco a inclui entre as suas obras quando cuidou de ordená-las muito mais tarde.

Locke defende número reduzido de princípios. Os homens abdicaram do estado de natureza para assegurar a intangibilidade da propriedade. Esta resulta diretamente do trabalho. Na sociedade política o poder supremo deve encontrar-se no Legislativo. O direito de fazer-se representar está restrito à classe proprietária. A exposição é muito clara e direta.

Em outros textos, Locke deu também uma grande contribuição no sentido de que na Inglaterra acabasse sendo aceita a tolerância religiosa, ao conceituar a Igreja como uma associação livre devotada ao culto externo da divindade, inexistindo portanto qualquer mortal em condições de escolher qual a forma preferível de fazê-lo, cabendo por isto, tolerar a diversidade.

O conjunto das regras sistematizado por Locke serviu para nortear a prática do sistema representativo ao longo do século XVIII. Passos mais importantes naquela direção consistiram na reforma de 1701, que estabeleceu a linha de sucessão impedindo surpresas em matéria religiosa, e a autonomia do Poder Judiciário; na unificação com a Escócia, dando nascedouro ao reino Unido e estabelecendo o princípio do monarca único e, sobretudo, na criação do conselho de ministros, introduzindo-se a figura do Primeiro Ministro. Os conservadores, que eram tradicionalmente favoráveis ao exercício do poder pelo monarca, afeiçoaram-se ao novo sistema. De sorte que, ao ascender ao trono em 1761 e pretender a restauração do poder pessoal, Jorge III não encontrou ambiente favorável. Com a derrota desse monarca na crise com os Estados Unidos, de que resulta a sua Independência (1776), o sistema representativo saiu fortalecido, consolidando-se em definitivo nos decênios subsequentes. A Inglaterra era então o único país que sustentava tal regime na Europa. Nos demais campeava o absolutismo.

Os ingleses não manifestaram maior interesse em teorizar sobre essa experiência, que acabaria associada ao nome de Montesquieu (1689-1755). Na obra *O espírito das leis*, ao tratar dos objetivos dos diversos Estados (Livro XI, onde indica que uns buscam a expansão, outros a glória e assim por diante) registra a existência de “uma nação no mundo que tem por objetivo direto de sua constituição a liberdade política”. Trata-se da Inglaterra. Nesse capítulo descreve o regime ali vigente, enfatizando a tripartição do poder.

Na formação da doutrina liberal o grande papel, na fase indicada, seria desempenhado por Kant (1724-1804). Kant não tratou especificamente da política mas, em sua Filosofia do Direito, fixou os princípios fundamentais do Estado de Direito, ao conceituar a *liberdade individual* como sendo aquela apta a coexistir com a liberdade de qualquer outro. Isto é, cessa na medida em que interfere na liberdade de outro; a igualdade como sendo *igualdade* perante a lei, e assim por diante.

Apesar da circunstância de que Kant não se tenha ocupado especificamente da política, os textos em que se aborda a questão do Estado Liberal de Direito costumam ser agrupados como se se tratassem de textos políticos. Na Inglaterra, o professor alemão Hans Reiss organizou o que intitulou de *Kant's Political Writings*, tendo ocorrido o mesmo em outros países. No Brasil não se editou obra com esse caráter. Preenche essa lacuna, entretanto, o livro de Norberto Bobbio *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant* (Ed. UnB, 1984).

Com a Revolução Francesa, começa a difusão do que posteriormente se denominou de *democratismo*, fenômeno que em muitos países foi confundido com o liberalismo. As idéias do democratismo estão em geral associadas a Rousseau (1712-1778). Essa espécie de pensamento está entretanto mais vinculado ao que em países como o Brasil se chama de populismo ou aos regimes totalitários do Leste e seus satélites.

A obra de Benjamin Constant (1767-1830) e das grandes personalidades do liberalismo doutrinário – notadamente François Guizot (1787-1874) – repõem a tradição liberal no leito próprio. Desde então essa doutrina aparece nitidamente como distinta tanto do conservadorismo restaurador como do democratismo inspirado na Revolução Francesa. No mesmo ciclo do liberalismo doutrinário, insere-se a obra de Alexis de Tocqueville (1805-1854), cujo mérito consiste em ter restaurado a dignidade da idéia democrática, aviltada pelos excessos em seu nome praticados, notadamente no curso da revolução Francesa.

O grande tema que empolga o liberalismo a partir da segunda metade do século é o processo de sua democratização. O balizamento desse processo seria fixado por William Gladstone (1809-1889), sem concessões ao democratismo. Uma idéia resumida desse balizamento é apresentada no ensaio *As reformas eleitorais inglesas* (in *Evolução histórica do liberalismo*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1987). Procedem-se ali, igualmente, às indicações de ordem bibliográfica para os que se disponham a examinar o tema mais detidamente.

Segue-se a questão social. Em nosso país há uma grande incompreensão acerca da posição liberal a respeito. De sorte que convém deter-se no exame do Keinesianismo, sendo o livro de Prebisch é uma boa introdução ao tema.

Outro desenvolvimento alcançado pelo liberalismo diz respeito à educação. Os americanos é que formularam a questão de modo mais feliz, notadamente John Dewey (1859-1952).

No que se refere ao pensamento socialista, parece imprescindível proceder-se, concomitantemente, à avaliação de sua experiência, tendo em vista que uma parte deste evoluiu no sentido do totalitarismo. Muitos autores consideram mesmo que o *socialismo* seria essa sua expressão totalitária. Contudo, parece mais equilibrado distinguir-se o socialismo como parte da tradição humanista do ocidente daquele que se vinculou às outras tradições culturais notadamente a bizantina, mais afeiçoada ao despotismo oriental, denominando-o de *comunismo*.

O socialismo no Ocidente tem duas vertentes muito nítidas: uma que procede diretamente dos intelectuais e fica restrita a esse meio e outra que se vinculou ao movimento operário, originando duas experiências marcantes: a do Partido Trabalhista Britânico e a da Social-Democracia alemã.

Num dos tópicos subseqüentes procederemos a uma caracterização mais circunstanciadas das correntes políticas surgidas nas Épocas Moderna e Contemporânea, como resultado do aparecimento do sistema representativo. Além do liberalismo e do socialismo, cumpre referir o conservadorismo, que apresenta muitas nuances. Neste curso constituirão disciplinas específicas: LIBERALISMO, SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA. Nos demais casos, procede-se à correspondente caracterização nesta disciplina inicial e introdutória ao Curso de Ciência Política.

## - As origens da ciência política norte-americana e seu direcionamento posterior

A idéia de que os fenômenos políticos poderiam ser medidos, como se dava em relação às ciências naturais – dando origem a uma disciplina que deveria chamar-se *ciência política* – está relacionada a uma das tradições do pensamento anglo-americano, que passou à história com o nome de *utilitarismo*. Essa corrente tornou-se popular, no plano político, graças sobretudo à obra de Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Bentham achava que os sentimentos morais poderiam ser classificados de uma tal forma que seria possível mensurar a sua intensidade e gradação. No século XX, a pretensão dirigiu-se para o comportamento social, como um todo, acabando por privilegiar os atos políticos. Os vários aspectos antes enunciados são estudados adiante.

O utilitarismo veio a incluir-se entre as doutrinas filosóficas inglesas mais conhecidas no exterior – gozando também de popularidade em sua pátria de origem, em grande parte do século XIX e no começo do seguinte – em decorrência, presumivelmente, de dois fatos históricos a que esteve associado. Consiste o primeiro nas reformas experimentadas pelo liberalismo no século passado, de que resultaram a universalização do sufrágio. Este desfecho não se deve ao utilitarismo, mas de certa forma viria a ser-lhe atribuído. O processo de democratização da idéia liberal guarda plena autonomia em relação à filosofia e decorre de outras circunstâncias, que não vêm ao caso enumerar. O segundo elemento que se costuma associar ao utilitarismo é a denominada ciência política que floresceu, em especial nos Estados Unidos, a partir da década de trinta.

A vinculação do utilitarismo a tais eventos resulta tanto da obra como da própria vida do fundador da corrente: Jeremy Bentham (1748-1832). Bentham acreditava na possibilidade de transformar a ética numa ciência positiva da conduta humana, tão exata como a matemática. A esse propósito dedicou sua principal obra – *Introdução aos princípios da moral e da legislação* –, publicada em 1789. Além disto, foi de igual modo um ativo reformador social, lutando firmemente pela reformulação do corpo de leis da Inglaterra, em especial a legislação penal. Com vistas à defesa de suas idéias, criou um jornal (*Westminster Review*), que viria a transformar-se no principal opositor da imprensa conservadora.

Em sua obra de cunho reformista, Bentham contou com a colaboração de James Mill (1773-1836), que preparou seu filho, John Stuart Mill (1806-1873), para ser o herdeiro e continuador do benthanismo. Assim, três anos depois da morte de Bentham e um ano antes do falecimento de seu pai, em 1835, Stuart Mill tornou-se editor do *London Review*, que a seguir incorporaria o jornal fundado por Bentham e a liderar a imprensa liberal. A partir de então, empenhou-se decididamente na luta pela democratização do sufrágio, tendo inclusive integrado a Câmara dos Comuns. Embora nutrisse os mais variados interesses culturais, foi sem dúvida quem sistematizou a doutrina utilitarista – dando-lhe fundamentação psicológica e histórica – e a vinculou ao liberalismo reformado.

Como doutrina ética, o utilitarismo afirma que a busca do máximo de satisfação é objetivo supra-individual ou intersubjetivo. Este postulado baseia-se na suposição de uma coincidência espontânea entre utilidade privada e utilidade pública. Bentham limitar-se-ia a contrapor tal princípio à doutrina do direito natural, ao negar que se pudesse provar historicamente a existência de um contrato originário entre o príncipe e os súditos. E mesmo que o admitíssemos, subsistiria a pergunta pelas razões que obrigariam os homens a cumprir



semelhante compromisso. A seu ver, o cidadão só deve obediência ao Estado na medida em que este comportamento contribui mais para a felicidade geral que a desobediência. A felicidade geral é o resultado de um cálculo hedonístico. Somente a experiência pode comprovar se as instituições e as leis atendem aos objetivos a que se propõem. Por isto, o direito à livre discussão e à crítica às instituições é essencial à sociedade.

James Mill buscou fundar o cálculo hedonístico de Bentham na associação psicológica. Mas caberia a Stuart Mill ordenar essa doutrina no seu *Sistema de Lógica* (oito edições entre 1843 e 1872). Procura estabelecer que as leis da associação psicológica são induzidas da experiência e esse método, provado nas ciências da natureza, aplicar-se-ia às ciências morais. Acredita que os fenômenos da vida social não constituem exceção à causalidade, devendo ser possível determinar as leis naturais do comportamento humano. Sendo os homens aqueles elementos separados que constituem a sociedade, todas as leis e regularidades dos fenômenos sociais seriam deduzidas das leis da associação psicológica. Mill buscou também complementar essa doutrina pelo sentimento de unidade, presente na humanidade, que supunha tivesse sido comprovado por Augusto Comte.

Ainda que no século XX a ciência viesse a abandonar o indutivismo, em que se louvava Stuart Mill, suas teorias dariam uma base menos dogmática que o evolucionismo spenceriano – outra doutrina ética que viria a alcançar popularidade na Inglaterra – para a configuração da denominada ciência política. Esta passaria a afirmar que o fenômeno político pode ser estudado cientificamente e não que haveria uma ciência do governo, como imaginavam Bentham, Comte e Stuart Mill. Em que pese a mudança substancial, o utilitarismo criou o clima favorável à sua eclosão, já que durante mais de um século defendeu ardorosamente a aplicação dos métodos matemáticos à conduta social dos homens, justamente a que se dedicaria a ciência política contemporânea.

Embora os progressos na medida fossem relativamente limitados,<sup>(1)</sup> a necessidade de sua efetivação nunca deixou de ser encarecida. Em conseqüência, neste pós-guerra, popularizou-se a idéia de que poderia ser aplicada à sociedade a denominada “otimização pareteana”, tomando como referência a hipótese de Vilfredo Pareto (1848-1923) segundo a qual toda escolha individual torna-se social porquanto secundada por outros indivíduos, sendo possível conceber uma situação de concorrência perfeita entre escolhas. Essa discussão teórica, cujo marco costuma ser apontado na obra de K. J. Arrow – *Social Choice and Individual Values* (1961) – tornou-se uma espécie de pesquisa básica em relação aos modelos de aplicação de que resultaram, por exemplo, o sucessivo aperfeiçoamento das pesquisas eleitorais. No seio da “social choice” surgiu o grupo do “public choice”, liderado por James Buchanan, ganhador do Prêmio Nobel em 1986. Sendo o Estado um pólo de interesses, as escolhas das políticas públicas obedecem à valoração do estamento burocrático e não àquelas submetidas à preferência do eleitorado – eis simplificada a hipótese da “public choice”, achando-se seus partidários convencidos da possibilidade de prová-lo matematicamente.

Os resultados práticos alcançados por essa variante da chamada ciência política, notadamente os avanços nas pesquisas eleitorais, criou um clima verdadeiramente hostil a toda tentativa de atribuir prevalência à valoração moral na ação político-social. Qualquer referência ao que se convencionou denominar de “cultura política” era logo estigmatizada como falta de persistência na busca de elementos mensuráveis.

Essa fase produziu bibliografia representativa, destinada a “provar” que a política era um “negócio” como outro qualquer, e, o líder político como sendo plenamente equiparável ao “chefe de empresa desejoso de aumentar seus lucros ao máximo”. Nesse diapasão, Harold Lasswell intitulou deste modo um de seus livros: *Política: quem ganha o que, quando e como*.

Contudo, a própria vida incumbiu-se de romper tais esquemas. Assistimos no início do pós-guerra à difusão da crença de que o desenvolvimento poderia ser universalizado. Alcançou grande popularidade a teoria do “take off”, devida a Rostow (*The Stages of Economic Growth*, Cambridge, 1960), segundo a qual o desenvolvimento econômico resultaria da passagem da sociedade tradicional à transnacional – quando a economia é acoplada aos pólos dinâmicos – graças ao impulso inicial (*take-off*) que leva à maturidade. O Banco Mundial destinou recursos vultosos a tal objetivo, durante os quarenta anos iniciais do pós-guerra, sem resultados visíveis, salvo promover o enriquecimento de alguns sobas africanos e elevar o nível da violência entre sociedades tribais, tornando-lhes acessíveis armamentos modernos.

Em contrapartida, surgiram os chamados Tigres Asiáticos (Taiwan, Singapura, Hongkong e Coréia do Sul). Entre 1980 e 1993, a Coréia registrou crescimento do PIB em média de 9,1% ao ano, alcançando renda per capita de US\$ 10 mil e distribuição de renda razoável. Na crise recente aquele país teria oportunidade de demonstrar a sua pujança econômica, recuperando-se com relativa rapidez. Fenômeno idêntico ocorreu nos demais.

Confrontados os resultados indicados com o fiasco do Banco Mundial praticamente em todo o mundo subdesenvolvido, tornava-se patente que o capitalismo não era dado a todos. E muito menos o sistema democrático-representativo. De que dependeriam, afinal, essas duas grandes conquistas da sociedade ocidental?

Americanos e ingleses, ao invés de lançar-se a uma tremenda discussão teórica, como era de esperar, trataram de conceber esquemas de pesquisas que pudessem responder àquelas indagações. Sem pretender balanceá-las exaustivamente, vamos ater-nos ao essencial.

Para desenvolver pesquisas sobre o que denominou de “cultura econômica”, Peter Berger – o festejado autor de *A revolução capitalista* – criou na Universidade de Boston o *Institute for the Study of Economic Culture*. O conjunto das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto foram resumidas na obra *The Culture of Entrepreneurship* (San Francisco, ICS Press, 1991). Abrangeram várias partes do mundo. Neste tópico, registram-se os resultados relativos aos Tigres Asiáticos.

A primeira constatação do Instituto consistiu em dar-se conta de que a liderança dos empreendimentos estava em mãos dos chineses. Segundo dados divulgados pelo Instituto Internacional de Geopolítica, acerca do que veio a ser denominado de *diáspora chinesa* – fuga do país depois da vitória dos comunistas – nos primeiros anos da década de noventa havia no Sudeste Asiático 21 milhões de chineses (sem contar Taiwan e Hongkong), achando-se as maiores concentrações na Indonésia (6 milhões), Tailândia (5 milhões) e Malásia (5 milhões), correspondendo respectivamente a 4%; 10,3% e 33,3% das populações daqueles países. Em Singapura, os chineses são mais de 70% (1,9 milhão). Os chineses emigrados para os Estados Unidos, no mesmo período, são 2 milhões; 450 mil para o Canadá e 300 mil para a América Latina. A Europa recebeu 550 mil.

No Sudeste Asiático, em cerca de três décadas, os chineses passaram sucessivamente da agricultura para o comércio e deste para a indústria e o sistema financeiro. Naquela região (ainda com exclusão de Taiwan e de Hongkong), mais de cem bancos são inteira ou parcialmente controlados por chineses da diáspora. Banqueiros chineses sediados em Singapura encontram-se entre os maiores do mundo. Chineses da diáspora detêm entre 60 e 70% do capital privado da Indonésia e da Malásia e pelo menos 90% dos investimentos industriais na Tailândia. A mesma gente formou cerca de 60 conglomerados, cada um faturando anualmente alguns bilhões de dólares. Tomados em conjunto, os chineses da diáspora e os de Taiwan e Hongkong respondem por 80% do conjunto dos investimentos estrangeiros realizados na China Continental desde a abertura desta para o exterior. Estima-se em US\$ 25 bilhões os investimentos fixos que haviam realizado na antiga pátria até 1994.

O Instituto de Peter Berger montou uma vasta pesquisa para entrevistar essa liderança chinesa nos diversos países e não apenas no Sudeste Asiático. Verificou-se de pronto uma distinção básica entre a nossa moralidade ocidental e a dos chineses. Esta é basicamente de natureza familiar. Assim, encaminharam o inquérito na direção das famílias. A conclusão central é de que as diversas famílias teriam em comum a religião de Confúcio, tornando-se patente que esta favorece a acumulação capitalista e o espírito empresarial. Do conjunto da investigação efetivada, o Instituto para o Estudo da Cultura Econômica extrai esta conclusão: “Não há desenvolvimento sem empresários; não há empresários sem grandes mudanças de ordem moral; não há moral sem religião”. Faltou à África, de um modo geral, bem como aos outros países asiáticos, uma base moral compatível com o desenvolvimento econômico.

Pode-se alegar que Peter Berger é sociólogo. Mas seria equivocado supor que o reconhecimento de “fatores culturais”, antes verdadeiramente execrados, entre estudiosos norte-americanos, estivesse limitado à sociologia. Para citar diretamente um cientista político, basta mencionar um dos últimos livros de Fukuyama: *Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade* (tradução brasileira, Rio de Janeiro, Rocco, 1996). Os sentimentos de confiança, porventura existentes numa sociedade, de modo algum seriam mensuráveis. Contudo, Fukuyama pesquisou os diversos indicadores que poderiam atestar a sua existência, para chegar a conclusões verdadeiramente audaciosas, como a de que a China dificilmente logrará desenvolvimento sustentável ou a de que a França não tem condições de manter uma posição de liderança em matéria econômica equiparável à que a Alemanha reafirmará de modo crescente. Outros renomados cientistas políticos daquele país, como Robert Dahl e Samuel Huntington, como indicaremos no volume dedicado à democracia, partem do pressuposto de que o sistema democrático-representativo requer uma base moral de sustentação que não é dada a todas as nações.

### **- Exemplos recentes de enunciados científicos e filosóficos na esfera da política**

Exemplo típico e paradigmático de enunciado que corresponderia à filosofia política seria a tese weberiana de que foi o puritarismo que propiciou a eclosão do capitalismo na Inglaterra do século XVIII. Weber estudou as diversas religiões orientais, confrontando-as ao judaísmo antigo. Concluiu que os profetas de Israel sancionaram a liberdade humana. No espírito das religiões orientais, a derrota militar de Israel<sup>(2)</sup> seria explicada pelo fato de que os deuses daquelas nações seria mais poderoso que o Deus dos judeus. Em contrapartida, os profetas israelenses afirmaram que o povo judeu estava sendo castigado pelo fato de que havia

violado o acordo firmado com a divindade, isto é, exercera a sua liberdade embora de forma indevida. A Reforma Protestante corresponde a uma volta àquele princípio. Os convertidos ao protestantismo prestam contas diretamente a Deus, não havendo a intermediação da Igreja. São responsáveis pelos seus atos. Adicionalmente, teriam sido escolhidos para a salvação, e esta não dependia das obras. No desenvolvimento do debate dessa última tese (a doutrina da predestinação), os puritanos ingleses ensinaram que o sucesso na obra poderia constituir-se em indício de salvação. O eminente teólogo Richard Baxter, naquele período que antecedeu a Revolução Industrial na Inglaterra, aconselhava que as pessoas trabalhassem e poupassem, isto é, que enriquecessem para saber se de fato teriam chances de salvação. Considerava que o ócio era o maior de todos os pecados, cabendo dispor-se a colocar a tentação do seu lado, isto é, de enriquecer-se e podendo deixar de trabalhar.

Como se vê, os indícios encontrados por Max Weber são deveras convincentes sobretudo porque representam mudança radical em relação à riqueza. A Igreja Católica ensinava que o rico roubara para chegar àquela situação, ou herdara de desonesto. Era mais fácil passar um calibre (cabo grosso usado na navegação) pelo fundo de uma agulha que um rico entrar no reino dos céus.

De todos os modos, a tese jamais conquistará a unanimidade porquanto não há uma prova decisiva. O erudito inglês T.S. Ashton, estudioso da Revolução Industrial, verificou que a indústria química inglesa fora organizada por empresários protestantes. Outro estudioso inglês, Trevor-Roper, apurou que os líderes das transformações, nos principais centros econômicos protestantes, provinham de localidades católicas, e, antes de se converterem, simpatizavam com as idéias de Erasmo, que, embora criticando ao papado, não aceitou a ruptura patrocinada por Lutero.

Assim, o critério para a aceitação da tese weberiana só pode ser filosófico: tem um grande valor heurístico, extraordinária capacidade explicativa. O que equivale reconhecer que comporta pluralismo de pontos de vista.

As teses com caráter científico, no terreno da política, têm até agora caráter muito mais limitado. Samuel Huntington, no livro *A terceira onda*,<sup>(3)</sup> partindo de uma conceituação rigorosa de democracia, elaborou um modelo bastante interessante do fluxo e refluxo desse sistema nos diversos países. Quem aceitar a sua conceituação e refizer o caminho, certamente chegará a modelo idêntico. Ainda assim, no que se refere ao que denomina de “condições impeditivas do florescimento das instituições democráticas”, não pode pretender que venha a obter a adesão de todos.

## **Os grandes temas da ciência política**

O principal tema da ciência política consiste naquilo que poderíamos denominar de *experiência política ocidental*, se o considerarmos globalmente, embora, na maioria dos casos, os estudos digam respeito a questões mais limitadas, como as seguintes: a democracia grega; as instituições políticas romanas; o sistema feudal; a consolidação do sistema representativo na Inglaterra; diferenças assinaláveis entre as Revoluções Inglesa, Americana e Francesa; disseminação do sistema representativo no continente europeu; o processo de democratização do Estado Liberal e Direito; a emergência da questão social, etc.

Tomemos alguns exemplos concretos.

O conhecimento das características e singularidades da democracia grega é essencial no debate contemporâneo sobre democracia. O grupo de estudiosos que se apresenta como partidário da *democracia deliberativa*<sup>(4)</sup> tem uma visão romântica da experiência grega e não renuncia à busca de uma alternativa para o sistema representativo, em que pese o fracasso do sistema (cooptativo) experimentado na Rússia, que correspondeu à principal proposta para substituí-lo, surgida no século XX. Deste modo, torna-se imprescindível conhecer os estudos de Sir Ernest Baker (1874-1960) onde estabeleceu que, na Grécia Antiga, a prática efetivamente democrática consistia em sortear os cargos públicos. Assuntos que envolviam a própria sobrevivência da cidade não eram submetidos à “ágora”. Os líderes, por sua vez, eram recrutados nas grandes famílias.

Com o tema da democracia acha-se implicado o problema da representação política. Neste particular, o seu melhor esclarecimento pressupõe familiaridade com o debate decorrente da Revolução Francesa, quando os liberais doutrinários fixam uma posição eqüidistante tanto dos ultras (partidários do simples retorno ao Antigo Regime) como do democratismo (proveniente das fantasias de Rousseau sobre o “bom selvagem”). Deste modo, a plena elucidação do conceito de representação política acha-se associado à avaliação da experiência da Revolução Francesa. O que leva, adicionalmente, à necessidade de confrontá-la às experiências inglesa (a Revolução Gloriosa de 1688) e americana (a Revolução da Independência).

No século XX, os problemas do sufrágio e dos sistemas eleitorais acham-se associados à correta avaliação da experiência socialista. De onde procede a idéia de “democracia burguesa”? Se tem de fato alguma base real, justifica a proposta alternativa de ditadura do proletariado?

Neste curso, trataremos globalmente da experiência política ocidental e estudaremos especificamente os temas da democracia e da representação política. De forma autônoma serão estudadas as principais correntes políticas.

Parte-se do pressuposto de que, sem o conhecimento da experiência política ocidental e, sobretudo, sem avaliá-la criticamente, as noções-chaves da ciência política aparecem como desprovidas de sentido, quando, na verdade, dizem respeito à opção que somos levados a fazer entre as propostas de organização da sociedade, que são a razão de ser dos partidos políticos.

## TEXTO II – PROCEDIMENTOS DA CIÊNCIA E A ATITUDE CIENTÍFICA

### - A novidade representada pela ciência natural moderna

No conhecido Vocabulário de Lalande (*Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, editado em fascículos no período 1902-1923, pela Société Française de Philosophie, e desde então sucessivamente revisto e ampliado), a ciência moderna é definida deste modo: “Conjunto de conhecimentos e investigações dispostos de um grau suficiente de unidade e de generalidade, suscetíveis de obter a concordância dos homens que a tais investigações se dedicam, que não resultam de convenções arbitrárias, gostos ou interesses individuais, mas de relações objetivas, descobertas gradualmente, confirmadas por métodos de verificação definidos”.

Leonidas Hegenberg (nascido em 1925; Professor do Ita - Instituto Tecnológico da Aeronáutica), que é o mais importante filósofo das ciências no Brasil, procura mostrar que a ciência se forma em meio a vivências coletivas e o homem contemporâneo a encontra formalizada e aceita. A seu ver, tendo em vista fazer face às circunstâncias, o homem realiza generalizações que objetivam, por seu turno, *explicar* e *prever*. Tais explicações e previsões são coordenadas em sentenças declarativas, que constituem a interpretação da circunstância e nos são transmitidas pela cultura. Hegenberg não emprega o termo, mas é isto que tem em vista ao escrever que “são transmitidas de geração a geração, pelas tradições orais, pelas salas de aula, pelos livros e formam uma intrincada rede em que somos apanhados, sem mesmo disto chegarmos a ter clara consciência”.<sup>(1)</sup> Assim forma-se o *consenso* (bom senso em Hegenberg).

A ciência se constitui em meio ao consenso e pode ser definida como a “organização e classificação dos fenômenos, com base em princípios explanatórios, em tessituras cada vez mais densas e abrangendo número crescente de acontecimentos”.<sup>(2)</sup>

Chega-se a semelhante organização e classificação através da crítica ao consenso (bom senso, na terminologia empregada pelo autor). O veículo da crítica são as hipóteses. Por fim, em meio aos conhecimentos organizados e classificados pelo homem, particulariza-se o conhecimento científico pelo princípio da refutabilidade.

Há uma outra singularidade a assinalar: o conjunto de conhecimentos em apreço diz respeito a segmentos delimitados e não abrange totalidades tais como a natureza, a sociedade, o homem etc. O seu avanço dá-se na proporção em que consegue estabelecer relações mensuráveis. Pode-se afirmar que a ciência moderna é, eminentemente, quantitativa enquanto a ciência antiga era, predominantemente, qualitativa.

Para melhor compreensão da diferença, pode-se tomar o exemplo da primeira lei da Física de Newton, denominada princípio de inércia, em que se postula a permanência do corpo do movimento ou em estado de repouso para focalizar a *mudança de movimento*. Os outros princípios gerais (de aceleração e de ação e reação) destinam-se a permitir mensurá-la. Na ciência antiga – e mesmo no início dos tempos modernos – discutia-se a causa do movimento, inexistindo parâmetros objetivos aptos a permitir a escolha dessa ou daquela

explicação. A esse propósito, o historiador e filósofo da ciência L.W.H. Hull escreve o seguinte:

“A lei de inércia, base da nova física, foi parcialmente estabelecida por Galileu, mas é justo continuar chamando-a primeira lei newtoniana do movimento. A lei afirma que todo corpo permanece em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo a menos que atue sobre ela alguma força. A fórmula *se não há força atuando não há movimento* é substituída pela fórmula *se não há força atuando não há mudança* de movimento. A palavra acrescida constitui uma novidade radical. Aristóteles, com efeito, definia a força como a causa do movimento; Newton define-a como a causa das mudanças de movimento”.<sup>(3)</sup>

A preocupação em introduzir a medida pode ser avaliada pelo seguinte lema que chegou a tornar-se espécie de divisa da Escola Politécnica do Rio de Janeiro: “Só se pode conhecer bem um fenômeno quando é possível exprimi-lo por meio de números” (Kelvin).

A física, como a própria matemática, admite *postulados*, isto é, princípios reconhecidos e aceitos pela comunidade científica, mas não demonstrados. Contudo, tais postulados conduzem a afirmativas passíveis de refutação, como indicou Hegenberg no livro antes mencionado, critério suscitado e fundamentado pelo conhecido filósofo Karl Popper (1902-1994), isto é, não constituem dogmas.

Exemplos clássicos dos limites da ciência nos é dado pelo modelo de universo sugerido por Einstein, segundo o qual, seria limitado, esférico, estático e finito, a que se contrapõe, entre outros, o de Friedmann, que postula a infinitude, o dinamismo e a expansividade do universo. A esse propósito, Kant já se dera ao trabalho de situar as disputas que não podem ser resolvidas racionalmente, por se encontrarem fora do alcance da experiência humana, mencionado expressamente a finitude ou infinitude do mundo.

A ciência moderna se constitui na Itália, podendo dizer-se que, quando da publicação dos *Diálogos* de Galileu (1564-1642), em 1632, os princípios básicos estão estabelecidos, tendo cabido a Newton sobretudo formalizá-los e apresentá-los num corpo unitário de doutrina. O estabelecimento da lei da queda dos corpos, por Galileu, dá-se em 1602. Kepler fixa as leis do movimento dos planetas entre 1609 e 1619. Tais resultados decorrem, naturalmente, da nova feição do mundo fixada pelos descobrimentos e também da grande efervescência suscitada pelo Renascimento que, no concernente à investigação científica, deságua diretamente nas Academias.

A criação das Academias, desde o século XV, seria estimulada pelo desejo, de alguns grupos intelectuais, de emancipar-se da tutela das universidades medievais. Contribuíram, por isto mesmo, não só para tornar possível a investigação científica, segundo pressupostos diversos do aristotelismo dominante, como sobretudo para preservar suas descobertas. Em certo momento, tais academias tiveram um sentido nitidamente conspiratório, e nos meados do século XVI, na Itália, chamaram-se Academia dos Incógnitos; dos Secretos; dos Corajosos; dos Confiantes etc. Galileu pertenceu à *Accademia dei Lincei*, fundada em Roma em 1603, que, entre outras coisas, deu publicidade a seus livros.

Como se sabe, apesar do impulso que a Itália propiciou à ciência, não conseguiu institucionalizá-la, fato que somente iria ocorrer na Inglaterra. Segundo o historiador da ciência Joseph Ben-David (1920-1986), quando a Igreja se lança à sua perseguição, esta já havia entrado em decadência. Os fatos que se seguiram trouxeram grandes conseqüências,

tanto para os países que acolheram a ciência como para aqueles que se colocaram à margem da Época Moderna, a exemplo de Portugal. Vejamos a hipótese de Ben-David.

A condenação de Galileu deu pretexto a grande movimentação na Europa, por razões sobretudo políticas. Eruditos protestantes, em Paris, Estrasburgo, Heidelberg e Tubing decidiram traduzir sua obra para o latim. Ben-David observa que na Universidade de Tubing, pouco tempo antes, fora recusado a Kepler um diploma teológico em decorrência de suas convicções copernicanas. O governo holandês fez de Galileu seu conselheiro e cumulou-o de honrarias. Estavam lançadas as bases de um movimento de cunho social que muito contribuiu para a institucionalização da ciência, na segunda metade do século XVII. Esse movimento floresceu, contudo, não a partir de seus méritos próprios mas na suposição de que se traduziria em progresso e benefícios sociais. Entretanto, na medida em que a ciência se institucionaliza, os próprios cientistas iriam recusar essa dilatação de objetivos. Tornam-se autônomos e dissociam-se os dois momentos: a propaganda da ciência e a prática científica.

A esse propósito escreve Ben-David: “...um dos aspectos mais importante da ciência experimental era sua precisão, e sua especificidade. Toda variável precisava ser medida, pois algumas diferenças tão pequenas, que não podem ser apreendidas sequer pela imaginação, podem decidir se uma teoria é certa ou errada. Além disto, as pesquisas não são orientadas por critérios de importância geral – tal como esta é pensada pelos filósofos – mas rigorosamente por aquilo que é importante e pode ser resolvido pelos métodos e pelas teorias existentes. No século XVII, a grande luta pela dignidade da ciência natural moderna foi, em parte, uma luta pela dignidade do método exato, paulatino e operacional do cientista. Este método era, programaticamente, acentuado pela Royal Society em seus estágios iniciais e foi rigorosamente adotado pela Académie des Sciences. Deste ponto de vista, os amplos objetivos intelectuais do movimento científicista eram incompatíveis com a especificidade da pesquisa científica e constituíam uma ameaça à sua integridade e especificidade”.<sup>(4)</sup>

O movimento científicista teve portanto o mérito de criar um clima de simpatia para a ciência e, por esse meio, ajudá-la a institucionalizar-se. Mas trouxe, adicionalmente, um grande ônus ao permitir que, em muitos países, a intelectualidade se contentasse com o discurso laudatório em favor da ciência, que não se traduz em disposição efetiva de praticá-la. Em tais países, instaura-se uma espécie de culto religioso da ciência, sem maiores conseqüências para o desenvolvimento científico em seu próprio meio.

Nos países protestantes a institucionalização da ciência ocorreu de modo normal e sem traumas. A esse respeito escreve Hull no livro antes citado:

“Na Inglaterra, como na Holanda, os homens podiam professar livremente quaisquer opiniões científicas. Durante a época isabelina e o século XVII não houve na Inglaterra perseguição aos cientistas ou não chegou a assumir qualquer significação. O sistema copernicano era professado por várias figuras célebres do período isabelino, o mais destacado dos quais era William Gilbert, fundador da teoria do magnetismo. As idéias de Copérnico, Kepler, Galileu ganhavam terreno sem cessar. Na última metade do século XVII, acabaram por achar-se solidamente estabelecidas nos círculos da Royal Society, em personalidades como Wallis, Wren, Hooke, Newton e Halley. Graças a esses homens a teoria da gravitação universal adquiriu feição definitiva, o que correspondeu provavelmente à mais importante conquista da revolução científica. Enquanto isto, o pensamento continental achava-se sob a influência de Descartes, que, impressionado pelas tragédias de Bruno e Galileu, preferiu não



manifestar com entusiasmo suas convicções a propósito da disputa astronômica. A matemática floresceu sob a influência de Descartes, mas, em contrapartida, a teoria astronômica permaneceu em atraso se a comparamos com os progressos que realizava naqueles momentos na Grã-Bretanha”.

Sob o impulso da Royal Society, até os meados do século XVIII consagram-se os grandes desenvolvimentos da física e da matemática. Ao longo desse mesmo século serão lançados os fundamentos da química, em bases modernas, abandonadas as velhas doutrinas alquimistas. Grande progresso nessa direção seria alcançado por Lavoisier (1743-1794), guilhotinado num dos surtos de terror da Revolução Francesa. Consuma-se a elaboração da nova nomenclatura química.

No século XIX, a Alemanha torna-se a pátria da química, que iria notabilizar-se sobretudo pela criação de novas alternativas de progresso material, ao facultar a substituição de produtos naturais por material sintético. Também a biologia se formula segundo os parâmetros da nova física, a partir da teoria da evolução.

Em suma, em prazo pouco superior a dois séculos, as principais ciências se afeiçoam ao modelo da física-matemática. Na medida em que tal ocorre, a liderança desloca-se primeiro da Inglaterra para a França, em seguida para a Alemanha e, finalmente, para os Estados Unidos. Estudiosos da ciência correlacionam essa peregrinação com a tendência a colocar as aplicações de ordem tecnológica como objetivo primordial da pesquisa. Quando tal ocorre, perde a capacidade de atrair pessoas criativas e bem-dotadas. Somente a face da ciência que está voltada para a busca da verdade e do conhecimento desinteressado tem conseguido funcionar como um pólo de atração irresistível para sucessivas gerações.

Discute-se se essa característica não se resumiria ao ciclo histórico em que a pesquisa científica era obra de pessoas isoladas ou pequenos grupos, perdendo o sentido com o aparecimento da chamada *big science*. Parece que os modelos melhor sucedidos dessa *big science* souberam preservar o atrativo que a busca do desconhecido exerce sobre mentes privilegiadas, impondo poucas obrigações aos pesquisadores e tratando de desenvolver, autonomamente, as tecnologias. Entre os principais exemplos, cita-se o Laboratório da Bell Company, onde as pessoas que têm os seus projetos de pesquisa aprovados assumem com o patrocinador apenas o compromisso de indicar, no trabalho que está desenvolvendo, tudo aquilo que pode ser patenteado.

Não deve ser confundido o patamar da ciência com o da tecnologia. A ciência busca aumentar a gama de acontecimentos passíveis de serem explicados a partir de seu ponto de vista, sendo a escolha dos temas fixada pela comunidade científica em geral ou diretamente pelos centros de pesquisa. Parte daquilo que está sendo pesquisado, pode ser transformado em produtos e esta é uma das formas pelas quais se dá o avanço da tecnologia. Esta, contudo, tem os seus próprios meios de aprimoramento, além de que, muitas das técnicas em uso não se originaram de experimentos científicos.

### **- Os percalços da aplicação do novo método à vida social**

As denominadas ciências sociais nasceram, no século XIX, empreendendo generalizações descabidas e, por isto mesmo, desprovidas de qualquer base científica, embora possam justificar-se plenamente do ponto de vista moral. Estão, neste caso, o comtismo, o

marxismo e o evolucionismo, que partiram dos antecedentes brevemente caracterizados adiante.

Enquanto a ciência seguiu seu curso, sobretudo na *Royal Society* inglesa e na *Académie des Sciences* francesa, conforme indicamos, ampliando paulatinamente o seu campo no âmbito do estudo de fenômenos naturais, o cientificismo ocupou-se preferentemente da sociedade. É o ciclo histórico em que emerge a crença na sociedade racional. Na França, os “philosophes” lançam-se na tarefa de constituição de uma ciência capaz de orientar os homens numa reforma da sociedade que a levasse a eliminar todas as formas de irracionalidade (guerras, violências, maldade, egoísmo etc.).

Entre as tentativas iniciais de formulação da hipótese, encontra-se aquela devida a um nobre, o marquês de Condorcet (Jean-Antoine-Nicolas Caritar – 1743-1794), na obra a que deu o expressivo título de *Esquise d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Perseguido pela Revolução, Condorcet não chegou a dar acabamento a esse projeto, tendo a mencionada obra sido publicada postumamente (1795).

Maior sucesso teria outro nobre: o conde de Saint-Simon (Claude Henri de Rouvroy – 1760-1825). Mais novo que Condorcet, militou numa época em que esteve a salvo da guilhotina. Produziu massa colossal de textos, aparentemente desconectados mas a que seus discípulos conseguiram dar ordenação sistemática. Em síntese, a destruição do Antigo Regime pela Revolução Francesa seriam etapas indispensáveis a um novo ciclo histórico que o saint-simonismo ajudaria a instaurar. A humanidade é um ser coletivo que se desenvolve a partir da lei do progresso. A par disso, atravessa também épocas críticas e épocas orgânicas, sendo possível, nessas últimas, implementar a reorganização da sociedade. Concebeu essa fórmula com base naquilo que depois se chamou de Revolução Industrial, instrumento que possibilitaria uma rigorosa hierarquização das classes, hierarquização, contudo, que se apoiaria na valorização do trabalho e na eliminação do direito de propriedade (graças a isso teve seu nome associado ao socialismo). Para que se dê tal desfecho, requer-se apenas uma nova estrutura espiritual que pode ser concebida inspirando-se na ciência. Essa nova estrutura seria justamente o sentido principal de sua obra. As classes, segundo sua posição hierárquica, disporiam naturalmente de crenças e opiniões diversas (a elite intelectual, tomando como referência as classes baixas, aventou a idéia de Deus, mas esta poderia ser entendida como uma espécie de “tradução popular” da gravitação universal). A unidade do todo seria propiciada pelo que foi denominado de “novo cristianismo”.

Embora sumária, a breve caracterização precedente traduz o essencial. A obra completa de Saint-Simon compreende nada menos que 47 volumes. Contudo, logo depois de sua morte, os principais discípulos conseguiram apresentar suas idéias de forma sistemática e acessível. Dispunham mesmo de publicações periódicas. Em síntese, a ciência estava em condições de promover uma nova unidade moral, que o Ocidente acabara perdendo na Época Moderna.

O saint-simonismo alcançou retumbante sucesso na França, logo espalhando-se por outros países. Entendia-se que a elite estava de posse de uma doutrina que levaria à sociedade racional. Tudo indica que refletisse plenamente o espírito do tempo.

A obra de Augusto Comte (1798-1857) entronca com a tradição que, esboçada pelos “philosophes”, encontra uma primeira formulação em Condorcet e tratamento sistemático em Saint-Simon. Comte, aliás, trabalhara como secretário desse último.

Do mesmo modo que Saint-Simon, Comte entendia que a humanidade obedece à lei do progresso, devendo percorrer três estados: teológico (ou fictício), metafísico (ou abstrato) e o científico (ou positivo). Aparentemente, recusa a inquirição filosófica e cuida de estabelecer conhecimento científico equiparável ao da física matemática. Para tanto, avança a tese de que o real se esgotaria em seis ciências: matemática, astronomia, física, química, fisiologia e física social, sendo a última obra do próprio Comte.

Para tornar operativa sua ciência (a exemplo do que se dava na ciência natural), Comte concebera *política científica*. Segundo entende, não se trata mais de promover especulações sobre o melhor governo possível, nem de discutir questões superadas como o direito divino dos reis ou a soberania popular. O governo transformou-se num assunto de competência. Ao positivismo, portanto, cabe a missão de implantar uma nova ordem social, tudo segundo o figurino estabelecido por Saint-Simon.

Nessa altura, Comte se dá conta da dificuldade e expressa-a no *Système de politique* (1851-1854), que coroa o arcabouço da pretendida reforma social. Apresenta a questão desse modo: “Para que um novo sistema social se estabeleça, não basta que haja sido concebido convenientemente, é necessário ainda que a massa da sociedade apaixone-se por constituí-lo”. Ocorre, entretanto, que “não se apaixona jamais a massa dos homens por um sistema qualquer provando-lhe que corresponde àquele cujo estabelecimento foi preparado pela marcha da civilização desde sua origem e que ela convida hoje a dirigir a sociedade”. Semelhante prova acha-se ao alcance de “pequeno número de espíritos e exige mesmo de sua parte uma cadeia muito longa de operações para que possa apaixoná-los”. Nesse momento é que se coloca a necessidade, para Comte, de completar o que entendia como síntese objetiva das ciências – representada pelo seu coroamento na sexta e última ciência – de uma síntese subjetiva –, pelo que chamou de religião da humanidade. Embora muitos positivistas a tenham recusado como contrária ao espírito da doutrina, o papel da religião também fora estabelecido por Saint-Simon, posto que buscava a reforma da sociedade e não algo apenas no plano doutrinário.

O comtismo acaba num projeto de amplo enquadramento da sociedade, que não recua sequer diante do reconhecimento de que se trata de implantar uma ditadura. Esse projeto seria experimentado na América Latina, no século XX, quando surgia formas variadas de autoritarismo. Contudo, o desfecho mais acabado do propósito de alcançar a sociedade racional seria proporcionado pela aplicação do marxismo à Rússia Soviética.

### **- A solução ensejada por Max Weber**

Max Weber nasceu em 1864 no seio de uma família de industriais no Oeste da Alemanha. Seu pai era advogado e político conhecido, representante de uma das facções liberais no Parlamento. Weber pretendia seguir a carreira do pai e doutorou-se em direito na Universidade de Berlim, 1889, aos 25 anos. Para o exercício da docência livre, na mesma Universidade, elaborou uma tese sobre o direito agrário na Roma Antiga. Nos anos seguintes realizou uma ampla pesquisa sobre o trabalho rural nas províncias alemãs a Leste do Elba e

também sobre bolsas de mercadorias. Em 1894, tornou-se professor catedrático de economia na Universidade de Friburgo, transferindo-se em 1896 para a de Heidelberg.

De saúde muito precária, desde 1897, Weber reduziu, substancialmente, a atividade acadêmica, ocupando-se exclusivamente da investigação dos temas de seu interesse. A partir de 1903, tornou-se diretor do Arquivo de Ciência Social e Bem-Estar Social, renovando por esse meio os contatos com a Universidade. Em 1904 aceitou convite para visitar os Estados Unidos. Nesse mesmo ano publicou ensaios sobre metodologia da pesquisa sociológica e políticas agrárias no Leste da Alemanha, bem como o livro que estaria destinado a dar-lhe grande nomeada – *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nos anos seguintes, prosseguiu sem interrupção o seu trabalho. Durante a Primeira Guerra, serviu como diretor de hospitais do Exército em Heidelberg. Em 1918, foi consultor da Comissão Alemã do Armistício, em Versalhes, e de uma comissão incumbida de redigir a Constituição de Weimar. Faleceu em junho de 1920, vitimado por uma pneumonia, aos 56 anos.

A parte fundamental da obra de Weber foi publicada após a sua morte, graças ao empenho pessoal da esposa, Mariane Weber, que também escreveu a sua biografia. As traduções não abrangem o conjunto. Com o título de *Economia e Sociedade*, publicaram-se grande parte de seus estudos sociológicos, achando-se essa obra traduzida ao inglês, ao francês e ao espanhol. Dentre os outros estudos, há traduções de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*; *Ensaio sobre a metodologia das ciências sociais*; *A religião da China*; *A religião da Índia*; *O judaísmo antigo e História Econômica Geral*. Em português, estão publicados *A ética protestante*; *Ciência e Política como vocações* e uma coletânea de ensaios (*Ensaio de sociologia*).

São inestimáveis as contribuições de Weber para a cultura ocidental, cumprindo destacar a concepção de uma metodologia que permitiu a introdução de procedimentos científicos na sociologia; a identificação dos valores predominantes em ciclos históricos decisivos, bem como as condições de sua mudança, evidenciando, deste modo, o papel essencial dos valores na evolução do curso histórico; a constituição de uma atitude compreensiva no estudo da religião, em contraposição aos períodos anteriores quando não se entrevia essa possibilidade, mas apenas a alternância entre a exaltação do sentimento religioso e a crítica demolidora da religião; e, finalmente, para destacar apenas o que há de mais relevante, as indicações que nos legou acerca da *ética de responsabilidade*, isto é, a defesa de um comportamento moral que incorpore as conquistas da meditação moderna, sobretudo as teses kantianas, sem insistir na hipótese do homem universal e tendo-o como situado num tempo histórico e num território limitados.

No aspecto aqui considerado, o grande feito de Max Weber consistiu em encontrar a forma de superar o exame do comportamento social a partir de pressupostos éticos, mas apresentados como sendo de inspiração científica. Weber indicou que, na atuação em sociedade, o homem parte de determinadas valorações, cuja avaliação ou refutação transcende o plano da ciência, podendo-se, no máximo, explicitar quais as posições valorativas possíveis diante desse ou daquele evento. Semelhante explicitação em nada contribui, contudo, para a compreensão dos fenômenos sociais. Recomenda, em seu lugar, o que chamou de neutralidade axiológica. Enquanto cidadão, o cientista poderá naturalmente empreender essa ou aquela escolha, cumprindo, entretanto, evitá-la no curso da investigação que se pretendia científica.

Embora a solução weberiana não tenha conseguido abolir as sociologias oitocentistas, no século XX aprimoraram-se muito os procedimentos destinados a medir e

prever o comportamento social, tanto no âmbito da sociologia como na psicologia social. A título ilustrativo, podem ser mencionadas as previsões eleitorais.

O progresso da quantificação, no que respeita a eventos sociais, não elimina a especulação de índole filosófica ou moral. Essa especulação está, entretanto, vinculada a certas tradições culturais do Ocidente e não, obrigatoriamente, aos resultados científicos, ainda que não possa deixar de ser afetada por estes últimos.

### **- Explicações científicas, segundo Hegenberg**

Numa linguagem simples e acessível, Leonidas Hegenberg, no seu livro clássico *Explicações científicas*, sucessivamente reeditado, explica (no capítulo segundo), em que consiste a ciência, seus procedimentos e como se poderia caracterizar a denominada atitude científica. Segue-se a transcrição.

Os problemas são comuns em nossa vida. Alguns são simples e a solução que lhes damos é um sumário "ir vivendo" – continuamos o nosso diálogo com a circunstância e o tempo se encarrega de fechar as lacunas, sem maiores transtornos. No outro extremo da escala estão os problemas graves, sem solução aparente. Faltam-nos palavras, o diálogo se interrompe e só a prece nos devolve, ainda que passageiramente, a necessária tranquilidade para continuarmos a viver. De permeio, há uma classe especial de questões, relativas àquilo que interfere com o nosso estar na circunstância – os paus e pedras e gentes e coisas que nos rodeiam. Como se comportam? Como utilizá-los? De que modo explicar este ou aquele fenômeno? Por que se dá isto e não aquilo? Eis algumas das perguntas que fazemos a propósito do que nos cerca. As respostas ajudam-nos a efetuar o ajuste com as coisas, gerando o mundo em que viveremos.

Começemos com um exemplo elementar.<sup>(5)</sup> Um menino está perdido num subúrbio, longe de qualquer habitação, e decide permanecer no local até que o encontrem. Aproximando-se a noite, resolve colher material para a fogueira. Traz para junto de sua cabana vários objetos, constatando que alguns queimam e outros não. A fim de não perder tempo recolhendo material inútil, prepara uma lista (organiza a informação) que assume o seguinte aspecto:

- a) queimam: cabos de vassoura, canetas, pernas de mesa, galhos de árvore;
- b) não queimam: pedras, frutas, folhas de zinco, tijolos.

A lista, naturalmente, é de grande serventia. Permite coletar o material desejado. Escasseando os galhos de árvores e os cabos de vassouras, o menino tenta encontrar alguma regularidade na sua lista, capaz de orientá-lo na busca de novos materiais para a fogueira. Comparando os objetos reunidos, conclui que todos os objetos cilíndricos queimam isto é, que para todo X (se X é cilíndrico, X se queima).

Um dia, à cata de objetos, tendo olvidado a lista na cabana, recorda-se da generalização e passa a reunir material guiado pelo que ela assentava. Recolhe uma velha bengala e alguns tocos de lápis (predições ótimas!) e reflete, com prazer, que não precisa se preocupar com uma enferrujada corrente, um radiador e uma velha porta: não sendo

cilíndricos, não há motivo para carregá-los. Note-se que a generalização está perfeitamente coerente com a lista de observações: nos limites estabelecidos, ela merece inteiro crédito.

Satisfeito com as suas descobertas, o menino deixa a lista na cabana e sai, novamente, à cata de material. Volta com três latas vazias, um eixo de ferro e algumas garrafas, deixando de recolher a porta e um caixote de papel. À noite, suas conclusões são mais ou menos estas:

1. a forma cilíndrica talvez não tenha grande relação com a inflamabilidade;
2. ainda que a "generalização cilíndrica" não seja de grande utilidade, é fato que os galhos, a bengala e os lápis queimam;
3. amanhã eu vou levar a lista novamente.

E é possível que o menino, meditando outra vez, comparando os novos montes de objetos, conclua que para todo X (se X é de madeira, X queima) representa uma solução mais feliz para o seu problema. Que efeito provocaria essa nova generalização? Entre outras coisas, levaria o menino a arrastar a velha porta e o caixote de papel (predições ótimas!), antes ignorados, para afastar, possivelmente, alguns trapos, um tapete surrado e vários cadernos e livros. Por acaso ou por necessidade, o menino poderia constatar que os trapos e o papel também são inflamáveis. Isso o conduziria a uma nova generalização. O processo pode repetir-se e muitas vezes.

De que servem, em cada estágio, as generalizações obtidas? Elas se prestam para explicar certas coisas ("este objeto arde porque é cilíndrico") e permitem lançar algumas predições ("este objeto deve queimar porque é cilíndrico"). Explicando e prevendo, o menino se movimenta em sua circunstância e resolve a questão que o preocupa (colher material para a fogueira), ajustando-se ao meio e, em certa medida, controlando-o.

Nossos antepassados criaram o mundo em que estamos. Transmitiram-nos informações acerca da circunstância, condensadas nas sentenças declarativas que tratam das coisas, de suas propriedades e das relações que elas mantêm entre si. As sentenças declarativas que constituem a interpretação da circunstância são transmitidas de geração a geração, pelas tradições orais, pelas salas de aula, pelos livros e formam uma intrincada rede em que somos apanhados, sem mesmo disso chegarmos a ter clara consciência.

Nosso diálogo com a circunstância principia com as interjeições (as exclamações de dor e de prazer) e culmina com elaborados discursos, cheios de complicadas palavras, permeados de interrogações e asserções (em que se fixam nossas crenças, nossas opiniões e nossos conhecimentos). Desde a infância nós aprendemos a usar as expressões lingüísticas e o aplauso dos pais ou o benevolente prêmio dos mestres são indícios seguros de que as estamos empregando de maneira acertada.

Na circunstância interpretada o homem vai vivendo. Os objetos têm o *status* que o bom senso lhes atribui – e ‘bom senso’ não é mais que o discurso a que estamos habituados. Cada objeto, isolado do rol das coisas, possui um nome, ocupa um lugar no espaço, tem certa “persistência” (que nos permite concluir que esta árvore florida é a “mesma” que víamos, quase seca e sem folhas, no outono passado), embora sofra alterações, e se identifica por meio

de algumas características que costumamos atribuir-lhe. Não duvidamos desse *status*, já que para a vida comum é indispensável confiar, em certa medida, no veredito do bom senso.

O bom senso é o guia normal do homem, na solução de suas dificuldades. Os informes do bom senso constituem os dados sobre que a análise se efetuará. São os dados “pré-analíticos”, no duplo sentido de que são dados anteriores à análise, e que aí se acham para a análise.

Sofisticado, o bom senso transforma-se em ciência. Não há um divisor nítido a separar bom senso e ciência. Já se propôs distingui-los recordando o caráter imediatista daquele, alheio a esta. Entretanto, a ciência (especialmente a aplicada) também possui os seus problemas “urgentes”, não sendo raras as pesquisas orientadas para um fim específico, visando soluções imediatas.

Houve, também, a tendência de supor que a ciência teria traços puramente quantitativos, sendo qualitativos os do bom senso.<sup>(6)</sup> O desenvolvimento de algumas teorias essencialmente qualitativas, como a da evolução ou a topologia (moderno ramo da matemática), encarregou-se de mostrar que a oposição quantitativo-qualitativa está longe de ser um traço distintivo satisfatório. Saliente-se, ainda, que não são incomuns os casos de tratamentos predominantemente quantitativos dados às questões do bom senso – como sucede, por exemplo, com o viajante apressado que mede as distâncias em um mapa rodoviário.

Acresce que muitas ciências nasceram das preocupações diárias do homem. A geometria, como se sabe, surgiu de questões práticas, relacionadas com a mensuração de terras. A biologia também deve muito às preocupações ordinárias com a saúde e a reprodução.

Essa espécie de continuidade entre o saber comum e o científico levou alguns estudiosos à idéia de que a ciência não passaria de um bom senso organizado. A idéia não realça, no entanto, aquilo que é próprio da ciência, o tipo de organização que lhe é peculiar. O ponto merece um breve comentário.

À medida que os problemas se sucedem, as investigações se tornam mais minuciosas. Exigindo respostas satisfatórias para as questões que o preocupam, o homem altera os dados da experiência vulgar. Da mesma forma porque o escultor, a partir do mármore, chega à estátua que, sem deixar de ser mármore, é fruto de sua inventividade, a ciência principia acomodada ao bom senso, mas termina acomodando-o às suas invenções. Aquilo que a experiência comum nos oferece pode ser, em algumas ocasiões, perfeitamente aceitável. Mas os dados do bom senso precisam, não raro, depois de aprofundadas as questões, sofrer transformações mais ou menos radicais.

Um traço notável de boa porção das informações adquiridas por meio da experiência ordinária é o de que – ainda quando a informação, dentro de certos limites, se torna razoavelmente precisa – elas raramente se fazem acompanhar de explicações que esclareçam porque os fatos são como se diz que sejam. Acresce que o bom senso, se chega a apresentar explicações, fornece-as, na grande maioria das vezes, sem indicação dos testes críticos que salientam a relevância da explicação para aquilo que se tem em vista explicar. É justamente o desejo de obter explicações a um tempo sistemáticas e controláveis pela evidência fatural que gera a ciência. É a organização e classificação dos fenômenos, com base

em princípios explanatórios, em tessituras cada vez mais densas e abrangendo número crescente de acontecimentos, que constitui um dos alvos da ciência.

Criticando o bom senso, modelando-o, reformulando o saber que proporciona, atinge-se o saber denominado científico. O método científico, em relação aos objetos da experiência ordinária, impõe certa ordem, classificando, descrevendo, medindo, explicando. Parte-se de alguns dados comuns (uma vez que é impraticável partir do nada) e se elabora esse núcleo inicial de informações até que explicações satisfatórias sejam obtidas. Aquilo que nos preocupa fica, desse modo, resolvido. A solução, provisória, submete-se a novas críticas e o progresso resulta de análises das explicações inadequadas, em busca de soluções sucessivamente mais satisfatórias. Exceções, fatos “anômalos” ou singulares e falhas são apontados. Uma nova proposta surge, contornando as deficiências da anterior e condensando os resultados obtidos. O processo se repete, interminavelmente, no anseio de dar à circunstância um aspecto ordenado e “compreensível”.

A pesquisa científica não se realiza num “vácuo intelectual”. Muito ao contrário, a investigação está sempre mergulhada em um contexto. Observar por observar, como experimentar por experimentar, pode ser interessante, às vezes, mas é atividade de pequena serventia. Quando se observa ou se experimenta, quando se investiga, enfim, há uma idéia básica a nortear os passos da pesquisa. Ilustremos a situação.<sup>(7)</sup>

Na circunstância interpretada em que viviam os contemporâneos de Darwin era pacífica a doutrina de uma "criação especial" (de ordem divina). . . As espécies adaptam-se às condições de vida, próprias de cada local. Segundo a doutrina, ambientes análogos seriam ocupados por espécies análogas - lembrando que as distâncias seriam insignificantes para Deus. Além disso, mantidas as condições ambientais, as espécies também se manteriam relativamente estáveis.

Nesse “mundo”, surgiu a dúvida de Darwin. “No grande esquema da natureza”, meditava ele, notando que algumas espécies haviam representado um papel insignificante, “começamos a cogitar das razões que teriam ditado a criação de espécies distintas”. A dúvida acentuou-se quando o conhecido estudioso visitou as ilhas Galápagos, constatando que certos animais (os tentilhões) de uma ilha eram ligeiramente diferentes dos animais de ilhas vizinhas. “A zoologia do arquipélago”, anotou Darwin, “merece atenção porque fatos como estes podem solapar a crença na estabilidade das espécies”. Por que seriam flora e fauna tão análogas e, sem embargo, cheias de pequenas peculiaridades, quando se passava de uma para outra ilha ou do arquipélago para o continente vizinho?

A rigor, o ambiente das Galápagos deveria ser comparado mais facilmente com o de outras ilhas – como as de Açores, por exemplo – do que com o ambiente continental vizinho. A costa americana, por sua vez, teria muito mais pontos de semelhança com a costa africana do que com as ilhas fronteiriças. Ora, na hipótese de uma criação especial, as espécies semelhantes deveriam estar reunidas nas ilhas, de um lado, e nos continentes, de outro. Entretanto, o que se constatava era a analogia das espécies de ilhas e continentes próximos – e não a analogia das espécies de *habital* semelhante. Galápagos e Açores estão muito afastadas umas das outras (cerca de cinco mil milhas), mas isso deveria ser distância desprezível para um ser onipotente. Surgiu, pois, no mundo de Darwin, uma fissura, um problema, uma situação incompatível com as crenças vigentes: era, de fato, estranho que as espécies das ilhas



se aparentassem mais com as espécies dos continentes vizinhos do que com as espécies de outras ilhas.

Estamos diante de certas evidências. Há analogias entre espécies das ilhas e dos continentes vizinhos. Pode-se supor que uma ilha, ao surgir, próxima de uma terra qualquer, esteja vazia de seres vivos. Organismos acabam atingindo a ilha. Alguns, em virtude das facilidades de locomoção – insetos, transportados pelo vento, ou pássaros. Outros, em virtude de fatores acidentais – ratos transportados pelos navios que freqüentam a região. Uma hipótese desse tipo é orientadora: aponta para a evidência que pode ser buscada com o fito de corroborá-la ou refutá-la. E permite uma resposta para a dúvida original, surgida no seio do sistema de crença que estava em vigor e com o qual a dúvida se mostrava em choque.

Ao mesmo tempo (e isso é de fundamental relevo), lançada a hipótese, novas questões se colocam, novas perspectivas se abrem. Por que diferem os pássaros de uma para outra ilha? Notando que as ilhas do arquipélago das Galápagos estão razoavelmente distantes umas das outras, separadas por mar profundo, impedindo que os pássaros se transfiram de uma ilha para outra, coloca-se a idéia de que o isolamento das espécies é fonte de algumas alterações? Por quê? Que relação pode haver entre isolamento e modificação da espécie? Haverá outros fatores determinantes das diferenças. Aí estão apenas algumas das novas questões que se apresentam ao investigador e que se colocam no contexto sugerido pela hipótese aventada.

A hipótese norteia o que se vai observar. Com efeito, a vida de Darwin passou, daí por diante, a ser devotada à coleta de evidências para a sua conjectura – a teoria da evolução.

O cientista, além de observar, registrar observações, experimentar, medir, também lança hipóteses. São elas, afinal, que, de algum modo, justificam e dão sentido às outras atividades do pesquisador. Isso, porém, não é tudo. De tempos em tempos surge a necessidade de examinar a compatibilidade das hipóteses, de confrontar uma hipótese com outras anteriormente aceitas. Há necessidade de compreender em que sentido as observações novas corroboram ou refutam uma dada hipótese. Essa parte crítica da atividade do cientista nos conduz para a filosofia da ciência que vai merecer uma dissertação apartada.

A crítica das explicações oferecidas pelo bom senso inicia o trabalho científico. Esse trabalho é governado por um tipo especial de atitude. Caracteriza-a a tendência de suspender juízos, evitar asserções “definitivas”, até que a evidência adequada tenha sido apresentada para só então acolher as afirmações, admitindo-as na medida em que a evidência as apóia e não excluindo a possibilidade de refutações futuras.

O que, em cada caso, deve ser a evidência apropriada, depende, é claro, do problema que se visa solucionar. Uma teoria acerca da origem do sistema solar não pode ser comprovada experimentalmente. Contudo, seria tolice rejeitá-la com base no fato de que não pode ser comprovada nos termos em que se comprova, por exemplo, que a água tem a estrutura molecular  $H_2O$ . Esta proposição, por sua vez, não se aceita com a mesma justificativa que se daria, digamos, para assegurar que “a manteiga derrete quando aquecida”, que só depende de observação direta. Não obstante, duvidar da estrutura molecular da água seria fútil se a dúvida se assentasse apenas no fato de não se poder “ver” as moléculas.

Não é possível, por outro lado, demonstrar a lei da gravitação universal da mesma forma por que se demonstra um teorema da geometria. Seria, porém, inadmissível um

ceticismo total a respeito da lei porque ela não tem a “necessidade lógica” associada aos teoremas. Há “demonstrações” de vários tipos (pelo menos pragmaticamente), como há explicações de várias espécies. Explicitar e, se possível, corrigir os critérios que o homem emprega para saber até que ponto a evidência apóia uma proposição é tarefa da ciência, em sua busca de sistematização do caos de “dados primeiros” que enfrentamos.

A sistematização caminha por etapas. Uma primeira é sugerida, aceita com base na evidência disponível, criticada, submetida a testes – até que outra apareça. A nova sistematização, “melhor” do que a anterior, porque mais consentânea com os fatos observados, entra em vigor e será, por sua vez, criticada e revista, vendo-se aceita enquanto não for derrubada por uma terceira, e assim por diante.

Obviamente a sistematização perfeita é um ideal e raras são as ciências, como a mecânica, por exemplo, que chegam a um estágio avançado de coerência axiomático-dedutiva. Mas explicar, estipular algumas relações de dependência entre fatos, aparentemente desconexos, permitir previsões bem-sucedidas estão entre os alvos da atividade científica. No exame das coisas que lhes despertem a atenção, os cientistas lançam hipóteses. Estas ficam, por assim dizer, no meio da evidência: há evidências favoráveis, espera-se que outras apareçam para corroborá-las. Algum dado preliminar deve ter existido, sem o que a hipótese nem sequer chegaria a ser formulada. E não há evidência completa, porque se houvesse teríamos certezas e não hipóteses. Não projetar hipóteses é supor que se sabe tudo, atitude injustificável; supor que com apresentá-las se concede que tudo é hipotético equivale a desejar estagnação. Como um célebre pensador contemporâneo afirmou, um problema filosófico é um pedido de explicação – explicação apropriada, construída sobre bases aceitáveis. Se quisermos dar tudo por entendido, nada restará para explicar; se nos recusarmos a admitir, ainda que em caráter provisório que existem coisas claras, as explicações serão impossíveis.<sup>(8)</sup>

As hipóteses são veículos do saber. Mas não são hipóteses gratuitas que levam ao aprimoramento dos conhecimentos. Uma hipótese só seria uma “boa hipótese” se atender a alguns requisitos mínimos. Ela deve ser “adequada”, isto é, deve estar de acordo com a evidência recolhida, na medida em que essa evidência não sofrer alterações. Deve ser “testável”, isto é, deve sugerir outras evidências capazes de apoiá-la ou refutá-la. E deve, em grande número de ocasiões, ser “consistente”, isto é, compatível com outras hipóteses que não se deseja, pelo menos de momento, abandonar. São as boas hipóteses que capacitam a ciência a dar do universo uma imagem satisfatória

Criticar as concepções existentes, lançar novas hipóteses – conjecturas ousadas – explicar, prever, controlar as previsões, eis algum dos traços característicos da atividade científica. A ciência não procura resultados definitivos. As afirmações irrefutáveis não fazem parte da ciência, mas dos mitos. Em verdade, a falsificabilidade de suas asserções (pelo menos em princípio) caracteriza a ciência.<sup>(9)</sup>

Compare-se, por exemplo, uma teoria como a de Einstein com certas hipóteses sustentadas por alguns psicólogos. A relatividade surgiu com uma previsão arriscada: se a luz não se desviasse na presença de corpos de grandes massas, a teoria estaria refutada. A teoria era incompatível com certos dados observacionais, ela “proibia” certos fenômenos (a ausência do desvio do raio luminoso). As observações corroboraram a teoria e ela se mantém em pé, mas era possível, pelo menos em princípio, refutá-la. Em oposição, certas hipóteses da

psicologia são compatíveis com qualquer dado observado: os fatos observados acomodam-se na teoria (mesmo quando contraditórios), ela nada “proíbe”, é, em certo sentido, “irrefutável”, não existe previsão arriscada. Admita-se, a título de exemplo, que uma cidade tenha sofrido, durante vários meses consecutivos, um severo bombardeio. O bombardeio pode ser lembrado para explicar, digamos, a apatia dos moradores da cidade, seu desânimo e seu temor. Mas também pode explicar, com igual plausibilidade, o fato de que o povo da cidade é corajoso, alerta e vigoroso. Os fatos, opostos, ficam explicados com igual coerência – a hipótese é compatível com qualquer das situações, nada pode refutá-la.

A ciência enfrenta, pois, o risco de ver abandonadas as soluções que propõe. Isso não acontece, em geral, com o bom senso, cujas asserções são flexíveis, suficientemente elásticas para se acomodarem a qualquer situação e esquivas à análise crítica. As “asserções inabaláveis” são próprias dos mitos, não da ciência. O progresso da ciência deve-se, em grande parte, ao fato de que ela propõe soluções específicas para questões específicas, submetendo-as, sem cessar, ao crivo da crítica. A crítica gera o progresso. A “verdade inabalável” gera estagnação.

### TEXTO III – CONCEITUAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA

Norberto Bobbio

A expressão Ciência política pode ser usada em sentido amplo e não técnico para indicar qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais. Nesta acepção, o termo “ciência” é utilizado dentro do significado tradicional como oposto “a opinião”. Assim, “ocupar-se cientificamente de política” significa não se abandonar a opiniões e crenças do vulgo, não formular juízos com base em dados imprecisos, mas apoiar-se nas provas dos fatos. Neste sentido, a expressão não é nova, mas usada largamente no século passado, especialmente na Alemanha; não é supérfluo recordar que os célebres *Lineamenti di filosofia del diritto* de Hegel (1821), cujo subtítulo é *Scienza dello stato (Staatswissenschaft) in compendio*. Na Alemanha, na primeira metade do século passado, desenvolveu-se uma importante tradição de ciência do Estado, através de cientistas dedicados aos estudos da organização estatal (da administração pública), como Roberto von Mohl e Lorenz von Stein. Na França e na Itália teve maior aceitação a expressão Ciência política, como mostra a célebre coleção de obras italianas e estrangeiras, intitulada *Biblioteca di scienze politiche*, dirigida por Attilio Brunialti, que antepôs um ensaio de sua autoria sobre *Le scienze politiche nello stato moderno* (vol. I, 1884, p. 9-74).

Em sentido mais limitado e mais técnico, abrangendo uma área muito bem delimitada de estudos especializados e em parte institucionalizados, com cultores ligados entre si que se identificam como “cientistas políticos”, a expressão Ciência política indica uma orientação de estudos que se propõe aplicar à análise do fenômeno político, nos limites do possível, isto é, na medida em que a matéria o permite, mas sempre com maior rigor, a metodologia das ciências empíricas (sobretudo na elaboração e na codificação derivada da filosofia neopositivista). Em resumo, Ciência política, em sentido estrito e técnico, corresponde à “ciência empírica da política” ou à “ciência da política”, tratada com base na metodologia das ciências empíricas mais desenvolvidas, como a física, a biologia etc. Quando hoje se fala do desenvolvimento da Ciência política nos referimos às tentativas que vêm sendo feitas com maior ou menor sucesso, mas tendo em vista uma gradual acumulação de resultados e a promoção do estudo da política como ciência empírica rigorosamente compreendida.

Neste sentido mais específico de “ciência”, a Ciência política vem cada vez mais se distinguindo da pesquisa, voltada não mais para a descrição daquilo “que deve ser”, pesquisa esta à qual convém mais propriamente dar o nome de “filosofia política”, usado comumente. Aceitando-se esta distinção, as obras dos clássicos do pensamento político são, em sua maior parte, obras nas quais mal se distingue aquilo que pertence à filosofia, enquanto os “cientistas políticos” contemporâneos tendem a caracterizar as próprias obras como “científicas”, para acentuar aquilo que as distingue da filosofia. Embora não seja o caso de deter-se sobre o conceito de “filosofia política”, enquanto diferente da Ciência política, é conveniente, pelo menos, advertir que voltam a fazer parte da noção de filosofia política como estudo orientado deontologicamente, tanto as construções racionais da ótima república, que deram vida ao filão das “utopias”, quanto as idealizações ou racionalizações de um tipo de regime possível ou já existente, características das obras dos clássicos do pensamento político moderno (como Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Hegel). Mais do que distinguindo entre projeção utópica ou idealizante a análise empírica, Sartori individualiza a diferença entre

filosofia política e Ciência política, na falta de operatividade ou aplicabilidade da primeira, pois “a filosofia não é ... *um pensar para aplicar*, um pensar em função da possibilidade de traduzir a idéia no fato”, enquanto ciência “é a teoria que reenvia à pesquisa, tradução da teoria em prática”, afinal um “projetar para intervir” (*La scienza política*, p. 691). Poderia objetar-se que, em relação à operatividade, não significa que os ideais tenham sido na história das mudanças políticas menos “operativos” do que os conselhos dos engenheiros” sociais.

Embora a constituição da Ciência política em ciência empírica como empreendimento coletivo e cumulativo seja relativamente recente, podem ser consideradas obras de Ciência política, ao menos em parte, e na sua inspiração fundamental, também no sentido limitado e técnico da palavra, algumas obras clássicas, como as de Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu, Tocqueville, enquanto elas tendem à formulação de tipologias, de generalizações, de teorias gerais, de leis, relativas aos fenômenos políticos, fundamentadas, porém, no estudo da história, ou seja, apoiando-se na análise dos fatos.

É verdade, todavia, que a Ciência política, como disciplina e como instituição, nasceu na metade do século passado; ela representa um momento e uma determinação específica do desenvolvimento das ciências sociais, que caracterizou justamente o progresso científico do século XIX e teve suas expressões mais relevantes e influentes no positivismo de Saint-Simon e Comte, no marxismo e no darwinismo social. Enquanto momento e determinação específica do desenvolvimento das ciências sociais, o nascimento da Ciência política moderna se processa através do distanciamento dos estudos políticos da matriz tradicional do direito (particularmente do direito público). Não devemos esquecer que a filosofia política moderna, a partir de Hobbes até Kant, apresenta-se como parte, não mais do que uma parte, do desenvolvimento do direito natural, no qual o Estado aparece como uma entidade jurídica, criada através de um ato jurídico (como o contrato ou os contratos, que constituem o fundamento de sua legitimidade), e criador ele mesmo, uma vez instituído de direito (o direito positivo). Este distanciamento da matriz jurídica é evidente e declarado nos dois autores, que mais do que quaisquer outros, podem ser considerados, a meu ver, como iniciadores da Ciência política moderna: Ludwig Gumplowicz, cuja obra *Die soziologische Staatsidee* é de 1892 e Gaetano Mosca, que publicou a primeira edição dos *Elementi di scienza politica*, em 1896.

No nosso século, o desenvolvimento da Ciência política acompanha de perto a sorte das ciências sociais e sofre influência, seja no que se refere ao modo de aproximar-se da análise do fenômeno político (*approach*), seja no que se refere ao uso de certas técnicas de pesquisa. O país no qual a Ciência política como ciência empírica foi mais cultivada, os Estados Unidos, foi justamente aquele no qual as ciências sociais tiveram, nos últimos cinquenta anos, o maior desenvolvimento. Com referência ao *approach*, que surgiu com particular intensidade nos últimos vinte anos (embora o seu início remonte ao artigo de Charles E. Merriam, *The present state of the study of politics*, de 1921), a passagem do ponto de vista institucional, dominado ainda pela matriz jurídica tradicional dos estudos políticos, para o ponto de vista “comportamental”, segundo o qual o elemento simples, que deve iniciar o estudo político com pretensões ao uso, legítimo e fecundo, da metodologia das ciências empíricas, é o comportamento do indivíduo e dos grupos que têm ação política. Para exemplificá-lo, bastará lembrar o voto, a participação na vida de um partido, a busca de uma clientela eleitoral, a formação do processo de decisão nos mais diversos níveis. Com referência às técnicas de pesquisa, aconteceu uma mudança igualmente decisiva a partir do uso exclusivo baseado na coleta de dados da documentação histórica, da qual se valeram

estudiosos políticos do passado, desde Aristóteles até Maquiavel, de Montesquieu até Mosca, do emprego sempre mais freqüente da observação direta ou da pesquisa de campo, através de técnicas tiradas da sociologia, da investigação por sondagem ou por entrevista. Isto foi possível em consequência da aproximação comportamental. Esta transformação teve como resultado um enorme aumento de dados à disposição do pesquisador, que exigiu por sua vez, para a sua padronização, e, portanto, para uma utilização mais profícua, o uso sempre crescente de métodos quantitativos. A aplicação cada vez mais extensiva dos métodos quantitativos nas ciências sociais, repercutindo-se na Ciência política, embora por vezes depreciada e na prática nem sempre proveitosa, aparece inevitavelmente pela transformação acontecida no objeto da pesquisa; isto, porém, não significa que seja, ou que chegue a ser exclusiva e exaustiva.

Em comparação aos estudos políticos do passado, o estado presente da Ciência política caracteriza-se pela disponibilidade de um número de dados incomparavelmente maior do que aquele de que poderiam dispor os estudiosos do passado. Além da mudança da aproximação e da introdução de novas técnicas de invenção, o crescente número de dados depende também da gradual extensão dos interesses políticos fora da área das nações européias ou de influência européia, seja no tempo (civilização primitiva, mundo oriental, civilizações pré-colombianas), seja no espaço (referentes às chamadas nações do Terceiro Mundo). Já Mosca, analisando as instituições do México, da Índia e da China, destacou a pouca credibilidade da análise de Maquiavel, que tirou seus dados unicamente da história romana e de algumas nações de seu tempo. A ampliação dos horizontes culturais dos cientistas políticos de hoje, além dos tradicionais limites da ciência européia atual, poderia permitir dirigir a Mosca a mesma crítica que ele fez a Maquiavel. Karl Deutsch enumera nove espécies de dados desenvolvidos nos últimos anos pelos cientistas políticos, ou postos à sua disposição: elites, opiniões de massa, comportamento de voto dos eleitores e dos membros do Parlamento, os chamados dados agregados colhidos nas estatísticas e relevantes para o estudo dos fenômenos políticos, dados históricos, dados fornecidos por outras ciências sociais sobre as condições e os efeitos da comunicação, dados secundários, derivados de novos processos analíticos, matemáticos e estatísticos e de programa de computers. Para ter-se idéia da real importância dos novos dados dos quais pode dispor hoje o cientista político, ocorre acrescentar que cada uma das nove espécies de dados torna-se, pouco a pouco, acessível a um número cada vez maior de países. Em outras palavras, a expansão intensiva dos dados caminha tanto quanto a expansão extensiva dos mesmos.

O rápido aumento extensivo de dados tornou possível uma ampliação cada vez maior da comparação entre os regimes dos diversos países, estimulando os estudos de política comparada, a ponto de induzir alguns a identificar *sic et simpliciter* a Ciência política contemporânea na especificação, ou seja, na diferença que a distingue das disciplinas afins e dos estudos políticos do passado com a política comparada. Na realidade, a política comparada não é uma novidade: o estudo dos fatos do fenômeno político, que tem origem em Aristóteles, teve início com a comparação entre diversas constituições gregas. *L'esprit des lois*, de Montesquieu, nasceu de uma grandiosa tentativa de “comparar” entre si o maior número possível de regimes de todas as partes do mundo. Como dizíamos, aquilo que é novo é a quantidade de dados à disposição, mas trata-se de uma diferença quantitativa e não qualitativa. É provável que o particular relevo dado à política comparada por alguns dos mais, prestigiados cientistas políticos dos últimos anos dependa também de terem erroneamente isolado, entre outros, métodos dos quais se serviria a Ciência política, tais como o método experimental, o método histórico e o método estatístico, um pressuposto “método

comparativo”, do qual teria o monopólio exatamente a política comparada. De fato, um método comparativo não existe: a comparação é um dos procedimentos elementares e necessários a toda a pesquisa que pretenda tornar-se científica. Mesmo quem estuda o sistema político italiano serve-se habitualmente da comparação para analisar as diferenças, digamos, entre o Parlamento de hoje e aquele de ontem. O uso lingüístico de denominar política comparada o estudo que compara instituições de diversos países não invalida o fato do procedimento usado ser idêntico àquele que vem sendo empregado por quem se propõe a notar as semelhanças e as diferenças entre duas instituições do mesmo país numa dimensão histórica. Este faz comparação, mesmo quando aquilo que faz não se pode chamar (por causa de um certo uso lingüístico consolidado) exatamente política comparada. Por outro lado, o estudioso de política comparada não se limita somente a utilizar o processo de comparação com a finalidade de comparar regimes dos diferentes países, mas faz largo uso também dos métodos histórico e estatístico. Em outras palavras, a política comparada não tem apenas a exclusividade da comparação (no sentido que os politólogos comparatistas façam somente comparação).

A crescente acumulação de dados permite à Ciência política contemporânea proceder com maior rigor na execução das operações e na obtenção dos resultados que são próprios da ciência empírica: classificação, formulação de generalizações e conseqüente formação de conceitos gerais, determinação de leis, pelo menos de leis estatísticas e prováveis, de leis de tendência, de regularidade ou uniformidade, elaboração (ou proposta) de teorias.

Como exemplo de classificação, podemos citar as várias tentativas recentes de aperfeiçoar a tipologia dos regimes políticos que por séculos ficou presa à classificação aristotélica das três formas puras e das três correspondentes formas impuras de Governo. Um exemplo já aceito de classificação é a tripartição weberiana das formas de poder legítimo (tradicional, legal e carismático), que ainda hoje é usada, mesmo se suscetível de ser muito mais articulada. Procedimento típico de generalização é aquele que conduziu a formulação do conceito de poder, freqüentemente considerado, como o conceito unificador de todos os fenômenos que caem no âmbito da política (no sentido de considerar-se como fenômeno político aquele no qual se encontra um elemento reconduzível ao conceito de poder). Pode-se considerar um exemplo bastante fecundo de hipóteses, mesmo que bem longe de ser verificado, aquele que presidiu à recente proliferação dos estudos sobre “desenvolvimento político”: a hipótese é que a uma dada fase de desenvolvimento econômico-social corresponde sempre uma determinada fase do desenvolvimento político, de onde deriva a conseqüência (prescritiva) sobre a impossibilidade ou a inoportunidade de acelerar o desenvolvimento político, se este não vem acompanhado de uma correspondente aceleração do desenvolvimento econômico. Uma das regularidades ou uniformidades às quais a Ciência política, até hoje, parece disposta a dar maior crédito é aquela que deu origem à teoria da classe política ou das elites, segundo a qual em cada regime, seja qual for sua “fórmula política”, é sempre uma minoria organizada ou um número muito restrito de minorias, em luta entre elas, que governam o país. Esta regularidade foi considerada por Roberto Michels, no seu estudo a respeito dos partidos, como verdadeira lei (chamada “lei férrea da oligarquia”). Formularam-se leis de tendência por Marx e Engels, retomadas depois por Lenin, focalizando a gradual extinção do Estado no assim chamado “Estado de transição”, partindo da hipótese que o aparelho estatal seja necessário até que dure a divisão da sociedade em classes antagônicas. Se por “teoria” se entende, num dos seus muitos significados, um conjunto de proposições com relação entre si (mas não tendo necessariamente o status de proposições

empíricas), de modo a formar uma rede coerente de conceitos que sirvam de orientação para a explicação (e a previsão) num campo bastante vasto, hoje uma das teorias mais aceitas, ou pelo menos bastante discutidas entre os cientistas políticos, é a “sistêmica” (*general system theory*), proposta por David Easton, segundo a qual a vida política no seu conjunto é considerada como um processo de *inputs* (perguntas) que nos chegam do ambiente externo (econômico; religioso, natural, etc.) e que se transformam em *outputs* (respostas), que seriam as decisões políticas em todos os níveis, que, por sua vez, retroagem sobre o ambiente circunstante provocando, assim, sempre novas perguntas.

Através desta série de operações, que vai da classificação à formulação de generalizações, de uniformidade, de leis de tendência e de teorias – operações estas que o acúmulo crescente de dados torna sempre mais fecundas, mas, ao mesmo tempo, sempre mais difíceis –, a Ciência política persegue a finalidade, que é própria de cada pesquisa que ambicione ao reconhecimento do *status* de ciência (empírica), de explicar os fenômenos objeto de seu interesse, e não apenas limitar-se a sua descrição. O enorme número de dados dos quais o estudioso de fatos políticos pode dispor, juntamente com o uso de métodos quantitativos que permitem, não apenas sua padronização, mas também a sua cada vez mais rápida utilização, põe em crise o tipo de explicação que, até aqui, prevaleceu nas ciências sociais tradicionais e artesanais, explicação esta fundada na pesquisa apenas de um ou de poucos “fatores”, e, ao mesmo tempo, incentivou os pesquisadores a considerarem uma notável pluralidade de variáveis significativas, cuja análise de suas inter-relações é sempre confiada ao cálculo estatístico.

O estágio presente da Ciência política, caracterizado pela difusão da técnica da análise de muitas variáveis (*multivariate analysis*), representa, em relação ao objetivo principal de cada pesquisa que se queira apresentar como ciência, ou seja, com referência à explicação, de preferência um momento crítico ou, no máximo, reconstrutivo, mas não representa ainda o tão esperado momento construtivo e inovador. Têm sido recusadas as explicações tradicionais consideradas simplistas, enquanto não reconhecem a multiplicidade dos fatores que agem entre si, mas exatamente em consequência desta constatada multiplicidade, o processo de explicação torna-se sempre mais complexo e seus resultados aparecem, pelo menos até agora, cada vez mais incertos. Sempre que aumenta o número de correlações, a sua interpretação, da qual depende a validade de uma explicação, fica cada vez mais complexa.

Ao processo de explicação está estritamente conexo o de previsão, mesmo quando seja possível uma explicação, que não permita uma previsão, e uma previsão não baseada numa explicação, porque geralmente explica-se para prever. A previsão é a principal finalidade prática da ciência assim como a explicação é a principal finalidade teórica). Infelizmente, quando o processo de explicação se apresenta incompleto, não se pode falar de previsão científica, mas, no máximo, de conjectura ou, na pior das hipóteses, de profecia. Além disso, nas ciências sociais que têm como objetivo comportamentos humanos, ou seja, de um ser que é capaz de reações emotivas e de escolhas racionais, verifica-se o conhecido duplo fenômeno da previsão, que, por sua vez, se autodestrói (profecia verdadeira que não se realiza), ou então que se auto-realiza (profecia falsa, mas que de fato se realiza). A Ciência política, na atual fase de seu desenvolvimento, está bem longe de poder formular previsões científicas. Isto, porém, não impede que não haja estudiosos de coisas políticas que não procurem emitir alguma previsão, mesmo de modesto alcance, baseados nas conclusões conseguidas por etapas. A tendência de fazer previsões é tão irresistível que um grupo de



estudiosos de política, sob a direção de Bertrand de Jouvenel, está elaborando, há alguns anos, um programa de pesquisas sobre os chamados “futuríveis”. A diferença entre a utopia de ontem o “futurível” de hoje é que o projeto utópico é construído de maneira totalmente independente das linhas de tendência do desenvolvimento social e, portanto, da sua maior ou menor possibilidade de realização, enquanto o chamado “futurível” representa o conjunto daquilo que pode acontecer sempre que se realizem determinadas condições; não é o futuro impossível (e tampouco o futuro necessário), mas é o futuro possível. O “futurível” é o produto típico da atitude científica em relação ao mundo, especialmente ao mundo histórico, enquanto a utopia é o produto típico da imaginação filosófica.

Tudo quanto já se disse até agora a respeito das tentativas que se vêm desenvolvendo para aproximar os estudos políticos do modelo das ciências empíricas não deve esconder as enormes dificuldades, muito peculiares, que se interpõem ao alcance do objetivo desejado. Agora, em relação à classificação tradicional das ciências, com base na sua crescente complexidade, a Ciência política ocupa um dos últimos lugares; enquanto o sistema político é um subsistema em relação ao sistema social geral, a Ciência política pressupõe a ciência geral da sociedade (um partido político antes de ser uma associação política é uma associação); enquanto o subsistema político tem a função primordial de permitir a estabilização e o desenvolvimento de um determinado subsistema econômico e a coexistência ou a integração do subsistema econômico com determinados subsistemas culturais (dos quais o principal é a Igreja ou as Igrejas). A Ciência política não pode prescindir da ciência econômica, enquanto a ciência econômica pode dispensar a Ciência política (seria a mesma relação que ocorre entre a física e a biologia); a Ciência política não pode prescindir também do estudo dos subsistemas culturais (considerando a importância, por exemplo, do problema dos “intelectuais” e das ideologias para o estudo da política).

A Ciência política, além disso, é uma disciplina histórica, ou seja, uma forma de saber cujo objeto se desenvolve no tempo, sofrendo contínua transformação, o que torna impossível, de fato, um dos procedimentos fundamentais que permite aos físicos e aos biólogos a verificação ou a falsificação das próprias hipóteses, isto é, a experimentação. Não se pode reproduzir uma revolta de camponeses em laboratório por óbvias razões, entre outras, aquela que uma revolta reproduzida não seria mais uma revolta (note-se a relação entre uma ação cênica, que se pode repetir indefinidamente e a realidade representada pelos acontecimentos: o Hamlet, de Shakespeare, não é o príncipe da Dinamarca que realmente viveu).

Finalmente, a Ciência política, enquanto ciência do homem e do comportamento humano, tem em comum, com todas as outras ciências humanísticas dificuldades específicas que derivam de algumas características da maneira de agir do homem. Destas, três são particularmente relevantes:

a) O homem é um animal *teleológico*, que cumpre ações e se serve de coisas úteis para obter seus objetivos, nem sempre declarados e, muitas vezes, inconscientes. Podemos designar um significado à ação humana somente quando se consegue conhecer os fins desta ação; por isso, a importância que tem no estudo da ação humana o conhecimento das motivações, porque cada ciência social, e, portanto, também a Ciência política, não pode prescindir da presença da psicologia.

b) O homem é um animal *simbólico*, que se comunica com seus semelhantes através de símbolos (dos quais o mais importante é a linguagem): o conhecimento da ação humana exige

a decifração e a interpretação destes símbolos, cuja significação é quase sempre incerta, às vezes desconhecida, e apenas passível de ser reconstruída por conjeturas (línguas mortas ou primitivas).

c) O homem é um animal *ideológico*, que utiliza valores vigentes no sistema cultural no qual está inserido, a fim de racionalizar seu comportamento, alegando motivações diferentes das reais, com o fim de justificar-se ou de obter o consenso dos demais; por isso, a importância que assume na pesquisa social e política a revelação daquilo que está escondido, assim como a análise e a crítica das ideologias.

Uma forma de saber se aproxima do ideal limite do científico, quanto mais consegue eliminar a intrusão de juízos de valores, ou seja, a chamada avaliação. A Ciência política é certamente, entre as outras ciências, aquela na qual a avaliação é mais dificilmente alcançável. Quando se fala de avaliação não nos referimos, nem às avaliações que presidem a escolha do assunto em estudo (escolha esta que pode depender também de uma preferência política), nem às avaliações às quais o pesquisador pode chegar, conforme os resultados da pesquisa, com o fim de reforçar ou enfraquecer um determinado programa político (e nisto consiste a função crítica e prescritiva à qual a Ciência política não pode renunciar). Aqui nos referimos à suspensão dos próprios juízos de valor durante a pesquisa, que poderia ser influenciada, perdendo, assim, sua objetividade. Ocorre atentar para a distinção entre a ciência como operação humana e social, que como tal é assumida e utilizada para finalidades sociais, e os procedimentos prescritos para o melhor remate dessa operação, entre os quais ocupa um lugar importante a abstenção dos juízos de valor. A avaliação, que é garantia de objetividade (somente o caráter da objetividade assegura à ciência a sua característica função social), é perfeitamente compatível com o compromisso ético e político em relação ao argumento escolhido ou aos resultados da pesquisa, que garante a relevância do empreendimento científico. O perigo de que numa pesquisa falte objetividade, porque o pesquisador esteja nela demasiadamente envolvido, não é menos grave do perigo inverso, ou seja, que a uma pesquisa perfeitamente objetiva falte porém relevância (como poderia ser, por exemplo, uma pesquisa sobre a cor das meias dos deputados italianos da terceira legislatura). É deplorável a confusão, muitas vezes verificada, entre objetividade e indiferença: a objetividade é um requisito essencial da ciência, enquanto a indiferença é uma atitude não benéfica à boa pesquisa científica – do pesquisador. A avaliação, como cânone (um dos cânones) da pesquisa que pretenda ser objetiva, não exclui, como dissemos, a função prática (ou prescritiva) da própria pesquisa, através da utilização dos resultados conseguidos. Pelo contrário, a Ciência política, tanto mais cumpre sua função prática, quanto mais ela é objetiva: o desenvolvimento das ciências sociais em geral (a começar pela economia e terminando na Ciência política) é estritamente conexo com a certeza de que o conhecimento científico do sistema social geral e dos subsistemas que o compõem, assim como das suas relações, exatamente porque objetiva, presta um serviço utilíssimo à ação política e contribui para a realização de uma sociedade “mais justa”. Citamos aqui a função prática que foi paulatinamente assumindo, há mais de um século, o socialismo científico e a conexão entre a sua função prática e o seu proclamado caráter científico. O desenvolvimento real da Ciência política é guiado, mais ou menos conscientemente, pelo ideal de uma *política científica*, ou seja, de uma ação política fundada no conhecimento, tanto quanto possível rigoroso, das leis objetivas do desenvolvimento da sociedade, e que não fica portanto abandonada ao acaso ou à intuição dos operadores políticos. Na luta contra qualquer contrafacção ideológica das reais motivações da ação humana, na sua geral concepção “realística” da ação humana, a Ciência política nasce, ela mesma, num contexto social e ideológico bem individualizado, onde vai abrindo caminho o

ideal da *política como ciência*, ou seja, uma política sem interferência de ideologias. Por conseqüência, a tarefa mais urgente e, ao mesmo tempo, mais incisiva que cabe nesta fase da Ciência política é a de submeter às análises e, eventualmente, de colocar em questão a mesma ideologia da política científica, examinando seus significados histórico e atual, salientando seus limites e suas condições de atualidade, assim como indicando suas eventuais linhas de desenvolvimento.

## TEXTO IV - AS PRINCIPAIS CORRENTES POLÍTICAS

### - Indicações de caráter histórico

As principais correntes políticas contemporâneas formam-se a partir da consolidação do sistema representativo na Inglaterra, no século XVIII e, subsequente, da sua disseminação no continente europeu e daquilo que se denominou de “democratização da idéia liberal” ou democratização do Estado Liberal de Direito. Originariamente, o sistema representativo não era democrático. Os seus partidários receberam a denominação de liberais, embora se dividissem desde logo em duas agremiações políticas, chamadas respectivamente de Partido Liberal e Partido Conservador. O conservadorismo liberal nada tem a ver com o conservadorismo de inspiração católica, também conhecido como tradicionalismo. Este, ao longo do século XIX, recusou frontalmente o liberalismo e o capitalismo e acabou propondo o chamado *corporativismo*, que desembocaria no fascismo, na Itália, e no franquismo e no salazarismo na Península Ibérica, embora os católicos não possam ser responsabilizados diretamente por esse desfecho. No último pós-guerra, sob a liderança de Alcides De Gasperi (1881-1954), na Itália, e Konrad Adenauer (1876-1967), na Alemanha, passam a aceitar o capitalismo e o Estado Liberal de Direito, dando nascedouro à democracia cristã. Após a formação da Comunidade, a democracia cristã formou o Partido Popular Europeu que corresponde a uma franca aproximação à doutrina liberal.

Com a Revolução Industrial e o aparecimento das fábricas, forma-se a corrente socialista. No Ocidente, afeiçoou-se ao sistema representativo mas deu origem a uma vertente oriental, na Rússia, influenciada pelo despotismo tradicional naquela parte do mundo. É certo que muitos autores consideram que aquela corrente, autodenominada de comunista, nada teria a ver com o socialismo ocidental, sendo mais legítimo filia-la ao denominado *patrimonialismo*, expressão da burocracia estatal, firmada ali onde não surgiu o sistema representativo (Prússia, Rússia e também na Península Ibérica).

O socialismo ocidental, por sua vez, evoluiu para o que se chamou de social democracia, que renuncia ao socialismo (como busca de uma sociedade sem classes) e aposta no aprimoramento do capitalismo. Na última década do século passado, a maioria dos Partidos Socialistas europeus havia aderido a essa proposta.

Em síntese, as principais correntes políticas do Ocidente são o liberalismo, o socialismo e a social democracia. O comunismo não está referido ao Ocidente e, embora sobrevivam seus partidários, não dispõe de qualquer proposta digna de consideração. Na medida em que o Partido Popular Europeu se torne a nova versão da proposta liberal - e conquiste a adesão, como se espera, dos conservadores liberais - o velho conservadorismo deixa de ter maior expressão. Essa circunstância não impedirá, certamente, que na Europa ocorra um novo surto de reacionarismo extremado, diante da incapacidade do sistema de enfrentar problemas como a violência e a imigração descontroladas, com o fenômeno do renascimento de correntes afeiçoadas ao nazismo – contando com o apoio popular, como se verifica na Áustria.

## - Os grandes ciclos do Liberalismo

Na fase de sua formação, as doutrinas liberais não tiveram essa denominação. Os *whigs*, que eram na Inglaterra os tradicionais defensores do Parlamento e, desde Locke, do governo representativo, somente as adotaram depois das reformas eleitorais de 1832, quando aparecem com o nome de Partido Liberal. Os seus oponentes, congregados no Partido Conservador – que antes eram designados como *tories* –, também se converteram ao liberalismo, isto é, de defensores das prerrogativas do Monarca passaram a sustentar o sistema onde o poder origina-se na representação. De sorte que o termo *liberal* serve tanto para referir-se a uma tendência dentro do liberalismo como ao conjunto da corrente, isto é, compreendendo os conservadores.

Ao longo da história, o movimento liberal experimenta mudanças significativas. Sofreu igualmente a influência das tradições culturais daqueles países onde conseguiu consolidar as instituições do sistema representativo.

Grosso modo, poderiam ser distinguidos estes grandes ciclos:

I) Período de configuração da doutrina, em que se definem as características básicas e amadurece a formulação teórica, diferenciando-o de modo integral e definitivo do autoritarismo monárquico (e de toda espécie de autoritarismo e totalitarismo), ao mesmo tempo em que se sedimenta a sua prática, unicamente na Inglaterra. Nessa fase, contudo, o liberalismo não é democrático, desde que só à elite proprietária reconhece o direito de fazer-se representar. O corpo eleitoral se compunha dos que eram possuidores de determinados bens, capazes de assegurar a sua independência em relação ao Estado, exigência que, em nosso país, no Império, chamava-se *censo*.

II) Período de democratização da idéia liberal, iniciado com as Reformas Inglesas; a primeira teria lugar em 1832. Nessa fase, o grande desafio consiste em distinguir-se do *democratismo*, filiado à Revolução Francesa – de que resultou grande desmoralização dos ideais democráticos –, já que se revelara incapaz de promover a estabilidade política. A recuperação do valor desses ideais advém sobretudo da pregação de Tocqueville e da liderança de Gladstone. O processo em causa está concluído com a universalidade do sufrágio, sucessivamente ampliado para, finalmente, fixar a igualdade entre homens e mulheres, em 1928.

III) Na própria fase de democratização da idéia liberal, emerge a chamada questão social. O liberalismo – e não o socialismo, como geralmente se supõe – é que firmou uma longa tradição de ingerência pública para atender a situações de indigência e, subseqüentemente, no sentido de assegurar aos trabalhadores participação crescente nos resultados do aumento da produtividade. Essa linha culmina com o keinesianismo, que neste pós-guerra elimina o fenômeno das crises cíclicas, um dos defeitos da fase anterior do capitalismo, sem embargo de que emergem outras dificuldades, como ocorre inevitavelmente em toda obra humana.

IV) Presentemente, a plataforma liberal busca reencontrar-se com as suas origens. O grande feito do liberalismo consistiu em ter conseguido fazer valer os direitos do indivíduo perante a onipotência do Estado. Em conseqüência das políticas keinesianas, de um lado, e, de

outro, da ascensão aos governos europeus de socialistas e social-democratas, o Estado voltou a agigantar-se e assumir feição ameaçadora das conquistas liberais. O grande debate teórico de nossos dias dá-se precisamente em torno desse ponto.

O liberalismo também se deixou influir pelas tradições culturais dos respectivos países. Na Inglaterra, os trabalhistas estabeleceram uma grande aproximação com os liberais, desde que, na fase em que se estruturavam como agremiação política, elegiam sua representação na legenda liberal. Essa aproximação acentuou-se com o keinesianismo, a ponto de se terem esmaecido as fronteiras que os separavam. O Partido Conservador é que se dispôs à defesa do capitalismo. Deste modo, na medida em que a luta se trava em torno de preferências por um ou outro dos sistemas econômicos, o embate se dá entre os Partidos Conservador e Trabalhista, virtualmente desaparecendo o Partido Liberal. De sorte que, naquele País, as bandeiras do liberalismo acham-se mais identificadas com os conservadores.

No continente, o conservadorismo deixou-se permear pelo tradicionalismo católico, o que facilitou grandemente o aparecimento de regimes totalitários em seguida à Primeira Guerra. Neste pós-guerra, aqueles conservadores agrupam-se na bandeira da Democracia Cristã e têm gradativamente se aproximado das doutrinas liberais. Ao longo de todo o processo, os Partidos Liberais – que nem sempre tinham essa denominação, chamando-se de Partido Radical em alguns países – cerraram fileiras em torno das liberdades democráticas e com estas se identificaram muito mais do que propriamente com o keinesianismo. A exemplo da Inglaterra, essas últimas agremiações perderam expressão.

Nos Estados Unidos, os socialistas tiveram reconhecida influência nos anos trinta, mas nunca chegaram a constituir uma grande agremiação partidária. Ao mesmo tempo, os liberais identificaram-se plenamente com o keinesianismo. De tudo isto resulta que a denominação de *liberal* equivale praticamente à de social democrata isto é, os liberais contribuíram para expandir os tentáculos do Estado, o que, na tradição cultural norte-americana, seria uma espécie de traço exclusivo do socialismo. Os liberais, no sentido tradicional do termo, são os conservadores. No seio destes apareceu nas últimas décadas o movimento renovador denominado *neoconservadorismo*.

### **- Socialismo e social democracia**

O socialismo europeu está ligado às tradições culturais do Ocidente. A nossa cultura foi muito marcada pelo princípio do amor do próximo, que é um aspecto essencial da moralidade cristã, tendo sempre manifestado interesse e preocupação pela sorte das pessoas cuja sobrevivência estivesse ameaçada em decorrência de situações de indigência. Assim, quando apareceram as manufaturas e se formaram grandes aglomerações humanas em condições precárias de saúde e higiene, uma parte expressiva da intelectualidade saiu em defesa da nova classe de trabalhadores. Essa é talvez a principal origem do socialismo, isto é, de uma doutrina que, num primeiro momento, entendeu que do capitalismo e da Revolução Industrial só adviriam sofrimentos para os homens. Mais tarde, a doutrina sofisticou-se, passando a considerar que o mal não se encontrava na produção manufatureira mas em determinados componentes do capitalismo, seja a concorrência seja a posse privada dos meios de produção.

Paulatinamente, os próprios trabalhadores tiveram a possibilidade de congregar-se para a defesa dos seus interesses. Como era de esperar, suas agremiações afeiçoaram-se às doutrinas socialistas.

Portanto, o socialismo esteve desde logo cindido nessas duas dimensões: uma corrente obedecendo a impulsos de natureza moral, vale dizer, devotada a determinados ideais, e outra vinculada a interesses materiais concretos. Essa situação não poderia deixar de refletir-se na estrutura e nos destinos dos partidos socialistas.

Na medida em que se identificam com a tradição ocidental, os partidos socialistas aderem firmemente aos princípios democráticos e abandonam as teorias que preconizam o recurso à força na consecução de seus programas.

Em 1866, criou-se a Associação Internacional dos Trabalhadores, posteriormente conhecida como Primeira Internacional. Ainda que tivesse vida efêmera, levou à criação de agremiações socialistas nos principais países europeus, com diferentes denominações. O Partido Social Democrata da Alemanha formou-se em 1875. Em Portugal, no mesmo ano, tendo sido denominado de Partido Socialista. Na Dinamarca (1878), Áustria (1881), Noruega (1887) e Suécia (1889) chamaram-se Partido Social Democrata. A Internacional foi reconstituída em 1895, com a denominação de Segunda Internacional, sob a égide dos alemães. Nos começos do século, os diversos agrupamentos socialistas na França reúnem-se para criar a Section Française de la Internationale Ouvrière (SFIO), que somente na década de setenta adotaria a denominação de Partido Socialista. Na Inglaterra, os sindicatos criaram o Partido Trabalhista em 1900. Este entretanto somente aderiu ao socialismo em 1918.

Os socialistas conquistaram os governos da maioria dos países europeus ao término da Segunda Guerra Mundial. Com as dificuldades decorrentes da estatização da economia, que promoveram, perderam posições na Inglaterra, na França e na Alemanha. Entretanto, após a queda do Muro de Berlim acabam por recuperar-se. Ao fim do século, dos 15 países pertencentes à Comunidade Européia, detinham o poder em 13.

Com a única exceção do Partido Socialista Francês, dentre as maiores agremiações, todas as demais aderiram à social democracia. Esta surgiu com o Congresso de Bad Godsberg (1959), do Partido Social Democrata Alemão, que rompeu com o marxismo e renunciou à utopia da sociedade sem classes, apostando na melhoria da situação dos trabalhadores nos marcos do capitalismo. Essa diferenciação veio a ser aprofundada por Tony Blair, que suscitou a idéia da “terceira via”, tendo se tornado Primeiro Ministro em 1997. Aderiu a essa proposta o novo líder do PSD Alemão, Gerard Schroeder, que reconquistou o poder em 1998.

## **O corporativismo europeu**

O ciclo histórico do corporativismo abrange aproximadamente dos fins do século passado à época da Segunda Guerra Mundial. Embora haja evoluído e alterado seus objetivos no curso de seu desenvolvimento – como indicaremos –, corresponde a uma alternativa para o sistema representativo e também uma alternativa para o sistema produtivo de tipo capitalista.

Pode ser dada ao corporativismo a seguinte definição: doutrina que pretende superar o conflito social mediante a eliminação da concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social e as diferenças ideológicas no plano político.

Pode-se dizer ainda que correspondeu a uma tentativa de evitar a Revolução Industrial naqueles países que ainda não haviam atravessado essa fase. Assumiu formas mais desenvolvidas na Itália, representando o fascismo de Mussolini o seu apogeu. Com menor organicidade foi adotado na Espanha e em Portugal. No caso da Espanha, Franco acabaria fomentando o desenvolvimento industrial e a modernização econômica do país, como sabemos. Mas tal ocorre notadamente neste pós-guerra. No ciclo propriamente corporativista, que se encerra com o término da guerra e a derrota do fascismo na Itália, considera-se que também na Espanha correspondesse à ideologia oficial.

Algumas indicações de caráter histórico permitirão que acompanhem os seus principais desdobramentos.

Considera-se que tenha provindo de Leão XIII (Cardeal Joachim Pacci. Nascido em 1810. Papa de 1878 a 1903) o incitamento em prol de uma organização do trabalho que representasse uma opção para o sindicalismo que estava emergindo juntamente com a industrialização.

Numa Encíclica de 1878 indicou: “Torna-se oportuno favorecer as sociedades artesanais e operárias que, ao amparo da Religião, habitam seus sócios a manterem-se contentes com a sua sorte, a suportarem com merecimento a fadiga e a levarem uma vida quieta e tranqüila”. (*Quod apostolici muneris*).

Na *Rerum Novarum* (1892), o modelo assume feição mais precisa: “Para a solução da questão operária, muito poderão contribuir os capitalistas e os próprios operários com instituições ordenadas a oferecer oportuna ajuda aos necessitados e a unir e aproximar as duas classes entre si”. Coloca em primeiro lugar as corporações de artes e ofícios.

Como não poderia deixar de ser, as lideranças católicas procuraram responder ao incitamento do Papa e em muitas reuniões e congressos trataram de elaborar programas concretos de atuação com vistas a fazer renascer as corporações. Embora não se possa atribuí-lo ao Papa Leão XIII, o corporativismo católico procurava romantizar o bem estar propiciado pelas corporações de ofício aparecidas na Idade Média e que sobreviveram em grande parte da Época Moderna, até serem substituídas pelas manufaturas e subseqüentemente pelas empresas industriais.

Os católicos tiveram muita dificuldade em criar organizações mistas de patrões e empregados e acabaram aceitando que se deviam formar sindicatos de operários católicos para se contrapor ao sindicalismo revolucionário que era a nota dominante nos começos do século. Embora lutando firmemente pela melhoria da condição operária, os sindicatos católicos buscavam evidenciar que o fomento da luta de classes atendia a aspirações políticas e não aos seus interesses materiais. Simultaneamente, estimulavam os líderes empresariais católicos a marchar no sentido do entendimento e da colaboração.

Encarada a questão na perspectiva histórica, pode-se afirmar que essa linha contribuiu para fazer sobressair a comunidade de interesses entre Capital e Trabalho – condições de trabalho estimuladoras e não opressivas, incrementos de produtividade etc. – e



circunscrever a esfera do conflito (apropriação do lucro), que acabaria se tornando a nota dominante do sindicalismo no mundo desenvolvido.

Os católicos também tiveram a primazia ao avançar a proposição de substituir o sistema representativo, estruturado a partir do partido político, por uma organização política baseada na representação profissional. Essa proposta aparece pela primeira vez logo no início da década de vinte, isto é, logo após o término da Primeira Guerra no programa do Partido Popular, na Itália, ligado aos católicos.

Entre os católicos o corporativismo foi entendido ainda como uma opção “ruralista”, vale dizer, privilegiadora da agricultura, contrária ao industrialismo.

Progressivamente, o corporativismo é apropriado pelo fascistas, que estão no poder desde 1922. A partir dessa apropriação, o corporativismo assume uma feição nitidamente totalitária, isto é, com pretensões a abranger a totalidade da vida social. Nessa circunstância, os católicos procuram fixar certas distinções: seu modelo passa a ser o da chamada *democracia orgânica* que pretende seja mantida a democracia mas não com base nos partidos políticos. O ponto de apoio dessa democracia são os chamados “corpos naturais”. Entre estes, as corporações continuam desfrutando um lugar de peso, mas compreende e admite outras formas de organização profissional e repousa ainda nas famílias. A base da democracia orgânica é o município. De todos os modos, uma forma de pluralismo.

Considera-se que a formulação do corporativismo fascista seja devida ao jurista italiano Alfredo Rocco, que publicou diversas obras entre estas *O Estado Totalitário* (1930). Sua concepção seria resumida por Mussolini na seguinte fórmula: “Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”.

Pela lei de 3 de abril de 1926, a corporação é definida como o órgão incumbido de promover o entrelaçamento dos sindicatos patronais e de trabalhadores. Tem por função eliminar a luta de classes. Sobre essa função das corporações afirmaria Mussolini: “O sindicalismo não pode constituir um fim em si mesmo; ou se exaure no socialismo político ou na corporação fascista”. Todas as entidades profissionais passam a ser congregadas no Conselho Nacional das Corporações.

Em fevereiro de 1934 adquirem novas atribuições. São estritamente vinculadas ao Estado, que deve aprovar os nomes dos integrantes dos seus conselhos, em todos os níveis. Na cúpula é presidida por um Ministro de Estado ou pelo Secretário Fascista. Passam a ser incumbidas de regular toda a vida econômica.

Finalmente, em janeiro de 1939 é criada a *Câmara dei Fasci e delle Corporazioni*, que incorpora as funções da Câmara dos Deputados, naturalmente sem se constituir num Poder como no Estado Liberal.

Como se vê, o corporativismo evoluiu para abranger os aspectos mais importantes da vida social.

Além de Alfredo Rocco, notabilizou-se como teórico do corporativismo M. Manoilescu, autor de um livro que alcançou grande notoriedade: *O século do corporativismo* (1934). Edição brasileira: Mihail Manoilescu – *O século do corporativismo*; doutrina do

corporativismo integral e puro. Tradução de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1938, 292 p.

Na Espanha e em Portugal, embora não se haja adotado a denominação, funcionaram organizações profissionais mistas destinadas a conciliar patrões e empregados e, nas Cortes foi introduzida cota de representantes profissionais.

### **- A aproximação da democracia cristã europeia ao liberalismo**

Numa reunião realizada no Brasil, em dezembro de 2000, Carlos Robles Piquer, Vice-presidente da Fundação Schumann do Partido Popular Europeu pronunciou a seguinte conferência:

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República do Brasil, Ilustríssimas e excelentíssimas autoridades que nos acompanham na mesa e na sala, Senhores Deputados e Senadores de diferentes países ibero-americanos, Senhoras e Senhores:

Permitam-me que minhas primeiras palavras sejam para trazer a mais afetuosa e cordial saudação da Fundação Roberto Schumann, Fundação que, por designação e proposta do grupo do Partido Popular da Espanha no seio do Partido Popular Europeu, no Parlamento Europeu, como muito bem sabe meu amigo e companheiro, nosso porta-voz, aqui presente Gerardo Galeote, tenho a honra de participar da direção de seus destinos como Vice-presidente. Alegro-me trazer a vocês uma saudação do seu órgão de governo e particularmente de seu Presidente, o senhor Horst Langes, muitos anos Deputado europeu alemão. Foi-nos um grande prazer poder contribuir, de alguma maneira, para a celebração desta reunião. Pediram-me que falasse, como todos nós, sobre o tema do seminário: *As Tendências Políticas na Ibero-América e Europa para o século XXI*, os caminhos da democracia. Suponho que, se se pede a uma pessoa de idade, como é o meu caso, que fale do futuro, que é o tema da reunião, é porque quem pede – imagino que algo tem a ver com aquele que acaba de fazer uso da palavra, posto que me conhece bem, pensa que podemos contribuir com algo de nossa experiência. O passado é, evidentemente, uma boa fonte de lições para o futuro. Eu mesmo que nasci naqueles anos que na Europa se chamavam os “felizes vinte”, lembro muito bem que os “felizes vinte” estavam também acompanhados de gestos, riscos, características de uma felicidade muito menor. Eram, de certa maneira, o augúrio dos “infelizes trinta”, isto é, dos anos que trouxeram a consolidação, que era anterior, inclusive aos anos vinte, em seu nascimento do brutal controle do partido comunista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Os anos em que surgiram o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e em todo o mundo. Praticamente em todo o mundo, as seqüelas da terrível depressão dos anos trinta, nos Estados Unidos. Para nós, os espanhóis, foram anos particularmente dolorosos. Fracassou, evidentemente, fracassou no sangue, no ódio, a experiência, sem dúvida alguma, recheada de boa vontade de uma nova república. Tivemos uma guerra civil, que alguns apresentam hoje de uma maneira distorcida ou incompleta. Foi, na realidade, uma profunda divisão do povo espanhol de então, em dois exércitos populares combatentes. É, naturalmente, ainda precipitado julgar esse episódio histórico. Mas tem-se que reconhecer e lembrar que não foi somente um levantamento caprichoso, mas o fruto de uma terrível e dramática divisão em nossa sociedade. Longos anos de ditadura vieram e é certo que não faltou, em seu decorrer, o risco essencial da vida política que, como logo direi, é a liberdade. Não é menos verdade que foi avançando, pouco a pouco, rumo à sua recuperação

e foi-se, ademais, dotando o país de uma laboriosidade forçada, se se deseja, evidentemente, uma recuperação econômica e social que tornou mais fácil para nós, depois do acesso à vida democrática. A esses anos terríveis para nós, sucederam outros que todos vocês muito bem recordam, os anos não menos duros, não menos sangrentos da guerra mundial. Nela, incrivelmente, as grandes democracias ocidentais se uniram com o bloco comunista para lutar contra o que, sem dúvida, parecia o perigo mais grave: a aliança nazismo-fascismo. E foram vitoriosos. Foram vitoriosos na união efêmera, que durou pouco tempo. Veio depois, como todos sabemos, a divisão do mundo sob o controle dos grandes poderes: a Guerra Fria entre eles. Felizmente, o começo de alguns sinais de maior esperança. Eu me lembro, por exemplo, dos anos 50, começo dos anos 50, os primeiros sinais do amadurecimento dos países ibero-americanos. Lembro-me, por exemplo, da notável presença de países ibero-americanos, do Brasil, de países hispano-americanos na Unesco, com grandes figuras brasileiras. Eram anos também de esperança em outros mundos. Eram os anos em que se emancipava a África e tratava de seguir os modelos democráticos das antigas colônias. Ao mesmo tempo, pouco a pouco, iam-se reconstruindo os países derrotados. A generosidade indubitável e inteligente do Plano Marshall serviu para isso e a velha Europa, destruída fisicamente e, em grande escala, também moralmente, levantava-se de suas cinzas e começava, faz agora cinqüenta anos nestes dias, a dar os primeiros passos para o que hoje é a União Européia. O processo de união de Estados mais avançado, mais maduro, mais complexo e, seguramente também por isso, mais difícil que nunca se registrou na história, porque se deu o passo único de ceder a instituições comuns, fragmentos, áreas, superfícies, poderes de suas soberanias nacionais. Naturalmente, estamos agora em um mundo diferente. Um mundo em que vão surgindo novos poderes. Vemos o surgimento, como grande potência, da China, que não deixa de causar preocupações aos demais. Vemos o surgimento e depois a crise temporal e a ressurreição, em seguida, do Japão. E vemos, naturalmente, os grandes que vêm: Índia e em seguida o Brasil. É muito importante que estas novas vozes se unam ao concerto das nações. Deste ponto de vista, deste ponto de partida que acabo de tratar de resumir, como se nos apresenta o futuro? Quais são essas tendências políticas que nos devem preocupar? Penso que uma delas é claramente a de que desapareceu o risco, pelo menos como podemos tê-lo vivido e como o temos, na realidade, conhecido. das ditaduras de extrema esquerda, desde o momento em que no dia 9 de novembro de 1989 cai o muro de Berlim, desapareceu o risco das ditaduras sob o signo comunista. Isto não impede que possam haver ditaduras de outro signo, inclusive tão terrivelmente opressoras quanto aquela. Dela, por outro lado, nos restam, no entanto, algumas pegadas. Pensemos neste continente sobre a triste situação de nossos amigos de Cuba. Mas o risco neste momento são as ditaduras pessoais, conduzidas por personalidades com ambições desmesuradas, para manter, ganhar e conservar o poder. Não ditaduras tão ideológicas, mas a busca do poder pessoal, de ambição própria, de satisfação, a miúdo, de cobiças não menos pessoais, de tratamento global, de visão da sociedade com um certo projeto para a vida em comum. Em todos os casos, estas ditaduras continuam sendo naturalmente um perigo. Quando mostramos uma boa parte do mundo, podemos comprovar isso. Às vezes, disfarçam-se, naturalmente com a finalidade de manter o poder, com supostas reformas constitucionais e temos, bem próximo, o exemplo peruano. Às vezes, naturalmente, passam por cima da fraqueza ou o desgaste ou o confronto, o que podemos chamar de guerra civil entre as forças democráticas. Venezuela, onde houve um longo período de insultos e ataques recíprocos entre dois partidos democráticos, semeou, sem dúvida, o caminho para uma fórmula de governo que tem muitos indícios, muitos riscos próprios de uma ditadura. Mas diante disso, o povo, em geral, em todas as sociedades, pede claramente o direito de expressar-se em liberdade e a decidir por si mesmo quais devem ser seus governantes. Essa é a fórmula política que devemos conservar predominante, felizmente predominante, no século que vai começar. Creio

que essa fórmula democrática se define ou se caracteriza ou se distingue das demais pela posse de quatro características, de quatro riscos essenciais.

O primeiro risco é, evidentemente, o da liberdade. O partido que hoje é o nosso partido irmão e que nos tem ajudado com tanta eficácia a organizar esta sessão de trabalho, o sabe muito bem. A liberdade é, sem dúvida, a chave da abóbada sobre a qual se assenta a construção de qualquer edifício político, digno do ser humano. Naturalmente, a liberdade não é a liberdade somente de cada um, ainda que seja, para os indivíduos, a liberdade mais valiosa. É também uma liberdade para toda a comunidade, praticada sob a sua vigilância e que tem que ir acompanhada, no exercício dessa liberdade, por uma característica essencial. Sem a qual o povo não respeitará aqueles que falam em nome da liberdade, que é a exemplaridade pessoal. O que impõe, naturalmente, a luta contra as tendências à corrupção que desgraçadamente são características do ser humano, são um risco consubstancial do ser humano que é, afinal de contas, um anjo caído.

O segundo risco a que a sociedade aspira quando confia seus destinos aos representantes e governantes que escolheram em liberdade, é sem dúvida, o da prosperidade. Entende-se, evidentemente, a prosperidade como um risco econômico. É necessário aumentar as riquezas, distribuí-las melhor, fazer com que essas riquezas cheguem ao maior número possível de cidadãos. E têm que ser umas riquezas não somente as tradicionais do passado, mas as que são simbolizadas nessa palavra de eterna vigência que é a palavra modernização. Falamos neste momento de uma sociedade diferente, uma sociedade informatizada, intercomunicada, uma sociedade em que o virtual, às vezes, tem mais força do que o real. É uma manifestação de uma prosperidade nova que pode justamente pelos avanços científicos e tecnológicos, estar à disposição de mais pessoas.

O terceiro risco que me parece essencial para que a democracia se consolide e seja um sistema de vida que possa ter o vigor e a realidade que merece é, sem dúvida alguma, a segurança. Segurança quer dizer segurança pessoal, uma segurança, por exemplo, diante da delinqüência, a possibilidade de deslocar-se, de locomover-se, de viver sem a grave ameaça de ser sempre objeto de ataque pessoal, de um roubo ou, a miúdo, de um crime ainda de maior importância. Em termos sociais, em termos políticos, esta segurança da pessoa vai acompanhada de um risco do próprio sistema que é uma manifestação dessa segurança. Refiro-me à estabilidade. Os povos não desejam alterações contínuas e freqüentes. Tendem, de boa fé, a confiar nas instituições que os governam e querem que estas sofram as mudanças naturais, experimentem as modificações legítimas que o tempo vai aconselhando, mas não de uma maneira brusca. São partidários – os seres humanos – de uma estabilidade básica que nos beneficie em nossa vida pessoal, em nossas famílias-chave, as famílias como o são na vida social.

Por fim, eu creio que há um risco que vem surgindo com mais força a cada dia no panorama das idéias e desejos dos cidadãos do tempo em que vivemos e, sobretudo, do que vamos viver no século vindouro, que é a solidariedade. Já não é mais possível pensar em termos de absoluto egoísmo pessoal. A harmonia de qualquer sociedade se assenta sobre uma base mínima de solidariedade, uma solidariedade interna de cada comunidade e projetada também para o exterior. Não é tolerável, simplesmente não é tolerável que se mantenham as tremendas diferenças de riqueza e bem-estar que, às vezes, notamos em nossas sociedades ou entre as nossas e as sociedades externas. Essa enorme brecha que separa uma minoria dos *happy few*, uns poucos privilegiados que gozam de todas as riquezas, de uma maioria que

quase não tem nada para satisfazer suas necessidades básicas, pode ser um motivo permanente de nossa sociedade. Estas características são as que eu creio que definem os partidos políticos como os que hoje, através de nossas instituições, de nossas fundações, nos reunimos aqui para examinar este próximo futuro. Naturalmente, estes partidos têm recebido, ao longo de sua história, segundos os países – e acabamos de ouvi-lo na denominação de alguns deles – nomes muito diferentes. Todos têm, entretanto, em comum o cultivo destes riscos que acabo de dizer, destas quatro características fundamentais. Ademais, têm, naturalmente, uma muito importante que é o respeito, o respeito para com o outro, o respeito à alternativa. A capacidade de alternativa, a possibilidade de alternância no poder é um risco sem o qual não podemos falar de democracia. Agora, dentro de uns dias, vão celebrar-se no México, a maior nação de língua espanhola do mundo, umas importantíssimas eleições presidenciais. E o são porque, pela primeira vez, em quase três quartos de século, e imaginem o que isto significa, um país que estava vestido com a roupagem, eu diria falsa, da democracia, vai enfrentar, em condições aparentemente de equidade um processo eleitoral que pode significar uma mudança importante e profunda. A mudança em que, talvez, se dê a alternância no poder nessa grande nação que é o México. Nós devemos estar atentos para esse processo como a qualquer outro em que exista a possibilidade de que a vontade real de um povo se expresse no sentido de mudar as pessoas e o rumo da condução desse país.

Senhoras e senhores, não quero, naturalmente, abusar de sua paciência. Permita-me que eu faça referência a somente um risco muito característico desta sociedade em que vivemos e que creio vai ser também característico dos meses e anos que vão começar dentro de pouco tempo com o novo século, com o novo milênio. Há uma parte importante da população, dos habitantes que cada uma de nossas nações que tem profundas dúvidas a respeito da melhor eleição. No momento, eu diria milagroso, em que deposita em paz uma cédula em uma urna. São os indecisos. Sempre fiquei surpreso e, as vezes, o considerei, inclusive, como um erro do sistema ou como uma debilidade do sistema que sejam os indecisos os que decidam. Pois bem. devemos acostumar-nos, os que estamos na vida pública e pretendemos consolidar a prática da democracia nessa situação. O indeciso, o que não tomou uma decisão prévia é um fator absolutamente chave nessa decisão coletiva que é o dar o voto em um sufrágio universal. A ação de um bom governante se traduz na boa captação da vontade dos indecisos. Se me permitem um exemplo recente que vocês viveram, alguns mais de perto, outros mais de longe, o da minha própria pátria, é evidente que as últimas eleições ganhas com uma assombrosa vitória pelo Partido Popular e pelo Presidente Aznar, no dia 12 de março, deveu-se essencialmente ao fato de que o Presidente Aznar, seu partido e seu governo, souberam transformar a indecisa vontade dos titubeantes, dos vacilantes, em uma aceitação de boa política realizada em condições muito difíceis, de uma maioria somente relativa e muito precária do mandado do Presidente Aznar agora renovado. Foi, ao modo de ver, um bom exemplo, de uma política centrada, definida pelo próprio Presidente e a Fundación Cánovas del Castillo, que dedicou um número especial e uma monografia em sua revista com essa idéia, como de centro reformista, que engloba essas quatro idéias principais que expliquei, pode convencer com uma adequada, prudente e, sobretudo, honesta gestão para essa maioria flutuante que são os indecisos, os inseguros, os que somente depois de um sério processo de reflexão pessoal tomam a decisão de qual é a cédula que vão introduzir na urna, no colégio eleitoral. Ganhar estes significa assumir um grande processo no caso de nosso Partido Popular da Espanha, que foi sendo levado a cabo, pouco a pouco, mas não sem dificuldades, não sem retrocessos, não sem sobressaltos durante mais de vinte anos. Chegamos, por isso, com a acumulação do vacilante, do inseguro, do indeciso, ao nosso próprio campo ao conquistar o que o fundador de nosso partido, o presidente Fraga chamou sempre de maioria

natural. Acreditava-se, na Espanha, que esse era um fenômeno impossível, que não havia mais maioria natural do que a das esquerdas. As últimas eleições mostraram claramente e eu espero que seja assim por um longo tempo, que isso não era verdade. Quer dizer, que a acumulação, a integração em uma grande força política nacional de pessoas e correntes e grupos e partidos maiores ou menores que tinham, às vezes, pequenas divergências, inclusive diferentes nomes, podia levar a criação de uma grande força política harmoniosa em que esses matizes e diferenças se consubstanciam em debates internos, sem pôr em perigo a unidade de todos. Isso serviu, sem dúvida alguma, para a consolidação do governo do Partido Popular e foi, sem dúvida alguma, uma prova de que, com riscos como estes que acabo de dizer, que são, certamente, extensivos a outros lugares da Europa e talvez haja ocasião de debater isso durante as próximas sessões de trabalho de nossas reuniões. de nossos seminários, sirvam para formar uma opção política prudente, moderada, equilibrada e serena que é capaz não somente de atrair o voto mas também de inspirar no cidadão, no eleitor, no compatriota, essa confiança em grande escala e por muito tempo, sem a qual um país não pode prosperar. Para mim que venho, como disse antes, de uma biografia já extensa e que vivi dentro e fora da Espanha momentos muito difíceis e muito dolorosos de todo tipo, é uma grande alegria poder trazer hoje, aqui, a mensagem de que convencer a nossos cidadãos da boa gestão dos partidos como o nosso não é um empreendimento/trabalho impossível mas que é ratificado, como acaba de ser por uma esplêndida vitória.

## **- A proposta comunista**

### **a) A substituição do Sistema representativo pelo Sistema cooptativo**

Desde as primeiras propostas de Fourier, com os Falanstérios, as cidades comunitárias de Owen, no Canadá, até as relações estabelecidas por Saint-Simon – entre as condições intelectuais, morais e materiais com a classe política dirigente – juntamente com as reflexões de Louis Blanc, foi uma longa trajetória que preparou as condições intelectuais para o líder maior do comunismo, Karl Marx, coadjuvado por Proudhon e Engels. Este movimento, emerso de uma meditação teórica, de inspiração moral, deu origem ao que se denominou de *Socialismo*. Este Socialismo, liderado por intelectuais, teórico, não vingou na Europa mas migrou para sociedades atrasadas e ainda não industrializadas. Os principais princípios estabelecidos por Marx foram os seguintes: 1. O homem individual depende da sociedade historicamente determinada. 2. Esta sociedade historicamente determinada depende de suas relações de produção e de trabalho. 3. Estas relações determinam a superestrutura: moralidade, religião, filosofia, arte, bem como a organização política. 4. O caráter permanente e necessário da luta de classes em sociedades de economia capitalista, ou, onde se legitimou a propriedade privada. 5. A luta de classes findará com a posse do Estado pela classe operária. 6. Após um período de transição, o Estado será suprimido e a sociedade se organizará em regime *comunista*.

Percebe-se que, na organização da sociedade, Marx queria a substituição da classe burguesa pela classe proletária como classe dirigente política e economicamente. Isto porque, no seu entender, a verdadeira classe produtora era a proletária.

Na Inglaterra, depois do fracasso do movimento dos trabalhadores das manufaturas para impedir a introdução das máquinas, as “trade unions”, criadas inicialmente

para aquele fim, abandonaram sucessivamente a prática de ações violentas em prol da luta pacífica por melhores condições de trabalho e maiores salários. Na segunda metade do século já constituem um poderoso movimento, realizando seu primeiro congresso em 1868. O passo seguinte seria a luta pelo sufrágio universal, que não se circunscreveu à Inglaterra, alastrando-se ao continente. Assim, o socialismo ocidental nasceu ligado à democratização do exercício do poder. Quando os radicais falavam em “ditadura burguesa”, tinham em vista o sistema anterior, em que o direito de votar e ser votado achava-se na dependência de determinados níveis de renda. Esta exigência desaparece antes do fim do século e os socialistas passaram a mandar para os parlamentos bancadas cada vez mais expressivas. Perdeu completamente o sentido a idéia de “ditadura do proletariado”, isto é, uma organização política na qual os operários tivessem a exclusividade do poder, a exemplo do que ocorria com a classe proprietária no início do sistema representativo. Agora o movimento operário e os socialistas, no Ocidente, estão engajados na democratização do sistema representativo, experiência da qual seriam, sem dúvida, os grandes beneficiários.

Na Rússia, onde os comunistas chegaram ao poder em 1917, não havia qualquer tradição democrática. Lenin recusou o caminho proposto por outras agremiações políticas organizadas com a queda do czarismo, que consistia em dotar o país de uma constituição e realizar eleições periódicas, asseguradas as liberdades fundamentais. Em lugar disto, o líder comunista preferiu os Conselhos (*soviet*, em russo), surgidos espontaneamente durante a guerra. No início, os conselhos funcionavam à base de assembleias permanentes. Com a ampliação de seu número e aderentes, a fixação das políticas a seguir foi delegada às respectivas diretorias. Nestas, os comunistas obtiveram o domínio crescente, até torná-lo exclusivo. Nascia uma das mais trágicas experiências da História na estruturação de uma alternativa ao Sistema representativo. Tecnicamente este sistema foi denominado de *cooptativo*.

No Sistema cooptativo desaparece o aspecto central do Sistema democrático representativo, correspondente à periódica apresentação aos eleitores de propostas alternativas ao partido no poder. A escolha é cercada de todas as garantias, assegurando-se a mais ampla liberdade na discussão das propostas. As eleições são fiscalizadas pelos grupos concorrentes. Ali, onde o Sistema democrático representativo consolidou-se, não mais se configura a possibilidade de fraudes.

No Sistema cooptativo organizado pelos comunistas não há alternativa para a agremiação no Poder. As eleições são um simulacro, desde que o voto é aberto e só há uma lista. A ascensão dá-se por cooptação, isto é, os que estão por cima escolhem aqueles que irão ocupar os vários postos dos diversos níveis de governo. No caso da União Soviética, o responsável maior pelo Partido Comunista (denominado de secretário-geral) era ao mesmo tempo o chefe do órgão administrativo correspondente (*Soviet*). A rigor não há Parlamento, porquanto este reúne-se transitoriamente e é “eleito” pela forma indicada, não havendo a mais remota possibilidade de uma atuação independente. Tampouco havia Poder Judiciário autônomo. O Sistema cooptativo soviético corresponde a uma das formas do totalitarismo surgido no século XX.

## **b) As instituições políticas soviéticas e suas funções**

No período revolucionário, com Lenin, formou-se em torno dele um grupo denominado de “revolucionários profissionais”, encarregados de difundirem a ideologia revolucionária e comandarem a tomada do poder. Estes revolucionários profissionais consideravam-se o núcleo da vanguarda, que era o Partido. Este deveria ser o Partido da classe operária. Feita a Revolução, e tomado o poder, paulatinamente começa uma desvinculação dos revolucionários profissionais e o Partido, chegando mesmo a conflitarem entre si. Ocorreu que os antigos revolucionários profissionais encasularam-se no Estado como um segmento separado de toda a estrutura, ditando as ordens autocraticamente para o Partido e este para o resto da sociedade. Os revolucionários profissionais converteram-se em dirigentes profissionais, incrustados no miolo do Estado, imunes a qualquer controle, quer da sociedade, quer do Partido.

Por sua vez o Partido crescia vertiginosamente. Com Lenin teve poucos membros. A explosão de adeptos acontece com Stalin. Em 1941 contava com 2,5 milhões de membros e 1,5 de candidatos. Durante a Segunda Guerra subiu para 4 milhões de membros e 1,8 de candidatos. Na década de oitenta o Partido somava 17 milhões de membros. De cada 11 cidadãos soviéticos, 1 era filiado ao Partido.

Pergunta-se: qual seria a causa de tamanha procura pelo Partido? A convicção? Não, diz Micheael S. Voslensky em seu livro “A Nomenclatura”. Entra-se no Partido para fazer carreira, para pertencer ao grupo dos favoritos e não dos perseguidos. Claro que o simples fato de pertencer ao Partido não garante uma carreira brilhante, mas sem pertencer a ele, não se faz carreira nenhuma. Em todos os postos de Direção há membros do Partido. Se exceções ocorressem, tomava-se o cuidado de o dirigente não ter poder decisório. Outro, por trás dele, membro do Partido, ditava as ordens.

Esta era a estrutura de poder montada na ex-URSS, antes de sua queda. Se alguém não pertencesse ao Partido, nada conseguiria. Se ingressasse no Partido, deveria se submeter às ordens de seus superiores imediatos. Evidentemente isto era válido também para os postos eletivos. O candidato, para eleger-se, necessitava do Partido, o qual lhe impunha as condições, isto é, o mandato era negociado com a classe dirigente. Nesta estrutura de poder, o eleito perdia totalmente a autonomia e a isenção. O eleito deixava de administrar os interesses de quem o elegeu para retribuir favores a seus padrinhos. A vontade do representante deveria se submeter aos interesses da burocracia dos chefes políticos.

## **c) O totalitarismo soviético.**

O comunismo russo gerou o mais acabado totalitarismo que a História registra. Ele superou o nazifascismo não só em tempo, extensão e grau, como na própria natureza. No antigo regime, o czar misturava certo paternalismo no seu autocratismo, respeitando um conjunto de valores morais e não se imiscuía em assuntos relativos a organizações naturais, como a família. Os soviéticos avançaram, não somente sobre instituições propriamente políticas, mas sobre as indiretamente políticas, como a Educação, e mesmo sobre as naturais, como a Família. O Governo soviético, apoiado numa ideologia, como política consciente, fundamentada num programa definido e dogmático, propõe-se modificar a sociedade de



acordo com seus objetivos. O Partido, por sua vez, é o encarregado da preservação e da pureza ideológica.

Para tanto, perpassa toda sociedade e, no caso russo, a própria consciência individual. Evidentemente, para chegar a tal grau, um longo caminho de traição, massacres e terror foi percorrido. A diferença de natureza e não apenas de grau com outros totalitarismos está precisamente no domínio das consciências. Os indivíduos foram de tal sorte pulverizados que, necessariamente, sentem-se atraídos para o todo, e querem cair-lhe nos braços. A vertigem do todo envolve a todos, na crença de que somente nele pode haver salvação. A alternativa de estar contra o regime produz a sensação de estar contra o todo e a favor do nada.

O terceiro tripé do totalitarismo russo é a Nomenklatura, juntamente com a burocracia, encarregada de executar o programa e as ordens do Governo.

Um dos maiores clássicos sobre o totalitarismo é o livro “O Sistema Totalitário”, de Hannah Arendt, que examina o Stalinismo. A autora constata que o fenômeno totalitário é um fato político novo, de nossos tempos. Não há similar na História, nem estudos que o envolvam. O máximo que a História pode mostrar é a mais absoluta tirania. Para ela, o totalitarismo vai além: ele instaura a desolação. É uma ideologia que pretende a eliminação de qualquer manifestação de espontaneidade e o cerceamento de toda capacidade de reação. É, conforme ela, “a experiência de absoluta não-dependência do mundo”.

Para ela, somente foi possível nos tempos modernos o surgimento do totalitarismo, porque é sobre as massas que ele exerce sua dominação. Quando as estruturas estáveis forem destruídas, as quais serviam de referências para os indivíduos e grupos, os indivíduos sentem-se massacrados, abúlicos, impotentes, todos eles formando um único homem. A estrutura diferenciada de um povo foi dissolvida, e então, em vez de povo surge a massa. Toda idéia de comunidade ou qualquer tipo de divisão são banidos. Nesta massa há um chefe em torno do qual gravitam simpatizantes, militantes do Partido, iniciados, encarregados da formação das elites os quais, através da ideologia, interpretam a realidade para os demais. A prioridade é para a ação em detrimento da estabilidade. Visto externamente, aparenta um bloco monolítico, no entanto, internamente proliferam instâncias rivais preocupadas em desdobrar as instituições substituindo umas pelas outras. O Partido toma o lugar do Estado, a Polícia ocupa o espaço da burocracia e do Exército. Eliminadas as instituições que serviriam de referências, a ideologia estuda a possibilidade de modificar a natureza humana, modificando-lhe o comportamento. Todos os fatos, acontecimentos, ocorrências são distorcidos e moldados à ideologia.

O que não estiver de acordo com a ideologia não aconteceu. Nessa lógica da ideologia, a própria noção de existência é extirpada dos indivíduos. A ideologia apresenta-se como a detentora do conhecimento da totalidade do processo histórico. Nada pode falhar, tudo é explicado pela ideologia. E, nisso, o homem é um mero detalhe, despojado inclusive de sua própria humanidade.

O Comunismo russo fica sujeito ao estilo pessoal de seus líderes maiores. Na fase de Lenin, por exemplo, a meta foi consolidar o poder do Partido Comunista sobre a sociedade e a transmutação da vanguarda revolucionária em elite dirigente. Nesse período, o Partido se petrifica e se dogmatiza. Já com Stalin, procedeu-se a um esforço ingente para destruir as instituições tradicionais e iniciar a estrutura para a construção da nova ordem. Nessa luta, os costumes, foram duramente atingidos. Procurou-se coletivizar a agricultura, a indústria, as

artes e ciências e outros ramos. Como consequência, ocorreu o declínio do poder do Partido em detrimento do líder, o aumento do serviço secreto e a implantação do regime do terror. Com Kruschev, a sociedade, depois de tantos anos de amordaçamento e contínua destruição das instituições e costumes, bem como o extermínio sistemático de toda oposição real ou presumida, debilitou-se a tal extremo que perdeu o ânimo para reagir e entregou-se à nova ordem.

Há nesse período uma relativa condescendência com o Regime. O Partido reabilita-se e Kruschev tenta imprimir certa popularidade. O Partido passou a desempenhar o papel de intermediário entre a liderança e as massas. A Polícia Secreta, com o conseqüente terror generalizado, perdeu a importância para os “experts” em relações humanas.

Mikhail Gorbachov, percebendo o atraso econômico russo, acena para a modernização, sem abandonar o Comunismo, propondo a Perestroika. À primeira vista parece um abandono do Comunismo. No entanto, não se procede a um balanço, ou a uma crítica. Ao contrário, Gorbachov diz que busca sua inspiração teórica em Lenin. E é com Gorbachov que advém a implosão do Comunismo na URSS.

#### **d) Reconstituição e refundação do Comunismo na Rússia e no Ocidente**

Qual a situação do Partido Comunista russo após a abertura promovida por Gorbachov e Boris Yeltsin? O regime anterior havia lançado os trabalhadores da Rússia e de seus países federados na mais cruel pobreza. O sistema de aposentadoria era estatal e como este faliu, seus dependentes ficaram sem nenhuma remuneração. Com a falência das empresas, também estatais, os trabalhadores foram despedidos sem qualquer seguro desemprego. Disso decorreu que mais da metade da população aposentada e pensionista urbana, e pouco menos que a totalidade da residente no campo, se julgados pelos conceitos ocidentais, seriam considerados indigentes. Mesmo assim, nas eleições de 1996, os comunistas, agora autodenominados de sociais-democratas, alcançaram o percentual de 32% dos votos. Se juntarmos os 6% dos ultra-nacionalistas, teríamos um total de quase 40% dos votos. A explicação para tal fenômeno poderia ser buscada num componente cultural, isto é, a forma de dominação da sociedade, qual seja, a patrimonial, pela qual um grupo de burocratas se apossa do Estado e dele faz seu negócio, conseguindo ao mesmo tempo uma aliança com os mais pobres, ainda que conservando-os na pobreza. O fenômeno é comum em toda parte onde vingou o Estado Patrimonial, sendo justamente a Rússia um dos mais antigos, característica que o Regime Soviético só veio reforçar. A nova ideologia apregoada é o Nacional-socialismo. Tendo como líderes Zhirinovski e Gennadi Zyuganov, o primeiro ultranacionalista e o segundo comunista, a burocracia estatal avança no sentido de apossar-se novamente do Poder central.

Na Europa assiste-se a uma refundação comunista. Na Itália, reagindo à transformação do Partido Comunista Italiano em Partido da Esquerda Democrática, social-democrata, criou-se o Partido da Refundação Comunista. Em outros países, como França, Espanha, Portugal, Grécia e Escandinávia, os partidos comunistas sobreviveram à queda do Muro de Berlim. No colóquio realizado na França, em 1996, incluem quatro pontos fundamentais, todos de oposição: ao capitalismo, imperialismo, fascismo e racismo, sendo o inimigo maior o capitalismo, considerado o gerador de todos os males da Humanidade.

A refundação comunista certamente preenche um componente cultural: o mito de uma sociedade perfeita, com um homem novo, sem maldade, um “bom selvagem”. Evidentemente a cultura, primeiramente judaica e posteriormente cristã, são responsáveis por tal mito. A diferença está em que as citadas religiões se referem à vida pós-morte enquanto os comunistas e outros idealistas querem implantar a “sociedade perfeita” nesta vida.

## **INSTITUTO DE HUMANIDADES**

### **CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

#### **INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA**

#### **VOLUME II – A EXPERIÊNCIA POLÍTICA OCIDENTAL**

## SUMÁRIO

### **TEXTO I – A EXPERIÊNCIA POLÍTICA GRECO-ROMANA**

- A cultura ocidental
- A teoria política, segundo Aristóteles
- A democracia grega, segundo Ernest Baker
- A sociedade romana e suas instituições
  - a) Cronologia e indicações de caráter histórico
  - b) O desenvolvimento da sociedade patriarcal
  - c) As instituições políticas
  - d) O direito romano
  - e) A religião de Estado
  - f) A herança romana

### **TEXTO II – REDIRECIONAMENTO DO DEBATE NA IDADE MÉDIA**

- Indicações de caráter histórico e periodização do longo ciclo
- Eventos relevantes nos períodos (cronologia)
- A recuperação das obras clássicas
- As doutrinas básicas e o contexto em que se inserem
- A luta da Igreja para afirmar sua independência
- A disputa teórica
- Obras aparecidas no período

### **TEXTO III – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS NAÇÕES E O CARÁTER ORIGINAL DO ESTADO MODERNO**

- As monarquias centralizadas derrotam o feudalismo
- O Sacro Império
- O Império Otomano
- A formação das nações como um processo variado e complexo
- Característica essencial do Estado Moderno
- A contribuição dos teóricos na constituição do Estado Moderno
  - a) A obra de Maquiavel
  - b) A questão da soberania em Bodin
  - c) A doutrina de Hobbes

### **TEXTO IV – QUESTÕES RELEVANTES RELACIONADAS AO SISTEMA REPRESENTATIVO**

- O sistema representativo passa a prova da história
- A questão teórica da democratização da idéia liberal
- A consagração do modelo inglês: a experiência americana
- Os novos sistemas eleitorais e a estabilidade política na Europa
- O papel dos sistemas eleitorais

## TEXTO I - A EXPERIÊNCIA POLÍTICA GRECO-ROMANA

### - A cultura ocidental

O Ocidente não corresponde apenas a uma referência geográfica, isto é, situada a Oeste do globo terrestre, dizendo respeito, sobretudo, a uma área cultural, na qual se inserem a Europa e a América.

Antes do advento da cultura ocidental, a Europa era habitada por diversos povos. O processo de sua unificação cultural seria iniciado por Roma, ainda no primeiro século a.C. Contudo, a cultura ocidental surge muito mais tarde, depois da desagregação do Império Romano. Com o fim deste, a Europa subdivide-se em diversas regiões autárquicas, que começam a afeiçoar-se graças à adesão ao cristianismo. Justamente o cristianismo permitiria a preservação da idéia de império, ensejando as tentativas de sua reconstituição, afinal coroada de sucesso com Carlos Magno (seu reinado durou de 768 a 814, tendo sido coroado Imperador do Sacro Império Romano-Germano no ano 800). Seguem-se entretanto novas invasões que reinstauram a desordem mais ou menos até meados do século X. Com Oto I, em 962, reconstitui-se o Sacro Império. É aqui que se podem apreender os traços do novo ordenamento cultural.

A reconstituição histórica antes resumida faculta dizer que a cultura ocidental resulta da fusão entre cristianismo e feudalismo. Com efeito, o cristianismo não deu origem exclusivamente à cultura ocidental. Está presente na fase final do Império Romano. A simbiose do cristianismo com o Estado Patrimonial, através da Igreja do Oriente, fez surgir a cultura bizantina.

Cumpra, assim, ter presente que o nascedouro da cultura ocidental não se dá de modo automático em seguida à conversão dos germanos ao cristianismo. Foi preciso vencer as incursões dos novos bárbaros (sarracenos, normandos e húngaros ) e ver passar o século e meio subsequente à morte de Carlos Magno. A partir daí é que se estrutura o feudalismo, organização social e política de grande relevância para a compreensão da experiência política ocidental. O feudalismo corresponde a uma forma de organização política descentralizada, baseada num **contrato** - o contrato de vassalagem -, cujo entendimento é essencial ao estabelecimento da diferenciação que se estabeleceu na Europa na fase de organização do Estado Moderno. Este promove centralização sem antecedentes no Ocidente. Mas o faz segundo as regras do constitucionalismo ou do patrimonialismo. Para Max Weber, o contrato de vassalagem é que explica o surgimento do regime político baseado numa Constituição.

A cultura ocidental, além do cristianismo, louva-se também das tradições gregas e romanas. Com a separação entre a Igreja Romana e a do Oriente, o contato do Ocidente com as culturas grega e romana dá-se tardiamente, em plena Idade Média, graças sobretudo à mediação dos árabes, que ocupavam a Península Ibérica. Com o processo de democratização do Estado Moderno, que se inicia no século XIX, a democracia grega incendeia a imaginação de grande número de estudiosos, sendo imprescindível estudá-la a fim de avaliar com propriedade o seu significado. Idealizações da mesma índole mereceram as instituições políticas romanas, sobretudo em decorrência da Revolução Francesa.

Outra conclusão que se pode inferir da experiência política ocidental corresponde à tese de que o governo representativo aparece como o autêntico coroamento do processo. Fracassou inteiramente, na Rússia, a busca de uma alternativa, durante trágicos setenta anos. Comparado ao sistema representativo ocidental, o sistema cooptativo, que ali vigorou durante aquele período, nada tem a ver com as nossas tradições, sendo claramente uma decorrência do despotismo oriental.

As breves indicações precedentes apontam para os temas mais relevantes a serem estudados nesta *Introdução à ciência política*.

Antes de passar ao estudo das questões mencionadas, vamos avançar desde logo uma caracterização do feudalismo, regime sobre o qual reina entre nós brutais simplificações.

### **- A teoria política, segundo Aristóteles**

A reconstituição histórica das civilizações conhecidas pela denominação de grandes impérios orientais, notadamente os que se localizaram mais próximos do berço da civilização ocidental, como os Impérios Babilônico, Egípcio e Persa, é naturalmente muito precária, louvando-se sobretudo de inferências a partir de descobertas arqueológicas. Os documentos escritos são em número reduzido. Ainda assim muita coisa se preservou na tradição oral, acabando por figurar em relatos e crônicas dos períodos grego ou helenístico, às vezes de modo indireto. Assim, muitas das informações sobre os persas se preservaram graças ao fato de que Heródoto, no século V a.C., se tenha decidido a sistematizar a informações disponível a pretexto de que, para combater o inimigo, incumbe conhecê-lo.

Apesar de tal precariedade, essa informação parece suficiente para concluir que as mencionadas civilizações não chegaram a nada de parecido com uma teoria política. Os homens se consideravam livres quando não se achavam submetidos à dominação de povos estrangeiros. O poder se exercia sem a existência de regras predeterminadas, razão pela qual é identificado como absolutismo, se bem que provavelmente não guarde semelhanças com o fenômeno que mereceu essa denominação no Ocidente. Parece certo também que em algumas dinastias tornou-se praxe registrar a experiência desse ou daquele governo para transmiti-la aos sucessores. É lícito afirmar, portanto, que a meditação grega não tem antecedentes. A obra de Aristóteles constitui sem dúvida inovação radical.

Ao contrário do que se acredita haja ocorrido nos Impérios Orientais, onde teriam predominado teocracias autoritárias, a Grécia contou com uma experiência política bastante variada, o que há de ter estimulado o gosto pela discussão do tema.

Às monarquias patriarcais e aos governos de oligarquias e tiranos, predominantes nos séculos iniciais do 1º milênio, seguem-se as reformas de Sólon, que iniciam ou pelo menos consolidam a tradição de submeter o governante a um conjunto de regras, denominadas de *Constituição*. Sendo a Grécia composta de grande número de cidades-Estado, no ciclo subsequente diversas entre elas seguiriam idêntico caminho. Afirma-se que Aristóteles teria colecionado, para estudo, 158 constituições.

É melhor conhecida a história de Atenas e Esparta, sendo que a primeira foi dotada de um conjunto de instituições que configuram o que se supõe teriam dado forma ao

exercício democrático do poder. Claude Mossé elaborou um circunstanciado estudo dessas instituições (trad. brasileira: *Atenas: a história de uma democracia*, Coleção Pensamento Político, da UnB, vol. 5). O pleno florescimento do regime ateniense ocorreu na segunda metade do século V (poder de Péricles, de 449 a 429) e teria resultado das reformas de Clístenes, realizadas no final do século anterior.

No século IV, as cidades gregas são incorporadas ao Império Macedônico e, no século I (em 146 a.C.), tem lugar a conquista da Grécia pelos romanos.

A experiência em apreço teve portanto uma duração limitada no tempo. Em que pese essa circunstância, ensejou significativa elaboração teórica, consubstanciada tanto na obra dos reformadores como dos pensadores de um modo geral, entre os quais sobressaem Platão e Aristóteles.

A reconstituição do conjunto da obra de Aristóteles envolve certa complexidade, tendo em vista que muitos textos desapareceram e, o que se preservou, foi agregado de forma a suscitar grandes discussões quanto à autenticidade, períodos em que esse ou aquele texto foi escrito, e, portanto, cronologia dos livros etc. Ainda assim, conseguiu-se ordenar os grandes temas, a exemplo do livro clássico de Werner Jaeger (*Aristóteles – bases para a história de seu desenvolvimento intelectual*, trad. espanhola, México, Fondo de Cultura, 1946), tanto no que se refere à *ética* como à *política*.

Ao contrário das civilizações que a antecederam imediatamente, na Grécia trata-se de inquirir sobre as formas de governo investigar sobre a possibilidade de um governo ideal etc. A rigor, esse tipo de inquirição começa com Aristóteles porquanto Platão está preocupado com a organização de um governo perfeito, espécie de ditadura dos sábios. O balanço de sua experiência na matéria relata-a em *A sétima carta*<sup>(1)</sup>

Aristóteles procura situar-se apenas no plano teórico. Para caracterizar a diferença de método basta dizer que colecionou as diversas instituições existentes e as comentou, preservando-se apenas o que escreveu sobre a Constituição de Atenas. Para adquirir uma idéia geral do seu método, seria suficiente o estudo do Livro VI de *A Política*.<sup>(2)</sup>

Segundo a informação que nos foi legada por Cícero, Aristóteles escreveu dois livros sobre *O Político*, inspirados pela obra de Platão, e quatro volumosos livros sobre a *Justiça*, todos desaparecidos. Também não se preservaram as memórias que teria escrito em tom de diálogo ou o livro sobre a monarquia, que Werner Jaeger imagina ter sido destinado à formação de Alexandre, de que se incumbira, a fim de, segundo afirma, “dar um novo conteúdo ético e espiritual à idéia tradicional do Rei Aristóteles”, conforme mencionamos, colecionou e comentou constituições, segundo os registros, em número de 158. Esses comentários inciavam-se com o exame da Constituição de Atenas, único dos comentários que chegou até nós.

*A Política* está subdividida em oito livros que por sua vez se subdividem em capítulos. Esquemáticamente, o primeiro trabalho do conceito da política e da significação que deve ter o seu estudo. Diz-se ali que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem está destinado a viver em sociedade, sendo um animal político e somente os seres vis ou muito superiores se excluem da cidade. Nesse capítulo fica patente a ausência de um

conceito geral de “pessoa humana”, porquanto o que dignifica o grego é a condição de cidadão, que não pode ser alcançada seja pelos bárbaros seja pelos escravos.

Os Livros II e III têm sobretudo uma característica histórica porquanto se trata da obra de Platão e dos diversos homens públicos e dos próprios costumes políticos das diversas comunidades (Livro II), seguindo-se uma espécie de síntese acerca dos deveres dos cidadãos e dos governos.

O fato de que o Livro III se encerre com indicações acerca do conteúdo do livro seguinte, que na verdade somente são retomadas nos últimos, levou a que se discutisse a ordem adequada. Werner Jaeger, no texto citado, não enxerga maiores méritos nesse empenho de encontrar a ordem ideal, achando que mais importante seria compreender as razões pelas quais o livro acabou sendo ordenado da forma que se preservou. A seu ver, os Livros II e III não se constituem numa introdução à teoria geral do Estado mas se propõem descrever o Estado ideal segundo pressupostos platônicos. Nos demais livros estaria refletido o próprio desenvolvimento teórico de Aristóteles, com o propósito de encontrar uma posição independente do Mestre.

Os Livros IV e V tratam da virtude e da educação, temas entremeados com problemas relacionados à organização das cidades.

O que a posteridade entendeu como sendo a doutrina política de Aristóteles encontra-se basicamente no Livro VI. Ali descreve as formas clássicas de governo e procura indicar qual a melhor dentre elas. Coloca-se desde logo em pólo oposto àqueles que procuram fixar, poderíamos dizer, abstratamente, a melhor constituição, quando o importante seria descobrir a “que é praticável”.

Nos capítulos iniciais aborda os tópicos adiante mencionados.

A primeira regra seria conhecer as diversas formas de governo e as combinações possíveis.

Contemporaneamente diríamos que Aristóteles trata não das formas de governo (de que decorre a bipartição clássica entre parlamentarismo e presidencialismo) mas das formas de Estado. Estas distinguem-se pelo poder de um único (monarquia ou realeza), de uns poucos (aristocracia) ou de muitos (república). Na visão de Aristóteles a diversidade de tais formas advém da diversidade dos grupos sociais existentes. Por isto, concluirá logo adiante, o governo adequado não pode achar-se dissociado da própria constituição da sociedade.

Cada um de tais modelos tem uma forma degenerativa: a tirania no caso da monarquia; a oligarquia, no que respeita à aristocracia; e, finalmente, a democracia quanto República. A seu ver essas formas degenerativas, são todas condenáveis.

Como é de seu estilo, Aristóteles quer fundar a própria opinião numa análise de caráter histórico, motivo pelo qual segue-se uma digressão desse tipo.

Os riscos da democracia estão examinados no capítulo IV e resultam sobretudo da demagogia. No capítulo V estão relacionadas as espécies de oligarquia.<sup>(3)</sup>



No § 10 está apontada uma característica inferida da análise precedente, de que se valerá para responder à pergunta inicial, isto é, a tese de que o nome de aristocracia é “a única denominação adequada para designar o Estado no qual o poder se confia aos homens mais virtuosos, se se toma este nome no seu sentido absoluto”.

Os capítulos VI, VII e VIII examinam a república e a tirania. No capítulo IX retoma a pergunta inicial sobre a melhor forma de governo.

A resposta de Aristóteles não é simples desde que não se contenta com um modelo ideal e, no fundo, a questão depende, em última instância, da própria sociedade. O melhor governo seria aquele que combinasse os aspectos positivos da aristocracia e da república, isto é, a presença no governo de pessoas virtuosas sendo a sociedade composta de homens livres. Para isto, contudo, seria essencial que não se compusesse de reduzido número de ricos, em presença de excessiva quantidade de pobres, mas contasse com o predomínio das camadas médias.

Aqui Aristóteles retoma a sua teoria do justo meio, do equilíbrio entre os extremos, fundamentada na Ética.

No último livro Aristóteles examina a motivação que impulsiona as rebeliões e aponta os modos de conjurá-las.

### - A democracia antiga segundo Ernest Baker

Sir Ernest Baker (1874-1960) foi professor da Universidade de Oxford até se tornar diretor do King's College, de Londres. Grande conhecedor da cultura clássica, inovou de modo significativo o estudo da Grécia Antiga. Dentre seus livros, publicou-se no Brasil *Teoria Política Grega*, onde estuda o pensamento de Platão. Traduziu *A Política* de Aristóteles, cuja introdução foi publicada pela revista Humanidades (n.4, julho/setembro, 1983). A revista *Diogene*, patrocinada pela Unesco e que se propõe divulgar em todo o mundo artigos aparecidos em publicações nacionais dignos de divulgação mais ampla, transcreveu, sob o título de “Eleições no mundo antigo”, o artigo cujos trechos principais encontram-se adiante.

Meu foco de interesse recairá principalmente sobre os gregos. São bem mais restritos meus conhecimentos a respeito daqueles descendente de Enéias, os romanos, cuja mãe era Vênus (conforme nos contam a lenda e Lucrécio), mas por quem, apesar de tudo, nunca fui tão apaixonado quanto pelos gregos. Ao falar de eleições entre os gregos, meu foco de interesse recairá sobre suas idéias acerca de princípios, sobretudo na forma como essas idéias são registradas por Platão e Aristóteles, e não sobre os métodos de que eles efetivamente faziam uso: em outros termos, procurarei fazer uma análise do pensamento político geral que se oculta por detrás do comportamento dos gregos, em vez de fazer uma descrição do funcionamento de seus sistemas eleitorais. Mas, antes de procurar fazer essa análise, precisarei lançar uma base – uma base de distinções e definições.

A primeira distinção a estabelecer é aquela entre eleições propriamente ditas, ou a prática deliberada da escolha pelo cidadão, para a qual a palavra grega é *hairesis*, da mesma família da nossa palavra "heresia" - entre eleições propriamente ditas, por um lado, e, por

outro, o uso do sorteio; ou o apelo à sorte, que era também, devo acrescentar, uma forma de dar oportunidade a *todos*, e para a qual a palavra grega é *kleros*, base de nossa palavra “clero” (A propósito, é curioso observar que essas duas palavras gregas, que são termos de política, deram origem a dois termos eclesiásticos usados entre nós, “heresia” e “clero”: mas a palavra grega *ecclesia*, que designava uma assembléia política, também deu origem a um adjetivo para nós - o adjetivo “eclesiástico” - e, em países latinos, a um substantivo (por exemplo, o substantivo *église* em francês) que indica uma sociedade religiosa). Mas os gregos consideravam a eleição propriamente dita como algo aristocrático, julgando que *hairesis* significava a seleção dos “melhores”, ou dos *aristoi*; e consideravam o sorteio, ou *kleros*, como algo democrático - algo que levava à liberdade e à igualdade ou mesmo à própria fraternidade. Portanto, se quisermos uma constituição mista que combine aristocracia e democracia, argumenta Aristóteles, precisaremos de uma espécie de constituição que combine eleições e sorteio. O fato é que o uso do sorteio era muito mais comum nas Cidades-Estados gregos, pelo menos quando eram democracias - e em geral o eram, conforme observa Aristóteles ao registrar que em sua época as grandes populações das cidades tornavam praticamente impossível qualquer outra forma de constituição - o uso do sorteio, repito, era muito mais comum do que a prática das eleições. Em Atenas, por exemplo, a maior parte dos funcionários governamentais eram designados por sorteio, segundo o tratado de Aristóteles sobre a Constituição de Atenas; e somente os gerais e outras patentes militares, ao lado dos encarregados de questões financeiras, era eleitos pelo voto.

O que acaba de ser dito a respeito da eleição de *funcionários governamentais* e de *oficiais* leva-nos à necessidade de estabelecer uma segunda distinção. Se partirmos do pressuposto de que existem três ramos do governo – o deliberativo, o executivo e o judiciário –, poderemos talvez dizer que hoje em dia, quando nos referimos a eleições, estamos nos referindo à eleição dos membros do órgão deliberativo. Quando os gregos se referiam a eleições, queriam dizer outra coisa: queriam dizer, regra geral, eleição dos membros do órgão executivo. Em suas pequenas Cidades-Estados, o cidadão não elegia membros do parlamento: ele e seus compatriotas eram o próprio parlamento, a assembléia primária, que se reunia em pessoa e *in pleno* e que não atuava indiretamente, ou seja, através de representantes ou procuradores que serviam em seu lugar e que em seu nome debatiam os problemas e tomavam as decisões. De, uma forma geral, as instituições representativas eram desconhecidas dos gregos, tanto em suas oligarquias quanto em suas democracias; nas oligarquias, um grupo fixo e limitado, determinado pela riqueza ou por uma mescla de origens e riqueza, atuava diretamente como assembléia primária: nas democracias, o grupo fechado de todo o organismo cívico atuava da mesma forma e com a mesma capacidade. Somente em meados da Idade Média, por volta do século XII da nossa era, é que a idéia e a prática do representante o *procurator* com “poder de procuração”, agindo em nome de um organismo constituinte - começa a aparecer nas Cortes espanholas, no Parlamento inglês e nos cabidos gerais de ordens religiosas, como a Ordem dos Dominicanos (por falar nisso, pode ser uma de minhas “heresias” pensar que a representação talvez tenha sido de início, ou pelo menos basicamente, criada pelo pensamento e pelo engenho de nosso clero - tanto o clero regular quanto o clero secular - à proporção que aperfeiçoava seus cabidos monásticos gerais e seus sínodos provinciais e sacerdotes de catedral e diocesanos). Mas aqui farei uma pausa para dizer que havia alguns indícios ou embriões de representação entre os gregos dos séculos quinto ...

... os gregos, ao falarem sobre eleições, em geral queriam referir-se à eleição de membros do executivo e não propriamente à eleição de membros de uma assembléia deliberativa. Há dois trechos na *Política* de Aristóteles que se relacionam com essa questão.

Em ambos ele trata dos direitos do povo e de seu poder de escolha; em ambos ele se refere apenas ao poder do povo de escolher *magistrados*. No primeiro desses trechos, ocupa-se ele da legislação de Sólon. Sólon, conforme Aristóteles sugere, deu ao povo o mínimo necessário de poder. “Deu ao povo” - e aqui repito as palavras de Aristóteles, - “simplesmente os direitos de eleger os magistrados e de convocá-los a prestar contas; e se o povo não desfrutar desses direitos elementares, será um povo de escravos, logo, de inimigos do governo”. O segundo parágrafo está contido naquele importante capítulo, o décimo-primeiro, do livro terceiro da *Política*, no qual ele trata da questão geral dos direitos das massas. Nesse capítulo, Aristóteles repete o que dissera antes, ao referir-se à legislação de Sólon. Há um risco, argumenta ele, quando não se permite que as massas participem um pouco do prazer do poder. Um Estado com um grupo numeroso de cidadãos pobres e desprovidos de direitos políticos e privilégios será necessariamente um Estado cheio de inimigos. A alternativa é deixar que esses cidadãos participem das funções eleitorais; e assim, diz ele, achamos Sólon, e alguns dos outros legisladores, dando ao povo as duas funções gerais de eleger os magistrados e de convocá-los a prestar contas ao final do período da magistratura.

Mas, na prática - a verdadeira prática de Atenas e das outras democracias gregas -, havia realmente muito pouca *eleição*, no sentido estrito do termo, dos membros do executivo. Os magistrados, como comecei a observar, eram nomeados acima de tudo por sorteio, com a única exceção dos generais e de outras patentes militares e dos funcionários encarregados dos assuntos financeiros. A eleição mediante o gesto de erguer as mãos (*cheirotomia*) era considerada um método aristocrático ou oligárquico; e assim Aristóteles, registrando a opinião de alguns autores a respeito da legislação de Sólon, conta-nos que o método que ele, Sólon, introduziu para *eleger* os magistrados executivos era considerado como o elemento democrático do sistema. Por outro lado, a seleção por sorteio - ou, em outros termos, pela sorte das favas, ou kuamos: aqueles que tirassem as favas brancas eram os vencedores - era considerada democracia; e aqui, novamente podemos citar Aristóteles, que, ao enumerar os atributos da democracia, começa por relacionar a eleição de funcionários governamentais por todos e entre todos, mas logo acrescenta o método de designação por sorteio de todos os funcionários governamentais - ou, pelo menos, ainda conforme Aristóteles, para todos aqueles cargos que não exigem experiência prática nem capacitação profissional. O uso das favas parece-nos estranho. Mas, agora que estamos envolvidos com o igualitarismo do Estado do bem-estar, talvez também cheguemos às favas. Para o ateniense, pelo menos, era um símbolo e uma garantia de igualdade e a seu favor deve-se dizer que as favas eram cercadas de salvaguardas. Não havia nenhum sistema - ou melhor, caso - de loteria pura. Nem haveria a possibilidade de um qualquer ser designado para uma função por sorteio e ali ser mantido somente pelo fato de ter sido sorteado. As salvaguardas previstas pelos atenienses eram triplas: primeiro, havia um teste de aptidão, uma *dokimasia*, a ser aplicado aos candidatos antes da encarregatura; depois, havia a possibilidade de sujeição àquilo que pode ser chamado de moção de censura (uma *epicheirotomia*, ou "aclamação adicional") pela assembléia durante a gestão do funcionário, se ela, a assembléia, sentisse haver algum fundamento para pôr em dúvida a conduta do referido funcionário; e, finalmente, havia escrutínios regulares, ou *euthunai*, ao final de cada gestão, que incluíam não apenas uma auditoria financeira, mas também um exame do comportamento geral dos funcionários. O sorteio poderia favorecer a qualquer um, mas cada um tinha de pensar nos obstáculos que tinha à frente antes de iniciar a corrida.

Se havia salvaguardas contra os riscos do sorteio, o próprio sorteio constituía também uma salvaguarda contra os possíveis males do sistema alternativo de *eleição*. Na

Cidade-Estado grega, como em alguns de nossos municípios, não era difícil insinuarem-se práticas corruptas nas eleições. Não havia partidos regulares na Grécia antiga, mas havia grupos partidários - *synomoi*, ou "conjunções" de pessoas unidas por juramento - que quase sempre buscavam, no período anterior ao sorteio, manobrar e manipular as eleições em favor e no interesse de alguém ou de algum grupo em particular e a introdução do sorteio - a substituição do seixo, ou *psephos*, pela fava, ou *kuamos* - não foi apenas uma oferenda no altar da igualdade, mas também uma profilaxia contra intrigas eleitorais. Aristóteles observa, na *Política*, que em Heréia, uma cidade da Arcádia da qual esperaríamos uma honesta simplicidade camponesa, as eleições foram substituídas pelo sorteio, porque os resultados eram determinados por intrigas; e observa também que, onde os cargos são preenchidos por votos e todo o povo pode votar, os candidatos começam a usar de demagogia para conseguir votos. Da mesma forma, observa ele na Constituição de Atenas, quando os demos tinham o direito de opinar e de eleger candidatos a cargos públicos, esses candidatos tinham o hábito de vender-se a si mesmos (pois os *rotten boroughs* ("burgos podres") existiram mesmo antes da Inglaterra do século XVIII) e, por conseguinte, era destituídos das funções. Pequenos grupos, salienta ele, são passíveis de corrupção mediante subornos e favores. Nas pequenas Cidades-Estados gregas os motivos e interesses pessoais encontravam abrigo fácil. A democracia espalhou-se pelo ar e lavou a atmosfera; e foi essa uma das razões pelas quais ela se difundiu, e o uso do sorteio acompanhou-a. Isso poderia parecer demagogia, mas também significava um campo justo e nenhum favorecimento.

Até agora, tenho-me referido em termos gerais ao que talvez se possa chamar de *pensamento* político dos gregos - o conjunto comum de idéias existentes entre todo o povo e que se transformaram em prática geral. Mas sempre insisti numa distinção entre *pensamento* político e *teoria* política, referindo-me com a segunda expressão à *especulação*, a *theoria*, de filósofos e de suas escolas. A teoria política quase sempre pode diferir do pensamento político. Não será tão ampla nem tão popular, terá o odor de um ambiente fechado ou de um salão de leitura, em vez de odor de ar livre. O filósofo desejará que os homens lhe sejam semelhantes, agindo mais com base na sabedoria reflexiva do que no senso comum e à luz da convicção comum baseada na experiência comum: em suma, tenderá a ser um aristocrata intelectualista ou mesmo um pedantocrata. Mas aqui há uma grande diferença entre Platão e Aristóteles, entre a Academia e o Liceu, entre os platonistas da Academia e os peripatéticos do Liceu de Aristóteles. Eu mesmo sou um peripatético (como a maior parte dos ingleses) e meu mestre é e sempre foi Aristóteles, mais do que Platão. Idolatro Platão (como Aristóteles o idolatrava, segundo o testemunho de nobres versos elegíacos que devotou à memória do homem "a quem os maus não têm nem mesmo o direito de louvar"), eu idolatro Platão, mas sigo Aristóteles - talvez porque eu seja um *Whig*, "o último dos *Whigs*", conforme me lembro de ter sido chamado certa vez (que nobre epitáfio! ... Se pelo menos fosse verdade!) - talvez porque eu seja um *Whig* e porque Aristóteles (e *não* o Demônio, conforme se diz ter afirmado o Dr. Johnson) tenha sido "o primeiro *Whig*".

Platão era um pedantocrata que, aos oitenta anos de idade (por acaso, a idade que tenho hoje), começou a envolver-se com o senso comum e a misturar a democracia com sua pedantocracia em todo o seu último - e, a meu ver, seu mais sábio - diálogo, ao qual deu o título de *Leis*. Ele tinha começado do intelectualismo de Sócrates, que se opusera ao uso do sorteio porque dava chance à incompetência da mesma forma que à competência. Em *A República*, seguindo os passos e desenvolvendo as idéias de seu mestre, ele estabeleceu a doutrina da função específica e do treinamento especializado contra a promiscuidade democrática do sorteio; e, rejeitando não apenas o sorteio, mas também o método mais

aristocrático da *hairesis*, ou eleição, que, afinal de contas, poderia tê-lo entronizado em alguma espécie de elite qualificada, ele erigira um sinedrio filosófico, esse mesmo sinedrio selecionado, e selecionando outros, com base em um intelectualismo puro. A eleição, portanto, cedia lugar à seleção, e a seleção era conduzida por exame: Platão teria tido uma sociedade de mandarins, com um povo surdo e silencioso, incapaz de jogar com favas ou de usar um seixo de votação, mas manejado e manipulado por um colegiado de examinadores - todos eles filósofos (Deve-se atentar bem para isso - *todos filósofos!* É uma concepção arrasadora!). É verdade que cabe a qualquer sociedade política produzir um grupo de mandarins - uma elite, uma elite largamente recrutada - e, tendo-a produzido, confiar nela: mas também é dever, ou melhor, direito de tal sociedade conceder alguma espécie de aquiescência - em outros termos, ter algo a ver com a seleção da elite e ter algo a dizer a respeito daquilo que seus membros devem fazer. Em *A República*, Platão preocupa-se tanto com a produção de uma elite, que deixa de lado a necessidade de qualquer espécie de aquiescência. Há algumas palavras admiráveis no final de *A República*, dirigidas pelo Intérprete às almas dos mortos que estão para começar nova encarnação em nova etapa da vida terrena: "Nenhum espírito de guarda organizará sorteios para vocês" - diz o Intérprete, - "vocês é que escolherão o seu próprio destino ... A culpa é daquele que escolhe: o Céu não tem culpa nenhuma". Que pena que Platão não se tenha lembrado dessas palavras - palavras quase sempre citadas mais tarde pelos defensores cristãos do livre arbítrio - ao construir sua teoria política. As almas dos mortos poderiam escolher sua nova vida. Às almas dos membros vivos da sociedade política Platão não deixa qualquer possibilidade de escolha.

Quarenta anos mais tarde, nas *Leis*, obra escrita, conforme já disse, ao final de sua vida, ele começa a atentar para a aquiescência e para as eleições, e mesmo para o sorteio. Ainda está preocupado com sua elite, mas mistura o conceito de uma elite selecionada com um conceito de uma espécie de aquiescência em um projeto de constituição mista. Não posso entrar em detalhes, embora tais detalhes sejam profundamente interessantes e curiosamente antecipem alguns fatos modernos. Em resumo, ele admite uma assembléia popular, que elege o órgão deliberativo, ou conselho, e também os vários magistrados executivos. O método proposto para a eleição do conselho é complicado: por um lado, é uma mistura de sufrágio universal, onde cada homem representa numericamente um, com o que pode ser chamado de sufrágio de classes, onde o eleitorado é dividido em classes e as classes superiores representam numericamente mais do que as classes inferiores: é também, por outro lado, uma mistura do método aristocrático de eleição com o método democrático do sorteio. O método proposto para a eleição dos magistrados executivos, os 37 e guardiões da lei (*nomophulakes*), que substituem os guardiões ou *phulakes* da República, é mais simples: eles são simplesmente eleitos, e eleitos por um escrutínio tríplice, em três votações sucessivas que, entre os primeiros 300 candidatos, vai selecionando até chegar aos 37 finais. Um fato curioso a respeito desses guardiões da lei é que eles se mantêm em seus cargos durante 20 anos: não há muita chance de eleição nessa base, mas Platão não aprecia a idéia democrática de uma vida curta e alegre, pelo menos no que diz respeito a magistrados responsáveis, e prefere um prazo longo em um ritmo tranqüilo. Outro fato, e esse um fato propício, a respeito dos guardiões da lei é que eles têm um presidente, eleito entre eles mesmos, em votação secreta, por uma assembléia conjunta de todos os magistrados do Estado; e um fato mais propício ainda, é que esse presidente - o Chefe do Governo ou Primeiro Ministro - deverão ser não o primeiro *Lord of the Treasury*, como em nosso país, cuja mentalidade tem um tônus financeiro, mas o Ministro da Educação (*epimeletes des paedeias*). Sempre tive admiração por esse dispositivo. Se o Sr. R.A. Butler um dia for Primeiro Ministro, como pode muito bem ser, espero que ele mais uma

vez mantenha o cargo de Ministro da Educação (como já o fez, durante a guerra) junto com o de Primeiro Ministro.

Passo de Platão e Aristóteles. Não temos uma sucessão ou série de escritos de Aristóteles, conforme temos de Platão, que escreveu *A República* por volta do ano 387 a.C. e concluiu as *Leis* por volta do ano 347 a.C., de modo que há um período de 40 anos para a mudança e maturação de suas opiniões. Os escritos políticos de Aristóteles - a *Política* e a *Constituição de Atenas*, bem como alguns trechos políticos em *A Ética* e *A Retórica* pertencem todos, julgo eu, a um período de cerca de dez anos (335 a 324 a.C.), durante o qual ele deu aulas no Liceu; e esses escritos demonstram uma tendência coerentemente *Whig* ou (talvez eu possa dizer isso) "asquithiana" ... A propósito, digo "asquithiana" porque tenho em mente o esquema de serviços sociais públicos que Aristóteles propõe no livro sexto da *Política*, um esquema que me faz lembrar o novo esquema de legislação social iniciado por Asquith (Por falar nisso, também foi ele, e não Lloyd George, o responsável pelo esquema em sua época de *Chancellor of the Exchequer*) - o esquema que inaugurou o atual Estado de bem-estar ... Mas, voltando à questão específica de eleições, que é o meu tema, só posso repetir o que já tinha dito antes, isto é, que Aristóteles acreditava no direito das massas - *to plethos*, o povo em seu todo - de eleger os magistrados e de convocá-los a prestar contas, mas devo acrescentar uma ressalva. Ele não acreditava no sufrágio universal masculino irrestrito - um homem, um voto, é todos os homens com o mesmo direito. Sentia um pouco daquele mesmo medo de J.S. Mill com relação a esse absoluto; mas, enquanto Mill teria restringido o sufrágio universal, considerando o aspecto e o peso do fator educação, Aristóteles o teria restringido considerando o aspecto e o peso do fator bens materiais. Em um notável capítulo do livro sexto da *Política*, ele aborda as teses que favoreciam a individualidade, ou "um homem, um voto", e os bens materiais, ou "quanto mais bens e interesses materiais um homem tiver em determinado local, maior o número de votos que ali receberá". Propõe ele um plano que leva em conta ambas as teses e a ambas faz justiça. Que prevaleça a vontade da maioria, diz ele, mas que seja uma maioria de indivíduos que também sejam proprietários da maioria dos bens materiais. Vai adiante e sugere um sistema que implemente esse plano. O sistema poderia ter dado certo em uma pequena Cidade-Estado: não poderia ter dado certo em um Estado de 30.000.000 de eleitores, pois envolveria uma incrível massa de cálculos matemáticos. Mas a idéia em conjunto não constitui uma insensatez: é uma tentativa *whig* de criar um *eirenicon* racional. Pena é que a política, em certo sentido, esteja além ou acima da razão, e que inclua ainda sentimentos, sensações, preconceitos; e o sentimento igualitário sempre rejeitará um *eirenicon*, por mais racional que seja, que contrarie sua sensação de que "um homem é um homem, apesar de tudo". Os sentimentalistas, entretanto, bem como os racionalistas, aceitarão outra sugestão feita por Aristóteles no mesmo livro sexto da *Política*. A sugestão de que aqueles que podem ser eleitos para um cargo não devem constituir um grupo mais restrito do que aqueles que elegem para um cargo. Aristóteles recomenda que não se tenha um círculo amplo de eleitores e um círculo restrito de elegíveis, pois isso significará que os poucos que são elegíveis começarão a aumentar suas ofertas para obter o apoio do eleitorado, e isso significará corrupção, sedição e finalmente revolução.

Já passei quatro sextos ou mesmo sete oitavos de minha vida estudando os gregos. O problema com os romanos é que eles não pensavam - pelo menos no início - e os gregos sempre roubam a cena, porque queriam pensar, e não apenas pensar, mas também falar e escrever. Ultimamente venho procurando coletar trechos de autores latinos e gregos sobre o desenvolvimento de idéias políticas e sociais no período de 300 a.C. até 300 a.D. e tenho-me surpreendido - não, surpreendido não é bem o termo, pois era realmente o que eu estava

esperando - por chegar à conclusão de que obtive muito pouco coisa entre os autores latinos que consultei. Se consegui alguma coisa - por exemplo, com Cícero -, julguei ou suspeitei que ele a tinha tirado de um grego; em geral de um grego cujo nome começava por P, Políbio ou Panécio ou Possidônio. O único material latino bom e original que consegui foi encontrado entre os juristas romanos, como Gaio e Ulpiano. Daqui a pouco mencionarei o que achei nas obras deles. Primeiro, quero admitir que os romanos - sendo, como essencialmente eram, bons engenheiros, tanto do ponto de vista literal quanto metafórico (literalmente, na construção de estradas e aquedutos e de *castra e coloniae*; metaforicamente, na construção de instituições viáveis e exequíveis), sendo, como disse, bons engenheiros, engendraram todo um sistema de eleições. Descrivê-lo seria encarar antigüidades constitucionais de *comitia curiata*, *comitia centuriata*, *comitia tributa*, e aquele quebra-cabeças que era o *concilium plebis*; seria também embrenhar-se em um charco serboniano de obscuridades e no lamaçal de minha lamentável ignorância. Eu já soube alguma coisa a respeito disso, mas atualmente não me lembro de nada. Só sei que os romanos eram grandes eleitores: jogavam *tabellae* numa urna depois de terem atravessado uma galeria ou *pons* ao sair dos tugúrios em que ficaram encurralados século após século: a maioria dos votos em uma centúria determinava o voto daquela centúria, e a maioria das centúrias (era todo um sistema de votação grupal) determinava o voto de todos os *comitia*. Formalmente, o povo tanto votava *leges* (o que os atenienses não faziam) quanto elegia magistrados; na realidade, no momento em que a República se aperfeiçoou, o governo caiu em mãos do Senado, que era composto por ex-magistrados e, portanto, quando muito, recrutado *indiretamente* por eleições populares nos *comitia*. Mas as eleições nos *comitia*, nos últimos dias da República, eram manipuladas por corrupção ou manejadas pelos chefes dos exércitos; e, quando o Império se instalou, passaram a ser automaticamente determinadas pela vontade do *Princeps*. Uma fachada quase democrática encobria o domínio de "corruptores" e "chefes"; as eleições no mundo romano antigo tornaram-se uma fraude, bem interessantes como fraude, mas desprovidas de qualquer concepção política real, de qualquer convicção comum e de qualquer aquiescência geral. Mas a forma persistia, mesmo sendo uma fraude; entrava nas teorias e nas fórmulas dos juristas romanos, por eles foi transmitida, como parte do *corpus* do direito romano, à Idade Média e ao mundo moderno; e assim chegamos ao paradoxo, o paradoxo final de nosso argumento: o sistema fraudulento de votação e de eleições que existia na Roma dos últimos tempos significou mais, muito mais para o mundo medieval e moderno - e transmitiu uma herança muito maior - do que o sistema genuíno que existia na Grécia de Péricles e do quarto século. Grande é o poder das fraudes, especialmente quando adotadas pelos juristas, que são muito hábeis ao lidar com elas.

Precisamos, portanto, ao chegar ao fim, atentar para as teorias que os juristas romanos colheram nas fraudes, ou formas, da República, pois foram continuadas e praticadas pelo governo do Império. Tomemos sua concepção de lei, ou *lex*, e observemos a definição de Gaio segundo a qual a *lex est quod populus jubet et constituit* - a lei é o comando e o regulamento do povo, resultado do voto do povo, a consequência do que diz o povo, em resposta à *rogatio* do governante, "Uti rogas", "Seja como pedires". *Ainsi soit-il*. Esta é a teoria da base da lei no desejo e no voto do povo que vamos encontrar em São Tomás de Aquino e que São Tomás transmitiu para as gerações futuras. Mais surpreendente ainda, entretanto, é a concepção da origem e da base da autoridade - a autoridade do governo - que vamos encontrar comentada por Ulpiano e, de novo, adotada por São Tomás. Por que um príncipe tem autoridade? "Porque" - responde Ulpiano, - "o povo, por meio da *Lex Regia* que é decretada em função da autoridade do príncipe, confere a ele e põe em suas mãos toda a autoridade e o poder que pertencem a ele, povo". São Tomás adota e esclarece essa teoria: o povo concede e, acrescenta ele, o povo pode tomar de volta, se houver abuso do que foi

concedido. Foi por esse caminho que chegamos à teoria do Contrato Social, a respeito do qual Filmer diz que foi “tramado nas Escolas e estimulado por todos os papistas subseqüentes em favor da divindade”, mas cuja célula original, recuando-se um pouco mais, podemos dizer foi gerada pelos juristas romanos da era imperial. O triunfo das eleições no mundo antigo foi que as eleições fraudulentas dos imperadores romanos (que, como todos sabemos, nunca foram eleitos) devem ter sido, no campo político, a verdadeira herança clássica legada ao mundo moderno. Mas devo acrescentar que São Tomás, se conhecia Ulpiano e nele se inspirou, também conhecia Aristóteles e nele também se inspirou, pois a *Política* de Aristóteles ele conhecia em uma tradução latina feita por um arcebispo dominicano. O capítulo décimo-primeiro do livro terceiro, com sua concepção de que o povo deveria eleger os magistrados e *convocá-los a prestar contas*, constituía uma fonte que podia servir de suplemento à opinião de Ulpiano. Assim, termino mesmo é com Aristóteles - mas com um Aristóteles agarrado às fraldas da casaca de Ulpiano. O que é uma imagem curiosa, pois Aristóteles, afinal de contas é maior do que Ulpiano!

## - A sociedade romana e suas instituições

### a) Cronologia e indicações de caráter histórico

Desde o Renascimento, Roma antiga exerce enorme fascínio sobre grandes escritores e artistas que buscaram nos transmitir seus valores e costumes. Maquiavel escreveu os *Comentários* sobre a primeira década de Tito Lívio,<sup>(1)</sup> editados pela UnB (Coleção Pensamento Político, vol. 3). Embora o autor esteja sobretudo preocupado em retirar ensinamentos da experiência remota de seu país, é uma obra que permite fazer-se uma idéia daquele momento essencial do processo de constituição da cultura ocidental. Em suas tragédias, Shakespeare fixou alguns personagens marcantes do mesmo período, como Júlio César, Antonio e Cleópatra, Tito Andrônico e Coriolano. No período recente, tivemos o notável romance histórico de Marguerite Youcemar – *Memórias de Adriano* (trad. brasileira editada pela Nova Fronteira). Tratando-se de um ciclo histórico muito dilatado, superior a um milênio, pareceu prudente começar por uma cronologia, cumprindo, com esse objetivo, destacar o que se segue:

- 750 a.C. – O atual território da Itália é habitado por povos originários da Europa Oriental chamados úmbrios, latinos, sabinos, vólicos etc., da mesma origem dos gregos, gauleses e germanos. Sociedade patriarcal sedentária, devotada às atividades agrícolas. Fundação de Roma pelos latinos e início da colonização grega, dando origem a cidades como Crotona, Sibaris e Tarento, no Extremo Sul da Itália; Siracusa e Agrigento, na Sicília, entre outras e Etrusca. Os etruscos eram oriundos da Ásia Menor, ao que se supõe, localizando-se suas colônias ao Norte de Roma, sendo os introdutores do cultivo de trigo, de trato com metais; da escultura etc.
- Século VII – Expansão etrusca e estabelecimento de seu domínio sobre outras províncias italiana.
- 625-509 a.C. – Dominação etrusca sobre Roma, período em que a cidade é efetivamente implantada. Os etruscos tinham reis, denominando-se a esse regime de realza.<sup>(2)</sup>



- 509 a.C. – Expulsão dos etruscos de Roma. Revogação da realeza e implantação da República.
- 509-270 a.C. – Roma conquista a Itália.
- 264-146 a.C. – Guerras contra Cartago – colônia fenícia no Norte da África, a reduzida distância marítima da Sicília –, denominadas *guerras púnicas*, pelo fato de que os fenícios eram chamados de Puni, pelos romanos.
- 146 a.C. – 30 a.C. – Estabelecimento do domínio romano na bacia do Mediterrâneo. Anexação do Império Macedônico (incluindo a Grécia), da Síria, e, finalmente, do Egito (30 a.C.). Na época do término da última guerra púnica, Roma já fixara seu domínio sobre a Tunísia, tendo mais tarde consumado a conquista da Espanha.
- 58 a 51 a.C. – Conquista da Gália. Merecera essa denominação a região a que corresponde atualmente o território da Suíça, Bélgica, França, ilhas britânicas (conquistadas só em parte), então habitadas predominantemente pelos celtas.
- 107 a.C. a 29 a.C. – Período de grandes agitações na própria Itália: guerras civis; derrocada da República e instauração de ditaduras.
- 20 a.C. a 14 d.C. – Abolição da república e consolidação do Império. Governo do Primeiro Imperador, Otávio Augusto.
- 14-192 – Expansão ulterior do Império com a anexação da Bretanha (atual Inglaterra e Sul da Escócia); da Dácia (Romania atual) e Mauritânia (Argélia Ocidental e Marrocos).
- 66 a 135 – Anexação da Palestina e destruição do Templo de Jerusalém, em 70. No ano 130, os romanos resolvem edificar ali um templo a Júpiter, o que ocasiona a última revolta dos judeus, esmagada de 132 a 135. Abolido o nome de Jerusalém.
- Séc. III – Invasões bárbaras em todas as fronteiras. Repelidas por Aureliano (270-275). O Império torna-se monarquia absoluta: Deoclécio (284-305). Últimas perseguições aos cristãos.
- Séc. IV – Império de Constantino (312-337). Organizada a cidade de Constantinopla (330). Liberado o culto católico. Em 391, o Imperador Teodísio ordena o fechamento dos templos pagãos e interdita tais cultos. O cristianismo torna-se religião oficial do Império. Autorizado o estabelecimento pacífico de tribus germânicas no Império.
- Séc. V – Considerado o século das grandes invasões. Roma é tomada e sitiada. Em 476, a Itália torna-se um reino germânico.

## **b) O desenvolvimento da sociedade patriarcal**

Originariamente, Roma era uma sociedade patriarcal, a exemplo da Grécia, em igual período, isto é, na altura da segunda metade do primeiro milênio, antes de Cristo. Constituíam-na grandes famílias, integradas não apenas por pais e filhos, mas incluindo todos

os descendentes de determinado ancestral. A esse conjunto agregavam-se os *clientes*, pessoas pobres adotadas pelas famílias, que recebiam terra, cultivando-a com relativa independência, mas prestando certas contribuições. Devido a essa maneira de estruturar-se, embora integradas por numerosos indivíduos, tendiam a corresponder a quantidade reduzida. Seu conjunto forma os *patrícios*, pólo fundamental daquela sociedade, mesmo diante das transformações acarretadas pela expansão territorial.

Os demais grupos sociais que não se integravam aos patrícios chamavam-se *plebeus*. Não eram obrigatoriamente pobres, porquanto sendo a agricultura a atividade fundamental dos patrícios, os comerciantes faziam parte da plebe.

Na medida em que se dá a expansão do Império, a sociedade se diversifica. Na própria Itália, a produção agrícola passa a ser organizada em grande escala, apoiada sobretudo no trabalho escravo, desaparecendo virtualmente os pequenos agricultores que passaram a engrossar os contingentes plebeus das cidades. Essa massa despossuída tornou-se ponto de apoio dos demagogos, o que acabou levando ao enriquecimento das instituições políticas, isto é, ao estabelecimento de ditaduras e, no final, à própria monarquia absoluta incorporando vários ingredientes do figurino oriental.

Entretanto, na opinião do estudioso norte-americano Robert Nisbet, o golpe mortal contra a família patriarcal seria desfechado pelas reformas realizadas por Otaviano Augusto (63 a.C.–14 d.C.). Augusto era o título imperial que se atribuiu ao general Otaviano, neto de uma irmã de Júlio César, e membro por adoção da família Juliana. Triúviro com Antonio e Lépido, tinha a seu cargo a administração da Itália e do Ocidente. Entrando em luta com os outros membros do triunvirato e vencendo-os militarmente, tornou-se gradativamente senhor absoluto. Inicialmente tinha o título de comandante e chefe das legiões romanas. Em 27 a.C. recebeu os diversos poderes até então repartidos entre os vários magistrados. Cuidou desde logo da aplicação de reforma administrativa, subdividindo a Itália em regiões, para facilitar o censo e a cobrança de impostos. Reorganizou também a administração das províncias, em benefício da centralização. Chamou-se primeiro Otávio Augusto e, mais tarde, Otaviano Augusto (Caius Julius Cesar Octavianus Augustus).

Otaviano empreendeu uma grande reforma militar. É da sua autoria a transformação das legiões romanas em exército permanente, o que ocorria, até onde se sabe, pela primeira vez no Ocidente. A praxe dos exércitos permanentes desaparecerá com o fim do Império Romano, só voltando a ser cogitada na fase das lutas pela formação das nações e do Estado Moderno.

Ordenou expedições militares, geralmente bem-sucedidas, a territórios europeus ainda não incorporados como a Espanha e partes da Europa Central, não tendo conseguido submeter os germanos. No Oriente Médio, estendeu até a Armênia o domínio romano. A partir de Otaviano, o exército torna-se uma força incontrastável, tendo chegado a dispor de efetivo avaliado em 360 mil homens. A ascensão de Otaviano era uma decorrência, a bem dizer, natural da celebridade alcançada pelos chefes militares, em decorrência das conquistas. Com as reformas de fins do Século I, tornam-se candidatos naturais ao mais alto posto do Império.

Otaviano Augusto conseguiu o feito notável de preparar o seu sucessor, justamente o que correspondia a uma espécie de Calcanhar de Aquiles do novo sistema que

instituiu, consoante se assinalará adiante. Sucedido por Tibério, até Nero (68 depois de Cristo) mantém-se a sucessão na mesma família.

Do ponto de vista cultural, Otaviano promoveu o que posteriormente se chamou de mecenato. Mecenaz era o nome do seu ministro incumbido de proteger a cultura, sendo o período de Otaviano marcado pela presença de grandes escritores e poetas, como Horácio, Virgílio, Tito Lívio e Ovídio.

Sua maior realização há de ter consistido, contudo, em afirmar o poder do Estado diante da família patriarcal, cuja persistência condenaria a sociedade ocidental à estagnação. Como o grande reformador grego Clístenes, minou o poder dos patriarcas sem afrontá-los diretamente, trazendo para a esfera pública institutos tradicionalmente submetidos à família, como o matrimônio, a propriedade e a aplicação da justiça. Promoveu o relacionamento direto dos indivíduos com o Estado.

Por suas dimensões, o Império Romano chegou a abrigar população numerosa. Acredita-se que no início da era cristã a população de Roma ultrapassasse um milhão de habitantes.

Tudo isto acarretou algumas mudanças substanciais nas grandes famílias que formavam a elite dirigente (os *patrícios*), igualmente tornadas mais numerosas. As famílias propriamente tradicionais (as que tinham, entre os antepassados integrantes do Senado ou indicados para o exercício de qualquer das magistraturas em que se subdividia o poder) destacaram-se das restantes, constituindo os nobres. Diversos sinais exteriores os diferenciavam do comum dos patrícios (lugares especiais nas cerimônias públicas; casas ornamentadas com bustos dos antepassados; uso de anéis característicos, etc.).

No estamento militar ocorreu diferenciação análoga. Os cavaleiros, isto é, os que serviam na cavalaria, adquiriram muitos privilégios e para distinguir-se dos demais denominavam-se *ordem eqüestre*. Entre os privilégios incluía-se a preferência nas transações comerciais possibilitadas pelas guerras de conquista e ocupação de novas regiões, de onde se originaram fortunas expressivas. Assim, a classe comercial transitou para a elite dirigente. Outro grupo que também registra notável ascensão social é o dos prestadores de serviços ao Estado (concessão para cobrança de impostos; fornecimento de armas e munições, etc.), operações todas que exigiam imobilizações significativas. Denominavam-se *publicanos* e amealharam fortunas.

Tenha-se presente que a evolução descrita ocorre ao longo de muitos séculos e não tem naturalmente a nitidez que procuraram transmitir os estudiosos que lhe traçaram a história.

### **c) As instituições políticas**

Originariamente, as instituições políticas de Roma guardavam certas semelhanças com as que se organizaram nas cidades-Estado gregas. Assim, além do mandatário do Estado, existia um conselho constituído pelos chefes das grandes famílias, que se chamava *Senado*. A chefia do Estado, exercida hereditariamente, veio a ser alterada, transferindo-se a órgãos eletivos e múltiplos (o Consulado e outras instâncias denominadas magistraturas). O Cônsul e

os magistrados eram em geral recrutados entre os membros das principais famílias e gozavam de muito prestígio.

Admite-se que, paralelamente a essa estrutura de feição aristocrática, organizou-se uma outra de base democrática. Assim, assembleias de diversos grupos sociais (comícios) elegiam *tribunos*, espécie de representantes (originariamente com atribuições de *protetor*) junto às instituições oriundas do patriarcado.

Como na Grécia, a condição de cidadão não alcançava a todos. Contudo, considera-se que, em Roma, o acesso veio a ser mais fácil, assegurados os direitos de cidadãos aos que se dispunham a formar colônias nas regiões conquistadas, independente de pertencerem ou não aos patrícios. Mesmo em relação aos povos vencidos, muitas das prerrogativas dos cidadãos seriam facultadas a diversas pessoas.

Nas fases iniciais das guerras de conquista, a tropa era recrutada entre os cidadãos. Com o prolongamento das lutas e o aumento dos efetivos, as camadas mais baixas foram incorporadas a esse serviço. A chefia da legião, de feição transitória, foi se tornando cada vez mais prolongada.

Com a dispersão dos cidadãos pelo Império, as assembleias acabaram caindo em desuso. Na medida em que se consolida o Império, o tribuno toma-se um título honorífico, sendo de nomeação do Senado ou diretamente do Imperador.

No que respeita a essa evolução das instituições políticas romanas, escreve Gaetano Mosca: "Muitos historiadores modernos discutiram a questão de saber se Augusto pretendeu criar uma nova forma de governo ao substituir a República pelo Império ou se havia querido conservar a forma republicana retocando - a ali onde se fizesse necessário.

Parece-nos que empregar tais termos equivale a colocar as questões de modo falso: pois as pessoas que não são muito versadas no estudo das instituições romanas poderiam supor então que a antiga república romana teria sido uma forma de governo análoga às repúblicas modernas, e que o Império de Augusto se assemelharia aos Impérios modernos. A verdade é que Augusto deu-se conta de que a antiga constituição do Estado-Cidade não mais podia funcionar depois que Roma havia subjugado todo o Mediterrâneo e os cidadãos romanos se contavam por milhões. Assim, acrescentará aos antigos órgãos de governo outros novos e mais eficazes; mas se contenta em adaptar o mais possível os órgãos antigos às novas necessidades".(3)

Deste modo, os poderes do Senado vêm-se sucessivamente reduzidos. Sob o Império, passam diretamente ao Imperador os assuntos financeiros e a política externa. Grande parte das províncias são administradas sob a direção do Imperador e só parte delas continua subordinada aos senadores.

O ponto fraco das instituições imperiais consistia na incerteza em matéria de sucessão. Os cinco primeiros imperadores pertenciam à mesma família. Com as guerras civis que se seguiram à morte do último daqueles dignatários (Nero, em 68), ascende ao poder um general (Vespasiano) que não pertencia às velhas famílias, não obstante o que consegue transmitir-lo a seus descendentes. Por fim, prevalece o princípio que consagra ao governante o poder de designar o seu sucessor.

“Assim, escreve Mosca, pouco a pouco a burocracia imperial suplanta as antigas magistraturas que acabam por tornar-se apenas honoríficas. A única lembrança do antigo regime político que substitui era a *Lex Regia de Imperio* pela qual, teoricamente, o Senado, na qualidade de representante do povo romano, conferia ao Imperador os seus poderes. Na realidade, exercia-se em geral a favor dos pretorianos pois eram as legiões que criavam e derrubavam os imperadores. De todos os modos, a sobrevivência dessa lei permitia, até o fim do III século depois de Jesus Cristo, distinguir a constituição do Império Romano daquela dos antigos Impérios orientais, onde o soberano governava por delegação do Deus racional ou em decorrência dos privilégios hereditários de sua família”.

#### **d) O direito romano**

Reza a tradição que por volta do século sexto antes de nossa era tiveram lugar grandes lutas entre patrícios e plebeus, durante as quais estes lograram diversas conquistas entre as quais o *tribunus*, que originalmente era o magistrado romano incumbido da defesa dos direitos de determinada comunidade. Subseqüentemente, o Senado foi instado a redigir as leis comuns a patrícios e plebeus, que teriam sido gravadas em doze placas de bronze. Esse documento passou à história com o nome de Lei das Doze Tábuas.

Sob Adriano<sup>(4)</sup> deu-se início ao trabalho dos *jurisconsultos*, especialistas incumbidos de ordenar os milhares de textos jurídicos acumulados pela experiência de muitos séculos a ser acrescido à *Lei das Doze Tábuas*. Tais textos consistiam não somente das leis regularmente aprovadas mas também dos decretos imperiais e sobretudo dos éditos dos pretores, vale dizer, do que modernamente chamaríamos de jurisprudência, já que os pretores eram uma espécie de juízes. Essa codificação teve continuidade até o século VI, conjunto que corresponde ao *direito romano*.

O direito romano, além de criação original, revelou ser uma ordenação a bem dizer perene desse aspecto da vida social e sua estruturação em forma considerada definitiva. Os romanos criaram o direito civil (*jus civile*), inicialmente entendido como adstrito aos romanos. Em contato com outros povos e esbarrando com costumes e práticas diversas, dá-se maior universalidade àqueles princípios, ao mesmo tempo em que são lançadas as bases, através do *jus gentium*, tanto do *direito privado das gentes* como o primeiro núcleo do Direito Internacional Privado. Embora sem desprender-se da experiência concreta como viria a ocorrer nas discussões subseqüentes, também está presente a idéia de direito natural.<sup>(5)</sup>

#### **e) A religião de Estado**

A religião romana originária mesclou-se mais tarde aos deuses gregos. Na tradição própria, havia grande quantidade de divindades, muitas requerendo rituais e cerimônias específicas. Na medida em que se estabelece a dominação romana no Mediterrâneo e se estreitam os laços com a cultura grega, dá-se paulatina aproximação dos deuses romanos aos gregos (Júpiter a Zeus; Marte a Ares; Juno a Hera; Vênus a Afrodite e assim por diante).

A religião subdivide-se em dois grandes troncos, sendo o primeiro a doméstica. Esta consiste no culto dos ancestrais, mas também de divindades ligadas à casa. Os rituais eram rígidos e rigorosamente respeitados porquanto se achava muito difundida a crença de que, se o culto dos ancestrais fosse negligenciado, poderiam atormentar a vida das pessoas travestidos de fantasmas. Os deuses da casa eram comuns a várias famílias (*Janus*, deus da porta; *Penates*, do guarda comida; *Vesta*, da chama da lareira e *Lar*, a deusa da propriedade) e alguns foram mesmo elevados a condição de deus nacional. *Janus* tomou-se deus de uma das portas de Roma; *Vesta* mereceu um templo no Fórum, etc.

O segundo tronco correspondia à religião de Estado. Nisto, a tradição romana distingue-se grandemente da grega. As cidades-Estado gregas tinham seus próprios deuses, que podiam até mesmo enfrentar-se em determinadas circunstâncias. Havia concomitantemente cultos gerais, como o de Apolo, mas estes nada tinham a ver com o que nos legou Roma Antiga.

O Chefe do Estado romano tinha obrigações perante determinados deuses equivalentes à dos patriarcas em relação às divindades familiares. Para assessorá-lo nesse mister, dispunha de um grupo de sacerdotes. Dentre os sacerdotes destacaram-se os pontífices, aos quais incumbia a elaboração do calendário religioso e de sua observância. Desse grupo emergiu o Grande Pontífice, função que acabaria sendo atribuída ao próprio Imperador.

A existência de uma religião oficial, situada acima das outras tradições, levou a que fosse colocada a seu serviço o próprio aparelho estatal. Envolvendo a crença religiosa certa dose de intolerância dogmática, a tendência a bem dizer natural consistia em promover a repressão aos cultos divergentes, erigindo a disputa religiosa ao nível de uma questão de Estado. Em nome desse princípio, é que foram perseguidas as religiões orientais e o próprio judaísmo, bem como os cristãos em épocas tardias do Império.

A mencionada característica distintiva da religião romana marcou de modo definitivo o catolicismo. Em que pese o grande papel civilizatório desempenhado pelo cristianismo, na fase subsequente às invasões bárbaras, envolveu-se, desde logo, na disputa pelo poder terreno, de que resultariam grandes surtos de intolerância e repressão, como é o caso da Inquisição.

## **f) A herança romana**

Roma Antiga marcou de modo decisivo a cultura ocidental, sendo precisamente o seu ponto de partida. Foi também por seu intermédio que recebemos a herança clássica.

A principal contribuição romana deve ser buscada em suas instituições.

O direito romano corresponde a um dos ingredientes fundantes do Estado Moderno.

A religião de Estado é outra contribuição essencial, embora o fato de que viesse a ser concebida não apenas como devendo ensejar certa ritualística, mas simultaneamente meditação teórica, não possa ser atribuída a Roma, mas ao judaísmo antigo.

As próprias instituições políticas - ainda que não tivessem chegado a alcançar .o desenvolvimento atingido modernamente - fecundaram a imaginação dos pensadores políticos desde o Renascimento. E mesmo a idéia de império (mais precisamente de *sacro império*) influenciou nos acontecimentos da Época Moderna.

## TEXTO II - REDIRECIONAMENTO DO DEBATE NA IDADE MÉDIA

### - Indicações de caráter histórico e periodização do longo ciclo

Esquemáticamente, denomina-se Idade Média ao período histórico compreendido entre 476 (data geralmente adotada como marco da derrocada final do Império Romano) e a descoberta da América em 1492, abrangendo portanto dez séculos. As datas mencionadas, como não poderia deixar de ser, constituem simples pontos de referência, imprescindíveis a qualquer estudo dessa natureza. Assim, muito antes de 476, na primeira metade do século V, os imperadores do Ocidente já não dispunham de grandes poderes. Mosca considera que seria mais adequado admitir que o antigo Império Romano chega ao fim em 395, data da morte de Teodósio e em que se produz a cisão entre Império do Oriente e Império do Ocidente. Desde então, com efeito, irá se delineando com nitidez crescente a diferença entre cultura ocidental e cultura bizantina.

Quanto ao término da Idade Média, o mais correto consiste em compreendê-lo como um ciclo dilatado. Os ingredientes formadores da Época Moderna despontam certamente, na segunda metade do século XV, em que se lançam as bases da navegação de longo curso, de que resultam as descobertas e também ocorre o fenômeno cultural denominado de Renascimento. Contudo, a Reforma Protestante equivale a outro elemento decisivo bem como as lutas do século XVII que marcam a consolidação do Estado Nacional.

Os séculos iniciais do período medieval são muito conturbados. Os estudiosos consideram que a sedimentação das hordas bárbaras em determinados territórios ocupam pelo menos os séculos VI, VII e parte do século VIII. A rigor, essa sedimentação é de base germânica (francos, lombardos, visigodos, etc.) e se faz acompanhar de sua conversão ao cristianismo.

O processo em causa não os livra de novas invasões de outros "bárbaros". Nesta primeira fase de sedimentação, o inimigo principal é constituído pelos *sarracenos*, nome que era dado aos árabes antes de sua conversão ao islamismo,<sup>(1)</sup> que dominam a África do Norte e a Península Ibérica, ameaçam as costas da Itália e invadem a França. A invasão sarracena é detida em território francês, por Charles Martes, na Batalha de Poitiers, em 732. Esse fato é tomado como importante marco na história do Ocidente, embora, como se verá a seguir, o Continente não se haja liberado em definitivo do saque sarraceno, que voltará a ganhar intensidade.

Neto de Charles Martes e filho de Pepino, o Breve, Carlos Magno (742-814) repõe no Ocidente germânico a idéia de Império; agora chamado Sacro Império, e não apenas Romano, mas Romano-Germânico. O reinado de Carlos Magno durou de 768 a 814 e nessa fase conseguiu colocar sob seu domínio grande parte do território europeu. Sua coroação como Imperador deu-se no natal do ano 800 e quem o coroou foi o Papa.

O Sacro Império de Carlos Magno desmorona no próprio século IX e a Europa assiste a novas incursões de húngaros, normandos e árabes. Considera-se que esta seja uma



nova fase da barbárie, fome e peste. A unidade religiosa parece abalada. Semelhante quadro prolonga-se até aproximadamente os meados do século X.

Em 962 reconstituiu-se o Sacro Império, com Oto I. A nova onda de invasões bárbaras é detida, eliminadas as incursões dos bandos sarracenos, os normandos se estabelecem de forma estável no Norte da França, os húngaros, poloneses, boêmios e escandinavos aderem ao cristianismo. Recomposta a situação, inicia-se uma fase de prosperidade que desemboca na chamada Alta Idade Média dos séculos XII e XIII, de grande florescimento cultural.

A decadência começa de fato com a decomposição do Papado, que a notável historiadora Bárbara Tuchman faz recair no período 1470-1530.

A ordenação desses diferentes períodos não corresponde de certo a uma questão simples, embora, pelo que tem de mais expressivo, a historiografia contemporânea repudie as simplificações do passado, quando a Idade Média chegou a ser considerada como uma fase negra, digna de ser esquecida. Em que pese o repúdio, uma nova periodização continua uma questão em aberto. Do ângulo em que nos situamos, isto é, de compreender a história da cultura ocidental para apreender os seus valores fundantes, talvez fosse mais pertinente subdividi-la em quatro períodos, que adiante confrontaremos a outras propostas. Esquemáticamente seriam os seguintes:

I - *Século VI a meados do século IX*, em que se poderiam apreender as características dominantes da nova fase histórica e que resumiríamos desta forma:

- a) presença de uma religião universal;
- b) separação entre Igreja e Estado, ao contrário do que ocorria tanto em Bizâncio como no Islã, embora instaure uma tensão nunca satisfatoriamente resolvida;
- c) prevalência da componente civilizatória no cristianismo, pela circunstância de que se tratava de converter povos de tradições culturais inteiramente diversas, por isto chamados de bárbaros;
- d) preservação da idéia de Império.

II - *Segunda metade do século IX à segunda metade do século X*, ciclo em que a civilização européia de base cristã esteve ameaçada de desaparecimento o que, presumivelmente, não terá ocorrido graças à consolidação dos feudos, base em que se apoiaria o florescimento subsequente da sociedade medieval.

III - *Período de apogeu*, que pode ser limitado apenas à chamada Alta Idade Média dos séculos XII e XIII, como de forma mais ampla para abranger desde o século XI ao século XV; e, finalmente,

IV - *Período de decadência*, iniciado com a crise do Papado, que começa em fins do século XV.

Como a decadência da civilização medieval é, ao mesmo tempo, a gestação da sociedade moderna, estudaremos de forma autônoma tanto o Renascimento como as grandes

criações da Época Moderna, razão pela qual não nos deteremos aqui no último período.

A busca de um entendimento mais adequado da Idade Média é fenômeno relativamente recente. Notadamente a partir do século XIX, a praxe consistia em reduzi-la, em bloco, à *Idade das Trevas*. Dentre as personalidades que se levantaram contra tal simplificação destaca-se Régine Pernoud, que ao tema dedicou diversos estudos. O primeiro deles *Lumière du Moyen Age*, apareceu em 1951, tendo sido reeditado recentemente (Trad. portuguesa: *Luz sobre a Idade Média*, Lisboa, Europa-América, 1985). Em 1978 divulgou o texto polêmico intitulado *Pour en finir le Moyen Age* (Paris, Éditions du Seuil), cuja tradução brasileira apareceu com o título de *Idade Média: o que não nos ensinaram* (Rio de Janeiro, Agir, 1979). É autora ainda de diversos outros estudos sobre o período (*Os templários; As origens da burguesia francesa*, etc.).

Régine Pernoud inclina-se por uma subdivisão que destaque três períodos, sendo o primeiro aquele em que desponta e se consolida o feudalismo, adequadamente compreendido como um serviço; a Alta Idade Média, situada nos séculos XII e XIII, iniciando-se a decadência no seguinte. Essa autora atribui um grande papel no processo de decadência à reintrodução do direito romano, que teria dado rigidez ao Papado, propiciando o surgimento da Inquisição e outros fenômenos negativos. A seu ver, os estudos sobre a Idade Média extrapolam essas características finais para os ciclos anteriores, o que, com razão, entende ser ilegítimo. Por isto ocupa-se detidamente de fixar o caráter costumeiro do direito em todo o largo período anterior ao século XIV.

É interessante referir aqui o entendimento de Will Durant, embora a sua obra não esteja inserida no debate dos últimos decênios. Ainda assim, está longe de conformar-se com as simplificações de seu tempo.

Durant chama de *Idade das Trevas* ao período que vai de 566, ano em que termina o reinado de Justiniano, e 1095, início das cruzadas, que afirma ser "o ato culminante da drama medieval, e talvez o acontecimento mais pitoresco na história da Europa e do Oriente Próximo. Agora, finalmente, depois de séculos de disputa, as duas grandes religiões, cristianismo e maometanismo, recorriam ao arbítrio final do homem - a suprema corte da guerra. Todo desenvolvimento medieval, toda a expansão do comércio e da cristandade, todo o fervor da crença religiosa, todo o poder do feudalismo e a magia da cavalaria chegaram a um clímax em uma guerra de Duzentos Anos pela alma do homem e lucros comerciais".<sup>(2)</sup> Assim, inclina-se também por uma tripartição, porquanto, no Epílogo, data do século XIV o aparecimento de "homens que iam começar a destruir o majestoso edifício da fé". Esclareça-se que não lhe parece devida a Idade Média ser considerada como "mero interlúdio entre uma civilização e outra", mas como um período que produziu "tão grandes homens e mulheres e ergueu das ruínas do barbarismo e papado, os Estados europeus e a riqueza arduamente adquirida de nossa herança medieval".<sup>(3)</sup>

Nossa intenção ao propor uma divisão em quatro períodos tem apenas o propósito de sugerir que, ao mantermos indiviso o primeiro grande ciclo, talvez deixemos de atentar para o que é típico e específico do feudalismo.

**- Eventos relevantes nos períodos (cronologia)**

**PRIMEIRO CICLO - Aprox. de 476 a aprox. 850 - Reconstituição do Império em bases germânicas**

- 455 - Assassinato do Imperador do Ocidente Valentiano III (reinou de 425 a 455). Ascensão efêmera de Petrônio ao trono. Intervenção de Geiserico, rei dos vândalos, que efetiva o saque de Roma e leva para Cartago, como cativa, a Imperatriz.
- 456-476 - O trono é ocupado por generais germânicos, tornados instrumentos do visigodo Ricimer. Novas invasões da Itália.
- 476 - Odoarco assume o poder e domina grande parte da Itália, estendendo essa dominação até a Sicília. Morto no ano 493, na luta contra a invasão ostrogoda, chefiada por Teodorico. Abandona a denominação latina de *Imperator* e adota o título bárbaro de *rex*, razão pela qual se considera como o primeiro reino bárbaro e marco do término do Império Romano Antigo.
- 493-526 - Teodorico governa a Itália.
- 527-565 - Justiniano I torna-se o Imperador do Oriente e reconquista a Grécia, a Itália e o Norte da África.
- 630 - Maomé ocupa Meca.
- 635-700 - Expansão muçulmana no Oriente Médio e no Norte da África.
- 711 - Os muçulmanos entram na Espanha.
- 732 - Os muçulmanos são repelidos em Tours (batalha de Poitiers).
- 768-814 - Reconstituição do Império Romano - que passará a denominar-se Sacro Império Germano Romano -, por Carlos Magno, cuja coroação pelo Papa dá-se em 800.
- 787 - Os dinamarqueses começam suas invasões à Inglaterra.
- 795 - Início das invasões dinamarquesas contra a Irlanda.
- 843 - Divisão do Império de Carlos Magno e início dessa decomposição.

**SEGUNDO CICLO - Aprox. de 850 a aprox. 1100 - Novas invasões restauram a barbaria na Europa. Consolidação do feudalismo.**

- 841-924 - Incurões escandinavas na França.

- 872 - Os escandinavos colonizam a Islândia.
- 886 - Os escandinavos sitiaram Paris.
- 890 - Início da atuação dos bandos sarracenos que se prolonga por quase um século.
- 906 - Início das invasões húngaras.
- 936-973 - Oto I rei da Alemanha. Em 962 é proclamado Imperador do Sacro Império.
- 989 - A Rússia converte-se ao cristianismo.
- 997-1038 - Estevão, posteriormente tornado santo da Igreja, reina na Hungria.
- 1017-1042 - Dominação dinamarquesa sobre a Inglaterra.
- 1054 - Grande cisma do Oriente, separando em definitivo a Igreja Romana da Oriental (Ortodoxa).
- 1066 - Início da dinastia normanda na Inglaterra.

### **TERCEIRO CICLO - Aprox. séculos XII a XV. apogeu da civilização medieval**

- 1095 - Proclamação da Primeira Cruzada.
- 1099 - Os cruzados tomam Jerusalém, perdendo-a sucessivamente, o que leva à organização de novas cruzadas.
- 1100 - Aparecimento do número arábico na Europa.
- 1128 - Reconhecimento da Ordem dos Templários pelo Papa.
- 1163-1235 - Construção da Notre Dame de Paris.
- 1175-1234 - Vida de Miguel Scot, cujas tradições latinas de textos gregos reintroduziram a discussão do pensamento antigo entre os cristãos.
- 1123-1280 - Vida de Alberto Magno, que inicia a interpretação de Aristóteles segundo cânones cristãos.
- 1215 - Coalizão entre normandos e saxões, na Inglaterra, consagrada na Magna Carta.
- 1237 - Início da invasão mongol à Rússia.
- 1241 - Os mongóis derrotam os alemães em Leinitz, tomam Cracóvia e assolam a Hungria.
- 1273-1291 - Rodolfo de Habsburgo, Imperador do Sacro Império.

- 1291 - Fim das Cruzadas.
- 1309 - Instalação do Papado em Avinhão.
- 1310-1312 - Supressão dos Templários na França.
- 1315 - A Suíça derrota o exército dos Habsburgos em Mongatten e funda a Confederação Suíça.
- 317 - Início da guerra dos Cem Anos entre a Inglaterra e a França.
- 1400-1450 - Introdução e aperfeiçoamento das armas de fogo, invenção do papel e da imprensa e início do emprego da bússola na navegação.
- 1453 - Fim da Guerra dos Cem Anos. Tomada de Constantinopla pelos turcos.

#### **QUARTO CICLO - Iniciado na segunda metade do século XV. Período da decadência**

- 1452-1519 - Vida de Leonardo da Vinci, um dos grandes artistas do Renascimento, juntamente com Miguel Ângelo, Rafael e Ticiano.
- 1492-1493 - Primeira viagem de Colombo.
- 1470-1530 - Decadência do Papado (Papas Sisto IV, 1471-1484; Inocêncio VIII, 1484-1492; Alexandre VI, 1492-1503; Júlio II, 1503-1513; Leão X, 1513-1521 e Clemente VII, 1523-1534).
- 1460-1536 - Vida de Erasmo de Roterdam, criador do humanismo renascentista.
- 1469-1527 - Vida de Maquiavel, que reorienta a discussão da política, no sentido depois denominado de moderno.
- 1483-1546 - Vida de Martim Lutero, iniciador da Reforma Protestante.
- 1509 - Henrique VIII sobe ao trono da Inglaterra.
- 1520 - Excomunhão de Lutero pelo Papa Leão X.

#### **- A recuperação das obras clássicas**

Com a desordem que se estabeleceu no território europeu, durante séculos, em seguida ao fim do Império Romano, a sua substituição pela dominação germânica e o período negro das incursões sarracenas, húngaras e escandinavas, a cultura foi mortalmente atingida. No mundo bizantino preservou-se o direito romano enquanto a herança clássica grega era

esquecida no Ocidente, salvo na Sicília, e conservada em Alexandria, Cairo, Tunis e outros centros agora sob dominação árabe. O processo de recuperação é lento e disperso.

No século XI, na Espanha, foram traduzidos ao latim os livros relacionados à medicina clássica, abrangendo os *Aforismos*, de Hipócrates, e os *Comentários* de Galeno. No século XII, em Sevilha, elaboram-se as versões latinas de eruditos judeus e árabes. O grupo dedicado a essa tarefa é que familiarizou o Ocidente com os números indo-arábicos. Nesse mesmo século, por volta de 1165, Geraldo de Cremona, chega a Toledo, traduzindo ao latim, sozinho, 71 textos gregos de Aristóteles, Euclides, Arquimedes, Galeno e outros.

O denominado Reino Normando das Duas Sicílias tornou-se também uma importante fonte de preservação das obras clássicas. Para ali vieram eruditos escoceses que também verteram para o latim as obras de autores gregos. As traduções de Miguel Scot, no início do século XIII, são os textos que chegaram ao conhecimento de Alberto Magno (1206-1280) e Roger Bacon (1214-1294), pensadores que reabriram entre os cristãos o debate do pensamento grego.

Da Sicília essa atividade passa diretamente às cidades italianas. Em Palermo, ainda no século XII, traduz-se a *Ótica* e o *Almagesto* de Ptolomeu, em Catunia, *A vida dos filósofos* de Diógenes Laércio e os primeiros diálogos de Platão. Antes do fim do século XIII, quase todas as obras de Aristóteles achavam-se ao alcance dos estudiosos ocidentais.

"Foi mero acidente - escreve Will Durante - a introdução de muitas palavras árabes nas línguas européias, devido à impossibilidade dos tradutores poderem encontrar termos equivalentes para o latim. Mais importante, ainda, foi o fato de que a álgebra, o zero e o sistema decimal entraram no Ocidente cristão por meio de tais versões; que a teoria e a prática da medicina progrediram muito com a tradução que se fez dos mestres gregos, romanos, árabes e judeus; e que os trabalhos gregos e árabes sobre astronomia deram expansão à teologia e uma nova concepção de divindade, preparando a grande mudança que haveria de seguir-se à teoria de Copérnico".<sup>(4)</sup>

O saber da Antigüidade viu-se, entretanto, envolto na denominada escolástica, isto é, num tipo de interpretação que tinha por objetivo fazê-lo coincidir com os ensinamentos do cristianismo, considerados verdade absoluta. Somente a partir do Renascimento começa a ser empreendido esforço no sentido de recuperar tal pensamento em sintonia com o contexto em que se produziu.

### **- As doutrinas básicas e o contexto em que emergem**

O período histórico denominado Idade Média engloba realidades bastante diferenciadas. Assim, nos séculos que se seguem imediatamente à queda do Império Romano, o processo civilizatório, tendo por base o cristianismo, parecia progredir ininterruptamente até o reinado de Carlos Magno (773-814). Contudo, há um novo ciclo de barbárie, só superado a partir de meados do século X. Essa circunstância reflete-se diretamente no plano cultural. A rigor, a cultura medieval propriamente dita só irá surgir na fase seguinte, sobretudo nos séculos XII e XIII.

Tanto a sociedade que se irá organizando como a cultura a que dá origem irão revestir-se de feição eminentemente religiosa. O saber torna-se monopólio virtual do clero, preocupado, como não poderia deixar de ser, com a sobrevivência da mensagem de Cristo em meio às tradições pagãs. Era imperativo dar a estas uma nova configuração. Toda a cultura acabou naturalmente convergindo para esse objetivo supremo. Música, pintura, arquitetura deviam colocar-se a serviço de uma obra que em si mesma era sagrada.

Na medida em que se inspiram no que entendiam fosse o modelo teórico greco-romano, os doutores da Igreja tendem a organizar o saber numa rígida hierarquia, em cujo ápice se situa a teologia.

Em tal contexto, a meditação sobre a política perde qualquer relevância, embora a vida mesma se haja incumbido de trazer à tona problemas dessa índole a que os teóricos não se puderam furtar.

Os problemas revelavam tal força e magnitude que mesmo no primeiro ciclo de formação da sociedade feudal, isto é, no período que se encerra nos primeiros decênios do século IX, já se revelam plenamente, formulando-se as doutrinas que reapareceriam mais tarde, embora sem remissão a esses primeiros formuladores. Agora não mais se pergunta, abstratamente, pela melhor forma de governo, mas busca-se uma solução para o conflito real que estava instaurado: as relações entre os poderes temporal e espiritual. A questão tampouco é tratada em livros, aparecendo nos documentos que o próprio curso histórico ia exigindo dos dignatários da Igreja.

Em síntese, duas são as doutrinas insinuadas desde logo. A primeira afirma a separação entre o espiritual e o temporal. No domínio espiritual dá-se a superioridade da Igreja; e, no plano temporal, a do governante. A segunda promove a franca superioridade eclesiástica em matéria temporal. O curioso é que, na fase madura da Idade Média, o pensamento da Igreja iria evoluir na mesma direção.

A doutrina da separação dos dois poderes encontra-se em documento da lavra do Papa Gelásio I, cujo papado durou de 492 a 496. Nos fins do século IX, o Papa Nicolau I sustenta a superioridade do poder eclesiástico sobre o poder laico, numa carta dirigida a um subordinado e que se preservou.

A ameaça de desaparecimento com que se defrontou a Europa civilizada, no século IX e em boa parte do seguinte, diante da onda de invasões húngaras, normandas e sarracenas, fez com que a problemática indicada refluísse. Entretanto, o quadro de franco confronto entre a Igreja e as monarquias, que acabará por se estabelecer na Europa, fará com que tais doutrinas voltem a aparecer.

### **- A luta da igreja para afirmar a sua independência**

Quando cessam as invasões no próprio território europeu ocidental e a vida passa a ser reconstituída, paulatinamente irá evidenciar-se a amplitude do confronto entre a Igreja e os regimes temporais que se estabelecem.

A questão primordial dizia respeito à não ingerência nos assuntos eclesiásticos. Para manter essa independência, a Igreja precisava, antes de mais nada, de dispor de bens e de rendas que lhe fossem devidas diretamente.<sup>(1)</sup> O reconhecimento de tal prerrogativa, dependia, contudo, do próprio poder político. Consoante se indicará logo adiante, foi justamente em torno de tributos que se estabeleceu o choque entre o rei francês Felipe o Belo e o Papa Bonifácio VIII, em fins do século XIII. Além disto, a sociedade era muito descentralizada e os senhores locais desfrutavam de grande autonomia.

Os padres aspiravam também a um estatuto próprio que os livrasse, por exemplo, de servir nas guerras, e lhes assegurasse alguns privilégios como o de dispor de um tribunal de consciência, etc.

A complexidade do quadro talvez explique a nítida preferência que os bispos tinham pelo Sacro Império. Essa preferência data mesmo dos tempos de Carlos Magno. A julgar pelo que nos legou o seu biógrafo,<sup>(2)</sup> o próprio Carlos Magno teria sido surpreendido com tal iniciativa, devida a Leão III (Papa de 795 a 816).

É interessante transcrever o texto em apreço:

"Quis Carlos Magno que a Igreja de S. Pedro fosse não apenas defendida e protegida por si, mas que pelas suas dádivas ultrapassasse em ornamentos e riquezas todas as outras igrejas.

Apesar de a ter em tanto respeito, apenas viajou até Roma para cumprir as suas promessas e fazer as suas preces quatro vezes durante os quarenta e sete anos do seu reinado.

Mas para a sua última viagem houve ainda outra razão. Os Romanos tinham infligido muitas injúrias ao Papa Leão III, arrancando-lhe os olhos e cortando-lhe a língua,<sup>(3)</sup> pelo que este se sentiu compelido a implorar o auxílio do rei.

Por esta razão (Carlos Magno) foi a Roma a fim de restaurar a ordem nos negócios muito perturbados da Igreja e aí permaneceu durante todo o inverno. Nessa altura recebeu os títulos de Imperador e Augusto. Mas a princípio desagradou-lhe tanto este ato que declarou que se acaso tivesse podido conhecer com antecedência a intenção do pontífice, não teria entrado na Igreja naquele dia, embora fosse um dia muito festivo. Porém, agüentou muito pacientemente a inveja suscitada por estes títulos nos imperadores romanos, que se mostravam indignados. Enviando-lhes freqüentes embaixadas e chamando-lhes irmãos nas cartas venceu a sua teimosia com a magnanimidade, na qual lhes era indubitavelmente superior".

Com a realização das Cruzadas, a Igreja alcançou um grande poderio, dispondo inclusive de organizações religiosas armadas, como era o caso da Ordem dos Templários. A obtenção de tal poderio, no plano temporal, se não deixava de consistir num pré-requisito à manutenção da sua independência, por outro lado ameaçava-a francamente, ao acarretar envolvimento cada vez maior na luta entre os príncipes católicos. Nessa época as nações ainda não estão constituídas, mas ao lado do Sacro Império formam-se monarquias relativamente poderosas, que logram a obediência de vassallos em territórios amplos.



Exemplo expressivo dessa situação-limite, onde o envolvimento temporal era necessário à Independência, ao mesmo tempo em que poderia comprometê-la mortalmente, é o conflito que se estabeleceu entre Felipe o Belo e Bonifácio VIII. Este começou em torno ao direito de cobrar determinados impostos das instituições religiosas, que a Igreja entendia acharem-se isentas diante do poder temporal ao mesmo tempo em que suas contribuições deveriam ser encaminhadas a Roma. Felipe proíbe a saída de dinheiro do território sob seu domínio, sendo em seguida excomungado pelo Papa. Ao invés de se intimidar, o rei daquela parte da Europa que mais tarde seria a França acabou conseguindo, após a morte de Bonifácio em 1303, não só colocar no trono papal uma pessoa ligada à sua corte (Vilardreau, arcebispo de Bordeaux, papa de 1305 a 1314, com o nome de Clemente V), como transferir a sede do Papado para Avinhão. Clemente V, a fim de atender a Felipe o Belo, extinguiu a Ordem dos Templários.

O Papado ficou em Avinhão até 1378. Tendo o Papa escolhido nesse ano se recusado a de novo transferir-se para Roma, ali elegeu-se um outro. Em 1409, reuniu-se em Pisa um Concílio que considerou a ambos os Papas, de Roma e Avinhão, como heréticos, e escolheu um terceiro, o arcebispo de Milão. Assim, nos começos do século XV, a Igreja estava completamente dividida, colocada ao sabor das disputas entre príncipes católicos. Coube a estes, em 1417, promover outro Concílio, em Constança, onde o novo Papa foi escolhido não apenas pelos cardeais, mas também por representantes dos príncipes e procuradores das universidades. Chegava ao fim o que a história denomina de *Grande Cisma* mas a Igreja parece irremediavelmente comprometida com os assuntos temporais, como se depreende da decadência moral e religiosa que se abateu sobre o Papado em fins do mesmo século e começos do seguinte, dando origem à Reforma Protestante.

### - A disputa teórica

No período áureo da Idade Média, a disputa teórica se estabelece sobretudo naqueles centros universitários onde começa a penetrar o direito romano. Os estudiosos dessa disciplina tendem a sustentar a autoridade dos monarcas em matéria temporal, vale dizer, inclinam-se pela doutrina da separação entre os dois poderes. Enquanto os estudiosos e codificadores do denominado Direito Canônico afirmam a supremacia do Papado, cabendo-lhe consagrar a investidura do Monarca.

No século XIII, com a organização da Ordem dos Franciscanos, aparece no seio da Igreja um contingente que nega a prerrogativa papal de ingerência na vida política. A disputa entre essa Ordem e o Papado, nos primeiros tempos, é bastante árdua. A título exemplificativo transcreve-se adiante o resumo do encontro entre o Papa João XXII, um dos papas de Avinhão, e representantes da Ordem dos Franciscanos. No texto, de autoria do prof. Nachman Fabel, são denominados *Espirituais*, pelo rigor com que defendiam o voto de pobreza:

"As questões levantaram ainda discussões seguidas de tentativas de reconciliação e apelos até que, em 27 de abril de 1317, o Papa convocou à sua presença sessenta e quatro frades Espirituais de Narbonne, entre eles Guilherme de Santo Amâncio, Gaufredo de Cornone, Francisco Sancii e o famoso antiinquisitorialista Bernardo Delicieux. Este último havia se voluntarizado para aparecer perante o Papa e, segundo o Repertório de Raimundo de Fronsac, afrontou João XXII com suas respostas. Pela descrição da *História Tribulationum*,

sabemos que Bernardo Delicieux foi condenado à prisão e que Guilherme de Santo Amâncio também sofrera a mesma pena. Gaufrédo de Cornone, vendo que seu fim seria o mesmo que o de seus companheiros, pediu ao Papa para que autorizasse a ele e aos demais companheiros viverem segundo a pureza da Regra. O Papa lhe respondeu que "se admirava de ele exigir viver segundo a observância rígida da Regra, quando ele trazia consigo cinco túnicas". Gaufrédo lhe respondeu que estava cometendo um erro, pois não trazia consigo cinco túnicas. O Papa nesse momento replicou: 'Vós portanto dizeis que estou mentindo?' Gaufrédo retificou que dissera somente que não possuía cinco túnicas. O Papa lhe respondeu afirmando: 'Nós o prenderemos e veremos se não é verdade que possuis cinco túnicas'. Os demais, atônitos com o que ocorria perante seus olhos, irromperam em clamores, 'Santo Padre, justiça, justiça'. Mal sabiam que este Papa de corpo feio, mesquinho e decrépito tinha uma alma fria de administrador eficiente, desmedidamente gananciosa por ouro e riquezas materiais, onde a palavra "justiça" não encontrava nem um pequeno canto onde pudesse se abrigar.

Assim desenrolou-se o encontro entre os Espirituais e o Papa, para infelicidade dos primeiros, pois a maioria teve de se sujeitar à vontade de seus superiores, com exceção de vinte e seis, que foram mais tarde jogados às mãos do inquisidor Michel Le Moine, entre os quais quatro foram posteriormente, a 7 de maio de 1318, queimados vivos em Marselha, pois afirmaram que a Regra de São Francisco era idêntica ao Evangelho de Jesus Cristo".(4)

A defesa da supremacia do Papado aparece com nitidez na Bula *Unam Sanctam*, em 1302, de Bonifácio VIII, como se pode ver do trecho adiante:

"Somos obrigados pela fé a acreditar e defender - e nós acreditamos firmemente e confessamos com sinceridade - que a Santa Igreja Católica e Apostólica é una e que fora dessa Igreja não existe salvação nem remissão de pecados. (...) Esta Igreja, una e única, possui um corpo e uma cabeça - não duas cabeças como um monstro nomeadamente Cristo e o Vigário de Cristo, Pedro e o sucessor de Pedro, porque o Senhor disse ao próprio Pedro. 'Apascenta as minhas ovelhas'. Disse 'as minhas ovelhas' em geral, e não estas ou aquelas; por esta razão, subentende-se que o encarregou de todas. Por isso, se os Gregos ou outros dizem que não foram entregues a Pedro e aos seus sucessores, confessam necessariamente que não pertencem às ovelhas de Cristo, porque o Senhor diz em João: 'Há um só rebanho e um só pastor'.

E aprendemos das palavras do Evangelho que nesta Igreja e em seu poder estão duas espadas, a espiritual e a temporal. (...) Na verdade, aquele que nega estar a espada temporal em poder de Pedro interpreta mal as palavras do Senhor. 'Põe a tua espada na bainha'. Ambas estão em poder da Igreja, a espada espiritual e a material. Mas a última é para ser usada para a Igreja, a primeira por ela; a primeira, pelo sacerdote, a última, pelos reis e cavaleiros, mas de acordo com a vontade e permissão do sacerdote. Uma espada, portanto, deverá estar sob a outra, e a autoridade temporal sujeita à espiritual. (...) Se, portanto, o poder terreno erra, será julgado pelo poder espiritual; e se um poder menor erra, será julgado pelo maior. Mas se o supremo poder erra, apenas poderá ser julgado por Deus, não pelo homem. (...) Por tudo isto declaramos, estabelecemos, definimos e pronunciamos que é absolutamente necessário para a salvação de toda a criatura humana estar submetida ao pontífice romano".

Para exemplificar o ponto de vista oposto, tomaremos opinião de Guilherme de Ockham (1270-1349). Franciscano inglês, Ockham esteve preso no convento franciscano de Avinhão e vinculou-se a Luís da Baviera, na época em disputa aberta com o Papado. O trecho

que se segue é parte de um documento que elaborou em 1340, para examinar expressamente a questão do poder papal:

"Prova-se desta maneira que o Império Romano não depende do Papa: o Império é anterior ao Papado, visto que é anterior ao nascimento de Cristo. (...) Logo, o Império não dependia então do Papa. (...)

Além disto, se o Império Romano depende do Papa, dependerá quer segundo o direito divino, quer segundo o direito humano. Não depende segundo o direito divino, pois (...) não encontramos nada de semelhante nas Sagradas Escrituras e encontramos mesmo o contrário. (...) Com efeito, Cristo e os Apóstolos nunca ensinaram que o imperador romano devesse reconhecer que o seu Império dependia do Papa mais do que o rei de França ou qual quer outro rei. (...) Da mesma maneira nada se pode concluir das palavras de Cristo: Tu és Pedro (...) e tudo o que ligares na terra (...), porque estas palavras não devem ser compreendidas sem exceção, mas excetuando nelas os direitos e liberdades dos imperadores.

Não é também pelo direito humano que o Papa pode concluir que o Império Romano depende dele. (...) Com efeito, os imperadores cristãos sucederam-se aos imperadores infiéis e chamaram-se também César e Augusto. E servem-se do direito dos imperadores infiéis, tanto mais que Cristo (...) não veio diminuir os direitos dos imperadores infiéis".

#### **- Obras aparecidas no período**

Dedicadas especificamente à teoria política, são em número reduzido.

Os doutores da Igreja trataram do poder temporal em seus textos teológicos. No caso particular de São Tomás, foi-lhe atribuída a autoria da obra *De Regimine Principium*, que, de certa forma, corresponde à volta à antiga temática porquanto consiste na justificação da preferência pela monarquia atenuada. Essa autoria, contudo, não chegou a ser comprovada.

Dante Alighieri (1265-1321), o grande poeta, autor da *Divina Comédia*, elaborou um texto político intitulado *Monarquia*, em parte inserido no volume que a Coleção *Os Pensadores* lhe dedica. Inclina-se pela independência dos dois poderes. Aos que justificam a subordinação do poder temporal à Igreja, invocando as teorias astronômicas e comparando o Papa ao Sol e o Imperador à Lua, responde que, se a Lua é iluminada pelo Sol, não deve a este o movimento. Outro escritor do mesmo período, autor de obra política (*Defensor pacis*, 1324) é Marcílio de Pádua (1275-1343, reitor da Universidade de Paris em 1312 e 1313), partidário da separação e da independência recíproca dos dois poderes.

Maquiavel é certamente um autor medieval. Contudo, tendo de certa forma antecipado a problemática da teoria política moderna, parece mais adequado referi-lo no contexto da emergência do Estado Moderno.

## TEXTO III – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS NAÇÕES E O CARÁTER ORIGINAL DO ESTADO MODERNO

### - As monarquias centralizadas derrotam o feudalismo

O traço fundamental consiste em que, na expressão de Gaetano Mosca, "o Sacro Império Romano e o Papado cessam de exercer sua ação unificadora, em nome da qual, a partir do ano 1000, aspiraram à dominação universal, um sobre os corpos, outro sobre as almas".<sup>(1)</sup> A estruturação de monarquias centralizadas está em marcha por toda a parte e iremos assistir, desde então, ao processo irrefreável de formação das nações.

Afonso Arinos de Melo Franco atribui grande valor simbólico, expressão de um sentimento generalizado e difundido, à ação de Joana d'Arc.<sup>(2)</sup> No seu entender, a constituição das nações é, ao mesmo tempo, a organização do Estado Moderno, que não só afirma a soberania sobre determinado território como põe fim à ingerência externa em seus negócios interiores, até então atribuições do Papado e do Sacro Império. Afonso Arinos<sup>(3)</sup> pergunta: "Quem leva isto para diante?"; e responde: "Uma menina, uma pastorazinha de Domrémy. Chamava-se Joana d'Arc. Joana sai de Vaucouleurs, atravessa as linhas inglesas sem ser incomodada, sem ser aborrecida pelos ingleses. Passa e chega até o rei de França".

Explica deste modo o seu ponto de vista:

Quando ela toma Orleans, quando ela ocupa a cidade, quando ela vê aqueles soldados endurecidos pela guerra, que se submetem à pequenina auriflama que trazia na mão e obedecem a ela, não mais como uma santa, mas como um general, e ocupa a cidade, expulsa os ingleses, leva por diante aquela tropa e a une sob seu comando, está formando o Estado moderno. Está caracterizando o que há de essencial no Estado moderno: unidade do território, unidade das Forças Armadas, unidade de: soberania, unidade de Governo.<sup>(4)</sup>

De fato, a guerra dos Cem Anos tem um efeito importantíssimo na criação da monarquia centralizada na França. Ao término desta, em 1453, desaparece a soberania do príncipe inglês sobre grande parte de seu território e começa a obra centralizadora. Luís XI, (reinado de 1461 a 1483) enfrenta diretamente os grandes senhores e derrota e submete a Borgonha. Essa política tem continuidade sobretudo nos governos do Cardeal Richelieu (Chefe do Conselho do Rei, de 1624 a 1642), continuada por seu sucessor, o Cardeal Mazarino (Núncio Apostólico em Paris, de 1635 a 1636; Cardeal em 1639), principal ministro após a morte de Richelieu, tendo falecido em 1661, coroando-se finalmente no longo reinado de Luís XIV (1643-1715). A partir de 1539 o francês passa a ser a língua obrigatória nos documentos oficiais, em substituição ao latim. Luís XIV delimitou o território francês com base em expressivos acidentes geográficos, o que lhe assegurou a configuração preservada basicamente ao longo dos séculos seguintes.

Na segunda metade do século XV dá-se também a unificação das duas grandes casas reinantes em partes do território espanhol, graças ao que é alcançada, em 1492, a derrota militar do último reduto muçulmano na Península, o Reino de Granada. Embora os denominados Reis Católicos tenham se lançado á conquista da hegemonia na Europa - política que se reforça com a passagem de sua herança para a Casa de Habsburgo, nos começos do

século XVI, que desde meados do século XV indicava o Imperador do Sacro Império - a formação da monarquia espanhola centralizada prossegue ininterruptamente.

O Estado Português se organiza no longo processo de expulsão dos mouros e de afirmação da independência em relação a Castela, processo iniciado por Afonso Henrique em 1128 e que está virtualmente concluído com a ascensão ao trono da Casa de Avis, em 1385.

Nos países restantes da Europa, a criação dos Estados nacionais e o declínio da idéia do Sacro Império mescla-se em grande medida à questão religiosa. Assim, nos fins do século XVI está consumada a independência dos Países Baixos, cuja guerra para extinguir o jugo espanhol teve caráter nitidamente religioso, porquanto os dominadores nutriam a ambição de extinguir o protestantismo. O rompimento de Henrique VIII - reinou na Inglaterra de 1509 a 1564 - com o Papado consumou-se sobretudo graças a disseminação das crenças protestantes.

No Continente, o marco decisivo tornou-se a Guerra dos Trinta Anos (1616-1648). Iniciou-se como uma guerra civil alemã mas acabou arrastando outras Potências. Os católicos apoiavam abertamente os Habsburgo no seu propósito centralizador, enquanto os protestantes estavam unidos em torno dos príncipes de idêntica religião, na sua intenção de preservar a independência.

Em 1648 firmou-se o Tratado de Westfalia, que põe fim as guerras religiosas, porquanto, era reconhecido a cada governante o direito de escolher livremente entre as três religiões (católica, luterana e calvinista). Os súditos que não aceitassem a escolha podiam emigrar com seus bens. Cada Estado Alemão era independente dentro do Império, sendo o Imperador escolhido em eleições. Além disto, os limites dos vários Estados europeus são agora determinados por um tratado a que todos se obrigam.

A Paz de Westfalia estabeleceu as primeiras regras de direito internacional, em consonância com os princípios estabelecidos por Hugo Grocio (1583-1645) no livro *Sobre o direito da guerra e da paz* (1625), o que implica no reconhecimento de que a Europa está dividida em Estados Nacionais. Embora sobreviva ainda por mais um século e meio, estava lavrada a condenação à morte do Sacro Império.

O obstáculo real ao pleno coroamento do processo passava a ser o Império Otomano.

## **- O Sacro Império**

O Sacro Império tem uma longa história e precisa ser aqui considerada pelo menos nos aspectos que, mais diretamente, dizem respeito ao processo de formação das nações européias. Ao longo de sua existência - inclusive na Época Moderna -, o Sacro Império desempenhou um papel importantíssimo no tocante à defesa da Europa do assédio de inimigos externos. Com a derrocada do Império Romano e o fracionamento do território em milhares de unidades independentes, somente uma estrutura centralizada poderia organizar a força militar requerida pelo enfrentamento daqueles inimigos. Essa circunstância, como veremos mais detidamente, assegurou sua longa sobrevivência em que pese o conflito latente com o Papado. No tocante à formação das nações, embora não tivesse podido fazer-lhe maior oposição, notadamente pelo fato de ter-se iniciado em áreas territoriais que não lhe eram

diretamente subordinadas (Inglaterra, Península Ibérica e França, sobretudo), conseguiu, não obstante, atrasar o processo em sua própria base (principados alemães, abrangendo os austríacos e prussianos; e parte da Itália).

Ainda que a França faça muita questão da idade prevecta do *Reino dos Francos*, no tocante à questão que nos interessa, o fato de que Carlos Magno tenha sido coroado imperador do Sacro Império, no ano 800, não pode ser tomado como seu marco inicial. O grande mérito de Carlos Magno, segundo se pode ver do relato que nos deixou de seu governo itinerante, elaborado por Eginardo, espécie de cronista oficial - obra do século IX, que se preservou e foi editada com o título de Vida de Carlos Magno - consiste em haver destacado a importância da questão da segurança. Na medida em que os chamados bárbaros se convertem ao cristianismo, abandonam o nomadismo e adquirem hábitos sedentários, o essencial passava a ser a proteção das comunidades de eventuais surtos de invasões. Da pregação de Carlos Magno - e do século e meio de invasões subseqüentes à sua morte, agora de sarracenos, ao Sul, húngaros, no Centro, e normandos, vindos do Norte - resulta a formação da elite de guerreiros que organizou a segurança e derrotou os novos invasores, dando origem aos chamados senhores feudais. De sorte que o começo mesmo do Sacro Império data de meados do século X, com Oto I, que venceu os húngaros e é coroado imperador, pelo Papa, em 962, na basílica de São Pedro.

O Sacro Império agora é germano-romano e, com altos e baixos, iria durar até os começos do século XIX, quando Napoleão o dissolve formalmente. Nesse longo período de quase mil anos, em que sobrevive, o Sacro Império alcança o seu apogeu sob os Habsburgos, no século XVI, sobretudo com Carlos V (1519-1556).

Entre 936, quando se inicia o reinado de Oto I, até a ascensão dos Habsburgos, no começo do século XV, diversos reis a partir do século XIII - sobretudo holandeses e luxemburgueses - não conseguem obter a dignidade imperial, resultante da coroação pelo Papa. A Igreja também atravessa sérias crises no período - sobretudo a mudança forçada para Avinhão, em 1309, de que resultaria o grave cisma com a existência de duplicidade no Papado, entre 1378 e 1417. A partir de Frederico III da Áustria (reinou de 1440 a 1493), o Sacro Império se consolida e passa a ter uma estrutura mais ou menos estável. Tendo começado no século X, abrangendo a Borgonha (no território posteriormente tornado francês), os principados alemães e diversos reinos italianos, inclusive os chamados estados da Igreja, desde o século XVI compreende basicamente os principados alemães, incluindo Áustria e Prússia, e os estados do Norte da Itália.

Poder-se-ia considerar ao cristianismo como o fator básico de agregação, que levaria à constituição do Sacro Império, das unidades descentralizadas que progressivamente se estruturaram nos séculos subseqüentes ao desaparecimento do Império Romano. Contudo, na medida em que concorre com o papado como fator de manutenção dos reinos isolados, a religião deixa de favorecer-lhe. Basta ter presente que, depois de coroado, Oto I destituiu o Papa João XII, justamente quem lhe havia atribuído a dignidade imperial. Para a Igreja, a grande questão teórica, na Idade Média, era assegurar-se a independência, para o que, entendeu-se, a sagração do poder temporal deveria permanecer na sua dependência. As grandes personalidades do período preconizam, entretanto, a independência dos dois poderes, a exemplo das obras *Monarquia*, de Dante Alighieri (1265-1321) e *Defensor pacis*, de Marcílio de Pádua (1275-1343). De todos os modos, a atribuição de legitimidade ao dignatário à frente do Poder Temporal nunca se tornaria atribuição do Sacro Império.

Deste modo, a proteção contra invasores externos seria o fator fundamental de sobrevivência do Sacro Império. Assim, a presença do Império Otomano no centro da Europa explica que a formação das nações não tenha desde logo corroído as suas bases. A flexibilidade revelada por suas estruturas também muito o favoreceu.

O principal órgão do Sacro Império era a *Dieta*, espécie de Cortes de que participavam os príncipes regentes dos diversos reinos. Quando a Reforma Protestante desembocou diretamente no conflito armado, no próprio território do Sacro Império, recorreu-se a uma antiga tradição bárbara - quando a massa de guerreiros aclamava diretamente o sucessor do chefe morto - e a escolha do Imperador passou, a ser feita por eleição. No ciclo precedente, a *Dieta* reunia-se para consagrar o sucessor, condição para que este pleiteasse junto à Cúria Romana o seu reconhecimento.

Além dessa atribuição, considerada principal, os membros da *Dieta* deviam aprovar as decisões do monarca, notadamente no tocante às guerras e em matéria fiscal. De todos os modos, a prerrogativa de convocar a *Dieta* e de fixar os prazos de seu funcionamento eram privativos do Imperador. Outra restrição de seu poder adveio da circunstância de que a escolha do substituto devia respeitar a tradição da Casa Reinante. Assim, desde Alberto II (1438-1439) a Francisco II (1792-1806), todos os imperadores foram escolhidos na Casa dos Habsburgos (com duas únicas exceções nos meados do século XVIII) e, em muitos casos, sendo o governante forte como Carlos V (reinou de 1519 a 1556) indicava o sucessor. Os direitos da Casa Reinante chegaram a ser contestados, não pela *Dieta* mas por monarcas de outros reinos, a exemplo da França. Em 1519, o rei francês contestou os direitos de Carlos V e pretendeu tornar-se o Imperador. Mas acabou vencendo a tese de que o Sacro Império era, antes de mais nada, germânico. Durante largo período, o Imperador exercia o seu mandato de forma itinerante. Também as reuniões da *Dieta* davam-se em localidades variadas. Mas, na Época Moderna, sobretudo a partir das reformas resultantes do primeiro acordo que reconheceu o luteranismo (Paz de Augsburgo, 1555), suas reuniões fixam-se no principado de Worms. A Chancelaria, que era o principal órgão executivo, acaba radicando-se em Viena.

Na maioria dos casos, o chefe da Chancelaria - espécie de Primeiro Ministro - era um Cardeal, para facilitar as relações com Roma. No tocante à coroação pelo Papa, chegou-se a um acordo segundo o qual, depois de Carlos V, os imperadores seriam consagrados pelo Cardeal de Mayence, capital da Renânia-Palatinato. A coroação dava-se, em geral, na catedral de Frankfurt. O Império tinha dois tribunais superiores, um sediado num dos principados alemães (Spire) e, o outro, em Viena.

A principal função do Sacro Império acabou sendo a defesa da Europa contra invasores estrangeiros. A constituição do exército requerido para esse mister absorvia a parcela principal das contribuições a que fazia jus, provenientes em sua maioria dos principados alemães. A invasão da Europa pelo Império Otomano manteve a proeminência dessa função na Época Moderna.

Subsidiariamente, o Sacro Império zelava pela paz entre os diversos reinos. Com a formação dos estados nacionais e da rivalidade entre eles resultante da Reforma - mas também do empenho em manter possessões, como era o caso da Espanha em relação aos Países Baixos - essa tarefa complicou-se sobremaneira. Depois do acordo de Augsburgo, antes referido, o Império ainda se envolveu em disputas religiosas, a mais cruenta das quais seria a chamada Guerra de Trinta Anos (1618-1648) terminada com o Tratado de Westfalia, que se firma

naquele último ano, segundo o qual o reconhecimento do protestantismo estende-se, ademais do luteranismo, às confissões calvinista e presbiteriana.

O empenho de Luiz XIV de fixar fronteiras seguras à França, reivindicando territórios pertencentes a principados alemães, bem como a emergência da Prússia, como Estado militar, enfraqueceu sobremaneira o Sacro Império. Sua sorte estava selada quando o desfecho das guerras napoleônicas acaba por impor o seu fim. Em 1793 o Sacro Império declara guerra à República e junta suas forças aos outros exércitos que saíram em defesa da monarquia. Marcando sucessivas vitórias militares, já então como Imperador da França, Napoleão impôs a dissolução do Sacro Império, que se consuma formalmente com a abdicação de Francisco II – que assumira em 1792 e desde 1804 se tornara Imperador da Áustria –, efetivada a 6 de agosto de 1806. Estava extinto o Sacro Império e Francisco II é agora apenas Francisco I, imperador da Áustria. A longa sobrevivência do Sacro Império de certa forma obstou a unificação da Alemanha, e, também numa certa medida, da Itália, mas este era um desfecho inevitável diante da força do movimento em prol da constituição dos Estados nacionais.

O Sacro Império mereceu extensa bibliografia, tanto de sua história tomada isoladamente (a exemplo do texto clássico de J. Bryce, publicado na Inglaterra em 1890) como de suas instituições. Em geral, as histórias da Alemanha dedicam-lhe grandes espaços. No período recente publicou-se na França uma síntese dos dois aspectos (história e instituições) - *Le Saint-Empire*,<sup>(5)</sup> de Jean-François Noel e, na Inglaterra, a tradução da obra muito elogiada do erudito alemão Friedrich Heer, *The Holy Roman Empire*.<sup>(6)</sup>

O Sacro Império seria muito festejado pela intelectualidade, em especial alemã. Friedrich Heer lembra que Leibniz (1646-1716) entendia o Sacro Império como a obra humana destinada a refletir a harmonia universal no plano social, a exemplo do que a divindade havia estabelecido para os processos naturais. Tenha-se presente que a física de Leibniz é algo de complexo e profundo, notadamente por se tratar de um grande matemático, pioneiro (como Newton) no desenvolvimento do cálculo infinitesimal, justamente o que faltava à matemática euclidiana, isto é, um princípio ordenador da experiência. De sorte que "harmonia universal" deve ser entendida como continuidade do real, capaz de ser percebida por métodos inteiramente compatíveis com o espírito científico moderno e não apenas a partir da simples dedução escolástica. Por isto mesmo sua física se propunha como alternativa à cartesiana.

Com semelhante entendimento da física leibniziana é que nos devemos aproximar de sua teoria acerca do papel do Sacro Império. A harmonia deve corresponder à tendência a universalidade que se pode apreender na realidade em seu conjunto. A esse propósito escreve Friedrich Heer: "A unificação política da Europa - para Leibniz, como bom europeu, inconcebível sem a França - pressunha a conciliação religiosa. Em seus ensaios filosóficos procura extrair todas as idéias essenciais (sejam provenientes do catolicismo tradicional, como do luteranismo, do calvinismo, dos ilustrados não-cristãos e até dos panteístas) sobre a realidade única de Deus e do mundo em seu próprio pensamento. Nos experimentos matemáticos e nas nossas percepções encontram-se a medida e o ponto central da unificação de todos os elementos, racionais e místicos, da realidade".<sup>(7)</sup> Enxergava no desfecho da Guerra dos Trinta Anos a vitalidade do Sacro Império e sua capacidade de desempenho do papel a o qual se achava predestinado.



Heer lembra ainda que personalidades como Lessing ou Goethe destacaram a contribuição do Sacro Império no florescimento cultural alemão, que atribuíam à diversidade dos principados que o Sacro Império soubera preservar.

### **- O império otomano**

Desde o seu nascedouro, o islamismo revelou-se como uma religião aguerrida, disposta a impor-se pela torça. O próprio Maomé (570/580-632) promoveu a ocupação militar de Meca. A começar mesmo do século VII, seus sucessores partem para a ocupação do Norte da África e da Península Ibérica. Depois de alguns séculos de expansão ininterrupta, os muçulmanos (árabes) são afetados por invasões mongóis e os califatos se dissociam e passam a sobreviver autonomamente, a exemplo do de Granada (Espanha). Tropas mongóis saqueiam Bagdad em 1258, mas logo adiante são derrotados. Embora não se restaure a antiga unidade, emerge um novo grupo, representado por uma das dinastias turcomanas, os *otomanos*, nos começos do século XIV.

Os otomanos ocupam a Anatólia - que na Antigüidade Clássica denominava-se Ásia Menor, correspondente à parcela oriental da Turquia -, que é transformada numa base para a invasão europeia, na área compreendida pelo antigo Império Bizantino (resultante da cisão na Igreja Romana, onde se constituiu a Igreja Ortodoxa). Em 1393 ocupam todo o território compreendido pela Romênia e Bulgária, deixando Constantinopla imprensada entre dois tentáculos. Ainda no século XIV chegam até a Sérvia. Constantinopla cai em 1453 seguindo-se a ocupação da Bósnia (1463) e da Herzegovina (1463-1465). Os otomanos apropriam-se também das províncias meridionais da Rússia e fazem do Mar Negro um lago muçulmano.

Na segunda metade do século XVII, o Império Otomano empreende os últimos ataques à Europa Central. Eis como Jean-François Noel descreve a situação:

“Um primeiro ataque é detido na Hungria Ocidental pela vitória imperial de Saint Gothard, seguida da trégua de Vasvar (1663-1664). Mas vinte anos mais tarde os turcos chegam às portas de Viena, com repercussão em todo o Império e, além disto, gerando verdadeiro pânico. A batalha de Kahlenberg (1683) permite, é certo, o desbloqueio da capital mas os Habsburgos encontram-se colocados diante de uma das alternativas mais cruciais de sua história: ou bem alcançar a derrota turca com uma contra-ofensiva nos Balcans, capaz de assegurar definitivamente a segurança do Ocidente, ou então aproveitar o desafogo obtido nas proximidades de Viena para voltar o Império para o Oeste contra Luís XIV, nas mãos de quem acabara de cair Strasburgo (1681-1683), o sincronismo das datas resumindo bem o problema”.

Acrescenta que as duas hipóteses tinha seus partidários na Corte de Viena, terminando por prevalecer a preferência pelo engajamento balcânico. De todos os modos, a completa libertação da Europa da presença turca ultrapassaria os marcos da existência do Sacro Império.

### **- A formação das nações como um processo variado e complexo**

A derrota do feudalismo pelas monarquias centralizadas tornou-se possível graças sobretudo ao aparecimento e ao aperfeiçoamento das armas de fogo.

Até o Século XV, - escreve Mosca<sup>(8)</sup> -, a arma decisiva era a cavalaria fortemente armada, organizada pelos nobres; os castelos feudais somente podiam ser tomados depois de longos cercos. O uso do canhão fez com que os castelos se tornassem muito vulneráveis, e que os soldados a soldo do Rei, armados com seus arcabuzes, pudessem afrontar vitoriosamente os cavaleiros com suas armaduras de ferro.

Embora o curso real da história européia não faculte generalizações simplificatórias, pelo menos alguns monarcas, á luz da experiência da Guerra dos Cem Anos, entreviram a possibilidade real de derrotar militarmente os grandes senhores feudais, para circunscrever e depois eliminar a sua independência. Como sabemos, esse conflito não se resolve de forma linear em favor da centralização monárquica, tendo levado simultaneamente, no século XVII, tanto ao Tratado de Westfalia, que assegura a participação dos príncipes na escolha do monarca, como à guerra civil inglesa, de que resultou a estruturação do sistema representativo. Ainda mais: pelo menos durante período relativamente dilatado, as monarquias, ao tempo em que se fortaleciam internamente, aspiravam de fato à hegemonia européia.

Deste modo, a circunstância de que o processo de formação das monarquias centralizadas, vale dizer, da criação do Estado Moderno, seja, ao mesmo tempo, o da formação das nações, não pode ser compreendida como seu desfecho automático. O sentimento nacional revelava-se cada vez mais forte e dominante. Mas havia outros imperativos, inclusive a presença do Império Otomano em pleno centro da Europa, o que impunha, como questão de sobrevivência, que a idéia de unidade não fosse abandonada de todo e, correlativamente, a sobrevivência do Sacro Império.

O mesmo se pode dizer da divisão religiosa. É fora de dúvida que o protestantismo se constitui num fator importantíssimo na constituição de muitas das nações européias. Contudo, não se pode reduzir um fenômeno a outro.

Há de ter pesado também, no processo de constituição das nações, o término do monopólio do comércio com o Oriente, em especial as Índias, através do Egito, que a República Veneziana conservava. Veneza dominava praticamente toda a costa adriática e as principais ilhas do arquipélago grego. Além disto, escreve Mosca, "à aristocracia que dirigia os destinos da República era o governo mais estável que então existia na Itália. Era o único que não temia as facções que, nos outros Estados italianos, ameaçavam permanentemente a estabilidade dos governos". Com a queda de Constantinopla e a organização daquele comércio por via marítima, a riqueza daí advinda, de certa forma se dissemina. A Europa Ocidental passa a contar com uma leva sucessiva de Estados ricos e florescentes.

Esse conjunto de circunstâncias terá atuado favoravelmente no sentido de permitir a formação das nações. Contudo para completar o quadro, não se pode perder de vista que o fenômeno está associado à estruturação do Estado Moderno.

#### **- Característica essencial do Estado Moderno**

O Estado Moderno corresponde a uma obra de centralização do poder político, em mãos de um único grupo de instituições, sem precedentes na História do Ocidente. No mundo antigo - embora não se possam fazer afirmações peremptórias nesse mister, tantas foram as mediações que se estabeleceram entre suas obras e o acesso a elas de parte da cultura ocidental -, é lícito admitir que as famílias preservaram sempre grandes fatias do poder, inclusive no que se refere à aplicação da justiça. No período feudal, a autonomia local é um fato incontestado. Mesmo quando o contrato de vassalagem adquiriu o grau de formalização a que corresponde o Tratado de Westfalia, os príncipes asseguraram-se vários direitos, entre estes o de fazer a guerra no próprio território em que os senhores guardam fidelidade a um único monarca.

O aludido processo de centralização não é impeditivo ao exercício do poder em bases democráticas, consoante a história iria comprovar, no ciclo subsequente à Revolução Gloriosa de 1688. Contudo, observa Weber, o Estado Moderno conquista o monopólio da violência legalizada. Jean Bodin (1520-1596), integrante da plêiade de pensadores autoritários que contribuíram para a constituição dessa nova estrutura social, teria oportunidade de escrever: "A República é o governo em que as relações entre pessoas e instituições estão submetidas à soberania do Estado".

Alexis de Tocqueville (1805-1859), no livro *O Antigo Regime e a Revolução* apresenta as principais indicações quanto aos elementos comprobatórios da originalidade do Estado Moderno. Descreve desta forma o quadro administrativo da sociedade feudal:

"Se lançarmos um primeiro olhar sobre a antiga administração do reino, teremos a impressão de que tudo é diversidade de regras e de autoridade e entrelaçamento dos poderes. A França é coberta de corpos administrativos ou de funcionários isolados que não dependem uns dos outros e que participam do governo em virtude de um direito que compraram e que não se pode mais tirar-lhes. Muitas vezes suas atribuições são tão entrelaçadas e tão contíguas que se apertam e se chocam no círculo dos mesmos negócios.

Tribunais de justiça participam indiretamente do poder legislativo; têm o direito de fazer regulamentos administrativos aplicáveis dentro dos limites de sua competência. Às vezes enfrentam a administração propriamente dita, criticando amargamente suas medidas e determinando seus agentes. Simples juizes decretam ordenanças policiais nas cidades e nos burgos de sua residência.

As cidades têm constituições muito diversas. Seus magistrados têm nomes diferentes, ouviram seus poderes de diversas fontes: aqui um prefeito, lá cônsules, alhures síndicos. Alguns são escolhidos pelo rei, outros pelo antigo senhor ou o príncipe apanagista; uns são eleitos pelos seus concidadãos para um prazo de um ano e outros que compraram o direito de governar permaneceram no poder *ad aeternum*.

Estes são os destroços dos antigos poderes: mas pouco a pouco estabeleceu-se no meio deles algo comparativamente novo ou diferente que ainda tenho de descrever".<sup>(9)</sup>

O novo poder é o *Conselho do Rei*. Explica Tocqueville:

"Sua origem é antiga, mas a maior parte das suas funções é de data recente. É ao mesmo tempo supremo tribunal de justiça, pois tem o direito de cassar os decretos de todos os

tribunais ordinários, e superior tribunal administrativo, pois todas as jurisdições especializadas são, em última instância, de sua competência. Como o conselho do governo, exerce, além do mais, sob o bel-prazer do rei, o poder legislativo, discutindo e propondo a maioria das leis e também fixando e ordenando os impostos. Como conselho superior de administração cabe-lhe estabelecer as regras gerais que devem orientar os agentes do governo. Resolve todos os negócios importantes e controla os poderes secundários. Tudo acaba chegando a ele e é dele que parte o movimento que se comunica a tudo. Não tem entretanto uma jurisdição própria. É o rei e só o rei quem decide, mesmo quando o conselho parece pronunciar-se. Mesmo dando a impressão de distribuir a justiça, o conselho só comporta, na realidade, *avisadores* como fica determinado pelo parlamento numa das suas advertências.

Não são grandes senhores que compõem este conselho, e sim personagens medíocres ou de baixo nível social, antigos intendentess e outras pessoas bem a par da prática dos negócios, todos revogáveis.

O conselho age geralmente com discrição e sem alarde. Sempre faz questão de demonstrar menos pretensões que poder.

Assim é que não tem nenhum brilho, ou melhor, perde-se no esplendor do trono do qual está próximo, mas é tão poderoso que toca tudo e ao mesmo tempo é tão apagado que a história quase não o nota.

Ao mesmo tempo que toda a administração do país é dirigida por um corpo único, quase todo o manejo dos negócios interiores depende de um só agente, o *controlador geral*."

Paris adquiriu preponderância absoluta sobre as outras províncias. Tocqueville lembra este registro de Montesquieu: "Na França, só existem Paris e as províncias afastadas porque Paris ainda não teve tempo de engolir estas últimas".

Sabe-se que a Revolução Francesa promoveu uma divisão geométrica do país, ao que comenta Tocqueville: "Ficamos espantados pela surpreendente facilidade com a qual a Assembléia Constituinte conseguiu destruir de uma só vez todas as antigas províncias da França, algumas das quais eram mais antigas que a monarquia, e dividir metodicamente o reino em oitenta e três partes distintas como se se tratasse do solo virgem do Novo Mundo. Nada mais surpreendeu e até apavorou o resto da Europa, que não estava preparada para um espetáculo como este. Burke disse: 'É a primeira vez que vemos homens despedaçarem sua pátria de uma maneira tão bárbara'. Parecia que estavam cortando corpos vivos em pedaços: na realidade, só estavam desmembrando mortos".

O Estado Moderno, em sua fase de constituição, destruiu o poder das *comunas* (municipalidades), que, ao longo do feudalismo, se haviam constituído com grande autonomia. No século dezoito, observa Tocqueville, "o governo municipal das cidades tinha degenerado numa pequena oligarquia". Os intendentess reclamam, mas só lhes ocorre aumentar a ingerência do poder central. "As cidades, prossegue, não podem nem estabelecer um imposto, nem levantar uma contribuição, nem hipotecar, nem vender, nem entrar em juízo, nem arrendar seus bens, nem administrá-los, nem fazer uso dos excedentes de sua receitas sem que intervenha um decreto do Conselho baseado no relatório do intendente. Todos seus trabalhos são executados conforme planos e orçamentos que o Conselho aprovou por decreto. São o intendente e seus subdelegados que os aprovam, e é geralmente o engenheiro ou o

arquiteto do Estado que os dirige. Eis algo que há de surpreender aqueles que pensam que tudo que se vê na França é novo.

Mas o governo central ainda entra mais avante na administração das cidades de que esta regra indica: seu poder era muito mais extenso que seu direito.

Encontro o seguinte numa circular mandada em meados do século pelo fiscal geral a todos os intendentos: 'Darão uma especial atenção a tudo que acontece nas assembleias municipais. Pedirão que lhes remetam contas exatas e um relatório de todas as deliberações que me enviarão com toda urgência com a sua opinião a respeito'."

O Estado Moderno constituiu, finalmente, um corpo de funcionários estáveis, dotados de privilégios.

É evidente que as características indicadas não foram adquiridas de chofre, mas num prazo muito dilatado.

#### **- A contribuição dos teóricos na constituição do estado moderno**

A constituição do Estado Moderno, centralizador do poder e monopolizador da violência nos marcos de determinado território, resultou certamente da conjugação de todo um elenco de circunstâncias, apresentando, além disto, cada Estado nacional de per si, certas e determinadas singularidades. Contudo, essa formidável organização não teria sido possível sem a elaboração teórica que a acompanhou, da lavra de um pequeno grupo de pensadores. Sugerindo uma síntese magistral, Jean-Jacques Chevallier diz que se colocaram *ao serviço do absolutismo*. São eles: Maquiavel (1459-1527); Bodin (1530-1596); Hobbes (1588-1679) e Bossuet (1627-1704).

O nível de centralização alcançado pelo Estado Moderno está indubitavelmente correlacionado às dimensões do território em que se propõe estabelecê-la. Se a pretensão objetivasse alcançar toda a Europa Ocidental ou mesmo apenas os limites do Sacro Império, muito provavelmente não seria bem-sucedida. É certo também que as armas de fogo deram ao Príncipe patrocinador do empreendimento a possibilidade real de vencer a resistência dos castelos, autênticos símbolos da força do sistema descentralizado em vigor.

Em que pese a significação desses e de outros aspectos materiais - ou mesmo fortuitos e históricos - o maior obstáculo a vencer residia na longa tradição de exercício descentralizado da autoridade pública. Na Antigüidade Ocidental, as famílias preservaram grandes parcelas do poder, cabendo-lhes mesmo administrar a Justiça quando a instância pública condenasse qualquer de seus membros. A par disto, a dominação romana sobre as áreas conquistadas compreendia o respeito às formas adotadas pelos governos locais. No período que precede a consolidação da feudalidade européia, inexistia virtualmente qualquer poder e deve-se justamente a tal circunstância a constituição do feudalismo como um serviço. O sistema vitorioso e que iria garantir o apogeu dos séculos XII e XIII repousava na multiplicidade de focos de poder, entrelaçados segundo regras consuetudinárias que acabariam por formalizar-se plenamente.

Seria impossível combater tão longa e arraigada tradição através do simples recurso à força. A empresa seria melhor sucedida na medida em que contasse com argumentos convincentes para respaldá-la. Tenha-se presente que na altura em que o fenómeno ocorre - com maior força no século XVII -, a elite europeia estava longe de ser constituída por guerreiros incultos descendentes dos povos germânicos, a exemplo de Carlos Magno. Havia passado pelo longo processo civilizatório a que correspondia o cristianismo, com todos os seus subprodutos, como a sofisticação estética ou as *disputationes* escolásticas. De modo que os argumentos fornecidos por aqueles pensadores equívalem também a uma contribuição essencial ao aparecimento do Estado Moderno.

Seguindo a Jean-Jacques Chevallier,<sup>(1)</sup> destacaremos a contribuição de cada um dos pensadores mencionados da forma adiante resumida.

O essencial em Maquiavel consiste na proclamação da autonomia da política. A partir de sua meditação, o Estado não mais está subordinado aos imperativos da moral corrente - o que não deixava de ser uma forma de subordiná-lo à Igreja Romana. Portanto, o Príncipe não pode ser equiparado a uma pessoa comum quando pratica os atos exigidos pelo projeto centralizador. Convém não esquecer que Maquiavel expressa o sonho de reunificação da Itália, que era sem dúvida uma força colossal, como o comprovaria a história subsequente.

Embora não haja sobrevivido à sua época, a exemplo do que ocorreu com a obra de Maquiavel, *Os seis livros da República* (1576), de Bodin, deram uma contribuição relevante à obra centralizadora na medida em que reelabora a tradição jurídica para tudo subordinar à *soberania do Estado*. É de sua autoria esta afirmativa tornada clássica: "A República é o governo em que as relações entre pessoas e instituições estão submetidas à soberania do Estado".

O mérito de Hobbes consiste em haver dado uma solução racional à constituição do absolutismo, a seus olhos plenamente integrada na *ciência nova*, em cuja elaboração também se considerava engajado<sup>(2)</sup> e de que resultaria a superação da Escolástica e a emergência da filosofia e da ciência modernas. A chave de sua explicação residiria no conceito de *estado de natureza*, que teria precedido a sociedade, caracterizado por uma guerra de todos contra todos. Trata-se de um estado miserável onde não há nem pode haver justiça ou propriedade. Para sair de semelhante situação degradada - espécie de situação-limite, por isto mesmo, *absoluta* - requer-se uma alternativa igualmente radical. Os homens vêm-se instados à renúncia absoluta perante essa construção artificial que é o Estado, a que denomina de Leviatã (monstro colossal de que se fala no *Livro de Job*, na Bíblia).

A exemplo da *República* de Bodin - e ao contrário dos textos de Maquiavel e Hobbes - não se preservou maior interesse pelos tratados de Bossuet. Seu texto básico intitulou-o de *A política extraída da Sagrada Escritura* (1679) e destinava-se à formação do herdeiro do trono francês. A seu tempo, corresponde à consideração de um aspecto importante do absolutismo, isto é, as relações da nova doutrina com as teses escolásticas de sabor teológico. O pensador inglês Robert Filmer, autor do *Patriarcha* (1680), não fora bem-sucedido nesse mister porquanto se limitara a postular que nenhum homem nasce livre, nem mesmo os príncipes, salvo aquele ou aqueles que, em virtude de direito divino, são herdeiros legítimos de Adão. Sua doutrina foi combatida por Locke no *Primeiro Tratado*. Com o passar do tempo tal aspecto perdeu toda relevância. A questão da origem divina do poder do Monarca tangência de toda a temática consolidada na Filosofia Política da Época

Moderna. Esta se ocupa, primeiro, de facultar fundamentos teóricos ao absolutismo e, segundo, de constituir a doutrina liberal, que estudaremos nas unidades subseqüentes. No que respeita a Bossuet, parece suficiente o que se contém no aludido livro de Chevallier.

### a) A obra de Maquiavel

Em 1498, aos 29 anos de idade, Niccolo Machiavelli passa a ocupar uma importante função no governo de Florença, na qual permanece até 1512. Nesse ano, cai o governo republicano da cidade e os Medici voltam ao poder. Em 1513, acusado de participar de uma conspiração contra os novos governantes, é preso e torturado. Reconhecida a sua inocência é libertado. Retira-se da vida pública mas acaba prestando certa colaboração aos Medici. É nessa época que escreve *O Príncipe*. Quando o dá por concluído, em 1515, tem 46 anos. Até a morte, em 1527, aos 58 anos, desenvolverá grande atividade intelectual. Pouco antes de falecer, assiste à restauração da República Florentina, que irá hostilizá-lo pelos vínculos que chegara a estabelecer com os Medici.

No período da vida de Maquiavel, a Itália atravessa grandes dificuldades, tendo sido invadida pelos franceses, espanhóis, suíços e alemães. Fragmentada em diversos Estados diminutos, dependendo de tropas mercenárias conduzidas pelos chamados *condottieri*, o país não tinha condições de enfrentar os exércitos invasores, não só mais numerosos como melhor equipados e treinados.

Estudando os clássicos e a própria história da derrota de Roma pelas hordas bárbaras, Maquiavel infere que só a constituição de um Estado potente, dispendo de um exército nacional, poderia derrotar os novos "bárbaros". Conclui Gaetano Mosca: "Mas era necessário encontrar o homem capaz de realizar este ousado projeto. Espera tê-lo achado em Júlio de Medici, irmão do Papa Leão X, pois que a Casa dos Medici, dispendo de Florença e do Papado, era a mais possante da Itália. Deseja escrever uma espécie de catecismo, uma coleção de máximas que pudessem permitir a realização de suas grandes aspirações. Este tratado era *O Príncipe*, que foi de início dedicado a Lourenço de Medici, sobrinho do Papa Leão X e, à vista da morte deste, a Júlio de Medici".<sup>(3)</sup>

*O Príncipe* é um livro de pequenas dimensões, dividido em 26 capítulos. Seu autor estuda os meios pelos quais se constituem, se conservam e se estendem os Estados e termina exortando à sua aplicação e à criação de um potente exército nacional para libertar a Itália da dominação estrangeira.

O livro poderia ser dividido em duas partes. Na primeira, apresenta exemplos de homens que, em diversas circunstâncias, conseguiram chegar ao poder e preservá-lo. Na segunda, tomando por base a natureza humana, anuncia regras e conselhos sobre a arte de governar, ilustrando-a com exemplos.

Maquiavel parte de uma nova classificação: repúblicas e principados.

Os capítulos que contém o essencial do chamado maquiavelismo são os XV, XVI, XVII e XVIII. Nestes estabelece as virtudes e os vícios de que a natureza humana é capaz para se perguntar quais as categorias que convêm ao Príncipe. Conclui que deve agir sem

referência aos preceitos morais sempre procurando demonstrar que sua conduta é virtuosa. Se não agir deste modo não poderá lutar contra os que agirão contra ele sem quaisquer reservas.

O Príncipe deve não apenas ser amado mas igualmente temido. Se tiver que escolher, é preferível que seja temido.

Seguem-se conselhos relativos à formação do governo. O sucesso do Príncipe depende sobretudo da própria conduta e de suas qualidades pessoais.

No capítulo final, Maquiavel exorta o Príncipe à libertação da Itália.

*O Príncipe* suscitou enorme diversidade de interpretações, inclusive a que aventa a hipótese de que tratar-se-ia de uma sátira.

Isaiah Berlin (1909-1997) tem a oportunidade de efetuar uma enumeração exaustiva de tais controvérsias, conforme se referirá adiante.

O essencial parece consistir no fato de que Maquiavel marca o início da consideração da política de modo autônomo da moral. A questão achava-se naturalmente em seus primórdios e o seu tratado parece haver chocado a muita gente. Contudo, o florentino não deve ser tomado à conta de padrão da falta de escrúpulos, mesmo porque, na vida pessoal teve uma conduta exemplar, além de que era movido pela intenção de promover a libertação de seu país.

No ensaio intitulado "O problema de Maquiavel", Isaiah Berlin reuniu a enorme diversidade de interpretações suscitadas por *O Príncipe*, em que pese a circunstância de tratar-se de um livro pequeno, estilo direto e nada obscuro. Apreciando-as, Berlin refuta desde logo a hipótese de que Maquiavel rejeitava toda espécie de moralidade. A seu ver, sua incompatibilidade era com a ética cristã que negava para pôr em seu lugar os valores da antigüidade clássica. Escreve: "Os valores de Maquiavel podem ser errados, perigosos, odiosos, mas ele não está brincando. Não é cínico. É sempre o mesmo fim: um Estado concebido numa analogia com a Atenas de Péricles ou Esparta, mas acima de tudo, a República Romana. Uma finalidade como esta, pela qual os homens anseiam, naturalmente (pelo menos Maquiavel pensa que a história e a observação oferecem evidências concludentes para isto) "desculpa" quaisquer meios. Quando julgar meios, olhe sempre para os fins: se o Estado sucumbir tudo estará perdido. Daí o famoso parágrafo quarenta e um do terceiro livro dos *Comentários*, onde diz: "Quando a própria segurança do país depende de uma decisão a tomar, não se deve permitir o predomínio de nenhuma consideração de justiça ou injustiça, humanidade ou crueldade, glória ou infâmia. Deixando de lado qualquer outra consideração, só temos de perguntar qual o rumo que salvará a vida e a liberdade do país".

Escreve ainda Isaiah Berlin: "Podemos discordar deste ponto de vista. Podemos argumentar que a grandeza, a glória e a riqueza de um Estado são ideais ociosos ou detestáveis quando os cidadãos são oprimidos e tratados como meros meios para atingir a grandeza do todo. Como os pensadores cristãos, ou como Constant e os liberais ou como Sismondi e os teóricos do Estado beneficente, podemos preferir um Estado cujos cidadãos são prósperos mesmo que o tesouro seja pobre, cujo governo não seja nem centralizado, nem onipotente, nem mesmo soberano, mas cujos cidadãos gozem de um alto grau de liberdade individual. Isto pode ser contrastado favoravelmente com a grande concentração autoritária de poder edificada por Alexandre, ou Frederico o Grande, ou Napoleão, ou os grandes autocratas do século XX".



Vê-se pois que a importância de Maquiavel reside no fato de que se coloca a serviço de uma instituição social nova e que estava destinada a realizar uma grande trajetória: o Estado Moderno, em sua feição absolutista inicial. E, ao mesmo tempo, o mérito de vislumbrar uma investigação autônoma da política, sem ir buscar os princípios na ética ou em qualquer outra esfera.

Quanto à disputa de interpretações, sem pretender aqui resumir o levantamento exaustivo realizado por Isaiah Berlin, algumas referências precisam ser feitas. Alberico Gentile e Garrett Mattingly acham que "escreveu uma sátira, pois é absolutamente impossível que pensasse literalmente o que disse": Para Spinoza, Rousseau, Ugo Foscolo e Signor Ricci - sendo este último o prefaciador da edição incluída na Oxford Classics - a intenção do autor é criticar e admoestar os costumes descritos. Já o prof. A.H. Gilbert refuta essa hipótese e enquadra *O Príncipe* no gênero comum da Renascença, a literatura exaltadora dos príncipes.

Giuseppe Prezzolini e Hiran Haydn rotulam-no simplesmente como escritor anticristão, o que Berlin considera mais próximo da verdade, naturalmente sem os exageros daí inferidos. Essa linha interpretativa seria aliás muito fértil. Afirmou-se que Maquiavel estava francamente inspirado pelo diabo para levar homens bons à perdição, "o grande subvertedor, o mestre da maldade, *le docteur de la scéleratesse*, o inspirador da noite de São Bartolomeu, o modelo de lago. Este é o "o sanguinário Maquiavel" das famosas 400 referências da literatura elisabetana. Seu nome acrescenta um novo ingrediente à personagem mais antiga de Satanás. Para os jesuítas, Maquiavel é "o sócio do diabo em crimes", "um escritor ignominioso e incrédulo" e *O Príncipe* é, nas palavras de Bertrand Russel, "um compêndio para gangsteres (comparem isto com a opinião de Mussolini, talvez tacitamente compartilhada por outros chefes de Estado, que chama o livro de 'um *vade mécum* para estadistas')".

Enfim, todos os grandes nomes da cultura ocidental tiveram uma palavra a dizer (Hegel, Herder, Croce, Cassirer etc.). Os marxistas também não se furtaram a fazê-lo, endeusando-o, para seguir ao próprio Marx.

## **b) A questão da soberania em Bodin**

Quando publicou os *Seis Livros da República*, em 1576, aos 46 anos de idade, Jean Bodin já gozava de reputação de grande erudito na Corte Francesa e nos meios intelectuais de outros países europeus. Havia publicado, em 1566, *Método para facilitar o conhecimento da história*, em latim, e logo a seguir um texto sobre economia, tendo ambos encontrado acolhida favorável entre os estudiosos. Depois de ter sido professor de Direito, Bodin ingressa na Magistratura. Elegeu-se para o Estados Gerais. Escrita em francês, *A República* foi traduzida em diversas partes da Europa e sucessivamente reeditada na França.

Bodin trata com erudição dos diversos temas políticos preservados da herança clássica, como a questão das formas de governo e as razões da sua preferência, o que leva à sua ruína, etc. Mas tudo isto de forma exaustiva e aparentemente desordenada. Resumindo o seu conteúdo, escreve Jean-Jacques Chevallier:

"O índice desses seis livros, que abrangem quarenta e dois capítulos impressionantes, desanimadores, principalmente para quem deixa os capítulos incisivos de *O*

*Príncipe*, é de aturdir o mais intrépido leitor. A família, a autoridade marital, a autoridade paternal, a escravatura, o cidadão, o súdito, o estrangeiro, o asilado, os tratados e alianças, o príncipe tributário, feudatário, soberano; a soberania e suas verdadeiras características; as diversas espécies de Repúblicas; Monarquia tirânica, Monarquia senhorial, Monarquia real, o Estado aristocrático, o Estado popular; o Senado, os oficiais, comissários, magistrados, os corpos, colégios, Estados e comunidades; as finanças e as moedas; as penas; a justiça distributiva, comutativa e harmônica; a origem, desenvolvimento, florescência, decadência e ruína das Repúblicas; as transformações ou revoluções das Repúblicas e os meios de prevê-las ou de remediá-las; a maneira de ajustar a forma da República à diversidade dos homens, e o meio de conhecer a índole dos povos - tudo ali se encontra ... E mais que tudo! Enciclopédia, desordenada ou não (os mais fervorosos bodinistas nela descobrem rigorosa ordem e é preciso dar-lhes crédito); testamento enciclopédico do mais enciclopédico dos cérebros franceses, europeus, num século voltado, mais do que qualquer outro precedente, ao Conhecimento, a seus perigos ..."

Seu tema, entretanto, é a soberania. Ainda na palavra do próprio Chevallier: "Desse mar de idéias, de arrazoados, de fatos, de textos e de comentários, emerge uma ilha central, banhada de viva luz que lhe realça os nítidos contornos de mármore: é a *soberania*.(4)

Acostumados a viver sob a égide de uma autoridade investida da exclusividade do direito de exercer a coação, o tema de Bodin parece, à primeira vista, abstrato. No quadro político da época, tratava-se, entretanto, de estabelecer tal princípio.

Na França, a luta religiosa assumira características radicais, sendo a intolerância nutrida de parte a parte. Católicos e protestantes recusavam-se ambos a admitir a existência uns dos outros. Em 1562, foi permitido aos protestantes a realização de seu culto em igrejas abertas ao público, a exemplo do que ocorria com os católicos. Estes promoveram, então, a chacina dos calvinistas que realizavam um ato religioso na Granja de Vassy. Essa matança dá início às guerras religiosas, que duram nada menos que três decênios, marcadas por acontecimentos dramáticos, como a denominada Noite de São Bartolomeu, em 1572, quando foram assassinados os principais líderes reformadores. Apenas em Paris morreram mais de duzentas pessoas.

Como reação à matança de São Bartolomeu, os calvinistas criam um verdadeiro Estado Protestante dentro do Estado Francês. Dois reis foram assassinados - Carlos IX em 1574 e Henrique IV em 1610. As potências européias ajudavam abertamente os dois lados. A capitulação dos protestantes só será conseguida por Richelieu - chefe do Conselho do Rei, de 1624 a 1642 -, em 1628. Na Europa continental, somente com o Tratado de Westfalia (1648) extinguem-se as guerras religiosas.

O confronto indicado apresentava aspecto político relevante. Os protestantes enfileiravam-se sucessivamente do lado do sistema que no período subsequente denominou-se de representativo. Exigiam que o Monarca fosse eleito por delegados escolhidos nas Cortes, a exemplo do que ocorria nas Confederações Germânicas. Tal exigência era entendida como um obstáculo à consolidação do Estado centralizado que se estava erigindo. Tanto assim que, na França, depois de se reunirem em 1614, os Estados Gerais não mais são convocados.

A par disso, a tradição medieval fixara uma grande autonomia para os vassallos, inclusive em matéria de paz e guerra. Agora pretende-se que a tarefa de garantir a paz entre os súditos de um reino bem como de congregá-los para os conflitos externos se constituía numa

prerrogativa do soberano. Este quer exclusividade na intervenção em todas as questões. Por isto, a manutenção de Forças Armadas deve ser um direito seu.

Vê-se pois que o terna de Bodin é muito concreto. Seu esforço estará direcionado no sentido de demonstrar que tal atribuição de soberania ao Monarca é inerente à própria noção de comunidade política. Escreve Chevallier:

"Assim como o navio não é mais do que madeira informe quando se lhe tira a quilha, que sustém o costado, a proa, a popa e o convés, também a República, sem poder soberano, *que une todos os membros e partes da mesma, e todos os lares e colégios num só corpo*, não é mais República". Desde que Bodin trata desta soberania, da qual os juristas romanos possuíam tão enérgico e majestoso sentimento (chamavam-se *majestas*), seu vigor dialético torna-se insuperável. Ele tem consciência de circular em seu domínio predileto, de expandir-se em terras de erudição, a ele reservadas desde toda a eternidade. Com que altivez observa "que há necessidade de formar a definição de soberania", porque nenhum jurisconsulto ou filósofo político a definiu, embora seja este o ponto principal e mais necessário a ser compreendido no tratado da República! Não menos desdenhosamente, assinala que, antes dele, ninguém soube evidenciar, com rigor, as verdadeiras características da soberania, as que permitem aos súditos reconhecer o seu verdadeiro titular.

A soberania é a força de coesão, de união da comunidade política, sem a qual esta se desfaria. Ela cristaliza o intercâmbio de "comando e obediência", imposto pela natureza das coisas a todo grupo social que quer viver. É o "poder *absoluto e perpétuo* de uma República".

O absolutismo monárquico de Bodin não se quer confundir com o despotismo (então denominado de tirania). Defende a monarquia *real e legítima*, onde os súditos obedecem às leis do Monarca e este às leis da natureza. Assim, não se trata de soberania ilimitada ou sem limites morais. Admite e exige um Conselho Permanente (a que denomina de Senado ou Parlamento) e mesmo Estados Gerais como órgãos de conselho periódico. Nenhuma dessas associações, contudo, pode fazer qualquer sombra à soberania do Monarca, que é sagrada. "Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, escreve, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governar os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes e reverenciar-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, de Quem ele é a imagem na terra."

### **c) A doutrina de Hobbes**

Thomas Hobbes adquiriu grande familiaridade com os autores clássicos e, ao mesmo tempo, tendo sido secretário de Francis Bacon (1561-1626), um dos fundadores da filosofia moderna, identificou-se com a crítica à tradição aristotélico-tomista. Frequentou os círculos científicos da época, tomando conhecimento da hipótese do racionalismo dedutivo, de Descartes (1596-1650), e criticando-a. Visitou Galileu (1564-1642) na Itália. Desde cedo manifestou preferência pela monarquia absoluta, tendo oportunidade de proclamar que "um rei é mais capaz que uma república". Esteve, por isto mesmo, vinculado aos grupos absolutistas, exilando-se em Paris quando da execução de Carlos I, em 1649, de que resulta a

extinção da monarquia. Mais tarde viria a ser preceptor do futuro Carlos II, cuja ascensão ao poder marca a restauração da monarquia (1660). Tendo falecido em 1679, Hobbes presenciaria grande parte do reinado de seu discípulo, que durou até 1685.

Além da tradução de obras clássicas, como a *Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, Hobbes publicou alguns tratados políticos, os mais importantes dos quais são *Sobre o cidadão* (1642); *A Natureza Humana* (1650) e *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil* (1651). Neste último livro, parte de uma sistematização dos postulados da filosofia empírica, que então se iniciava, buscando aplicar à sociedade os princípios da observação e da experiência.

Na análise da sociedade toma ao *poder* como uma categoria-chave. Açam-se associados ao poder tanto a riqueza como o sucesso, a reputação, a honra, etc. "A beleza é poder, escreve, pois sendo uma promessa de Deus, recomenda os homens ao favor das mulheres e dos estranhos." As ciências têm o seu poder limitado "porque não são eminentes e, conseqüentemente, não são reconhecidas por todos". Contudo, "o maior de todos os poderes é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder do Estado".

A observação dos costumes leva-o à convicção de que não existem fins últimos nem o bem supremo - *finis ultimus e summum bonum* "de que se fala nos livros dos antigos filósofos morais". Define a felicidade como "um contínuo progresso do desejo, de um objeto para outro, não sendo a obtenção do primeiro outra coisa senão o caminho para conseguir o segundo". As ações dos homens, do mesmo modo que suas inclinações, buscam não apenas conseguir mas igualmente manter uma vida satisfatória. "Assinalo assim, conclui, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte."

Essa tendência conduz à disputa e ao conflito. Afirma Hobbes: "A competição pela riqueza, a honra, o mando e outros poderes leva à luta, à inimizade e à guerra, porque o caminho seguido pelo competidor para realizar seu desejo consiste em matar, subjugar, suplantar ou repelir o outro".

Nessa circunstância, a busca de um poder comum, merecedor de obediência, resulta tanto do desejo de uma vida confortável e serena, como do medo da morte.

O poder do monarca não advém pois de Deus mas resulta de uma delegação dos próprios homens. É um contrato, isto é, "uma transferência mútua de direito". Para cumpri-lo e executá-lo, deve o soberano concentrar todos os poderes em suas mãos. Deste modo, a idéia do pacto ou do contrato social nasce associado ao absolutismo.<sup>(5)</sup> Mais tarde, preservando a noção de contrato social, outros autores iriam solucioná-lo de formas diferentes. No mesmo ciclo, John Locke, sem abdicar da idéia de "estado de natureza", iria derivar o poder da representação, tendo em seu favor sobretudo a experiência de quase um século de instabilidade política.

Os postulados de Hobbes não são deduzidos desse ou daquele conceito, como se dava na Escolástica. Para exemplificar, no que respeita ao próprio cerne da sua doutrina, o

*estado de natureza*, de cuja existência pareceriam inexistir evidências empíricas, Hobbes formula sua tese deste modo:

"... durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto a noção de *tempo* deve ser levada em conta quanto à natureza da guerra, do mesmo modo que quanto à natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário. Todo o tempo restante é de paz.

Portanto tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem letras; não há sociedades; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta" (Cap. XIII).

A defesa da hipótese está formulada nos seguintes termos:

"Poderá parecer estranho a alguém que não tenha considerado bem estas coisas que a natureza tenha assim dissociado os homens, tornando-os capazes de atacar-se e destruir-se uns aos outros. E poderá, portanto, talvez desejar, não confiando nesta inferência, feita a partir das paixões, que a mesma seja confirmada pela experiência. Que seja portanto ele a considerar-se a si mesmo, que quando empreende uma viagem se arma e procura ir bem acompanhado; que quando vai dormir fecha suas portas; que mesmo quando está em casa tranca seus cofres; e isto mesmo sabendo que existem leis e funcionários públicos armados, prontos a vingar qualquer injúria que lhe possa ser feita. Que opinião tem ele de seus compatriotas, ao viajar armado; de seus concidadãos, ao fechar suas portas; e de seus filhos servidores, quando tranca seus cofres? Não significa isso acusar tanto a humanidade como seus atos como eu o faço com minhas palavras? Mas nenhum de nós acusa com isso a natureza humana. Os desejos e outras paixões do homem não são em si mesmos um pecado. Nem tampouco o são as ações que derivam dessas paixões, até ao momento em que se tome conhecimento de uma lei que as proíba; o que será impossível até ao momento em que sejam feitas as leis; e nenhuma lei pode ser feita antes de se ter determinado qual a pessoa que deverá fazê-la" (Cap. XIII).

Quanto ao *Leviatã*, a Coleção *Os pensadores* insere a tradução portuguesa em seu texto integral. Ao contrário de *O Príncipe*, que apresenta objeto muito preciso e ao tema proposto circunscreve a análise, o *Leviatã* aborda muitas questões aparentemente distanciadas do tema. Trata-se de que seu autor cuidava de inserir a sua análise num contexto mais amplo,

a fim de torná-la caudatária da ciência nova que então se elaborava, em contraposição à Escolástica.

O livro subdivide-se em quatro partes, dedicada a Primeira ao Homem, a Segunda ao Estado, a Terceira ao Estado Cristão e a Quarta ao que denominou de "Reino das Trevas". Sendo discípulo de Bacon, pretendeu neste último ponto seguir ao mestre na tese de que a introdução da nova ciência supõe o combate aos preconceitos antigos, a que chama de falsos ídolos, que era de variada espécie mas de um modo ou de outro estavam relacionados ao saber escolástico. Para Hobbes o reino das trevas resulta: 1º da má interpretação das Escrituras (Cap. XLIV); 2º da demonologia e outros vestígios da religião dos gentios (Cap. XLV); e 3º das tradições fabulosas (Cap. XLVI). No último capítulo (XLVII) diz claramente que o beneficiário das trevas é a Igreja de Roma e que o seu suporte é a "vã filosofia de Aristóteles".

Na Primeira Parte, Hobbes ocupa-se de alguns temas que a posteridade iria agrupar em diferentes disciplinas. Assim, procura explicar como se formam as idéias (tipo de investigação mais tarde denominada de teoria do conhecimento); estuda as paixões de uma forma que mistura questões psicológicas e morais; e ainda temas de ordem política com o propósito de correlacioná-los às "leis da natureza". Ainda seguindo a Bacon nesse passo, Hobbes supunha que o conjunto do saber sistematizado pela Escolástica podia ser substituído globalmente por um *Novum Organum*, espécie de nova lógica ou de metodologia geral.

As questões relacionadas ao Estado, inclusive suas relações com o poder eclesiástico, que era na época um problema-chave, estão estudadas na Segunda e na Terceira Partes.

O conceito de estado de natureza, que será uma questão-chave para a filosofia política que lhe seguiu de imediato, encontra-se no Capítulo XIII, onde também descreve a guerra de todos contra todos, que teria existido naquela fase. Outros temas relevantes acham-se nestes capítulos:

- XVII, em que aborda o surgimento do Estado;
- XVIII, onde define o caráter absoluto do poder do Monarca;
- XIX, em que confronta a monarquia absoluta a outros sistemas e estuda a questão sucessória, um tema circunstancial que lhe permite precisar a natureza do Estado e do poder do Monarca;
- XX, espécie de corolário das análises anteriores;
- XXI, em que trata da liberdade dos súditos e de compatibilizá-la com o absolutismo monárquico; e, finalmente,
- XXIX, em que identifica a quebra do poder absoluto como a causa primordial da dissolução de um Estado.

## TEXTO IV – QUESTÕES RELEVANTES RELACIONADAS AO SISTEMA REPRESENTATIVO

### - O sistema representativo passa a prova da história

A democratização do sufrágio representou o grande desafio enfrentado pelo sistema representativo ao longo do século XX e ainda corresponde à questão nuclear para países como o Brasil, onde não se conseguiu consolidar as instituições daquele sistema.

A generalização do sufrágio permitiu que chegassem ao poder, pelo voto, inimigos declarados do sistema representativo, valendo-se da oportunidade para destruí-lo. O Partido Nacional Socialista, da Alemanha, tornou-se o exemplo paradigmático. Semelhante resultado não poderia deixar de enfraquecer as convicções dos próprios liberais, surgindo em seu seio uma tendência nítida, representada pela chamada Escola Austríaca, de encontrar-lhe uma alternativa.

Por outro lado, os socialistas popularizavam a crença de que a riqueza provinha exclusivamente do trabalho realizado pelos operários, sendo a propriedade capitalista um roubo, como diria Proudhon. Análises aparentemente sofisticadas seriam produzidas pelos marxistas, em favor da mesma simplificação. Bastaria eliminar a figura do capitalismo e a prosperidade passaria a ser fenômeno geral. Tratava-se evidentemente de uma balela, mas alguns contextos culturais revelaram-se extremamente receptivos a esse tipo de promessa irresponsável. Na Rússia, foram necessários sete decênios para que a elite comunista dirigente reconhecesse a falência daquele princípio diante da evidência empírica de que, ao invés da prosperidade geral prometida, de sua aplicação resultava que o país estivesse cada vez mais pobre.<sup>(1)</sup>

De todos os modos, ao longo do século, no Ocidente, a bandeira simplificadoria dos socialistas revelou-se capaz de atrair votos. Em consequência, no próprio seio das hostes liberais surgiu o fenômeno que Pierre Fourcade denominaria de "tentação social-democrata", isto é, a disposição de chegar a um acordo com os socialistas como forma de manter-se no poder.

A experiência do século XX serviu para evidenciar que as instituições do sistema representativo correspondem a uma conquista imorredoura de nossa civilização. Assim, em matéria de gestão econômica, mesmo as doutrinas liberais passaram por grandes transformações desde Adam Smith. O *laissez-faire* foi abandonado pelo keynesianismo, que conseguiu eliminar as crises cíclicas, justamente o seu objetivo maior. Contudo, o intervencionismo keynesiano favoreceu a emergência de práticas tipicamente socialistas, como o Estado produtor e o excesso de regulamentação da vida econômica. Sua reformulação é fenômeno de nossos dias, havendo, na visão de Henri Lepage, duas grandes correntes no campo liberal - denominada a primeira de "antecipações racionais" e a segunda de "freio fiscal" -, ambas louvando-se deste princípio: "O problema não consiste em duvidar que as fórmulas keynesianas possam ser, em certas circunstâncias, particularmente eficazes, mas em esclarecer que o emprego e o desenvolvimento das técnicas keynesianas têm modificado progressivamente o universo econômico, em relação ao qual elas tinham sido concebidas, ao ponto de que o que antes era eficaz, hoje é fator gerador de efeitos perversos cada vez mais

acentuados, e dos quais só podemos nos liberar mediante uma substituição completa de instrumentos".(2)

A estatização da economia promovida na Europa, pelos socialistas, nas décadas iniciais do pós-guerra, acabou levando à estagnação econômica. A discussão de suas causas deixou de ser teórica graças à passagem pelo governo da Inglaterra de Mme. Thatcher, que conseguiu retirar o Estado do processo produtivo, de que resultou a volta do dinamismo àquele país. Subsidiariamente, o desemprego reduziu-se a níveis toleráveis. Essa evidência, por sua vez, provocou uma reviravolta no Partido Trabalhista, sob a liderança de Tony Blair. Este conseguiu revogar o princípio programático que dizia ser o socialismo equivalente à estatização da economia. A eleição de Blair, em 1997, e a de Schroeder, na Alemanha, em 1998, revigorou enormemente a social democracia. Sua proposta, aprovada no Congresso do Partido Social Democrata Alemão, em 1959, marcou a ruptura com o marxismo e com a utopia da sociedade sem classes, surgindo uma profunda diferenciação no movimento socialista. Nas décadas subsequentes o PSD Alemão não conseguiu maiores adesões, situação que se modificou radicalmente nos fins dos anos noventa. Dos grandes partidos socialistas europeus, apenas o PS Francês manteve-se fiel ao socialismo.

Deste modo, pode-se dizer que o reconhecimento da superioridade da economia de mercado tornou-se uma unanimidade no mundo desenvolvido, embora persistam diferenças entre liberais e sociais democratas no que se refere às políticas em matéria de tributação, relações de trabalho e seguridade social, para referir apenas os temas mais importantes.

Contudo, no que respeita às instituições do sistema representativo não há divergências entre as maiores forças políticas tanto na Europa como nos Estados Unidos e Canadá, compreendendo não apenas liberais e sociais democratas mas também os socialistas. Seus inimigos reduzem-se aos comunistas e saudosistas dos governos fortes de tipo fascista.

No longo período transcorrido desde que se instaurou o sistema representativo, é certo que os partidos políticos deixaram de ser simples blocos parlamentares para se transformarem em organizações permanentes, estruturadas em torno de um núcleo programático. Ainda assim, não substituem o próprio eleitorado, mantêm a característica de instância representativa, cujo mandato deve ser periodicamente confirmado ou revogado.

Os Parlamentos evoluíram grandemente, dispendo, nos principais países do Ocidente e no Japão, de assessorias e procedimentos consagrados para que exerçam de fato suas atribuições de pautar a ação do Executivo segundo as grandes linhas consagradas nas eleições gerais. Apesar disso, precisam de delegação expressa do eleitorado para introduzir alterações substanciais na vida das pessoas. A chamada questão dos direitos civis nos Estados Unidos - isto é, a eliminação das discriminações contra os negros - é bem um exemplo da circunstância que se quer destacar. Mais expressamente: o sistema representativo pressupõe que o Parlamento não se transforme numa instância moral. As mudanças desse caráter são estabelecidas por consenso, de que a sociedade não abdica.

De sorte que esses dois instrumentos - Partidos Políticos e Parlamentos - saíram incólumes da grande prova a que foram submetidos com a democratização do sufrágio. Pode-se concluir, sem exagero, que se trata da experiência política fundamental do Ocidente. Cumpre, assim, referir alguns de seus aspectos centrais, que merecerão o imprescindível aprofundamento ao longo do curso.



### - A questão teórica da democratização da idéia liberal

Em seus primórdios, a doutrina liberal não guardava compromissos com o ideal democrático. Seu propósito era criar freios e limites ao poder absoluto do monarca. A experiência inglesa comprovou que a reação monárquica assumia formas de extrema violência. Somente a elite proprietária tinha condições de levar essa luta a bom termo. John Locke (1632-1704) viveu parte dessa experiência e cuidaria sobretudo de sistematizar os seus ensinamentos no livro *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Antes de ser editado, em 1690, circulou entre a elite, notadamente aquela que sofreu sucessivos exílios no continente.

Deste modo, o governo representativo como a maneira de pôr fim à monarquia absoluta corresponde, historicamente, a uma questão muito concreta. Durante o século XVII a Inglaterra vivenciou outras alternativas, inclusive a própria eliminação da monarquia e um governo ditatorial (a ditadura de Cromwell, 1599-1658). O sistema concebido por Locke refletia o consenso de parcela significativa da elite. A prática do século XVIII configurou-o como modelo.

Os eleitores foram agrupados em circunscrições limitadas, que tomavam por base as divisões administrativas consagradas. Cada *shire* (condado ou distrito) elegia dois representantes. Existindo 300 dessas divisões, o Parlamento se constituía de 600 deputados. Os eleitores tinham que possuir bens de raiz e determinados níveis de renda. A delimitação de funções entre Legislativo e Executivo resultou de longa experimentação, terminando por se constituir o chamado Governo de Gabinete, sustentado por maioria parlamentar, desaparecendo o poder pessoal do monarca.

Aproximadamente entre 1760 e 1830, a Revolução Industrial introduziu grandes modificações na distribuição populacional do país. Surgiram cidades e novos centros econômicos. Ainda assim, a elite proprietária urbana achava-se escassamente representada. A Reforma Eleitoral de 1832 cuidou de permitir-lhe o acesso à Câmara, transição que esteve longe de ser tranquila, configurando, ao contrário, uma disputa profunda.

A representação das circunscrições com menos de 2 mil habitantes foi eliminada, reduzindo-se para um único deputado a dos condados que não passavam de 4 mil habitantes.

Nada menos que 43 cidades adquirem o direito de representação no Parlamento. A exigência de renda é mantida, de modo que o sistema continua circunscrito à classe proprietária. Ainda assim, correspondeu a uma alteração substancial, tornando o Parlamento mais aberto às reformas econômicas levadas a cabo nos decênios seguintes e que fizeram da Inglaterra o país mais poderoso do mundo. O eleitorado expandiu-se de 220 mil para 670 mil. Nos meados do século, o país registrava 27,5 milhões de habitantes. O direito de representação limitava-se a apenas 2,5% do total.

A Constituição Monárquica de 1791, resultante da Revolução Francesa, manteve as restrições ao sufrágio, limitado o direito de voto aos *cidadãos ativos* (assim chamados aqueles que pagavam impostos ou taxas). Tal princípio seria combatido ferozmente pelos jacobinos, que imaginavam uma alternativa na pessoa de alguns iluminados, supostamente capazes de interpretar o sentimento popular. A prática dessa doutrina demonstrou que não

passava de disfarce para ditaduras pessoais. Mas, como essa proposta se autodenominava de "democracia", trouxe como consequência a desmoralização do ideal democrático. Ao longo de toda a primeira metade do século XIX, a avaliação que se fazia da Revolução Francesa era eminentemente negativa, à vista dos grandes sofrimentos que trouxe para o povo francês nas sucessivas e ininterruptas guerras que provocou, além de ter instaurado a instabilidade política, de que França não conseguiu livrar-se.

Na Inglaterra, a oportunidade para discutir-se o problema com uma certa amplitude ocorreria durante o movimento cartista. Desencadeado em contraposição ao caráter limitado da Reforma Eleitoral de 1832, durou aproximadamente até fins da década de quarenta. A denominação deve-se ao documento em que consubstanciam as suas reivindicações, intitulado *Carta das Liberdades do Povo*, onde preconizavam estas regras: 1) sufrágio universal; 2) voto secreto; 3) eleições anuais; 4) supressão da exigência de renda e 5) remuneração dos deputados. O movimento alcançou grande popularidade, declinando após as reformas que introduziram o livre-cambismo, iniciadas naquele último decênio.

Os cartistas colocavam em discussão novas premissas que, de certa forma, tangenciavam a experiência inglesa. O governo representativo propunha-se impedir que o monarca governasse autocraticamente. De início, a sua principal atribuição era aprovar os impostos que tinham caráter anual, para obrigá-lo a reunir o Parlamento pelo menos uma vez por ano. Subseqüentemente é que ampliou os seus poderes até alcançar a fórmula "o Rei reina mas não governa".

Quanto à representação, era entendida como sendo de interesses. Apenas os interesses da elite proprietária rural eram aceitos como plenamente diferenciados daqueles tradicionalmente expressos pela Monarquia. Quem não tinha renda não podia a esta contrapor-se. E a renda provinha basicamente da exploração da terra. Somente a Revolução Industrial iria evidenciar a emergência de nova classe de interesses, vinculados às cidades e à indústria.

Em confronto com as tradições culturais inglesas, valorativas da experimentação e da prática, o cartismo revestia-se de conotação nitidamente "metafísica". A Carta tomava por base simples abstrações como esse homem universal ao qual devesse ser atribuído acesso ao sufrágio.

Entretanto, na medida em que se organiza a dispõe de uma pauta concreta de reivindicações, o movimento sindical aparece como correspondendo a interesses também perfeitamente diferenciados. Não acarretam nenhum risco de servir de pretexto para restaurar o poder pessoal do monarca. Certamente, a Inglaterra vitoriana não mais configurava esse risco, mas não havia também nenhuma razão para alterar-se a natureza da representação.

Seria, pois, recusada toda espécie de argumentação "metafísica" acerca da natureza humana. Mas, para assegurar a representatividade do sistema, no que toca aos interesses presentes à sociedade, o Parlamento inglês empreendeu o caminho da reforma eleitoral, batizado com propriedade de *processo de democratização da idéia liberal*. Liderado por William Gladstone (1809-1898), compreende, inicialmente, a introdução do voto secreto (1872) e a divisão do país em distritos eleitorais de importância análoga, elegendo cada um deles um deputado (1884). Até o fim do século o eleitorado passa a 4 milhões de pessoas.

O movimento cartista teve, entretanto, o grande mérito de suscitar o aparecimento, no continente, dos Partidos Radicais, que muito iriam contribuir para que os socialistas, afeiçoados exclusivamente às soluções revolucionárias, aceitassem as regras do sistema representativo. Aparecem inclusive agremiações denominadas de Radicais-Socialistas, para enfatizar o seu compromisso com os princípios do liberalismo político e do Estado Liberal de Direito. Aliados aos socialistas, os liberais, autodenominados de *radicais*, fizeram alianças com os socialistas, ali onde organizaram seus primeiros gabinetes. O presidente francês François Mitterrand, eleito pelos socialistas, pertencia originalmente ao Partido Radical. O fato merece ser destacado, porquanto foi decisivo para as instituições do sistema representativo, assegurando a sua sobrevivência na grave crise com que se defrontou ao longo do século, na medida em que permitiu o isolamento dos comunistas, defensores abertos do sistema totalitário.

A democratização do sufrágio teve prosseguimento depois da Primeira Guerra. Em 1918, a lei assegurou o direito de voto a todos os ingleses maiores de 21 anos e a todas as mulheres com mais de 30 anos. A igualdade entre homens e mulheres é aprovada em 1928.

No primeiro Censo realizado após a Segunda Guerra, em 1952, a Inglaterra contava com 50,7 milhões de habitantes. O eleitorado correspondia a cerca de 29 milhões de habitantes, equivalentes a 57% da população.

O sistema eleitoral inglês permitiu que os socialistas, representados pelo Partido Trabalhista, chegassem ao Poder no último pós-guerra e introduzissem profundas alterações na economia do país, caracterizadas por sua ampla estatização.

A partir de 1974, o Partido Conservador ganha sucessivamente as eleições gerais, com base numa plataforma tendo como eixo a prevalência da economia de mercado. Somente nas eleições de maio de 1997 os trabalhistas voltam ao poder, após ter renunciado à reestatização da economia e aceito manter as principais reformas conservadoras.

Deste modo, a democratização do sufrágio, empreendida em caráter pioneiro pela Inglaterra, em nenhum momento ameaçou a existência do sistema representativo. Tal, entretanto, não ocorreria no continente. Antes de abordar especificamente esse aspecto, vamos nos deter na análise da experiência americana, consagradora do modelo inglês.

### **- A consagração do modelo inglês: a experiência americana**

Quando proclamou a sua independência, os Estados Unidos eram constituídos de treze estados, compreendendo uma população da ordem de 4 milhões, distribuída numa pequena faixa próxima do Atlântico. Firmada a paz, o território tinha 1,4 milhões de km<sup>2</sup>.

O processo de ocupação e povoamento estendeu-se por todo o século XIX. A União constituía uma unidade administrativa denominada território, que governava diretamente. A sua transformação em estado era complexa e foi perturbada pela divisão que acabou levando à guerra civil. Contudo, os estados do extremo setentrional estão constituídos, na costa do Pacífico, respectivamente em 1859 (Oregon) e 1889 (Washington), e os da

fronteira setentrional nesse último ano (Idaho, Montana e Dakota). No continente, os últimos estados estruturaram-se em 1912, na fronteira com o México (Arizona e Novo México).

Com a compra de Luisiana, a incorporação do Texas e a conquista do Novo México e da Califórnia, chegam aos meados do século com um território contínuo, abrangendo desde o Atlântico ao Pacífico, pouco inferior a 5 milhões de km<sup>2</sup>. Em 1859, a população correspondia a 23 milhões e o número de estados ascendia a 33.

O núcleo fundamental dos que conceberam e implantaram as instituições norte-americanas era constituído de protestantes dissidentes (não-anglicanos), que nutriam grandes desconfianças em relação ao Estado. A monarquia inglesa lhes reservara surpresas desagradáveis. A Constituição da Carolina, de 1669, que se acredita tenha sido redigida por Locke, serviria como ponto de referência. A Constituição de 1787 assegura aos estados plena autonomia na administração de seus próprios assuntos, e à Câmara dos Representantes federal grande soma de poderes. A União tem atribuições muito específicas no que respeita à defesa, relações com outros países e política de imigração.

Visitando o país nos anos de 1831 e 1832, de que se valeu para escrever o clássico *A democracia na América* (1835-1840), Alexis de Tocqueville (1805-1859) observa a inexistência de grandes disparidades sociais. A parcela dominante da população era constituída de pequenos e médios proprietários e empreendedores. De sorte que, mesmo adotando o censo eleitoral, o país era governado democraticamente.

Antes de mais nada, vigorava significativa descentralização, participando as comunidades da gestão da coisa pública e da escolha direta dos principais responsáveis. Os distritos eleitorais tinham uma base territorial limitada, garantida a proximidade entre representante e representado. Além disto, as eleições tinham lugar a cada dois anos.

O problema capaz de ferir de morte esse sistema, como bem entrevira Tocqueville, era a escravidão. Assim, embora fizesse questão de enfatizar a temeridade das especulações quanto ao futuro, avançaria a seguinte advertência:

"... sejam quais forem os esforços dos sulinos para conservar a escravidão, não o conseguirão para sempre. A escravidão, encerrada num só ponto do globo, atacada como injusta pelo cristianismo, como funesta pela economia política: a escravidão, em meio à liberdade democrática e às luzes da nossa época, não é de forma alguma uma instituição que possa durar. Em ambos os casos necessário se faz esperar grandes infortúnios. Se a liberdade for recusada aos negros do Sul, eles acabarão por tomá-la violentamente pelos seus próprios esforços; se lhes for concedida, não tardarão a abusar dela".

O compromisso de 1820, quando do estabelecimento do estado de Missouri, proibia a escravidão ao Norte e nos novos estados que se constituíssem, resultando a nítida divisão do país quanto à matéria. Em 1860, quinze estados com cerca de 10 milhões de habitantes tinham 3,5 milhões de escravos, enquanto os 18 estados restantes (com população de 20 milhões) eram abolicionistas. Com a eleição de Abraham Lincoln (1809-1865) para a Presidência, em 1860, que se propunha abolir essa situação de compromisso, o estado da Carolina retira-se da União, logrando a adesão de outras onze unidades federadas. Começa em seguida a guerra civil, que dura de 1861 a 1865, ocasionando um milhão e meio de mortes. Vitoriosa, a União impõe o término da escravatura.

A abolição representou um duro teste para o sistema eleitoral. No Sul, toda sorte de manobra seria mobilizada a fim de impedir o exercício do direito de voto pelos negros. A alegação é de que constituiriam, por todo o Sul, câmaras e governos exclusivos. A realidade do período da reconstrução mostrou que os receios eram infundados. Os negros não ganharam eleições para os executivos estaduais; elegeram dois senadores e alguns deputados para o Congresso federal, vindo a obter maioria numa única assembleia estadual. Muitos emigraram para o Norte e trataram de conquistar espaços da mesma forma como o comum dos empreendedores americanos. A prosperidade geral incumbiu-se de sanar as feridas da guerra.

Até o fim do século, os Estados Unidos conquistariam uma posição de vanguarda no que respeita à democratização do sufrágio. Em 1900 o Censo registra a presença de 75.994 mil habitantes, dos quais 18.974 mil maiores de 21 anos (25% do total). Nas eleições presidenciais desse ano votaram 13.965 mil (18,4% do total). Levando-se em conta que o voto não era (nem nunca foi tornado) obrigatório, o percentual de votantes é muito expressivo. Na mesma época, o eleitorado da Itália era inferior a 10% da população.

Desde o fim da guerra civil, os Estados Unidos recebem enormes contingentes de emigrantes, em torno de dez milhões em cada decênio, movimento que continua, com maior ou menor intensidade até os anos cinquenta. De aproximadamente 76 milhões em 1900, a população passa a 105,7 milhões, em 1920; 131,7 milhões em 1940 e 150,7 milhões em 1950. Em 1980 alcançava 226 milhões (crescimento de 50% em relação a 1950), estimando-se 260 milhões para 1990.

Nos primeiros decênios do século, o número de votantes acompanha o crescimento populacional, chegando a 26,8 milhões em 1920, crescendo com maior intensidade no ciclo seguinte. Assim, entre 1920 e 1958, a população expande-se em cerca de 60% (de 105,7 milhões para 168,2 milhões), enquanto o número de votantes incrementa-se em 130%, elevando-se para 62 milhões naquele último ano. Em termos percentuais, tais resultados são inferiores aos observados na Europa, correspondendo a aproximadamente 40% da população (contra 60% na Inglaterra e 65% na França). Nas oito eleições presidenciais ocorridas entre 1960 e 1988, não se altera substancialmente o percentual de votantes em relação à população.

Estudiosos consideram que, nesse último período, teria aumentado a diferença entre os que dispunham do direito de voto e os que o exerciam. Nas eleições de 1960, 1964 e 1968, os votantes correspondiam entre 61 a 63% do eleitorado potencial, percentual que passa a oscilar de 55 a 53% nas eleições de 1972, 1976, 1980 e 1984. Outros entendem que esse tipo de especulação não refletiria a realidade da vida americana, levando-se em conta que, concluído o ciclo de imigração intensiva e de assimilação cultural das novas gerações de emigrantes (através, sobretudo, do ensino básico obrigatório, que atinge virtualmente o total da população na idade correspondente), o coeficiente dos que exercem o direito de voto, nas eleições presidenciais, mantém-se equilibrado em torno de 40% da população.

Costuma-se dizer que, sendo a escolha do representante um direito, participar dessa escolha é um privilégio que deve ser exercido conscientemente. Além disto, a administração interfere pouco na vida das pessoas. A implementação de políticas públicas pressupõe intensa discussão e significativa participação popular. As questões de ordem moral são extremamente mobilizadoras, achando-se toda a população engajada em alguma forma de associação, havendo uma infinidade de entidades religiosas, culturais ou cívicas.

O certo é que a representatividade do sistema tem-se revelado incontestável. Ao longo de duzentos anos, nenhuma das crises experimentadas pela sociedade foi capaz de abalar a estabilidade de suas instituições.

Os Estados Unidos optaram por manter inalterado o número de deputados eleitos para Câmara dos Representantes (435 cadeiras), redesenhando a base territorial do distrito a cada Censo. O país experimentou grandes movimentos populacionais, mesmo ao longo deste século, compreendendo não só a incorporação de imigrantes mas também o maior incremento de determinadas regiões. Ainda neste pós-guerra, verificou-se esvaziamento populacional do Nordeste e migração de contingentes expressivos para o Oeste e Sudoeste. Conservou-se igualmente inalterada a praxe de eleger-se um deputado em cada distrito, escolhendo-se o que alcance maioria absoluta.

A exemplo do que se verificou na Inglaterra, sistema distrital levou à formação de apenas duas poderosas agremiações partidárias. Durante todo este século, nas eleições para Câmara dos Deputados, os dois maiores partidos têm obtido mais de 94% dos votos.

Os Estados Unidos nunca estiveram ameaçados pela presença de facções totalitárias que aspirassem subverter o Estado Liberal de Direito. Nas eleições a que concorrem à Presidência (1924, 1928, 1932, 1936 e 1940 os comunistas obtiveram, respectivamente, 38 mil, 40 mil, 103 mil, 80 mil e 49 mil votos. O desenvolvimento industrial se fez acompanhar de um potente movimento sindical que, entretanto, observou o cumprimento dos estatutos legais, por ele mesmo conquistados. As disputas entre patrões e empregados foram entendidas como fazendo parte do direito privado. Somente depois dos anos trinta, em decorrência, sobretudo, dos efeitos da crise de 1929, cuida-se das leis sociais. A chamada "seguridade social" obrigatória abrange o patamar mínimo, Aposentadoria complementar e desemprego são atendidos por seguro, gerido por empresas privadas. É certo que desde o *New Deal* daquele mesmo período (anos trinta) o orçamento federal destinou verbas crescentes para atender situações de pobreza ou indigência. As administrações republicanas, na década de oitenta, introduziram alterações substanciais nessa política, com o propósito de eliminar as burocracias que surgiram a sua sombra, processo que tem prosseguido mesmo sob os democratas.

Desde 1896, os socialistas tentaram sucessivamente formar uma agremiação partidária expressiva. As maiores votações que chegaram a alcançar, nas eleições presidenciais de 1912, 1920 e 1932, oscilaram pouco acima de 900 mil votos, anos eleitorais em que os Partidos Republicano e Democrata obtiveram, respectivamente 3,5 e 6,3 milhões; 16,1 e 9,1 milhões; e 15,8 e 22,8 milhões. Os socialistas não conseguiram, pois, firmar-se como força autônoma. Desde os anos trinta, entretanto, considera-se que venham conquistando ascendência crescente no Partido Democrata, a ponto de que o termo *liberal*, com que se designavam (por oposição a *conservative*, como se dá na Inglaterra), haja passado a se constituir numa espécie de sinônimo de socialista. O mais adequado seria traduzi-lo por social-democrata. As administrações democratas, desde aquela década, trataram de interferir na vida econômica do país, introduzindo sucessivos regulamentos, ao arripio da tradição nacional. Os republicanos desmontaram peça por peça esse sistema, notadamente nos anos oitenta.

### - Os novos sistemas eleitorais e a estabilidade política na Europa

O trânsito do absolutismo para o sistema representativo, no continente europeu, foi extremamente traumático. Mais das vezes seria impulsionado pelo *democratismo*, isto é, sob a inspiração de lideranças apressadas que tudo queriam alcançar de uma vez, terminando por predispor os conservadores contra o sistema representativo tomado em bloco. A partir dos meados do século XIX, emerge o socialismo revolucionário. Na medida em que avança a Revolução Industrial, os problemas de ordem econômica e social tornam-se desafiantes para os governantes. Como fazer face a essa problemática inaugurando, ao mesmo tempo, formas de convivência democrática?

O sistema inglês e norte-americano tinha notoriamente a vantagem de vir sendo constituído paulatinamente. Afora isto, desde que se instaurou a tolerância religiosa, as questões morais foram sendo decididos por consenso. A escravidão, nos Estados Unidos, é um caso-limite. Mesmo tendo sido imposta à minoria pela violência, não se configuraram as hipóteses de que se tornaria uma questão tão dramática a ponto de levar o país ao abismo. O Censo de 1990 encontrou 10% de negros (26 milhões para população, na mesma data, de 260 milhões), em grande medida disputando as oportunidades em igualdade de condições, em que pese a sobrevivência de expressões do racismo. Enfim, não se transformou num *affaire* superior às forças do sistema representativo.

A idéia imperial foi cultuada na Inglaterra sem reacender ambições territoriais no continente, a exemplo do que ocorreria em relação à França, à Alemanha e à própria Itália. O caráter impostergável do fim do império colonial seria assimilado de forma relativamente serena. Essa espécie de política não turbou a visão dos norte-americanos nem se tornou exclusiva, coexistindo com os partidários do isolacionismo e também com os que se empenharam em distinguir o papel da liderança americana, no Ocidente, conquistado pelos Estados Unidos, do propósito de transformá-los numa "república imperial", para usar a feliz expressão de Raymond Aron. O nacionalismo nunca se revestiu da feição exacerbada assumida no continente europeu.

Mas, além dessas tradições culturais favorecedoras do sistema representativo, o sistema eleitoral vigente não teria contribuído decisivamente para tal desfecho? A singularidade do processo eleitoral inglês, adotado pelos americanos, consiste em que, de um lado aproxima representante de representado e, de outro, obriga ao afinilamento dos interesses, levando à estruturação de agremiações políticas sólidas, com feição perfeitamente diferenciada diante do eleitorado. No seu livro famoso, Tocqueville manifestara expressamente grande temor da onipotência e da tirania da maioria. A fim de balancear a situação dos país, 150 anos depois do aparecimento de A democracia na América, o ensaísta americano Paul Gray passou em revista todas as suas avaliações e temores. Quanto ao que se mencionou, Gray expressou a convicção de que, se Tocqueville revisitasse o país ficaria muito surpreso ao deparar-se com a grande capacidade de fazer ruído e impressionar a opinião que muitas minorias vieram a conquistar.

No entendimento anglo-americano, o sistema eleitoral não tinha por atribuição auscultar a maior gama possível de opiniões, mas forçá-las a impor-se uma hierarquia, colocando frente ao governo questões tangíveis.

No continente europeu, o problema da representação das minorias parece haver obscurecido a lucidez mesmo de mentes privilegiadas, razão talvez pela qual os sistemas eleitorais que foram experimentados tangenciaram o essencial, isto é, a aproximação permanente entre representante e representado e não apenas na oportunidade do evento eleitoral. Muitos estudiosos afirmam que os novos sistemas exerceram suas funções nos países pequenos mas, naqueles dotados de maior população, causaram estragos consideráveis.

Essa conclusão se impõe à luz da experiência verificada na França, Alemanha, Itália e Espanha, que eram as maiores desde os fins do século.<sup>(3)</sup> Em nenhuma dessas nações os sistemas eleitorais adotados permitiram fosse alcançada estabilidade política. Ainda que não se possa afirmar que teriam papel decisivo no desfecho (autoritário ou totalitário) que acabaram abatendo-se sobre eles (sendo a França a única exceção, tendo porém a vontade nacional quebrada pela ocupação alemã na Segunda Guerra), pelo menos não atuaram no sentido de contrapor-se às tradições culturais que se revelam desfavoráveis à coexistência democrática. É sintomático que dois desses países (França e Alemanha) hajam mudado o curso de sua história em seguida à introdução do sistema distrital, que certamente não atuou sozinho, mas eliminou o foco da instabilidade que, por sua vez, atuava como exacerbadora das circunstâncias desfavoráveis ao sistema inglês como do norte-americano. Ainda assim os sistemas eleitorais deste pós-guerra, alemão e francês, preservam o caráter daqueles no que se refere à aproximação permanente entre representante e representado, bem como no que respeita ao afunilamento dos interesses.

A Constituição Francesa de 1791, que introduziu no país a monarquia constitucional, manteve o princípio censitário consagrado pela experiência inglesa (direito de voto condicionado à posse de renda), mas determinou que a eleição se processasse em duas etapas. Primeiro seriam escolhidos os eleitores, vale dizer, as pessoas que indicariam os representantes, e, finalmente, o segundo escrutínio em que apenas estes últimos votavam. A Constituição republicana de 1795 manteve o sistema.

O procedimento eleitoral indireto seria popularizado pela Constituição de Cádiz, na abalizada opinião de Walter Costa Porto, que é, sem favor, o mais importante especialista brasileiro nessa matéria. Diz-nos Walter Costa Porto:

"Curiosa Constituição, a de Cádiz. Ela resultou da reação do povo espanhol contra os cinco anos de domínio napoleônico. As Cortes de Cádiz votaram; em 1812, a nova Constituição, uma cópia do texto francês de 1791. Portugueses, italianos, romenos, noruegueses, belgas, russos e brasileiros - lembrará Otacílio Alecrim - *Idéias e instituições do Império* (Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos, 1953) - receberam seu influxo. Em Nápoles, lhe apelidarão de "La Pepa" . O Brasil, por um dia, verá em vigor essa Constituição, jurada por D. João V, em abril de 1821. Portugal a terá em 1820; motins populares em Lisboa fazem que "La Pepa" seja jurada para aqueles país; em razão de outro motim, ela foi revogada, menos, entre outros pontos, quanto aos sistema de eleições.

Volta, então, a Constituição de Cádiz a influir em nosso quadro legal nas eleições para os Deputados às Cortes de Lisboa, com o complexo processo eleitoral, em quatro graus, ali previstos para designação dos "Deputados de Cortes", celebrar-se-iam segundo seus capítulos II e III, "juntas electorales de paróquia, de partido e de província", as primeiras se comporiam "de todos os cidadão avizinados e residentes no território da paróquia respectiva, entre os que se compreendem os eclesiásticos seculares"; a junta paroquial elegeria "a



pluralidade de votos, onze compromissários, para que estes nomeassem o eleitor paroquial"; as "juntas eleitorais de partidos" se comporiam dos eleitores paroquiais que nomeariam "o eleitor ou eleitores" que concorreriam à capital de província para eleger os deputados de Cortes.

Na tradução portuguesa no artigo 34 das Instruções que acompanha o Decreto de 7 de março de 1821, as juntas eleitorais de "paróquia" se transformam em "de freguesia", as de partido em "de comarcas". Mas a cópia, depois, é fiel ao texto espanhol..."(4)

Mais tarde, o sistema seria simplificado, preservado o caráter indireto, mas reduzindo-o a dois graus. Presumivelmente esta é a origem do denominado "escrutínio de lista" que aparece na Constituição francesa de 1848. Os eleitores de segundo grau, isto é, os que efetivavam a escolha do representante, esbarraram com o problema de compor as listas. É ainda Walter Costa Porto quem nos ensina que essa composição assumiu formas variadas - adotando, acrescento, denominações verdadeiramente cabalísticas - segundo fosse a faculdade do eleitor de votar em um único candidato ou em mais de um, as formas de apuração, etc.

O "escrutínio de lista", a exemplo do voto distrital, é majoritário, ganha a eleição e indica os representantes a "lista" que obtêm a maioria. Mesmo com a supressão do segundo grau para torná-lo direto, o novo sistema estabeleceu o distanciamento entre os representantes e o eleitorado. Com o correr do tempo, as listas passaram a ser partidárias ou de coligação de partidos, mas a base territorial era ampla. Na França, a unidade compreendida pela apuração era o *departamento*, equívale, *grosso modo*, ao estado federal, embora seu número fosse maior que o dos estados no Brasil (25), ou nos Estados Unidos (50), sendo correspondente a noventa, mas de todos os modos, demasiado ampla para a circunstância eleitoral. Os *departamentos* subdividem-se em *arrondissements* (traduzido geralmente por circunscrição administrativa), em número de trezentos, que por sua vez são integrados em cantões (mais de três mil). Somente em 1958, o país seria dividido em 465 circunscrições (distritos) para efeitos eleitorais.

A Constituição Francesa de 1848 também introduziu o sufrágio universal.

Mais tarde, passou-se no continente ao sistema proporcional. É ainda Walter Porto quem explica de que decorreu a mudança:

"Muitos haviam defendido, quando vigorava, em todo o mundo, o sistema majoritário, o direito à representação das minorias. E resultaram vãos os esforços - do voto limitado ou incompleto, do voto cumulativo - para resguardar, nos parlamentos, um espaço às parcelas menores de opinião.

Autores franceses - como Mirabeau - insistiam em que as assembléias deveriam ser, para a Nação, como um mapa, abreviado, mas, em relação à extensão geográfica dos países, uma redução que contivesse todas as nuances do todo, uma cópia que reproduzisse as mesmas proporções do original.

Foi a Dinamarca, pelos esforços de Androe, professor e Ministro das Finanças, que, pela primeira vez, utilizou o sistema proporcional, em sua Constituição de 1855, na eleição para Câmara Alta, através do chamado "escrutínio de lista com voto transferível".

A Bélgica a seguiu, por uma lei de 1899, inspirada por Hondt.<sup>(5)</sup>

Embora hajam sido empreendidas várias experiências, com o propósito de conseguir que o novo sistema abrangesse o máximo de opiniões - vale dizer, indo ao contrário do que seria plausível: promover o afunilamento dos interesses -, na Europa, sobretudo na medida em que os partidos se consolidam, isto é, deixam de ser simples blocos parlamentares, evoluiu-se no sentido de que os eleitores votassem numa lista hierarquizada. As cadeiras conseguidas por cada partido distribuíam-se entre os integrantes da lista, segundo a ordem preestabelecida.

O balanço da experiência da prática europeia do voto proporcional, ao longo de mais ou menos um século, seria empreendida por F.A. Hermens no livro *Democracy or Anarchy? A Study of Proportional Representation* (1941).<sup>(6)</sup> Conclui que contribuiu sobretudo para gerar instabilidade política, parecendo-lhe mesmo, que tanto a eleição de Mussolini, na Itália, como a de Hitler na Alemanha, só se tornaram possíveis pela vigência daquele sistema. Em vista da dificuldade na formação de maiorias estáveis, acabou facultando governos fracos, incapazes de conter anarquia e desordens crescentes, favorecedoras do surgimento de propostas autoritárias.. Indica, contudo, que possibilitou a formação de partidos políticos.

No período recente, com a estruturação do Mercado Comum, embora concorram aos pleitos grande número de partidos, a existência de muitos parâmetros obrigatórios (taxa de inflação; déficit público, etc.), tem permitido a redução do seu número com representação nos Parlamentos e, portanto, a organização de gabinetes majoritários (os regimes são parlamentaristas).

Acrescente-se que o sistema proporcional vigente no Brasil, onde vota-se no candidato e não no partido, elimina a única vantagem que o sistema proporcional havia alcançado na prática europeia: a estruturação de partidos políticos.

### **- O papel dos sistemas eleitorais**

Poucos países no mundo lograram consolidar as instituições do sistema representativo e, por esse meio, desfrutar de estabilidade política, ter ao alcance do voto a realização das reformas que obtenham adesões significativas, e até mesmo empreender experiências como as realizadas pelos socialistas na Europa Ocidental, recuando quando se revelaram desastrosas.

Dando um balanço da situação mundial, do ângulo considerado, Arend Lijphart conclui que, em 1980, existiam apenas 21 nações que haviam mantido por longo período regimes onde os direitos políticos, notadamente a participação em eleições livres e o respeito às liberdades individuais, eram estritamente observados (*Democracies*, Yale University, 1984). Nesse contingente, incluem-se, na Europa Ocidental, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido, República Federal Alemã, Suécia e Suíça; e, fora do continente europeu: Austrália, Canadá, Estados Unidos, Israel, Japão e Nova Zelândia.

Tomando o período mais recente, Lijphart acrescenta à lista européia: Espanha, Grécia, Portugal e Turquia. Segundo esse critério mais flexível, agregaria alguns pequenos estados da América Central (Costa Rica, por exemplo) e do Caribe (Jamaica, Trinidad-Tobago, etc.), bem como Colômbia, Equador e Venezuela, na América do Sul. No Oriente, além do Japão, só a Índia e Sri Lanka; na África, apenas Nigéria e Nova Guiné. Não há sistema democrático entre os árabes, no Oriente Médio (salvo Israel), na extensa maioria do continente asiático como na África, para não falar do Leste Europeu, que só a partir de 1990 dá os primeiros passos naquela direção. No balanço citado, as nações democráticas abrigavam, em 1980, tão-somente 37% da população mundial.

O elemento decisivo, apto a permitir o florescimento do sistema democrático, há de consistir nas tradições culturais. Onde estas lhe são frontalmente contrárias, como no caso dos países de maioria muçulmana, dificilmente pode surgir a democracia. Aparentemente, essa é uma aspiração que não chega a ser acalentada por qualquer segmento importante da população.

Contudo, desde que não haja resistências culturais intransponíveis, o sistema eleitoral passa a ser o elemento-chave. Se este serve apenas para perpetuar crises, muito provavelmente as instituições do sistema representativo não chegam a consolidar-se.

Nos países de certas dimensões populacionais, foi o sistema distrital majoritário que atendeu aos objetivos para os quais se realizam eleições: alcançar maiorias capazes de constituir governos estáveis. Embora entre as democracias o sistema proporcional registre uma grande presença, trata-se sobretudo de países de baixa densidade populacional, além das restrições e ressalvas destinadas a evitar excessiva pulverização. Parece também haver circunstâncias em que o sistema distrital majoritário torna-se desaconselhável: quando o país apresenta diferentes etnias, de cuja integração depende a estabilidade. A Bélgica corresponde a caso típico, com duas grandes comunidades culturais (flamenga e francesa), prevalecendo a sua representação sobre divisões político-partidárias. Mas também se trata de nação que não se inclui entre as que são detentoras de grandes populações, desde que abriga cerca de 10 milhões.

A experiência do século XX, quando a democratização do sufrágio impôs sérias derrotas ao Estado Liberal de Direito, torna evidente que a escolha do sistema eleitoral corresponde à questão da maior magnitude, sendo um grave equívoco tratá-la da forma leviana e superficial. como temos feito em nosso País.

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA**

**VOLUME III – O PROCESSO DEMOCRÁTICO**

## SUMÁRIO

### **TEXTO I - O PROCESSO DEMOCRÁTICO E AS CHANCES DA DEMOCRACIA**

- O processo democrático segundo Dahl
- As chances da democracia segundo Huntington

### **TEXTO II - O DEMOCRATISMO NADA TEM A VER COM O SISTEMA DEMOCRÁTICO-REPRESENTATIVO**

- Caracterização geral do democratismo
- Emergência do democratismo com a Revolução Francesa
- Fundamentação teórica em Rousseau
- O democratismo na cultura luso-brasileira

### **TEXTO III - GRUPOS DE PRESSÃO**

- Grupos de pressão e partidos políticos
- Prática dos grupos de pressão e de interesse

### **TEXTO IV - O PAPEL DA AUTORIDADE**

- Condições de seu exercício na vida política
- Principais estudos dedicados ao tema

### **TEXTO V - AUTORITARISMO E SUAS FORMAS**

- Principais modalidades recentes
- Conceituação de autoritarismo

## TEXTO I - O PROCESSO DEMOCRÁTICO E AS CHANCES DA DEMOCRACIA

### - O processo democrático segundo Dahl

Robert Dahl (nascido em 1915) é professor emérito de Ciência Política da Universidade de Yale, onde ensinou durante largo período, tendo exercido a presidência da American Political Science Association e merecido importantes prêmios, consagradores de reconhecimento de suas contribuições à ciência política. Em sua vasta bibliografia, destacam-se: *Dilemas of Pluralistic Democracy: Autonomy vs Control*; *Polyarchy: Participation and Opposition*; *After de Revolution? Authority in a Good Society* e *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. Sua última obra *Democracy and its critics* (Yale University Press, 1989) corresponde a uma síntese de sua prolongada meditação acerca da democracia.

Dahl parte da tese de que as tentativas de teorizar sobre a democracia têm deixado pontos obscuros e questões sem resposta. A utilização do termo de forma vaga leva a suposição de que poderia aplicar-se universalmente. Também aqui é necessário limitar e precisar o objeto. Convém, portanto, enfatizar que a democracia diz respeito à organização da vida política em sociedade. Desse ângulo, o essencial e definidor consiste no *processo de adoção das decisões que se tornarão obrigatórias*. A plena compreensão desse processo, ainda que não signifique a eliminação de dúvidas e controvérsias, servirá para aferir as circunstâncias em que estejamos em presença de governos democráticos. Ao privilegiar-se o processo, estamos trazendo para primeiro plano as instituições garantidoras de seu caráter democrático. Contudo, não se pode passar diretamente a estas sem assumir determinados pressupostos teóricos. Estes, certamente, reintroduzem dúvidas e componentes subjetivos porquanto se trata de assumir circunstâncias ideais, que nunca se dão com tal inteireza na realidade. Ainda assim, este é um risco que não pode ser evitado. O mérito de Dahl reside precisamente na forma como enfrenta tais problemas.

A suposição de que uma parte substancial dos adultos acha-se adequadamente qualificada para governar a si mesma é denominada por Dahl de *Princípio Forte de Igualdade* (*Strong Principle of Equality*). Essa é a solução encontrada para ultrapassar o impasse a que leva a idéia de que haveria um princípio intrínseco de igualdade. Embora, do ponto de vista liberal, isto é, da igualdade perante a lei, não se possa recusar a igualdade intrínseca da pessoa humana, a experiência histórica da democratização da idéia liberal sugere que essa espécie de princípio – muito próxima da tradição do direito natural – não foi capaz de fornecer critérios gerais aptos a nortear a disseminação do sufrágio. Concretamente, a eliminação da regra diferenciadora instaurada pela exigência de certos níveis de renda somente se deu quando a massa trabalhadora evidenciou a especificidade de seus interesses, o que impossibilitava (ou pelo menos dificultava) viesse a colocar-se a reboque do antigo absolutismo. A renda como elemento diferenciador fora sugerida pelo próprio curso histórico, já que somente os proprietários tinham condições reais de contrapor-se ao Monarca absoluto. O novo passo (isto é, a democratização do sufrágio), portanto, não foi justificado, por nenhum princípio geral associado à idéia de igualdade. É esse tipo de problemática que Dahl pretende ultrapassar ao assumir um princípio geral confirmado pela experiência e não deduzido da franja do direito natural, isto é, a mencionada suposição de que o contingente básico da população adulta está

em condições de participar do processo decisório. Essa hipótese (o princípio forte de igualdade, segundo Dahl) é discutida no livro sobretudo para evidenciar que falta o passo seguinte, ao contrário da meditação teórica precedente (Bentham, Mill, etc.). Esse pano de fundo será melhor compreendido, entretanto, à luz dos critérios definidores do caráter democrático do processo decisório.

Se fosse possível observar rigorosamente os critérios de Dahl, então nos encontraríamos diante do **processo democrático perfeito** e do **perfeito governo democrático**. É certo, escreve Dahl, *que um processo democrático perfeito ou um perfeito governo democrático nunca existiu na atualidade. Representam (os critérios) idéias das possibilidades humanas com as quais as circunstâncias vigentes podem ser comparadas* (ed. cit., p. 109).

Resumidamente, são os seguintes, na forma como o próprio autor os enuncia:

I) No processo de adoção de decisões obrigatórias, em sua inteireza, os cidadãos devem ter adequada oportunidade - e também igual oportunidade - de expressar suas preferências, do mesmo modo que em relação às conseqüências finais. Devem, do mesmo modo, dispor de igual e adequada oportunidade para colocar as questões na agenda e para expressar as razões pelas quais nutrem tal preferência. Explicitando melhor o que tem em vista, Dahl denomina-o de participação efetiva, isto é, o processo democrático deve assegurar e alcançar a **participação efetiva** dos cidadãos.

II) No estágio essencial das decisões coletivas, cada cidadão deve ter assegurada igual oportunidade de expressar uma escolha que seja equivalente à escolha manifestada por qualquer outro cidadão. Na determinação dos resultados no estágio decisivo, estas escolhas - e somente elas - devem ser levadas em conta. O critério considerado visa possibilitar a aferição do caráter efetivamente democrático do sistema eleitoral, sem insinuar a preferência por esse ou aquele método, mas automaticamente apto a desmascarar os simulacros que os sistemas totalitários e autoritários revelaram-se capazes de inventar.

III) Todo cidadão deve ter igual e adequada oportunidade de descobrir e confirmar (com o tempo permitido pela necessidade da decisão) qual a escolha que melhor corresponde ao interesse dos cidadãos. O problema aqui é o do reconhecimento da legitimidade de todos os interesses. Subsidiariamente emerge o da suficiente qualificação cultural do eleitor para identificar adequadamente os seus interesses. Dahl refere que Stuart Mill dava-se conta do problema ao atribuir uma parte da responsabilidade pela decisão ao representante.

IV) Os cidadãos devem ter oportunidade de decidir que matérias devem ser colocadas na agenda das decisões a serem adotadas através do processo democrático.

De posse desses critérios, Dahl volta a debruçar-se sobre o curso histórico para aferir, no quadro mundial, quais as nações que seriam classificadas de democráticas a fim de responder a estas questões magnas: por que somente alguns países são democráticos, a que condições devem atender as nações que aspirem a consagrar o processo democrático?

Dahl procede à análise de período histórico dilatado para constatar que a democratização, ascendente no século XX, entra em declínio na maior parte desta centúria, voltando a progredir no pós-guerra e, mais acentuadamente, desde os anos oitenta. Na primeira metade desta última década, das 157 nações existentes, encontra apenas 41



democracias plenas (25% do total) e mais 10 com algumas restrições, alcançando 31%. Dahl chama tais regimes de **poliarquias** (governo de muitos), preferência que discutiremos ao fim da exposição. Em síntese, as conclusões de Dahl não diferem radicalmente daquelas adiante apresentadas, quanto referiremos estudo de Huntington.. De maior interesse revestem-se as suas conclusões sobre as sociedades em que se consolidaram sistemas democráticos.

Dahl aponta as seguintes características existentes naquelas nações onde se implantaram, firmemente, instituições democráticas: níveis relativamente altos de renda e de prosperidade *per capita*; longos ciclos de incremento da renda e da prosperidade *per capita*; altos padrões de urbanização; população agrícola relativamente pequena ou declinante; grande diversidade ocupacional; alfabetização extensiva; número relativamente elevado de pessoas que freqüentaram escolas de nível superior; ordem econômica na qual a produção é majoritariamente realizada por firmas autônomas cujas decisões são orientadas basicamente pelos mercados nacional e internacional, e níveis relativamente altos dos indicadores convencionais de bem-estar social, como número de médicos e hospitais por mil habitantes; expectativa de vida; mortalidade infantil; número de famílias possuidoras de bens de consumo durável e assim por diante. Na vasta literatura dedicada ao exame do tema, não há nada de tão firmemente estabelecido como a correlação entre o tipo de sociedade descrito e a democracia, preferindo denominá-la de **sociedade moderna, dinâmica e pluralística** (MDP).

Duas são as características das sociedades modernas, dinâmicas e pluralísticas (MDP) que favorecem a democracia: 1ª) o poder, a influência e a autoridade encontram-se dispersos em ampla variedade de indivíduos, grupos, associações e organizações, ao invés de concentrarem-se num único polo; e, 2ª) encorajam as atitudes e crenças favoráveis aos ideais democráticos. Nas sociedades classificadas como MDP, os recursos políticos acham-se dispersos, do mesmo modo que o dinheiro, conhecimento, status e acesso às organizações; também as alocações estratégicas não se acham concentradas, particularmente na economia, no conhecimento científico, na educação e na cultura em geral, do mesmo modo que as posições favorecedoras da barganha. Nas situações encontradas em tais sociedades, dificilmente a disputa política restringe-se a pequenas elites.

Tais constatações, aduz Dahl, mereceriam pelo menos duas qualificações. A primeira é que a dispersão do poder, se inibe o seu monopólio por determinado grupo, nem por isto significa que haja eliminado desigualdade em sua distribuição. E, a segunda, se a democracia desenvolveu-se nas sociedades do tipo MDP, não significa que um país que não haja ascendido àquela condição esteja impossibilitado de alcançá-la. A esse propósito, lembra o exemplo da Índia, onde, apesar da tendência ao exercício autoritário do poder pelo Primeiro Ministro, na gestão de Indira Gandhi, funcionam plenamente as instituições do sistema representativo.

Quais são, na visão de Dahl, as condições efetivamente impeditivas do florescimento das instituições democráticas?

A primeira e mais importante reside na intervenção das Forças Armadas na vida política. Assim, para a manutenção do processo democrático, duas são as exigências apresentadas por Dahl: 1ª) existência de controle civil sobre as Forças Armadas, que, embora necessário, não é suficiente, impondo-se, simultaneamente, 2ª) que os civis incumbidos de controlar os militares estejam, por sua vez, submetidos ao processo democrático. À luz da experiência histórica, Dahl enumera as seguintes formas pelas quais o problema pode ser enfrentado: **Primeira** - Redução dos efetivos militares a proporções insignificantes. A seu ver,

difícilmente podem ser eliminadas, lembrando o caso do Japão que se comprometeu a fazê-lo, com a Constituição de 1947, mas acabou restaurando uma força nacional de defesa; **Segunda** - O Estado democrático pode disseminar o controle sobre os militares, atribuindo-o a diferentes governos locais. Historicamente, a circunstância verificou-se nos países de língua inglesa, com a manutenção de milícias formadas nas localidades. Contemporaneamente, somente a Suíça faz repousar a defesa em agrupamentos de cidadãos controlados diretamente pelos cantões; **Terceira** - Compôr as Forças Armadas com contingentes temporários, para assegurar que observem a orientação democrática seguida pela população; **Quarta** - Educação dos soldados profissionais, notadamente os oficiais, na fidelidade à liderança civil democraticamente eleita. A esse propósito escreve textualmente: Num país democrático, os militares profissionais passaram a escola da formação como cidadãos, em conseqüência do que participam das crenças civis quanto à legitimidade da ordem constitucional e no que se refere à idéia e à prática da democracia; contudo, o seu senso de obrigação na obediência à liderança civil eleita pode ser reforçado pelo código profissional do estamento militar”. (ed. cit., p. 249)

O tema focalizado por Dahl recebeu um desenvolvimento acabado na obra de Samuel Huntington - *The Soldier and the State* (1957; 7ª ed., Harvard University Press, 1981), com a qual procurou familiarizar-nos o Tenente Brigadeiro Murillo Santos no livro *O caminho da profissionalização das Forças Armadas* (Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica, 1991). Para Huntington, embora os militares estejam presentes desde os primórdios da civilização, o aparecimento do oficialato militar como uma profissão, perfeitamente definida e situada apropriadamente no conjunto social, é fenômeno do início do século XIX. Com base no estudo da experiência histórica dos principais países, comprova que a ingerência militar no processo político é sempre um indicador de baixos níveis de profissionalização. Tendo presente essa tese, Murillo Santos debruça-se sobre a história militar brasileira para concluir que o empenho de profissionalização corresponde a uma constante.

A questão das tradições culturais como favorecedoras ou impeditivas do florescimento das instituições do sistema representativo também é suscitada por Dahl. De um modo geral, esse aspecto é negligenciado pela literatura especializada de língua inglesa. Tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, a ciência política procurou identificar aquelas variáveis passíveis de serem mensuradas e esse caminho facultou, sem dúvida, inúmeros avanços. Basta lembrar aqui, mais uma vez, a eficácia alcançada pelas previsões dos resultados eleitorais. De igual modo, os instrumentos de aferição do posicionamento da opinião pública, em face de questões concretas, foram significativamente aperfeiçoados. Contudo, a questão da valoração coletiva não pode ser eliminada quando as perguntas adquirem tal grau de generalidade, a exemplo do tema considerado por Dahl, isto é, as razões pelas quais os sistemas democráticos só conseguiram sobreviver em reduzido número de países.

Dahl aponta, de início, com um obstáculo o que denomina de subsistemas culturais. As sociedades denominadas de MDP geralmente apresentam elevados graus de integração e unidade. Ainda assim, em certos países ocorrem algumas cisões que podem obstaculizar o funcionamento das instituições do sistema representativo. Tal é o caso de minorias religiosas que se tenham afeiçoado à violência, como se dá no Líbano e em outras partes do mundo. Quando as divisões desse tipo devem ser contidas em certos marcos legais, a fórmula para a manutenção da democracia é o que Dahl denomina de sistema consorcial. Sua

primeira característica consiste na formação de governos de coalizão, com representação dos mais importantes segmentos em que se divide a sociedade. A Bélgica está entre os exemplos invocados. Como se sabe, os belgas se subdividem em flamengos e valões, que se diferenciam tanto no que se refere à língua como à religião. O país experimentou largos ciclos de guerras religiosas e as cisões acabaram assumindo feição geográfica. Em que pese tais circunstâncias, a garantia de representação para os principais segmentos assegurou a estabilidade das instituições. Na opinião de Dahl, o sistema consorcial pode ser útil na superação de períodos de lutas intestinas, como se deu na Colômbia, ou de fases autoritárias, a exemplo do que se verificou na Venezuela.

Dahl considera equivocada a atitude dos estudiosos que supõem seja de pouca significação a presença de subsistemas culturais ou entendem que sequer mereceriam ser considerados como variáveis independentes. Sem embargo da dificuldade de mensurá-las de forma a apaziguar as controvérsias.

Dahl afronta diretamente a denominada questão da **cultura política**. Sob essa denominação arrola as crenças acerca da autoridade; da eficácia dos governos e da presença de alternativas de organização social mais eficazes em face de problemas cruciais; a extensão da confiança nas lideranças políticas; posicionamento em face do conflito e da cooperação e algumas outras. Escreve: “Um país com uma cultura política fortemente favorável à poliarquia atravessará crises que trariam a sua bancarrota num país onde contasse com menor suporte da cultura política. Em muitos países, na verdade, inexistente cultura política favorável às idéias e práticas democráticas. Isto não quer dizer que a poliarquia não possa existir nesse país mas que provavelmente será instável. Nem que uma cultura política mais favorável não possa surgir no país em que inexistente atualmente. Na medida em que um país desenvolva uma sociedade do tipo MDP, por exemplo, é provável que desenvolva e sustente, igualmente, crenças, atitudes e comportamentos das autoridades mais favoráveis à poliarquia. Mas a evolução da cultura política é necessariamente lenta e vagarosa em relação às mais rápidas mudanças, nas estruturas e processos de uma sociedade em desenvolvimento. E, de todos os modos, para grande número de países, uma sociedade da tipo MDP ainda corresponde a um longo caminho”. (ed. cit., p. 263).

Robert Dahl aborda ainda outras questões a exemplo dos temas da minoria e da maioria ou das possibilidades e condições da extensão do processo democrático a outras esferas da vida social. Mas nossa intenção aqui não consistiu em proceder a inventário exaustivo de sua trajetória de pensador liberal, magistralmente resumida em *Democracy and its Critics*. Desejávamos simplesmente chamar a atenção para esse nome, do mesmo modo que para algumas de suas contribuições ao desenvolvimento da doutrina política.

Pode-se considerar como um notável progresso a idéia de conceituar a democracia como um processo decisório relacionado às medidas que se tornarão obrigatórias para todos. Semelhante conceituação – e as exigências que impõe para merecer a denominação de democrático – permite compreender que a democracia está longe de ser um **valor universal** como chegou a afirmar, entre nós, um socialista totalitário recém-convertido. Aplica-se a um segmento da vida em sociedade, embora essencial. Certamente não é eficaz na educação dos filhos ou na gestão empresarial. Conceituada como processo decisório, a democracia requer participação efetiva desenvolvimento cultural suficiente para identificar seus interesses em meio a complexidade da sociedade moderna e pluralista, enfim, de mecanismos capazes de permitir que a seleção das prioridades governamentais (que Dahl chama de agenda) seja

estabelecida de modo participativo e em igualdade de condições. Os partidos políticos, as funções atribuídas à representação popular, a periodicidade das eleições - tudo isto garante a feição democrática de certo número de países.

A discussão do tema *cultura política*, considerado um verdadeiro tabu para muitos estudiosos da política, obcecados pela medida - e tudo querendo submeter a essa bitola - também é uma valiosa contribuição. Em países como o Brasil, os liberais são instados a reconhecer que as tradições culturais predominantes lhes são desfavoráveis. Sem enfrentar essa questão, dificilmente serão capazes de formular políticas mobilizadoras, aptas a contribuir para a consolidação e a subsequente hegemonia das tradições favoráveis.

Ainda uma palavra sobre a preferência de Dahl pela denominação de poliarquia para os regimes existentes nos países democráticos. No livro que ora comentamos, Dahl remonta à democracia grega e afirma que a grande transformação que experimentou, ao renascer dos últimos séculos, diz respeito às dimensões do território que pretende abranger. Ali a cidade-Estado; aqui o Estado-nação. Em ambos os casos, a democracia teria idêntica natureza. Ainda que o testemunho da vida na Grécia Antiga nos tenha chegado extremamente mutilada - e através de tantas mediações deformadoras - sendo difícil dirimir as controvérsias, a tese de Dahl é perfeitamente objetável.

Tendo dedicado grande parte de sua fecunda existência ao estudo da Grécia Antiga, notadamente de seu pensamento político, Sir Ernest Baker (1874-1960) - professor da Universidade de Oxford e posteriormente, diretor do *King's College*, de Londres - deixou-nos algumas obras que facultam avaliação definitiva dos principais de seus aspectos. Entre outras, *Teoria política grega*, onde estuda o pensamento de Platão, traduzida ao português; e a análise de *A Política*, de Aristóteles, que traduziu para o inglês, redigindo para essa edição uma longa introdução, igualmente publicada no Brasil. Em relação ao tema que ora nos interessa, divulgou na revista *Diogene*, patrocinada pela Unesco, ensaio intitulado *A democracia antiga*, transcrito no volume II. Em síntese, no que se refere ao essencial do processo democrático, difere substancialmente do entendimento moderno. Assim, desde o século passado e na medida em que aprofunda a democratização da idéia liberal, o acesso ao poder deixa de constituir monopólio de um grupo social determinado, nem este se concentra num único polo, como bem o destaca Dahl. Nas cidades gregas, as funções mais eminentes estavam reservadas aos representantes das famílias importantes, embora a escolha se desse por eleições. Até onde sabemos, os líderes mais destacados mantêm entre si graus próximos de parentesco, a exemplo de Péricles, casado com uma neta de Clístenes. Além disto, como diz expressamente Ernest Baker, havia muito pouca eleição, no sentido estrito do termo, dos membros do executivo. O processo considerado democrático era o sorteio. Mesmo a formação da agenda a ser submetida à *ágora* não tinha nada de democrático, como o entendemos contemporaneamente.

De sorte que o vezo de remontar a democracia moderna ao mundo grego não pode ser aceito sem restrições. Muito menos supor que nos teria fornecido o modelo apropriado, o único digno de merecer o nome. Deste modo, não parece justificado o rigor teórico manifestado por Dahl, ao sugerir uma outra denominação para a democracia moderna. Sem embargo dessa discordância, sua contribuição, como destacamos, é das mais relevantes.

### - As chances da democracia segundo Huntington

Samuel Huntington é um pensador liberal norte-americano bastante conhecido, tendo estado em evidência, em nosso país, quando se começou a discutir, nos anos setenta, no governo Geisel, os caminhos que deveriam ser empreendidos com vistas à abertura política. Falou-se muito, então, da **teoria da descompressão** devida a Huntington. Nos círculos interessados também é reconhecido como o formulador da doutrina de que toda ingerência militar na política corresponde a indício de baixos níveis de profissionalização. Seu último livro - *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, 1991 - trata das chances da democracia na atual onda liberalizante que percorre o mundo.

Huntington começa por estabelecer que a democracia, como forma de governo, foi definida em termos de **fontes da autoridade** para o exercício do poder, pelos **objetivos** perseguidos pelo Governo e, finalmente, pelo **processo** de constituição dos governos. As duas hipóteses iniciais conduziram a muitas ambigüidades. A concepção de que o procedimento central da democracia reside na seleção de seus líderes através de eleições competitivas alcançou maior fortuna. Segundo Huntington, a mais importante formulação desse entendimento de democracia é devida a Joseph Schumpeter (*Capitalism, Socialism and Democracy*, 1942). Subseqüentemente, tornou-se uma tradição de analistas políticos aderentes a essa postulação (Robert Dahl, Giovanni Sartori, Alfred Stepan, Juan J. Linz, etc.).

A idéia de **Terceira Onda** resulta da democratização subseqüente a 1974. A primeira onda abrange de 1828 a 1926 (de 64 nações independentes, 24 eram democráticas, equivalentes a 45,3%), seguindo-se a brutal reversão ocorrida entre 1922 e 1942 (nesse último ano, as nações independentes haviam se reduzido a 61, e apenas 12 - 19,7% - preservavam sistema democrático). A segunda onda de democratização transcorreu entre 1943 e 1962. Devido à derrocada dos sistemas coloniais, em 1962 o número de estados ascendia a 111, elevando-se as nações democráticas a 36, isto é, 32,4%. A segunda reversão tem lugar entre 1958 e 1975. Em 1973, para 122 estados nacionais havia apenas 30 (24,6%) democracias. Em 1990, as nações democrática equívalem a 58 (30,2% do total), porquanto o número de países se havia elevado a 192. Esta seria a terceira onda.

Huntington procederá à elaboração de alguns modelos. O primeiro parâmetro consiste no posicionamento nas diversas ondas, de que emergiria um primeiro segmento integrado por países que participam dos dois ciclos, isto é, de democratização e de reversão (Argentina, Brasil, Peru, Bolívia e Equador, na América Latina; Turquia e Nigéria em outros continentes). A seu ver, não há propriamente uma alternância de sistemas políticos. O sistema político desses países é que consistiria precisamente nessa incapacidade de consolidar a democracia.

O segundo grupo é integrado por aqueles países que se inseriram no processo de democratização dos sistemas políticos compreendido na primeira onda e não lograram sustentá-lo. Porém, na segunda onda, chegaram a ser bem-sucedidos (Alemanha, Itália, Áustria, Japão, Venezuela e Colômbia) ou estão em vias de alcançá-lo na terceira (Espanha, Portugal, Grécia, Coréia, Checoslováquia e Polônia). A esse modelos denomina de **segunda experiência**.

O terceiro grupamento denomina-se de **interrupção da democracia** depois de tê-la conseguido estabilizar por grandes períodos (Índia, Filipinas, Uruguai e Chile). O quarto modelo é o da **transição** direta (de sistema autoritário estável para a democracia), sendo este o caso de Romênia, Bulgária, Taiwan, México, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Finalmente, o modelo resultante da descolonização.

As principais causas da terceira onda são as seguintes, segundo Huntington: 1) os problemas de legitimação do autoritarismo num mundo em que os valores da democracia tornaram-se largamente aceites; 2) o crescimento econômico sem precedentes posterior a 1960; 3) a mudança de posição da Igreja Católica, resultante do Concílio Vaticano Segundo, que deixou de ser suporte de sistemas autoritários em vários países; 4) a influência externa da Comunidade Européia e dos Estados Unidos na promoção dos direitos humanos e o acolhimento dessa influência pela nova liderança soviética; e 5) o efeito demonstração que a adesão à causa democrática por esse ou aquele país veio a alcançar num mundo onde a comunicação difundiu-se amplamente e tornou-se instantânea.

Além da distinção anterior, referida às próprias ondas de democratização, Huntington atribui grande importância às formas como se deu o abandono do sistema autoritário, se por iniciativa própria, cujo paradigma é a Espanha, ou pela via insurrecional (Portugal). A maneira como tenha ocorrido o fenómeno também traz implicações para a análise subsequente, que é do maior interesse. Trata-se da enumeração dos problemas de que depende a consolidação do processo, bem como a resposta à pergunta quanto às chances de fracasso e reversão.

Esquemáticamente, os problemas que mais influem na consolidação democrática seriam os seguintes: 1º) *atitude diante da tortura* (punição ou esquecimento), desde que pode deixar a nação estancada no passado ou com o sentimento de impotência diante do problema seguinte; 2º) *a questão pretoriana*, isto é, capacidade dos militares de opor-se às reformas ou possibilidade de que trilhem o caminho da profissionalização. Huntington é justamente o autor do estudo clássico *The Soldier and the State* (1957) onde comprova que a ingerência militar na política traduz baixos níveis de profissionalização; 3º) *intensidade dos problemas conjunturais* que podem conduzir rapidamente ao saudosismo do ciclo autoritário. Entre os vários exemplos que suscita, sobressaem os da Alemanha e Espanha. Nos anos cinquenta, a liderança da reconstrução (Adenauer, sobretudo) não tinha qualquer espécie de sustentação interna, situação que se prolongou por um largo período. Huntington louva-se da opinião de estudiosos que concluíram ter a sustentação da República Federal resultado basicamente do ingresso na vida política das novas gerações. O interregno foi, portanto, muito dilatado. Na Espanha, em contrapartida, apesar do agravamento dos problemas (notadamente inflação e desemprego), a opinião encaminhou-se no sentido de apostar em mudanças segundo o próprio modelo democrático e não numa volta ao franquismo; 4º) *a possibilidade de florescer uma cultura favorável à democracia*. Huntington não o diz expressamente mas, pode-se inferir do modelo em que situa o Brasil e a Argentina, que esta é uma circunstância desfavorável de grande peso nos dois países, onde as tradições culturais mais arraigadas não ajudam a democracia; e, 5º) *a institucionalização do comportamento político democrático*. Tal resultado depende de reformas que a própria beneficiária (a elite política) resulta em empreender, como se diz no Brasil em relação ao voto distrital, para citar um exemplo afeiçoado ao que o autor tem em vista.

O livro conclui numa análise das possibilidades de reversão, a exemplo das que surgiram nas **ondas anteriores**. Desse, ângulo atribui certa importância à duração do ciclo democrático subsequente à segunda guerra, bem como o relacionamento externo com o mundo democrático. No que se refere ao último aspecto, considera extremamente favorável a situação dos países que vieram a integrar um bloco democrático, a exemplo do Mercado Comum Europeu. Situa o Brasil entre aquelas nações em que tais circunstâncias são indiferentes ou desfavoráveis, isto é, não há uma influência externa poderosa capaz de criar uma situação irreversível (como seria, por exemplo, o caso da criação do mercado americano, resultante do que se está formando entre EE.UU., México e Canadá, ao qual aderíssemos). Contém ainda uma apreciação das chances (remotas) dos países africanos e islâmicos virem a engrossar a onda democrática.

A obra de Huntington se recomenda a leitura de todos quantos têm responsabilidade no encaminhamento de nossa abertura democrática, que se acha sobrecarregada pela tarefa, simultânea, de abalar o patrimonialismo, razão pela qual reveste-se de idêntica atualidade a obra *Sair do socialismo*, de Guy Sorman. Ambos podem contribuir no sentido de que as lideranças mais expressivas adquiram consciência da complexidade do processo, que requer não apenas atuação persistente mas sobretudo serena e equilibrada.

## TEXTO II – O DEMOCRATISMO NADA TEM A VER COM O SISTEMA DEMOCRÁTICO-REPRESENTATIVO

### - Caracterização geral do democratismo

O democratismo corresponde a uma corrente política que em muitos casos tem sido confundida com doutrinas relacionadas ao sistema democrático-representativo. A confusão advém do fato de que, no momento em que o democratismo faz sua aparição, durante a Revolução Francesa, a experiência do Estado Liberal de Direito estava circunscrita à Inglaterra e não tinha propósitos democratizantes. Em sua primeira fase, tratava-se de consolidar o governo representativo, em oposição à monarquia absoluta. Estabelecia-se então, como condição fundamental para tornar-se eleitor (ou representante) a posse de certos bens que assegurassem uma posição independente em relação ao Estado. A luta em prol de um sistema que se regesse segundo leis de todos conhecidas exigiu grande tenacidade de parte da liderança que obteve esse resultado e impôs um sem número de sacrifícios. A elite proprietária estava disposta a correr tais riscos, livrando-se em troca da ameaça de tudo perder pelo simples arbítrio do Monarca.

O governo representativo configurou-se durante uma prática prolongada. A experiência é que sugeriu a separação e a autonomia dos diversos poderes. O relacionamento entre o Parlamento e o Governo foi fixado após a alternância de muitos governantes, o que deu base à identificação daquilo que independia dessa ou daquela personalidade. As questões consideradas eram muito concretas, como por exemplo a imposição de que os impostos seriam votados anualmente, a fim de consolidar a praxe de reunir-se o Parlamento; mandatos curtos para os representantes, obrigando-os a prestar contas periodicamente aos eleitores, submetendo-os deste modo ao seu controle e vigilância com o propósito de dificultar acordos espúrios com o absolutismo monárquico e assim por diante. O espaço da liberdade frente à onipotência estatal foi sendo conquistado paulatina e sucessivamente.

Enquanto isto, no continente europeu, no mesmo período, isto é, no século XVIII, havia sobretudo teorizações deduzidas de circunstâncias inteiramente idealizadas.<sup>(1)</sup> Veicularam-se doutrinas de nítido cunho romântico, difundindo a crença de que o homem era bom por sua própria natureza. Estragava-o a sociedade, sobretudo a falta de liberdade. Formulação mais ou menos acabada de tais idealizações seria da lavra de Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Coube-lhe estabelecer o denominado princípio da vontade geral, isto é, a tese de que o homem, se chegasse a encontrar uma sociedade onde estivesse a salvo de toda arbitrariedade, a vontade que daí emergisse seria eminentemente moral e digna da melhor acolhida.

Na sociedade idealizada por Rousseau, a vontade geral é interpretada por um homem sábio que esteja acima das paixões e dos egoísmos. As leis tenderiam a alcançar uma espécie de perfeição absoluta. Ao governo não caberia legislar mas expedir os decretos requeridos pela execução das leis. Nesse sistema não há nem democracia direta nem poderes legislativo e executivo autônomos.



No sistema de Rousseau tampouco há lugar para o indivíduo. Enquanto o governo representativo tratava de disputar ao Estado um lugar cada vez mais amplo para os indivíduos, o projeto de Rousseau consistia em sufocar essa dimensão.

A sociedade real de que o liberalismo queria dar conta estava dividida em grupos e interesses conflitantes. A representação era reconhecida como sendo de interesses. O máximo a que estes poderiam chegar em matéria de pacto comum consistia no reconhecimento da legitimidade dos diversos interesses, fixando a premissa requerida para a negociação e o entendimento em lugar do confronto armado, que submetia as nações européias em formação a incessantes guerras civis.

Francisco Martins de Souza (no livro *Evolução histórica do liberalismo*, cap. II) acha que tal reconhecimento constitui o germe da futura democratização do sistema representativo mas partindo de uma circunstância estabelecida concretamente e não de modo abstrato. Eis o que escreve no texto citado:

"Kant vai lançar a idéia de que os interesses são extensivos a todos independentemente do valor desses interesses e assim entende-se o início da democratização da idéia liberal sem cair no democratismo". E acrescenta:

"Mesmo assim a democratização plena ou o governo de todos seria impossível na concepção kantiana, pois o direito de cidadania ainda não era extensivo a toda comunidade e Kant teorizava sobre o fenômeno político observado e este ainda comportava regime de trabalho do tipo servidão que vigorou na Prússia até 1870".

Na hipótese de Rousseau, não havendo conflito real mas apenas dificuldade de encontrar a formulação adequada da vontade geral, a democracia é dada logo como absoluta.

Finalmente, no Estado de Rousseau não há lugar para a tolerância. Devem ser fixados os dogmas indispensáveis à vida civil e os que não se submetam podem ser banidos e desterrados.

### **- Emergência do democratismo com a Revolução Francesa**

As teorizações de Rousseau e outros defensores da excelência da natureza humana tiveram uma aplicação nada romântica durante a Revolução Francesa. A partir de então verificou-se que constituem a base não de um regime democrático mas dos sistemas totalitários que aflorariam plenamente no século XX.

Durante a sua fase inicial, na curta vigência da Carta Constitucional de 1791, a Revolução Francesa - iniciada em 1789 e cujo símbolo comemorativo é a queda da Bastilha, a 14 de julho -, adota o princípio da monarquia constitucional, isto é, de um sistema de governo assemelhado ao da Inglaterra, sem que naquele país se tivesse adotado tal denominação.

Antes de completar um ano, o governo constitucional é derrubado, proclamando-se a República. Entre junho de 93 e julho de 94 vigorou o terror, sendo a guilhotina acionada ininterruptamente. Nos dois últimos meses desse ciclo, apenas em Paris foram guilhotinadas 1.300 pessoas. Afinal, em 95, o país é dotado de uma Constituição

Republicana, sem que cessem as agitações, permanecendo inalcançada a estabilidade política. Semelhante quadro, de uma situação de desordem que se prolongava por dez anos, permitiu ao general Napoleão Bonaparte dar um golpe de Estado a 9 de novembro de 1799. Napoleão manteve-se no poder até 1814. Em 1815 consegue voltar ao governo, mas apenas por 100 dias.

A Revolução Francesa pôs em circulação o protótipo do democratismo, que depois viria a ser aplicado a outras situações.

Num primeiro momento, os revolucionários encarnam a virtude. Expressam a vontade geral. Encontram-se num plano puramente moral não conspurcado por qualquer egoísmo subalterno.

No momento seguinte, toda oposição é logo rotulada de impatriótica. Assim, o grupo que se supõe a própria encarnação da virtude deve, no mais curto prazo, alcançar o monopólio da força. Do contrário corre o risco de ser ultrapassado por outro grupo qualquer que imagina possuir os mesmos títulos.

O democratismo é levado inexoravelmente a dar o passo seguinte e admitir a necessidade de "purificação" do processo. Da premissa de que "todos são bons" passa-se à identificação dos "bons" com os próprios acólitos. A guilhotina na Revolução Francesa - e os batalhões de fuzilamento em outros movimentos - incumbem-se do resto. Sintetizando esse processo no livro *Animal Farm*, Orwell diz que o princípio de que "todos são iguais" exige de pronto uma complementação que formula deste modo: "todos são iguais mas alguns são mais iguais do que os outros".

Os iluminados que sabem precisamente o que o povo quer acabam por estabelecer abertamente uma ditadura. Em relação às situações vigentes sob o autoritarismo, muda apenas a retórica. A privação de liberdade atinge tão-somente "os inimigos do povo".

### **- Fundamentação teórica em Rousseau**

Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, Suíça (1712) e teve uma vida relativamente peregrina, até os 30 anos, quando passa a viver em Paris. Em decorrência da sucessiva migração de residência, não se fixando em nenhuma profissão e mesmo numa opção religiosa (nascido numa família protestante, converte-se ao catolicismo para em seguida abandonar toda crença) teve uma formação desordenada. De todos os modos, quando chega a Paris, em 1742, é culto o suficiente para circular nos ambientes intelectuais da capital e passa a colaborar na *Enciclopédia*. Em 1749 começa a ganhar notoriedade ao receber prêmio da Academia de Dijon. A intenção da Academia era debater a influência da renovação das artes e das ciências no desenvolvimento e elevação cultural. Ao contrário dessa suposta elevação, Rousseau entende que não somente deixam de depurar os costumes como leva-os a corromperem-se. A partir desse *Discurso sobre as ciências e as artes* irá sucessivamente radicalizar sua crítica à sociedade. Em 1754, numa viagem a Genebra, reintegra-se à Igreja Calvinista.

Seria nos anos cinqüenta que Rousseau passa a interessar-se pela política, entendida como mecanismo de reforma social. Em 1754 publica o *Discurso sobre a origem e*

os fundamentos da desigualdade entre os homens e, em 1762, *O contrato social*, livros que contêm o essencial de sua doutrina. A esse projeto reformador acha-se vinculado o texto pedagógico que intitulou *Emílio ou sobre a educação* (1762).

Rousseau deixou um documento autobiográfico (*Confissões*, aparecidas postumamente) que muitos estudiosos consideram como uma espécie de fio condutor psicológico para entender o caráter radical e simplificador de seu pensamento.

A partir do aparecimento do *Emílio*, sua obra é condenada pelo governo francês. Consuma-se o seu isolamento com a expulsão da Igreja pelos calvinistas de Genebra. Volta à vida peregrina, de sucessivos exílios. Morre em 1778, aos 66 anos, sem assistir ao renascimento do interesse por sua obra. Nos anos oitenta reeditam-se os seus livros. Em 1788 Mme. de Staël publica um estudo sobre as suas idéias. Finalmente, com a Revolução Francesa alcança verdadeira consagração. Em 1790 seu busto é triunfalmente carregado pelas ruas de Paris.

A importância da obra de Rousseau prende-se ao fato de que foi associada à Revolução Francesa. Esta, naturalmente, decorreu de várias circunstâncias. Mas em uma de suas fases buscou francamente aplicar as doutrinas do *Contrato social*. Esse conjunto, isto é, as idéias de Rousseau e a experiência da Revolução Francesa deram origem à doutrina política conhecida como *democratismo*, durante algum período chamado de liberalismo radical, denominação imprópria desde que nada tem a ver com a doutrina liberal.

A apreciação negativa que a doutrina protestante, a partir mesmo de Lutero, mantém em relação ao homem, veio a ser exacerbada por Rousseau e transferida para a sociedade. Segundo entende, os sentimentos humanos são originariamente bons. Sua corrupção é da responsabilidade da vida em sociedade. Para superar esse estado de coisas cumpre partir daquilo que o coração tem como evidente. Sentindo-se como um ser humilhado e limitado, ante a imensidade da natureza, o homem soube entretanto descobrir o sentimento de confiança que experimenta em relação ao Deus infinitamente potente e sábio. Para apreender essa relação em sua integral pureza, imprescindível se torna eliminar toda intermediação das tradições sedimentadas pelas religiões positivas. Chega assim ao modelo do que seria a *religião natural* (verdadeira, apropriada), e toma-a por base para corrigir a sociedade.

No plano social, cumpriria eliminar todas as instituições que impedem a legítima expressão do sentimento do homem natural, não corrompido pela cultura. É preciso chegar a uma democracia completa e radical.

Tanto a Revolução Francesa como as manifestações do democratismo nos diversos países do Ocidente, inclusive no Brasil e em Portugal, mostraram onde pode conduzir aquele tipo de idealização. Também a busca de Calvino, por uma comunidade cristã pura, levou a uma feroz ditadura. Nesse tipo de postulação, é inevitável concluir-se que as pessoas corrompidas de forma irrecuperável devem ser eliminadas. E os anos de Terror em Paris demonstraram como alcançá-lo através do uso ininterrupto da guilhotina. A história do século XX serviu também para comprovar que as elocubrações de Rousseau são idênticas às do totalitarismo.

O título completo de *A origem da desigualdade* é o seguinte: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, livro que Rousseau publicou em 1755. Indica que começou a meditar sobre o tema dois anos antes, inspirando-se numa

proposição da Academia de Dijon, entidade da qual merecera um prêmio em 1750. O interesse pela questão da desigualdade será o ponto de partida de sua obra política.

Para Rousseau, quando se instaurou a propriedade, à qual geralmente se atribui a desigualdade, outros passos deveriam ter sido dados naquela direção. Nesse investigação parte da suposição de que existiriam dois instintos básicos, presentes no "homem natural", isto é, anterior à sociedade. O primeiro seria o instinto de conservação. O segundo conforme suas próprias palavras, "nos inspira uma repugnância natural a ver perecer ou sofrer qualquer ser sensível, principalmente os nossos semelhantes". No estudo da natureza não se poderia falar em virtudes ou vícios. Essa avaliação é posterior e nos permite, a partir da presença daqueles instintos, verificar que o homem é bom por natureza, tem uma inclinação social sadia e a desigualdade natural não os afetava. Foi a vida em sociedade que alterou esse quadro.

O texto de que se trata é reduzido, tendo apenas 80 páginas, subdividindo-se em Prefácio, Primeira e Segunda Partes.

A passagem do estado de natureza para a vida em sociedade seria um processo espontâneo. Primeiro agruparam-se, para viver em comum, os que tinham a mesma proveniência biológica. Nascem as famílias que, ainda espontaneamente, acabam por aproximar-se. Dessa aproximação é que se instalam os germes da desigualdade. Afirma: "Jovens de diferentes sexos moram em cabanas vizinhas, o relacionamento passageiro, exigido pela natureza, traz logo outro não menos doce e mais permanente, pelo convívio mútuo. Acostumam-se a considerar diferentes objetos e a fazer comparações; adquirem insensivelmente idéias de mérito e de beleza, que produzem sentimentos de preferência. À força de se verem já não podem passar sem se ver novamente. Um sentimento doce e terno insinua-se na alma e, à menor oposição, torna-se um furor impetuoso: o ciúme desperta como amor, a discórdia triunfa, e a mais doce das paixões recebe sacrifícios de sangue humano" (Segunda Parte). Como se vê, originariamente a vida selvagem consiste em algo róseo e bucólico. Em contrapartida, na sociedade, o que era tenro transforma-se em violência.

A idéia de merecer consideração de outrem dá origem aos primeiros deveres de civilidade, mesmo entre os selvagens, mas também, a partir daí, qualquer agravo torna-se ultraje. "Foi assim que, punindo cada qual o desprezo que lhe haviam demonstrado de uma maneira proporcional à importância que atribui a si mesmo, as vinganças se tornam terríveis e os homens sanguinários e cruéis". Tal é o sistema de raciocínio a que recorre Rousseau para identificar a origem dos vícios e das maldades que, a seu ver, caracterizam a sociedade dos homens. Originariamente é um impulso altruístico que determina a ação isolada. Esta, em contato com outros homens, degenera, mais das vezes de forma irremediável.

O trecho é algo extenso mas expressivo: "Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar suas roupas de peles com espinhos de plantas ou espinhas de peixe; a enfeitar-se com penas e conchas; a pintar o corpo com diversas cores, a aperfeiçoar ou embelezar seus arcos e flechas... enquanto se aplicaram apenas as obras que um homem podia fazer sozinho e às artes que não precisavam do concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza... Mas a partir do instante em que um homem necessitou do auxílio de outro, desde que percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se

transformaram em campos que cumpria regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e medrarem com as searas".

No que respeita á origem do poder político, o contexto em que o situa é muito próximo daquele descrito por Hobbes, segundo o qual tratava-se de "uma guerra de todos contra todos". Parece a Rousseau que o desenvolvimento das atividades produtivas levou a uma tal ocupação das áreas disponíveis que, sua expansão somente poderia advir do emprego da violência. Os que não se tornaram proprietários, por sua vez, foram escravizados. Os ricos, escreve, comportaram-se "como esses lobos famintos que, tendo provado uma vez carne humana, rejeitam qualquer outro alimento e só querem devorar homens" e pensam exclusivamente em usar seus escravos para submeter outros novos. Às usurpações dos ricos seguem-se as pilhagens dos pobres. Conclui: "À sociedade nascente seguiu-se um terrível estado de guerra; o gênero humano aviltado e desolado, já não podendo voltar atrás nem renunciar às infelizes aquisições que fizera e trabalhando apenas para a sua vergonha, pelo abuso das faculdades que o dignificam, colocou a si mesmo às portas de sua ruína".

Os ricos deram-se conta de que, para proteger seus interesses teriam que recorrer a algum artifício, buscando empregar em seu favor as próprias forças daqueles que os atacavam. E assim, a questão do governo apresentou-se não para defender seus interesses, seu verdadeiro propósito, mas o de "resguardar os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada qual a posse do que lhe pertence", e assim por diante. Tratando-se, geralmente, de homens grosseiros, aceitaram tais argumentos e "correram ao encontro de seus grilhões". Assevera, finalmente: "Tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que criaram novos entraves para o fraco e novas forças para o rico, destruíram em definitivo a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma hábil usurpação fizeram um direito irrevogável e, para o lucro de alguns ambiciosos, sujeitaram daí para a frente todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria".

A proposta contida em *O contrato social*, que viria a publicar alguns anos mais tarde, em 1762, traça o esquema destinado a reverter o quadro deveras melancólico que entrevê na sociedade de seu tempo, esquema que, num de seus momentos mais dramáticos, o que passou à história com o nome de Terror, a Revolução Francesa cuidou de levar à prática.

*O Contrato Social* foi publicado em 1762. Aparentemente insere-se no grande debate iniciado por Hobbes sobre a instituição da sociedade civil, distinta do estado de natureza, e das razões pelas quais os homens preferiram dispor de um governo ao invés de preservar aquele estado originário. Hobbes havia postulado que este último acabara consistindo numa guerra de todos contra todos, exigindo-se a presença de um soberano para impor a ordem. Admitindo que a sociedade civil fora precedida pelo estado de natureza, Locke partiu da hipótese de que os homens decidiram restringir a própria liberdade a fim de preservar a propriedade. Optaram portanto pela existência da lei. Da tese de Hobbes resulta a preferência pela monarquia absoluta enquanto, a partir de Locke, o Legislativo é que se constitui como poder supremo. Mais tarde esse regime foi denominado de monarquia constitucional.

Rousseau adota todos os mencionados conceitos mas atribui-lhes sentido totalmente diverso a partir de uma novidade que introduz no debate: a noção de vontade geral.

Como escreve na obra em apreço, "os homens retos e simples são difíceis de enganar em virtude de sua simplicidade". O regime que pudesse basear-se na expressão de sua vontade evidenciaria de pronto em que consiste o bem comum, exigindo sua estruturação pouquíssimas leis. A descrença nessa possibilidade resulta do fato de que, por toda parte, o Estado seja mal constituído.

Para conceber o melhor regime - ainda que os homens não possam aspirar à perfeição, atributo divino - parte de duas idealizações. Primeira: o homem é bom por sua própria natureza, a sociedade é que o corrompeu. Segunda: a democracia antiga estaria próxima do melhor regime possível, fornecendo-nos o modelo a partir do qual podemos conceber o que nos convém. Seu modelo de democracia é basicamente Roma.

Os passos seguintes dão-se na direção do que se convencionou chamar de *democratismo*, isto é, uma justificativa do poder pessoal que, experimentado durante a Revolução Francesa marcou o denominado período do Terror (junho, 1793 julho, 1794), quando a guilhotina funcionou ininterruptamente e, nos dois últimos meses, apenas em Paris, foram guilhotinadas 1.300 pessoas. E, no século XX, os regimes totalitários na Rússia e no Leste Europeu.

Embora os homens sejam bons por natureza., a sociedade pode tê-los corrompido de forma irreversível. Escreve em *O Contrato Social*: "Os povos, assim como os homens, só são dóceis na juventude; ao envelhecer, tornam-se incorrigíveis; uma vez estabelecidos os costumes e enraizados os preconceitos, é empresa vã e arriscada pretender reformá-los; o povo não pode sequer admitir que se toque em seus males para destruí-los, como esses doentes estúpidos e pusilânimes que tremem à simples presença do médico". (Livro II; cap. VIII)

A circunstância descrita exige obra de destruição, como afirma: "O que torna penosa a obra de legislação não é tanto o que cumpre estabelecer como o que cumpre destruir; e o que torna o sucesso tão raro é a impossibilidade de encontrar a simplicidade da natureza unto com as necessidades da sociedade. Todas essas condições, é verdade, dificilmente acham-se reunidas. Eis porque se vêem poucos estados bem constituídos". (Livro II; cap. X)

Rousseau condena francamente o governo representativo que estava sendo experimentado na Inglaterra. Em que pese o fato de que, desde a Revolução Gloriosa de 1688, ao longo de portanto quase um século, tenham cessado as guerras civis, escreve o seguinte: "Os deputados do povo não são nem podem ser os seus representantes; são simples comissários, e nada podem concluir definitivamente. Toda lei que o povo não tenha ratificado diretamente é nula, não é uma lei. O povo inglês pensa ser livre, mas está redondamente enganado, pois só o é durante a eleição dos membros do Parlamento; assim que estes são eleitos, ele é escravo, não é nada. Nos breves momentos de sua liberdade, pelo uso que dela faz bem merece perdê-la". (Livro III; cap. XV) .

Ao invés de escolher representantes, o povo deve expressar-se diretamente em assembleias: "O povo reunido - dir-se-á -, que quimera. É uma quimera hoje, mas não o era há dois mil anos. Será que os homens mudaram de natureza?" Em vários momentos históricos, em diversos países e não só durante a Revolução Francesa - , tentou-se o assembleísmo A prática evidenciou a facilidade da manipulação da tão louvada "vontade geral". E quando isto não foi possível, recorreu-se ao terror, na França, ao chamado "massacre do Rossio", em

Portugal, no curso do movimento revolucionário de 1837 e, sob os comunistas, no século passado, à eficácia da polícia política.

Rousseau não fala diretamente em manipulação. Mas reconheceu a necessidade de um intérprete (privilegiado) da vontade geral. Avançou também a sua preferência pelo sorteio na escolha dos governantes ao invés de eleições. Diz taxativamente que "o expediente do sorteio está mais na natureza da democracia ... (porquanto) em qualquer democracia a magistratura não é uma vantagem mas uma carga onerosa que não se pode, com justiça, impor mais a um particular do que a outro". (Livro IV; cap. III)

Não falta ao arrazoado a justificação da ditadura, a pretexto de "salvação nacional".

*O Contrato Social* contém todos os ingredientes que explicam o desenrolar da Revolução Francesa. Os argumentos para desencadeá-la consistiam na atribuição da soberania exclusivamente ao povo e na tese do caráter provisório da forma monárquica. Como de fato ocorreu nas Cortes Gerais, segundo havia estabelecido, à assembleia popular, em que deve expressar-se a vontade geral, incumbe preliminarmente decidir se "apraz ao povo deixar a administração ao que delas se acham atualmente incumbidos". De igual modo, a consigna Liberdade, Igualdade e Fraternidade inspirou-se no livro. Também se tentou implantar uma religião sem interferência das igrejas, ministrada diretamente pelo Estado, a que Rousseau denominara de religião civil.

### **- O democratismo na cultura luso-brasileira**

O democratismo corresponde a uma longa tradição em nossa cultura. O primeiro contato mais impactante que tivemos com o governo representativo deu-se por meio da Revolução do Porto de 1820. Esse movimento tinha motivação diversificada. Entre os elementos unificadores mais importantes encontrava-se o desejo de promover a volta do Rei, ausente, no Brasil, há mais de dez anos. Nesse período o país fora vítima de sucessivas invasões estrangeiras. A guerra durou sete anos e produziu uma grande destruição. Morreram mais de cem mil pessoas. As cidades haviam sido saqueadas e devastadas enquanto a economia agrícola fora completamente desorganizada.

Terminado o conflito, o comando do exército manteve-se em mãos de oficiais ingleses. A insatisfação dos oficiais portugueses com essa situação foi reprimida ferozmente em 1817, enforcando-se os implicados, entre eles militares de muito prestígio, conquistado durante a defesa do país. Na época da Revolução do Porto havia cem mil homens em armas e sua manutenção consumia 75% das receitas públicas.

Tudo isto seria sanado com a volta de D. João VI, acreditava-se. Seu retorno promoveria a reconstituição das instituições e certamente a sua modernização, consoante a tendência do tempo. A Revolução do Porto atendia assim a profundas aspirações nacionais. Acontece que o movimento foi empolgado por partidários do democratismo<sup>(2)</sup> e o país acabou sendo arrastado a uma situação de instabilidade política seguida de prolongada guerra civil.

Caracterizando o comportamento dessa liderança, José Hermano Saraiva escreve o seguinte: "Quase todos os deputados com formação universitária eram formados em Direito; o formalismo, a submissão do real ao conceitual e a ilusão de que são as leis que moldam os países estarão presentes em toda a sua obra legislativa. Eram, finalmente, ideólogos românticos, por vezes de exaltação mítica, com a qual substituíam uma completa inexperiência das contradições políticas; o caráter radical da Constituição que elaboraram, a atitude assumida para com o rei quando este regressou; o conflito com o cardeal-patriarca, que foi expulso do País; a recusa de um parlamento bicameral (solução preconizada pelos elementos mais moderados como forma de diminuir a hostilidade das classes privilegiadas), são alguns dos resultados desse idealismo".

A Constituição elaborada por tal liderança, inspirada na Carta espanhola, segundo o mesmo autor, adotava os seguintes princípios: "idéia da soberania nacional - o único verdadeiro soberano é a nação, não o rei. À nação compete declarar a vontade coletiva, e essa vontade exprime-se na lei. Para isso elege a Nação os seus representantes, só estes podem fazer a lei; supremacia do *poder parlamentar sobre o poder real* - as Cortes são constituídas por uma só câmara, de mandato bienal, e eleita por sufrágio universal e direto, excluídos analfabetos, mulheres e frades. Exercem as suas atribuições sem dependência alguma. O rei não pode suspender as Cortes, dissolvê-las ou interferir no seu funcionamento. Compete-lhe apor, nos projetos de leis, a sanção e ordem de publicação. No caso de recusa, o projeto voltará às Cortes e, desde que aprovado por dois terços, o rei é obrigado a sancionar; *limitação da autoridade real* - o rei só tem, em princípio, a autoridade que a Nação lhe atribui, nos termos da Constituição. É o rei o chefe do poder executivo, que exercerá através de secretários de Estado por ele nomeados; mas as Cortes podem nomear os secretários de Estado quando perigar a liberdade da Nação ou o sistema constitucional. As decisões do rei só serão válidas quando assinadas pelos respectivos ministros. E nem o rei nem os ministros poderão tomar qualquer iniciativa legislativa".<sup>(3)</sup>

O país foi inexoravelmente dividido entre partidários da monarquia absoluta (chamados de miguelistas, em decorrência da liderança de D. Miguel, irmão de D. Pedro) e partidários do democratismo. Na década de vinte, o Parlamento foi fechado. A guerra civil campeou de 1828 a 1834. Abdicando da Coroa do Brasil, D. Pedro envolveu-se naquele conflito e conseguiu recompor o sistema constitucional. Depois de sua morte, em setembro de 1836, o democratismo consegue novamente empolgar o poder e mais uma vez Portugal é arrastado à instabilidade, formando-se inclusive uma organização paramilitar, a Guarda Nacional, em que se apoiava o democratismo. O mais ativo desses batalhões, o dos *arsenalistas*, formado por trabalhadores do Arsenal e comandados por um dos chefes da Revolução de Setembro, deixara crescer as barbas, ao que se dizia, "para meterem mais terror à população inerme da Capital". Impossibilitada de governar, a parte daquela liderança que se achava no poder decidiu-se por dar uma demonstração de força. Na noite de 13 de março de 1838, as tropas do governo cercaram os arsenalistas no Rossio e os metralharam.

O massacre do Rossio passou a se constituir um símbolo do exercício do poder pelo democratismo. Partindo de idealizações absurdas, cria uma situação de ingovernabilidade, ensejando soluções de força.



Ao contrário de Portugal, no Brasil o democratismo não conseguiu chegar ao poder no ciclo da Independência. Mas, até o *Regresso* de 1840, impediu virtualmente que se organizassem as instituições do sistema representativo.

Em seguida à proclamação da República, fez nova aparição no cenário nacional. Na década de noventa criou mais uma situação de ingovernabilidade. Naquela oportunidade, ao contrário dos anos quarenta, os liberais foram derrotados e a República optou pelo encaminhamento autoritário.

No século XX, em sucessivas ocasiões o democratismo contribuiu para o endurecimento do regime, a exemplo da década e trinta e dos anos sessenta. A dupla Goulart-Brizola, no poder, assustou de tal modo a população que esta saiu às ruas pedindo o seu afastamento, levando ao desfecho de março de 64. Sob os governos militares, aderiu ao terrorismo e à luta armada, dificultando a volta dos militares aos quartéis, pretendida pelo oficialato profissional. No começo da abertura dos anos 80, tudo fez para impedir a governabilidade, ação que desembocou na Constituinte. A Constituição de 88 tem a sua trama, de que o país não logrou livrar-se.

Evoluiu também para uma feição que foi denominada de *populismo*.

## TEXTO III – GRUPOS DE PRESSÃO

### - Grupos de Pressão e Partidos Políticos

No sistema democrático-representativo, incumbe aos Partidos Políticos a representação de interesses. Como estes são extremamente diversificados, cabe àquelas agremiações congregá-los em torno de propostas unificadoras. Por isto diz-se que o Partido Político afunila os interesses. Para tanto, deve dispor de uma proposta clara de organização das sociedade.

Assim, por exemplo, a agremiação que se pretenda liberal defende o Estado de Direito, preconizando que se estruture de forma a subordinar-se ao controle da sociedade, isto é, evitando toda espécie de agigantamento das máquinas burocráticas e regulamentação excessiva da vida social; e, ainda, recusando a igualdade de resultados em prol da igualdade de oportunidades.

Os socialistas, por sua vez, também se agrupam em torno de princípios gerais, defendendo o Estado de Direito mas despreocupando-se de suas dimensões, na medida em que supõem possa o Estado situar-se acima dos interesses. Sonhando ainda com a igualdade de resultados, acabam por fomentar toda classe de regulamentos, prejudicando o funcionamento da economia de mercado.

Embora provenientes deste último segmento e mantendo-se fiéis à maioria dos mencionados princípios, os sociais democratas renunciam às políticas tendentes a promover a igualdade de resultados, assegurando maior liberdade à economia, embora terminem por afetá-la desde que não receiam o gigantismo do Estado. Este sempre acarreta carga tributária em níveis que reduzem a capacidade competitiva das atividades locais, incapacitando-as a alcançar posição destacada numa economia globalizada.

Mesmo no interior dos segmentos que se aglutinam em torno de qualquer dos mencionados núcleos de princípios gerais, os conflitos não desaparecem.

Nos países desenvolvidos em que o Estado interfere pouco na seguridade social, limitando-se a programas de renda mínima ou circunscrevendo as contribuições compulsórias aos patamares básicos das aposentadorias, cresce o número de categorias desinteressadas de questões tais como salário mínimo ou formas de poupança compulsória do tipo FGTS, preferindo que o Estado fiscalize e garanta a aposentadoria complementar bem como exerça o imprescindível controle sobre as empresas que oferecem seguro desemprego ou seguro saúde. No caso brasileiro, a rigidez da legislação trabalhista atende apenas aos sindicatos, configurando interesses em minoria. A maioria encontra-se no mercado informal. Se lhe fosse facultado o direito de facultar o chamado *lobbie*, presumivelmente o Parlamento seria mais sensível à pretensão de mudar a legislação trabalhista. O exemplo serve para diferenciar a atuação dos grupos de pressão do que se denomina pejorativamente de “advocacia administrativa”.

Situações parecidas ocorrem no meio empresarial.

Em síntese, a livre atuação dos grupos de pressão pressupõe a existência de cultura na qual reconheça-se a legitimidade dos interesses. No Estado de Direito, aquilo que

não pode ser negociado figura claramente nas Constituições, geralmente nesta forma: o Parlamento não receberá propostas tendentes a desmembrar parte do território nacional ou desfigurar a organização dos Poderes,<sup>(1)</sup> etc. No Brasil, como não existe tal cultura, os interesses de grupos e segmentos da sociedade costumam ser apresentados como se dissessem respeito diretamente ao interesse nacional. As chamadas organizações não-governamentais que se vêm formando no país costumam comportar-se desta forma, quando na verdade suas propostas atendem a determinados interesses e, nem por isto, deixam de ser legítimas.

O texto a seguir, da autoria de Leda Boechat Rodrigues, dá uma idéia do debate em torno do tema nos principais países ocidentais.

## - A Prática dos Grupos de Pressão e de Interesse

Leda Boechat Rodrigues (Do Instituto Histórico e Geográfico)

### 1. Lobby e Lobbyists

A palavra inglesa *lobby* (plural *lobbies*), de origem grega, significa originalmente uma passagem, galeria, pórtico, corredor ou ante-sala ligados a uma sala maior ou série de salas à qual ou às quais conduzem. Passou depois em Ciência Política a denominar as atividades de pessoas (*lobbyists*) que, através de contato com membros do governo, procuram influenciar decisões políticas ou a aprovação ou rejeição de leis pelo Poder Legislativo.

O primeiro cientista político a usar a palavra *lobby* nesse sentido ampliado foi Arthur F. Bentley, em sua obra pioneira *The Process of Government*, publicada em 1908, onde afirmou a impossibilidade de continuar-se a estudar o processo governamental pelos métodos puramente jurídicos ou institucionais até então utilizados pelos publicistas. Era necessário, proclamou Bentley, encarar realisticamente a atividade política e as pressões dos grupos de interesse (*lobbies*) sobre o executivo, o legislativo, o judiciário, os partidos políticos e o próprio eleitorado.

Apesar da importância do campo assim aberto por Bentley para a pesquisa e a elaboração de estudos políticos, somente em 1928 esses conceitos foram incorporados definitivamente ao instrumental dos cientistas políticos, diante da publicação da obra também pioneira de Pendleton Herring, *Group Representation*.

Segundo Herring, desenvolve-se nos Estados Unidos com a representação dos grupos econômicos perante o Congresso um mecanismo extralegal de natureza tão completa e tão influente quanto o sistema partidário, que há tanto tempo era estudado como parte essencial do governo. Durante um quarto de século, apenas os autores americanos se aplicaram ao estudo particular dos grupos de pressão, com exceções insignificantes de autores de outra nacionalidade. E surgiram então, por exemplo, livros sobre a luta dos importadores e a pressão por eles exercida sobre o Congresso por ocasião da discussão das tarifas em 1929-1931; os grupos de pressão em Nova Iorque; a influência da Ordem dos Advogados dos EUA sobre a opinião pública e a legislação; as pressões exercidas sobre o legislativo de New Jersey, estado em que funciona a principal sede da *Standard Oil*; a vida política da Associação Médica Norte-Americana; as pressões exercidas sobre o Congresso para a ab-rogação da lei

proibitiva da imigração chinesa; as pressões exercidas pela Igreja, pelos veteranos de guerra e, na política externa, pelos militares; o papel desempenhado pelos profissionais em relações públicas na geração e no uso do poder político.

Além desses trabalhos especiais avultam, sobretudo, os estudos sobre o mundo dos negócios e o trabalho organizado e, em menor escala, sobre a agricultura.

De todos esses trabalhos se verifica que além da espantosa proliferação dos grupos de pressão houve, também, uma mudança acentuada de suas táticas.

De início, o *lobby*, visto restritamente como a cabala nos corredores do Congresso, consistia sobretudo na influência direta e recorria freqüentemente ao suborno. Passou-se, depois, a dar grande ênfase à propaganda e à criação de atitudes públicas favoráveis às pretensões de determinados grupos.

Segundo a conclusão da comissão parlamentar encarregada de investigar o *lobbying* (1950), os grupos de pressão haviam modificado os seus métodos de ação. Em lugar de tentarem "influir diretamente na feitura das leis", eles já então procuravam "criar uma aparência de apoio público às suas pretensões".

E isso era facilitado, acrescentavam os parlamentares, pela prática corrente nos Estados Unidos, até nos melhores jornais, de dar, quando lhes convinha ou convém, à propaganda inspirada pelos grupos econômicos o mesmo tratamento dispensado às notícias da redação.

## **2. Correntes a Favor e Contra o *Lobbying***

Os estudiosos dos grupos de pressão dividem-se muito claramente em duas correntes. Uma sustenta que a ação dos mesmos suplementa, nos Estados Unidos, a dos partidos políticos, geograficamente mal distribuídos, de caráter amorfo, e cuja principal atividade se esgota na eleição presidencial. Na sua opinião, os grupos de pressão promoveriam o interesse público e exerceriam um verdadeiro direito de petição, protegido pela Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, permitindo às minorias obter um mínimo de justiça. Sua representação incluiria mais do que a advocacia de providências favoráveis aos grupos, estendendo-se, também, à contínua vigilância do processo legislativo, a fim de apontar e, tanto quanto possível, evitar as ameaças aos grupos interessados, contidas em cláusulas aparentemente inócuas.

A outra corrente insiste, sobretudo, nos graves inconvenientes da ação dos grupos de pressão, a saber, a luta desenfreada de interesses particulares em detrimento do interesse geral; o poder sem responsabilidade; a desunião dos membros da comunidade; e na sua contribuição para aquilo a que se poderia chamar a dispersão ou atomização do poder.

## **3. Lei reguladora do *lobbying* (1946) nos EUA**

Partindo do pressuposto de que seria impossível evitar a existência dos grupos de pressão e sua ação junto ao governo, o Congresso dos Estados Unidos aprovou, em 1946, a lei reguladora do *lobbying*. Esta lei exige a publicidade de todas as quantias gastas com o fito de influir na aprovação de leis federais. E em 1950 foram divulgados publicamente os resultados dos inquéritos levados a cabo pela comissão parlamentar incumbida de investigar o assunto.

Provocada em dois casos, a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou, no segundo, a constitucionalidade da lei de 1946, mas restringiu o número de grupos obrigados a registrar-se e as informações prestadas pelos mesmos.

De 1946 até 1957 registraram-se 4.806 *lobbyists*. Em 1957, tendo em vista a interpretação restritiva da lei de 1946 pela Suprema Corte, o Comitê McClellan submeteu à aprovação do Senado um relatório que serviu de base à redação de um novo projeto de lei (Senate 2191, *Legislative Activities Disclosure Act*), visando mais a obter dados sobre os grupos de pressão do que a regulamentá-los.

#### 4. Grupos de Pressão e Grupos de Interesses

Coube a David B. Truman tentar uma reformulação do papel dos grupos no processo político, em sua obra *The Governmental Process Political interests and public opinion* (O Processo Governamental. Interesses políticos e a opinião pública) publicada em 1951.

Truman adota em lugar de "grupos de pressão", que supõe a inspiração apenas de motivos econômicos, a denominação "grupos de interesse", significando "qualquer grupo que, baseado em uma ou mais atitudes compartilhadas, faz certas exigências a outros grupos sociais, para o estabelecimento, manutenção ou melhora das formas de comportamento implícitas nas atitudes compartilhadas".

Esta definição permite a identificação de vários grupos potenciais, assim como a dos já existentes, e inclui, também, os grupos de pressão, em que os grupos de interesses podem transformar-se a qualquer momento.

As atividades desses grupos constituem um processo dinâmico e as influências estão em constante mutação. A maior parte dos grupos se diz a-política, mas, na verdade, em face da multiplicidade de pontos de acesso do sistema de governo nos Estados Unidos, eles estão quase sempre procurando influir direta ou indiretamente.

A ação política dos grupos organizados não é, porém, diz Truman, um fenômeno peculiarmente norte-americano. "Grupos políticos na Grã-Bretanha abrangem áreas tão extensas da vida social britânica quanto os mesmos grupos nos Estados Unidos".

Também na França, acrescenta, "grupos organizados de homens de negócios, de trabalhadores e de agricultores, para não falar na Igreja Católica, tiveram papel central no processo de governo, antes e depois da II Guerra Mundial".

E David B. Truman vai mais além, ao sustentar que se poderia estudar o desenvolvimento desses grupos na Suécia, "onde se tornaram não apenas veículo de exigências políticas, senão também, em notável grau, órgãos administrativos do Estado".

A existência de grupos de pressão em outros países já começava a ser admitida, mas não fora ainda tão enfaticamente afirmada. Ainda em 1950, num volume editado pela Unesco sobre a Ciência Política contemporânea, contendo inúmeras colaborações, apenas um dos artigos versava sobre o tema dos grupos de pressão e, o que é muito significativo, referia-se aos Estados Unidos.

Era, porém, impossível continuar a ignorar a realidade. "Descobertos", afinal, os grupos de pressão fora dos Estados Unidos vêm merecendo, nos últimos anos, considerável número de estudos dos cientistas políticos.

## 5. Grupos de Pressão na Grã-Bretanha e na França

A "descoberta" de grupos de pressão na Grã-Bretanha foi fácil, pois ali, como mostrou o professor Samuel H. Beer, elas existiam pelo menos desde o século XVIII - bastando lembrar as várias organizações que se bateram pela reforma parlamentar de 1700-1790 -, e eram "numerosos, maciços, bem organizados e altamente eficientes." Vai adiante o mestre da Universidade de Harvard, ao escrever: "Se dispuséssemos de algum meio de medir o poder político, possivelmente poderíamos demonstrar que, neste momento, eles são mais poderosos na Grã-Bretanha do que nos Estados Unidos".

Embora pareça estranho, admite-se como prática normal que membros do Parlamento aceitem remuneração para promover determinados interesses. Desde 1780, informa Beer, parece que jamais a Câmara dos Comuns deixou de contar em seu seio com representantes que mantivessem relações dessa espécie com pessoas ou órgãos alheios à casa. Tal singularidade encontra, porém, seu corretivo no gênio político inglês e no poder de adaptação do próprio Parlamento.

O professor A. Lawrence Lowell, em sua obra *The Government of England* (O Governo da Inglaterra), publicada em 1908, observava que se o sistema de projetos de leis privadas (*private bills*) acarretava o defeito de levar a "uma falta de atenção suficiente aos interesses do público", por outro lado apresentava o mérito de permitir a remoção de projetos de leis privadas e locais do âmbito da discussão política, uma vez que atribuía o exame de tais projetos de lei, a pequenas comissões legislativas imparciais. Permitia-se, assim, que a atenção do Parlamento se concentrasse nas questões públicas.

Lowell acrescentava que "um ministério permanece ou cai, na Grã-Bretanha, em virtude de suas realizações legislativas e administrativas e não porque ofendeu um membro do Parlamento opondo-se às exigências de uma companhia poderosa, ou um outro, pelo fato de ignorar os desejos de uma entidade local".

Quarenta anos depois, em 1948, Sir Ivor Jennings, em sua obra clássica *Parliament*, afirmava ser característico do sistema parlamentar britânico que "todos os projetos de lei importantes e a maioria dos outros projetos de lei aprovados têm origem no governo. Os poderes dos membros individualmente são rigidamente limitados". Na França, a

partir de 1947, e principalmente depois de 1951, patenteou-se a ação cada vez mais ativa dos grupos de pressão, ávidos de beneficiar-se da luta dos partidos contra a República e da fraqueza do Governo.

Em dezembro de 1949 e janeiro de 1950, durante a votação do orçamento, atingiram tal extremo e se altearam a tal arrogância as ameaças e a pressão dos grupos de interesses, que suscitaram represálias e amargos projetos no Parlamento e na imprensa.

Passaram, então, a ser objeto de vários estudos sobre o poder político e o poder econômico desses grupos; o sindicalismo agrário na França de pós-guerra; os ex-combatentes e a política; a Confederação Geral das Pequenas e Médias Empresas; o Movimento Poujade; os advogados e a política; a imprensa a serviço dos grupos de pressão; o mundo dos negócios e o trabalho organizado.

Embora inexista na França o lobbying oficialmente organizado, escrevia Maurice Duverger em 1955, "o *lobbying* oficioso é muito ativo, sem dúvida, muito eficaz".

E Bernard E. Brown chegou a afirmar que a importância dos grupos de pressão na França era "maior que na Grã-Bretanha ou até mesmo nos Estados Unidos". Na sua opinião, a fraqueza dos governos franceses oferecia aos grupos privados maiores oportunidades de modificar o curso da ação política em seu próprio favor.

O professor Georges Burdeau foi ainda mais longe, afirmando que os grupos de pressão "são hoje o próprio poder". Quando uma questão interessa aos seus membros, eles tomam efetivamente a decisão, limitando-se as instituições governamentais apenas a "impor-lhe o selo do processo legal". Segundo Burdeau, "é ainda considerável, sem dúvida, o número de organismos cuja finalidade única se resume em obter dos governantes certas vantagens materiais. E existem outros que não apenas exploram o poder, mas o exercem".

É a consulta dos interesses dos vários grupos sociais, assim, um traço comum a todos os governos democráticos ocidentais. A crescente intervenção governamental para corrigir os abusos do poder econômico ou com a mira em "fins de reforma social, estabilidade econômica e defesa nacional conduziu a delegação de poderes reguladores aos órgãos administrativos e à crescente participação dos grupos de interesses na tomada de decisões nesse nível".

Deve-se notar, ainda, que a proliferação de órgãos consultivos facilitou a penetração dos interesses privados no sistema governamental. Por outro lado, as comissões parlamentares já foram denominadas "fachada institucional para as operações dos grupos de pressão". afirma Burdeau, pelas oportunidades oferecidas a certas organizações de defenderem com grande eficiência seus interesses, limitando-se drasticamente o tempo de que dispõe a oposição para opor-se às decisões da maioria governamental.

O ano de 1958 marcou o aparecimento de importantes contribuições para a exploração da natureza do governo na Grã-Bretanha e na França, representadas pelos livros de J. D. Stewart, *British Pressure Groups. Their role in relation to the House of Commons* (Grupos de Pressão Britânicos. Seu papel em relação à Câmara dos Comuns), S.E. Finer, *Anonymous Empire. A study of the lobby in Great Britain* (Império Anônimo. Um estudo do lobby na Grã-Bretanha) e Jean Meynaud, *Les groupes de pression en France* (Os Grupos de Pressão na França).

Como a confirmar o alargamento do interesse pelo assunto, foi também tirado a lume em 1958, editado por Henry H. Ehrmann, o volume *Interest Groups on Four Continents* (Grupos de Interesse em Quatro Continentes), englobando estudos sobre os grupos de pressão na Austrália, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Suécia, Estados Unidos e Iugoslávia.

O livro de J. D. Stewart vale, segundo um crítico autorizado, por uma demonstração de que, em termos de democracia parlamentar, o povo, em abstrato, é um mito semelhante ao bom selvagem de Rousseau. Deixando de lado as máquinas partidárias que nomeiam e, em grande parte, controlam seus membros, o Parlamento não é hoje apenas o reflexo dos eleitores, pois aí se desenvolveu uma forma de representação de grupos que supera os corpos eleitorais distribuídos geograficamente e faz pesar muito mais fortemente a influência dos interesses especiais na balança legislativa do que a de qualquer agregado irrelevante de eleitores ocasionais.

A maioria da população é relativamente apática e sua única atividade política se reduz ao ato de votar. A mesma apatia se observa nas associações de classe, onde as minorias decidem e a maioria acompanha.

Na fase de preparo das leis, os grandes interesses são quase invariavelmente consultados e exercem pressão sobre os parlamentares. Na Grã-Bretanha por exemplo, não é raro parlamentares notoriamente ligados a certos interesses especiais promoverem campanhas em favor dos mesmos.

Stewart julga haver muito maior perigo no *lobbying* encoberto praticado na Grã-Bretanha do que nos dos *lobbyists* nos Estados Unidos, cujos contatos e antecedentes são publicamente inspecionados.

E reconhece, até certo ponto, como a maioria dos autores norte-americanos atuais, a utilidade da ação dos grupos de pressão, entendendo que estes, pelos seus interesses contraditórios, ajudam a criar condições para uma discussão equilibrada dos assuntos em foco.

S.E. Finer distingue entre os grupos "auto-orientados", mais, poderosos, e os grupos "promocionais", que representam causas e não interesses econômicos. Favorável à maior publicidade das atividades dos grupos de pressão na Grã-Bretanha, estuda sua atuação não somente no tocante ao Parlamento, como ainda no tocante à administração e aos partidos políticos.

O livro de Jean Meynaud contém uma análise sistemática dos grupos de pressão na França, discute os elementos determinantes de seu poder relativo, analisa suas táticas e avalia sua posição no sistema político francês.

Procura, por outro lado, vê-los no complexo da estrutura política e econômica do país e dos conflitos ideológicos ali dominantes. Levanta importantes problemas metodológicos e assinala, como antes fizera David B. Truman, que em face dos conhecimentos atuais, da ausência de estudos históricos e da inexistência de um quadro sistemático, fica-se reduzido, em muitos pontos, a simples impressões ou conjecturas.



Os estudos mais penetrantes permanecem, quanto ao essencial, no plano das verificações empíricas; seus atores raramente formulam generalizações, sem as quais uma disciplina científica está votada à esterilidade.

Aliás, não seria provavelmente exagerado dizer-se, como observou Robert A. Dahl, que, até o presente, dispomos apenas de estudos muitos minuciosos e conscienciosos das técnicas dos grupos de pressão, e muito poucas provas válidas sobre o seu bom êxito.

## 6. Grupos de Pressão na Alemanha Ocidental

Devemos aos professores Karl W. Deutsch e Lewis J. Edinger, autores da obra *Germany rejoins the powers. Mass opinion, interest groups, and elites in contemporary German Foreign Policy* (A Alemanha reúne-se de novo às potências. Opinião das massas, grupos de interesses e as elites na política exterior alemã contemporânea). publicada em 1959, interessantes informações sobre os grupos de pressão na Alemanha Ocidental.

Numerosos dirigentes e deputados federais de todos os maiores partidos estão intimamente identificados com diversos grupos de interesses. Menos aparente e mais encoberta do que a representação direta dos grupos de interesses no Parlamento é a influência exercida pelos seus líderes nos partidos políticos, através de contatos pessoais com os seus dirigentes, contribuições financeiras e livre propaganda nas publicações dos grupos de interesses.

O partido no poder em 1959, a União Democrata Cristã, mantinha um Comitê de Empregadores Cristãos, um Comitê de Uniões Trabalhistas, outro para os problemas dos refugiados, e ainda outro, importantíssimo, para a política econômica. Este último funcionava como agente de ligação entre os líderes dos partidos e os líderes dos grupos de interesses econômicos, religiosos e sociais.

Cada um dos principais grupos de interesses mantém, ademais, elementos de ligação na capital, com o fito de prosseguir em contato permanente com os líderes partidários e governamentais, e exercer pressão sobre eles, a fim de garantir seu apoio.

A política, como a guerra, comentam Deutsch e Edinger, exige dinheiro. O artigo 21 da Lei Fundamental alemã prescreve que os partidos ofereçam “um balanço público” das fontes de seus rendimentos, mas esse dispositivo permanece letra morta: jamais se votou a legislação complementar necessária para a sua execução.

A União Democrata Cristã e os partidos menores recebem relativamente pouco das mensalidades de seus membros. Dependem quase exclusivamente das contribuições externas provenientes, em sua maior parte, da comunidade dos negócios.

A posição da União Democrata Cristã é única, devido à sua associação com um largo número de diversos grupos de interesses. Daí terem os seus líderes aparentemente as mãos mais livres em relação às múltiplas pressões desses grupos.

Líderes astutos, como o chanceler Adenauer, assinalaram Deutsch e Edinger, parecem ter manobrado de modo a manter em xeque as diferentes pressões, assinalando a necessidade de restrições e de equilíbrio dos vários interesses em jogo para que o partido conserve sua base heterogênea na massa do eleitorado.

Os outros partidos são em grande parte apoiados apenas por um grande grupo de interesse ou, então, por alguns deles.

As grandes organizações nacionais de interesses econômicos e sociopolíticos são ostensivamente apolíticas. A estupenda recuperação econômica da Alemanha Ocidental a partir de 1948 beneficiou antes de tudo o mundo dos negócios e aumentou imensamente o poder político de seus líderes.

Agora, como na República de Weimar, os líderes das maiores associações de interesses econômicos estão determinados a assegurar ao máximo sua influência real e potencial sobre a opinião pública, os partidos, o legislativo e o executivo. O apoio dado pela elite econômica ao governo de Adenauer e à sua política exterior, segundo Deutsch e Edinger, parece ter sido inspirado mais em interesses econômicos que em considerações políticas ou ideológicas.

## **7. Táticas de influência usadas pelos grupos de pressão**

A principal característica dos grupos de pressão é a de procurar influir através de interpostas pessoas, sem ocupar posições políticas de responsabilidade. Mas pode acontecer, como se verificou na França, com o Movimento Poujade, que um grupo apenas interessado em vantagens econômicas decida, posteriormente, lançar-se de modo aberto na luta política, como partido político para tentar a conquista do poder.

As táticas de influência dos grupos de pressão estão relativamente bem estudadas e exemplificadas em vários dos trabalhos já referidos. Incluem desde o contato pessoal direto dos agentes dos grupos interessados com os representantes do governo, até as ações coletivas e as formas mais sutis de propaganda e formação de uma opinião pública favorável às reivindicações dos grupos, ou as contribuições para as campanhas eleitorais de candidatos sabidamente favoráveis a determinados interesses.

Pessoalmente, os representantes dos grupos procuram, antes de tudo, persuadir, prestar informações técnicas ou confidenciais, fazer pequenos favores ou dar presentes que não compram consciências mas predisõem favoravelmente os beneficiários.

Em casos extremos, aqueles representantes podem recorrer à intimidação ou ao suborno.

Quando é mais indicada a ação coletiva, esta costuma manifestar-se de diversos modos: a hipertrofia da correspondência dirigida às autoridades, o comparecimento maciço dos integrantes do grupo a determinado lugar, as greves, as obstruções do tráfego, o fechamento das lojas comerciais durante algumas horas ou um dia, como protesto contra a

decretação de impostos, a cessação das entregas e a destruição de gêneros de primeira necessidade, visando à elevação dos preços, etc.

Algumas vezes pretende-se favorecer nomeações para os cargos governamentais importantes ou, ao contrário, forçar ou contribuir para a demissão de altos funcionários, prefeitos e até ministros.

Algumas dessas táticas, como observa Meynaud, tendem a traduzir a exasperação de diversas categorias sociais que se julgam lesadas ou prejudicadas pelas decisões das autoridades. Na grande maioria dos casos, a principal vítima é o público.

## 8. Grupos de pressão no Brasil

Também no Brasil é evidente a pressão exercida sobre o governo por numerosos grupos comerciais, industriais, agropecuários, grandes empresas concessionárias de serviços públicos e representantes de capitais estrangeiros, sindicatos operários, uniões de servidores civis e militares, de estudantes e outros. As várias organizações são mais ou menos poderosas e sua força varia com as circunstâncias e o poder de agressividade de seus dirigentes.

Ao realizar-se no Rio de Janeiro, em 1958, a Primeira Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, incluiu-se entre os temas a serem debatidos o seguinte: "A Advocacia e o Poder Legislativo. Assessoria aos Parlamentares e às Comissões Técnicas do Congresso. *Lobbying*".

Como relator da matéria, Nehemias Gueiros sustentou ser o lobbying "uma atividade correta e corregedora, espécie de higiene da lei". "De prática freqüente, inclusive entre nós", disse ele, "o que resta aos advogados que o desempenham é proclamar que o fazem, é fazê-lo ostensivamente, mantendo as suas atividades dentro dos cânones da ética profissional e parlamentar".

No final, Gueiros propôs à aprovação da conferência esta recomendação, que foi unanimemente aceita:

"É lícita a prática da advocacia perante o poder legislativo, desde que:

a) o advogado a exerça, ostensivamente, munido de poderes;

b) se limite à postulação junto aos legisladores e comissões técnicas, e à contribuição na redação de textos, sem o uso de outros elementos de persuasão senão os da comunicação dialética para a tutela do interesse patrocinado".

Não é o legislativo, porém, o único a sofrer a pressão de interesses. O executivo não está, também, imune à ação dos grupos de pressão. No 5º volume de suas deliciosas memórias, intitulado *Depois da Política*, relata-nos Gilberto Amado a sua nomeação, antes de 1930, pelo ministro da Fazenda de então, Getúlio Vargas, para presidir uma comissão "solicitada por grande número de companhias de seguros, no sentido de serem modificados certos artigos do regulamento" a que estavam subordinadas.

Gilberto Amado comenta que exerceu com prazer a tarefa e dela tirou proveito, pela oportunidade que lhe foi dada "de contrastar estudos teóricos com a prática da matéria evidenciada na experiência dos técnicos".

Defronta-se-nos, aqui, uma daquelas hipóteses em que, segundo Brogan, "um *lobbyist* competente (no caso brasileiro citado, o papel representado pelos técnicos das companhias de seguros) pode prestar a um corpo legislativo (ou à administração) alguns dos serviços que um bom advogado presta a um tribunal".

Por outro lado, a ação nociva dos grupos de pressão foi denunciada em abril de 1960 pelo deputado Gabriel de Rezende Passos, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, ao afirmar que os negócios públicos no Brasil estavam sendo dirigidos no sentido de dar lucros a grupos em detrimento dos pequenos, no sistema tributário.

Passando a um exemplo concreto dizia Gabriel Passos: "Depois que se quebrou o ato legal do monopólio do Banco da Borracha, o que se viu foi a borracha subir de preço e tornar-se inatingível o preço dos pneus. Tudo isso, por quê? Porque os grupos econômicos, representativos dessas indústrias, têm forças, têm poder para impor as soluções que mais lhes convêm".

Assim, a opinião do representante de Minas Gerais não se afastava muito da de Georges Burdeau, quanto à ação praticamente irresistível de alguns grupos de pressão.

## 9. Influência dos grupos de pressão

Sugerida de maneira muito esquemática a forma pela qual atuam os grupos de pressão, chegamos à parte mais delicada e difícil, cheia de dúvidas, na grande maioria dos casos puramente conjectural e em que as possibilidades de generalização são mínimas, ou seja, a da apuração de até que ponto é eficaz a ação desses grupos ou se estendem os seus efeitos na representação dos interesses econômicos no governo representativo.

Não seria provavelmente exagerado, escrevia em 1959 o professor Robert A. Dahl, dizer-se que até aquele momento existiam apenas estudos muito minuciosos e conscienciosos sobre as táticas dos grupos de pressão, porém muito poucas provas válidas sobre o seu bom êxito. E ele não desconhecia os livros de James G. March, *An Experimental Study of Influence Measurement* (Um Estudo Experimental da Medida de Influência), publicado em 1954, e de Floyd Hunter, *Community Power Structure. A study of decision-makers* (Estrutura da Comunidade de Poder. Um estudo dos que tomam as decisões), publicado em 1953.

Na verdade, medir o grau de influência real atingido em cada caso pelos grupos de pressão parece-nos impraticável. Em primeiro lugar, porque a complexidade das inter-relações psicossociais, econômicas e políticas impede o estabelecimento de nexos causais; em segundo lugar, porque não se alcança determinar todos os fatores em jogo, para isolar, em estado puro, a quantidade  $x$  de influência correspondente à ação de um ou mais grupos.

A inviabilidade de reduzir a uma expressão matemática o grau de influência dos grupos, econômicos ou não, não impede, porém, evidentemente, que se reconheça sua existência real.

Os poderes definidos na Constituição, já de si fragmentados, e funcionando muitas vezes num clima de fricção, rivalidade e antagonismo, num estado de direito, estão externamente sujeitos à pressão de outros centros reais de poder. Obrigados, por definição, a promover o interesse público geral, e não a decidir litígios, como os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo vêm-se na prática, na maioria dos casos, na posição de árbitros de interesses contraditórios. A ambigüidade da lei, como notou David B. Truman, representa muitas vezes a irresolução do legislador em face de exigências concorrentes.

Não exageraríamos, talvez, se dissessemos que a pressão dos grupos sobre o governo cresce em proporção à intervenção governamental na vida econômica e social. Mas isto de modo algum significa, naturalmente, que a sua influência cresça na mesma proporção.

Quase todos querem, atualmente, ação positiva do governo, de uma forma ou de outra, seja nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França, no Brasil; subsídios à agricultura, à indústria, às escolas privadas, auxílios, indenizações, prêmios, reembolso de despesa, serviços, regulamentação favorável das tarifas, etc.

Em consequência, transfere-se à Nação, como observou Meynaud, uma fração dos riscos corridos pelo setor privado. Numerosos grupos "acostumaram-se a considerar o Estado como uma caixa de seguros universal, que funciona sem a percepção de juros".

A intromissão política no setor econômico produz profundas distorções no mercado dos preços, e cada grupo, ao sentir-se prejudicado, procura evitar ou retardar a aplicação de medidas que lhe são desfavoráveis, pleiteando, ainda, que o peso dos sacrifícios recaia sobre outros grupos em melhores condições, a seu ver, de suportá-los. Na ação agressiva e defensiva dos diversos grupos encontrar-se-ia, então, poderoso anteparo às providências antinflacionárias.

Não é fácil a posição do governo, colocado no centro dos múltiplos grupos de pressão. Se ele se limita a buscar o equilíbrio entre essas forças sociais, corre o risco de ver e produzir-se a "estagnação pluralista" dos últimos anos da República de Weimar, ou o "imobilismo" da França durante a Quarta República. Se atende a alguns grupos, em detrimento de outros, é acusado de protecionismo, quando não de coisa pior. Se procura alçar-se acima dos interesses imediatos e decidir segundo o seu conceito do bem comum e do interesse público, existem sempre, numa sociedade democrata e pluralista, grupos que vêm com outros olhos os problemas nacionais e discordam das soluções dadas e das prioridades aceitas.

Haverá sempre a possibilidade de mais de uma solução e, ao adotar uma delas, o governo está expressando uma concepção de vida, uma orientação política e econômica ditada pela formação ideológica e a experiência prática dos homens que o compõem. Nesse plano, orientação política diferente teria de corresponder à vitória nas urnas de outros candidatos. Acima da discordância dos grupos e dos partidos, porém, é indispensável um mínimo de

consenso em torno do que seja o interesse público, a fim de preservar-se a integração e a coesão nacionais.

Em seu livro *Politics in Post-War France* (1954), afirmou o professor Philip Williams residir a tragédia do país nas lealdades divididas de seu povo. "Sua fraqueza repousa no seu incivismo, na concentração sobre os interesses privados levados, às vezes, ao excesso".

Não basta, continuava o mestre da Universidade de Oxford, mudar de sistema político. "Os atalhos para alcançar a estabilidade governamental e a unidade nacional oferecem paliativos que podem operar de maneira útil em pequena escala, mas deixam intocado o problema central".

## 10. Conclusão

Dos estudos até agora realizados em vários países, parece ressaltar a menor resistência do legislativo aos grupos de pressão e a maior capacidade do executivo de superar a sua influência e tornar-se o intérprete de todos ou do interesse público.

Essa menor resistência do legislativo, entretanto, ao que tudo indica, não está ligada à venalidade. Para J. D. Stewart, a força da democracia parlamentar britânica reside na integridade de cada um dos membros do Parlamento; são infinitamente poucos os casos escabrosos e extremamente raros os de suborno direto.

Jacques Fauvet, um dos mais argutos observadores da realidade francesa, assevera que "a maior parte dos parlamentares e dos partidos têm fins de mês difíceis".

Por outro lado, Max Lerner, autor de um retrato da civilização norte-americana, pondera que a despeito das tentativas para banir o suborno declarado, a peita é de menos importância nos Estados Unidos. E acrescenta: "Os homens que se transformam em porta-vozes da agricultura, do trabalho organizado, dos veteranos, dos grandes latifúndios, da indústria petrolífera ou da aviação não precisam ser subornados: sucumbem mais facilmente à lisonja, aos cálculos das vantagens eleitorais, e ao sentimento de identificação com os interesses desses grupos".

Outros serão, portanto, os motivos principais por que as assembléias legislativas parecem, hoje, responder tão mal às crescentes exigências do Estado moderno.

Ao enfraquecimento do Poder Legislativo correspondeu, em toda parte, a ampliação das funções e da competência do Poder Executivo. À medida que o presidente se tornou mais independente do controle legislativo, realça Phillip Bradley, adquiriu a capacidade, inerente à natureza do seu cargo, de falar pela comunidade, o Estado, a nação. Nesta qualidade, está em posição de lembrar à maioria os interesses duradouros e os valores permanentes que esta partilha com a minoria. Daí a necessidade, reconhecida por autores das mais variadas correntes de pensamento, de um executivo forte.

Mas como distinguir os interesses duradouros e os valores permanentes, em outras palavras, o interesse público dos interesses dos grupos? A pergunta daria margem a uma série de considerações que constituiriam o objeto de outro trabalho. Não chegaram ainda os

estudiosos a qualquer definição aceitável do interesse público, e se esta questão teórica suscita controvérsia, a ação prática em nome do interesse público oferece ensejo às maiores divergências e perplexidades.

Quando a Constituição brasileira de 1946, em seu artigo 146, autorizava a União a intervir, mediante lei especial, no domínio econômico, tendo por base "o interesse público" e por limite os direitos fundamentais nela assegurados, a decisão do que constituía tal interesse ficava, evidentemente, subordinada à interpretação oficial das realidades nacionais e das necessidades do momento e, por conseguinte, às preferências ideológicas do governo e ao jogo das forças presentes, naturalmente com a limitação do controle de uns poderes pelos outros.

O jornalista norte-americano Blair Bolles, autor do livro *How to get rich in Washington* (Como ficar rico em Washington), publicado em 1953, denunciou que, nos Estados Unidos, órgãos governamentais criados para impedir os privilégios haviam se transformado em centros desses mesmos privilégios e de distribuição não-equitativa das riquezas. Este processo de criação de uma "nova classe" enriquecida à custa dos favores do Estado e do empobrecimento progressivo da classe média é bem conhecido no Brasil.

Os custos das pressões exercidas pelos grupos de interesses concluiu a comissão parlamentar constituída para investigar o lobbying nos Estados Unidos - são excessivamente altos em termos da promulgação de dezenas de leis não-equitativas e da rejeição, demora ou emasculação de medidas populares; excessivamente altos em termos da disparidade das pressões exercidas pelos grupos no processo político; excessivamente altos em termos do "conflito ideológico e da confusão pública" resultantes "do crescente uso de uma opinião pública sobrecarregada como instrumento de pressão": excessivamente altos em termos de custo financeiro.

A comissão parlamentar afirmou, finalmente, no relatório publicado em 1950, que "as presentes exigências dos grandes interesses totalizam muito mais do que a Nação pode agüentar".

O equilíbrio é atingido, segundo a teoria do professor Galbraith, pela existência de poderes contrabalançados ou equivalentes (*countervailing powers*) dos grandes grupos de pressão.

A alta generalizada dos preços, observada em toda parte, sugere Meynaud, parece ser o resgate da liberdade concedida às organizações profissionais (patronais, trabalhadoras, agrícolas) de defenderem seus interesses e da divisão social que incita cada grupo a meter o dente no rendimento do vizinho ou do adversário. No limite extremo chega-se a considerar a superveniência de uma recessão menor como o único remédio para tal situação, o que ilustra a fraqueza do governo em face das grandes forças econômicas.

Nos regimes pluralistas, o problema da moderação das exigências de cada grupo e o da luta contra as práticas julgadas prejudiciais exigem verdadeira arte política; saber evitar as tensões que comprometeriam a ordem pública, sem fazer concessões capazes de acarretar a desagregação da comunidade.

Compete ao Estado, diz Meynaud, exercer função de arbitragem em face dos interesses em jogo e não aquiescer às pretensões de cada um. É preciso não esquecer, ainda, a

observação do professor E. E. Schattschneider: quanto mais fracos são os partidos políticos, mais forte é a influência dos grupos de pressão, e quanto maior é o êxito destes, mais confusa tende a tornar-se a política governamental.

Em última análise, pois, o corretivo mais eficiente contra a influência excessiva temporariamente exercida por determinados grupos encontra-se, nos países democráticos, na maior coesão e disciplina partidárias, em eleições honestas, no mais amplo sufrágio, no livre exercício das liberdades civis e públicas e no livre uso dos modernos meios de comunicação.

Segundo a melhor tradição otimista dos Estados Unidos, diz Max Lerner não acreditar que qualquer dos mencionados grupos venha a solapar a república norte-americana. "Assim como se superestimou a tirania da maioria, atribuiu-se ultimamente valor excessivo à capacidade destrutiva das minorias. Ambas são facetas do esforço para contrabalançar o princípio da soberania popular em uma sociedade ricamente diversificada e pluralista."

Em seu livro *Interest Groups*, publicado em 1970, e do qual existe tradução portuguesa sob o título *Grupos de Interesse, Grupos de Pressão e "Lobbying"*, o professor Graham Wootton dá as várias definições desses termos e dedica os capítulos 5 e 6, respectivamente, à "Influência dos Grupos de Interesse" e ao "Fluxo Múltiplo de Influência". Apesar de ser de leitura difícil, o leitor brasileiro não deve dispensá-lo, sobretudo pela rica messe de trabalhos citados nas notas de pé de página, e pela excelente lista de "Leituras Suplementares", que vai da p. 177 à p. 184, impressas de maneira compacta.



## TEXTO IV - PAPEL DA AUTORIDADE

### - Condições de seu exercício na vida política

Nenhum grupo social pode prescindir da presença da autoridade. Nos estudos atuais relacionados à família, aponta-se o declínio da autoridade paterna como fator determinante dos problemas com que se defronta. As crianças não sobreviveriam se não lhes fossem impostas certas regras de comportamento.

Na escola ocorre o mesmo fenômeno. Não pode prescindir da autoridade dos mestres, ao mesmo tempo em que o declínio desta, nos tempos atuais, responde em grande medida pelas tensões desagregadoras ali surgidas. Durante a Revolução Russa, nos anos vinte do século passado, experimentou-se a eliminação dos exames nas escolas e ainda das outras exigências habituais (registro da frequência, obediência a horários, hierarquia entre os professores, etc.). Tudo isto a pretexto de que cumpria apostar numa revolução mundial (ou pelo menos na Europa). Quando desvaneceu-se tal ilusão e o governo teve que enfrentar o problema da reconstrução do país - devastado por prolongadas guerras civis - bem como cuidar do crescimento das atividades produtivas, verificou-se que não se dispunha dos quadros técnicos necessários. A escola, agora enquadrada nos moldes tradicionais, tornou-se a grande prioridade.

Nenhum empreendimento pode funcionar se não conta desde logo com padrões de hierarquias rigorosamente definidos. A regra vale para as empresas como para as repartições públicas.

Assim, a subestimação do papel da autoridade na vida social corresponde a uma forma de anarquismo, de que resultaria inevitavelmente a decomposição da sociedade. A hipótese foi estudada por Émile Durkheim (1858-1917) que denominou de *anomia* a ausência de normas ou regras de organização social.

Neste curso, importa precisar as condições do exercício da autoridade na vida política. São duas aquelas condições, correspondendo a primeira à permanência e estabilidade e, a segunda, à legitimidade.

Não podem pairar dúvidas quanto à estabilidade da autoridade, ou melhor, dos Poderes constituídos para gerir a vida política de uma Nação. As Constituições proíbem e punem toda e qualquer iniciativa destinada à eliminação das instituições do sistema representativo.

Paralelamente, a autoridade precisa revestir-se de legitimidade. As formas de atender a tal exigência foram caracterizadas no **Texto I - O processo democrático e as chances da democracia.**

## - Principais estudos dedicados ao tema<sup>(1)</sup>

**I. A autoridade como poder estabilizado** - Na tradição cultural do Ocidente, desde que os romanos cunharam a palavra *auctoritas*, a noção de Autoridade constitui um dos termos cruciais da teoria política, „por ter sido usada em estreita conexão com a noção de poder.

A situação atual dos usos deste termo é muito complexa e intrincada. Enquanto, de um modo geral, sua estreita ligação com o conceito de poder permaneceu, a palavra Autoridade passou a ser reinterpretada de vários modos e empregada com significados notavelmente diversos. Por vezes se negou, explícita ou implicitamente, que exista o problema de identificar o que seja Autoridade e o de descrever as relações entre Autoridade e poder: em particular por parte daqueles que usaram poder e Autoridade como sinônimos. Mas existe a tendência, de há muito tempo generalizada, de distinguir entre poder e Autoridade, considerando esta última como uma espécie do gênero "poder" ou até, mas mais raramente, como uma simples fonte de poder.

Um primeiro modo de entender a Autoridade como uma espécie de poder seria o de defini-la como uma relação de poder estabilizado e institucionalizado em que os súditos prestam uma obediência incondicional. Esta concepção se manifesta sobretudo no âmbito da ciência da administração. Dentro dessa concepção, temos Autoridade quando o sujeito passivo da relação do poder adota como critério de comportamento as ordens ou diretrizes do sujeito ativo sem avaliar propriamente o conteúdo das mesmas.

A obediência baseia-se unicamente no critério fundamental da recepção de uma ordem ou sinal emitido por alguém. A esta atitude do sujeito passivo pode corresponder uma atitude particular até em quem exerce Autoridade. Este transmite a mensagem sem dar as razões e espera que seja aceito incondicionalmente. Assim entendida, a Autoridade se opõe à relação de poder baseado na persuasão. Nesta última relação, *C* utiliza argumentos em favor do dever ou da oportunidade de um certo comportamento na relação de autoridade; ao contrário, *C* transmite uma mensagem que contém a indicação de um certo comportamento, sem, entretanto usar de nenhum argumento de justificação. *Na relação de persuasão, R* adota o comportamento sugerido por *C* porque aceita os argumentos apresentados por *C*, em seu favor; *na relação de autoridade, ao contrário, R* adota o comportamento indicado por *C* independentemente de qualquer razão que possa eventualmente aconselhá-lo ou desaconselhá-lo.

Atendo-nos a esta primeira definição de Autoridade o que conta é que *R* obedeça de modo incondicional às diretrizes de *C*; para uma identificação da Autoridade não importa saber qual o fundamento em que se baseia *R* para aceitar incondicionalmente a indicação de *C* e este para exigir obediência incondicional. Esse fundamento tanto pode consistir na legitimidade do poder de *C* como num condicionamento fundado na violência. David Easton estabeleceu precisamente uma distinção entre "Autoridade legítima" e "Autoridade coercitiva". Foi dentro de uma perspectiva análoga que Amitai Etzioni apresentou uma articulada classificação das formas de Autoridade e organização, embora ele não use a palavra "Autoridade" como termo-chave. Distingue três tipos de poder: "coercitivo", baseado na aplicação ou ameaça de sanções físicas; "remunerativo", baseado no controle dos recursos e das retribuições materiais; "normativo", baseado na alocação dos prêmios e das privações

simbólicas. São três os tipos de orientação dos subalternos em face do poder: "alienado", intensamente negativo; "calculador", negativo ou positivo de intensidade moderada; "moral", intensamente positivo. Combinando juntamente os três tipos de poder e os três tipos de orientação dos subalternos, Etzioni descobre três casos "congruentes" de Autoridade e organização e diversos outros casos "incongruentes" ou mistos. Os congruentes são: a Autoridade e as correspondentes organizações "coercitivas" (poder coercitivo e orientação alienada); a Autoridade e as organizações "utilitárias" (poder remunerativo e orientação calculadora); a Autoridade e as organizações "normativas" (poder normativo e orientação moral). A estes diversos tipos de Autoridade e de organização são depois ligados numerosos aspectos da estrutura e do funcionamento das organizações. James S. Coleman, por sua vez, fez recentemente uma distinção entre sistemas de Autoridade "disjuntos", em que os subalternos aceitam a Autoridade para obter vantagens extrínsecas, por exemplo, um salário, e sistemas de Autoridade "conjuntos", em que os subalternos esperam benefícios (intrínsecos) do seu exercício; e entre sistemas de Autoridade "simples", onde a Autoridade é exercida pelo seu detentor e sistemas de Autoridade "complexos", onde a Autoridade é exercida por lugar-tenentes ou agentes delegados pelo detentor da Autoridade; baseado em tais distinções, propôs algumas hipóteses interessantes sobre a estática e a dinâmica das relações de Autoridade.

A Autoridade, tal como a temos entendido até aqui, como poder estável, continuativo no tempo, a que os subordinados prestam, pelo menos dentro de certos limites, uma obediência incondicional, constitui um dos fenômenos sociais mais difusos e relevantes que pode encontrar o cientista social. Praticamente todas as relações de poder mais duráveis e importantes são, em maior ou menor grau, relações de Autoridade: o poder dos pais sobre os filhos na família, o do mestre sobre os alunos na escola, o poder do chefe de uma igreja sobre os fiéis, o poder de um empresário sobre os trabalhadores, o de um chefe militar sobre os soldados, o poder do Governo sobre os cidadãos de um Estado. A estrutura de base de qualquer tipo de organização, desde a de um campo de concentração à organização de uma associação cultural, é formada, em grande parte, à semelhança da estrutura fundamental de um sistema político tomado como um todo, por relações de Autoridade. Não há, pois, por que admirar-se se o conceito de Autoridade ocupa um lugar de primeiro plano na teoria da organização; nem é de admirar que tão freqüentemente se faça uso do conceito de Autoridade para definir o Estado ou a sociedade política. Ainda recentemente o politólogo H. Eckstein propôs que se identificasse a política pelas "estruturas de Autoridade"; e definiu a estrutura de Autoridade como "um conjunto de relações assimétricas, entre membros de uma unidade social ordenados de um modo hierárquico, que têm por objeto a condução da própria unidade social". Na realidade a estratificação da Autoridade política na sociedade é um fenômeno tão persistente que se afigura a vários autores como parte da hereditariedade biológica da espécie (veja-se a resenha de estudos de Fred H. Willhoite Jr. *Primates and political authority: A biobehavioral perspective*, em "American political science review", vol. LXX-1976, pp. 1110-26).

Até agora ressaltamos, de forma acentuada, por um lado, o caráter hierárquico, por outro, a estabilidade da Autoridade. Mas observe-se, no tocante ao primeiro ponto, que a Autoridade, tal como a definimos até aqui, se é particularmente característica das estruturas hierárquicas, não pressupõe, contudo, necessariamente a existência de tal estrutura, nem mesmo de uma organização formal. Pode verificar-se também em relações de poder informal. Por exemplo, *C* pode estar disposto a aceitar incondicionalmente as opiniões de *R* (um escritor ou jornalista) no âmbito de uma certa matéria. Quanto ao segundo ponto, não se há de

esquecer o fato de que toda a Autoridade "estabelecida" se formou num determinado lapso de tempo, surgindo inicialmente como uma Autoridade "emergente" e acumulando pouco a pouco crédito ou uma aquiescência cada vez mais sólida e mais vasta no ambiente social circunstante, até se transformar exatamente em Autoridade estabelecida, ou seja, em poder continuativo e cristalizado. De fato, entre Autoridade estabelecida e Autoridade emergente, se manifestam freqüentemente duros conflitos que constituem uma dimensão muito importante da dinâmica de um sistema político (veja-se a propósito B. de Jouvenel, *De la politique pure*, Paris, 1963).

**II. A autoridade como poder legítimo.** - A definição de Autoridade como simples poder estabilizado a que se presta uma obediência incondicional prescindindo do fundamento específico de tal obediência, parece, no entanto, demasiado lata a muitos politólogos e sociólogos. Tem-se afirmado que tal definição contrasta muitas vezes com os usos da linguagem ordinária, onde uma expressão como "Autoridade coercitiva" parece contraditória e é claramente incompatível com a concepção tradicional dos governantes privados de Autoridade: usurpadores, conquistadores e "tiranos" em geral. Daí a segunda e mais comum definição de Autoridade, segundo a qual nem todo o poder estabilizado é Autoridade, mas somente aquele em que a disposição de obedecer de forma incondicionada se baseia na crença da legitimidade do poder. A Autoridade, neste segundo sentido, o único de que nos ocuparemos daqui para a frente, é aquele tipo particular de poder estabilizado que chamamos "poder legítimo".

Como poder legítimo, a Autoridade pressupõe um juízo de valor positivo em sua relação com o poder. A este propósito, deve notar-se, em primeiro lugar, que o juízo de valor pode ser formulado pelo próprio estudioso no âmbito da filosofia ou da doutrina política; mas pode também ser destacada pelo pesquisador como juízo de pessoas implicadas na relação de Autoridade no âmbito dos estudos políticos ou sociológicos de orientação empírica. Todas essas concepções de Autoridade como poder legítimo que comportam um juízo de valor, por parte do pesquisador, não podem ser aceitas no discurso da ciência, que se mantém no campo da descrição. Portanto, a expressão "poder legítimo" deve ser entendida aqui no sentido de poder considerado como legítimo por parte de indivíduos ou grupos que participam da mesma relação de poder. Em segundo lugar, devemos ter presente que uma avaliação positiva do poder pode dizer respeito a diversos aspectos do próprio poder: conteúdo das ordens, o modo ou o processo como as ordens são transmitidas ou a própria fonte de onde provêm as ordens (comando). O juízo de valor que funda a crença na legitimidade é mencionado em último lugar: ele diz respeito à fonte do poder. A fonte do poder pode ser identificada em vários níveis (v. Legitimidade) e estabelece por isso a titularidade da Autoridade. No âmbito social onde se situam as relações de Autoridade, tende a tornar-se crença que quem possui Autoridade tem o direito de mandar ou de exercer, pelo menos, o poder e que os que estão sujeitos à Autoridade têm o dever de obedecer-lhe ou de seguir suas diretrizes. É fácil concluir que este "direito" e este "dever" podem ser mais ou menos formalizados e podem apoiar-se na obrigação de dever típica da esfera ética como acontece para os três tipos de legitimidade especificados por Max Weber ou numa simples Autoridade, como pode acontecer no caso de Autoridade fundada em específica competência.

Combinando esta segunda definição com a que foi mencionada acima, pode-se dizer que na Autoridade é a aceitação do poder como legítimo que produz a atitude mais ou menos estável no tempo para a obediência incondicional às ordens ou às diretrizes que provêm de uma determinada fonte. Naturalmente, isto se verifica dentro da esfera de atividade

à qual a Autoridade está ligada ou dentro da esfera de aceitação de Autoridade. É evidente, na verdade, que uma relação de Autoridade como toda e qualquer outra relação de poder diz respeito a uma esfera que pode ser mais ou menos ampla ou mais ou menos explícita e claramente delimitada. Acrescente-se que a disposição para a obediência incondicional, embora durável, não é permanente. A fim de que a relação de Autoridade possa prosseguir, ocorre que, de tempos a tempos, seja reafirmada ostensivamente a qualidade da fonte do poder à qual é atribuído o valor que funda a legitimidade.

Por exemplo, a continuidade de uma relação de Autoridade fundada sobre a legitimidade democrática comporta a renovação periódica do procedimento eleitoral; e a continuidade de uma Autoridade carismática de um chefe religioso requer, de vez em quando, a realização de ações extraordinárias ou milagrosas que possam confirmar a crença de que o chefe possui a "graça divina".

Como veremos mais adiante, para a concepção de Autoridade como poder legítimo pode convergir, parcialmente, uma terceira definição de Autoridade como espécie de poder: aquela que a identifica com o poder "formal" (o poder que deveria ser exercido num certo espaço social). E o mesmo se pode dizer também para a concepção da Autoridade como fonte de poder, desde que a mesma seja oportunamente corrigida. Esta última concepção foi defendida sobretudo por Carl J. Friedrich, segundo o qual a Autoridade não é uma relação entre seres humanos mas uma qualidade particular das comunicações - que tanto podem ser ordens como conselhos ou opiniões que um indivíduo transmite a outro. Essa qualidade consiste no fato de a comunicação ser susceptível de uma elaboração racional, não em termos de demonstração científica ou matemática, mas nos termos dos valores aceitos por aqueles entre os quais tramita a mensagem. Tal qualidade torna as comunicações merecedoras de aceitação aos olhos daqueles a quem são dirigidas. Portanto, a Autoridade não é uma espécie de relação de poder se ela pode ser uma fonte de poder: a capacidade que um homem tem de transmitir comunicações susceptíveis de uma elaboração racional - no sentido exposto - constitui para ele uma fonte de poder.

O limite desta concepção de Autoridade é que, a menos que se hipostasie a razão, a possibilidade de uma elaboração racional não pode partir de uma comunicação considerada em si mesma, mas deve centrar-se sobre a capacidade de fornecer uma tal elaboração da parte de quem transmite a comunicação e sobre o reconhecimento que de tal capacidade fazem os destinatários da comunicação. Convém lembrar, entretanto, que uma comunicação tem Autoridade, não em virtude de uma qualidade intrínseca, mas pela relação com a fonte de que provém, da maneira como tal fonte é destinada por aqueles a quem a comunicação é dirigida. Tanto é verdade que uma mesma opinião pode ser considerada autorizada quando é proclamada por Tício e não ser considerada tal quando formulada por Caio. Interpretado desta forma, o fenômeno explicado por Friedrich pode ser expresso destas duas maneiras: num sentido mais simples, é a crença de *R* na capacidade de *C* em elaborar, de modo racional, as suas comunicações nos termos dos valores aceitos por *R*; num sentido mais complexo, é uma relação na qual *R* aceita a mensagem de *C*, não porque *R* conhece e acha positivas as razões que justificam a mensagem - e normalmente sem que *C* formule tais razões - mas porque *R* crê que *C* seria capaz de dar razões convincentes nos termos dos valores por ele aceitos, como apoio da comunicação. Trata-se, neste segundo sentido, de um tipo particular de relação de Autoridade, entendida como poder legítimo; e no primeiro, trata-se da crença da legitimidade que a fundamenta.

**III. Eficácia e estabilidade da autoridade** - A Autoridade comporta, portanto, de um lado, a aceitação do dever da obediência incondicional e, de outro, a pretensão a tal dever, ou - o que é a mesma coisa - ao direito de ser incondicionalmente obedecido. Neste sentido, pode construir-se um tipo puro de Autoridade: uma relação de poder fundada exclusivamente na crença da legitimidade. *C* funda a própria pretensão de achar obediência unicamente na crença na legitimidade do próprio poder; e *R* é motivado a prestar obediência unicamente pela crença na legitimidade do poder de *C*. Trata-se de um tipo "ideal" difícil de encontrar na realidade; normalmente, a crença na legitimidade não é fundamento exclusivo do poder, mas somente uma de suas bases. O detentor do poder pretende obediência não só por força da legitimidade de seu poder, mas ainda com base na possibilidade de obrigar ou punir, aliciar ou premiar. De outra parte, a crença na legitimidade do poder, como motivação de quem se conforma com as diretrizes de outrem, é muitas vezes acompanhada de outras motivações como podem ser coisas de interesse próprio ou medo de um mal por ameaça. Tratar-se-á de relações de poder que só parcialmente e em certa medida assumem a forma de relações de Autoridade. Além disso, pode acontecer que o poder seja reconhecido como legítimo somente por um dos lados da relação. Em tal caso, pode falar-se ainda de Autoridade quando a crença na legitimidade do poder motiva apenas a obediência, mas não se pode dizer o mesmo quando ela motiva apenas o comando. Nesta última hipótese, na verdade, ao comando não sucede a obediência, ou melhor, sucede a obediência, mas noutras bases (temor da força, interesse, etc.), enquanto que se quem obedece o faz porque crê legítimo o poder, a relação pode dizer-se fundada sobre a crença na legitimidade, quer o autor das ordens condida de tal crença ou não.

A importância peculiar da crença na legitimidade, que transforma o poder em autoridade, consiste no fato de que esta tende a conferir ao poder eficácia e estabilidade. E isto tanto do lado do comando como do lado da obediência. No primeiro ponto de vista, deve destacar-se o efeito psicológico que a fé na legitimidade do poder tende a exercer em quem o detém. É por isso que se afirma que a diminuição dessa fé conduz ao descalabro do poder. Sem sermos levados a afirmações tão gerais e peremptórias, podemos afirmar com razão que a crença na legitimidade do poder tende a conferir ao comando certas características, como as de convicção, de determinação e de energia, que contribuem para sua eficácia. Em segundo lugar, a crença na legitimidade tem um efeito relevante sobre a coesão entre os indivíduos e os grupos que detêm o poder. O fato de que todos os indivíduos ou grupos que participam do poder numa organização codividam a crença na legitimidade do poder da organização põe limites aos conflitos internos e dá muitas vezes o princípio de sua solução. Nasce daí uma maior coesão entre os detentores do poder e, por conseqüência, uma maior estabilidade e eficácia do poder. Uma classe política articulada numa pluralidade de grupos, que reconhecem toda a legitimidade do regime político, dá origem, em igualdade com outras condições a Governos mais estáveis e eficazes do que aqueles que foram originados por uma classe política em que uma parte importante não reconhece o regime como legítimo.

Pelo lado da obediência, a crença na legitimidade faz corresponder o comportamento de obediência a um dever e tende a criar uma disposição à obediência incondicional. Na medida em que a obediência se converte num dever, a relação de poder adquire maior eficácia: as ordens são cumpridas prontamente, sem que os detentores do poder tenham de recorrer a outros meios para exercer o poder, como a coação, a satisfação de interesses dos súditos ou até a persuasão que comportam maiores custos. De outra parte, na medida em que se gera uma disposição para obedecer, o poder se estabiliza; e esta estabilidade é tanto mais sólida quanto a disposição para obedecer é, dentro da esfera de aceitação da

Autoridade, incondicional. E é necessário acrescentar que existe também um nexo indireto entre crença na legitimidade do poder e disposição para obedecer: num âmbito social no qual um certo poder é larga e intensamente tido como legítimo, quem não o reconhece como tal pode ser sujeito a notáveis pressões laterais - provenientes de outros indivíduos ou grupos sujeitos ao mesmo poder - que tendem a induzi-lo a obedecer por razões de oportunidade prática: para não ver perturbada a sua vida de afetos e de relação na família, nas relações de amizade, de trabalho, etc.

**IV. Ambigüidade da autoridade.** - Já dissemos que a crença na legitimidade constitui normalmente uma entre as muitas bases de uma relação de poder. E necessário, portanto, acrescentar que, entre crença na legitimidade e outras bases do poder, pode haver relações significativas que alteram de forma substancial o aspecto autônomo de tal crença e conferem à Autoridade um caráter particular de ambigüidade. Por um lado, a crença na legitimidade pode originar parcialmente o emprego de outros meios para exercer o poder: o uso da violência, por exemplo. Por outro lado, a crença na legitimidade pode constituir, por sua vez, uma simples consequência psicológica da existência de um poder fundado, de fato, sobre outras bases.

A violência pode derivar, em qualquer grau da crença na legitimidade do poder: a crença de R na legitimidade do poder de C legítima, aos olhos de R, e facilita, portanto, o emprego da força em relação a R,, ou em relação ao próprio R. No primeiro caso: uma forte crença na legitimidade do poder político da parte de uma minoria da sociedade legítima e facilita o emprego de outros instrumentos de poder, incluindo a violência, em relação à maioria; ou então uma crença bastante divulgada na legitimidade do poder político legítima e facilita o emprego da violência em relação aos poucos recalcitrantes. No segundo caso: os sequazes de um chefe religioso. que é tido como representante da divindade, aceita como legítima a violência empregada contra ele ou então a provoca ele mesmo, como punição para um comportamento próprio de dissidência. Em todas estas hipóteses, a legitimidade do poder se traduz na legitimidade da violência. Daí se segue que esta última perde, para quem a considera legítima, o seu caráter alienante; e segue-se, também a possível tendência, também para quem a considera legítima, à colaboração ativa ou passiva para seu emprego. Por outras palavras, o emprego da violência torna-se possível, em grau maior ou menor, a partir da crença na legitimidade que transforma o poder em Autoridade.

Convém recordar que esta relação entre crença na legitimidade e violência não é uma curiosidade teórica. O grau e a intensidade com que a fé cega no princípio da legitimidade do poder pode desencadear a violência estão indelevelmente inscritos na história do homem. Testemunham-no a caça às bruxas e os linchamentos dos desviados e rejeitados, gerados, em apoio a uma determinada Autoridade, pelos fanatismos políticos e religiosos de todos os tempos. Testemunha-o a imensa violência que por vezes tem sido desencadeada em nosso século pela crença fanática num chefe ou numa ideologia totalitária.

Por outra parte, como paradigma de relação do poder em que a crença na legitimidade pode constituir uma simples consequência psicológica, podemos tomar o exemplo de pai e filho, no qual se encontra geralmente, dentro de certos limites de tempo, quer uma preponderância de força quer uma dependência econômica. Neste caso, o emprego da força e o condicionamento econômico, mais do que uma derivação, podem ser a fonte da crença na legitimidade do poder do pai. Pode acontecer, certamente, que o respeito e o afeto legitimem, aos olhos do filho, o poder do pai, incluindo o poder de punir; mas pode acontecer,

também, que o poder efetivo de punir do pai cause no filho um respeito e um afeto e portanto uma crença na legitimidade que não são genuínos. Falando de crença não genuína, me refiro não apenas ao engano deliberado que também pode estar presente nas relações de poder mas, e sobretudo, ao mais importante fenômeno do auto-engano; não à falsidade consciente mas ~à falsa consciência, que é o conceito central da Ideologia no seu significado de origem marxista. Neste sentido, convém averiguar-se em que grau a crença na legitimidade tem caráter ideológico. Se o grau for muito elevado, não teremos mais uma relação de Autoridade, mas uma falsa Autoridade, enquanto a crença na legitimidade da Autoridade não constitui um fundamento real do poder. Isto explica por que uma situação real de poder à qual antes correspondia uma crença na legitimidade pode perder mais ou menos repentinamente tal legitimidade. Trata-se de uma situação de poder fundada principalmente sobre outras bases, por ex., sobre a força, mas à qual, até que pareça imodificável, convém, de qualquer modo, adaptar-se. Daqui, o aparecimento de uma crença na legitimidade com caráter prevalentemente ideológico. Mas esta legitimidade tende, bem depressa, a cair logo que a preponderância da força diminuir ou a situação do poder começar a aparecer concretamente modificável.

Outros aspectos da ambigüidade da Autoridade provêm do fato que o titular da Autoridade pode não dispor, em medida maior ou menor, do poder efetivo; e ainda do fato que os destinatários das ordens podem perder a crença no princípio de legitimidade sobre o qual o detentor do poder funda a sua pretensão de mando. Para o primeiro deste fenômeno chamou a atenção, sobretudo, Lasswell, o qual, ao definir Autoridade como "poder formal" afirmou que "dizer que uma pessoa tem Autoridade não é dizer que efetivamente tem poder, mas que a fórmula política (isto é os símbolos políticos que dão a legitimidade do poder) lhe atribui poder e que aqueles que aderem à fórmula esperam que aquela pessoa tenha poder e consideram justo e correto o exercício que ela faz dele". Por um lado, esta afirmação encerra uma confusão entre duas noções distintas: a da Autoridade e a da crença na legitimidade do poder. Uma coisa é meu juízo de valor, na base do qual reputo legítimo o comando que provém de uma certa fonte: a tal crença podem corresponder ou não efetivas relações de poder; e outra coisa é o meu comportamento, através do qual me adapto incondicionalmente a certas diretrizes porque as tenho como legítimas em virtude da fonte de onde provêm: trata-se, neste caso, de uma verdadeira relação de poder, um poder de tipo "A". De outro lado, porém, a afirmação de Lasswell pode ser entendida no sentido de que aquele que possui certa Autoridade pode não ter todo o poder que na aparência exerce na relação de Autoridade. As relações de Autoridade podem ser acompanhadas de outras relações de poder ainda mais relevantes; e o titular de Autoridade, ao dar suas ordens, pode ser condicionado de forma substancial por outras relações de poder não legítimas e talvez largamente desconhecidas. E na medida em que isto acontece, podemos dizer que a Autoridade é apenas "aparente"; uma vez que C, enquanto acha que deve obedecer ao poder político de A, obedece, ao contrário, em maior ou menor grau, ao poder não legítimo de D.

Lembraríamos a este propósito todos os conselheiros secretos e todos os centros de poder que às vezes dirigiram, desde os bastidores, a representação da Autoridade iluminada pelas luzes da ribalta, bem como as transformações dos regimes políticos onde as mudanças na distribuição do poder efetivo precederam as da crença na legitimidade, vindo assim os regimes a tornarem-se mais ou menos formalistas: o rei aparece ainda como titular exclusivo da Autoridade, quando o poder já passou definitivamente às mãos do Parlamento.



Consideremos agora o ponto em que existe, nos destinatários, das ordens, menor crença na legitimidade do poder. Tal queda de crença na legitimidade pode verificar-se seja porque os súditos não crêem mais que a fonte de poder tenha a qualidade que antes lhe atribuíam (por ex., a legitimidade não foi "provada" ou foi considerada "ideológica"), seja porque os subordinados terminaram por abandonar o velho princípio da legitimidade para abraçar um novo. Em ambos os casos, a situação é normalmente de profundo conflito. Tanto os superiores quanto os subordinados tendem a considerar-se traídos nas suas expectativas e nos seus valores. A relação de Autoridade, então, diminui e, se a pretensão de mando permanece, se instaura uma situação de Autoritarismo. Num dos seus possíveis significados, o termo "autoritarismo" designa, na verdade, uma situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou o consenso dos subordinados. Neste sentido, é uma manifestação de autoritarismo alegar um direito em favor de um comando que não se apóia na crença dos subordinados; e é uma manifestação de autoritarismo pretender uma obediência incondicional quando os súditos entendem colocar em discussão os conteúdos das ordens recebidas. Portanto, uma situação de autoritarismo tende a instaurar-se todas as vezes que o poder é tido como legítimo por quem o detém, mas não é mais reconhecido como tal por quem a ele está sujeito. E esta situação se acentua se o detentor do poder recorre à força, ou a outros instrumentos de poder para obter aquela obediência incondicional que não consegue mais na base da crença na legitimidade.

Observe-se que este fenômeno da transformação da Autoridade em autoritarismo, com a simples mudança dos princípios de legitimidade aceitos pelos subordinados, pode referir-se a todas as estruturas da Autoridade, incluída a do Estado. Lembrarei apenas a este propósito os processos profundos de emancipação que se acham às vezes presentes nos movimentos nacionalistas de independência, mediante os quais grupos de homens mais ou menos numerosos rompem as barreiras de suas consciências, que os ligavam às velhas Autoridades.

Portanto, ainda que como tipo puro constitua a forma mais plena de poder socialmente reconhecido e aceito como legítimo, na realidade da vida social e política, a Autoridade é muitas vezes contaminada e apresenta, sob vários aspectos, uma característica de ambigüidade. Ela pode ser geradora de violência, na medida em que a crença na legitimidade de alguns consente o emprego da força em relação a outros; pode ser "falsa" na medida em que a crença na legitimidade não é uma fonte mas uma consequência psicológica, que tende a esconder ou a deformar; pode ser apenas "aparente", na medida em que o titular legítimo do poder não detém o poder efetivo; e pode transformar-se em autoritarismo, na medida em que a legitimidade é contestada e a pretensão do governante em mandar se torna, aos olhos dos subordinados, uma pretensão arbitrária de mando.

## TEXTO V -- AUTORITARISMO E SUAS FORMAS

### - Principais modalidades recentes

O autoritarismo corresponde ao exercício do poder desprovido de legitimidade. Contudo, nem todo tipo de poder com tal característica poderia ser nomeado de *autoritarismo*. Cumpre distinguí-lo do **totalitarismo**.<sup>(1)</sup>

O autoritarismo admite determinados níveis de oposição, às vezes para manter uma certa fachada, enquanto o totalitarismo corresponde ao poder total, que não tolera contrastação. Semelhante desfecho exige quebra da solidariedade popular. Como documenta Hannah Arendt,<sup>(2)</sup> o povo é transformado em massa, desprovida de vontade própria, passível de ser mobilizada pelo regime para sucessivas e intermináveis demonstrações de coesão. O autoritarismo não dispõe de idêntica capacidade de mobilização.

A monarquia absoluta, derrotada pelo sistema representativo no Ocidente, era uma forma de autoritarismo. Entretanto, o novo sistema não eliminou a possibilidade de que aparecessem modalidades autoritárias de sua prática.

No Volume II, em que sintetizamos a experiência política ocidental, estão apontados os percalços do processo de democratização do Estado de Direito, notadamente em decorrência da universalização do sufrágio. Na Europa, a principal forma emergente de autoritarismo seria aquela exercitada por lideranças carismáticas. Mussolini, na Itália, do mesmo modo que Hitler, na Alemanha, chegaram ao poder pelo voto popular. Os estudiosos costumam afirmar que Mussolini não conseguiu, a exemplo de Hitler, implantar regime de poder total (totalitarismo). Assim, classificam o fascismo italiano como autoritarismo.

Já na América Latina, a principal forma de autoritarismo seria a ditadura militar, em que pese exceções, a exemplo de Getúlio Vargas no Brasil.

Os regimes autoritários podem manter ou não o Parlamento. Caso o façam, recorrem a métodos eleitorais capazes de eliminar surpresas. A praxe mais freqüente corresponde à redução das dimensões do colégio eleitoral, para introduzir escolha indireta no nível decisivo. Aumentam, correlativamente, os postos preenchidos por simples nomeação.

Geralmente introduzem censura aos meios de comunicação.

Embora a sua intensidade possa variar segundo as situações, suspendem-se as liberdades individuais. A autonomia do Judiciário é afetada, excluindo-se desde logo institutos como o habeas-corpus ou o mandato de segurança.

O ponto fraco do regime autoritário - o mesmo ocorrendo com o totalitarismo - reside na alternância do governante no poder. No caso das ditaduras militares, terminam por introduzir a disputa partidária nas Forças Armadas, tanto entre as Armas como no interior destas.

### - Conceituação de autoritarismo<sup>(3)</sup>

**1. Problemas de definição** - O adjetivo "autoritário" e o substantivo Autoritarismo, que dele deriva, empregam-se especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. Em sentido psicológico, fala-se de personalidade autoritária quando se quer denotar um tipo de personalidade formada por diversos traços característicos centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si: de uma parte, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade. As ideologias autoritárias, enfim, são ideologias que negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes ' como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária.

A centralidade do princípio de autoridade é um caráter comum do Autoritarismo em qualquer dos três níveis indicados. Como conseqüência, também a relação entre comando apodítico e obediência incondicional caracterizam o Autoritarismo. A autoridade, no caso, é entendida em sentido particular reduzido, na medida em que é condicionada por uma estrutura política profundamente hierárquica, por sua vez escorada numa visão de desigualdade entre os homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e comporta normalmente um notável emprego de meios coercitivos. É claro, por conseguinte, que do ponto de vista dos valores democráticos, o Autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos, oprimindo sua liberdade. Por outro lado, do ponto de vista de uma orientação autoritária, é o igualitarismo democrático que não está em condições de produzir a "verdadeira" autoridade. Neste último sentido, diversos autores, especialmente alemães dos anos 30, propugnaram a doutrina do "Estado autoritário". Do mesmo modo, a "personalidade autoritária" foi em parte antecipada pelo psicólogo nazista E. R. Jaensch, o qual descreveu, em 1938, um tipo psicológico notavelmente semelhante avaliando-o tanto de forma positiva como de forma negativa.

Existe portanto um denominador comum no significado que o termo Autoritarismo assume nos três contextos indicados, embora neste campo haja conveniência de não se ir além dos limites. Um fundo de significado comum não quer dizer identidade, nem tão pouco plena coerência de significado. É um fato que o Autoritarismo é um dos conceitos que, tal como "ditadura" e "totalitarismo", surgiram e foram usados em contraposição a "democracia", pretendendo-se acentuar num caso ou noutro parâmetros antidemocráticos. Na verdade, as fronteiras entre estes conceitos são pouco claras e muitas vezes até instáveis em relação aos diferentes contextos. No nosso caso são relevantes sobretudo as relações entre Autoritarismo e totalitarismo e estas relações tendem a ser diferentes nos três níveis de

Autoritarismo acima indicados. A mais ampla extensão de significado de Autoritarismo acha-se nos estudos sobre a personalidade e sobre atitudes autoritárias. Apesar do conceito de "personalidade autoritária" ter sido criado originariamente para descrever uma síndrome psicológica dos indivíduos "potencialmente fascistas"; investigações posteriores estenderam o conceito ao próprio Autoritarismo de esquerda e indagaram os comportamentos autoritários das classes baixas da mesma forma com que analisaram os comportamentos das classes médias ou altas. Em geral, neste setor de pesquisa não se faz nenhuma distinção entre Autoritarismo e totalitarismo: No campo das ideologias políticas, a área de significado do Autoritarismo é incerta. Mas existe uma tendência significativa para limitar o uso do termo para as ideologias nas quais a acentuação da importância da autoridade e da estrutura hierárquica da sociedade tem uma função conservadora. Neste sentido, as ideologias autoritárias são ideologias da ordem e distinguem-se daquelas que tendem à transformação mais ou menos integral da sociedade, devendo entre elas ser incluídas as ideologias totalitárias. Em relação aos regimes políticos, enfim, o termo Autoritarismo é empregado em dois sentidos: um deles, muito generalizado, compreende todos os sistemas não democráticos caracterizados por um baixo grau de mobilização e de penetração da sociedade. Este último significado coincide em parte com a noção de ideologia autoritária. Mas só em parte, pois que existem tanto os regimes autoritários de ordem como os regimes autoritários voltados para uma transformação, embora limitada, da sociedade.

Em vista de tudo o que acabamos de expor, um fundo de significado comum não quer dizer plena coerência de significado. Mais importante do que isso é sublinhar que a existência de um fundo de significado comum não inclui a necessidade da co-presença fatural dos três níveis de Autoritarismo. Razoavelmente pode supor-se que exista uma certa congruência entre eles. Uma personalidade autoritária, por exemplo, sentir-se-á provavelmente à vontade numa estrutura de poder autoritária e achará provavelmente genial uma ideologia autoritária. Mas isto não significa que os três aspectos do Autoritarismo estejam sempre e necessariamente presentes ao mesmo tempo. Em que grau e com que frequência os três níveis de Autoritarismo se acham juntos ou separados nas diversas situações sociais é um quesito cuja resposta não pode ser prejudicada, na partida, pelas definições, mas deve ser pacientemente determinada através da investigação empírica. Em linha de princípio, nada exclui que crenças democráticas sejam impostas através de métodos autoritários. Ou que entre chefes de um Estado autoritário haja indivíduos não marcados por uma personalidade autoritária; ou que um regime autoritário de fato se acoberte por fora de uma ideologia democrática ou de uma ideologia totalitária que perdeu sua carga propulsiva e se transformou numa simples veste simbólica.

**2. As ideologias autoritárias.** - Já dissemos que não existe coerência plena de significado entre o Autoritarismo a nível de ideologia e o Autoritarismo a nível de regime político. A estrutura mais íntima do pensamento autoritário acha correspondência não em qualquer sistema autoritário e sim no tipo puro de regime autoritário conservador ou de ordem. Neste sentido, o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo. Sem um ordenamento rigidamente hierárquico, a sociedade vai fatalmente ao encontro do caos e da desagregação. Toda a filosofia política de Hobbes, por exemplo, pode ser interpretada como uma filosofia autoritária da ordem. Mas é uma teoria autoritária singular e de certo modo anômala, porque toma a iniciativa da igualdade entre os homens e deduz a necessidade da obediência incondicional ao soberano através de um processo rigorosamente racional. Geralmente, as

doutrinas, ao contrário, pelo menos as modernas, são doutrinas antirracionalistas e antiigualitárias. Para elas, o ordenamento desejado pela sociedade não é uma organização hierárquica de funções criadas pela razão humana, mas uma organização de hierarquias naturais, sancionadas pela vontade de Deus e consolidadas pelo tempo e pela tradição ou impostas inequivocamente pela sua própria força e energia interna. De costume, a ordem hierárquica a preservar é a do passado; ela se fundamenta na desigualdade natural entre os homens.

E evidente que o problema da ordem é um problema geral de todo o sistema político; e, como tal, não pode ser um monopólio do pensamento autoritário. Também em muitas exposições da ideologia liberal e da ideologia democrática se acha, entre outros princípios, uma valorização da importância da autoridade como agente da ordem social. Mas o que caracteriza a ideologia autoritária, além da visão da desigualdade entre os homens, é que a ordem ocupa todo o espectro dos valores políticos, e o ordenamento hierárquico que daí resulta esgota toda a técnica da organização política. Esta preocupação obsessiva pela ordem explica também por que o pensamento autoritário não pode admitir que o ordenamento hierárquico seja um simples instrumento temporário para levar a uma transformação parcial ou integral da sociedade, tal como acontece, pelo menos na interpretação ideológica, em muitos sistemas autoritários em vias de modernização e nos sistemas comunistas para a doutrina autoritária, a organização hierárquica da sociedade acha a própria justificação em si mesma e a sua validade é perene. Além do mais, o Autoritarismo, como ideologia da ordem, se distingue de forma clara do próprio totalitarismo fascista, já que ele apenas impõe a obediência incondicional e circunscrita do súdito e não a dedicação total e entusiástica do membro da nação ou da raça eleita. A ordenação hierárquica do Autoritarismo apóia-se essencialmente no modelo que precedeu a época da Revolução Industrial.

O pensamento autoritário moderno é uma forma de reação contra a ideologia liberal e democrática. A doutrina contra-revolucionária de J. de Maistre e de Bonald constitui sua primeira e mais coerente formulação. Mais tarde, com o inexorável avanço da sociedade industrial e urbana, o Autoritarismo compactuará com o liberalismo, colorir-se-á de um nacionalismo sempre mais vistoso e procurará respostas para o próprio socialismo. Logo depois da Revolução Francesa, a sociedade poderá ainda aparecer frente a um duplo objetivo: de um lado, a continuação das correntes inovadoras; do outro, a plena restauração da ordem pré-burguesa. Assim, Joseph de Maistre (1753-1821) pode contrapor ao iluminismo revolucionário uma doutrina que é uma reviravolta quase completa dele. Ao racionalismo iluminista ele opõe um radical irracionalismo. Segundo ele, as coisas humanas são o resultado do encadeamento imprevisível de numerosas circunstâncias, por detrás das quais está a Providência divina. É por isso que o homem deve ser educado nos dogmas e na fé e não no exercício ilusório da razão. À idéia de progresso, ele contrapõe a da tradição; a ordem social é uma herança da história passada que a consolidou e experienciou através do curso do tempo. Toda a pretensão do homem em transformar-se em legislador é perturbadora e desagregadora. À visão da igualdade dos homens contrapõe a da sua insuprimível desigualdade. À tese da soberania popular opõe a de que todo o poder vem de Deus. Aos direitos do cidadão o absoluto dever da obediência do súdito. A ordem do pensamento contra-revolucionário é rigorosamente hierárquica. Como escreve o visconde de Bonald (1754-1840), o poder do rei, absoluto e independente dos homens, é a causa; os seus ministros (a nobreza), que executam a vontade dele, são os meios; a sociedade dos súditos, que obedece, é o efeito.

Bonald e Maistre iniciam um dos principais filões do pensamento autoritário – o católico –, o qual, com o passar do tempo, será enriquecido de novos componentes e assumirá tons inéditos. Por exemplo, pelos meados do século XIX, Juan Donoso Cortés (1809-1853), frente ao desenvolvimento decisivo do liberalismo e da democracia e ao crescimento incipiente do socialismo, vê na raiz de todas estas correntes um pecado contra Deus e uma nostalgia satânica pelo caos. Pronuncia profecias apocalípticas prevendo que a monarquia não será mais suficiente para restaurar a ordem e que poderá dar vida a uma ditadura política. E entre os fins do século XIX e o início do século XX, o marquês de René de la Tour du Pin (1834-1924) contrapõe aos sindicatos socialistas uma reativação das corporações da Idade Média cristã, que deveriam abranger os proprietários, os dirigentes e os trabalhadores de todos os setores da indústria, esconjurando assim a luta de classes e que teriam, de outra parte, uma função consultiva, de modo a não atacar a autoridade absoluta da monarquia hereditária.

O Autoritarismo foi uma característica importante e corrente do pensamento político alemão do século XIX. Inicialmente, ele representou uma resistência contra a unificação nacional e contra a industrialização, embora depois tenha acompanhado e guiado estas. Citarei apenas alguns autores, cujas idéias tiveram um peso mais significativo até na política prática: Carl Ludwig Haller (1768-1854), de Berna, que construiu uma teoria contra-revolucionária fundada sobre a idealização do estado patrimonial da Idade Média e exerceu grande influência no círculo político de Frederico Guilherme IV; Friedrich Julius Stahl (1801-1861), que teorizou sobre a monarquia hereditária legítima de direito divino, contribuindo para dar forma ao programa conservador da monarquia prussiana que terminou na obra unificadora da Bismarck; e Heinrich Treitschke (1834-1896), cujas doutrinas se tornaram parte integrante da ideologia do império alemão até a Primeira Guerra Mundial.

O pensamento de Treitschke é muito interessante porque nele se reflete a situação de um Estado autoritário colocado diante do problema de operar uma forte mobilização social para consolidar a unidade nacional e para dirigir a modernização a partir de cima. De uma parte se acha nele um nítido nacionalismo com marcantes tendências imperialísticas e um moderado acolhimento das teses liberais para levar a burguesia à colaboração. De outra parte, o cerne da doutrina permanece autoritário, mesmo se a autoridade não se baseia na vontade de Deus e sobre a história e sim na história e na potência da mesma. O Estado é força, tanto para dentro como para fora, e o primeiro dever dos súditos é a obediência. A melhor forma de Governo é a monarquia hereditária, que se adapta às desigualdades naturais da sociedade, ao passo que a democracia contraria os dados naturais. O rei detém o poder, dirige o exército e a burocracia e escolhe autonomamente seu Governo. E o modelo da monarquia constitucional prussiana, na qual a função do Parlamento e dos partidos - que Treitschke admite - é pouco mais do que consultiva. Esta estrutura hierárquica do sistema político espelha e preserva as hierarquias naturais da sociedade civil, que têm no vértice a nobreza hereditária, a "camada eminentemente política", que tem em mãos a direção do Estado; no meio, a burguesia, que tem um papel importante na vida da cultura e na vida material, mas que degenera quando quer ocupar-se excessivamente dos negócios públicos; e, na base, a grande massa dos trabalhadores braçais. Entre estes, Treitschke prefere significativamente os camponeses, conservadores e ligados à tradição, e olha com suspeição os operários urbanos, irrequietos e "singularmente sensíveis às idéias de subversão".

Prosseguindo nesta breve resenha exemplificativa, pode lembrar-se como característica da primeira metade do século XX a doutrina de Charles Maurras (1868-1952) que encabeçou o movimento de extrema direita da *Action Française* na França da III

República e procurou depois do próprio pensamento a ideologia oficial do regime de Pétain. No contexto social em que Maurras teorizava, a industrialização tinha já avançado, a penetração do Estado na sociedade era notável e a eficácia da ação política exigia um alto grau de mobilização. Tudo isto repercutiu em traços do pensamento maurrasiano, que não fazem parte do Autoritarismo tradicional, do tipo do nacionalismo "integral", do anti-semitismo e do estilo de ação política por ele propugnado. Mas, simultaneamente, sua doutrina é fundamentalmente autoritária. Maurras odeia os "bárbaros" internos, armados com palavras de ordem sobre a igualdade e a liberdade; e odeia a democracia como força anárquica e destruidora. A salvação da França está na restauração de uma ordem que dê novo sangue vital às "belas desigualdades". A ordem de Maurras é necessariamente hierárquica e encarna uma "monarquia tradicional, hereditária, antiparlamentar e descentralizada", que tem o direito à obediência incondicional dos franceses. A descentralização do Estado tornou-se possível graças ao fato de a autoridade da monarquia ser indestrutível. Ela comporta a autonomia das comunidades locais e sobretudo um ordenamento corporativo do tipo do de la Tour du Pin. Uma das pilastras fundamentais da ordem maurrasiana é o exército pelo qual ele nutria um verdadeiro culto e também a Igreja católica, entendida não em sua mensagem cristã, mas como instituição de ordem e de hierarquia, e tudo, portanto, dentro de uma perspectiva de renovação da aliança do trono e do altar.

Certos aspectos do pensamento de Maurras, como o nacionalismo radical e o anti-semitismo, antecipam claramente o fascismo. Mas o Autoritarismo não é o totalitarismo fascista; e quando para ele confluí ou dele se torna um simples componente, perde sua natureza mais íntima. Na ideologia fascista, o princípio hierárquico já não é instrumento de ordem mas instrumento de mobilização total da nação para desenvolver uma luta sem limite contra as outras nações. Neste sentido, no fascismo a ideologia autoritária cessa e torna-se outra coisa.

Depois da Segunda Guerra Mundial e das conseqüências que dela derivaram, a ideologia autoritária acha-se frente a um mundo hoje muito estranho para poder lançar raízes profundas. Não faltam regimes autoritários de tipo conservador; mas é difícil que eles encontrem sua justificação numa ideologia autoritária explícita e decisiva. Como veremos abaixo, Juan Linz afirma que os atuais regimes autoritários, incluindo os conservadores, são caracterizados não pela ideologia, mas por simples "mentalidade". Esta diferenciação é talvez muito explícita e poderia ser formulada de maneira diferente, distinguindo entre ideologias de alto e de baixo grau de articulação simbólica e conceptual. Entretanto, fica sempre a verdade de que as ideologias autoritárias de hoje têm um modesto nível de elaboração. E isto, por sua vez, depende do fato crucial da perspectiva da conservação de uma ordem hierárquica estabelecida definitivamente e essencialmente ligada ao passado pré-burguês que foi inexoravelmente marginalizada como uma antiquilha inútil, por um mundo que é dominado, de fato e pelas expectativas dos homens, pela industrialização, pelo urbanismo e pela idéia de progresso e de mudança contínua da sociedade.

Parece portanto que a ideologia autoritária não tem futuro. Parece ainda que para ressurgir deverá adaptar-se aos novos tempos e corrigir de forma substancial sua filosofia. Na base de conjecturas, poderá imaginar-se que num mundo industrializado ela não poderá deixar de juntar à preservação da ordem um tipo de administração da mudança social; e que nesta alteração de rota poderá fazer reviver parcialmente o Autoritarismo comteano e um certo filão

elitístico que propugnou ou fantasiou uma elite dos intelectuais e dos competentes. A forma mais provável é talvez a de uma tecnocracia coerente levada até às últimas conseqüências.

**3. Personalidades e atitudes autoritárias.** - Muitos aspectos da personalidade autoritária foram já enucleados na descrição do "caráter autoritário" feita por Eric Fromm em *Fuga da liberdade* (1941). O texto fundamental neste campo é, todavia, a pesquisa monumental de Theodor W. Adorno e dos seus colaboradores, *A personalidade autoritária*, publicada em 1950. Esta pesquisa tem em mira descrever o indivíduo potencialmente fascista cuja estrutura da personalidade é tal que o torna particularmente sensível à propaganda antidemocrática. Os autores procuram na verdade demonstrar que o anti-semitismo, que constituía o tema inicial da pesquisa, é um aspecto de uma ideologia mais complexa caracterizada, entre outras coisas, pelo conservadorismo político-econômico, por uma visão etnocêntrica e, mais em geral, por uma estrutura autoritária da personalidade. Neste quadro, a personalidade autoritária é descrita como um conjunto de traços característicos inter-relacionados. Cruciais são as assim chamadas "submissão" e "agressão" autoritárias: de uma parte, a crença cega na autoridade e a obediência voltada para os superiores e, de outra, o desprezo pelos inferiores e a disposição em atacar as pessoas débeis e que socialmente são aceitáveis como vítimas. Outros traços relevantes são a aguda sensibilidade pelo poder, a rigidez e o conformismo. A personalidade autoritária tende a pensar em termos de poder, a reagir com grande intensidade a todos os aspectos da realidade que tocam, efetivamente ou na imaginação, as relações de domínio. É intolerante para com a ambigüidade, refugia-se numa ordem estruturada de modo elementar e inflexível e faz um uso marcado de estereótipos tanto no pensamento quanto no comportamento. É particularmente sensível em relação à influência de forças externas e tende a aceitar supinamente todos os valores convencionais do grupo social a que pertence. A estas características, Adorno e seus colaboradores juntaram outras que podemos passar adiante nesta exposição.

A interpretação que Adorno e seus colaboradores deram da personalidade autoritária é profundamente psicanalítica. Uma relação hierárquica e opressiva entre pais e filhos cria no filho um comportamento muito intenso e profundamente ambivalente em relação à autoridade. De um lado, existe uma forte disposição para a submissão; por outro lado, poderosos impulsos hostis e agressivos. Estes últimos impulsos são porém drasticamente eliminados pelo superego. E a extraordinária energia dos impulsos contidos, enquanto contribui para tornar mais cega e absoluta a obediência à autoridade, é, em sua maior parte, dirigida para a agressão contra os débeis e inferiores. É portanto um mecanismo através do qual o indivíduo procura inconscientemente superar seus conflitos interiores, o que desencadeia o dinamismo da personalidade autoritária. O indivíduo, para salvar o próprio equilíbrio ameaçado em sua raiz pelos impulsos em conflito, se agarra a tudo quanto ~ é força e energia e ataca tudo quanto é fraqueza. A este dinamismo fundamental estão ligados todos os outros traços da personalidade autoritária: desde a tendência a depender de forças externas até à preocupação obsessiva pelo poder e desde a rigidez até ao conformismo.

O estudo de 1950 esteve sujeito a várias críticas relativas tanto ao método usado quanto aos resultados obtidos. Entre as críticas de método lembraremos aquela segundo a qual a tendência dos sujeitos examinados a dar respostas "altas", isto é, a declarar-se de acordo com as proposições do questionário, pode depender mais do que de uma escolha de valores a respeito do conteúdo da proposição, da propensão a não discordar de uma afirmação já formulada. Essa propensão pode estar ligada principalmente a pessoas de baixa renda e com um baixo nível de instrução. Esta crítica é importante porque as diversas escalas empregadas



na pesquisa (escalas do anti-semitismo, do etnocentrismo, do conservadorismo político-econômico e das tendências antidemocráticas) foram todas construídas de modo que as respostas "altas", ou seja, do consenso mais ou menos destacado a respeito das proposições-teste constituíssem uma medida direta dos parâmetros politicamente "negativos": o anti-semitismo, o etnocentrismo, o conservadorismo político-econômico e as tendências antidemocráticas.

Foi observado também que as proposições-teste refletem de maneira acentuada a posição de esquerda moderada dos autores, de tal maneira que o que se conclui não é o Autoritarismo *tout court*, mas apenas o Autoritarismo de tipo fascista. Segundo esta crítica, Adorno e seus colaboradores trocaram a dicotomia preconceito-tolerância pela de direita-esquerda, com a conseqüência de ignorar totalmente os preconceitos associados às ideologias de esquerda e mais em geral o Autoritarismo de esquerda. Na verdade, pode afirmar-se que com base nas respostas aos questionários preparados por Adorno e pelos seus colaboradores, uma pessoa autoritária de esquerda teria verossimilmente totalizado um total de pontos muito baixo e teria sido considerada não autoritária. Pesquisas posteriores, levadas a cabo inclusive por alguns colaboradores de Adorno, procuraram corrigir este "tendenciosismo" da *personalidade autoritária*.

Mas a crítica mais comum e mais importante é talvez aquela que diz respeito à base exclusivamente psicanalítica: da interpretação da personalidade autoritária. Observou-se que uma interpretação mais completa deste tipo de personalidade requereria uma consideração exaustiva do ambiente social, das diversas situações e dos diversos grupos que podem influenciar a personalidade. Isto porque muitos fenômenos que à primeira vista aparecem como fatores de personalidade, depois de uma análise mais cuidada, podem revelar-se apenas como efeito de específicas condições sociais. Nesta linha se foi constituindo, por parte de vários autores, uma segunda explicação da formação da personalidade autoritária: a do chamado "Autoritarismo cognitivo". Segundo esta colocação, os traços da personalidade autoritária baseiam-se simplesmente em certas concepções da realidade existentes numa determinada cultura ou subcultura. Essas concepções são apreendidas pelo indivíduo através do processo de socialização e correspondem de forma mais ou menos realística às efetivas condições de vida de seu ambiente social. Na realidade, estas duas interpretações da personalidade autoritária não se excluem necessariamente entre si. Numerosas pesquisas empíricas feitas recentemente parecem mostrar que em certas situações ou em certas classes sociais se encontram muitos dos fatos mencionados pela teoria do "Autoritarismo cognitivo", enquanto que em outras situações e em outras classes sociais a interpretação psicanalítica mantém uma maior eficácia explicativa.

Indubitavelmente inclinada para uma interpretação sociológica mais do que psicológica dos comportamentos autoritários é a tese do "Autoritarismo da classe trabalhadora", destacada principalmente por Seymour M. Lipset. Esta tese não nega a existência de tendências autoritárias nas classes elevadas e médias, mas defende que na sociedade moderna as classes mais baixas se tornaram pouco a pouco a maior reserva de comportamentos autoritários. Por Autoritarismo não se entende aqui a síndrome da personalidade autoritária em toda a sua complexidade, mas de preferência uma série de atitudes individuais condizentes com uma disposição psicológica autoritária: uma baixa sensibilidade em relação às liberdades civis, a intolerância, baixa inclinação para sustentar um sistema pluripartidário, intolerância frente aos desvios dos códigos morais convencionais, propensão para participar de campanhas contra os estrangeiros ou minorias étnicas ou

religiosas, tendência para apoiar partidos extremistas, etc. Numerosas pesquisas mostraram que estes comportamentos estão presentes mais acentuadamente nas classes baixas. Lipset imputa esta correlação à situação social da classe trabalhadora, caracterizada por um baixo nível de instrução, por uma baixa participação na vida de organismos políticos e de associações voluntárias, por pouca leitura e escassa informação, pelo isolamento derivado do tipo de atividade desenvolvida (um fator que age em grau máximo no caso dos camponeses e de outros trabalhadores, como os mineiros), pela insegurança econômica e psicológica e pelo caráter autoritário da vida familiar. Todos estes fatores contribuem para a formação de uma perspectiva mental pobre e indefesa, feita de grande sugestibilidade, de falta de um senso do passado e do futuro, de incapacidade de ter uma visão complexa das coisas, de dificuldade de elevar-se acima da experiência concreta e de falta de imaginação. É exatamente dentro desta perspectiva mental que deve ser procurada, segundo Lipset, a complexa base psicológica do Autoritarismo.

Também à tese de Lipset foram dirigidas diversas críticas quer quanto ao método quer quanto à interpretação. No plano do método foi observado, por exemplo, que, em algumas pesquisas utilizadas por Lipset, o modo de calcular os percentuais, que em certos casos equiparava as respostas "não sei" àquelas que eram abertamente intolerantes, era desfavorável às classes baixas, onde existe maior quantidade de respostas incertas ou ausência de opinião. Além disso, o tipo de perguntas dirigidas aos entrevistados favorecia a classe média, já que tais perguntas se referiam a argumentos que poderiam ser interessantes e compreensíveis para as pessoas de classe média mas não da mesma maneira para os trabalhadores. No plano da interpretação, e com referência especial à classe operária, objetou-se que deveria ser levada em conta não apenas a condição de operário, mas a proveniência social do operário. E uma tentativa de reelaborar os dados neste sentido parece mostrar que o Autoritarismo deveria ser atribuído sobretudo aos operários de imediata proveniência camponesa. Foi notado ainda que os estudos sobre o Autoritarismo da classe operária deveria ter em conta a mobilidade vertical uma vez que há razões para defender que são sobretudo autoritários os elementos que descem da classe média para a classe operária e que, ao contrário, são tolerantes, aqueles que vão da classe operária para a classe média.

**4. Regimes e instituições autoritárias.** - Em sentido generalíssimo, fala-se de regimes autoritários quando se quer designar toda a classe de regimes antidemocráticos. A oposição entre Autoritarismo e democracia está na direção em que é transmitida a autoridade, e no grau de autonomia dos subsistemas políticos (os partidos, os sindicatos e todos os grupos de pressão em geral). Debaixo do primeiro perfil, os regimes autoritários se caracterizam pela ausência de Parlamento e de eleições populares, ou, quando tais instituições existem, pelo seu caráter meramente cerimonial, e ainda pelo indiscutível predomínio do poder executivo. No segundo aspecto, os regimes autoritários se distinguem pela ausência da liberdade dos subsistemas, tanto no aspecto real como no aspecto formal, típica da democracia. A oposição política é suprimida ou obstruída. O pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real. A autonomia dos outros grupos politicamente relevantes é destruída ou tolerada enquanto não perturba a posição do poder do chefe ou da elite governante. Neste sentido, o Autoritarismo é uma categoria muito geral que compreende grande parte dos regimes políticos conhecidos, desde o despotismo oriental até ao império romano, desde as tiranias gregas até às senhorias italianas, desde a moderna monarquia absoluta até à constitucional de tipo prussiano, desde os sistemas totalitários até às oligarquias modernizantes ou tradicionais dos países em desenvolvimento. Se tivermos presentes apenas os sistemas políticos atualmente existentes e concentrarmos a atenção sobre o papel que neles

têm os partidos, podemos distinguir três formas de regimes autoritários, segundo observações de Samuel P. Huntington e de Clemente H. Moore: os regimes sem partidos, que correspondem habitualmente a níveis bastante baixos de mobilização social de desenvolvimento político (Etiópia de Hailé Selassié, por exemplo); os regimes de partido único - no sentido real e não formal da expressão - que são os mais numerosos (a União Soviética, por exemplo); e, mais raramente, os regimes pluripartidários em que diversos partidos convencionam em não competir entre si, produzindo resultados funcionais muito semelhantes àqueles que encontramos no monopartidarismo (caso da Colômbia).

Todavia, na classificação dos regimes políticos contemporâneos, o conceito de Autoritarismo é empregado muitas vezes para designar, não todos os sistemas antidemocráticos, mas apenas uma sua subclasse. Neste sentido, distingue-se entre Autoritarismo e totalitarismo. A propósito desta distinção devemos dizer, em termos preliminares, que enquanto o uso estrito que se faz de Autoritarismo é útil e legítimo, o uso amplo de "totalitarismo" traz consigo inconvenientes sérios, sendo vivamente criticado. Na verdade o que se contrapõe aos regimes autoritários são todos os regimes monopartidários com índices de alta mobilização política característica básica do totalitarismo. Assim, a distinção entre os dois sistemas consiste no grau da penetração e da mobilização política da sociedade e dos instrumentos a que a elite governante especificamente recorre. Nos regimes autoritários a penetração-mobilização da sociedade é limitada: entre Estado e sociedade permanece uma linha de fronteira muito precisa. Enquanto o pluralismo partidário é suprimido de direito ou de fato, muitos grupos importantes de pressão mantêm grande parte da sua autonomia e por conseqüência o Governo desenvolve ao menos em parte uma função de árbitro a seu respeito e encontra neles um limite para o próprio poder. Também o controle da educação e dos meios de comunicação não vai além de certos limites. Muitas vezes é tolerada até a oposição, se esta não for aberta e pública. Para alcançar seus objetivos, os Governos autoritários podem recorrer apenas aos instrumentos tradicionais do poder político: exército, polícia, magistratura e burocracia. Quando existe um partido único, também acontece que ele não assume o papel crucial tanto no que diz respeito ao exercício do poder como no que diz respeito à ideologia, tal como acontece nos regimes "totalitários". Nestes últimos regimes, a penetração-mobilização da sociedade, ao contrário, é muito alta: o Estado, ou melhor, o aparelho do poder, tende a absorver a sociedade inteira. Neles, é suprimido não apenas o pluralismo partidário, mas a própria autonomia dos grupos de pressão que são absorvidos na estrutura totalitária do poder e a ela subordinados. O poder político governa diretamente as atividades econômicas ou as dirige para seus próprios fins, monopoliza os meios de comunicação de massa e as instituições escolares, suprime até manifestações críticas de pequeno porte ou de oposição, procura aniquilar ou subordinar a si as instituições religiosas, penetra em todos os grupos sociais e até na vida familiar. Este grande esforço de penetração e de mobilização da sociedade comporta uma intensificação muito destacada da propaganda e de arregimentação. Daqui nasce a importância central do partido único de massa, portador de uma ideologia fortemente dinâmica; e, em certos casos extremos, comporta também uma intensificação muito forte da violência; e daí nasce a importância, em casos extremos, da polícia secreta e dos outros instrumentos de terror.

O sociólogo político Juan Linz, que é dos autores que mais contribuíram para precisar a distinção entre "Autoritarismo" e "totalitarismo" na tipologia dos sistemas políticos contemporâneos, propõe esta definição: "Os regimes autoritários são sistemas políticos com um pluralismo político limitado e não responsável; sem uma ideologia elaborada e propulsiva, mas com mentalidade característica; sem uma mobilização política intensa ou vasta, exceção

feita em alguns momentos de seu desenvolvimento; e onde um chefe, ou até um pequeno grupo, exerce o poder dentro dos limites que são formalmente mal definidos mas de fato habilidosamente previsíveis". O primeiro ponto diz respeito ao pluralismo político: um pluralismo limitado de direito e de fato, mais tolerado do que reconhecido e não responsável, no sentido de que o recrutamento político de indivíduos provenientes das diversas forças sociais não se baseia sobre um princípio operante de representatividade dessas forças sociais, mas sobre escolha e preferência do alto. O segundo ponto destaca o baixo grau de organização e de elaboração conceptual das teorias que justificam o poder dos regimes autoritários e, por conseqüência, a sua modesta dinâmica propulsiva. O terceiro ponto acentua a escassa participação da população nos organismos políticos e parapolíticos, que caracteriza os regimes autoritários estabilizados, mesmo quando em certas fases de sua história, especialmente em fases iniciais, a mobilização pode ser muito maior. Finalmente, o quarto aspecto torna claro o fato de que o poder do chefe ou da elite governante se exerce dentro de limites bastante definidos, mesmo quando não estão estabelecidos formalmente. Estes limites estão evidentemente ligados a outros aspectos dos regimes autoritários: o pluralismo moderado, a falta de uma ideologia propulsiva, escassa mobilização e ausência de um eficiente partido de massa.

O grau relativamente moderado da penetração no tecido social dos regimes autoritários depende sempre do atraso mais ou menos marcante da estrutura econômica e social. Mas neste contexto, a elite governante pode ter dois papéis diversos: pode reforçar o modesto grau de penetração do sistema político, escolhendo deliberadamente uma política de mobilização limitada, ou escolher uma política de mobilização acentuada cujos limites serão definidos pelas condições do ambiente. Com base no comportamento desses fatores, G. A. Almond e G. B. Powell distinguem, no âmbito dos regimes autoritários, entre regimes autoritários de tipo conservador e regimes autoritários em vias de modernização. *Os regimes autoritários conservadores*, como os de Franco e de Salazar, surgem dos sistemas políticos tradicionais dinamizados por uma parcial modernização econômica, social e política, e têm em vista limitar a destruição da ordem social tradicional usando algumas técnicas modernas de organização, de propaganda e de poder. O poder de mobilização, porém, é muito limitado. O regime não procura entusiasmo e sustentação, contenta-se com a aceitação passiva e tende a desencorajar a doutrinação ideológica e o ativismo político. *Os regimes autoritários em vias de modernização* que podem ser encontrados em vários países do terceiro mundo surgem em sociedades caracterizadas por uma modernização ainda muito débil e obstaculada por vários estrangulamentos sociais. Eles pretendem reforçar e tornar incisivo o poder político para superar os impasses no caminho do desenvolvimento. A caminhada para a mobilização é por isso muito mais forte do que nos regimes de tipo conservador; mas a força de penetração do regime é limitada pela consistência das forças sociais conservadoras e tradicionais e pelo atraso geral da estrutura social e da cultura política. Nesta situação, a elite governante se esforça por introduzir 'os instrumentos modernos de mobilização social mas não está em condições de organizar um partido de massa verdadeiramente eficiente.

Estas dificuldades que a elite governante enfrenta são ainda maiores nos *regimes autoritários pré-mobilizados*, já que o ambiente que os caracteriza é uma sociedade ainda quase inteiramente tradicional, tanto na estrutura social como na cultura política. Num certo sentido, tais regimes não são senão "meros acidentes históricos, isto é, sistemas onde, em conseqüência do influxo do colonialismo e da difusão das idéias e das atividades existentes em países mais desenvolvidos, se criou uma elite modernizante e uma estrutura política diferenciada, muito antes que se tenha sentido a necessidade ou o impulso de desenvolver tais

estruturas e culturas por própria conta". Os enormes obstáculos que se opõem à mobilização política e à modernização, em casos como estes, ficaram bem ilustrados com os acontecimentos de Gana na época de Nkrumah.

Uma tipologia dos regimes autoritários contemporâneos, mais minuciosa e articulada, é a proposta por J. Linz. Prevê cinco formas principais e duas secundárias, sete tipos ao todo. 1) Os regimes autoritários *burocrático-militares* são caracterizados por uma coalizão chefiada por oficiais e burocratas e por um baixo grau de participação política. Falta uma ideologia e um partido de massa; existe freqüentemente um partido único, que tende a restringir a participação; às vezes existe pluralismo político, mas sem disputa eleitoral livre. É o tipo de Autoritarismo mais difundido no século XX: são disso exemplo o Brasil e a Argentina em alguns períodos da sua história, a Espanha de Primo de Rivera e os primeiros anos de Salazar em Portugal. 2) Os regimes autoritários de *estatalismo orgânico* são caracterizados pelo ordenamento hierárquico de uma pluralidade não competitiva de grupos que representam diversos interesses e categorias econômicas e sociais, bem como por um certo grau de mobilização controlada da população em formas "orgânicas". Existe também amiúde um partido único, com um papel mais ou menos relevante, ao mesmo tempo que a perspectiva ideológica do regime assenta numa certa versão do corporativismo. Exemplo típico do estatualismo orgânico encontramos-lo no *Estado Novo* português; mas também há tendências corporativas na Itália fascista, na Espanha franquista e em alguns países da América Latina. 3) Os regimes autoritários de *mobilização em países pós-democráticos* se distinguem pelo grau relativamente mais elevado de mobilização política, a que corresponde o papel mais incisivo do partido único e da ideologia dominante, e por um grau relativamente mais baixo de pluralismo político permitido. São os regimes usualmente chamados "fascistas" ou, pelo menos, a maior parte deles. O caso mais representativo é o do fascismo italiano. 4) Os regimes autoritários de *mobilização pós-independência* são os resultantes da luta anticolonial e da conquista da independência nacional, especialmente espalhados pelo continente africano. Caracterizam-se pelo surgimento de um partido único ainda débil e não apoiado pelas formações paramilitares típicas dos regimes fascistas, por uma *leadership* nacional muitas vezes de caráter carismático, por um incerto componente ideológico e por um baixo grau de participação política. 5) Os regimes autoritários *pós-totalitários* são representados pelos sistemas comunistas após o processo de destalinização. São o resultado combinado de diversas tendências: formação de interesses em conflito - portanto de um pluralismo limitado -, despolitização parcial das massas, atenuação do papel do partido único e da ideologia, acentuada burocratização. São tendências que provocam uma transformação considerável e sólida do anterior modelo totalitário. A estes cinco tipos principais de regimes autoritários, Linz acrescentou ainda o 6) *totalitarismo imperfeito*, que constitui geralmente uma fase transitória de um sistema cuja evolução para o totalitarismo é sustada e tende depois a transformar-se em qualquer outro tipo de regime autoritário, e 7) a chamada *democracia racial*, domínio autoritário de um grupo racial sobre outro grupo racial que representa a maioria da população (África do Sul), embora internamente ele se reja pelo sistema democrático.

Em analogia com os regimes políticos, pode-se atribuir o caráter do Autoritarismo também a outras instituições sociais familiares, escolares, religiosas econômicas e outras. Neste campo, o conceito de Autoritarismo torna-se muito genérico e pouco preciso, ainda que seja claro que, para as outras instituições sociais, tal como acontece com os regimes políticos, ele se refere à estrutura das relações de poder. Seria lícito dizer que uma instituição é tanto mais autoritária quanto mais as relações de poder que a distinguem são confiadas a comandos

apodícticos e ameaças de punição e tendem a excluir ou a reduzir ao mínimo a participação de baixo na tomada de decisões. Mas se pode ser relativamente fácil concordar em geral sobre os parâmetros do Autoritarismo das instituições, é muito mais difícil concordar sobre sua aplicação concreta a esta ou àquela instituição. Neste campo tornam-se claramente relevantes, mais do que em qualquer outra circunstância, as orientações de valor das diversas correntes. Isso pode ser facilmente observado considerando as respostas que de costume são dadas aos dois principais problemas que emergem no setor.

O primeiro problema pode ser formulado da maneira seguinte: até que ponto é legítima a *analogia* entre os conceitos de democracia e de Autoritarismo ao nível dos regimes políticos e os mesmos conceitos ao nível das diversas instituições sociais? De uma parte, alguns tendem a levar a analogia muito à frente, querem democratizar as várias instituições sociais, introduzindo parlamentos e assembléias com o máximo poder de decisão, na escola, na fábrica, na igreja, etc. e chamam de autoritárias todas as instituições que não se conformam com tais critérios. O alvo do ataque desta tendência radical é, em particular, a estrutura hierárquica das grandes unidades econômicas contemporâneas, para as quais a analogia com os regimes políticos não poderia ser negada desde o momento em que apenas as instituições sociais estão em condições de tomar decisões do mesmo alcance que o Governo. De outra parte há aqueles que refutam esta extensão do significado de Autoritarismo e que defendem o princípio da pluralidade das estruturas de poder nas diferentes instituições, afirmando que uma excessiva difusão dos processos democráticos de derivação política só leva a desnaturar a fisionomia específica e a minar o bom funcionamento dos diversos setores institucionais. Afirma-se, por exemplo, que nas instituições que dizem respeito às relações entre adultos e jovens, como a família e a escola, existe uma desigualdade de base que não permite uma total analogia com o sistema político; ou que a democratização dos problemas econômicos as privaria da sua eficiência.

Conexo com a resposta radical ou moderada que se dá ao primeiro problema é o tipo de solução do segundo problema que diz respeito à conexão entre a democracia e o Autoritarismo das instituições sociais e a democracia e o Autoritarismo do sistema político. Para os moderados, a conexão não existe ou então é mínima. Não só a organização hierárquica da família e da unidade econômica mas também a estrutura oligárquica dos próprios partidos não atinge a democracia. Por um lado, a oligarquia a nível de partido político se converte na democracia a nível de sistema em seu conjunto, se existe uma pluralidade de partidos, que periodicamente e livremente lutam pelo poder de Governo através do voto popular. Neste quadro, um certo grau de apatia política das massas é compatível com a democracia e pode até ser útil para a sua estabilidade. Para a posição radical, ao contrário, a democracia de um sistema político é avaliada com base na real participação dos cidadãos na formação das decisões; e nas atuais democracias liberais, a participação política é realmente insuficiente, porque os homens não são educados para uma tal participação, que muitas vezes diz respeito a problemas longínquos e abstratos, através da oportunidade de participar nas decisões que os tocam de perto na sua experiência concreta. Nesta perspectiva, a conexão entre o Autoritarismo ou a democracia das outras instituições sociais e o Autoritarismo ou a democracia do sistema político torna-se bastante estreita. Um sistema político democrático pressupõe uma sociedade democrática; e por isso as atuais democracias liberais devem sujeitar-se a uma profunda transformação, no sentido de uma nítida democratização das instituições sociais que, tal como acontece com as instituições econômicas, envolvem mais diretamente os interesses dos homens que nelas trabalham dia-a-dia.

Uma posição intermediária a respeito do problema da conexão está implícita na teoria da estabilidade dos sistemas políticos de Harry Eckstein. Segundo este cientista político, a estabilidade se apóia na "congruência" entre o modelo de autoridade do regime político e os modelos de autoridade vigentes nas instituições sociais. Neste sentido, a estabilidade da democracia inglesa e da norueguesa depende do fato que uma análoga dosagem de democracia e de autoridade caracteriza tanto o Governo quanto as instituições sociais; enquanto que a derrubada da República de Weimar se atribui ao contraste claro entre a organização democrática do Governo e a estrutura marcadamente autoritária das instituições sociais. Aqui, todavia, "congruência" nem sempre quer dizer um pleno "isomorfismo", mas muitas vezes indica uma semelhança "gradativa", mais relevante nas instituições mais próximas do Governo (partidos, grupos de pressão, associações voluntárias entre adultos) e muito menos significativa nas instituições mais distantes, como a família, a escola e forças de produção. Segundo Eckstein, o insuprimível componente autoritário de diversas instituições sociais torna mais estáveis os sistemas políticos nos quais a democracia do Governo é atenuada por uma certa "impureza".

**CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA**

**VOLUME IV – A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**



## SUMÁRIO

### TEXTO I – AS PRIMEIRAS DOCTRINAS DA REPRESENTAÇÃO SUBSEQÜENTES A LOCKE

- Premissa geral
- A originalidade do Parlamento moderno
- A natureza da representação segundo Burke e Stuart Mill
- Discurso aos eleitores de Bristol
- A resposta de Stuart Mill à pergunta “Deveriam os membros do Parlamento estar sujeitos ao mandado imperativo?”

### TEXTO II – A NOVIDADE REPRESENTADA PELA PROPOSTA DE BENJAMIN CONSTANT

- Dados biográficos e significado da obra do autor
- *Princípios de política* (1815)
- Nova doutrina da representação
- Como os doutrinários equacionaram a doutrina de Benjamin Constant
- A consagração da doutrina da representação de interesses

### TEXTO III – OS PARTIDOS POLÍTICOS

- A Doutrina do Partido Político
- Comentários à bibliografia sobre partidos políticos

### TEXTO IV – PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

- Enunciado geral
- As propostas do liberalismo social e do liberalismo conservador
- As propostas socialista e social democrata
- As encruzilhadas do conservadorismo católico

## TEXTO I – AS PRIMEIRAS DOUTRINAS DA REPRESENTAÇÃO SUBSEQÜENTE A LOCKE

### - Premissa geral

A doutrina do sistema representativo aparece pela primeira vez no livro *Segundo tratado sobre o governo civil*, de John Locke (1632-1704). John Locke era médico e, nessa condição, ligou-se a Anthony Ashley Cooper, Lord Shafsterbury (1621-1683), um dos líderes da luta contra a monarquia absoluta e em prol do fortalecimento do Parlamento. Devido a essa atividade, esteve preso e exilado. No último desses exílios, na Holanda, em 1681, seria acompanhado por Locke. Com a morte de Shafsterbury, logo depois, assume a articulação do que viria a ser a Revolução Gloriosa (1688), que pôs termo às ameaças de ascendência de reis católicos ao poder, com a colocação, em lugar de Jorge II, sua filha protestante (Maria II – 1662-1694), que era casada com o rei da Holanda, Guilherme de Orange (1650-1702); reinou na Inglaterra, acompanhando a mulher, como Guilherme III). Com a Revolução Gloriosa, começa o ciclo de consolidação do governo representativo. O *Primeiro tratado* havia sido dedicado a refutar a doutrina patrocinada pelos reis católicos, relativa à origem divina do poder do monarca.

John Locke praticaria um gesto simbólico da maior relevância: não deixou que os dois *Tratados sobre o governo* fossem incluídos como parte de sua obra. Estavam dedicados a generalizar a experiência das prolongadas guerras civis vivenciadas pela Inglaterra, no curso das quais um rei (católico) foi executado; o líder dos puritanos (protestantes), que se batia pelo Parlamento, acabou fechando-o e estabelecendo uma ditadura (Oliver Cromwell; 1599-1646). Depois de tanto sofrimento, voltou-se à estaca zero: restaurada a monarquia (1660) tem lugar a rearticulação do absolutismo e a volta de um rei católico ao trono. A obra de Locke destinava-se a unificar o ponto de vista da elite em torno de alguns princípios que deveriam nortear o funcionamento do governo representativo. Tais princípios seriam transformados em lei pela Revolução Gloriosa. Assim, Locke entendia que o papel daqueles livros se esgotara.

No *Segundo tratado*, o Parlamento é apresentado como Poder Supremo. O direito de fazer-se nele representar estava adstrito aos proprietários. Essa diretriz resultou da verificação de que a luta contra a monarquia absoluta era de fato incruenta. Se a pessoa não tivesse posses não teria condições de resistir. O desdobramento ulterior deveria ficar adstrito à experiência.<sup>(1)</sup>

E foi precisamente o que aconteceu. A ampliação do direito de voto, na Inglaterra, primeiro beneficiou a elite proprietária urbana, que havia se expandido em decorrência da Revolução Industrial. E, mais tarde, os trabalhadores de um modo geral, introduzindo-se o sufrágio universal. Na altura em que tal se deu, nas últimas décadas do século XIX, o operariado manufatureiro estava organizado nas Trade Unions.

Outro fato que muito contribuiu para aprofundamento da doutrina da representação seria a experiência de funcionamento dos Partidos Políticos. Este é um processo, basicamente, do século XX. No anterior, os partidos eram simples blocos

parlamentares. Adquirem progressivamente estrutura definida com a prática do sufrágio universal.

Finalmente, outra experiência social que enriqueceu a doutrina da representação seria a socialista. Agora o representante, além de ligar-se a um partido político, juntamente com este precisa estar ligado a uma proposta de organização da sociedade.

Tais são os aspectos a serem desenvolvidos na abordagem do tema da representação política.

### **- A originalidade do Parlamento moderno**

A natureza da representação política foi discutida inicialmente tendo como referência o chamado mandato imperativo.

**O mandato imperativo é a denominação que se dá ao tipo de delegação que era atribuída aos representantes dos Estados Gerais ou Cortes. Essa instituição existiu em diversas monarquias européias e não tem maior relação com o Parlamento moderno, embora se chegasse a empregar o mesmo nome, como se deu em Portugal em seguida à Revolução do Porto.<sup>(2)</sup> A praxe da convocação de Cortes foi abolida com o absolutismo, razão pela qual alguns estudiosos pretenderam nela enxergar um antecedente liberal. Contudo, mesmo no caso da Inglaterra, o comparecimento às Cortes era um dever e não um direito, o que distingue radicalmente as duas instituições.**

**A maneira como funcionavam as instituições medievais em apreço foi caracterizada por Thomas N. Bisson num artigo aparecido na revista *Humanities*, transcrito na publicação homônima (*Humanidades*), que durante um certo período foi editada pela Universidade de Brasília. O prof. Bisson é catedrático de História, na Universidade da Califórnia, e vice-presidente norte-americano da Comissão Internacional para a História das Instituições Representativas e Parlamentares. No artigo mencionado afirma o seguinte: "As concepções modernas de governo limitado muito devem à Idade Média. Não corremos o risco de ignorar essa dívida. Mas foi somente ontem - por assim dizer - que aprendemos a ler corretamente os registros da consulta medieval; aprendemos a apreciar quão diferentes de um congresso moderna eram essas ocasiões. Se pudéssemos escutar a retórica política laudatória e sem interesse, se pudéssemos verificar como demorou para que a representação nas assembléias leigas viesse a ser associada à eleição, poderíamos compreender o governo moderno".<sup>(3)</sup>**

Naquelas circunstâncias, o mandatário somente podia concordar com as exigências da Monarquia que tivessem sido aprovadas previamente pelo respectivo Estado.<sup>(4)</sup> Os integrantes deste último não estavam obrigados a cumprir uma decisão que violasse tal regra. O tema aflorou na primeira Assembléia Constituinte, saída da Revolução Francesa, e a Constituição de 1791 proibia expressamente o mandato imperativo, dispositivo que figurou igualmente em outras constituições.

A discussão efetivamente moderna esteve, entretanto, circunscrita à Inglaterra, por ser este o único país em que existia o sistema representativo.

O inteiro teor do artigo do prof. Bisson é apresentado adiante.

### **As Origens das Instituições Representativas**

Thomas N. Bisson

**O frade dominicano Humberto de Romans, escrevendo por volta de 1270 sobre oratória sacra, sugeriu a quem estivesse buscando assunto para um sermão que ele freqüentasse os parlamentos. Ali encontraria muito que deplorar: conselheiros malvados, injustiça, abandono dos pobres, defesa dos “homens maus” e corrupção. A partir desta enumeração, um cínico poderia deduzir que já existia o Parlamento. Humberto explicou que os parlamentos forneciam a ocasião “para os grandes reis” convocarem conselheiros, homens proeminentes e membros do clero para deliberar sobre “assuntos importantes”, para verificar as prestações de contas dos funcionários reais e estabelecer normas que atendessem às necessidades do reino. Poder, influência, interesse e dinheiro! Essas expressões de Humberto nos são familiares.**

No entanto, a realidade não é bem igual à nossa, e também, a rigor, não era nova no séc. XIII. Os governantes medievais tradicionalmente convocavam os magnatas em ocasiões festivas, como o Natal, a Páscoa e Pentecostes. Nessas cortes solenes formulavam-se conselhos, promulgavam-se leis e ocorria o que chamaríamos atividade política. Entretanto, foi somente por volta de 1250, quando aumentaram as pressões das atividades judiciais e financeiras para uma população cada vez maior, e as necessidades administrativas e militares se tornaram cada vez mais custosas, que, na França e na Inglaterra, as grandes cortes passaram a ser chamadas “parlamentos”. O que começou a impressionar os administradores e advogados, assim como os frades, nessas assembléias, foi o ato de conversar, de “falar em conjunto” (em francês antigo: *parlement*). E como pessoas em conjunto devem ter sempre conversado, esta mudança deve indicar uma *nova maneira* de falar. Pode-se acreditar que indicasse a transformação do procedimento tradicional de consulta cerimoniosa para uma nova forma de encontro político, para um foro onde os governantes já não se sentiam mais capazes de impor o consenso, mas onde tinham de aprender a conquistar esse consenso.

Não se conhece qualquer transformação semelhante em outras sociedades tradicionais. O crescimento do governo parlamentar é um fenômeno especificamente ocidental, e uma das grandes e criativas realizações da Idade Média. Não se trata simplesmente de institucionalizar o debate, apesar de a maioria dos historiadores contemporâneos considerar decisiva a nova dimensão política. Significava também o reconhecimento de um recém-formado interesse pelos Estados da sociedade e pela incorporação dos representantes desses Estados na assembléia, através de procedimentos formais de convocação. Nos reinos espanhóis, as Cortes, abrangendo o alto clero, os barões seculares e freqüentemente os deputados das cidades, eram convocadas desde o início do séc. XIII com certa regularidade processual e funcional. Depois de 1300 alcançaram uma função constitucional, o direito virtual de serem convocadas para questões administrativas e fiscais. Na França, os Estados surgiram depois de 1300 (e a maioria depois de 1350) a partir de tradições anteriores de consulta provincial. Geralmente compostos, como as Cortes de homens

dos três Estados ou “ordens” (états) da sociedade, também serviam para finalidades administrativas e fiscais, apesar de seus poderes variarem muito de acordo com a província. Nenhum regime de Estados se desenvolveu a nível nacional: as tentativas de Filipe, o Belo (1285-1314), convocando vastas assembléias nacionais para ratificar sua política antipapal e antitemplária não se perpetuaram, e as assembléias reais centrais com finalidades fiscais ou políticas não passaram de expedientes ocasionais na França medieval posterior. As assembléias de Estados eram designadas de forma variada – *landtagen* na Alemanha, *parlamenti* na Itália, *dietas* na Polônia e em outros países – e desenvolveram-se também na Europa central e Oriental, geralmente em âmbito provincial, como na França. Também muito importante como cenário da atividade parlamentar foi a Igreja cristã. Os grandes concílios do final da Idade Média representavam, em alguns casos, uma autoproclamada “comunidade de fiéis”, e durante algum tempo parecia que o próprio papado poderia vir a tornar-se uma forma de monarquia limitada.

Com o fim da Idade Média, a maioria dessas assembléias tiveram seus poderes freados ou até mesmo abolidos; algumas desapareceram totalmente. Somente na Inglaterra o Parlamento sobreviveu integralmente como órgão de autoridade representativa plenamente constitucional, mas até mesmo ali isso só foi possível graças à singular circunstância da autocracia Stuart, que assegurou o renascimento dos precedentes medievais de autonomia dos concílios e do consentimento fiscal. O Parlamento inglês teve sua origem nos tumultos constitucionais do séc. XIII. Em 1215, o rei João prometeu na *Magna Carta* convocar seus principais feudatários – tanto eclesiásticos como os barões – sempre que pretendesse estabelecer um imposto para qualquer outra finalidade que não a usual no feudalismo (casamento ou sagração). Durante o reinado de Henrique III (1216-1272), os grandes conselhos tinham a tendência ou mesmo pretendiam representar a “comunidade do reino”, enquanto os cavaleiros do condado eram ocasionalmente convocados à corte do rei para finalidades administrativas. Quando Henrique perdeu o apoio de seus barões e prelados em questões fiscais e de política externa, um conselho reformador tentou impor-lhe a obrigação de convocar três parlamentos por ano (1258). Mas ninguém queria discutir *tanto* assim; em pouco tempo o rei recuperou sua iniciativa para ocasionalmente convocar os parlamentos; entretanto, ele deu-se conta das vantagens de ampliar a convocação para incluir representantes dos condados e das cidades. A Inglaterra não foi o único país onde a pequena nobreza alcançou uma representação parlamentar, mas foi só na Inglaterra que esses cavaleiros resolveram associar-se aos deputados das cidades (burgueses). Foi assim criada a Câmara dos Comuns em meados do séc. XIV, quando, por ocasião de outro confronto de forças no conflito com Eduardo II (1307-1327), o Parlamento adquiriu poderes constitucionais e até mesmo um certo grau de autonomia processual. O “Método de Funcionamento do Parlamento” foi elaborado em 1320 para ser utilizado por advogados; era um manual de instruções, que não teve paralelo em outro país, para fazer o Parlamento funcionar. Nos 100 anos que se seguiram a 1340, noventa Parlamentos reuniram-se na Inglaterra. Através do direito de iniciativa, os Comuns adquiriam uma efetiva participação na legislação. Outra peculiaridade inglesa: no séc. XIV, o clero abandonou o Parlamento, formando a sua própria assembléia, denominada “Convocação”.

Os historiadores do séc. XIX tinham a plena convicção de que a Idade Média era a idade de ouro da vida parlamentar. Cheios de entusiasmo liberal-democrático, alguns dentre eles, como Hallan e Guizot, supunham que se deveria explicar a origem do “princípio representativo” pelo qual as classes que “possuíam o poder político” foram progressivamente admitidas a participar do poder real. Essa visão parecia ser confirmada pelo vigor de um

fenômeno amplamente disseminado: o crescimento do comércio e das cidades. Mas, quando os historiadores passaram a pesquisar os registros das assembleias medievais, começaram a surgir algumas dúvidas. Em 1885, Ludwig Riess demonstrou que, na Idade Média, a atitude dos Comuns em relação ao rei da Inglaterra assemelhava-se mais ao cumprimento de um dever que a um direito. Alguns anos mais tarde, F. W. Maitland provou que no início o Parlamento era fundamentalmente uma corte de justiça e não uma legislatura e, baseando-se nessa perspectiva, uma série de historiadores acadêmicos, incluindo o norte-americano C. H. McIlwain, elaboraram e fizeram prevalecer uma visão do Parlamento que considerava a instituição como uma "corte suprema". Nas palavras de A. B. White: "autonomia sob comando do rei".

Essa visão revisionista foi muito perturbadora. Se a representação medieval não pudesse ser considerada um precoce liberalismo burguês, teria desaparecido uma das mais valiosas idéias do medievalismo. O enfraquecimento de alguns regimes parlamentares no séc. XX acrescentou novos dados à confusão. O trabalho de alguns historiadores "corporativistas", liderados pelo belga Emile Lousse, poderia ser elaborado em termos antidemocráticos, apesar de contribuir poderosamente para que viéssemos a entender o condicionamento social e legal dos Estados Medievais. Mas, à medida que caía o véu de anacronismo, tornou-se claro que não era necessário agarrar-se a uma visão liberal-democrática das origens parlamentárias para concluir que aquilo que a experiência medieval ocidental tinha de mais original ou distintivo era a tendência a limitar o exercício do poder. Mas essa limitação de poder não era, de forma alguma, popular ou democrática. Evoluiu a partir da compreensão tradicional do valor do conselho e também a partir de idéias legais revigoradas sobre o consentimento que antecederam as novas assembleias na experiência das elites clericais e subsistiram independente delas; essas idéias, conforme já foi demonstrado, poderiam na prática ter aplicações curiosamente ambíguas. Por exemplo, na formulação muito influente sobre a necessidade de conselho, São Bento prescreveu que em assuntos importantes o abade convocasse os frades para ouvir os conselhos deles, embora a rigor não precisasse seguir suas opiniões ao decidir. Da mesma maneira, no que diz respeito ao consentimento, o princípio do direito privado romano de que, quando o direito de várias pessoas estivesse em jogo numa determinada causa, exigia-se o consentimento de todos para resolvê-la, pode ter sido interpretado de modo diverso na prática. Encontramo-lo, por exemplo, nas convocações para alguns parlamentos britânicos em que, segundo parece, o consentimento dos presentes era considerado obrigatório, mas não discricionário. A questão talvez fique mais perfeitamente ilustrada com outro conceito legal romano – a adaptação dos poderes do procurador às assembleias leigas dos sécs. XIII e XIV. Ali, da mesma forma que nas cortes de justiça, o problema era assegurar que as decisões aprovadas pelos representantes obrigassem os principais. Os mandatos dos procuradores eram examinados nas assembleias, sendo às vezes rejeitados como “insuficientes”; essa prática sugeriu a Gaines Post um estudo notável, onde conclui que o consentimento formulado nessas assembleias de espírito curial deveria ser menos soberano que processual.

E no entanto essas idéias, não importa como aplicadas, inevitavelmente patrocinaram a exigência de um processo adequado para formalizar o processo de decisão. Poderiam ser ignoradas ou abusava-se delas, mas, quando regularmente observadas, revelavam-se incompatíveis com as formas de governo arbitrárias ou abusivas que vinham sendo rejeitadas no séc. XII. Constituíam peças importantes para a construção do governo legal. E, conforme sugeriram Brian Tierney e outros historiadores, é impossível dissociar o progresso dessas idéias da reorganização da Igreja na Alta Idade Média, de sua constante

valorização do processo judicial baseado na evidência racional, e da vida conciliar, onde as sofisticadas técnicas de representação foram inicialmente concebidas. Se a idéia de um governo constitucional desenvolveu-se inicialmente só no Ocidente, pode-se muito bem atribuí-lo à oportuna aliança entre as necessidades institucionais das sociedades subdesenvolvidas, embora em crescimento, e ao processo escrito e racional de uma Igreja que estava revivendo antigos preceitos de ordem pública.

Assim, as concepções modernas de governo limitado muito devem à Idade Média. Não corremos o perigo de ignorar essa dívida. Mas foi somente ontem - por assim dizer - que aprendemos a ler corretamente, os registros da consulta medieval; aprendemos a apreciar quão *diferentes* de um congresso moderno eram essas ocasiões descritas por Humberto de Romans. Se pudéssemos escutar um de seus sermões e a Missa do Espírito Santo com que eram inauguradas as assembléias, se pudéssemos escutar a retórica política laudatória e sem interesse, se pudéssemos verificar como demorou para que a representação nas assembléias leigas viesse a ser associada à eleição, poderíamos compreender melhor o governo moderno. E poderíamos também aprender que a vida parlamentar teve uma história, a sua própria história, na Idade Média.

#### **- A natureza da representação segundo Burke e Stuart Mill**

A discussão do tema da representação política foi iniciada por Edmund Burke (1729-1797). No famoso *Speech to the Electors of Bristol* (1774), Burke indica que "a felicidade e a glória de um representante devem consistir em viver na união mais estreita, na correspondência mais íntima e numa comunicação sem reservas com seus eleitores. Seus desejos devem ter para ele, grande peso, sua opinião o máximo respeito, seus assuntos uma atenção incessante".

Mas o representante precisa ter uma opinião imparcial e juízo maduro ao invés de simplesmente submeter-se à vontade dos eleitores. Diz textualmente: "Vosso representante deve a vós não somente sua indústria, senão seu juízo, e vos atraiçoa, em vez de vos servir, se se sacrifica à vossa opinião".

Naquela oportunidade, Burke avançou uma solução que iria marcar profundamente todo o debate subsequente. Afirma então: "Somos agora Deputados por uma rica cidade comercial; mas esta cidade não é, no entanto, senão uma parte de uma rica Nação comercial cujos interesses são variados, multiformes e intrincados. Somos Deputados de uma grande Nação que, no entanto, não é senão parte de um grande Império, estendido por nossa virtude e nossa fortuna aos limites mais longínquos do oriente e do ocidente... Somos Deputados de uma monarquia grande e antiga..."

E assim por diante. Quer dizer: ao ser eleito, o parlamentar torna-se representante de toda a Nação.

Embora inteiramente pertinente a diferença que Burke estabelece entre mandato parlamentar e mandato imperativo, o mesmo podendo dizer-se da solução que encontrou, a mudança de condição exigia alguma sorte de explicação. John Stuart Mill (1806-1873) pretendeu justificar a independência do representante, argumentando que este é (ou deveria

ser) mais instruído e mais sábio que seus eleitores,<sup>(5)</sup> linha de argumentação de todo insubsistente.

- Discurso dos eleitores de Bristol (1774)

Edmund Burke nasceu em Dublin, capital da Irlanda, em 1729 e ali mesmo concluiu a sua formação acadêmica, estudando inclusive no famoso Trinity College. Revelou desde logo interesse por questões filosóficas, publicando em 1756, com 27 anos de idade, dois livros desse teor. O primeiro dedicado ao debate da tese de que a constituição da sociedade teria sido precedida pelo *estado de natureza*, no qual inexistiriam regras legais. Imaginou, entre as duas situações, o que chamou de "sociedade natural". Essa tese não prosperou. Em contrapartida, o segundo livro - *Inquérito filosófico sobre a origem das idéias de sublime e beleza* -, alcançaria repercussão nos círculos especializados. Kant teria oportunidade de referi-lo expressamente e considera-se que se teria deixado influenciar. Entretanto, Burke preferiu dedicar-se à atividade política, tendo sido eleito para integrar o Parlamento.

**Como parlamentar, Burke teria oportunidade de participar de grandes acontecimentos.**

**Assim, posicionou-se contra a ocupação da Índia pela Inglaterra e combateu a legislação que discriminava os católicos. Opôs-se tenazmente ao empenho do rei Jorge III (reinou de 1760 a 1820) de mudar o status dos ingleses na colônia americana, cobrando-lhe impostos sem a sua audiência, levando à guerra iniciada em 1775, de que resulta a proclamação da independência no ano seguinte ( 1776).**

Deu-lhe grande nomeada o livro que publicou em oposição à Revolução Francesa (*Reflexões sobre a revolução na França*, 1790).

Considerando que nessa última obra posiciona-se francamente a favor da tradição, alguns autores tomam-no como iniciador do *tradicionalismo político*. A classificação, entretanto, não é correta, na medida em que se trata de uma espécie de conservadorismo contrário às instituições do sistema representativo e, por isto mesmo, radicalmente diverso do conservadorismo liberal. Além disto, Burke sequer mereceria o qualificativo de conservador porquanto militava nas hostes liberais (embora a criação do Partido Liberal inglês seja posterior ao seu falecimento, pertencia ao grupo que lhe deu origem, então denominado de whig, em contraposição a *torie*, corrente que, por sua vez, desembocaria no Partido Conservador).

Finalmente, é o primeiro autor que procura discutir a questão da natureza da representação política, no texto que se tornaria clássico, intitulado *Discurso aos eleitores de Bristol* (1774), adiante transcrito. Faleceu em 1797, aos 68 anos de idade.

Segue-se a transcrição do famoso discurso.

Sou grato em todas as coisas aos habitantes desta cidade. Meus amigos particulares têm sobre mim o direito a que eu não defraude as esperanças que em mim depositaram. Nunca houve causa que tenha sido apoiada com mais constância, mais atividade, mais espírito. Fui apoiado com um zelo e um entusiasmo por parte de meus amigos que - de haver sido seu objeto e esforço de suas gestões - nunca poderia ser suficientemente agradecido. Apoiaram-me baseando-se nos princípios mais liberais. Desejavam que os



Deputados de Bristol fossem escolhidos para representar a cidade e o país e não para representar a eles exclusivamente.

Até agora não estão decepcionados. Ainda que não possa nada mais, estou seguro de possuir a têmpera adequada para vosso serviço. Nada conheço de Bristol, senão os favores que recebi e as virtudes que vi serem praticadas nesta cidade.

**Conservarei sempre o que sinto agora: a adesão mais perfeita e agradecida de todos meus amigos - e não tenho inimizades nem ressentimentos. Não posso considerar nunca a fidelidade aos compromissos e a constância na amizade senão com a mais alta aprova o, ainda quando essas nobres qualidades se empreguem contra minhas próprias pretensões. O cavalheiro que não haja tido a mesma fortuna que eu nessa luta, goza, a este respeito, de um consolo que lhe traz tanta honra, a ele, como a seus amigos. Esses não deixaram, certamente, nada por fazer a seu serviço.**

No que diz respeito   petulância trivial que o ódio partidário provoca em mentes pequenas, ainda que se mostre neste Tribunal, não me causaria a mais ligeira impressão. O v o mais alto de tais pássaros queda limitado às camadas inferiores do ar. Nós os ouvimos e os vemos da maneira como v s, cavalheiros, gozais do ar sereno das rochas elevadas, e olhais as gaivotas que bicam o barro deixado a descoberto pela maré baixa.

Sinto não poder concluir sem dizer uma palavra acerca de um tema que foi tocado por meu digno colega. Desejaria que houvesse passado o assunto por alto, porque não tenho tempo para examin -lo a fundo. Mas já que ele considerou oportuno abordar a matéria, devo a vós uma clara explica o de meus pobres sentimentos a respeito.

Ele vos disse que "o tema das instru es ocasionou muitas altera es e desassossego nesta cidade" e, se entendi bem, se expressou em favor da autoridade coercitiva das referidas instru es.

Certamente, cavalheiros, a felicidade e a glória de um representante devem consistir em viver na união mais estreita, a correspondência mais ótima e uma comunica o sem reservas com seus eleitores. Seus desejos devem ter, para ele, grande peso, sua opinião, o máximo respeito, seus assuntos, uma aten o incessante.   seu dever sacrificar seu repouso, seus prazeres e suas satisfa es aos daqueles; e, sobretudo, preferir, sempre e em todas as ocasiões, o interesse deles aos seus próprios. Mas sua opinião imparcial, seu juízo maduro e sua consciência ilustrada não deve sacrificá-los a v s, a nenhum homem, nem a grupo de homens. Todas essas coisas não as tem derivadas de vossa vontade nem do Direito e da Constitui o. São um depósito, efetuado pela Província, de cujo abuso   tremendamente responsável. Vosso representante deve a vós não somente sua indústria, senão seu juízo, e vos atraiçoa, em vez de vos servir, se se sacrifica a vossa opinião.

Meu digno colega disse que sua vontade deve ser servidora da vossa. Se isso fora tudo, a coisa seria inocente. Se o Governo fosse, em qualquer parte, questão de vontade, a vossa deveria, sem nenhum gênero de d vida, ser superior. Mas o Governo e a legisla o são problemas de razão e juízo e não de inclina o e que classe de razão   essa na qual a determina o precede a discussão, na qual um grupo de homens delibera e outro decide, e na

qual aqueles que adotam as conclusões estão, acaso, a trezentas milhas dos que ouvem os argumentos?

Dar uma opinião é direito de todos os homens; a dos eleitores é uma opinião de peso e respeitável, que um representante deve sempre alegrar-se de escutar e que deve estudar sempre com a máxima atenção. Mas instruções *imperativas*, *mandatos* que o Deputado está obrigado, cega e implicitamente, a obedecer, votar e defender, ainda que sejam contrárias às convicções mais claras de seu juízo e de sua consciência, são coisas totalmente desconhecidas nas leis do país e surgem de uma interpretação fundamentalmente equivocada de toda a ordem e o temor de nossa Constituição.

O Parlamento não é um congresso de embaixadores que defendem interesses distintos e hostis, interesses que cada um de seus membros deve sustentar, como agente e advogado, contra outros agentes e advogados, senão uma assembléia deliberante de uma Nação, com um interesse: o da totalidade; de onde devem prevalecer não os interesses e preconceitos locais, mas o bem geral que resulta da razão geral do todo. Elegestes um Deputado; mas quando o escolheste, não é ele o Deputado por Bristol, mas um membro do Parlamento. Se o eleitor local tiver um interesse ou formar uma opinião precipitada, opostos evidentemente ao bem real do resto da comunidade, o Deputado, nesse ponto, deve, como os demais, abster-se de qualquer gestão para proporcionar-lhe êxito. Peço perdão a vós por me haver estendido nesse item. Vi-me involuntariamente obrigado a tratar disso; quero, porém, ter sempre, com relação a vós, uma franqueza respeitosa. Serei, até o fim de minha vida, vosso fiel amigo e devoto servidor; não desejais um adulator. Nesse assunto de instruções, não creio que possamos ter nenhuma espécie de discrepância.

Desde o primeiro momento em que me propus a solicitar vosso apoio, até este dia feliz em que haveis escolhido, não prometi outra coisa senão intentos humildes e perseverantes de cumprir com meu dever. Confesso que o peso desse dever me faz tremer e quem quer que considere bem o que significa, recuará, desprezando toda outra consideração, tudo o que tenha a mais ligeira probabilidade de ser um compromisso positivo e precipitado. Ser um bom membro do Parlamento é, permiti-me dizer-vos, uma tarefa árdua; especialmente neste momento em que existe uma facilidade tão grande de cair nos extremos perigosos da submissão servil e do populismo. É absolutamente necessário unir a circunspeção com o vigor, mas é extremamente difícil. Somos, agora, Deputados por uma rica cidade comercial; mas esta cidade não é, no entanto, senão uma parte de uma rica Nação comercial cujos interesses são variados, multiformes e intrincados. Somos Deputados de uma grande Nação que, no entanto, não é senão parte de um grande Império, estendido por nossa virtude e nossa fortuna aos limites mais longínquos do oriente e do ocidente. Todos esses vastos interesses hão de ser considerados, hão de ser comparados, hão de ser, no possível, conciliados. Somos Deputados de um País livre e todos sabemos, indubitavelmente, que não é simples o mecanismo de uma Constituição livre; mas tão intrincada e delicada como valiosa. Somos Deputados de uma monarquia grande e antiga e temos que conservar religiosamente os verdadeiros direitos legais do Soberano que formam a pedra chave que une o nobre e bem construído arco de nosso Império e de nossa Constituição. Uma Constituição feita com poderes equilibrados tem que ser sempre uma coisa crítica. Como tal hei de tratar aquela parte da Constituição que fique a meu alcance. Conheço minha incapacidade e desejo o apoio de todos. Em particular, aspiro a amizade e cultivarei a melhor correspondência com o digno colega que me haveis dado.

Não os incomodo mais senão para vos agradecer mais uma vez; a vós, cavalheiros, por vossos favores; aos candidatos por sua conduta temperada e cortês e aos *sheriffs*, por uma conduta que pode servir de modelo a todos os que desempenham funções públicas.

**- A resposta de Stuart Mill à pergunta “Deveriam os membros do Parlamento estar sujeitos ao mandato imperativo?”**

John Stuart Mill, nasceu em Londres, em 1806. Filho de James Mill (1773-1836), espécie de herdeiro da proposta filosófica e da proposta política de Jeremy Bentham (1773-1832) foi preparado para dar continuidade a essa obra. Costuma-se arrolar a produção desses autores sob a denominação de *utilitarismo*, de grande popularidade e permanência no mundo anglo-saxão. A doutrina, em causa afirma a possibilidade de estruturar-se o estudo da política em bases estritamente científicas. No plano da ação política batia-se pelo que veio a ser denominado de "democratização da idéia liberal", movimento então conhecido como *radical*, designação que seria adotada por muitos dos partidos criados na época.

Bentham havia criado o periódico *Westminster Review*, dirigido por James Mill. Depois de sua morte, essa publicação seria incorporada ao jornal *London Review*, fundado por Stuart Mill em 1835, a fim de propagar o novo entendimento (democrático) que atribuíam à doutrina do governo representativo. Em sua vida política, além de ter-se tornado conhecido como precursor da reforma do regime representativo, Stuart Mill elegeu-se para a Câmara dos Comuns.

**De todos os modos, a nomeada de Stuart Mill provém sobretudo de sua obra filosófica.**

Seu entendimento da doutrina liberal mereceu diversos textos (*Sobre a liberdade, Pensamentos sobre a reforma parlamentar*, entre outros). Na matéria, os estudiosos indicam sobretudo *Considerações sobre o governo representativo* (1861). Tratou ainda de economia política e deixou-nos uma autobiografia.

**Mill apaixonou-se por Harriet Taylor, esposa de um amigo. Como era intelectual de renome e o caso repercutia nos círculos da elite, a sociedade inglesa de seu tempo reprovava abertamente o seu comportamento. O incidente arrastou-se por mais de vinte anos. Depois da morte do marido, para casar-se com a viúva teve que fazê-lo em Paris. Muitos autores associam a essa circunstância o fato de que se haja tornado precursor dos direitos da mulher (inclusive de voto, prerrogativa que somente seria alcançada com a reforma de 1918).**

Stuart Mill faleceu em 1873, aos 67 anos de idade.

O texto clássico em que fundamenta a sua doutrina da representação política encontra-se no livro *Considerações sobre o governo representativo*, no Capítulo 12, intitulado “Deveriam os Membros do Parlamento Estar Sujeitos ao Mandato Imperativo?”, que adiante se transcreve.

Deveria um membro do Legislativo estar obrigado a obedecer as instruções de seus eleitores? Deveria ele ser o órgão dos sentimentos deles ou dos seus próprios? Ser o seu embaixador junto a um Congresso, ou o seu agente profissional, com poderes não apenas para agir por eles, mas também para decidir por eles o que deve ser feito? Estas duas teorias sobre

o dever de um legislador em um governo representativo têm cada uma os seus defensores, e é cada uma a doutrina reconhecida de algum governo representativo. Nas Províncias Unidas da Holanda, os membros dos estados-gerais eram meros delegados; e a doutrina era elevada a tal ponto, que quando surgia alguma questão importante não-prevista em suas instruções, eles tinham que consultar seus eleitores, como um embaixador consulta seu governo. Neste, e em muitos outros países que possuem Constituições representativas, a lei e os costumes permitem que um membro do Parlamento vote de acordo com sua opinião do que é certo, por mais diferente que ela seja da opinião de seus eleitores; mas existe uma noção contrária, de considerável efeito prático sobre muitas mentes, inclusive de membros do Parlamento, que faz com que estes últimos, independentemente do desejo de popularidade, ou de preocupação com sua reeleição, se sintam obrigados a agir de modo a que sua conduta, nas questões sobre as quais seus eleitores têm opinião decidida, seja a expressão desta opinião, e não de sua própria. Deixando de lado a lei positiva e as tradições históricas de um povo, qual destas noções dos deveres de um representante é a verdadeira?

Esta não é uma questão de legislação constitucional, como as que tratamos até agora, mas sim uma questão do que seria melhor chamado moralidade constitucional - a ética do governo representativo. Ela diz menos respeito às instituições, do que ao espírito com que os eleitores deveriam cumprir as suas funções, as idéias que deveriam prevalecer no que tange aos deveres morais dos eleitores. Com efeito, qualquer que seja o sistema de representação, os eleitores podem, se o quiserem, transformá-lo em um sistema de mera delegação. Na medida em que são livres para não votar, ou para votar como bem quiserem, não poderão ser impedidos de fazer que seu voto dependa de quaisquer condições que julgarem convenientes. Ao recusar eleger qualquer um que não se comprometa a respeitar suas opiniões, ou até mesmo, se o exigirem, a consultá-los sobre qualquer assunto imprevisto, eles podem transformar seu representante em um simples porta-voz, ou obrigá-lo a renunciar quando não estiver mais disposto a agir nestas condições. E de vez que eles não têm o poder de fazer isto, a teoria da constituição deverá supor que eles desejarão fazê-lo, porque o próprio princípio do governo constitucional repousa sobre a noção de que os que detém o poder político abusarão dele em seu próprio proveito - não porque seja sempre assim, mas porque esta é a tendência natural das coisas; e o objetivo principal das instituições livres é justamente anular esta tendência. Esta é a razão pela qual, por mais errado ou insensato que seja, por parte dos eleitores, tentar converter seu representante em um delegado, sendo esta extensão do privilégio eleitoral uma coisa natural e altamente provável, é necessário tomar precauções como se ela fosse certa de acontecer. Podemos esperar que os eleitores não agirão baseados nesta noção do uso do sufrágio; mas um governo representativo deve ser organizado de modo a que, mesmo que eles o façam, não possam conseguir o que nenhum grupo de pessoas deve ser capaz de obter - uma legislação de classe em seu próprio benefício.

Quando dizemos que a questão é unicamente uma questão de moralidade política, não estamos diminuindo sua importância. As questões de moralidade constitucional não são de importância menor do que as que dizem respeito à própria Constituição. A simples existência de certos governos, e de tudo aquilo que torna outros suportáveis, repousa na observância prática de doutrinas de moralidade constitucional; noções tradicionais no espírito das diferentes autoridades constituídas, que modificam o uso que poderiam de outra maneira fazer de seus poderes. Nos governos desequilibrados - a monarquia pura, a aristocracia pura, a democracia pura - estas máximas são a única barreira que impede o governo de se largar a excessos extremos na direção de suas tendências características. Nos governos de equilíbrio imperfeito, onde algum esforço é feito em termos de impor certos limites constitucionais aos

impulsos do poder mais forte, mas onde ele é forte o suficiente para ultrapassá-los impunemente, são apenas as doutrinas da moralidade constitucional, reconhecidas e defendidas pela opinião pública que conseguem impor algum respeito pelos fins e pelos limites da Constituição. Nos governos bem-equilibrados, nos quais o poder supremo é dividido, e cada uma das partes é protegida das usurpações das outras da única maneira possível- ou seja, armada para defesa com armas tão fortes quanto as das outras para atacar- o governo só é levado a efeito quando todas as partes se abstêm de exercer estes poderes extremos, a menos que provocadas por uma conduta igualmente extrema por parte de algum outro detentor do poder; e neste caso podemos dizer com certeza que é unicamente o respeito inspirado pelas máximas de moralidade constitucional que garante a existência da Constituição. A questão do mandato imperativo não é uma destas questões que dizem respeito de maneira vital à existência dos governos representativos; mas é de grande importância para seu efeito benéfico. As leis não podem fixar para os eleitores os princípios pelos quais deverão orientar seus votos; mas os princípios pelos quais os eleitores pensam que devem se orientar fazem uma grande diferença na prática. E todo o conjunto desta grande questão é envolvido, quando nos perguntamos se os eleitores devem impor como condição o fato de o representante ter de adotar certas opiniões impostas por eles.

Nenhum leitor deste tratado poderá pôr em dúvida a conclusão que, com relação a esta questão, resulta dos princípios gerais que professamos até aqui. Desde o princípio temos afirmado, e nunca perdemos de vista, a importância, a importância igual dos dois grandes requisitos do governo: 1) a responsabilidade perante os que em cujo proveito político o poder deve ser empregado; e 2) o exercício desta função por pessoas de inteligência superior, treinadas especialmente para esta tarefa por meio de uma longa meditação e uma disciplina prática. Se este segundo propósito vale a pena ser perseguido, vale a pena pagar o seu preço. Poderes mentais superiores e estudos profundos não teriam nenhuma utilidade, se não pudessem ocasionalmente levar uma pessoa a conclusões diferentes daquelas às quais chegaria sem estudos e com poderes mentais normais; e se o propósito for de obter representantes superiores em inteligência à média de seus eleitores, deve-se esperar que o representante por vezes tenha opinião diferente da de seus eleitores, e que, quando a tiver, a sua seja freqüentemente a mais certa das duas. Decorre daí que não estarão agindo sabiamente os eleitores se impuserem como condição para a manutenção no cargo, conformidade absoluta com suas opiniões por parte do representante.

O princípio é, até aqui, evidente, mas existem dificuldades reais quanto à sua aplicação; e começaremos por expor estas dificuldades em toda a sua força. Se é importante que os eleitores escolham um representante muito mais instruído do que eles, não é menos necessário que este homem mais sábio seja responsável perante eles; em outras palavras, eles são juízes da maneira pela qual ele cumpre sua função. E de que maneira poderão eles julgar, a não ser pelo critério de suas próprias opiniões? E de que maneira poderão fazer até mesmo a sua escolha, em primeiro lugar, a não ser pelo mesmo critério? Não será conveniente basear a sua escolha meramente no brilho pessoal - na superioridade de talento pomposo. Os meios de que dispõe um homem comum para julgar as qualidades de um candidato são muito imperfeitos; estes meios se relacionam quase que exclusivamente com a maneira de se exprimir, e muito pouco ou quase nada com o mérito do que se exprime. Este último não está implícito no primeiro; e se os eleitores tiverem de deixar de lado suas opiniões pessoais, que critério lhes restará para julgar a capacidade de bem governar? Eles também não deveriam, mesmo que pudessem reconhecer de maneira infalível o homem mais capaz, dar a este total liberdade para julgar por eles, sem nenhuma consideração para com suas opiniões. O melhor

candidato pode vir a ser um *Tory* (conservador), e os eleitores serem liberais; ou então um liberal, e os eleitores serem *Tories*. As questões políticas do momento podem ser de natureza religiosa, e o melhor candidato, um clérigo ou um racionalista, ao passo que os eleitores sejam dissidentes ou protestantes, e vice-versa. Nestes casos, as qualidades do representante apenas permitirão que ele consiga resultados ainda mais eficazes que os eleitores podem conscienciosamente considerar errados; e podem ser levados, por suas convicções sinceras, a considerar mais importante que sejam representados por um homem que se prenda à noção que eles têm de dever, do que por uma pessoa de qualidades acima da média. Eles podem também ter de examinar não apenas de que maneira poderão ser melhor representados, mas também de que maneira conseguirão fazer representar sua própria posição moral e seu ponto de vista.

A influência de todo o ponto de vista de um grande número de pessoas deve se fazer sentir no Legislativo; e uma vez que se espera que a Constituição tenha tomado precauções para que outros pontos de vista conflitantes sejam igualmente representados, assegurar a melhor representação para sua maneira de pensar pode ser a coisa mais importante para a qual se deve atentar em uma ocasião determinada. Em alguns casos, também, pode ser necessário que o representante tenha suas mãos amarradas para se manter fiel aos interesses desses eleitores, ou antes ao interesse público, segundo o ponto de vista deles. Isto não seria necessário sob um sistema político que lhe assegurasse uma escolha ilimitada de candidatos honestos e sem preconceitos; mas no sistema vigente, no qual os eleitores estão quase obrigados, pelos custos das eleições e pelo estado geral da sociedade, a escolher seus representantes dentre pessoas de posição social bem diferente da sua, e com diferentes interesses de classe, quem ousará afirmar que eles devem se entregar totalmente à vontade do representante? Podemos censurar um eleitor das classes mais pobres, cuja escolha se limite a dois ou três homens ricos, por exigir que seu candidato se comprometa a votar por medidas que ele considera como uma emancipação com relação aos interesses da classe dos ricos? Além disso, pode acontecer que alguns membros do eleitorado sejam obrigados a aceitar o candidato escolhido pela maioria de seu próprio partido. Mas muito embora o seu próprio candidato não tenha nenhuma chance, os votos destes eleitores podem vir a ser necessários para garantir a eleição do que foi escolhido para eles; e a única maneira de que eles dispõem de exercer alguma influência sobre a conduta posterior deste candidato, pode ser condicionar o seu apoio a algumas promessas por parte dele.

Estas considerações, pró e contra, estão tão intimamente ligadas umas às outras, e é tão importante que os eleitores escolham como representantes pessoas mais sábias que eles mesmos, e concordem em ser governados segundo este conhecimento superior, ao mesmo tempo em que é impossível que a conformidade para com suas próprias opiniões, quando as tiverem, não tenha grande influência na sua maneira de julgar quem possui este conhecimento, e julgar até que ponto o candidato provou pela sua conduta ter este conhecimento; que parece impraticável estabelecer uma regra positiva de dever para o eleitor. E o resultado vai depender muito menos de um preceito estabelecido ou de uma doutrina fixa de moralidade política, do que da tendência geral das mentes que compõem o eleitorado, no que diz respeito a este importante requisito - a deferência à superioridade intelectual. Os indivíduos e os povos que sentem nitidamente o valor da sabedoria superior, são capazes de reconhecê-la, onde ela existe, por meio de sinais que não a identidade de maneiras de pensar, e a reconhecerão até mesmo apesar de grandes diferenças de opinião; e quando a tiverem reconhecido, estarão desejosos demais de garanti-la, a qualquer preço razoável, para querer impor como lei sua própria opinião e umas pessoas mais sábias que eles. Por outro lado, existem certas pessoas

que não sentem nenhuma consideração por quem quer que seja, que não acham que a opinião de outra pessoa valha mais do que a sua própria, ou pelo menos valha tanto quanto a de cem ou mil pessoas iguais a ela. Quando os eleitores forem pessoas desse tipo, eles só elegerão pessoas que tenham ou pelo menos professem seus sentimentos, e só as manterão enquanto estes sentimentos estiverem refletidos em sua conduta; e todos os que aspiram as honras políticas tentarão, como disse Platão nas "Georgias", se moldar segundo o *Demos*, e parecer o máximo possível com ele. Não pode negar que a democracia completa tem uma forte tendência para dar este traço aos sentimentos dos eleitores. A democracia não é favorável ao espírito de respeito. O fato de que ela destrói o respeito pela mera posição social deve ser incluído entre as suas boas influências, não entre as más; muito embora, ao fazer isto, ele esteja fechando a principal *escola* de respeito (quanto às relações puramente humanas) que existe na sociedade. Mas como a democracia, em sua própria essência, dá muito mais valor à igualdade geral dos homens do que aos títulos privados que colocam uma pessoa acima de outra, o respeito pela superioridade, mesmo que pessoal, deverá provavelmente ficar abaixo do que deveria ser. Eis porque, entre outras razões, considero tão importante que as instituições de um país estabeleçam o direito de influência das pessoas mais instruídas sobre as menos instruídas; e eu ainda estou de acordo, apesar de quaisquer conseqüências políticas diretas, com que se conceda a pluralidade de votos à superioridade comprovada de instrução, mesmo que apenas para afinar o sentimento público.

Se realmente existir, no conjunto dos eleitores, um sentimento exato da diferença extraordinária de valor que pode haver entre uma pessoa e outra, não lhes faltarão sinais pelos quais possam distinguir as pessoas mais capazes de atender aos seus propósitos. Naturalmente, os serviços reais prestados ao público seriam a primeira indicação - ter ocupado cargos elevados, e neles ter feito coisas importantes, cujos resultados hajam revelado sabedoria; ter sido o autor de medidas que, segundo seus efeitos, pareçam haver sido sabiamente concebidas; ter feito previsões que hajam sido comprovadas pelos acontecimentos, e raramente desmentidas por eles; ter dado conselhos que, quando seguidos, hajam tido boas conseqüências, e quando não, más conseqüências. Existe sem dúvida alta dose de incerteza nestes sinais de sabedoria; mas estamos procurando sinais que possam ser identificados por pessoas de discernimento comum. Seria bom que estas pessoas não confiassem muito em uma única indicação, a não ser que esta seja confirmada pelas outras; e que em sua estimativa do sucesso ou mérito de qualquer esforço prático, dêem maior importância à opinião geral de pessoas desinteressadas que conheçam bem o assunto. Os testes a que me refiro só são aplicáveis a homens experimentados, dentre os quais devem ser identificados os que, embora não tenham sido experimentados de maneira prática, o tenham sido de maneira especulativa, e os quais, em seus discursos ou trabalhos escritos, hajam discutido os assuntos públicos de maneira a mostrar um estudo sério da matéria. Tais homens podem haver demonstrado, na simples condição de pensadores políticos, ter os mesmos direitos à confiança pública que os que tenham sido experimentados como estadistas efetivos. Quando for necessário escolher homens totalmente inexperientes, os melhores critérios são a reputação de talento de que gozam estes homens entre as pessoas que os conhecem pessoalmente, e a confiança e o apoio que lhes dedicam estas mesmas pessoas. Por meio de testes como estes, os eleitorados que atribuem um justo valor à habilidade mental, e que a buscam ardentemente, podem geralmente encontrar homens que estejam acima do medíocre, em cujo julgamento na direção dos negócios públicos se possa confiar, e que seria um insulto exigir que renunciassem a este julgamento a pedido de seus inferiores em saber.

Se tais pessoas, conscienciosamente procuradas, não puderem ser encontradas, aí então os eleitores terão o direito de tomar outras precauções; isto porque não se pode esperar que eles deixem de lado suas próprias opiniões, a não ser que possam contar com os serviços de uma pessoa de saber superior. Na verdade, seria bom, mesmo neste caso, que eles se lembrassem de que, uma vez eleito o representante, se ele se dedicar às suas obrigações, terá maiores oportunidades de corrigir um julgamento originalmente falso do que a maioria de seus eleitores; uma consideração que geralmente os impedirá (a menos que tenham sido obrigados por necessidade a escolher uma pessoa em cuja imparcialidade não confiem inteiramente) de exigir do representante a promessa de não mudar de opinião ou, se o fizer, de renunciar a sua cadeira. Mas quando uma pessoa desconhecida, sobre a qual nenhuma alta autoridade tenha fornecido informações exatas, for eleita pela primeira vez, devemos esperar que o eleitor exija como condição fundamental a conformidade com seus próprios sentimentos. Já será o bastante se ele não encarar uma mudança posterior de opinião, honestamente admitida, e cujos motivos sejam expostos sem disfarces, como uma razão peremptória para retirar sua confiança.

Mesmo supondo uma habilidade altamente comprovada e uma excepcionalidade reconhecida de caráter por parte do representante, as opiniões próprias dos eleitores não devem ser deixadas totalmente de lado. A deferência à superioridade mental não deve ir a extremos de autodestruição, nem à abnegação de toda e qualquer opinião pessoal. Mas quando a diferença não estiver relacionada com os fundamentos da política, por mais decidido que esteja o eleitor em seus próprios sentimentos, ele deverá considerar que quando um homem capaz tiver opinião diferente da sua, existe uma possibilidade, pelo menos considerável, de que ele, eleitor, esteja errado; e que, mesmo quando estiver certo, vale a pena ceder em questões não absolutamente essenciais, pelo bem de inestimável vantagem de ter um homem capaz agindo em seu nome nas muitas circunstâncias em que ele próprio não puder formar um julgamento. Em tais situações o eleitor freqüentemente tenta conciliar as duas coisas, por tentar convencer o homem capaz a sacrificar sua própria opinião nos pontos de divergência; mas, por parte deste último, aceitar este compromisso é trair sua missão especial, é abdicar dos deveres próprios da superioridade intelectual, dos quais um dos mais sagrados é o de não desertar a causa que tiver contra ela o clamor público, nem recusar os seus serviços àqueles de suas opiniões que mais necessitarem deles. Um homem de consciência e de reconhecida habilidade deveria exigir total liberdade para agir segundo o seu melhor julgamento; e não deveria aceitar servir sob quaisquer outras condições. Mas os eleitores têm o direito de saber como ele pretende agir que opiniões ele entende que devam orientar sua conduta em tudo o que diz respeito ao seu dever público. Se algumas destas forem inaceitáveis para eles, cabe a ele, representante, convencê-los de que ele ainda é a melhor opção; e se eles forem razoáveis, passarão por cima de muitas e graves diferenças de opinião, em função de seu valor pessoal.

Existem algumas destas diferenças, contudo, que não podem ser negligenciadas. Todo o homem que sentir, pelo governo de seu país, um interesse digno de um homem livre, terá certas convicções sobre os assuntos nacionais que serão para ele como o sangue que corre em suas veias; é tão grande a força destas convicções, e tanta a importância que ele atribui a elas, que elas o impedem de aceitar qualquer compromisso, ou aceitar o julgamento de qualquer outra pessoa, por superior que ela seja. Estas convicções, quando existe em um povo, ou em pelo menos parte considerável de um, exercem influência pelo mero fato de existirem, e não apenas pelo fato de terem um fundo de verdade. Um povo não pode ser bem governado em oposição a suas noções elementares do que é certo, mesmo que estas possam estar erradas em alguns pontos. Uma estimativa correta das relações que deveriam existir entre governantes



e governados não exige que os eleitores consentam em ser representados por alguém que pretende governá-los em oposição a suas convicções fundamentais. Se os eleitores tirarem partido dos talentos de seus representantes em outras áreas, durante o tempo em que não houver possibilidade de que venham a ser discutidos os pontos sobre os quais ele não está de acordo com eles, eles terão todo o direito de demiti-lo no momento em que surgir uma discussão sobre estas divergências e que não houver uma maioria suficientemente segura para tornar sem importância a voz dissidente deste indivíduo. Assim (cito os nomes apenas para maior esclarecimento, sem nenhum motivo pessoal), poderíamos ter passado por cima das opiniões supostamente defendidas pelo Sr. Cobden e pelo Sr. Bright, sobre resistência às agressões estrangeiras, no momento da Guerra da Criméia, quando um poderoso sentimento nacional fazia pender a balança para o lado oposto; não obstante estas mesmas opiniões poderiam lhes ter causado sérias dificuldades junto aos eleitores quando da Questão com a China (embora de natureza mais duvidosa), porque houve então, durante certo tempo, alguma hesitação sobre se seus pontos de vista acabariam não prevalecendo.

Como consequência do que precede, podemos afirmar que: 1) promessas formais não devem ser exigidas, a menos que, em virtude de circunstâncias sociais desfavoráveis ou de instituições faltosas, os eleitores se sintam tão tolhidos em sua escolha que devam indicar uma pessoa presumivelmente sob a influência de parcialidades hostis a seus interesses; 2) os eleitores têm não apenas o direito de reconhecer a fundo as opiniões e os sentimentos políticos do candidato, mas também o direito e a obrigação de recusar qualquer candidato que não estiver de acordo com eles sobre os poucos pontos que constituem a base de sua crença política; 3) os eleitores devem, na medida em que tiverem uma alta opinião da superioridade mental de um candidato, permitir que ele aja de acordo com visões diferentes das suas, desde que não estejam envolvidos os pontos fundamentais de sua crença; ~4) os eleitores não devem esmorecer na procura de um candidato tal que possa ser deixado livre para seguir os preceitos de seu próprio julgamento; e 5) os eleitores devem encarar como um dever para com seus concidadãos o fato de fazer tudo o que estiver a seu alcance para dar o poder a homens de valor, e estar persuadidos de que é muito mais importante para eles serem governados por homens assim do que por homens que professem um número maior de suas próprias opiniões - isto porque as vantagens que proporcionam as habilidades dos homens de valor são certas, ao passo que a hipótese de que eles estejam errados nos pontos de divergência, e os eleitores certos, é muito duvidosa.

Discuti esta questão partindo da suposição de que o sistema eleitoral, em tudo aquilo que depende da instituição positiva, deve estar conforme com os princípios estabelecidos nos capítulos precedentes. Mesmo nesta hipótese, a teoria da delegação na representação me parece falsa, e sua aplicação nociva, embora o mal pudesse, nesse caso, ficar preso a certos limites. Mas se as garantias de que me esforcei para cercar o princípio representativo não forem reconhecidas pela Constituição; se não forem tomadas medidas para a representação de minorias, ou se não for admitida nenhuma diferença no valor numérico dos votos segundo um critério qualquer baseado na maior ou menor instrução possuída pelos eleitores; neste caso, nenhuma palavra poderá exagerar a importância que existe, em princípio, em deixar total liberdade ao representante - seria, sob o sufrágio universal, a única chance que teriam de serem ouvidas no Parlamento, opiniões outras que a da maioria. Naquela erroneamente chamada democracia, que é na verdade o governo exclusivo das classes operárias, estando todas as outras sem voz e sem representação, a única maneira de escapar à legislação de classe em sua forma mais rígida, é a ignorância política em sua forma mais perigosa, estaria na disposição que teriam as pessoas não instruídas para escolher

representantes instruídos, e para ceder às suas opiniões. Uma certa dose desta disposição poderia ser esperada, e tudo dependeria de poder desenvolvê-la ao máximo. Mas se, uma vez invertidas com a onipotência política, as classes operárias voluntariamente impusessem, desta maneira ou de outra, certas restrições à sua própria vontade e à sua própria opinião, elas se revelariam mais sábias do que se revelou ou se revelará, podemos dizer, sob esta influência corrompedora, qualquer outra classe detentora do poder absoluto.

## TEXTO II – A NOVIDADE REPRESENTADA PELA PROPOSTA DE BENJAMIN CONSTANT

### - Dados biográficos e significado da obra do autor

Benjamin Constant nasceu na Suíça (Lausane), em 1767, tendo recebido uma educação verdadeiramente enciclopédica, concluindo as universidades de Erlangen, na Alemanha e Edimburgo, na Escócia, ao mesmo tempo em que, desde jovem, frequenta os círculos eruditos de Paris. Casou-se pela primeira vez aos 22 anos, em 1789, mas preferiu uma vida aventureira em matéria amorosa ao se radicar em Paris, a partir de 1795. Teve uma grande paixão por Mme. de Stael (da nobreza suíça, casada com o embaixador da Suécia em Paris, autora de obras bem sucedidas, inclusive texto consagrado sobre a cultura alemã, dando a conhecer os grandes filósofos da época, a começar por Kant). Sendo francamente um pensador de inspiração liberal (nessa época a doutrina não tinha tal denominação e quando os *whigs*, na Inglaterra, adotam o nome de Partido Liberal, em 1832, já havia falecido), incompatibilizou-se tanto com a Revolução Francesa como com Napoleão. Este o exilou, juntamente com Mme. de Stael, em 1803.

Na fase dos chamados “cem dias”, no ano de 1815, quando Napoleão, depois de ter sido forçado a abdicar, retoma o poder, Benjamin Constant aceitou a incumbência de redigir-lhe uma Constituição, o que foi considerado como prova de grande ingenuidade. Com a Restauração ingressa na vida política e consegue destacar-se como parlamentar.

Apesar da vida atribulada, pela inclinação boêmia, do mesmo modo que em decorrência de perseguições políticas e exílios – fatos estes que consumiram pelo menos a metade de sua vida – logrou grau elevado de elaboração de sua doutrina política, embora declarasse insistentemente ter outro objetivo seu projeto teórico, como indicaremos. Na fase em que esteve incompatibilizado com a situação e sem possibilidade de atuar na política, redigiu uma grande quantidade de manuscritos. Contudo, somente sob a Restauração conseguiu ordená-los.

Sua obra se subdivide, basicamente, em dois grandes grupos. Consiste o primeiro na elaboração de sua teoria política, de inspiração liberal, que representa uma grande contribuição para o desenvolvimento da doutrina no começo do século. Justamente esse ponto de partida é que seria retomado por François Guizot (1787-1884) para formular o chamado liberalismo doutrinário, durante largo período uma referência fundamental, em contraponto com a experiência inglesa. A obra de Tocqueville (1805-1859) também entronca não apenas com os doutrinários mas igualmente com Constant, cujo texto básico na matéria seriam os *Princípios de política* (1815).

A segunda parcela corresponde ao que o próprio Constant entendia como sendo o projeto de sua vida: uma grande obra sobre a religião. Entre 1824 e o ano da morte (1830) publicou-a em cinco volumes, com esta denominação *Da religião considerada em sua fonte, sua forma e seus desenvolvimentos*. Sua intenção era indicar que, a exemplo de outras esferas da vida humana, o desenvolvimento da religião depende da liberdade. Na sua visão, o sacerdócio seria um empecilho a qual tal ocorresse. Sendo protestante, manifesta a convicção de que a Igreja reformada tem melhores condições de atender a tal imperativo. Parece-lhe que “a igreja marchará com as idéias, esclarecer-se-á com a inteligência, será depurada com a moral e sancionará, em cada época, o que esta tiver de melhor. Em cada época, reclamemos sem cessar a liberdade religiosa; ela cercará a religião de uma força invencível e garantirá seu aperfeiçoamento. Assim o entendia o divino autor de nossa crença, quando, estigmatizando os fariseus e os escribas, reclamava para todos a caridade, para todos a luz, para todos a liberdade”.

Publicou um livro intitulado *Adolfo* que se considera retrataria seu atribulado caso amoroso com Mme. de Stael.

Estudioso do liberalismo doutrinário e da obra de Constant, Ubiratan Macedo aprecia-a deste modo: “O sucesso de Benjamin Constant deve-se certamente ao fato de que é um pensador sistemático. Aliás o liberal mais sistemático do século, de vez que os ingleses não se preocupavam com esse aspecto e tratavam as questões à medida de seu surgimento, cuidando sem dúvida de preservar a coerência geral. ... É interessante consignar que Benjamin Constant, tendo se tornado o líder da oposição liberal no período da Restauração era considerado, em seu tempo, homem de esquerda. Como tal o apontavam as litografias da época (“Chef de la Gauche”), sendo portanto uma grosseira simplificação o terem apontado em nosso país como reacionário. Quase um tradicionalista, pela influência que exerceu sobre Pedro I, sem dúvida é mais certo admitir que Pedro I dele se aproximou justamente por sua condição “subversiva”. O nosso primeiro imperador lutou denodamente contra o absolutismo monárquico e na formação desse seu espírito liberal o conhecimento da obra de Benjamin Constant há de ter desempenhado um papel decisivo, fato atestado por seu biógrafo Octavio Tarquínio de Sousa. Não seria estranho à predileção do nosso primeiro impererante a tumultuada vida pessoal de Benjamin Constant: paixões e casamentos sucessivos, duelos, a postura boêmia, nada conservadora”.

Quando faleceu, em 1830, Benjamin Constant tinha 63 anos.

- Princípios de Política (1815)

Nos *Princípios de Política* (1815), Benjamin Constant sistematizou todas as questões relacionadas à prática do governo representativo, tanto as que vieram a ser suscitadas pela Revolução Francesa como as decorrentes da

experiência inglesa ao longo do século XVIII que revela conhecer em profundidade.

O primeiro tema é o dos poderes do Estado, tendo em vista que a tese de Rousseau quanto à capacidade do governante virtuoso de interpretar a vontade geral, levava diretamente ao Terror. Benjamin Constant não contesta a idéia da soberania popular mas enfatiza que deve estar limitada pela lei. Escreve: "A teocracia, a realza, a aristocracia quando elas dominam os espíritos, são a vontade geral. Quando elas não os dominam, são somente força. Em uma palavra, não há no mundo senão dois poderes, um ilegítimo, é a força, o outro legítimo, é a vontade geral".

E, prossegue: "Nenhuma autoridade na face da terra é ilimitada, nem a do povo, nem a dos homens que se dizem seus representantes, nem a dos reis, qualquer que seja a razão de seu poder, nem a da lei, que, segundo a forma de governo, não sendo senão a expressão da vontade do povo ou do príncipe, deve ser circunscrita aos mesmos limites da autoridade da qual ela emana.

Os cidadãos possuem direitos individuais independentes de qualquer autoridade social ou política, e qualquer autoridade que viole estes direitos torna-se ilegítima. Os direitos dos cidadãos são a liberdade individual, a liberdade religiosa, a liberdade de opinião, que engloba sua vida pública, o gozo da propriedade, a garantia contra qualquer arbitrariedade. Nenhuma autoridade pode desprezar estes direitos sem denegrir seu próprio nome."

Este tema passou à história como dizendo respeito ao Estado de Direito e sua primeira formulação acabada seria devida a Emanuel Kant (1724-1804).(1)

Benjamin Constant suscita também os temas do *sistema eleitoral* e da *natureza da representação política*. Praticava-se a eleição em dois graus, isto é, a totalidade dos que dispunham do direito de voto escolhia um grupo que, por sua vez, incumbia-se da escolha dos representantes (deputados e senadores). A Constituição de Cádiz (1812), da Espanha, incorporou essa fórmula que foi adotada pelas Constituições Portuguesa (1821) e Brasileira (1824). Benjamin Constant defendia o princípio da eleição direta.

Na Inglaterra, vigorou a praxe de que os candidatos à eleição direta eram escolhidos por um Colégio especial (na época não havia partidos políticos e estes, quando chegaram a existir, durante largo período eram simples blocos parlamentares, isto é, funcionavam no Parlamento), questão que também é discutida por Benjamin Constant.

E, finalmente, ainda quanto ao sistema eleitoral, enfatiza a necessidade de efetivar-se a escolha em áreas limitadas, o que posteriormente chamou-se de *distrito eleitoral* (quando o sistema consiste no chamado voto distrital) ou *circunscrição eleitoral*, quando a delimitação da área está ligada ao voto proporcional.

Vê-se pois que ao autor de *Princípios de Política* antecipou muitas das questões que iriam compor o debate e a legislação da nova forma (representativa) de Governo.

Fortuna maior teria a sua doutrina da natureza da representação.

- Nova doutrina da representação

Benjamin Constant é o primeiro pensador a propor que a representação fosse definida como sendo de interesses. Locke parte naturalmente deste ponto de vista e toda a discussão na Inglaterra acerca da ampliação do direito de voto a adota como pressuposto. Ainda assim, não se trata de uma formulação explícita, como se dá em Benjamin Constant.

O autor louva-se do fato de que, no transcurso da Revolução Francesa, sobretudo a partir dos setores inspirados em Rousseau, suscitou-se a hipótese de que os interesses particulares seriam contrapostos ao interesse geral (subseqüentemente denominado de interesse nacional). Benjamin Constant a contesta e aventa argumentação original que há de ter contribuído para a vitalidade de sua doutrina.

Começa por estabelecer que além do interesse geral (nacional) e dos particulares, há o que denomina de *interesses comuns*. Trata-se, no último caso, de questões tais como a liberdade religiosa; a prerrogativa de locomover-se livremente assim por diante. O próprio Benjamin Constant os refere como *direitos individuais*, fórmula que viria a ser consagrada no direito constitucional. Seu reconhecimento passou a constituir numa das características básicas do Estado de Direito.

No tocante ao fato de que os interesses particulares não se contrapõem ao interesse geral, eis como argumenta:

"O que é o interesse geral senão a transação que se estabelece entre os interesses particulares? O que é a representação geral senão a representação de todos os interesses parciais, que devem transigir sobre os assuntos que lhes são comuns? O interesse geral é, sem dúvida, distinto dos interesses particulares, mas ele não lhes é de forma alguma contrário. Fala-se sempre como se um ganhasse na medida em que outro perdesse. O interesse geral não é senão o resultado destes interesses combinados; e difere deles como um corpo difere de suas partes. Os interesses individuais representam o que mais interessa aos indivíduos; os interesses dos grupos o que mais interessa aos grupos. Ora, são os indivíduos, os grupos, que compõem o corpo político; conseqüentemente, são os interesses destes indivíduos e destes grupos que devem ser protegidos. Se todos forem protegidos, cortar-se-á, justo por isso, de cada um o que ele tem de prejudicial aos outros; e somente assim pode resultar o verdadeiro interesse público. Este interesse público não é mais do que os interesses individuais colocados reciprocamente e impedidos de prejudicarem-se. Cem deputados, nomeados por cem seções de um estado, trazem para o seio da assembléia

os interesses particulares, as opiniões locais de seus eleitores; esta base lhes é útil. Forçados a deliberar juntos, eles logo percebem os sacrifícios respectivos que lhes são indispensáveis; eles esforçam-se em diminuir a extensão destes sacrifícios, esta é uma das grandes vantagens de seu modo de nomeação. A necessidade termina por reuni-los numa transação comum, e quanto mais as escolhas forem seccionais, mais a representação atinge seu objetivo geral."

Na discussão sobre a limitação do direito de voto à elite proprietária, princípio consagrado pela primeira fase do sistema representativo na Inglaterra, a idéia inicial era a de que a luta contra a monarquia absoluta somente seria suportada por quem tivesse posse que lhes permitissem resistir. A luta foi deveras tremenda.

Agora discute-se quem de fato tem interesses a defender. As classes não proprietárias não teriam interesses a defender ou não saberiam fazê-lo. Escreve Benjamin Constant: "Aqueles que a indigência mantém numa eterna dependência, e que ela condena aos trabalhos cotidianos, não são mais esclarecidos que uma criança sobre as questões públicas, nem mais interessados que os estrangeiros na prosperidade, da qual não conhecem todos os componentes, e de cujas vantagens só participam indiretamente. Não quero de forma alguma ofender a classe trabalhadora. Esta classe não tem menos patriotismo que as outras. Muitas vezes, está pronta aos mais heróicos sacrifícios, e sua devoção é ainda admirável pelo fato de que não é recompensada nem pelo dinheiro nem pela glória. Mas, assim penso, diferente é o patriotismo que dá coragem de morrer por seu país e aquele que torna capaz o indivíduo de conhecer os seus interesses."

Este tipo de preconceito seria refutado pelo surgimento da indústria, a concentração de operários em unidades produtivas em expansão e a sua organização em sindicatos. As trade unions foram tornadas ilegais na Inglaterra porque se organizaram, de início, para perpetuar manufaturas e impedir a introdução de máquinas que geravam desemprego. Mas quando demonstraram que não só configuravam interesses determinados como sabiam defendê-los, progressivamente aboliu-se a exigência de renda para a obtenção do direito de voto, introduzindo-se por fim o sufrágio universal. Mas isto no fim do século XIX e início do seguinte.

No tempo de Benjamin Constant quem reivindicava o direito de voto era a elite proprietária urbana. O autor a desqualifica e procura justificar a preferência pela elite proprietária rural. A conquista dessa prerrogativa também só se configurou depois de luta intensa, que desembocou, na Inglaterra, na Reforma Eleitoral de 1832.

Vê-se que Benjamin Constant procura tirar de sua descoberta - a representação política como sendo de interesses - as maiores conseqüências. O aprimoramento ulterior dessa doutrina exigiu a prática dos partidos políticos, a quem seria delegada a tarefa de configurá-los plenamente. Mas até que tal se desse muita água teve que passar por baixo da ponte.

- Como os doutrinários equacionaram a doutrina de Benjamin Constant

O liberalismo doutrinário é considerado como a melhor expressão continental da doutrina do sistema representativo, que ficara praticamente circunscrito à Inglaterra ao longo do século XVIII. Na França, com a Revolução de 89, a sociedade acabou dividida entre os jacobinos revolucionários e os chamados *ultras*, isto é, os que desejavam a simples restauração do Antigo Regime. Com o afastamento de Napoleão, estes últimos conseguem finalmente chegar ao poder. Os doutrinários é que proporcionaram as condições para a sua derrubada, com a Revolução Liberal de 1830. A figura exponencial desse grupo é François Guizot (1787/1874), que se inspira amplamente em Benjamin Constant no tocante às vantagens do regime constitucional e como estruturá-lo, mas enfrenta uma situação nova.

Para Lucien Jaume, no livro *L'individu effacé ou le paradoxe du libéralisme* (Paris, Fayard, 1997),<sup>(2)</sup> Guizot tem que se defrontar com esta realidade: a experiência histórica havia evidenciado era que a anarquia revolucionária deu nascedouro, primeiro a Napoleão e, depois, aos *ultras*.

Escreve Lucien Jaume: "sabe-se que a originalidade do grupo doutrinário consistia em alcançar o meio - o famoso "justo meio"- entre os excessos do espírito revolucionário e a rejeição da Revolução pelo tradicionalismo ultra. Em suas *Memórias*, Guizot consagra quatro páginas para lembrar o que uniu ao grupo doutrinário, concluindo deste modo: "Foi esta mistura de elevação filosófica e de elevação política, o respeito racional aos direitos e aos deveres, às doutrinas ao mesmo tempo novas e conservadoras, anti-revolucionárias sem ser retrógradas, e no fundo modestas, ainda que por vezes altivos em sua linguagem, que os doutrinários devem sua importância como seu nome".

Na *História da Civilização na Europa*, Guizot diz que os doutrinários respondiam a uma necessidade real e profunda, ainda que obscuramente sentida, dos espíritos na França.

Prosseguindo na apresentação e análise do ponto de vista de Guizot, Jaume indica que, segundo o seu entendimento, para organizar a sociedade em bases liberais duradouras, o princípio norteador não pode ser a liberdade individual, por mais respeitável e santa a necessidade de ser garantida. "Não é pela predominância da independência individual que se funda e se desenvolve a sociedade, pois a sociedade consiste essencialmente na porção de existência e destino que os homens nutrem em comum, pelo qual sustentam-se uns aos outros, e vivem sob os mesmos laços e as mesmas leis".

Não se trata de dirigismo governamental mas do ideal de hegemonia do político que se faria aceitar por todas as elites sociais. A verdadeira questão seria, na visão de Guizot, da irrigação do poder pela sociedade, da grandiosidade e



da eficácia do poder que disso resulta. O Estado seria instrutor e moralizador.

**Outro princípio norteador da política doutrinária consistiria na hipótese de que o governo representativo traduz os interesses mais gerais porque é o governo das classes médias. A despeito de sua imprevidência e faltas, a classe média é o representante verdadeiro, honesto e fiel dos interesses gerais da sociedade francesa tal qual a Revolução a tornou. Por isto mesmo os doutrinários cerraram fileiras contra a expansão do censo - o direito de fazer-se representar - o que, na visão de Jaume, acabaria levando à Revolução de 1848, que os apeou do poder. Essa representação da classe média, esclarece, seria refletida no aumento do número de funcionários como integrantes tanto da Câmara dos Deputados como da Câmara dos Pares, sendo diretamente caracterizados como "correia de transmissão das camadas sociais".**

**Conclui Jaume: "Compreende-se finalmente porque Marx dirá que não é o inventor da luta de classes, mas que a havia encontrado entre os historiadores como Guizot. Bem entendido, para Guizot, a luta de classes havia terminado, ao mesmo tempo em que a necessidade do político como atividade verdadeiramente distinta das tarefas governativas. É no fundo o que diz no discurso de 15 de fevereiro de 1842: "Não mais existe luta entre as classes; não há mais interesses profundamente diversos, contrários. ... O eleitor de 300 F representa perfeitamente o eleitor de 200 F ou ao de 100 F; não o exclui, representa-o, protege-o, acoberta-o, exprime e defende os mesmos interesses".**

- A consagração da doutrina da representação de interesses

**A consagração da doutrina da representação de interesses efetiva-se basicamente na Inglaterra. William Gladstone (1809-1898), que na condição de Primeiro Ministro promoveu sucessivas ampliações do sufrágio, terminando por universalizá-lo, partiu do pressuposto de que o operariado, organizado nas Trade Unions, tinha interesse muito nítidos a defender, não mais havendo razões para serem mantidas as suspeitas em contrário. Subseqüentemente, organizaram partido político (o Partido Trabalhista, fato que se deu em 1900).**

**Gladstone havia se oposto à doutrina dos radicais (Stuart Mill e seus partidários), segundo a qual o direito de voto seria uma prerrogativa da condição humana. Entendeu-a como um hipótese arbitrária que não levava em conta as diferenças entre pessoas e grupos sociais e, muito menos, o fato de que a representação configurava-se de fato como sendo de interesses, incumbindo ao Parlamento promover a negociação entre tais interesses.**

**A par disto, de um modo geral, as diversas correntes políticas afeiçoaram-se àquele princípio. Os doutrinários, embora acabassem supondo que haveria um grupo capaz de encarnar o interesse geral, minimizando o papel da**

negociação e atribuindo ao Estado uma condição moral inexistente, partiam da proposta de Benjamin Constant. E mesmo os socialistas, que irão apresentar-se em cena desde a segunda metade do século XIX, igualmente o admitiam, embora supondo que o interesse da massa trabalhadora era de tal ordem contraposto aos demais que seria necessário demolir a sociedade existente e inventar uma nova (sem classes).

No Brasil, coube ao eminente pensador português Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) torná-la conhecida da elite que assumiria as rédeas do país com a Independência.

Silvestre Pinheiro Ferreira, diplomata de carreira, acompanhou a Corte em sua mudança para o Brasil e aqui voltou a dedicar-se ao magistério, mantendo um curso - que chamou de *Preleções Filosóficas* - durante pelo menos oito anos (de 1813 a 1821). Depois da Revolução do Porto, assumiu a chefia do governo de d. João VI com a incumbência de promover a transição da monarquia absoluta para a constitucional, regressando a Portugal na companhia do monarca. Como os ventos deixassem de soprar em favor do sistema representativo, exilou-se em Paris onde publicou muitas obras, entre estas *Manual do cidadão em um governo representativo* (1834), no qual apresenta a doutrina da representação de interesses. Resumidamente, assinala que, em prol da concisão, tornou-se praxe, entre publicistas e juristas, dizer que procurador representa o seu constituinte", quando, em prol da clareza e da exatidão, competia dizer que "o procurador representa os interesses do seu constituinte". Ao que acrescenta: "Se os juristas tivessem avaliado a importância desta observação, teriam concluído sem hesitar que a jurisprudência da representação não pode ser outra que a do mandato. Quando se tratasse de fixar os direitos e deveres dos mandatários ou representantes, quaisquer que sejam, é na natureza dos *interesses* que se devem procurar os motivos; mas perdendo de vista esta idéia tão simples ou omitindo a palavra interesses, e conservando a de pessoa, caíram em graves erros, mormente quando trataram de direito constitucional e de direitos e deveres dos agente diplomáticos ...".

Essa solução teve uma grande fortuna em nosso país, durante o século passado. Assim, António Carlos Ribeiro de Andrade e Silva (1773-1845), autor do projeto de Constituição - que acabaria sendo adotado, com as alterações introduzidas por Pedro II, ao outorgá-la em 1824 -, em discurso na Câmara em que explica os seus percalços, começa a sua fala emitindo a opinião de que ao Senado não incumbe ocupar-se dos impostos, atribuição que considera exclusiva da Câmara. E acrescenta: "Fundo-me na índole do sistema representativo, na natureza dos impostos, nos interesses representados pelas três partes que representam os interesses gerais, e, além disto, na Constituição".

E, mais adiante: "Sr. Presidente, todo mundo não ignora as divisões do interesse; há interesses particulares, há interesses de grandes massas, há interesses entre as profissões, há interesses entre o poder que manda e os súditos que

obedecem, há interesses entre a nação e as nações estrangeiras. Para os interesses de cada profissão somos nós, para os interesses das grandes massas territoriais são os senhores Senadores, para os interesses entre o poder que manda e os súditos que obedecem são os representantes. E pergunto – o imposto diz respeito aos interesses das grandes massas territoriais ou aos interesses de cada uma das profissões? Quem pois deve consentir nele? É o representante hereditário desses interesses, somos nós os deputados da nação. Ali se vê que, segundo a índole do sistema representativo, não pode nem deve ser ninguém que consinta o imposto senão a Câmara dos Deputados.<sup>(3)</sup>

Quando se debateu prolongadamente a questão da representação das minorias, debate este reconstituído por Walter Costa Porto (*O voto no Brasil. Da Colônia à Quinta República*. Brasília, Senado Federal, 1989), a discussão partia do pressuposto de que todos os interesses deveriam fazer-se representar e não apenas aqueles contemplados pelo sistema censitário, vigente no país. Ainda nos começos da República, em sessão da Câmara dos Deputados em 20 de outubro de 1891, o representante paulista Adolpho Gordo (1858-1929), ao encaminhar emendas ao projeto de Reforma Eleitoral, adota como premissa que a Constituição de 91 "não quis garantir a representação de uma minoria, o que quis foi garantir a representação de todos os interesses coletivos da nação, porque num sistema democrático verdadeiramente representativo ele deve ser organizado de tal modo que tenha em vista todos os interesses que se distribuem entre as diversas esferas da atividade social". (*Anais da Câmara dos Deputados*). Adolpho Gordo entende também que "o direito de sufrágio é mero direito político, que não pode ser confundido, como o faz aliás a Escola de Rousseau, com os direitos primitivos que constituem a liberdade individual: não é um direito inerente à natureza humana, como o é a liberdade de pensamento, a liberdade de trabalho e associação e tantas outras que estão fora do poder político e em relação às quais a Lei nada mais pode fazer do que reconhecer e garantir". Há portanto direitos individuais e direitos sociais. Neste último âmbito insere-se a representação política dos interesses.

### TEXTO III - OS PARTIDOS POLÍTICOS

- A doutrina do Partido Político

**Os constitucionalistas assinalam que o Partido Político tardou muito a figurar nas Constituições. No caso brasileiro, é interessante assinalar que apenas na Constituição de 1934 aparece esta única referência: "o funcionário que se valer da sua autoridade em favor de partido político, ou exercer pressão partidária sobre os seus subordinados, será punido com a perda do cargo, quando provado o abuso, em processo judiciário" (artigo 170; 9º). Mesmo na Constituição de 1946 a referência é indireta, ao tratar das atribuições da Justiça Eleitoral (atribuição de promover o registro ou a cassação deste.). A Constituição de 1967 é que lhe dedica todo um capítulo autônomo, o mesmo ocorrendo com a de 1988.**

**O fato assinalado é compreensível tendo em vista que exigiu longa experimentação, cumprindo partir da fixação do caminho que tais agremiações percorreram até assumir a feição de que se revestem nas democracias ocidentais. Para tal objetivo, tomaremos como referência a conferência que Max Weber (1864-1920) pronunciou em 1919, pouco antes de falecer, divulgada com o título de "A política como vocação" (*Ciência e política*, duas vocações, trad. bras. da Cultrix, diversas edições). Nesse texto, Weber fica as etapas trilhadas pelos partidos políticos, partindo da condição de bloco parlamentar.**

**Tomando como exemplo a Inglaterra, diz que, no começo, não passavam de simples conjuntos de dependentes da aristocracia. Acrescenta Weber: "Quando, por esta ou aquela razão, um par do reino trocava de partido, todos os que dele dependiam passavam-se também para o outro campo. Até à época do *Reform Bill* (de 1832), não era o rei, porém as grandes famílias da nobreza que gozavam das vantagens propiciadas pela massa enorme dos burgos eleitorais. Os partidos de notáveis, que se desenvolveram mais tarde graças à ascensão política da burguesia, conservavam ainda uma estrutura muito próxima da estrutura dos partidos da nobreza.**

**Num segundo momento, formam-se os partidos dos notáveis, preservada a estrutura primordial do bloco parlamentar. Diversos segmentos da sociedade - profissionais liberais, industriais, pequenos burgueses e mesmo do mundo operário - organizavam-se em clubes políticos e fazia-se então necessário encontrar um chefe que quase nunca provinha de seu próprio meio".**

**Prosegue Weber: "Na época, não existiam partidos organizados regionalmente, que encontrassem base em agrupamentos permanentes do interior do país. Não existia outra coesão política senão a criada pelos parlamentares, apesar de que as pessoas de importância local desempenhavam papel marcante na escolha dos candidatos. Os programas incluíam, a par da profissão de fé dos candidatos, as resoluções tomadas nas reuniões dos homens de pro ou**

as resoluções das facções parlamentares. Só em caráter acessório e a título exclusivamente honorífico é que um homem de projeção consagrava parte de seus lares à direção de um clube. Nas localidades em que esse clube não existia (caso mais comum), a atividade política estava privada de qualquer organização, mesmo no que tangia às raras pessoas que se interessavam normalmente e de maneira contínua pela situação do país. Só o jornalista era um político profissional remunerado e, além das sessões do Parlamento, só a imprensa constituía uma organização política dotada de algum sentido de comunidade. Não obstante, os parlamentares e os diretores de partido sabiam perfeitamente a quais chefes locais recorrer quando certa ação política parecia desejável”.

A última fase é a da estruturação do que foi denominado de máquina partidária. Esta encontra-se em condições de impor sua vontade aos parlamentares. O tipo de democracia que daí resulta, na formulação de Weber, é a *democracia plebiscitária*. Vale dizer, periodicamente, o partido que se encontra no poder é obrigado a submeter-se ao referendo popular.

Esclareça-se que a subsequente ampliação do sufrágio levou à organização de comitês eleitorais nos distritos, organização de que não podiam prescindir os parlamentares para manter contato permanente com os eleitores e assim assegurar-se da permanência no Parlamento. Sintetizando o processo, Maurice Duverger dirá que o partido político que conhecemos em nosso tempo resulta da fusão dos comitês eleitorais com os blocos parlamentares. A partir dessa fusão é que surgem funcionários e assessorias permanentes, formando o que Weber chamou de máquina partidária.

Tendo presenciado apenas os primórdios da constituição dos partidos políticos na forma indicada, nas duas primeiras décadas do século, Weber não estava em condições de estabelecer uma nítida diferença entre os *partidos ideológicos* e os *partidos democráticos*.

Os grandes partidos democráticos do Ocidente admitem em seu seio facções à esquerda e à direita. Ao contrário do que se passa no Brasil onde os partidos políticos nunca deixaram de ser simples blocos parlamentares e os conceitos de direita e esquerda têm em vista unidades fixas, tais divisões dão-se no interior dos próprios partidos. Todos dispõem do que se poderia denominar de *núcleo programático*.

O núcleo programático é o elemento diferenciador entre liberais e conservadores que estão unidos em torno de questões centrais, como a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema representativo, sendo notável o exemplo do passado recente quando existia o bloco soviético. Liberais e conservadores estiveram unidos em defesa do Ocidente contra as incursões do Leste, a necessidade de obrigar o bloco soviético a dirimir os conflitos através de negociações, para circunscrever o perigo de guerra e assim por diante. Unidos em matéria de política exterior e de manutenção das instituições representativas, as grandes agremiações do Ocidente distinguem-se nitidamente em vários pontos de igual relevância. Assim, os conservadores lutam para afastar o Estado da prestação direta de assistência social, ou

pelo menos submetendo-o rigidamente ao controle das comunidades. Enquanto isto, os liberais defendem a responsabilidade estatal na efetivação de programas de caráter assistencial. A política fiscal é, em geral, outro ponto onde se dá nítida diferenciação.

Em que pese o núcleo programático, os partidos fazem alianças com relativa liberdade, transigindo onde seja possível sem desfigurar as plataformas com que se apresentam perante o eleitorado.

Essa flexibilidade é assegurada pela identificação com as grandes correntes de opinião existentes em cada nação. Os partidos acompanham a tendência geral dos mais representativos segmentos de opinião. Mas, ao mesmo tempo, contribuem para dar-lhes maior coerência e consistência. Tecnicamente diz-se que os partidos obrigam ao afunilamento e hierarquização dos interesses.

A temática do interesse envolve grande celeuma teórica. Alguns estudiosos o identificaram com o egoísmo ou amor-próprio excessivo, mas surgiu também uma opinião favorável. Na corrente que denomina de *utilitarismo* - entendida por vezes como sinônimo de *moral do interesse* - estabelece-se uma nítida distinção entre moral individual (geralmente ligada à religião) e moral social (convencionada segundo as épocas históricas a partir das tradições culturais predominantes). Segundo aquela doutrina, os homens tendem a cumprir as regras morais sancionadas socialmente a partir do *princípio da simpatia*, isto é, de que carecem da aprovação dos demais membros das respectivas comunidades. Por esse modo, o interesse foi aproximado da virtude. Considerou-se também o papel que pode desempenhar no processo pedagógico, notadamente pelos educadores americanos, a partir de William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952).

Nesta oportunidade, vamos tomar como referência o entendimento comum e consagrado, isto é, o de que o interesse corresponde ao que de fato interessa às pessoas.

A vida em sociedade sugere que os interesses humanos são muito diversos. Mas podem ser agrupados em reduzido número de categorias. Entre estas certamente sobressai o interesse econômico. O sistema representativo repousa na convicção de que todos são legítimos, tanto os dos assalariados como os dos capitalistas ou da burocracia vinculada ao Estado. Todos são particulares, exclusivistas e não há mágica capaz de identificá-los pura e simplesmente com os interesses nacionais, embora também não sejam obrigatoriamente contrários. O País estará organizado em bases estáveis quando os mecanismos de negociação entre esses interesses provarem ser flexíveis o suficiente para evitar ou reduzir o impacto das grandes comoções.

Seria, entretanto, grave equívoco tudo reduzir ao patamar econômico. Força mobilizadora de igual ou maior magnitude têm os interesses cívicos e os morais. No primeiro caso, a história do País está cheia de exemplos da profundidade de nossos sentimentos patrióticos. Somos mesmo tendentes a

exagerá-los, sob a ótica de um nacionalismo tacanho, supondo que "a pátria está em perigo", mesmo em situações nas quais a nossa independência de modo algum encontra-se em jogo.

Os interesses morais são certamente ainda mais fortes. Como estamos saindo de um ciclo relativamente longo de autoritarismo, quando as liberdades públicas estiveram contidas, há uma certa inibição no condenar as formas grosseiras de permissividade e exibicionismo que invadiram as casas de espetáculo e as publicações. Mas esta é, sem dúvida, uma situação transitória, desde que não pairam dúvidas quanto ao fato de que certos valores, como a família, a honra pessoal ou a compostura sejam expressivos de nosso modo de ser.

Aqui sobressai o papel do partido político. Precisamente a este compete atuar como elemento catalisador de interesses.

- Comentários à bibliografia sobre Partidos Políticos

Jean Charlot, no livro *Les Partis Politiques* (Paris, Armand Colin, 1971) resume o principal da bibliografia que se publicou sobre o tema. A seu ver, os autores considerados clássicos escreveram numa época em que os partidos ainda não haviam assumido feição acabada. Menciona expressamente M. Ostrogorski. *La démocratie et l'organisation des partis politiques*, Paris, 1901 e R. Michels. *Les partis politiques: essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, tradução francesa aparecida em 1914 com base na primeira edição alemã, sendo que a segunda edição publicada em Leipzig, em 1925, teve seu título modificado para *Sociologia dos partidos políticos na moderna democracia*, omitindo Max Weber.

Marco mais relevante parece-lhe *Les partis politiques* (1915), de Maurice Duverger, que determinou o posicionamento de grande número de estudiosos, notadamente norte-americanos. "No atual estágio dessas pesquisas – que não estão muito adiantadas – o essencial, parece-nos, seria evitar cair, depois de Maurice Duverger, na armadilha da ilusão de uma história unidimensional, imaginando um ciclo único, que vá obrigatoriamente dos partidos de quadros aos de massas, e depois aos de reunião, que representariam a forma 'natural' dos partidos na era industrial moderna" (p. 162, da ed. brasileira, *Coleção Pensamento Político* da UnB, vol. 47). No conceito de Duverger, o último tipo adviria da circunstância de que o partido não é uma comunidade 'mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos difundidos através do país (seções, comitês, associações locais etc.) ligados por instituições coordenadoras".

A crítica a Duverger, entretanto, não parece muito apropriada, porquanto a sua atitude é *compreensiva*, enquanto os estudiosos referidos pretendem avaliações matemáticas. O próprio Charlot apresenta uma tipologia apoiada na base da legitimação, recusando a forma de organização ou a ideologia, o que lhe permite distinguir: 1) partidos voltados preferentemente para os notáveis;

2) os que vêm prioritariamente seus militantes, e, 3) os que se baseiam primeiramente em seus eleitores.

Charlot alega que a tipologia de Duverger comporta grande número de exceções. Ora, o próprio Duverger tivera oportunidade de advertir que, embora a distinção entre partidos de quadros e partidos de massas haja alcançado aceitação generalizada, não convém "exagerar sua importância". Ao que acrescenta: "há diversos tipos de partidos de massas corno de partidos de quadros, e são encontrados tipos intermediários".

Destacando-se as principais observações decorrentes da posição compreensiva de Duverger, verifica-se, de pronto, a significação e a perenidade de sua análise.

Antes de mais nada, a advertência que já fora feita por Marx Weber: ainda que preservem a mesma denominação, os partidos contemporâneos distinguem-se radicalmente das agremiações do século passado. Estas não passavam de blocos parlamentares. Os seus sucessores consistem, sobretudo, na fusão dos blocos parlamentares com os comitês eleitorais exigidos pela sucessiva disseminação do sufrágio.

Em segundo lugar, a tese de que a democracia moderna é uma democracia de partidos. Quer dizer: a democracia se define como a participação efetiva na formação da chamada vontade governamental e na determinação das políticas públicas, *através da representação*. Não se trata de nenhuma forma de idealização, a exemplo das que foram popularizadas pelo *democratismo*. A identificação entre representante e representados não é, de modo algum, automática. Na aproximação entre os dois agentes, o sistema eleitoral exerce um papel substancial. Assim, a análise de Duverger permite compreender a democracia moderna, não tendo a menor importância o fato de não consistir numa contribuição à "ciência política", entendida como a adoção de modelos matemáticos.

A distinção entre partidos de quadros e partidos de massas é igualmente fundamental. É a partir dessa chave que se pode distinguir os grandes partidos democráticos do Ocidente das organizações ideológicas. Para acompanhar a evolução da corrente de opinião com a qual se identifica, a agremiação democrática precisa dispor de um núcleo programático a partir do que pode realizar essa ou aquela aliança. Apoiados nesse núcleo, estruturam-se as assessorias, as publicações, os estudos, enfim tudo aquilo que lhe dá caráter permanente e uma feição perfeitamente definida. Em que pese estivessem unidos no propósito de aprimorar o sistema representativo e contribuir para o engrandecimento nacional, liberais e conservadores, na Inglaterra, do mesmo modo que democratas e republicanos, nos Estados Unidos, nunca se confundiram perante o eleitorado.

Finalmente, a análise de Duverger leva à valorização de aspectos que a preocupação matematizante inevitavelmente obscurece. Assim, importam muito tanto as dimensões dos países como as respectivas tradições culturais. A Suíça,



por exemplo, não parece ser um exemplo convincente desse ou daquele modelo, porquanto, nas condições do país, qualquer sistema funcionaria, desde que não violasse o direito participativo a que a comunidade está afeiçoada. Mesmo tomando-se isoladamente as nações mais populosas, onde a adequação do sistema representativo é de fato testada, há traços culturais que estabelecem distinções essenciais. Embora a estabilidade política seja um valor fundamental para todas as sociedades – o que explica em grande medida a emergência e a persistência do autoritarismo – não atua de modo equivalente em países como a França ou a Itália. A incapacidade do sistema eleitoral francês de permitir a formação de maiorias sólidas, neste pós-guerra, levou até a golpes de Estado, enquanto a Itália convive com essa realidade, talvez pelo fato de que o governo central não tenha ali a mesma magnitude que lhe atribuem as tradições culturais francesas.

Apesar da unilateralidade da crítica a Duverger, o texto de Jean Charlot apresenta um panorama bastante completo da bibliografia existente. Verifica-se que nem todos os estudiosos norte-americanos estão preocupados apenas com quantificações. Joseph Lapalombra, por exemplo, editor de *Political Parties and Political Development* (Princeton, 1966), busca, sobretudo, identificar aquilo que distingue o partido político da liga, clube ou comitês de notáveis. A seu ver, o partido precisa dispor (1) de uma organização durável, capaz de sobreviver aos que a dirigem; (2) comitês locais bem estabelecidos e sólidos, mantendo relações regulares e variadas com o escalão nacional; (3) disposição do conjunto (comitês locais e nacional) de chegar ao poder, sozinho ou em aliança com outras agremiações, e não apenas de influenciar o poder; e (4) a preocupação de preservar suporte popular através de eleições e de outras formas. Apoiado nessa definição, Lapalombra conclui que “os pequenos grupos oligárquicos que ostentem o nome de partido em determinados países latino-americanos, africanos ou asiáticos” nada têm, de fato, em comum com os partidos existentes na Europa, na América do Norte ou no Japão (neste, depois da Primeira Guerra), estando “mais próximos das facções de notáveis da República romana ou, em certos casos, dos clubes revolucionários da França no final do século XVIII”. A conclusão é inquestionavelmente pertinente, servindo para enfatizar a novidade em que consiste. Deve-se reconhecer que esse tipo de advertência torna-se essencial para o entendimento da circunstância brasileira, onde os partidos ainda não perderam a condição de simples blocos parlamentares.

Nos estudos destinados a facultar pesquisas que permitam realizar revisões com base em análises matemáticas, busca-se, em geral, aproximar a agremiação partidária de outras agremiações conhecidas. Entre as várias obras com essa característica, Charlot resume os pontos de vista de Robert Merton (*Social Theory and Social Structure*), que considera o chefe da máquina partidária como qualquer outro *boss* e suas funções equiparáveis ao “chefe de empresa desejoso de aumentar seus lucros ao máximo”. Merton aponta, entre outras, a seguinte consequência do que chama de “análise funcional da máquina política”: “Em primeiro lugar, a análise anterior tem

conseqüências diretas na ação social (*social engineering*). Ela ajuda a explicar por que os esforços periódicos de ‘reforma política’, de ‘expulsão dos desonestos’, de ‘limpeza da estrebaria política’ são de curta duração e fracassam invariavelmente. Ela ilustra o seguinte teorema básico: está condenada ao fracasso toda tentativa feita para eliminar uma estrutura social existente sem fornecer estruturas de substituição adequadas, isto é, capazes de exercer as funções anteriormente garantidas pela agremiação abolida. Inútil é dizer que este teorema tem um alcance muito maior que o único exemplo da máquina política. Quando uma reforma política se limita à tarefa manifesta de ‘por os canalhas na rua’, ela é apenas magia política. Ela pode trazer, por um tempo, novas figuras no cenário político; pode exercer a função social adicional de fazer os eleitores acreditarem que as virtudes morais permanecem intactas, e acabarão por triunfar; pode trazer mudanças efetivas no pessoal da máquina política; e pode até, por um certo tempo, deixar insatisfeitas inúmeras necessidades que satisfazia comumente. Mas, a menos que a reforma não comporte também uma ‘refundição’ da estrutura social e política bastante profunda para satisfazer, por uma estrutura nova, as necessidades existentes, ou que acarrete uma transformação que elimine completamente essas necessidades, a máquina política retomará inevitavelmente seu lugar no esquema social. Procurar uma mudança social sem reconhecer abertamente as funções manifestas e latentes desempenhadas pela organização a ser transformada é proceder antes a ritos sociais que a um *social engineering*” (ed. cit., p. 83/84).

O exemplo mostra como a tentativa de eliminar a especificidade do partido político – e da ação humana, de um modo geral – conduz a proposições de cunho nitidamente totalitário, se fossem levadas a sério.

São mais ou menos do mesmo tom: *Political Parties. A Behavioral Analyses*, de Samuel Eldersveld (Chicago, 1964) e a quantificação terminológica (chamada também de pesquisa lexicométrica), isto é, o grupamento de termos para constituir determinados conjuntos e operá-los matematicamente.

Embora o esforço desenvolvido seja de grande magnitude, da leitura de tais estudos fica a impressão de que o exercício proposto tem aplicação muito limitada, sem embargo da importância de que se possa revestir, como é o caso das pesquisas de opinião ou das projeções dos resultados eleitorais.

## TEXTO IV - PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

- Enunciado geral

**A doutrina da representação política foi enriquecida pela experiência social. Neste sentido, aquela experiência, ao longo dos séculos XVIII e XIX, tornou patente que a condição de proprietário não esgotava os interesses existentes. Para atender a essa evidência, empreendeu-se o caminho da democratização do sistema. Desde então, a representação política passa a ser definida como sendo de interesses. Este processo, por sua vez, levou à estruturação dos partidos políticos na forma como os conhecemos atualmente, organizações que passaram a ter a incumbência de afunilar os interesses e permitir a negociação entre eles.**

**A par disto, os socialistas suscitaram uma plataforma que consistia na reorganização da própria sociedade, o que provocou a reação conservadora e teve desdobramentos. Desde então, a proposta de organização da sociedade tornou-se parte integrante da doutrina da representação.**

**Esquemáticamente, tais propostas seriam as seguintes:**

- 1) liberal, que se bifurca em conservadora e social;**
- 2) socialista, que embora haja evoluído na direção da social democracia, continua sendo sustentada por importantes agremiações, como o Partido Socialista Francês;**
- 3) conservadora (ou tradicionalista), suscitada pela liderança católica em, grande parte do século XX, que praticamente desapareceu, ensejando a sua aproximação de um lado, do liberalismo, e, de outro, do socialismo; e,**
- 4) totalitária, que foi experimentada na Alemanha nazista e na Rússia soviética, que ainda tem partidários, mesmo no Ocidente, em que pese o seu caráter odioso. Segue-se breve caracterização de tais propostas, estudadas em disciplinas autônomas neste Curso.**

- A proposta do liberalismo social e do liberalismo conservador

**Desde o nascimento do sistema representativo, na Inglaterra, os que o apoiavam estiveram divididos nas vertentes que, mais tarde, chamaram-se liberal e conservadora. Ao longo dos séculos seguintes, tornaram-se nítidas as suas principais diferenças, embora ambas estivessem unidas na sustentação do sistema representativo e no empenho em prol de seu aperfeiçoamento. Como ambas atinham-se ao ideário liberal, convencionou-se distingui-las chamado a uma de liberal social e a outra de liberal conservadora.**

**Ainda na Inglaterra, a Reforma de 1832, que ampliava o sufrágio para incorporar a elite proprietária urbana, contou com a oposição dos conservadores. Aliás, depois de sua aprovação é que passaram as duas vertentes a denominar-se, respectivamente, Partido Liberal e Partido Conservador. Contudo, depois que as novas regras foram experimentadas, e o processo de democratização seguiu seu curso – sem afetar o funcionamento das instituições – cessaram as divergências. Essa identificação em torno do sistema representativo serviu precisamente para distinguir o conservadorismo liberal do conservadorismo católico – também chamado de tradicionalismo –, que assumiu feição definida no século XX. O conservadorismo católico, na altura, não aceitava o sistema representativo e buscava alternativas.**

**Subseqüentemente, o liberalismo identificou-se com a economia de mercado. Ainda assim, acabaram por emergir diferenças, entre liberais sociais e liberais conservadores, em matéria de política econômica.**

**O liberalismo econômico identificou-se, de início, com a liberdade de comércio. As duas vertentes acabaram aceitando a concorrência e convencendo-se de que o Estado deveria ater-se a fixar as regras gerais do funcionamento do sistema, sem interferências ulteriores. O liberalismo econômico foi então denominado de *laissez-faire*, embora essa expressão pudesse levar ao equívoco de que corresponderia a liberdade sem regras.**

**O capitalismo experimentava sucessivas crises cíclicas e não havia interferência governamental. As divergências começaram a surgir por motivo da Primeira Guerra Mundial. Derrotada a Alemanha, emergiram os economistas, liderados por Keynes, contrários à cobrança de reparações. Embora derrotados neste primeiro embate, quando eclodiu a crise de 1929, Keynes propôs que o Estado Liberal de Direito passasse a ter responsabilidades na manutenção de determinadas taxas de emprego. Concebeu diversos mecanismos de interferência indireta na economia, que, aplicadas nos Estados Unidos, foram muito bem sucedidas. Como as imposições à Alemanha derrotada em 1918 acabaram levando à Segunda Guerra Mundial, com o fim desta, o keinesianismo passou a ter aceitação geral. As divergências no seio do liberalismo, em matéria de política econômica, arrefeceram, grandemente.**

**Acontece que o keinesianismo foi apropriado pelos socialistas no após Segunda Guerra elevando a interferência estatal até a posse direta de empresas. Tais práticas acabaram conduzindo a Europa Ocidental a intermitente processo de estagnação econômica. Coube ao Partido Conservador Inglês estabelecer uma correlação entre este último desfecho e as medidas de estatização da economia. Sucessivas vitórias conservadores permitiram fosse experimentada a desestatização e a desregulamentação, voltando a Inglaterra a florescer. Iríamos assistir a um novo ciclo de confluência no seio do liberalismo em matéria de política econômica. Agora ambas as vertentes advogam redução do tamanho do Estado e menos impostos. Essa tendência é expressa atualmente pelo Partido Popular Europeu, que conta**

com a adesão da democracia cristã. Os conservadores liberais ainda relutam em aderir plenamente – embora haja acordo em matéria de política econômica – pelas divergências remanescentes em torno da chamada questão social.

Nesse último aspecto, ambas as vertentes terminaram por chegar a um acordo em torno do estabelecimento da chamada seguridade social. Mas aqui os socialistas acabaram por difundir modelo no qual contribuições estatais passaram a ser relevantes. Depois de grande sucesso nas três décadas subsequentes à Segunda Guerra, o sistema experimenta grandes dificuldades, contribuindo para manter altas taxas de desemprego. Aqui os liberais sociais entendem que o afastamento do Estado deve ser progressivo, para não afetar contingentes populacionais expressivos.<sup>(1)</sup> De todos os modos, há uma certa confluência no sentido de que, na Europa, proceda-se à desregulamentação da contratação do trabalho e de que os atuais sistemas de manutenção da seguridade social sejam substituídos pela modalidade Fundos de Pensões, plenamente coroados de êxito nos Estados Unidos. Estes, ao contrário da forma de sustentação por contribuições correntes – que retira disponibilidades ao sistema produtivo –, injeta recursos na economia e mantém determinadas taxas de investimentos, com reflexos na eliminação do desemprego.

- As propostas socialistas e social democrata<sup>(2)</sup>

#### a) As Trade Unions e o Partido Trabalhista Britânico

O Socialismo na Europa está intimamente associado ao movimento operário. Nasceu e se alimentou de um problema concreto, de um interesse real. Pautou-se pelo movimento operário e sindical. Este socialismo deu origem a partidos políticos que se tornaram grandes forças políticas na Europa.

Antes da Revolução Industrial, a fabricação de mercadorias era feita manualmente, ou através da indústria manufatureira. Evidentemente, este sistema ocupava enorme quantidade de mão-de-obra. A introdução da máquina provocou dispensa em massa de trabalhadores. Estes se organizaram sob a liderança de Ludd, reagindo contra o desemprego e destruindo as máquinas. Os empresários ingleses obtiveram do Parlamento uma lei que condenava à morte quem avariava a maquinaria, em 1812. Já no ano seguinte começaram as execuções.

Em meio à selvageria deste capitalismo, que abria caminho a ferro e fogo, que multiplicava astronomicamente a produção de carvão, lingotes de ferro, aço, tecidos e fazia migrar a população do campo para a cidade rapidamente, as vilas se transformam em cidades e estas em metrópoles. Nascia a civilização urbana com todos os seus problemas: falta de habitação, água potável, alimentos, vestuário, emprego, juntamente com epidemias incontroláveis. Os salários se aviltam e em decorrência há

necessidade de mais trabalho. Os homens trabalham até 17 horas diárias, crianças arrastam lingotes nos fundos das minas, mulheres ombreiam ao lado dos maridos e crianças ao lado das mães.

A partir de 1832, a situação operária começa a melhorar, através do poder de influir politicamente, pois tem lugar na Inglaterra o processo da democratização da representação. A partir desse ano, círculos sempre mais abrangentes são assimilados politicamente e com isso o operariado começa a se fazer representar no Parlamento, fazendo aprovar leis favoráveis aos trabalhadores. As "Trade Unions", que em meados do século XIX eram apenas toleradas, em 1871 foram reconhecidas. Na França, o reconhecimento sindical foi legalizado em 1884. Um dos passos mais decisivos foi a fundação da Confederação Geral do Trabalho. Na virada do século, o movimento sindical podia contabilizar várias conquistas que se disseminaram no Ocidente: jornada de trabalho de oito horas, limitação ao trabalho feminino e infantil, salário mínimo, regulamentação de trabalho noturno, descanso semanal remunerado e outras conquistas.

No século XX, as "Trade Unions" criaram o "Labour Representation Committee" com o objetivo de influir partidariamente, através da designação de representantes próprios. Para concretizar tal idéia, são acionados o Partido Trabalhista Independente e a Sociedade Fabiana. O ideário político da Sociedade Fabiana consta no "Fabian Essays in Socialism". Posiciona-se contra o socialismo revolucionário, optando pelo evolutivo. Sua tese capital é que o bem-estar da maioria exige a intervenção estatal. Para os fabianos, a máquina estatal é o instrumento de bem-estar social. Embora inicialmente não cogitasse na criação de um Partido, mas apenas influir nos já existentes, Liberal e Conservador, evoluiu no sentido de criar um Partido, o qual abrigava em seu bojo o ideário socialista. O grande líder desta façanha foi o operário e tradeunionista James Keir Hardie. Foi o primeiro operário a ter assento na Câmara dos Comuns. Pleiteava uma autonomia de atuação em relação aos partidos Liberal e Conservador e em consequência disso, em 1906, foi criado o *Labour Party*. Inicialmente de expressão numérica modesta, 42 membros, o Partido Trabalhista atua em íntima sintonia com os liberais. Quando é deflagrada a Guerra Mundial, os trabalhistas ora apoiam a neutralidade, ora apoiam a guerra. Acabam entrando na coalizão formada por Lloyd George, do Partido Liberal.

Após a morte de Hardie, substitui-o na liderança Ramsay Mac Donald que imprime outros rumos para o socialismo. Entende que este deve ser um elemento moralizador da sociedade e, para tanto, para ter uma influência efetiva sobre ela, o Partido deve aspirar ao poder. Não conseguiu, no entanto, operacionalizar o programa de seu Partido, embora, até 1918, o Partido se contentasse com a atuação nas garantias legais trabalhistas. Neste ano, inclui em seu programa o objetivo da posse coletiva dos meios de produção. Com a vitória sobre os liberais em 1924, conquistando 192 cadeiras contra 159 dos liberais, formou-se o primeiro governo trabalhista na Inglaterra. Enfrenta a crise de 1929 fazendo uma ampla aliança. Em 1930, Donald perde a liderança em favor de George Lansbury.

Com a eleição de Clement Attlee, em 1935, para a liderança do Partido Trabalhista, o Partido toma outros rumos. É abandonada a postura pacifista em relação ao nazismo, formando uma coalizão para dar sustentação a Winston Churchill, do Partido Conservador. Com a ampla maioria conquistada em 1945, o Partido Trabalhista recebe poder suficiente para pôr em prática seu programa. Sua atuação mais marcante se faz sentir na economia através das nacionalizações, inclusive o Banco da Inglaterra. Perdem a maioria para os conservadores em 1951. Consegue chegar ao poder por mais duas vezes, 1966-70, e 1974, antes do longo período conservador, para somente retornar com Tony Blair, o qual retira o caráter socialista do Partido.

Mas ao que se propunha o Partido Trabalhista Inglês, abrigando em seu bojo o socialismo? O objetivo geral era estabelecer na comunidade britânica o socialismo. Para tanto, comprometia-se a respeitar a organização estatal da maneira como estava estruturada. Fazia voto de fé na democracia e obrigava-se a seguir as regras do jogo político. Condenava os sistemas ditatoriais e abominava os totalitários. Desejava pautar-se pelo respeito à oposição. Caso recebesse o poder do eleitorado, e sua ação fosse obstruída pela Câmara dos Lordes poderia propor sua extinção. Pretende que os recursos do País, tanto de ordem material como humana, sejam utilizados como meio para o bem-estar de todos. Enfatiza que "para todos" é a diferença da proposta socialista da capitalista. Condenam, também, uma planificação global e sim uma organização que economicamente atenda aos seguintes princípios: 1) Planejamento da indústria; 2) Disciplinação das atividades produtivas devidamente descentralizadas e com aproveitamento racional dos recursos naturais; 3) Selecionar, para o exercício das diversas tarefas os mais aptos e competentes; 4) Fixação do padrão de vida que a economia inglesa pode comportar para seus cidadãos. Para atingir tal objetivo se propõe deslocar o eixo do móvel econômico, transferindo-o do "lucro" para o "benefício" social. Nesse sentido, o primeiro passo será estatizar o Banco da Inglaterra. Preconiza a eliminação da propriedade privada, com a devida indenização. Quer ainda a nacionalização da indústria carbonífera e manter o controle estatal sobre os combustíveis. Objetiva também a estatização dos transportes, melhoria nos serviços de assistência social e um programa de desenvolvimento agrícola.

#### **b) O abandono do ideário da sociedade sem classes**

Com a eleição do Partido Conservador, sob a liderança de Margareth Thatcher, em 1979, começa o período de desmonte da estatização. Praticamente, todo trabalho de socialização sofreu reparos por parte dos conservadores. A escolha de Tony Blair para a liderança do Partido Trabalhista não mudou a política de privatização. Blair percebendo as tendências da vontade do eleitorado, propõe e consegue revogar a cláusula IV do Programa, a qual caracterizava o Partido como socialista. Além disso, abandona-se o

propósito da posse coletiva dos bens de produção ou a estatização. Com isso, recebeu o apoio do eleitorado e conseguiu reeleger-se em 1997.

**Outros países também tiveram uma hegemonia socialista no pós guerra. É o caso da Áustria (1970-1989), Dinamarca (1975-1981), Alemanha (1970-1981), Grécia (1981-1989), Espanha (a partir de 1982), Suécia (1970-1975 e entre 1982 e 1989), e França, a partir de 1981, a qual analisaremos a seguir. Cresceu também o eleitorado socialista, quase todos em torno de 30%, na Bélgica, Finlândia e Holanda. Na Itália, os socialistas participaram das coligações mas o Partido Democrata-cristão mantinha a liderança, enquanto os comunistas dominavam a esquerda.**

### **c) O Socialismo francês e suas peculiaridades**

**O caminho natural do socialismo, ao menos na maioria dos países da Europa, foi a Social-democracia. Em França, esta transição está relativamente tardia, devido às suas particularidades. A vitória do Partido Socialista Francês ocorreu em 1981, com François Mitterrand para a Presidência e no segundo escrutínio faz maioria também no Parlamento. Os socialistas tentam enquadrar o sistema financeiro dentro do programa socialista. Os demais setores já estavam estatizados. As dificuldades financeiras se avolumaram e os socialistas perderam as eleições parlamentares de 1987 em favor dos liberais. Mitterrand muda de tática. Abandona as nacionalizações e tenta implantar um política econômica de consenso. Recebe do eleitorado um segundo mandato. Tendo dissolvido a Assembléia, obtém maioria parlamentar, mas mantém a prática econômica pragmática. Aí advém o impasse: o Partido não consegue fazer valer seu programa perante o Presidente, nem este consegue levar os socialistas para a opção social-democrata.**

**As principais causas do porquê de o Partido Socialista não se tornar social-democrata podem ser arroladas como as seguintes: primeiramente, o socialismo francês tem sua origem no socialismo intelectual, moral, como um projeto teórico. O Partido Comunista originou-se por desmembramento do Socialismo francês. Em segundo lugar, pode ser apontado o Republicanismo, ideologia esta que se opõe ao Monarquismo, no passado forte na cultura francesa, mas ainda atualmente difuso na sociedade francesa. O Republicanismo se empenha para que o Estado funcione, daí seu culto. Há, inclusive a École Nationale d'Administration que prepara a elite governante. Outro componente é o anticlericalismo. Os socialistas se identificaram de tal sorte com estes componentes culturais que, para os socialistas, ser francês e ser socialista é a mesma coisa, e, na maioria das vezes, com o aval da nação francesa.**

**A aproximação de Mitterrand com a Social-democracia pode ser verificada com o tratamento dado por ele à questão do desemprego. Aceita os mecanismos da economia de mercado, com a competição das empresas. Em contrapartida, no entanto, requer a nacionalização do crédito e das**



grandes empresas industriais. O desemprego tem um tratamento social e os sindicatos são reforçados dentro das empresas. É, o modelo da social-democracia sueca. Outro exemplo típico é a questão da segurança. François Mitterrand experimentou na própria pele a escalada do terrorismo, a progressão da delinquência, a agudização dos movimentos separatistas, o tráfico de drogas e outros. O socialismo não lhe oferecia medidas concretas, pois batia na mesma tecla do pecado original do capitalismo. Por conta e risco próprios, tomou medidas práticas, usando mesmo do recurso à repressão, recebendo o apoio da sociedade francesa.

Como dissemos acima, há uma evolução natural do socialismo europeu em direção à Social-democracia. Na Inglaterra, Tony Blair faz retirar do programa do Partido Trabalhista os princípios socialistas. Na Itália, os comunistas romperam com o passado e criaram o Partido da Esquerda Democrática, conseguindo, inclusive, através de alianças formar em 1996 um Governo. Felipe González professa abertamente a Social-democracia na Espanha e continua a ser o líder de sua agremiação. Na Alemanha aprofunda-se a distância do Partido Social Democrata com a antiga proposta socialista. Os socialistas da Áustria, Noruega, Suécia e Finlândia abandonaram o radicalismo condenatório à União Européia e também caminham em direção à social-democracia.

#### d) A Social-Democracia e o Revisionismo.

O termo *Social-Democracia* surge na Alemanha em 1848, dentro de um contexto revolucionário europeu. Na França cai a monarquia liberal, na Áustria o absolutismo é derrotado, a Hungria desliga-se do Império Austro-húngaro, na Itália começa a luta pela unificação. A própria Rússia imiscui-se nos negócios europeus. Na Alemanha ocorre uma insurreição que consegue eleger por sufrágio universal o Parlamento de Frankfurt, mantendo a união com a Áustria. No seio destes movimentos, surgem também propostas para a melhoria da sorte dos trabalhadores. Todos os grupos que se dedicavam a tais questões foram genericamente denominados na Alemanha de sociais-democratas. Já em 1875 surge o Partido Socialista e, finalmente, em 1890 consagra-se definitivamente com a designação de Partido Social Democrata da Alemanha, período este em que tem lugar o revisionismo de Bernstein. A Social-Democracia, como a conhecemos atualmente, emergiu de uma "revisão" do marxismo da Social-Democracia alemã. Este movimento ficou conhecido como "Revisionismo". A crítica promovida teve como principal autor Eduard Bernstein. No Congresso de Stuttgart, de 1898, as teses de Bernstein foram amplamente debatidas. Apesar de minoritário, o autor do Revisionismo não foi condenado, mas simplesmente recebeu uma moção para que expusesse com mais clareza seu pensamento, o qual seria retomado no próximo Congresso.

O Revisionismo não pretendia destruir o Marxismo, apenas inventariá-lo, quiçá, modernizá-lo. No entanto, a crítica atingiu sua própria essência, sendo

difícil acatar as teses revisionistas e ao mesmo tempo continuar marxista. O estudo de Bernstein atingiu a doutrina e o programa da Social-Democracia alemã. Primeiramente, vejamos a doutrina.

1. Marx havia predito uma geral e maciça concentração de empresas. Bernstein constata que as pequenas e médias empresas são tão dinâmicas como as grandes. As grandes empresas não conseguem absorvê-las e elas continuam a se desenvolver paralelamente. Além disso, seu número, em vez de diminuir por absorção das maiores, estão se disseminando.
2. Marx havia concluído pela tendência da proletarização da classe média. Bernstein contrapõe a constatação do aumento considerável da classe média. Pela ascensão social, o próprio proletariado consegue tornar-se classe média.
3. Marx previra que o capitalismo, de crise em crise, iria se autodestruindo. Bernstein não contesta as crises do capitalismo, mas conclui que o capitalismo consegue acionar mecanismos os quais superam as crises, minimizando seus efeitos, ou mesmo anulando-os. Alguns desses mecanismos são o desenvolvimento do crédito, a ampliação dos mercados, a racionalização da produção e outros.
4. Marx pensara que o móvel da sociedade seria a luta de classes devido ao modo de produção, e isto seria científico. Bernstein contesta a conclusão de Marx, fazendo ver que o que se pensou que fosse científico, na verdade, era moral, pois seu objetivo era melhorar a sorte dos trabalhadores.
5. Conforme Marx, uma das conseqüências da concentração econômica seria a concentração política. Ora, isto não se verificava, pois, com a gradual absorção das camadas mais pobres, através da dispensa primeiramente da propriedade e depois da renda, o capitalismo liberal ia aos poucos se democratizando.

Estas cinco teses atingiam em cheio a doutrina marxista da Social-Democracia.

Bernstein vai mais longe: propõe uma mudança de estratégia para a Social-Democracia. Em primeiro lugar, o Socialismo deve abandonar a idéia de expropriar o Capitalismo. Os socialistas devem preparar quadros de trabalhadores para gerir empresas. Apostar numa ação pedagógica para os trabalhadores. A solução da nacionalização também não é bem vista por Bernstein. Criaria para o Governo socialista enormes dificuldades operacionais, pois não teria à mão homens para gerir uma empresa pública daquele porte. Em segundo lugar, o Socialismo não pode dedicar-se exclusivamente a uma classe social, os trabalhadores. Para ele, o Capitalismo está expandindo a classe média, em vez de eliminá-la. Dessa forma, se o Socialismo se resumir no proletariado, corre o risco de ficar com uma classe minoritária. Desse modo, achava que os socialistas deviam fazer acordos com outras camadas sociais, conseguindo delas seu concurso. E, em terceiro lugar, os socialistas não podem pensar só em termos de ruptura radical com os capitalistas. Isto posto, a idéia de uma classe que domina sobre as demais é considerada anacrônica. Aceita o concurso da democracia burguesa, deixando de considerá-la tão-somente formal, como

faziam os socialistas tradicionais. Para Bernstein, a democracia é um meio e um fim. É o caminho para se chegar ao socialismo, mas também é seu fim. Para se chegar lá é preciso descentralizar, e o caminho serão as cooperativas de consumo, sindicatos nas indústrias e a autonomia comunal.

**Conclusivamente, Bernstein propõe que a Revolução não é possível, pois a democracia burguesa não é tão formal como o Mestre Karl Marx afirmava. A Revolução terá que necessariamente usar da violência e a ditadura atentará contra a liberdade. O povo não trocará espontaneamente uma liberdade concreta, da democracia burguesa, por uma liberdade em forma de promessa, da democracia marxista. Nesse caso, a Revolução somente é possível como golpe. Além disso, a Revolução não é desejável, pois o Capitalismo, apesar de suas crises, não funciona tão mal. Revela-se, inclusive, com capacidade para adaptar-se aos novos tempos e às novas exigências econômicas.**

**Tendo em vista que a crítica de Bernstein torpedeou o marxismo em seus alicerces, como se explica que suas lideranças continuaram a confessar-se marxistas até após a Segunda Guerra Mundial? Há algumas hipóteses. Primeiramente, registra-se que no Congresso de Stuttgart, em 1898, os seguidores do Revisionismo constituíram uma ala minoritária, sendo que os marxistas se tornaram hegemônicos. Outras correntes socialistas estavam presentes, como o blanquismo, o anarquismo ou o socialismo de Proudhon. Evidentemente seria contraditório a ala partidária vencedora adotar as teses dos vencidos. Em segundo lugar, todos sabiam que o apelo revolucionário é mais atraente para os jovens do que um discurso reformista. E em terceiro lugar, os líderes da Social-Democracia alemã tinham tido relações pessoais com Marx e Engels. O próprio Bernstein cuidou de assuntos pessoais de Marx após sua morte, por incumbência dele. Com Engels, Bernstein conviveu muitos anos, após sua transferência para Londres, em 1888, devido às perseguições políticas. Por isso, as circunstâncias pessoais evitaram o rompimento.**

**e) O governo de Bismarck.**

**A Alemanha, país tipicamente emerso do feudalismo, não conhecia um Estado central aglutinador. Em seu lugar vingavam pequenos principados, cada qual com sua forte autonomia política e econômica. Mesmo o Sacro Império Germano-Romano que conseguiu impor um governo central. As lutas religiosas da Reforma Protestante provocam o nascimento de duas Confederações, mas sem, contudo, caracterizar uma efetiva unificação. A unificação somente surgiu sob a hegemonia da Prússia, sob a liderança de Otto von Bismarck, o qual, em 1871, é nomeado Príncipe e feito Chanceler do Império, sob a coroa de Guilherme I da Prússia. Bismarck se manteve no poder até 1890.**

**A organização institucional do País praticamente foi a implantação do regime prussiano. Na cúpula do poder estava o Imperador - denominado Kaiser. Ele escolhia livremente o Chanceler-Chefe do Governo. O principal apoio do Governo não provinha do Parlamento, mas do próprio Imperador e da Dieta, órgão que representava os estados e os principados. Os príncipes tinham a prerrogativa de escolher o Imperador, daí sua enorme ascendência política, em detrimento do Parlamento. Este, denominado de *Reichstag*, era eleito por sufrágio universal, o qual somente se concretizaria em 1919, quando foi admitido o voto feminino. O Parlamento nem escolhia, nem destituía o Chanceler. O próprio orçamento, assunto de sua competência, não era observado pelo Kaiser. Mesmo assim, não se poderia dizer que a organização política fosse uma autocracia. O Kaiser podia influenciar na promulgação das leis, mas não tinha o poder de veto. Os tratados deviam ter a aprovação da *Bundesrat*, a Dieta, e o dinheiro só podia ser obtido com a aprovação do Parlamento.**

**Bismarck dá enorme impulso à industrialização, provocando o surgimento de várias regiões industriais. Com a indústria advieram os problemas sociais. O Governo, tendo pela frente o exemplo da Comuna de Paris, procurava neutralizar os socialistas revolucionários, juntamente com seus sindicatos. Para tanto, promove uma legislação protecionista e faz aprovar a Lei de Proibição dos Socialistas, pela qual podia cercear a ação dos sociais-democratas. Bismarck e seu governo não tinham um critério em relação aos grupos políticos. Perseguiu indiscriminadamente tanto os favoráveis ao sistema parlamentar como os partidários da Revolução, ou de atos terroristas, como foi o caso dos dois atentados contra o Imperador.**

**Após a queda do Chanceler Bismarck, pôde a legislação discriminatória ser afastada e os partidos liberais e democráticos participam livremente dos pleitos eleitorais. É o caso do Partido Social Democrata que consegue obter 20% dos votos.**

**f) O período de entre guerras.**

**Uma ideologia vai se implantando paulatinamente na Alemanha: o Nacionalismo. A ela associou-se outra idéia, a de tornar a Alemanha uma potência mundial. Ambas as idéias, expressas pelo pangermanismo, termo emprestado da Liga Pangermânica fundada em 1895. Esta Liga advogava a expansão da Alemanha, devendo incorporar todos os povos teutônicos da Europa Central. Seus limites se estenderiam até a Dinamarca, Holanda, Luxemburgo, Suíça, Áustria e Polônia. Advogavam ainda um império colonial no Leste, até aos Balcãs e a Ásia Ocidental. Conforme o filósofo Fichte, os alemães eram uma raça superior, cabendo a eles impor a paz na Europa. Outros intelectuais passaram a divinizar o Estado, a glorificar o poder levando a bom termo o projeto de uma Grande Alemanha. Evidentemente, dentro desse contexto, o sistema representativo era considerado uma perda de tempo e desnecessário, e todos foram assimilando a idéia da necessidade de um Estado autoritário. O**

movimento pacifista era inexpressivo, desaparecendo com a guerra. Até mesmo os intelectuais participaram concretamente dos afazeres bélicos, quer no "front", quer nas tarefas dedicadas à guerra.

**A derrota militar da Alemanha provocou a queda da monarquia. Os socialistas revolucionários aproveitam a ocasião para tentar implantar um regime semelhante ao soviético, tendo como suporte conselhos de soldados e marinheiros. Diante da ameaça, forma-se uma coalizão de sociais-democratas, liberais e católicos, para se organizar um Governo Provisório que conseguiu derrotar os revoltosos, tomar as providências para organizar um Governo constitucional. A Assembléia Nacional Constituinte instala-se em 1919. Teve a adesão de mais de 60% da população. Em pouco espaço de tempo a Assembléia dá por concluídos os trabalhos: de fevereiro a agosto. Como a reunião teve lugar em Weimar, seria denominada a República de Weimar.**

**Após as eleições de 1920, houve uma acomodação partidária. Os socialistas independentes, que haviam conseguido 18% dos votos, uma parte alia-se ao recém fundado Partido Comunista, e outra parte migra para os sociais-democratas. A partir de então, os comunistas combatem sistematicamente, tanto os sociais-democratas, como a República de Weimar. Inclusive, em 1932, ajudam a eleger Adolfo Hitler, e em 1939, é firmado o Pacto de Não-Agressão com Stalin. Quanto aos católicos, tinham dois partidos, o de Centro e o Partido Popular da Bavária. O primeiro comprometeu-se com a República, enquanto o segundo propugnava por soluções autoritárias. O Partido Democrata Alemão representava a ideologia liberal e foi o idealizador da República de Weimar. Outra agremiação liberal era o Partido Popular, mas seu comprometimento maior era com o capitalismo, ficando em segundo plano as instituições políticas. Finalmente, os nacionalistas, agremiados no *Deutsche*, encaminham-se para o apoio aos nazistas do Partido Nacional Socialista.**

**Nas eleições de 1930, a Aliança de Weimar obtém apenas 46% das cadeiras. Os partidos autoritários e totalitários conseguem 41% das mesmas, enquanto os nacional-socialistas já detém 18 delas. Em 1932 tem lugar a eleição presidencial. O marechal Hindenburg candidata-se à reeleição. Necessita de um segundo turno para se reeleger, tendo como oponente Adolf Hitler. Os comunistas, percebendo que não elegeriam seu candidato votam em Hitler, evidenciando a proximidade ideológica dos dois totalitarismos: nazismo e comunismo. E com as eleições de 1932 e 1933, Hitler se torna o Chanceler.**

**A República de Weimar, com sua coalizão de Weimar, foi a primeira experiência socialista na Europa Ocidental. Os encargos sociais foram repartidas proporcionalmente entre patrões e empregados, 40% para cada um. Foi com esta experiência que se começou a falar em Estado Social de Direito, pois até então somente havia o Liberal. As duas agremiações, cada qual**

com sua doutrina e programa, não se hostilizavam - ao contrário, complementavam-se.

#### **g) O Congresso de Stuttgart**

Novamente a Alemanha é derrotada num Conflito Mundial. Isto lhe custa a divisão de seu território em República Federal Alemã (Ocidental), e em República Democrática Alemã (Oriental). À testa do Partido da Social-Democracia Alemã é colocado Kurt Schumacher. Detestava tanto a direita burguesa, como os comunistas. Achava que a responsabilidade do nazismo cabia a estas facções estremadas. Mas, mesmo assim, dizia-se marxista. Tinha, porém, algumas simpatias tanto na direita como na esquerda. Na primeira podiam ser contados os moderados, os liberais e o Centro católico. Mas na esquerda, detestava todos os que não tinham se oposto à dominação soviética. Como, no entanto, não conseguia fazer uma avaliação imparcial, tanto do capitalismo como do comunismo, não conseguia também dar rumos à social-democracia. Ficou isolado até sua morte em 1952. Estas mudanças iriam ocorrer no Congresso de Godsberg, em 1959, no qual o marxismo é abandonado.

O Partido da Social-Democracia Alemã, nos sucessivos pleitos eleitorais, não conseguia ultrapassar a percentagem de 30% dos votos. Konrad Adenauer, à frente da coalizão União Democrata Cristã- CDU e União Social Cristã-USC, continuava invencível eleição após eleição. O apelo ao eleitorado por Adenauer era simples, mas convincente e veladamente criticava seus opositores: nada de experiências. O que seriam as experiências? Evidentemente, seria um governo de partidos que se diziam marxistas. Em 1956, o Partido Comunista foi interdito por lei constitucional. A Social-democracia continuava na ambigüidade de se dizer democrata e proclamar-se marxista, defender a luta de classes, condenar a propriedade privada e outros princípios. No mínimo não era confiável.

Os primeiros sinais de mudanças ocorrerão em 1958, no Congresso de Stuttgart. Neste Congresso, novas lideranças se salientam: Heinrich Deist, em questões teóricas, Helmut Schmidt, em matéria econômica e Willy Brandt em assuntos políticos. Dois textos fundamentais são votados neste Congresso. Um dizia respeito à defesa. Propunha-se um exército de voluntários e se condenava o recrutamento. Silenciando sobre a Aliança Atlântica, reconhecia-a implicitamente. O outro, sobre a ordem econômica, será o decisivo. Abandonavam-se as idéias de socialização da economia, ou planificação. Apenas a indústria carbonífera seria coletivizada. Reconhecia-se a propriedade privada como um móvel para o progresso. Liberdade de consumo, liberdade plena para pequenas e médias empresas, propunha certo controle do Estado sobre as grandes empresas. Como a Alemanha estava saindo de uma guerra, de momento só havia médias empresas. Reconhece a legitimidade do regime implantado na Alemanha, em 1949, na sua Carta Constitucional, e se propunha a aperfeiçoá-lo. Fazia referência à ética cristã, e renunciava ao monismo filosófico optando pelo

pluralismo. Defendia a autonomia das igrejas. Acenava para uma repartição mais justa nos rendimentos, desenvolvimento da co-gestão e o início de uma nova ordem econômica para tornar a empresa mais democrática.

As medidas aprovadas neutralizavam os receios da sociedade. Daí em diante, em vez de propor mudanças radicais, as "experiências" de que falava Adenauer, o Partido apresenta-se como uma alternativa para a alternância no poder. Deixou de ser o partido das surpresas, para ser um partido de renovação, sem causar receios.

Após a reforma do Partido, a Social-democracia começa a colher vitórias eleitorais. Primeiramente localizadas, em seguida regionais e finalmente em 1969, com a aliança com o Partido Liberal, consegue formar o governo, com Willy Brandt. Permanece no poder até 1982, Brandt até 1974 e após Helmut Schmidt.

Os governos sociais-democratas conseguiram aumento para os assalariados e melhores aposentadorias. Isso teve reflexo imediato na economia. Na década de oitenta, a tendência seria no sentido de menos intervenção estatal, a qual os sociais-democratas não aderem e em consequência perdem para os democrata-cristãos, os quais governam até 1994. A aliança, porém, com o Partido Liberal lhes possibilitou participar do Governo, garantindo maioria. Sob a liderança de Helmut Kohl, importantes avanços são conseguidos com o concurso dos liberais-democratas, como o Mercado Comum Europeu, a unificação da Alemanha e o fim do governo comunista na Alemanha Oriental.

Em síntese, a Social-democracia é a denominação que se dá à agremiação socialista que abandona a utopia da sociedade sem classes e aposta no aprimoramento do capitalismo. Consoante essa definição, são sociais-democratas os grandes partidos socialistas, com a única exceção do francês, inclusive o Partido Trabalhista Britânico.

- As encruzilhadas do Conservadorismo Católico<sup>(3)</sup>

... os católicos, em sua imensa maioria, pelos autores mais significativos, consideram a *justiça social uma virtude*, isto é, um hábito afetando os atos livres do homem, uma regra interna de perfeição moral. Isso enquadra a teoria católica como processual ou procedimental. A justiça social não é um estado de coisas da sociedade, independente das pessoas, é uma norma pela qual, quer como governantes quer como membros de grupos ou cidadãos comuns, as pessoas têm a obrigação moral de pautar sua atividade social. Mesmo porque, lembra João Paulo II: "Uma situação – e de igual modo uma instituição, uma estrutura, uma sociedade – não é, de per si, sujeito de atos morais; por isso, não pode ser, em si mesma, boa ou má" (*Reconciliação e Penitência*, Ed. Paulinas, § 16, p. 52, 1984).

Excetuam-se, do grande estuário da tradição católica, autores menores ligados ao progressismo católico. Só para darmos um exemplo, vejamos o manual de moral social de Marciano Vidal.<sup>(4)</sup> Nele se diz que o estudo tradicional da justiça deve ser reorientado enquanto categoria organizadora da ética social. Essa reorientação consistiria em apresentar: (a) “*A justiça como Ideal Utópico da Igualdade*”; (b) “*A Justiça como ‘questionamento’ anterior à ordem estabelecida*”. Nos diz que este é o caso da justiça social, sobretudo (c) *A Justiça como categoria dinamizadora da mudança*. E, também, da “conflitividade social” ela “dinamiza e integra” a mudança num sentido que explicará com outra seção do texto como revolucionária.

A justiça social, nessa visão, ligada à Teologia da Libertação e à Teologia da Revolução, aparece como um *estado futuro da sociedade* (utopia) em função do qual deve-se criticar e questionar a ordem vigente para transformá-la revolucionariamente, sem se excluir a violência ou o respeito aos procedimentos democráticos, aliás apresentados como formais, sem conteúdo, necessitando a liberdade ser complementada pela igualdade, sem estabelecer uma hierarquia maior para a liberdade e ignorando que a busca da igualdade sem limites na liberdade acaba por sacrificar esta, na advertência clássica de Tocqueville.<sup>(5)</sup>

Esse grupo, além de minoritário, discrepa da orientação do atual Papa João Paulo II, que nas suas encíclicas sociais *Sollicitudo Social* (1987) e *O Centenário da Rerum Novarum* (1991), deixou clara a posição da Igreja ao afirmar que sua doutrina social: “não é uma terceira via entre o capitalismo liberal e o coletivismo marxista, nem sequer uma possível opção entre outras soluções menos radicalmente contrapostas” (*Sollicitudo Rei Socialis*, § 41, p. 80, Ed. Paulinas, § 41, p. 80).

Explica a seguir que a doutrina social da Igreja não é uma ideologia, mas uma *reflexão à luz da fé e da tradição eclesial*, é teologia, não sistema ou programa econômico ou político, nem manifesta preferências por uns ou por outros (*idem*).

Na encíclica de 1991 insiste em que a “Igreja não tem modelos a propor”, mas “reconhece o valor positivo do mercado e da empresa” (*Centesimus Annus*, Ed. Vozes, § 43, p. 74). Isto após responder à pergunta se com a falência do comunismo, o sistema social adequado ao Terceiro Mundo seria o capitalismo; sua resposta apresenta-se nestes termos:

“Se por ‘capitalismo’ se indica um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no setor da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de ‘economia de empresa’, ou de economia de mercado, ou simplesmente ‘economia livre’. Mas se por capitalismo se entende um sistema onde a liberdade no setor da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque a serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular



dimensão desta liberdade, cujo centro seja ético e religioso, então a resposta é, sem dúvida, negativa”. (§ 42, p. 73).

**Impossível pedir mais uma completa adesão ao capitalismo ocidental moderno, o que se rejeita é o capitalismo manchesteriano do início do século XIX sem lei social alguma. Mesmo porque, antes da pergunta, já o Papa escrevera:**

**“Na sociedade ocidental foi superada a exploração, pelo menos nas formas analisadas e descritas por Karl Marx”. (*Centesimus Annus*, § 41, p. 72)**

**A Justiça Social, como já nos referimos, passa nas encíclicas de João Paulo II a um segundo plano, vindo ao primeiro plano a *Solidariedade* e a doutrina social da Igreja perde seu caráter político que assumira antes como programa de terceira via, para voltar a ser teologia, reflexão ética e religiosa julgadora dos problemas sociais.**

**Nesse contexto fica clara a conceituação de justiça social da Igreja como um *ideal moral* para orientar pessoas e não um programa concreto de políticas públicas. Muito menos um estado da sociedade desejável e a igualdade postulada pela Igreja é de uma igualdade de essência, de dignidade comum a todo homem e nos correspondentes direitos fundamentais, sem excluir a desigualdade funcional e a resultante dos dons diversos e do trabalho de cada um.<sup>(6)</sup> Não há explícita adesão à igualdade de oportunidades liberal, mas há a rejeição da igualdade de resultados socialista.**

**A justiça social, para a Igreja, é um *novo espírito* que pede o reconhecimento do destino universal dos bens materiais para todos os homens e não para minorias, pede que o trabalhador não fique nas suas necessidade básicas entregue à competição livre. Maior igualdade no comércio mundial, melhor qualidade nos serviços públicos, uma distribuição mais justa da riqueza evitando grandes desequilíbrios, mas sem dar receitas para isto e por motivos éticos: a igualdade essencial dos homens. Preconiza uma maior igualdade entre regiões e setores da economia de um país e entre os países do mundo condenando o “fosso” entre eles. Tais as atribuições da justiça social nas últimas encíclicas e na síntese de suas funções por Gregório Rodriguez de Yurre em seu capítulo sobre a Justiça no *Curso de Doutrina Social Católica*.<sup>(7)</sup>**

**Como avaliar essa doutrina sobre a justiça social da tradição católica? Em primeiro lugar, ver nela o que ela é, uma doutrina religiosa inspiradora de comportamento e ligada à nossa tradição cultura e sua inspiradora. Merece o maior respeito nesse nível.**

**Agora, em nível de doutrina política inspiradora da ação do Estado Nacional como o objetivo de política nacional, talvez caibam outras considerações. Como por exemplo, de que a justiça social, na visão católica, só trata do problema da distribuição, ignora o problema central da economia moderna que é o da produção, o do desenvolvimento.**

A justiça social católica ignora o problema de desenvolvimento; sua obsessão é distribuir o que existe, seja em nível interno, seja em nível internacional. Como bem observa o argentino Mariano Grondona, a visão econômica subjacente a ela é estranha ao que gera a prosperidade; “não é a distribuição da magra riqueza existente, se não a criação da (indefinida) riqueza potencial existente. Mas se algo impede que ela venha à existência, permitindo o bem-estar geral, é justamente a política distributivista que desalenta as inversões”.<sup>(8)</sup>

Michael Novak analisou com demora no seu *O Espírito do Capitalismo Democrático*, as razões disso e mostrou que a atividade econômica não é um jogo de soma zero, no qual se alguém ganha é porque outro perdeu; existe a *criação* econômica, obra dos empresários schumpeterianos, mola do sistema econômico. O descobridor de um novo tipo de artefato de um computador gera progresso e riqueza e não a tirou de ninguém. A justiça social católica é uma teoria adequada a países ricos onde há o que dividir. A socialização da miséria não resolve o problema dos pobres, indivíduos ou países.

Ademais, a justiça social católica com esse enfoque distributivista é injusta, como explica Grondona:

“Há que descobrir um segundo critério de justiça, distinto do distributivo que faça, não só aconselhável se não ‘obrigatório’, optar pela solução do crescimento e da abundância. Esse critério salta aos olhos, tão logo advertimos que deixar de crescer para distribuir é um ato de injustiça para com os que ... virão. No seu livro *Teoria da Justiça*, John Rawls fala do princípio de ‘justa poupança’ como um caso de justiça entre as gerações. Quer dizer que uma sociedade distributivista, que não poupa nem investe, é injusta para com aqueles que virão. A Igreja que fez tanto em favor dos que virão, ao lutar contra o aborto deveria adotar este princípio. Uma sociedade distributivista, não desenvolvimentista, que prefere a distribuição ao investimento, é injusta ao rechaçar a riqueza que virá, porque deixa o futuro sem futuro. Os que ainda não têm voz também contam na conta da justiça. Se se trata de optar, então há duas classes de pobres, como há duas classes de riqueza: os que estão e os que, todavia não estão ainda. Estes têm tanta importância moral como aqueles. Desde o momento que atendê-los supõe investir e crescer, toda política que atende contra as motivações e os canais do crescimento, não só é economicamente irracional, como também socialmente injusta”.<sup>(9)</sup>

**CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA**

**VOLUME V – O TOTALITARISMO**

## SUMÁRIO

### TEXTO I – TRAÇOS ESSENCIAIS E EXPRESSÕES MAIS SIGNIFICATIVAS DO TOTALITARISMO

- O cerne da ética totalitária
- A defesa do governo ditatorial por Lenin
- Discurso sobre o engano do povo com as palavras de ordem de liberdade e igualdade (1919)

### TEXTO II – COMO O STALINISMO TRANSFORMOU O POVO

#### EM MASSA, NA VISÃO DE ARENDT

### TEXTO III – A SÍNTESE DA ÉTICA TOTALITÁRIA EMPREENDIDA POR KOESTLER

### TEXTO IV – ESFORÇO NO SENTIDO DE DISTINGUIR SOCIALISMO DE COMUNISMO

## TEXTO I – TRAÇOS ESSENCIAIS E EXPRESSÕES MAIS SIGNIFICATIVAS DO TOTALITARISMO

O totalitarismo é um fenômeno ocorrido no século XX e, por mais que possa apresentar essa ou aquela semelhança com o absolutismo monárquico ou com os governos tirânicos do passado, tem na verdade características próprias que o singularizam. Assim, até onde podemos conhecer as estruturas estatais antigas e modernas, nenhuma delas conseguiu o poder total e absoluto alcançado pelos Estados totalitários contemporâneos. Estes lograram a proeza de quebrar todos os laços de solidariedade entre seus súditos, transformando-os em massa amorfa. A oposição torna-se episódica, sendo implacavelmente esmagada, sem despertar qualquer interesse popular.

A partir do que se verificou na Alemanha, com o nazismo, e tendo em vista a solidez que o regime soviético revelou durante tão longo período, acreditava-se que a abolição do totalitarismo somente ocorreria em decorrência da intervenção armada externa. Por isto mesmo, o fim do comunismo na Rússia e no Leste da Europa surpreendeu a todos os analistas.

Os regimes totalitários revelaram-se indestrutíveis, sendo plausível supor que sua derrubada só ocorresse como resultado de ações armadas externas.

Os diversos países ocidentais conheceram movimentos totalitários de maior ou menor intensidade. Entretanto, somente na Alemanha adquiriram maturidade suficiente para empolgar o poder. O nazismo veio a ser a experiência totalitária mais desesperadora vivida pelo Ocidente.

É certo que na Rússia, com a chegada dos comunistas ao poder, começou a ser montado um sistema totalitário que durou setenta anos. Contudo, embora o arcabouço teórico de que se valeu seja de origem ocidental, a tradição cultural do país é bizantina, estando mais próxima do despotismo oriental do que das tradições do Ocidente. Apesar dessa peculiaridade, foi o sistema totalitário mais duradouro e, por isto mesmo, digno de atenção detida. O fenômeno do nazismo sugere que o Ocidente não está a salvo de semelhante traumatismo, razão pela qual o estudo do totalitarismo soviético não é uma questão meramente acadêmica mas de grande relevância para os destinos do Ocidente.

Os movimentos totalitários são de natureza prevalentemente política. Examinando-os mais de perto, verifica-se que apresentam muitos pontos em comum com o fanatismo religioso. Contudo, a religião somente se transforma em expressão totalitária quando transita para a esfera política, a exemplo do que se dá no Islã. No seio da Igreja Católica, o movimento autodenominado de “teologia da libertação” tem revelado um grande potencial totalitário. Os partidos políticos a que tem dado origem inclinam-se francamente por uma opção totalitária.

O totalitarismo gestou-se como desenvolvimento de alguns traços presentes às doutrinas socialistas, em especial a marxista mas não apenas esta. O movimento hitlerista chamava-se **nacional-socialismo** e na origem do fascismo italiano é muito forte a presença do ideário socialista. Ainda assim, o movimento totalitário típico é de inspiração comunista.

Os comunistas desenvolveram o menosprezo ao Estado Liberal de Direito presente ao marxismo. Marx entendia o Estado liberal como uma expressão do predomínio político da burguesia, sendo uma circunstância transitória na história da humanidade. Usou para caracterizá-lo a infeliz expressão de “ditadura burguesa”, a ser substituída pela ditadura do proletariado.

No Ocidente, os sociais-democratas que eram de fato os herdeiros do marxismo logo verificaram que as previsões de Marx a esse respeito estavam equivocadas. A posse do poder econômico não equivalia ao domínio automático da máquina estatal. Tanto isto era verdade que os sociais-democratas elegeram expressivas bancadas parlamentares e marcharam para a formação de governos socialistas, mantidas intactas as estruturas econômicas.

A tradição russa era entretanto inteiramente diversa. Ali nunca chegou a existir Estado Liberal de Direito. A monarquia era absoluta e apenas durante uns poucos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial funcionou uma entidade parecida aos parlamentos ocidentais, denominada **Duma**, mas que na verdade estava longe de caracterizar uma monarquia constitucional. Na Rússia, o Czar continuou a exercer seus poderes despóticos tradicionais mesmo na curta fase de funcionamento da Duma. De sorte que os comunistas aproximaram o conceito marxista equívoco de "ditadura burguesa" do Estado czarista que era de fato despótico e asiático - e desenvolveram uma doutrina coerente de menosprezo das liberdades, democráticas duramente conquistadas no Ocidente. Essa doutrina é justamente o que se chamou de **marxismo-leninismo**.

Lenin desenvolve a sua doutrina do Estado concebido como uma ditadura sobretudo no livro *O Estado e a Revolução* (1917).

Suas idéias estão resumidas e comentadas adiante, bem como indicado o teor do livro subsequente em que volta ao assunto - *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* (1918). Para avaliar-se o desprezo que vota às conquistas liberais, transcreve-se logo a seguir parte do ensaio "Discurso sobre o Engano do Povo com as Palavras de Ordem de Liberdade e Igualdade" (1919).

### - O cerne da Ética totalitária

O princípio fundamental que orienta a ética totalitária consiste na convicção de que os fins justificam os meios.

Posto que pretende erigir uma sociedade nova, onde haja desaparecido a exploração do homem pelo homem, acha que pode valer-me de não importa que meio para alcançar tais objetivos.

A “ditadura burguesa” é odiosa. O princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei é meramente formal. O que importa de fato é a posse dos meios de produção. De modo que o "habeas-corpus" ou o mandado de segurança contra o arbítrio da autoridade são prerrogativas burguesas de que o proletariado se dispensará. Na **ditadura do proletariado** não haverá arbítrio da autoridade porquanto esta está dedicada a uma obra grandiosa, visando aquele fim todas as ações que venha a empreender.

Weber chamou a esse arrazoado de "ética da convicção" e mostrou magistralmente como é o campo propício ao aparecimento de pessoas frustradas que buscarão recompensar-se dando vazão ao ressentimento, estando condenadas a tornar-se meros aduladores de um chefe. Eis o que disse a esse propósito, na conferência em que examina a vocação do político:

"Quem quer que, utilizando a força, deseje instaurar a justiça social sobre a Terra sentirá a necessidade de contar com seguidores, isto é, com uma organização humana. Ora, essa organização não atua, a menos que se lhe faça entrever indispensáveis recompensas psicológicas ou materiais, sejam terrestres ou celestes. Acima de tudo, as recompensas psicológicas: nas modernas condições de luta de classes, tais recompensas se traduzem pela satisfação dos ódios, dos desejos de vingança, dos ressentimentos e, principalmente, da tendência pseudo-ética de ter razão a qualquer preço, saciando, por conseqüência, a necessidade de difamar o adversário e de acusá-lo de heresia. Aparecem, em seguida, as recompensas de caráter material: aventura, vitória, presa, poder e vantagens. O êxito do chefe depende, por completo, do funcionamento da organização com que ele conte. Por esse motivo, ele depende também dos sentimentos que inspirem seus partidários e não apenas dos sentimentos que pessoalmente o inspirem. Seu futuro depende, portanto, da possibilidade de assegurar, de maneira durável, todas essas recompensas aos partidários de que não pode prescindir, trate-se da guarda vermelha, de espões ou de agitadores. O chefe não é senhor absoluto dos resultados de sua atividade, devendo curvar-se também às exigências de seus partidários, exigências que podem ser moralmente baixas. Ele terá seus partidários sob domínio enquanto fé sincera em sua pessoa e na causa que defende seja depositada pelo menos por uma fração desses partidários, pois jamais ocorreu que sentimentos idênticos inspirem sequer a maioria de um grupo humano. Aquelas convicções, mesmo quando subjetivamente as mais sinceras, não servem, em realidade e na maioria das vezes, senão para "justificar" moralmente os desejos de vingança, de poder, de lucros e de vantagens. A este respeito, não permitiremos que nos contem fábulas, pois a interpretação materialista da História não é veículo em que possamos subir à nossa vontade e que se detenha diante dos promotores da revolução. E importa, sobretudo, não esquecer que à revolução animada de entusiasmo sucederá sempre a rotina cotidiana de uma tradição e que, nesse momento, o herói da fé abdicará e a própria fé perderá em vigor ou se transformará - esse o mais cruel destino que pode ter - em elemento da fraseologia convencional dos pedantes e dos técnicos da política. Essa evolução ocorre de maneira particularmente rápida quando se trata de lutas ideológicas, simplesmente porque esse gênero de lutas é, via de regra, dirigido ou inspirado por chefes autênticos, os profetas da revolução. Nesse caso, com efeito, como, em geral, em toda atividade que reclama uma organização devotada ao chefe, uma das condições para que se alcance êxito é a despersonalização e o estabelecimento de uma rotina, em suma, a proletarização espiritual, no interesse da disciplina. Essa a razão por que os partidários vitoriosos de um chefe que luta por suas convicções entram - e, de ordinário, rapidamente - em processo de degeneração, transformando-se em massa de vulgares aproveitadores".

O principal resultado de tal comportamento é eximir-se seu autor da responsabilidade pelas conseqüências de seus atos. Afirma Weber: "... quando hoje em dia, num tempo de excitação (escreve logo no ano seguinte ao término da Primeira Guerra, quando os comunistas fomentam insurreições em alguns países europeus) ... - a excitação não é sempre e nem mesmo genuinamente uma paixão autêntica - vemos subitamente surgir, de toda parte, homens políticos animados pelo espírito da ética da convicção e proclamando: 'Não eu, mas o mundo é que é estúpido e vulgar; a responsabilidade pelas conseqüências não cabe a mim, porém àqueles a cujo serviço estou; não obstante, esperem um pouco e eu saberei

destruir essa estupidez e essa vulgaridade' - diante de tal situação, confesso que, antes do mais, procuro informar-me acerca do equilíbrio interior desses partidários da ética da convicção. Tenho a impressão de que, nove vezes em dez, estarei diante de balões cheios de vento, sem consciência das responsabilidades que assumem e embriagados de sensações românticas".(1)

A todos os estudiosos da ética totalitária tem impressionado vivamente o tipo de personalidade que a ela se ajusta, porquanto não deixa de ser curioso, por exemplo, condenar-se em Cuba a ditadura de Batista e achar que deve ser derrubada pela força, para em seguida aceitar passivamente a ditadura de Fidel Castro e pretender mesmo que possa ter alguma justificativa.

E mais curioso ainda registrar que os prisioneiros desse tipo de convicção, quando conseguem libertar-se de seus grilhões, não sabem explicar a que atribuí-lo. O certo é que, diante de algum fato mais brutal dos regimes comunistas, uma leva de intelectuais deixa suas fileiras. Tal ocorreu nos anos trinta, diante dos expurgos e dos processos de Stalin; por ocasião do pacto que este assinou com Hitler na oportunidade do relatório Krushov, em 1956, denunciando os seus crimes; na invasão da Tchecoslováquia em 1968 e assim por diante. Daniel Bell diz a esse respeito que "cada geração de comunistas tem o Kronsdat que merece", para lembrar que, logo em seguida à Revolução, os bolcheviques fuzilaram impiedosamente os marinheiros e soldados da fortaleza de Kronsdat, justamente o grupo que havia bombardeado o Palácio de Inverno, em Petrogrado (então capital da Rússia, cidade cuja denominação depois passou a ser Leningrado), e, assim, assegurando a sua vitória De sorte que a verdadeira face do bolchevismo não apareceu naquele momento em que essa ou aquela geração o percebeu mas sempre esteve presente.

Não cabe, portanto, nenhum empenho de "conversão" dos partidários da ética totalitária. O que se pode fazer é reiterar que a moralidade encontra-se nos meios a que recorremos para vê-la realizada e não nos fins que nos movem. O próprio marxismo acabou sendo vítima dessa armadilha, isto é, ao admitir que os fins justificam os meios acabou permitindo que sua fraseologia fosse utilizada por quem não tem outro fim senão o de perpetuar-se no poder a qualquer título. Por que nada têm a ver com nenhuma espécie de socialismo os ditadores que na África e no Oriente proclamavam "repúblicas socialistas", para explicitar seu alinhamento ao lado da União Soviética.

### **- A defesa do governo ditatorial por Lenin**

Vladimir Ilitich Ulianov (1870-1924), era de família nobre e passou a usar o nome de Lenin durante a luta contra o czarismo. Ingressou jovem nas fileiras da social-democracia, nome então adotado pelos socialistas-marxistas, e provocou no seio destes uma cisão que deu origem ao Partido Bolchevista. Inexistindo na Rússia Czarista condições para a organização de agremiação parlamentar, interpretou o marxismo como advogando exclusivamente a tomada violenta do poder. Além disto, introduziu no legado de Marx uma alteração substancial ao admitir a possibilidade do socialismo num único país, enquanto Marx entendia que somente ocorreria simultaneamente em toda a Europa Devido a tais posicionamentos rompeu radicalmente com a social-democracia européia, organizando uma facção autônoma,



que se considerava majoritária. Significando **maioria** a palavra **bolchevique**, acabaram conhecidos sob essa denominação.

Lenin viveu grande parte de sua vida exilado na Europa. Regressou à capital russa (Petrogrado) em seguida à revolução de fevereiro de 1917 que derrubou o czarismo e organizou sistema de governo afeiçoado ao Ocidente, com Parlamento, partidos políticos etc., e que convocou a Assembléia Constituinte para fins daquele ano. Lenin e seu grupo desenvolveram uma oposição encarniçada contra o novo governo, pretendendo vê-lo substituído por um novo sistema à base dos **Conselhos** (soviets), que vinham organizando por toda parte. Antes que se instalasse a Assembléia Constituinte, um congresso dos Conselhos (soviets) derrubou o governo parlamentar e o substituiu pelo governo chefiado por Lenin. Subseqüentemente dá-se a paulatina concentração de todo o poder em mãos dos bolchevistas.

Tendo Lenin tentado governar com elementos pertencentes às outras facções sociais-democratas - denominadas de "mencheviques", minoria -, procurou-se estabelecer distinções entre os seus métodos e aqueles adotados por Stalin. Contudo, não só ordenou a aplicação do terror contra os partidos representados no Parlamento, dissolvido violentamente, como voltou-se em seguida contra os anarquistas e, em geral, contra todos os intelectuais independentes. Em sua obra, defende essa política de terror com veemência.

Lenin tinha uma visão simplista da economia industrial. No livro *O Estado e a Revolução* (1917) escreve o seguinte:

"A cultura capitalista criou a grande produção, as fábricas, os caminhos de ferro, os correios, os telefones etc. E, nesta base, a imensa maioria das funções do velho 'poder de Estado' simplificaram-se de tal maneira que podem ser reduzidas a operações de registro, de contabilidade e de controle tão simples que estas funções estão completamente ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada, que estas funções podem perfeitamente ser realizadas pelo habitual 'salário do operário', que se pode (e se deve) tirar a essas funções qualquer sombra de privilégio, de 'hierarquia'". (*Obras Escolhidas*, Moscou, Ed. Progresso, 1985, vol. 3, p. 224). Tenha-se presente que, na sua visão, o Estado Comunista dirigirá diretamente a economia

Escapava-lhe inteiramente a complexidade dos laços entre as empresas estabelecidas espontaneamente pelo mercado, tanto no que respeita à demanda e oferta de bens e serviços, como à fixação dos respectivos preços. Imaginava, por isto mesmo, que o governo soviético podia simplesmente eliminar o dinheiro. E na medida em que a gestão econômica se revelou complexa, atribuiu a circunstância ao atraso da Rússia em relação aos países capitalistas europeus. De modo que, depois de haver introduzido uma espécie de "comunismo de guerra", onde o governo tinha poderes para confiscar mercadorias, estabelecer regime de trabalho forçado etc., lançou a denominada "Nova Política Econômica", colocando certas atividades, notadamente a produção de bens de consumo, a salvo de tal arbítrio. Contudo, isto nem de longe enfraqueceu o sistema ditatorial de governo, com todos os poderes enfeixados nas mãos da máquina do Partido Comunista, abolido e não substituído o sistema jurídico-legal, instituído o sistema dos julgamentos sumários e assim por diante.

O leninismo introduziu na prática marxista a chamada "teoria do golpe principal". Segundo esta, o golpe principal é desfechado não contra o inimigo principal mas contra aquelas forças que disputam à liderança no mesmo campo em que se encontram os

comunistas. Assim, na Alemanha hitlerista, os comunistas combateram preferentemente os sociais-democratas, com o que contribuíram para a ascensão de Hitler.

Na época em que Lenin escrevia *O Estado e a Revolução*, depois de derrubado o czarismo e sob o governo paramentar, sua virulência voltava-se preferentemente contra os "sociais-revolucionários", que tinham muito prestígio entre os camponeses, e contra os "mencheviques", com quem dividia a liderança dos socialistas. Chama-os simplesmente de "traidores", "lacaio", "renegados" etc.

Na visão de Lenin, o Parlamento é uma farsa, a liberdade de imprensa um engodo e mesmo os sindicatos operários estariam a serviço do sistema dominante. No livro indicado, escreve: "Olhai para qualquer país parlamentar, da América à Suíça, da França à Inglaterra, à Noruega etc.: o verdadeiro trabalho 'de Estado' faz-se nos bastidores, é executado pelos departamentos, pelas chancelarias, pelos estados-maiores. Nos parlamentos apenas se palra, com a finalidade específica de enganar a gente simples". Trata-se visivelmente de um grande sofisma. O sistema parlamentar de governo demandou sacrifícios incriveis e lutas tremendas para estabelecer-se. O corpo de funcionários foi tornado permanente, subordinado a regras de todos conhecidas. O Parlamento traça as políticas, com base na maioria, e indica o governo ao qual incumbe levá-las à prática. Periodicamente, o partido ou a coligação no poder submete-se à avaliação do eleitorado que lhe retira ou confirma a delegação.

Denegrindo o sistema parlamentar, Lenin preconiza a sua substituição pelo que denomina eufemisticamente de "ditadura do proletariado". Na verdade, a ditadura do Partido Comunista e daquele que consegue empolgar a sua chefia.

Preocupado com os destinos seguidos pela Revolução Russa, pelo solene desprezo a toda ordem legal, Karl Kautsky, que era o líder do Partido Social Democrata Alemão, publicou uma pequena brochura intitulada *A Ditadura do Proletariado* (Viena, 1918), em que critica a dissolução da Assembléia Constituinte e a marcha batida na direção de uma ditadura de caráter pessoal. Lenin responde-lhe de modo desabrido no texto *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky (Obras Escolhidas, ed. cit., vol. 4)*, onde não há propriamente argumentos mas insultos.

É interessante registrar a tese de Lenin de que a revolução não pode admitir nenhuma espécie de oposição. Escreve: "... 'oposição' é um conceito de luta pacífica e exclusivamente parlamentar, isto é, um conceito que corresponde à ausência de revolução. Na revolução encontramos-nos perante um inimigo implacável na guerra civil". Ora, a guerra civil foi desencadeada pelos comunistas. O sistema baseado nos soviets consistia em que estes só se estruturavam onde se encontravam camponeses ou trabalhadores. As eleições locais desses soviets não estavam sujeitas a nenhuma regra legal e tinham caráter nitidamente político, isto é, de uma luta entre facções. É a partir daí que se estabelece a chamada "democracia proletária", vale dizer, um sistema de sucessivas cooptações. No início da Revolução Russa, só dois partidos estavam representados: os sociais-revolucionários, com maioria entre os camponeses, e os sociais-democratas, divididos em bolcheviques e mencheviques. Todas as demais correntes estavam excluídas. Assim, a luta travou-se no seio de assembléias eleitas sem qualquer forma de fiscalização ou controle, diretamente pela hegemonia entre as três facções. O governo liderado por Lenin logo se afeiçoou ao predomínio dos bolcheviques. No período stalinista, a disputa dá-se entre os próprios líderes bolchevistas.

O primeiro passo foi dado por Lenin ao identificar toda forma de oposição ao novo regime como de inspiração burguesa e contra-revolucionária.

Segue-se a transcrição de alguns trechos do texto de Lenin em que aprecia com desprezo as franquias do Estado liberal de direito.

**- Discurso sobre o Engano do Povo com as Palavras de Ordem de Liberdade e Igualdade (1919)**

Camaradas, permiti-me que em vez da apreciação do momento presente, que, ao que parece, alguns de vós esperáveis para hoje, dê respostas às questões políticas mais essenciais, não apenas teóricas, certamente, mas também práticas, que se nos colocam presentemente, que caracterizam toda a etapa da revolução soviética e que suscitam mais discussões, mais ataques por parte de homens que se consideram socialistas e mais perplexidade por parte de homens que se consideram democratas e que de muito bom grado difundem muito amplamente contra nós acusações de violação da democracia. Parece-me que essas questões políticas gerais se encontram demasiado freqüentemente, mesmo constantemente, em toda a propaganda e agitação atuais, em toda a literatura hostil ao bolchevismo - quando, naturalmente, essa literatura se eleva pelo menos um bocadinho acima do nível da simples mentira, da calúnia e da injúria, caráter que ela tem em todos os órgãos da burguesia. Se considerarmos a literatura que se eleva pelo menos um bocadinho acima disso, penso que as questões fundamentais da relação entre a democracia e a ditadura, das tarefas da classe revolucionária no período revolucionário, das tarefas da passagem ao socialismo em geral, das relações da classe operária com o campesinato, penso que essas questões constituem a base mais fundamental de todos os debates políticos atuais e que o seu esclarecimento, embora talvez possa por vezes parecer-vos um pouco afastado da atualidade imediata, o seu esclarecimento deve no entanto ser, penso eu, a nossa principal tarefa comum. Naturalmente, numa breve exposição não posso de modo nenhum pretender abranger todas essas questões. Escolhi algumas delas e é sobre algumas destas questões que queria falar aqui.

I

A primeira das questões por mim apontada é a questão das dificuldades de qualquer revolução, de qualquer passagem para um novo regime. Se observardes os ataques que chovem sobre os bolcheviques, vindo de homens que se consideram socialistas e democratas - posso tomar como exemplo desses homens os grupos literários **Vsegdá Vperiod!** e **Delo Naroda**, jornais encerrados, em minha opinião, com toda a justiça e no interesse da revolução, jornais cujos representantes, as mais das vezes, nos seus ataques, que têm um caráter demasiado natural por parte de órgãos que o nosso poder considera contra-revolucionários, recorrem as mais das vezes à crítica teórica -, se observardes os ataques lançados contra o bolchevismo a partir desse campo, vereis que entre as acusações figura muitas vezes esta: "Os bolcheviques prometeram-vos, a vós trabalhadores, pão, paz e liberdade; eles não vos deram nem pão, nem paz, nem liberdade, eles enganaram-vos, e enganaram-vos porque renunciaram à democracia". Falarei, em especial, a propósito da renúncia à democracia. Por agora considerarei o outro aspecto dessa acusação: "Os bolcheviques prometeram pão, paz e liberdade, os bolcheviques deram na realidade a continuação da guerra, deram uma luta particularmente cruel e particularmente encarniçada, uma guerra de todos os imperialistas, dos capitalistas de todos os países da Entente, portanto de todos os países mais civilizados e mais avançados contra a Rússia esgotada, martirizada,

atrasada, extenuada". Estas acusações, repito, encontrá-las-eis em cada um dos jornais citados, ouvi-las-eis em cada conversa de intelectual burguês, que, naturalmente, não se considera burguês - ouvireis isso em cada discurso pequeno-burguês. Por isso vos convido a refletir sobre esse tipo de acusações.

Sim, os bolcheviques avançaram para a revolução contra a burguesia, para o derrubamento violento do governo burguês, para o rompimento com todos os hábitos, promessas, preceitos tradicionais da democracia burguesa, para a luta e a guerra mais desesperadas e violentas pelo esmagamento das classes possidentes, e fizeram-no para arrancar a Rússia, e em seguida toda a humanidade, à carnificina imperialista e por fim a todas as guerras. Sim, foi por isso que os bolcheviques avançaram para a revolução e, naturalmente, nunca pensaram em renunciar a essa sua tarefa principal, fundamental. E é igualmente indubitável que as tentativas de sair dessa carnificina imperialista, de quebrar a dominação da burguesia, que essas tentativas atraíram sobre a Rússia uma campanha de todos os Estados civilizados. Porque tal é o programa político da França, da Inglaterra e da América, por mais que afirmem que renunciaram à intervenção. Por mais que o afirmem os Lloyd George, os Wilson e os Clemenceau, por mais que eles afirmem que renunciaram à intervenção, todos nós sabemos que isso é uma mentira. Nós sabemos que os navios de guerra dos aliados, que saíram de Odessa e de Sebastópol, que foram obrigados a sair, bloqueiam o litoral do mar Negro e bombardeiam mesmo, próximo de Kertch, a parte da península da Criméia onde se entrincheiraram os voluntários. Eles dizem: "Isto não vo-lo podemos entregar. Se os voluntários não vos vencerem, nós não podemos em todo o caso entregar essa parte da península da Criméia, porque vós dominareis o mar de Azov, cortar-nos-eis o caminho para Denikine, não nos deixareis abastecer os nossos amigos". Ou desenvolve-se a ofensiva contra Petrogrado: ontem houve um combate de um torpedeiro nosso com quatro torpedeiros do inimigo. Não será claro que isto é uma intervenção, não participará a marinha inglesa nisto? Não é a mesma coisa que se verifica em Arkhânguelsk e na Sibéria? O fato é este: todo o mundo civilizado avança neste momento contra a Rússia.

Pergunto se nós entramos em contradição conosco próprios quando chamamos os trabalhadores à revolução prometermo-lhes a paz, e conduzimos à campanha de todo o mundo civilizado contra a Rússia fraca, cansada, atrasada e arruinada, ou se são aqueles que têm o descaramento de nos lançar essa acusação que entraram em contradição com os conceitos elementares de democracia e de socialismo? Tal é a questão. Para vos colocar esta questão de uma forma teórica, geral, farei uma comparação. Nós falamos de classe revolucionária, de política revolucionária do povo, e eu proponho-vos considerar um revolucionário em particular. Tomemos, por exemplo, Tchernichévski e apreciemos a sua atividade. Como pode apreciá-la um homem completamente ignorante e iletrado? Dirá, provavelmente: "Pois bem, é um homem que estragou a sua vida, que foi parar à Sibéria, e não conseguiu nada". Eis um exemplo. Se ouvirmos semelhante apreciação vinda não se sabe de quem, diremos: "No melhor dos casos ela vem de um homem desesperadamente ignorante, que não é talvez culpado de estar tão embrutecido que não consegue compreender a importância da atividade de um determinado revolucionário em ligação com toda a cadeia dos acontecimentos revolucionários; ou então essa apreciação vem de um canalha, de um partidário da reação, que quer conscientemente afastar os trabalhadores da revolução". Tomei o exemplo de Tchernichévski porque, seja qual for a orientação a que pertençam aqueles que se dizem socialistas, aqui, na apreciação deste revolucionário individual, não pode haver divergência de fundo. Todos concordarão em que, se se apreciar um determinado revolucionário do ponto de vista dos sacrifícios aparentemente inúteis, freqüentemente infrutíferos, que ele fez, deixando

de lado o conteúdo da sua atividade e a ligação da sua atividade com os revolucionários anteriores e posteriores, se se apreciar assim a importância da sua atividade, isso é ou uma incultura e uma ignorância sem remédio ou uma defesa odiosa e hipócrita dos interesses da reação, da opressão, da exploração e do jugo de classe. Sobre este aspecto não pode haver divergências.

Covido-vos agora a passar desse revolucionário em particular à revolução de todo um povo, de todo um país. Haverá alguém de entre os bolcheviques que tenha negado alguma vez que a revolução só pode vencer de forma definitiva quando tiver ganho em todos ou, pelo menos, em alguns dos mais importantes países avançados? Sempre o dissemos. Teremos nós afirmado que a saída da guerra imperialista era possível espetando simplesmente as baionetas no chão? Uso de propósito precisamente a expressão que na época de Kérenski nós - eu e todos os nossos camaradas - usávamos constantemente nas resoluções, nos discursos e nos jornais. Nós dizíamos: não se pode terminar a guerra espetando as baionetas no chão; se há tolstoianos que assim pensam, devemos lamentar essas pessoas que perderam o juízo - não há nada a esperar delas.

Nós dizíamos que a saída dessa guerra poderia significar uma guerra revolucionária. Dissemo-lo desde 1915, e depois na época de Kérenski. E, claro, a guerra revolucionária também é uma guerra, uma coisa igualmente penosa, sangrenta e dolorosa. E quando ela se torna revolução à escala mundial, suscita inevitavelmente uma oposição igualmente à escala mundial. E por isso, quando agora nos encontramos numa situação em que avançam em campanha contra a Rússia todos os países civilizados do mundo, podemos não nos espantar que mujiques ignorantes nos lancem por isso a acusação de não termos cumprido as nossas promessas: nós diremos - não há nada a esperar deles. A completa ignorância, a extrema incultura, não permitem acusá-los: Com efeito, como é que se pode exigir de um camponês completamente ignorante a compreensão de que há guerras e guerras, de que há guerras justas e injustas, progressistas e reacionárias, guerras das classes avançadas e guerras das classes atrasadas, guerras que servem para consolidar a opressão de classe e guerras que servem para o seu derrubamento? Para isso é preciso conhecer a luta de classes, as bases do socialismo, e ao menos um bocadinho da história das revoluções. Não podemos exigir isso de um camponês ignorante.

Mas se um homem que se chama a si próprio democrata, socialista, que sobe à tribuna para falar em público, independentemente de como a si próprio se chama - menchevique, social-democrata, socialista-revolucionário, socialista verdadeiro, partidário da internacional de Berna, não faltam alcunhas, as alcunhas são baratas -, se um tal sujeito nos lança a acusação: "Vós prometestes a paz e provocastes a guerra", que se lhe pode responder? Poder-se-á supor que ele atingiu um tal grau de ignorância, como o camponês inculto, que não pode distinguir entre uma guerra e outra guerra? Poder-se-á admitir que ele não compreende a diferença entre a guerra imperialista, que era uma guerra de pilhagem e que agora está completamente desmascarada - depois da paz de Versalhes só pessoas completamente incapazes de raciocinar e de pensar ou completamente cegas podem não ver que ela era de pilhagem de ambos os lados -, poder-se-á admitir que haja um único homem instruído que não compreenda a diferença entre essa guerra, uma guerra de pilhagem, e a nossa guerra, que assume uma envergadura mundial por que a burguesia mundial compreendeu que contra ela se trava um combate decisivo? Nós não podemos admitir tudo isso. E por isso dizemos: quem quer que tenha pretensões ao nome de democrata ou de socialista de qualquer matiz e lança entre o povo, de um modo ou de outro, direta ou indiretamente, a acusação de que os

bolcheviques prolongam a guerra civil, uma guerra penosa, uma guerra dolorosa, quando prometiam a paz, é um partidário da burguesia, e nós responder-lhe-emos assim e pôr-nos-emos contra ele como fizemos com Koltchak - eis a nossa resposta. É disso que se trata.

Os senhores do **Delo Naroda** espantam-se: "Mas nós estamos contra Koltchak: é uma gritante injustiça perseguir-nos".

E muita pena, senhores, que não queirais pensar logicamente e não queirais compreender esse simples á-bê-cê da política do qual decorrem confusões definidas. Afirmais estar contra Koltchak. Eu pego nos jornais **Vsegdá Vperiod!** e **Delo Naroda**, pego em todos os raciocínios filisteus desse tipo, nesses estados de espírito que são numerosos entre a intelectualidade, que predominam entre a intelectualidade. Digo: cada um de vós, que lança entre o povo acusações desse tipo, é um partidário de Koltchak porque não compreende a diferença elementar, fundamental, compreensível para qualquer pessoa instruída, entre a guerra imperialista, que nós quebramos, e a guerra civil, que atraímos sobre nós. Nós nunca escondemos ao povo que corríamos esse risco. Nós mobilizamos todos os esforços para vencer a burguesia nesta guerra civil e extirpar radicalmente qualquer possibilidade de opressão de classe. Não, não houve nem pode haver qualquer revolução que esteja garantida contra uma luta prolongada, difícil e talvez cheia dos mais desesperados sacrifícios. Aquele que não é capaz de distinguir os sacrifícios feitos durante uma luta revolucionária, pela sua vitória, quando todas as classes possidentes, contra-revolucionárias, combatem contra a revolução, aquele que não é capaz de distinguir esses sacrifícios dos sacrifícios de uma guerra de pilhagem e de exploração, é um representante da mais extrema ignorância e dele se deve dizer: é preciso fazê-lo aprender o abecedário, e antes do ensino extra-escolar submetê-lo ao ensino escolar mais elementar. Ou então ele é um representante da mais odiosa hipocrisia koltchakista, seja qual for o nome que a si próprio se dá, seja qual for a etiqueta sob a qual se disfarce. E essas acusações contra os bolcheviques são as mais comuns e as mais "correntes". Essas acusações estão realmente ligadas às amplas massas trabalhadoras, pois para o camponês ignorante é difícil compreender isso. Ele sofre de igual modo com a guerra, seja qual for o objetivo com que esta guerra é travada. Não me espanto se ouço entre o campesinato ignorante opiniões como esta: "Combatemos pelo tzar, acabamos de combater pelos mencheviques, e agora ainda vamos combater pelos bolcheviques". Isso não me surpreende. Efetivamente, a guerra é a guerra, ela traz consigo pesados sacrifícios sem fim. "O tzar dizia que era pela liberdade e para nos libertar do jugo, os mencheviques diziam que era pela liberdade e para nos libertar do jugo, agora os bolcheviques dizem a mesma coisa. Todos o dizem, como é que vamos perceber!"

Efetivamente, como é que o camponês ignorante pode perceber? Tal homem precisa ainda de adquirir os conhecimentos políticos mais elementares. Mas que se pode dizer de um homem que utilize as palavras "revolução", "democracia", "socialismo", e que pretende que utilize essas palavras compreendendo-as? Ele não pode fazer malabarismos com esses conceitos se não quer transformar-se num trapaceiro político, pois a diferença entre a guerra de dois grupos de rapinantes e a guerra travada pela classe oprimida, que se insurge contra toda a rapina, é uma diferença elementar, radical e fundamental. A questão não está em que um ou outro partido, uma ou outra classe, um ou outro governo justificaram a guerra, a questão está em qual é o conteúdo dessa guerra, que é o seu conteúdo de classe, qual é a classe que conduz a guerra, que é a política que se encarna na guerra.

.....

Passo agora à questão seguinte. É a questão da atitude para com a democracia em geral.

Já tive ocasião de indicar que a justificação mais corrente, a defesa mais corrente das posições políticas adotadas pelos democratas e socialistas contra nós, é a referência à democracia. O mais resoluto representante desse ponto de vista na literatura européia é, como certamente sabeis, Kautsky, chefe ideológico da II Internacional e ainda hoje membro da Internacional de Berna. "Os bolcheviques escolheram um método que viola a democracia, os bolcheviques escolheram o método da ditadura, por isso a sua causa é injusta", diz ele. Este argumento surgiu um milhar e um milhão de vezes por toda a parte e constantemente em toda a imprensa e nos jornais por mim referidos. Ele é constantemente repetido por toda a intelectualidade, e por vezes repetem-no semiconscientemente os cidadãos comuns. "A democracia é a liberdade, é a igualdade, é a decisão da maioria, que pode haver de superior à liberdade, à igualdade, à decisão da maioria! Se vós, bolcheviques, vos afastastes disso e tivestes mesmo, ao fazê-lo, o descaramento de dizer abertamente que estais acima da liberdade e da igualdade e da decisão da maioria, então não vos surpreendais e não vos queixeis de que nós vos chamemos usurpadores, opressores!"

Isso não nos surpreende de modo nenhum, porque nós queremos mais que tudo a clareza e só esperamos que a parte avançada dos trabalhadores tenha compreendido realmente com clareza a sua situação. Sim, nós dissemos e dizemos constantemente no nosso programa, no programa do partido, que não nos deixaremos enganar por palavras de ordem tão bem-soantes como liberdade, igualdade e vontade da maioria, e aqueles que a si próprios se intitulam democratas, partidários da democracia pura, partidários da democracia conseqüente, opondo-a direta ou indiretamente à ditadura do proletariado, tratá-los-emos como cúmplices de Koltchak.

Compreendei, é preciso compreender. Os democratas puros são realmente culpados de pregarem a democracia pura, de defendê-la contra os usurpadores, ou são culpados de se encontrarem ao lado das classes possidentes, ao lado de Koltchak?

Comecemos pela liberdade. A liberdade, escusado é dizê-lo, é para qualquer revolução, socialista ou democrática, uma palavra de ordem que é absolutamente essencial. Mas o nosso programa afirma: a liberdade, se ela contraria a libertação do trabalho do jugo do capital, é um logro. E qualquer de nós que tenha lido Marx - penso mesmo que qualquer um que tenha lido uma exposição vulgarizada de Marx - sabe que Marx dedicou a maior parte da sua vida e dos seus escritos e a maior parte dos seus estudos científicos precisamente a ridicularizar a liberdade, a igualdade, a vontade da maioria e de todos os Bentham que pintavam tudo isso, e a demonstrar que por trás dessas frases estão os interesses da liberdade dos proprietários de mercadorias, da liberdade do capital, que ele utiliza para oprimir as massas trabalhadoras.

Nós dizemos a todos aqueles que, num momento em que as coisas chegaram ao derrubamento do poder do capital em todo o mundo, ou pelo menos num só país, a todos aqueles que neste momento histórico em que passa para o primeiro piano a luta das classes trabalhadoras oprimidas pelo completo derrubamento do capital, pela completa supressão da produção mercantil - todos aqueles que num tal momento político vêm com a palavra

"liberdade" em geral, que em nome dessa liberdade vão contra a ditadura do proletariado -, ajudam os exploradores e nada mais, são seus partidários, porque a liberdade, se não se subordina aos interesses da libertação do trabalho do jugo do capital, é um logro, como nós dissemos abertamente no programa do nosso partido. Isso é talvez supérfluo do ponto de vista da estrutura externa do programa, mas é a coisa mais fundamental do ponto de vista de toda a nossa propaganda e agitação, do ponto de vista das bases da luta proletária e da poder proletário. Nós sabemos muito bem que devemos lutar contra o capital mundial, sabemos perfeitamente que o capital mundial teve no seu tempo como tarefa a criação da liberdade, que ele repeliu a escravidão feudal, que ele criou a liberdade burguesa, sabemos perfeitamente que isso foi um progresso de importância mundial. E declaramos que nós avançamos contra o capitalismo em geral, contra o capitalismo republicano, contra o capitalismo democrático, contra o capitalismo livre, e sabemos, naturalmente, que ele brandirá contra nós a bandeira da liberdade. E nós respondemos-lhe. Nós consideramos necessário dar essa resposta no nosso programa toda a liberdade é um logro se contraria os interesses da libertação do trabalho do jugo do capital.

Mas isto talvez não seja assim? Não haverá talvez contradição entre a liberdade e a libertação do trabalho da opressão do capital? Considerai todos os países da Europa Ocidental onde estivestes ou, pelo menos, sobre os quais lestes alguma coisa. Em todos os livros apresentava-se o seu regime como o regime mais livre, e agora esses países europeus ocidentais civilizados - à França, a Inglaterra, a América - ergueram essa bandeira, e avançam contra os bolcheviques "em nome da liberdade". Muito recentemente - os jornais franceses chegam-nos agora raramente, porque nós estamos completamente cercados, mas as notícias chegam-nos pela rádio, porque apesar de tudo é possível apoderar-se do ar e nós interceptamos as rádios estrangeiras - tive ocasião de ler uma mensagem de rádio enviada pelo governo rapinante francês: avançando contra os bolcheviques e apoiando os seus adversários, a França mantém bem alto, como no passado, o "elevado ideal da liberdade" que lhe é próprio. Isto encontramos-lo a cada passo, este é o seu tom fundamenta! na sua polémica contra nós.

Mas a que chamam eles liberdade? Esses franceses, ingleses e americanos civilizados chamam liberdade, digamos, à liberdade de reunião. Na constituição deve estar escrito: "Liberdade de reunião para todos os cidadãos". "Tal é", dizem eles, "o conteúdo, tal é a manifestação fundamental da liberdade. E vós, bolcheviques, violastes a liberdade de reunião".

Sim, respondemos nós, a vossa liberdade, senhores ingleses, franceses, americanos, é um logro se ela contraria a libertação do trabalho do jugo capital. Vós esquecestes um pequeno pormenor, senhores civilizados. Esquecestes que a vossa liberdade está inscrita numa constituição que **legítima a propriedade privada**. Eis onde está o fundo da questão.

A par da liberdade, a propriedade, assim está escrito na vossa constituição. Que vós reconheçais a liberdade de reunião é certamente um enorme progresso em comparação com a ordem feudal, com a Idade Média, com a servidão. Isto foi reconhecido por todos os socialistas quando utilizavam essa liberdade da sociedade burguesa para ensinar ao proletariado como derrubar a opressão do capitalismo.

Mas a vossa liberdade é uma liberdade apenas no papel e não nos fatos. Isso significa que se nas grandes cidades há grandes salas como esta, elas pertencem aos capitalistas e aos latifundiários, e chamam-se, por exemplo, salas da "assembléia da nobreza".



Podeis reunir-vos livremente, cidadãos da república democrática da Rússia, mas isto é propriedade privada, desculpai, por favor, é preciso respeitar a propriedade privada, senão sereis bolcheviques, criminosos, bandidos, ladrões, malvados. E nós dizemos: "Vamos inverter isso. Primeiro vamos transformar este edifício de 'assembléia da nobreza' em edifício das organizações operárias, e depois falamos da liberdade de reunião". Vós acusai-nos de violar a liberdade. Mas nós reconhecemos que toda a liberdade, se ela não se subordina aos interesses da libertação do trabalho do jugo do capital, é um logro. A liberdade de reunião, que está inscrita na constituição de todas as repúblicas burguesas, é um logro, porque para se reunir, num país civilizado, que apesar de tudo não eliminou o inverno e não transformou o tempo, é preciso ter instalações para as reuniões, e os melhores edifícios são propriedade privada. Primeiro tomaremos os melhores edifícios, e depois falaremos de liberdade.

Nós dizemos que a liberdade de reunião para os capitalistas é o maior crime contra os trabalhadores, é a liberdade de reunião para os contra-revolucionários. Nós dizemos aos senhores intelectuais burgueses, aos senhores partidários da democracia: vós mentis quando nos lançais a acusação de violação da liberdade! Quando os vossos grandes revolucionários burgueses faziam a revolução em Inglaterra em 1649, em França em 1792-1793, eles não davam liberdade de reunião aos monárquicos. A revolução francesa é chamada grande precisamente porque não se caracterizou pela flacidez, pela indecisão e o palavreado das muitas revoluções de 1848, mas foi uma revolução efetiva que, depois de derrubar os monárquicos, os esmagou até ao fim. Nós saberemos atuar do mesmo modo com os senhores capitalistas, pois nós sabemos que para a libertação dos trabalhadores do jugo do capital é preciso retirar a liberdade de reunião aos capitalistas, é preciso suprimir ou limitar a sua "liberdade". Isto serve à libertação do trabalho do jugo do capital, isto serve a essa verdadeira liberdade em que não mais haverá edifícios em que viva uma única família e que pertençam a particulares: latifundiários, capitalistas ou a qualquer sociedade por ações. Quando assim for, quando as pessoas se tiverem esquecido de que os edifícios públicos podem ser propriedade de alguém, então seremos pela completa liberdade. Quando houver no mundo apenas trabalhadores e às pessoas se tiverem esquecido de pensar que pode haver um membro da sociedade que não seja trabalhador - isso não acontecerá tão cedo, e os culpados da demora são os senhores burgueses e os senhores intelectuais burgueses - então nós seremos pela liberdade de reunião para todos; mas agora a liberdade de reunião é a liberdade de reunião para os capitalistas, para os contra-revolucionários. Nós lutamos contra eles, resistimo-lhes e declaramos que suprimimos essa liberdade.

Nós vamos para o combate - tal é o conteúdo da ditadura do proletariado. Passaram os tempos do socialismo ingênuo, utópico, fantástico, mecânico, intelectual, em que se imaginava que seria possível convencer a maioria das pessoas, traçar-lhes um belo quadro da sociedade socialista, e a maioria adotaria o ponto de vista do socialismo. Passaram os tempos em que era possível divertir-se e divertir os outros com essas historietas infantis. O marxismo, que reconhece a necessidade da ditadura do proletariado, diz: a humanidade não chegará ao socialismo senão através da ditadura do proletariado. Ditadura é uma palavra brutal, severa, sangrenta, dolorosa e palavras como essa não se lançam ao vento. Se os socialistas lançaram uma tal palavra de ordem é porque sabem que só através de uma luta encarniçada, implacável, a classe dos exploradores se renderá e que ela procurará encobrir a sua dominação com toda a espécie de belas palavras.

Liberdade de reunião - que pode haver de mais elevado, que pode haver de melhor do que essas palavras? Será concebível o desenvolvimento dos trabalhadores e da sua

consciência sem liberdade de reunião? Serão concebíveis as bases do humanismo sem liberdade de reunião? Mas nós dizemos que a liberdade de reunião, segundo a Constituição da Inglaterra e dos Estados Unidos da América do Norte, é um logro, porque ata as mãos das massas trabalhadoras para todo o período da passagem ao socialismo - ela é um logro porque nós sabemos perfeitamente que a burguesia tudo fará para derrubar este poder, tão invulgar, tão "monstruoso" a princípio. Não pode ser doutro modo aos olhos de quem tenha refletido sobre a luta de classes, de quem pense de modo minimamente concreto e claro sobre a atitude dos operários insurretos para com a burguesia, que é derrubada num país e não é derrubada em todos os países e que, precisamente porque não está completamente derrubada, se lança com tanto maior furor na luta.

E precisamente depois do derrubamento da burguesia que a luta de classes assume as formas mais violentas. E de nada servem esses democratas e socialistas que se enganam a si próprios, e depois enganam os outros, dizendo: uma vez derrubada a burguesia, está o caso terminado. Ele não está terminado, mas apenas começado, porque a burguesia não acreditou ainda na idéia de que foi derrubada, e nas vésperas da revolução de Outubro gracejava muito gentil e muito amavelmente; gracejavam Miliukov e Tchernov e os homens da **Nóvaia Jizn**. Eles gracejavam: "Pois bem, faizei favor, senhores bolcheviques, formai um gabinete, tornai o poder por um par de semanas – ajudar-nos-eis bastante!" Isto escreveu-o Tchernov em nome dos socialistas-revolucionários, escreveu-o Miliukov na **Retch**, escreveu-o a **Nóvaia Jizn** semimenchevique. Eles gracejavam porque não tomavam as coisas a sério. E agora viram que as coisas se tornaram sérias, e os senhores burgueses ingleses, franceses e suíços, que pensavam que as suas "repúblicas democráticas" eram uma couraça que os defenderia, viram e tomaram consciência de que as coisas se tornavam sérias, e agora armam-se todos. Se pudésseis ver o que se passa na livre Suíça, como ali todos os burgueses sem exceção se armam, criam uma guarda branca, porque sabem que o que está em causa é se eles conseguirão manter os seus privilégios, que lhes permitem manter milhões de homens na escravidão assalariada. A luta assumiu agora uma envergadura mundial, e por isso agora todo aquele que intervém contra nós com as palavras "democracia", "liberdade", coloca-se ao lado das classes possidentes, engana o povo, pois não compreende que a liberdade e a democracia foram até agora liberdade e democracia **para os possidentes** e apenas os sobejos da mesa para os não possidentes.

O que é a liberdade de reunião, quando os trabalhadores estão esmagados pela escravidão do capital e do trabalho para o capital? E um logro, e para alcançar a liberdade para os trabalhadores é preciso primeiro vencer a resistência dos exploradores, e se eu enfrento a resistência de toda uma classe, é evidente que não posso prometer nem a liberdade, nem a igualdade, nem a decisão da maioria para essa classe.

.....

Passarei agora da liberdade à igualdade. Aqui as coisas são ainda mais profundas. Aqui tocamos uma questão ainda mais séria, que suscita grandes divergências, e mais dolorosa.

A revolução, na sua marcha, derruba uma classe exploradora após outra. Ela varreu primeiro a monarquia, e entendia por igualdade apenas a existência de um poder eleito, de uma república. Indo mais longe, ela varreu os latifundiários, e sabeis que toda a luta contra o sistema medieval, contra o feudalismo, decorreu sob a palavra de ordem de "igualdade".

Todos são iguais, independentemente dos estados sociais, todos são iguais, incluindo o milionário e o indigente - assim falavam, assim pensavam, assim acreditavam, sinceramente, os maiores revolucionários desse período que entrou na história como o período da grande Revolução Francesa. A revolução avançou contra os latifundiários sob a palavra de ordem de igualdade, e o que entendiam por igualdade era que o milionário e o operário devem ter iguais direitos. A revolução foi mais longe. Ela diz que a “igualdade” - isto não dissemos especialmente no nosso programa, mas não se pode repeti-lo indefinidamente, isto é tão claro cano o que dissemos acerca da liberdade -, a igualdade é um logro se ela contradiz a libertação do trabalho do jugo do capital. É o que nós dizemos, e é uma verdade absoluta. Dizemos que a república democrática, com a igualdade atual, é uma mentira, um logro, que a igualdade não é aí observada e não pode existir aí e que o que impede de gozar dessa igualdade é a propriedade dos meios de produção, do dinheiro, do capital. Pode-se retirar imediatamente a propriedade dos ricos edifícios, pode-se retirar com relativa rapidez o capital e os instrumentos de produção, mas analisemos a propriedade do dinheiro.

O dinheiro é uma condensação da riqueza social, uma condensação do trabalho social, o dinheiro é o testemunho do recebimento do tributo de todos os trabalhadores, o dinheiro é um vestígio da exploração passada Eis o que é o dinheiro. Será possível de algum modo suprimi-lo imediatamente? Não. Ainda antes da revolução socialista, os socialistas escreviam que não é possível eliminar o dinheiro imediatamente, e nós podemos confirmá-lo com a nossa experiência São necessárias muitas conquistas técnicas, e, o que é muito mais difícil e muito mais importante, muitas conquistas organizativas para suprimir o dinheiro, e até lá é preciso manter-se na igualdade em palavras, na constituição, e numa situação em que quem tenha dinheiro tem de fato direito à exploração. E não pudemos suprimir o dinheiro imediatamente. Nós dizemos: o dinheiro mantém-se por enquanto, e manter-se-á durante bastante tempo, durante o período de transição da antiga sociedade capitalista para a nova sociedade socialista. A igualdade é um logro se ela contraria os interesses da libertação do trabalho do jugo do capital.

Engels tinha mil vezes razão quando escreveu: o conceito de igualdade é um preconceito estúpido e absurdo à margem da supressão das classes. Os professores burgueses tentaram, a propósito da noção de igualdade, acusar-nos de querermos tornar cada homem igual aos outros. Eles tentaram acusar os socialistas desse absurdo, por eles próprios inventado. Mas eles não sabiam, dada a sua ignorância, que os socialistas - e concretamente os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels - diziam: a igualdade é uma frase oca se não se entender por igualdade a supressão das classes. Nós queremos suprimir as classes, e nesse sentido somos a favor da igualdade. Mas pretender que nós tornamos todos os homens iguais uns aos outros é uma frase oca e uma tola invenção de intelectual que, por vezes honestamente, faz trejeitos e alinha palavras sem conteúdo - quer ele se chame a si próprio escritor, por vezes cientista ou seja o que for.

E nós dizemos: nós afirmamos como nosso objetivo a igualdade como supressão das classes. E então necessário suprimir também a diferença de classes entre os operários e os camponeses. É esse precisamente o nosso objetivo. A sociedade em que subsiste a diferença de classe entre o operário e o camponês não é uma sociedade nem comunista nem socialista. Certamente, se interpretarmos a palavra socialismo num certo sentido, pode-se chamar-lhe socialista, mas isso será casuística, discussão de palavras. O socialismo é o primeiro estágio do comunismo - mas é inútil discutir acerca das palavras. Uma coisa é clara: é que, enquanto subsistir a diferença de classe entre o operário e o camponês, nós não podemos falar de

igualdade sem reacear levar a água ao moinho da burguesia. Os camponeses são uma classe da época patriarcal, uma classe formada por decênios e séculos de escravidão, e ao longo de todos esses decênios o camponês existiu como **pequeno proprietário**, inicialmente submetido às outras classes, depois formalmente livre e igual, mas **proprietário e possuidor de produtos alimentares**.

E aqui abordamos a questão que suscita mais reprovação por parte dos nossos inimigos, que gera mais dúvidas entre as pessoas inexperientes e irrefletidas e que mais nos separa daqueles que querem considerar-se democratas, socialistas, e que se ofendem conosco porque não os consideramos nem democratas nem socialistas e lhes chamamos partidários dos capitalistas, talvez por ignorância, mas partidários dos capitalistas.

A situação do camponês, pelos seus costumes, pelas suas condições de produção, pelas condições da sua vida, pelas condições da sua economia, faz do camponês meio trabalhador, meio especulador.

Isso é um fato. E não escapareis a este fato enquanto não eliminardes o dinheiro, não eliminardes a troca. Mas para o fazer são precisos anos e anos de dominação estável do proletariado, porque só o proletariado é capaz de vencer a burguesia. Quando nos dizem: "Vós sois violadores da igualdade, vós violastes a igualdade não apenas com os exploradores - com isso eu talvez ainda esteja de acordo, declara um qualquer socialista-revolucionário ou menchevique, sem compreender o que diz - mas violastes a igualdade dos operários com os camponeses, violastes a igualdade da 'democracia do trabalho', sois uns criminosos!" Nós respondemos: "Sim, nós violamos a igualdade dos operários com os camponeses e afirmamos que vós, que defendeis essa igualdade, sois partidários de Koltchak".

Li recentemente um belo artigo do camarada Guermánov no **Pravda**, no qual estavam reproduzidas as teses do cidadão Cher, um dos mais "socialistas" dos sociais-democratas mencheviques.

Essas teses foram propostas numa das nossas instituições cooperativas. Essas teses são tais que deviam ser gravadas numa placa e afixadas em todos os comitês executivos de **vólost**(\*) com a inscrição: "Eis um koltchakista".

Sei muito bem que esse cidadão Cher e os seus correligionários me chamarão por isto caluniador e pior ainda. No entanto, eu convido aqueles que aprenderam o á-bê-cê da economia política e da instrução política a examinar atentamente quem tem razão e quem é culpado. O cidadão Cher diz: a política alimentar, e em geral a política econômica do poder soviético, não serve e é preciso passar, primeiro gradualmente e depois mais amplamente, ao comércio livre dos produtos alimentares e à garantia da propriedade privada.

Eu digo que isso é o programa econômico, a base econômica de Koltchak. Eu afirmo que quem leu Marx, particularmente o primeiro capítulo de *O Capital*, quem leu obras de divulgação de Marx, nem que fosse *A Doutrina Econômica de Karl Marx*, de Kautsky, deve concluir que, efetivamente, no momento em que se realiza a revolução do proletariado contra a burguesia, em que a propriedade latifundiária e capitalista é derrubada, em que o país passa fome, amainado por uma guerra imperialista de quatro anos, a liberdade de comércio dos cereais é a liberdade do capitalista, a liberdade de restabelecer o poder do capital. Esse é o programa econômico de Koltchak, pois Koltchak não se apóia no ar.

Seria bastante tolo censurar Koltchak apenas por ter usado de violência contra os operários e mesmo ter açoitado professoras por simpatizarem com os bolcheviques. Isso é uma defesa vulgar da democracia, isso são acusações estúpidas a Koltchak. Koltchak atua com os meios de que dispõe. Mas em que se apóia ele economicamente? Ele apóia-se na liberdade de comércio, ele defende-a, é por isso que todos os capitalistas o apóiam. E vós dizeis: "Eu abandonei Koltchak, não sou koltchakista". Isso honra-te, certamente, mas ainda não prova que tenhas sobre os ombros uma cabeça capaz de raciocinar. E assim que nós respondemos a essas pessoas, sem de modo nenhum atentar contra a honra dos socialistas-revolucionários e mencheviques que abandonaram Koltchak quando viram que ele é um opressor. Mas se esse homem, num país que combate numa luta desesperada contra Koltchak, continua a combater pela "igualdade da democracia do trabalho", pela liberdade de comércio dos cereais, ele é um koltchakista, ele simplesmente não compreende a questão, não é capaz de pensar logicamente.

Koltchak mantém-se porque, tendo-se apoderado de uma zona rica em cereais - que ele se chame Koltchak ou Deníkine, as fardas são diferentes, mas o fundo é o mesmo -, ele autoriza aí a liberdade de comércio dos cereais e a **liberdade de restauração do capitalismo**. Assim foi em todas as revoluções, assim será no nosso país, se passarmos da ditadura ao proletariado a essa "liberdade" e "igualdade" dos senhores democratas, socialistas-revolucionários, mencheviques, de esquerda etc., incluindo por vezes os anarquistas - os títulos são muitos. Presentemente, na Ucrânia, cada bando escolhe um título, cada qual mais livre que o outro, rada qual mais democrático que o outro, e em cada **uédz** há um bando.

A igualdade entre os operários e os camponeses é-nos proposta pelos "defensores dos interesses do camponês trabalhador", principalmente pelos socialistas-revolucionários. Outros, como o cidadão Cher, estudaram o marxismo e mesmo assim não compreendem que não pode haver igualdade entre o operário e o camponês no período de passagem do capitalismo ao socialismo e que aqueles que a prometem devem ser considerados como desenvolvendo o programa de Koltchak, ainda que não o compreendam. Eu afirmo que quem quer que reflita sobre as condições concretas do país, principalmente de um país completamente arruinado, o compreenderá.

Os nossos "socialistas", que afirmam que nós estamos presentemente num período de revolução burguesa, acusam-nos constantemente de termos um comunismo de consumo. Alguns acrescentam: comunismo soldadesco, e imaginam-se num piano superior, imaginam que se elevaram acima dessa espécie "baixa" de comunismo. São simplesmente homens que brincam com as palavras. Eles viram livros, decoraram-nos, repetiram-nos, mas não perceberam nada desses livros. Encontram-se tais homens sábios e mesmo muito sábios. Eles leram nos livros que o socialismo é o desenvolvimento superior da produção. Kautsky ainda agora não faz mais do que repetir isto. Vi há dias um jornal alemão, que por acaso chegou até nós, e nele li acerca do último congresso dos soviets na Alemanha Kautsky apresentou ali um relatoriozito e no seu relatório sublinhava - não ele pessoalmente, mas a mulher, porque ele estava doente e foi ela que leu o seu relatório - nesse relatório sublinhava que o socialismo é o desenvolvimento superior da produção e que sem a produção nem o capitalismo nem o socialismo podem manter-se, e que os operários alemães não compreendem isto.

Pobres operários alemães! Eles lutam contra Scheidemann e Noske, lutam contra os carrascos, eles procuram derrubar o poder dos carrascos que continuam a considerar-se

sociais democratas, Scheidemann e Noske, eles pensam que se trava uma guerra civil. Liebknecht foi assassinado, Rosa Luxemburg foi assassinada. Todos os burgueses russos dizem - isto foi publicado num jornal de Ekaterinodar: "Eis como é preciso agir com os nossos bolcheviques!" Era assim que estava escrito. Quem compreende as coisas sabe perfeitamente que toda a burguesia internacional adota este ponto de vista. É preciso defender-se. Scheidemann e Noske travam uma guerra civil contra o proletariado. A guerra é a guerra. Os operários alemães pensam que estão em guerra civil, e todas as outras questões têm uma importância secundária. É preciso antes de mais nada alimentar o operário. Kautsky considera isso como comunismo soldadesco ou de consumo. É preciso desenvolver a produção!...

Oh, sapientíssimos senhores! Mas como podeis desenvolver a produção num país que foi pilhado e devastado pelos imperialistas, no qual não há carvão, não há matérias-primas, não há instrumentos? "Desenvolvimento da produção!" Mas não temos uma reunião do Conselho de Comissários do Povo ou do Conselho de Defesa em que não repartamos os últimos milhões de **puds** de carvão ou de petróleo, passando por uma situação dolorosa quando todos os comissários tomam os últimos restos e falta para cada um deles e é preciso decidir: fechar as fábricas aqui ou ali, deixar os operários sem trabalho aqui ou ali - questão dolorosa, mas é preciso fazê-lo, porque não há carvão. O carvão está na bacia do Donets, o carvão foi destruído pela invasão alemã Considerai a Bélgica, a Polónia - é um fenómeno típico, acontece a mesma coisa por toda a parte, como consequência da guerra imperialista Isso significa que o desemprego e a fome durarão muitos anos, pois há minas que, quando são alagadas, levam muitos anos a ser restabelecidas. E vêm dizer-nos: "O socialismo é a elevação da produção". Lestes livros, meus bons senhores, escrevestes livros, mas não compreendestes nada dos livros. (Aplausos.)

Certamente, do ponto de vista de uma sociedade capitalista que em tempo de paz passasse pacificamente ao socialismo, não teríamos tarefas mais urgentes que a elevação da produtividade. Mas é preciso dizer esta palavrinha: "Se". Se o socialismo nascesse tão pacificamente como os senhores capitalistas não quiseram permitir que ele nascesse. Houve um pequeno obstáculo. Mesmo que não tivesse havido guerra, os senhores capitalistas teriam feito tudo para impedir um tal desenvolvimento pacífico. As grandes revoluções, mesmo quando começaram pacificamente, como a grande revolução francesa, terminaram por guerras encarniçadas, desencadeadas pela burguesia contra-revolucionária. E não pode ser de outro modo, se encararmos esta questão do ponto de vista da luta de classes, e não da fraseologia pequeno-burguesa sobre a liberdade, a igualdade, a democracia do trabalho e a vontade da maioria, dessa fraseologia pequeno-burguesa imbecil que nos oferecem os mencheviques, os socialistas-revolucionários, todos esses "democratas". Não pode haver desenvolvimento pacífico para o socialismo. E no período atual, depois da guerra imperialista, é ridículo dizer que o desenvolvimento deve fazer-se pacificamente, principalmente num país arruinado. Vejam a França. A França é vencedora, e a produção de trigo reduziu-se ali em metade. Na Inglaterra, vi-o nos jornais burgueses ingleses, diz-se: "Agora somos indigentes". E num país devastado vem censurar os comunistas porque a produção está parada! Quem assim fala ou é um completo idiota, embora se diga três vezes chefe da Internacional de Berna, ou um traidor aos operários.

Num país que está arruinado, a primeira tarefa é salvar o trabalhador. A primeira força produtiva de toda a humanidade é o operário, o trabalhador. Se ele sobreviver, nós salvaremos e restabeleceremos tudo.

Suportaremos longos anos de miséria, de regresso à barbárie. Foi a guerra imperialista que nos lançou para trás, para a barbárie, e se nós salvarmos o trabalhador, se salvarmos a principal força produtiva da humanidade - o operário -, recuperaremos tudo, mas pereceremos se não formos capazes de o salvar, e por isso aqueles que neste momento gritam acerca do comunismo de consumo e do comunismo soldadesco, olhando os outros de cima, imaginando que se elevaram mais alto que esses bolcheviques-comunistas, esses, repito, não compreendem absolutamente nada de economia política e agarram-se a citações de livros, como um cientista cuja cabeça fosse uma gaveta de citações que ele vai tirando, mas que, em presença de uma nova combinação não descrita nos livros, se desorienta e retira da gaveta precisamente a citação que não convém.

Num momento em que o país está arruinado, a nossa tarefa principal é defender a vida do operário, salvar o operário; e os operários perecem porque as fábricas param, e as fábricas param porque não há combustível e porque a nossa produção é toda artificial, porque a indústria está isolada das fontes de matérias-primas. Isto é assim em todo o mundo. A matéria-prima para as fábricas de tecidos de algodão russas tem de ser transportada do Egipto, da América, o mais próximo do Turquestão, mas experimentem transportá-la quando ali estão os bandos contra-revolucionários e as tropas inglesas se apoderaram de Achkhabad e Krasnovodsk, experimentem transportá-la do Egipto, da América, quando os caminhos-de-ferro não funcionam, quando eles estão em ruínas, quando estão parados por falta de carvão.

E preciso salvar o operário, ainda que ele não possa trabalhar. Se nós o salvamos nestes poucos anos, salvaremos o país, a sociedade e o socialismo. Se não o salvamos, escorregaremos para trás, para a escravidão assalariada. E assim que se coloca a questão do socialismo, que não nasce da fantasia de um pacífico tolo que se diz social-democrata mas da realidade concreta, de uma luta de classes feroz e desesperadamente exacerbada Isto é um fato. E preciso sacrificar tudo para salvar a existência do operário. E deste ponto de vista, quando nos vêm dizer: "Nós somos pela igualdade da democracia do trabalho, e vós, comunistas, não dais sequer a igualdade aos operários e camponeses", nós respondemos: o operário e o camponês são iguais como trabalhadores, mas o especulador de cereais saciado não é igual ao trabalhador faminto. Só por isso é que na nossa Constituição se escreve que o operário e o camponês não são iguais.

Vós dizeis que eles devem ser iguais? Pois bem, pesemos e calculemos. Tomai 60 camponeses e 10 operários. Os 60 camponeses têm excedentes de cereais. Eles andam rotos, mas têm cereais. Tomemos os 10 operários. Depois da guerra imperialista eles estão rotos, esgotados, não têm pão, nem combustível, nem matérias-primas. As fábricas estão paradas. Pois bem, serão eles iguais, em vossa opinião? Os 60 camponeses têm o direito de decidir, e os 10 operários devem submeter-se? O grande princípio da igualdade, da unidade da democracia do trabalho e da decisão da maioria!

É isto que nos dizem. E nós respondemos: "Vós sois uns palhaços, porque com as vossas belas frases ocultais o problema da fome".

Nós vos perguntamos: os operários famintos, num país arruinado, onde as fábricas estão paradas, terão o direito de se submeter à decisão da maioria de camponeses, se estes não entregam os excedentes de cereais? Terão eles o direito de tomar esses excedentes de cereais, nem que seja pela violência, se de outro modo não é possível? Respondei francamente! E

aqui, quando se coloca a questão que toca verdadeiramente o fundo do problema, começam os subterfúgios e as esquivas.

Em todos os países a indústria está arruinada e estará arruinada durante alguns anos, porque é coisa fácil incendiar as fábricas ou inundar as minas, é coisa fácil fazer explodir os vagões e destruir as locomotivas, qualquer imbecil, mesmo que ele se intitule oficial alemão ou francês, é bem capaz disso, principalmente se dispõe de uma boa máquina para explosões, disparos etc., mas reconstruir é coisa muito difícil que leva anos.

Os camponeses são uma classe especial: como trabalhadores, eles são inimigos da exploração capitalista, mas, ao mesmo tempo, eles são proprietários. O camponês formou-se durante séculos na idéia de que os cereais são seus e de que ele é livre de vendê-los. Estou no meu direito, pensa o camponês, porque isto é o meu trabalho, o meu suor e o meu sangue. É impossível modificar rapidamente a sua psicologia, é um processo de luta longo e difícil. Quem imagina que a passagem ao socialismo se fará de tal modo que um indivíduo persuadirá outro, e este um terceiro, é no melhor dos casos uma criança, ou um hipócrita político, e dos homens que intervêm na tribuna política, a maioria pertence naturalmente a esta última categoria

A questão coloca-se deste modo: o camponês está habituado ao livre comércio dos cereais. Quando nós derrubamos as instituições capitalistas, verificou-se que havia uma outra força que mantinha o capitalismo a força do hábito. Quanto mais resolutamente nós derrubamos as instituições que apoiavam o capitalismo tanto mais claramente se manifestou a outra força que mantinha o capitalismo - a força do hábito. Em circunstâncias favoráveis pode-se destruir imediatamente uma instituição, mas um hábito nunca se pode, em nenhuma circunstância, destruí-lo imediatamente. Depois de darmos toda a terra ao campesinato, de o termos libertado da propriedade latifundiária da terra, depois de deitarmos abaixo tudo aquilo que o amarrava, ele continua a considerar "liberdade" a venda livre dos cereais, ausência de liberdade, a obrigação de entregar a preço fixo os excedentes de cereais. O que é isso de "entregar"! indigna-se o camponês, principalmente se, para mais, o aparelho administrativo é mau; e ele é mau porque toda a intelectualidade burguesa está ao lado da Sukharevka. É claro que esse aparelho tem de apoiar-se em homens que estão a aprender e que, no melhor dos casos, se são honestos e dedicados à causa, aprenderão em alguns anos, mas até lá o aparelho será mau, e por vezes insinuam-se nele toda a espécie de vigaristas que se dizem comunistas. Este perigo ameaça todo o partido dirigente, todo o proletariado vitorioso, porque não é possível quebrar de imediato a resistência da burguesia nem organizar um aparelho perfeito. Sabemos perfeitamente que o aparelho do Commissariado do Abastecimento ainda é mau. Recentemente foram efetuados estudos estatísticos científicos de como se alimenta o operário das gubérnias(\*) não agrícolas. Verificou-se que ele obtém metade dos produtos do Commissariado do Abastecimento e a outra metade dos especuladores; pela primeira metade paga um décimo de todos os seus gastos com alimentação, pela segunda metade paga nove décimos.

A metade dos abastecimentos recolhida e fornecida pelo Commissariado do Abastecimento é certamente mal recolhida, mas ela é recolhida de modo socialista e não capitalista. Ela é recolhida pela vitória sobre o especulador e não pelo compromisso com ele, ela é recolhida sacrificando todos os outros interesses do mundo, incluindo os interesses da "igualdade" formal, que os senhores mencheviques, socialistas-revolucionários e Cia. alardeiam, aos interesses dos operários famintos. Ficai com a vossa igualdade, senhores, e nós



ficaremos com os operários famintos, que salvamos da fome. Por mais que os mencheviques nos acusem de violação da "igualdade", o fato é que nós resolvemos em metade a tarefa do abastecimento em condições de dificuldades inauditas, incríveis. E dizemos que se 60 camponeses têm excedentes de cereais e 10 operários estão famintos, é preciso falar não de "igualdade" em geral nem de "igualdade dos homens de trabalho", mas da obrigação incondicional dos 60 camponeses de se submeterem à decisão dos 10 operários e de lhes darem, nem que seja por empréstimo, os excedentes de cereais.

Toda a economia política, se alguém aprendeu alguma coisa dela, toda a história da revolução, toda a história do desenvolvimento político ao longo de todo o século XIX, nos ensinam que o camponês segue ou o operário ou o burguês. Ele não pode fazer de outro modo. Isto pode certamente parecer ofensivo para alguns democratas - alguns pensarão que a minha malignidade marxista me faz caluniar o camponês. Os camponeses constituem a maioria, eles são trabalhadores, e não podem seguir o seu próprio caminho! Por quê?

Se não sabeis o porquê, diria eu a esses cidadãos, lede os princípios da economia política de Marx, a sua exposição feita por Kautsky, refleti sobre o desenvolvimento de qualquer uma das grandes revoluções dos séculos XVIII e XIX, sobre a história política de qualquer país do século XIX. Ela responder-vos-á porquê. A economia da sociedade capitalista é tal que a força dominante só pode ser o capital ou o proletariado que o derruba.

#### **Não há outras forças na economia dessa sociedade.**

O camponês é meio trabalhador e meio especulador. O camponês é um trabalhador porque ganha o seu pão com suor e sangue, é explorado pelos latifundiários, pelos capitalistas e pelos comerciantes. O camponês é especulador porque vende os cereais, artigo de primeira necessidade, artigo pelo qual, quando ele falta, se dá todos os bens que se tem. A fome é negra; pelo pão as pessoas darão mil rublos e tudo o que se queira, mesmo tudo o que possuem.

Não é por culpa do camponês, mas as suas condições econômicas são tais que ele vive numa economia mercantil, viveu nela dezenas e centenas de anos, está habituado a trocar os seus cereais por dinheiro. Um hábito não se transforma e não se pode suprimir o dinheiro de repente. Para suprimi-lo é preciso organizar a distribuição dos produtos para centenas de milhões de pessoas, tarefa para longos anos. E enquanto se mantiver a economia mercantil, enquanto houver operários famintos ao lado de camponeses saciados que escondem os excedentes de cereais, subsistirá uma certa oposição de interesses dos operários e dos camponeses, e quem procura furtar-se a essa oposição real, criada pela vida, por meio de frases acerca da "liberdade", da "igualdade", e da "democracia do trabalho", é um vão pairador no melhor dos casos, e no pior é um defensor hipócrita do capitalismo. Se o capitalismo vencer a revolução, vencerá usando a ignorância dos camponeses, subornando-os e seduzindo-os com o regresso ao comércio livre. Os mencheviques e socialistas-revolucionários estão de fato ao lado do capitalismo contra o socialismo.

O programa econômico de Koltchak, de Deníkine e de todos os guardas brancos russos é o comércio livre. Eles compreendem-no, e não é sua culpa se o cidadão Cher não o compreende. Os fatos econômicos da vida não se modificam por um determinado partido não os compreender. A palavra de ordem da burguesia é o comércio livre. Procura-se enganar os camponeses dizendo: "Não seria melhor viver à maneira antiga? Não seria melhor viver vendendo livremente a produção agrícola? Que pode haver de mais justo? Assim falam os

koltchakistas conscientes, e têm razão do ponto de vista dos interesses do capital. Para restaurar o poder do capital na Rússia é preciso apoiar-se nas tradições, no preconceito do camponês contra a sua razão, no velho costume do comércio livre, e é preciso esmagar pela violência a resistência dos operários. Não há outra saída. Os koltchakistas têm razão do ponto de vista do capital, sabem dar coerência às coisas no seu programa econômico e político, compreendem onde é o princípio e o fim, compreendem a ligação entre o comércio livre dos camponeses e o espingardeamento dos operários. Existe uma ligação, embora o cidadão Cher não o compreenda. O comércio livre dos cereais é o programa econômico dos koltchakistas, o espingardeamento de dezenas de milhares de operários (como na Finlândia) é um meio necessário para a realização desse programa, porque o operário não cederá às conquistas por ele alcançadas. Essa ligação é indissolúvel, e as pessoas que não percebem absolutamente nada de ciência econômica, nem de política, aquelas que esqueceram as bases do socialismo por covardia pequeno-burguesa, nomeadamente os mencheviques e "socialistas-revolucionários", essas pessoas procuram fazer-nos esquecer essa ligação com frases sobre a "igualdade", a "liberdade", berrando que violamos o princípio da igualdade no seio da "democracia do trabalho", que a nossa Constituição é "injusta".

O voto de vários camponeses conta tanto como o voto de um só operário. Isto é injusto?

Não, isto é justo para uma época em que é necessário derrubar o capital. Eu sei onde é que vós ides buscar os vossos conceitos de justiça. Eles nos vem da época capitalista passada. O proprietário de mercadorias, a sua igualdade, a sua liberdade - eis as vossas concepções de justiça. Isso são os vestígios pequeno-burgueses dos preconceitos pequeno-burgueses - é isso a vossa justiça, a vossa igualdade, a vossa democracia do trabalho.

Mas, para nós, a justiça está subordinada aos interesses do derrubamento do capital. Não é possível derrubar o capital de outro modo que não seja pelos esforços unidos do proletariado.

Seria possível unir imediata e solidamente dezenas de milhões de camponeses contra o capital, contra o comércio livre? Não poderíeis fazê-lo em consequência das condições econômicas, ainda que os camponeses fossem completamente livres e bastante mais cultos. É impossível fazê-lo, porque para isso são necessárias outras condições econômicas, para isso são necessários longos anos de preparação. E quem efetuará essa preparação? O proletariado ou a burguesia.

Pela sua situação econômica na sociedade burguesa, o camponês tem inevitavelmente que seguir ou o operário ou a burguesia. **Não há meio termo.** Ele pode vacilar, confundir-se, fantasiar, pode censurar, injuriar, pode maldizer os representantes "tacanhos" do proletariado, os representantes "tacanhos" da burguesia. Eles constituem, diz ele, a minoria. Pode-se amaldiçoá-los, dizer frases sonoras acerca da maioria, acerca do caráter vasto, geral, da vossa democracia do trabalho, da democracia pura. Pode-se enfiar todas as palavras que se queira. Serão palavras para ocultar o fato de que se o camponês não segue o operário, então segue a burguesia. Não há nem pode haver meio termo. E aqueles que, nesta difícil transição da história, em que os operários passam fome e a sua indústria está paralisada, **não ajudam os operários** a conseguir cereais a um preço mais justo, e **não a preço livre**, não a um preço capitalista, não a um preço mercantil - esses realizam o programa

de Koltchak, por mais que o neguem a si próprios e por mais que estejam sinceramente convencidos de que aplicam honestamente o seu próprio programa.

(Transcrito de *Obras Escolhidas*, tomo IV. Moscou, Edições Progresso, 1986.)

## TEXTO II - COMO O STALINISMO TRANSFORMOU O POVO EM MASSA. NA VISAO DE ARENDT

Hannah Arendt (1906-1975) é autora de diversos livros traduzidos ao português. Alemã de nascimento, refugiou-se na França, fugindo do nazismo, em 1935, passando depois, a partir de 1941, a viver nos Estados Unidos, vindo a adotar a cidadania americana em 1951. Deu uma contribuição decisiva ao entendimento do fenômeno totalitário no livro que foi traduzido ao português com o título de *Totalitarismo, o Paroxismo do Poder* (Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1979), que é parte de uma trilogia a que deu o título geral de *Origens do Totalitarismo*.

Estudando detidamente os traços comuns ao nazismo e ao bolchevismo, Arendt descobriu que tais regimes quebram a solidariedade entre as pessoas, transformando-as em massa amorfa. Os métodos empregados para conseguir tais resultados baseiam-se no terror indiscriminado, que é a expressão acabada da completa abolição da ordem legal. Com o prolongamento dessas práticas, todos se sentem ameaçados e não há mais qualquer ponto de referência a apegar-se, nem à família, nem ao grupo social a que pertence, nem à naturalidade etc. Os indivíduos são atomizados e completamente isolados.

A validade do seu diagnóstico pode ser entrevista no fato de que o único movimento surgido em países totalitários que chegou de fato a ameaçar a sorte do regime se haja intitulado de **Solidariedade**. Na Polônia foram reestruturados os laços entre as pessoas, que reconquistaram a identidade. O totalitarismo viu-se, assim, atacado em sua base fundamental.

Na visão de Arendt, foi Stalin e não Lenin quem transformou o regime soviético em sistema totalitário. É certo que não nega seja Lenin o grande teórico da matéria. Mas, segundo supõe, à frente do governo teria mantido postura de estadista. Compreende-se a ressalva de Arendt à vista da base documental que pretendeu dar à sua pesquisa. Contudo, Lenin é inquestionavelmente, como vimos, o pai do poder totalitário.

Stalin (1879-1953), georgiano de nascimento, era de uma família de nome Dugashvili, tendo adotado aquele pelo qual ficou conhecido ao ingressar nas fileiras bolcheviques. E sintomático que haja escolhido um apelido cuja raiz significa aço. Pertenceu ao seminário da Igreja Ortodoxa, que abandonou antes de ordenar-se. Como membro do Partido Bolchevista participou dos diversos movimentos que este liderou nas primeiras décadas do século, inclusive da Revolução de Outubro, tendo integrado o seu primeiro governo. Em 1922, foi designado para exercer as funções de Secretário Geral do já então denominado Partido Comunista. Depois da morte de Lenin, procedeu sistematicamente ao afastamento de todas as lideranças que poderiam fazer-lhe sombra. Promoveu o seu primeiro grande massacre em fins da década de vinte ao obrigar os camponeses a ingressar no chamado sistema kolkoziano. Nessa oportunidade, foram fuziladas milhões de pessoas a pretexto de que seriam "camponeses ricos" (kulaks). Na década de trinta realizou um vasto expurgo de líderes comunistas, fuzilando a todos. Assinou um pacto de não-agressão com Hitler e a este associou-se na partilha da Polônia, em 1939. Segundo acusações posteriores ao seu falecimento, foi surpreendido pela invasão alemã em 1941.

Até à morte, em começos de 1953, governou o país como um déspota e foi endeusado não só na Rússia mas pelos comunistas em todo o mundo. As denúncias de seus crimes, na própria União Soviética, não impediram que, cessada a luta pela posse do poder, com Brejnev, no início da década de sessenta, se haja inaugurado, mais uma vez, um longo período de ditadura pessoal. De sorte que, com base em tais antecedentes, não se esperava pudesse chegar a "glasnost" de Gorbachov à eliminação do sistema totalitário.

Os procedimentos adotados por Stalin para coroar o processo de transformação do Estado Soviético em Estado Totalitário são descritos por Arendt da forma adiante transcrita:

Eminentes homens de letras e estadistas europeus predisseram, a partir do começo do século XIX, o surgimento do homem da massa e o advento de uma era da massa. Toda uma literatura sobre a conduta da massa e a psicologia da massa demonstrou e popularizou o conhecimento, tão comum entre os antigos, da afinidade entre a democracia e a ditadura, entre o governo da ralé e a tirania. Mas, embora as previsões quanto ao surgimento de demagogia, credulidades, superstições e brutalidade tenham se realizado até certo ponto, grande parte do seu significado se diluiu em vista de fenômenos inesperados e imprevistos, como a perda radical do interesse do indivíduo em si mesmo, a indiferença cínica ou enfasiada diante da morte, a inclinação apaixonada por noções abstratas guindadas ao nível de normas de vida, e o desprezo geral pelas óbvias regras do bom senso.

As massas, contrariamente ao que foi previsto, não resultaram da crescente igualdade de condição e da expansão educacional, com a sua conseqüente perda de qualidade e popularização de conteúdo, pois até os indivíduos altamente cultos se sentiam particularmente atraídos pelos movimentos de massa. Nem o mais sofisticado individualismo evitava aquele auto-abandono em direção à massa que os movimentos de massa propiciavam. O fato da individualização e a cultura não evitarem a formação de atitudes de massa era tão inesperado que foi atribuído à morbidez e ao niilismo da moderna "intelligentzia", ao ódio de si próprios que supostamente caracteriza os intelectuais. Não obstante, os caluniados intelectuais constituíam apenas o exemplo mais ilustrativo e eram os porta-vozes mais eloqüentes de um fenômeno geral. A atomização social e a individualização extrema precederam os movimentos de massa que, muito antes de atraírem, com muito mais facilidade, os membros sociáveis e não-individualistas dos partidos tradicionais, acolheram os completamente desorganizados, os típicos "não-alinhados" que, por motivos individualistas, sempre se haviam recusado a reconhecer laços ou obrigações sociais.

A verdade é que as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe. A principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais. Vindas da sociedade do Estado-nação, que era dominada por classes cujas fissuras haviam sido cimentadas pelo sentimento nacionalista, essas massas, no primeiro desamparo da sua experiência, tenderam para um nacionalismo especialmente violento, que os líderes aceitavam por motivos puramente demagógicos, contra os seus próprios instintos e finalidades.

Nem o nacionalismo tribal nem o niilismo rebelde é característico das massas, ou lhes é ideologicamente apropriado, como o era para a ralé. Mas os mais talentosos líderes de massa de nossa época ainda vieram da ralé, e não das massas, como Hitler e Stalin, que provinham da aparelhagem conspirativa do partido onde se misturavam proscritos e

revolucionários. O antigo partido de Hitler, composto quase exclusivamente de desajustados, fracassados e aventureiros, constituía na verdade "um exército de boêmios" que eram apenas o avesso da sociedade burguesa e a quem, conseqüentemente, a burguesia alemã poderia ter usado com sucesso para seus próprios fins. Na realidade, a burguesia se deixou enganar pelos nazistas do mesmo modo como a facção Röhm-Schleicher do Reichswehr, que também julgou que Hitler, a quem havia usado como alcagüete, ou a SA, que tinha sido usada para propaganda militarista e treino paramilitar, agiriam como seus agentes e ajudariam a criar uma ditadura militar. Ambos consideraram o movimento nazista em seus próprios termos de filosofia política da ralé, e não perceberam o apoio independente e espontâneo das massas aos novos líderes da ralé, nem o genuíno talento desses líderes para a criação de novas formas de organização. A ralé, enquanto força motriz das massas, já não era o agente da burguesia nem de ninguém a não ser das próprias massas.

Os movimentos totalitários dependiam menos da falta de estrutura de uma sociedade de massa do que das condições específicas de uma massa atomizada e individualizada, como se pode constatar por uma comparação do nazismo com o bolchevismo, que surgiram em seus respectivos países em circunstâncias muito diversas. A fim de transformar a ditadura revolucionária de Lenin em completo regime totalitário, Stalin teve primeiro de criar artificialmente aquela sociedade atomizada que havia sido preparada para os nazistas na Alemanha por circunstâncias históricas.

A vitória, surpreendentemente fácil, da Revolução de Outubro ocorreu num país onde a burocracia despótica e centralizada governava uma massa populacional desestruturada, que não se enquadrava organizacionalmente nem nos vestígios das ordens feudais rurais nem nas classes capitalistas urbanas, nascentes e débeis. Quando Lenin declarou que em nenhuma outra parte do mundo teria sido tão fácil galgar o poder e tão difícil conservá-lo, sabia não só da fraqueza da classe operária russa, mas também das anárquicas condições sociais em geral, que propiciavam mudanças súbitas. Desprovido do instinto de um líder de massas - pois não era orador e tinha o vizo de confessar e analisar publicamente os próprios erros, o que atentava contra as regras da demagogia -, Lenin se apegou imediatamente a toda diferenciação possível, fosse social, nacional ou profissional, que pudesse dar alguma estrutura à população, e parecia estar convencido de que só essa estratificação podia salvar a revolução. Legalizou a anárquica expropriação dos donos de terra pelos camponeses, e assim estabeleceu na Rússia, pela primeira vez e provavelmente a última, aquela classe camponesa emancipada que, desde a Revolução Francesa, havia sido o mais firme esteio dos Estados-nações ocidentais. Tentou fortalecer a classe trabalhista encorajando os sindicatos independentes. Tolerou a tímida aparição de uma nova classe média proveniente da NPE,<sup>(\*)</sup> após o fim da guerra civil. Introduziu outras formas de distinção; organizando e, às vezes, até inventando o maior número possível de nacionalidades, fomentando a consciência nacional e a percepção de diferenças históricas e culturais mesmo entre as tribos mais primitivas da União Soviética. Parece claro que, nessas questões políticas puramente práticas, Lenin seguiu seus instintos de estadista e não as suas convicções marxistas; de qualquer forma, a sua política demonstra que temia mais a ausência de uma estrutura social ou de outra natureza do que o possível desenvolvimento de tendências centrífugas nas nacionalidades recém-emancipadas, ou mesmo o crescimento de uma nova burguesia a partir das classes média e camponesa recém-estabelecidas. Sem dúvida, Lenin sofreu a sua maior derrota quando, com o espoucar da guerra civil, o supremo poder que ele originalmente planejava concentrar nos Sovietes passou definitivamente às mãos da burocracia do Partido; mas mesmo isto, trágico como era para o curso da Revolução, não teria levado necessariamente ao totalitarismo. Uma ditadura

unipartidária acrescentava apenas mais uma classe à estratificação do país já em curso, isto é, a burocracia que, segundo os críticos socialistas da revolução, “possuía o Estado como propriedade privada” (Marx). No momento da morte de Lenin, os caminhos ainda estavam abertos.

Todas essas novas classes e nacionalidades barravam o caminho de Stalin quando ele começou a preparar o país para o governo totalitário. A fim de produzir uma massa atomizada e amorfa, necessitava primeiro liquidar o resto de poder dos Sovietes que, como órgão principal de representação nacional, ainda tinham certa função e impediam o domínio absoluto da hierarquia do Partido. Assim, debilitou primeiro os Sovietes nacionais, introduzindo neles células bolchevistas das quais saíam, com exclusividade, os funcionários superiores para os comitês centrais. Por volta de 1930, os últimos vestígios das antigas instituições comunais haviam desaparecido; em seu lugar existia uma burocracia partidária firmemente centralizada, cujas tendências para a russificação não eram muito diferentes daquelas do regime czarista, exceto que os novos burocratas já não tinham medo de quem soubesse ler e escrever.

O governo bolchevista empreendeu então a liquidação das classes e começou, por motivos ideológicos e de propaganda, com as classes proprietárias, a nova classe média das cidades e os camponeses do interior. Por serem numerosos e possuírem propriedades, os camponeses haviam sido até então, potencialmente, a classe mais poderosa da URSS; conseqüentemente, a sua liquidação foi mais meticulosa e cruel que a de qualquer outro grupo, e foi levada a cabo por meio de fome artificial e deportação, a pretexto de expropriação dos **kulaks** e de coletivização. A liquidação das classes média e camponesa terminou no início da década de 30; os que não se incluíam entre os muitos milhões de mortos ou milhões de deportados sabiam agora "quem mandava neste país" e haviam compreendido que as suas vidas e as vidas de suas famílias não dependiam dos seus concidadãos, mas somente dos caprichos do governo, aos quais tinham de enfrentar em completa solidão, sem qualquer tipo de auxílio do grupo a que pertencessem. Nem estatísticas nem documentos situam o momento exato em que a nova classe agrícola, produzida pela coletivização e ligada por interesses comuns, passou a representar um perigo latente para o governo totalitário, devido ao seu número e posição vital da economia do país. Mas, para aqueles que sabem decifrar as "informações oficiais" do totalitarismo, esse instante ocorrera dois anos antes da morte de Stalin, quando ele propôs dissolver as fazendas coletivas e transformá-las em unidades maiores. Não sobreviveu para realizar esse plano; desta vez, os sacrifícios teriam sido ainda mais altos, e as caóticas conseqüências para a economia global ainda mais catastróficas do que por ocasião do extermínio da primeira classe camponesa, mas não há motivo para julgar que ele não o houvesse conseguido: não há classe que não possa ser extinta quando se mata um número suficientemente grande de seus membros.

A próxima classe a ser liquidada como grupo era a dos trabalhadores. Como classe, eram mais débeis e ofereciam muito menor resistência que os camponeses, porque a expropriação dos donos de fábricas, que eles haviam realizado espontaneamente durante a Revolução, ao contrário da expropriação dos donos de terra pelos camponeses, havia sido imediatamente frustrada pelo governo, que confiscara as fábricas como sendo propriedade do Estado, sob o pretexto de que o Estado, de qualquer modo, pertencia ao proletariado. O sistema stakhanovista,<sup>(\*)</sup> adotado no início da década de 30, eliminou a solidariedade e a consciência de classe dos trabalhadores pela concorrência feroz implantada pela solidificação

de uma aristocracia operária, separada do trabalhador comum por uma distância social mais aguda que a distância entre os trabalhadores e a gerência. Este processo foi completado em 1938, quando a criação do documento de trabalho transformou oficialmente toda a classe operária russa num gigantesco corpo de trabalhadores forçados.

Finalmente, veio a liquidação daquela burocracia que havia ajudado a executar as medidas anteriores de extermínio. Stalin levou dois anos, de 1935 a 1938, para se desfazer de toda a aristocracia administrativa e militar da sociedade soviética; quase todas as repartições públicas, fábricas, entidades econômicas e culturais e agências governamentais, partidárias e militares passaram a novas mãos, quando “quase a metade do pessoal administrativo, do partido ou não, havia sido eliminada”, e foram liquidados mais de 50% de todos os membros do Partido e "pelo menos outros oito milhões de pessoas". A criação de um passaporte interno, no qual tinham de ser registradas e autorizadas todas as viagens de uma cidade para outra, completou a destruição da burocracia como classe. A burocracia e os funcionários do Partido estavam agora no mesmo nível dos operários; eram também parte da vasta multidão de trabalhadores forçados da URSS, e o seu status como classe privilegiada na sociedade soviética era mera lembrança do passado. E como esse expurgo geral terminou com a liquidação das mais altas autoridades policiais - as mesmas que antes haviam organizado o expurgo geral - nem mesmo os oficiais da GPU, que haviam instaurado o terror, podiam pensar que, como grupo, ainda representassem alguma coisa, muita menos poder.

Nenhum desses imensos sacrifícios de vida humana foi motivado por uma **raison d'état** no antigo sentido do termo. Nenhuma das camadas sociais liquidadas era hostil ao regime, nem era provável que se tornasse hostil num futuro previsível. A oposição ativa e organizada havia cessado de existir por volta de 1930 quando Stalin, em seu discurso no XVI Congresso do Partido, declarou ilegais as divergências ideológicas dentro do Partido, sendo que mesmo essa frouxa oposição mal pudera basear-se em alguma classe existente. O terror ditatorial - que difere do terror totalitário por ameaçar apenas adversários autênticos, mas não cidadãos inofensivos e carentes de opiniões políticas - havia sido suficientemente implacável para sufocar toda a atividade política, ostensiva ou clandestina, mesmo antes da morte de Lenin. A intervenção do exterior, que poderia apoiar a um dos setores descontentes da população, já não constituía perigo em 1930 quando a URSS, já reconhecida pela maioria dos Estados e firmemente implantada, tornou-se parceira do sistema internacional vigente. Contudo, se Hitler fosse um conquistador comum e não um governante totalitário rival, poderia ter tido excelente oportunidade de conquistar pelo menos a Ucrânia com o consentimento de sua população.

Se politicamente o extermínio de classes não fazia sentido, foi simplesmente desastroso para a economia soviética. As conseqüências da fome artificialmente criada em 1933 foram sentidas durante anos em todo o país; a introdução do sistema stakhanovista em 1935, com a arbitrária aceleração da produção individual, resultou num "desequilíbrio caótico" da jovem indústria; a liquidação da burocracia, isto é, da classe de gerentes e engenheiros das fábricas, terminou privando as empresas industriais da escassa experiência e do pouco **know-how** que a nova **intelligentzia** russa havia conseguido adquirir.

Desde os tempos antigos, a imposição da igualdade de condições aos governados constituiu um dos principais alvos dos despotismos e das tiranias, mas essa equalização não basta para o governo totalitário, porque deixa ainda intactos certos laços não-políticos entre os subjogados, tais como laços de família e de interesses culturais comuns. O totalitarismo que se



preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que se trate de xadrez. Os amantes do “xadrez por amor ao xadrez”, adequadamente comparados por seu exterminador aos amantes da "arte por amor à arte", demonstram que ainda não foram absolutamente atomizados todos os elementos da sociedade, cuja uniformidade inteiramente homogênea é a condição fundamental para o totalitarismo. Do ponto de vista dos governantes totalitários, uma sociedade dedicada ao xadrez por amor ao xadrez difere apenas um pouco da classe de agricultores que o são por amor à agricultura, embora seja menos perigosa. Himmler definiu muito bem o elemento da SS como o novo tipo de homem que em nenhuma circunstância fará jamais “alguma coisa apenas por amor a essa coisa”.

A atomização da massa na sociedade soviética foi conseguida pelo habilidoso uso de repetidos expurgos que invariavelmente precediam o verdadeiro extermínio de um grupo. A fim de destruir todas as conexões sociais e familiares, os expurgos eram conduzidos de modo a ameaçarem com o mesmo destino o acusado e todas as suas relações, desde meros conhecidos até os parentes e amigos íntimos. A “culpa por associação” é uma invenção engenhosa e simples: logo que um homem é acusado, os seus antigos amigos se transformam nos mais amargos inimigos: para salvar a própria pele, prestam informações e acorrem com denúncias que "corroboram" provas inexistentes, na única maneira que encontram de demonstrarem a sua própria fidelidade. Em seguida, tentam provar que a sua amizade com o acusado nada mais era que um meio de espioná-lo e delatá-lo como sabotador, trotskista, espião estrangeiro ou fascista. Uma vez que o mérito é "julgado pelo número de denúncias apresentadas contra os camaradas", é óbvio que a mais elementar cautela exige que se evitem, se possível, todos os contatos íntimos - não para evitar que outros descubram os pensamentos secretos, mas para eliminar, em caso quase certo de problemas futuros, a presença daqueles que sejam obrigados, pelo perigo da própria vida, à necessidade de arruinar a de outrem. Ao desenvolverem essa invenção até os mais fantásticos extremos, os governantes bolchevistas conseguiram criar uma sociedade atomizada e individualizada, como nunca se viu antes.

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. Contudo, onde o governo totalitário não é preparado por um movimento totalitário (como foi o caso da Rússia em contraposição com a Alemanha nazista), o movimento tem de ser organizado depois, e as condições para o seu crescimento têm de ser artificialmente criadas de modo a possibilitar a lealdade total, que é a base psicológica do domínio total. Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais - de família, amizade, camaradagem - só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento ou pertencem a um Partido.

A lealdade total só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto, que poderia dar azo a mudanças de opinião. Os movimentos totalitários, cada um ao seu modo, fizeram o possível para se livrarem de programas que especificassem um conteúdo concreto, herdados de estágios anteriores e não-totalitários da sua evolução. Por mais radical que seja, todo objetivo político que não inclua o domínio mundial, todo programa político definido que trate de assuntos específicos em vez de referir-se a "questões ideológicas

que serão importantes durante séculos" é um entrave para o totalitarismo. A grande realização de Hitler ao organizar o movimento nazista - que ele gradualmente construiu a partir de um pequeno partido tipicamente nacionalista formado por gente obscura e meio louca - é que ele liberou o movimento do antigo programa do partido, não por mudá-lo ou aboli-lo oficialmente, mas simplesmente por recusar-se a mencioná-lo ou discutir os seus pontos. Neste particular, como em outros, a tarefa de Stalin foi muito mais difícil: o programa socialista do partido bolchevista era uma carga muito mais incomoda que os 25 pontos do programa do partido nazista redigidos por um economista amador e político maluco. Mas Stalin, após haver abolido as facções do partido, conseguiu finalmente o mesmo resultado, através dos constantes ziguezagues da linha partidária comunista e da constante reinterpretação e aplicação do marxismo, o que esvaziava a doutrina de todo o seu conteúdo, já que não era possível prever o rumo ou ação que ela ditaria. O fato de que o mais perfeito conhecimento do marxismo e do leninismo já não servia de guia para a conduta política - e de que, pelo contrário, só era possível seguir a linha do partido se se repetisse a cada manhã o que Stalin havia dito na véspera - resultou naturalmente, no mesmo estado de espírito, na mesma obediência concentrada, imune a qualquer tentativa de se compreender o que se estava fazendo, expressa pelo engenhoso lema de Himmler para os homens da SS: "Minha honra é a minha lealdade".

A falta de um programa partidário, ou o fato de se ignorá-lo, não é, por si só, necessariamente um sinal de totalitarismo. O primeiro a considerar programas e plataformas como desnecessários pedaços de papel e embaraçosas promessas, não condizentes com o estilo e o ímpeto de um movimento, foi Mussolini com a sua filosofia fascista de ativismo e inspiração no próprio momento histórico. Todo líder da ralé é caracterizado pela mera sede de poder e pelo desprezo à "tagarelice" quando se lhe pergunta o que pretende fazer com ele. O verdadeiro objetivo do fascismo era apenas a tomada do poder e a instalação da "elite" fascista no governo. O totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, ou seja, através do Estado e de uma máquina de violência; graças à sua ideologia peculiar e ao papel dessa ideologia no aparelho de coação, o totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente. Neste sentido, elimina a distância entre governantes e governados e estabelece uma situação na qual o poder e o desejo do poder, tal como os entendemos, não representam papel algum ou, na melhor das hipóteses, têm um papel secundário. Essencialmente, o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige; não é um indivíduo sedento de poder impondo aos seus governados uma vontade tirânica e arbitrária. Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do "desejo" das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele. Sem ele, elas não teriam representação externa e não passariam de um bando amorfo; sem as massas, o líder seria uma nulidade. Hitler, que conhecia muito bem essa interdependência, exprimiu-a certa vez num discurso perante a SS: "Tudo o que vocês são, o são através de mim; tudo o que eu sou, sou somente através de vocês". Infelizmente nossa tendência é dar pouca importância a declarações deste tipo ou interpretá-las erradamente. Na tradição política do Ocidente, a ação é definida em termos de dar e executar ordens. Mas esta idéia sempre pressupõe alguém que comanda, que pensa e deseja e, em seguida, impõe o seu pensamento e o seu desejo sobre um grupo destituído de pensamento e de vontade - seja por meio da persuasão, da autoridade ou da violência. Hitler, assim, era da opinião de que até mesmo "o pensamento... (só existe) em virtude da formulação ou execução de uma ordem", inexistindo assim, mesmo teoricamente, de um lado a diferença entre pensar e agir e, do outro, a diferença entre governantes e governados.

Nem o nacional-socialismo nem o bolchevismo jamais proclamou uma nova forma de governo ou afirmou que o seu objetivo seria alcançado com a tomada do poder e o controle da máquina estatal. Sua idéia de domínio - **a dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida** - é algo que nenhum Estado ou mecanismo de violência jamais pode conseguir, mas que é **realizável por um movimento totalitário constantemente acionado**. A tomada do poder através dos instrumentos de violência nunca é um fim em si, mas apenas um meio para um fim, **e a tomada do poder em qualquer país é apenas uma etapa transitória e nunca o fim do movimento**. O fim prático do movimento é amoldar à sua estrutura o maior número possível de pessoas, acioná-las e mantê-las em ação; um objetivo político que constitua a finalidade do movimento totalitário simplesmente não existe.

(Transcrito de *Totalitarismo, o Paroxismo do Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1979, p. 40-5.)

### TEXTO III - A SÍNTESE DA ÉTICA TOTALITÁRIA EMPREENDIDA POR KOESTLER

Austríaco de nascimento, Arthur Koestler (1905-1983) tinha cerca de trinta anos quando ingressou no Partido Comunista, na década de trinta, tendo vivido em Moscou e pertencido aos quadros da Internacional Comunista. Participou da guerra civil espanhola, ao lado dos republicanos, tornando-se prisioneiro de Franco. Mais tarde, decepcionou-se com o comunismo, a exemplo de muitos outros intelectuais, e passou a viver na Inglaterra. Naturalizado inglês, serviu no Exército Britânico durante a Segunda Guerra. Em 1941, publicou *O Zero e o Infinito*, livro tornado clássico pela maestria com que procurou retratar o código ético do dirigente comunista.

Pertencendo ainda à Internacional Comunista, Koestler impressionou-se com o fato de que todos os dirigentes submetidos aos processos de Stalin acabavam de público reconhecendo suas culpas. Como foram todos fuzilados, ficou-se sem saber por que haviam agido de modo tão estranho, sobretudo pela circunstância de que as acusações eram primárias e grosseiras, como a de que pertenciam a serviços de espionagem estrangeiros ou que haviam organizado complôs para matar Stalin.

A hipótese de Koestler é a de que, sendo comunistas convictos, isto é, acreditando na marcha inexorável da história para a sociedade perfeita (o comunismo), não lhes cabia provocar uma cisão no Partido Comunista que pudesse de alguma maneira retardar aquele desfecho. O país era atrasado e para impor a disciplina requerida pela transformação da sociedade eram necessárias figuras brutais como Stalin e não intelectuais humanistas.

A maneira como apresentamos a hipótese de Koestler é demasiado simplória em confronto com o relato magistral que o livro contém. Mas serve para indicar que viria a ser plenamente confirmada, graças ao fato de que um dirigente comunista tcheco, Arthur London, sobreviveu à “confissão”. Poucado do fuzilamento e libertado com a chamada “Primavera de Praga” - liberalização do regime ocorrida em 1968, brutalmente esmagada pelos tanques soviéticos -, Arthur London passou ao Ocidente onde teve oportunidade de relatar sua história. O fato marca o rompimento com o Partido Comunista do conhecido ator francês Yves Montand que aceitou fazer o papel de London no filme **Acuso**. Para estarecimento geral, London reconheceu que mentira por acreditar que, embora se tratasse de um grande equívoco, a longo prazo o comunismo tinha razão.

As sutilezas de tal natureza psicológica são descritas por Koestler. O personagem principal, Rubachov, é uma síntese de vários dirigentes comunistas. Preso por discordar da brutalidade dos métodos do **Número 1** (Stalin), o policial a que enfrenta é um velho companheiro seu que espera provar racionalmente o seu equívoco. Por força de sua lógica, Rubachov formula as linhas gerais de uma teoria explicativa do atraso da massa, em relação à vanguarda, e espera que o **Número 1** irá lhe permitir desenvolvê-la tranquilamente, já que é um reconhecimento de achar-se numa posição errônea. Mas o policial “racional” (Ivanov) é substituído por aquele que de fato representa a máquina repressiva e recorre à tortura (Gletkin - o homem de Neanderthal).

Os personagens do livro estão reduzidos de fato a trapos humanos pela brutalidade do poder

total de que nos fala Arendt, recomendando-se a sua leitura. A título ilustrativo, são apresentados a seguir alguns trechos mais marcantes.

**Trecho do diário de N. S. Rubachov, 20º dia de prisão.**

"... Vladimir Bogrov caiu do balanço. Há cento e cinquenta anos, no dia da queda da Bastilha, o balanço europeu, depois de longa inação, recomeçou a mover-se. Desprendera-se da tirania com prazer com um ímpeto aparentemente irreprimível, subira para o céu azul da liberdade. Durante cem anos, erguera-se cada vez mais nas esferas do liberalismo e da democracia. Mas, note-se, gradualmente a velocidade diminuiu, o balanço se aproximou do ápice e do momento de decisão de seu curso; então, depois de um segundo de imobilidade, iniciou o movimento para trás, com velocidade sempre crescente. Com o mesmo ímpeto que mostrara na ascensão, o balanço levou seus passageiros para trás, novamente da liberdade à tirania. Quem ficara contemplando as alturas, em vez de se agarrar, entonteceu e caiu.

Quem quer que queira evitar a vertigem tem de procurar descobrir a lei de movimento do balanço. Parece que estamos diante de um movimento de pêndulo na história, que oscila do absolutismo para a democracia, da democracia para a ditadura absolutista.

A quantidade de liberdade individual que um povo conquistar e conservar depende do grau de sua madureza política. O mencionado movimento de pêndulo parece indicar que o amadurecimento político das massas não segue uma curva ascendente contínua, como acontece no crescimento de um indivíduo, mas é regido por leis mais complicadas.

A maturidade das massas está na sua capacidade de reconhecer seus próprios interesses. Isto, contudo, pressupõe certa compreensão do processo de produção e distribuição das mercadorias. A capacidade de um povo de governar-se democraticamente é, assim, proporcional ao grau de sua compreensão da estrutura e do funcionamento de todo o organismo social.

Ora, cada melhoria técnica cria uma nova complicação para o aparelho econômico, causa o aparecimento de novos fatores e combinações, que as massas não podem penetrar durante algum tempo. Cada salto do progresso técnico deixa o desenvolvimento intelectual relativo das massas um passo atrás, e assim causa uma baixa no termômetro da maturidade política. Às vezes são necessárias dezenas de anos, às vezes muitas gerações, para que o nível de compreensão do povo se adapte aos poucos ao estado de coisas que se alterou, até que recobre a mesma capacidade de autogoverno que já possuía numa fase inferior de civilização. Portanto, a maturidade política das massas não pode medir-se por um número absoluto, mas apenas relativamente, isto é, em comparação com a fase de civilização naquele momento.

Quando o nível de consciência das massas se põe a par do estado de coisas objetivo, segue-se inevitavelmente à conquista da democracia, quer de forma pacífica, quer pela força. Até que o próximo salto de civilização técnica - o descobrimento do tear mecânico, por exemplo - venha a devolver as massas a um estado de relativa imaturidade, e torne possível ou mesmo necessário o estabelecimento de alguma forma de governo absolutista.

Este processo poderia ser comparado à elevação de um navio através de um canal com vários compartimentos. Quando entra na primeira eclusa, o navio está em um nível baixo em relação com a capacidade da eclusa; é erguido lentamente até que o nível da água alcance

o ponto mais alto. Mas esta grandeza é ilusória, a eclusa seguinte é ainda mais alta, o processo de elevação tem de recomeçar. As paredes das eclusas representam o estado objetivo do domínio das forças naturais, da civilização técnica; o nível! da água no compartimento representa a maturidade política das massas. Seria futilidade medir esta como uma altitude absoluta acima do nível do mar; o que importa é a altura relativa do nível no compartimento.

A invenção da máquina a vapor iniciou um período de rápido progresso objetivo, e, conseqüentemente, de retrocesso político subjetivo igualmente rápido. A era industrial ainda é nova na história, a disparidade ainda é grande entre sua estrutura econômica complicadíssima e a compreensão disso pelas massas. Assim é compreensível que a maturidade política relativa das nações, na primeira metade do século XX, seja menor do que era em 200 a.C. ou fim da época do feudalismo.

O erro da teoria socialista foi acreditar que o nível de consciência das massas se erguesse constante e firmemente. Daí sua falta de amparo diante da última oscilação do pêndulo, a automutilação ideológica dos povos. Acreditávamos que a adaptação, a circunstâncias mudadas, da concepção que as massas tinham do mundo fosse um processo simples, que se pudesse medir por anos; quando, segundo toda experiência histórica, teria sido mais apropriado medi-lo por séculos. Os povos da Europa ainda estão longe de ter digerido mentalmente as conseqüências da máquina a vapor. O sistema capitalista cairá antes que as massas o tenham compreendido.

Quanto à Pátria da Revolução, ali as massas são governadas pelas mesmas leis de pensamento como em qualquer outra parte. Alcançaram a eclusa superior seguinte, mas ainda se encontram no nível mais baixo da nova bacia. O novo sistema econômico que tomou o lugar do velho lhes é ainda mais incompreensível. A laboriosa, árdua elevação tem de recomeçar. Provavelmente passarão várias operações antes que o povo consiga entender o novo estado de coisas, que ele próprio criou com a Revolução.

Até lá, contudo, é impossível uma forma democrática de governo, e a quantidade de liberdade individual que pode ser concedida é ainda menor do que noutros países. Até lá, nossos dirigentes estão obrigados a governar como se estivessem no espaço vazio. Medido pelo padrão liberal clássico, o espetáculo não é agradável. Entretanto, todo o horror, a hipocrisia e a degradação que saltam aos olhos são meramente a expressão visível e inevitável da lei acima exposta. Aí dos loucos e dos estetas que só perguntam como, e não por quê. Mas aí também da oposição num período de relativa falta de maturidade das massas, como este.

Em períodos de maturidade é dever e função da oposição apelar para as massas. Em períodos de imaturidade mental, só os demagogos invocam o 'superior julgamento do povo'. Neste caso a oposição tem estas alternativas: tomar o poder por um golpe de Estado, sem contar com o apoio das massas; ou, em mudo desespero, jogar-se do balanço: 'morrer em silêncio'.

Há uma terceira opção que não é menos coerente, e que no nosso país foi convertida em sistema: a negação e a supressão da própria convicção de cada um quando não houver perspectiva de materializá-la. Como o único critério moral que reconhecemos é o da utilidade social, a rejeição pública de tal convicção, visando à permanência nas fileiras do Partido, é evidentemente mais honrosa do que o quixotismo de prosseguir numa luta sem esperança.

Questões de orgulho pessoal; preconceitos, como os que existem noutros lugares, contra certas formas de rebaixamento; sentimentos pessoais de cansaço, repulsa e vergonha - devem ser cortados pela raiz..."

Logo que voltou à cela, Rubachov continuou suas notas. Acreditava ter feito uma descoberta na "lei da maturidade relativa" e escrevia num estado de extrema tensão. Quando trouxeram o almoço, acabava de chegar ao fim. Comeu sua ração e deitou-se no beliche, satisfeito.

.....

Antes do jantar, Rubachov tornou a ler o que escrevera. Fez uma ou duas correções, e tirou uma cópia de todo o texto em forma de carta, dirigida ao promotor público. Sublinhou os últimos parágrafos que tratavam dos cursos alternativos de ação abertos à oposição, e encerrou o documento com estas palavras incisivas:

"O abaixo assinado, N. S. Rubachov, ex-membro do Comitê Central do Partido, ex-comissário do Povo, ex-comandante da 2ª Divisão do Exército Revolucionário, condecorado com a Ordem Revolucionária do Destemor Diante do Inimigo do Povo, resolveu, considerando as razões acima expostas, renunciar categoricamente à sua atitude de oposição e denunciar publicamente seus erros".

### 3

Rubachov estivera esperando dois dias para ser levado à presença de Ivanov. Julgara que isto viesse a acontecer logo após a entrega, ao velho carcereiro, do documento comunicando sua rendição; nesse dia, aliás, expirara o prazo fixado por Ivanov. Mas, aparentemente, Ivanov já não estava com muita pressa a seu respeito. Talvez estudasse sua "Teoria da maturidade relativa"; mais provavelmente, o documento já fora remetido às superiores autoridades competentes.

Rubachov sorriu à idéia da consternação que devia ter causado entre os "teóricos" do Comitê Central. Antes da Revolução e também durante pouco tempo depois, em vida do velho chefe, não existira diferença entre "teóricos" e "políticos". A tática a ser adotada, em qualquer momento dado, era deduzida diretamente da doutrina revolucionária, em discussão aberta; os movimentos estratégicos durante a Guerra Civil, a requisição das colheitas, a divisão e distribuição da terra, a introdução da nova moeda, a reorganização das fábricas - de fato, todas as medidas administrativas - representavam um ato de filosofia aplicada. Cada um dos homens de cabeças numeradas da velha fotografia, que antes decorara as paredes do gabinete de Ivanov, conhecia mais a filosofia do direito, a economia política e a ciência do governo do que todos os luminares das cátedras das universidades européias. Durante a Guerra Civil, as discussões nos congressos haviam alcançado um nível jamais atingido na história por um organismo político; assemelhavam-se aos estudos publicados pelas revistas científicas com a diferença que dos resultados da discussão dependiam a vida e o bem-estar de milhões de homens e o futuro da Revolução.

Agora, a velha guarda estava esgotada; a lógica da história dispunha que, quanto mais estável se fazia o regime, tanto mais rígido tinha de se tornar, a fim de impedir que as enormes forças dinâmicas libertadas pela Revolução se voltassem contra si mesmas e

levassem pelos ares a própria Revolução. O tempo dos congressos que filosofavam passara; em vez dos velhos retratos, uma mancha clara sobressaía no forro da parede da sala de Ivanov; o incendiário filosófico cedera lugar a um período de robusta esterilidade. A teoria revolucionária se congelara num culto dogmático, com um catecismo simplificado, facilmente compreensível, e com o N° 1 feito sumo sacerdote celebrando a missa. Seus discursos e artigos tinham, mesmo como estilo, um caráter de catecismo infalível; eram divididos em perguntas e respostas, com uma coesão maravilhosa na grosseira simplificação dos fatos e dos problemas reais. O N° 1 sem dúvida aplicava instintivamente a "lei da maturidade relativa das massas..." Os diletantes em tirania tinham forçado os seus súditos a agir sob comando; o N° 1 ensinara-os a pensar sob comando.

Rubachov divertia-se pensando no que os atuais "teóricos" do Partido diriam de sua carta. Nas presentes condições, ela representava a mais desenfreada heresia; os pais da doutrina, cuja palavra era tabu, eram criticados: o pão era chamado pão, e o queijo, queijo; e até a sacrossanta pessoa do N° 1 era tratada objetivamente em seu contexto histórico. Estariam estorcendo-se de aflição esses infelizes teóricos do dia, cuja única tarefa era apresentar aparatosamente os saltos e súbitas mudanças de curso do N° 1 como as últimas revelações da filosofia.

O N° 1 às vezes pregava estranhas peças a seus teóricos. Certa vez, pedira uma análise da crise industrial norte-americana à comissão de técnicos que dirigiam o jornal de economia do Partido. O trabalho levou alguns meses para ser concluído: finalmente apareceu o número especial em que baseado na tese exposta pelo N° 1 no discurso que pronunciara no último congresso -, era provado, em cerca de trezentas páginas, que a prosperidade americana não passava de uma falsa prosperidade, e que na realidade os Estados Unidos se achavam no fundo de uma depressão, a qual só seria sobrepujada pela vitória da revolução. No próprio dia em que apareceu a edição especial, o N° 1 recebia um jornalista norte-americano e atordoava a este e ao mundo, entre duas cachimbadas, com esta frase incisiva:

"A crise nos Estados Unidos terminou e os negócios voltaram à normalidade".

Os membros da Comissão de Técnicos, esperando sua demissão e possível prisão, na mesma noite redigiram cartas onde se confessavam "culpados de haverem divulgado teorias contra-revolucionárias e análises ilusórias", e apresentavam com ênfase seu arrependimento, prometendo reparação pública. Somente Isakovitch, contemporâneo de Rubachov, e o único da Comissão de Redação que pertencia à velha guarda, preferiu o suicídio. Posteriormente, os iniciados afirmaram que o N° 1 armara toda a situação com o exclusivo propósito de destruir Isakovitch, a quem suspeitava de tendências de oposição.

O caso, do começo ao fim, era uma comédia bem grotesca, pensou Rubachov; no fundo, toda esta prestidigitação com a "filosofia revolucionária" não passava de um meio de consolidar a ditadura, que, sendo embora um fenômeno tão deprimente, parecia no entanto representar uma necessidade histórica. Tanto pior para quem levava a comédia a sério, vendo apenas o que ocorria no palco e não o maquinismo que estava lá atrás. Antes, a política revolucionária era decidida em congressos abertos; agora, traçavam-na por detrás da cena - o que também era uma conseqüência lógica da lei da maturidade relativa das massas...

Rubachov almejava trabalhar de novo numa biblioteca tranqüila, com lâmpadas verdes, e levantar sua nova teoria sobre uma base histórica. O tempo mais produtivo para a filosofia revolucionária sempre fora o do exílio, dos repousos forçados entre períodos de



atividade política. Andava pela cela para cá e para lá e deixava a imaginação brincar com a idéia de passar os dois próximos anos, quando estivesse politicamente excomungado, numa espécie de exílio interior; a sua retratação pública lhe compraria o espaço necessário para respirar. A forma exterior da rendição não importava muito; eles teriam tantos mea-culpas e declarações de fé na infalibilidade do N° 1 quantos o papel suportasse. Era apenas uma questão de etiqueta - um cerimonial bizantino criado pela necessidade de incutir nas massas cada sentença através da vulgarização e das intermináveis repetições; o que era apresentado como certo devia brilhar feito ouro, o que era apontado como errado devia ser escuro como piche; as declarações políticas tinham de ser coloridas como figuras de massa doce numa feira.

.....

Gletkin lia monotonamente, sem qualquer entonação, com a voz incolor, vazia, das pessoas que aprenderam tarde o alfabeto, quando já adultos. Lia justamente algo sobre as pretensas negociações com o representante de uma potência estrangeira, as quais, segundo se pretendia, Rubachov iniciara durante sua estada em B., com o fim de restabelecer o velho regime pela força. O nome do diplomata estrangeiro era mencionado, também o tempo e o lugar do encontro. Rubachov agora escutava com mais atenção. Em sua memória lampejou uma pequena cena sem importância, da qual logo se esquecera na época e em que nunca mais tornara a pensar. Calculou rapidamente a data aproximada; parecia enquadrar-se. Então ia ser essa a corda que o enforcaria? Rubachov sorriu e passou o lenço nos olhos lacrimejantes...

Gletkin lia sem parar, friamente, com uma monotonia mortal. Acreditava ele, de fato, no que estava lendo? Não percebia o absurdo grotesco do texto? Agora estava no período da atividade de Rubachov à frente do truste estatal do alumínio. Lia de ponta a ponta estatísticas que mostravam a assustadora desorganização reinante naquele ramo industrial, desenvolvido às pressas; o número de operários vítimas de acidentes, as séries de aviões acidentados em função do material defeituoso. Tudo isto era consequência da diabólica sabotagem dele, Rubachov. A palavra "diabólica" aparecia mesmo várias vezes no texto, entre termos técnicos e colunas de números. Por alguns segundos Rubachov alimentou a hipótese de que Gletkin houvesse enlouquecido; esta mistura de lógica e absurdo lembrava a demência metódica dos esquizofrênicos. Mas a acusação não fora redigida por Gletkin; este se limitava a lê-la - e de fato cria nela, ou de qualquer forma a considerava crível...

Rubachov voltou a cabeça para a estenógrafa, lá no seu canto sombrio. Era pequena, delgada e usava óculos. Calmamente fazia ponta no lápis e nenhuma vez voltava a cabeça para ele. Com certeza, também ela considerava as coisas monstruosas que Gletkin lia como totalmente convincentes. Ainda era jovem, talvez tivesse vinte e cinco ou vinte e seis anos; também se fizera adulta depois da inundação. Que significava o nome Rubachov para esta geração de modernos homens de Neanderthal? Ali estava ele sentado diante do refletor deslumbrante, não podia conservar abertos os olhos cheios de lágrimas, enquanto eles liam com suas vozes incolores e o olhavam com seus olhos inexpressivos, indiferentes como se se tratasse de um objeto colocado sobre a mesa de dissecação.

Gletkin estava no último parágrafo da acusação. Continha a parte culminante: a conspira o contra a vida do N  1. O misterioso X, mencionado por Ivanov no curso do primeiro interrogatório, reaparecera. Vinha-se a saber que era subgerente de um restaurante de onde o N  1 mandava vir seu almoço frio era um aspecto do sistema de vida espartano do N  1, acalentado com muito cuidado pela propaganda; e era justamente por meio dessa notória

refeição fria que X, por instigação de Rubachov, devia preparar um fim prematuro para o N° 1. Rubachov sorriu para si mesmo, olhos cerrados; quando os abriu, Gletkin cessara de ler e olhava para ele. Após alguns segundos de silêncio, Gletkin disse, com seu tom invariável de costume, mais como uma declaração do que como uma pergunta:

- Ouviu a acusação e confessa-se culpado.

Rubachov tentou encará-lo. Não o pôde e teve de fechar novamente os olhos. Tinha uma resposta cortante na ponta da língua; em vez dela, disse com tanta moderação que a delgada secretária teve de aproximar a cabeça para ouvir:

- Confesso-me culpado de não ter compreendido a compulsão fatal que determina a política do governo, e de ter em consequência sustentado concepções de oposição. Confesso-me culpado de haver cedido a impulsos sentimentais e, assim fazendo, de ter sido levado a contradições com a necessidade histórica. Dei ouvidos aos lamentos dos sacrificados, e assim me tornei surdo aos argumentos que provavam a necessidade de sacrificá-los. Confesso-me culpado de haver cotado a questão de culpa e inocência acima da questão de utilidade e nocividade. Finalmente, confesso-me culpado de haver colocado a idéia do homem acima da idéia de humanidade...

Fez uma pausa e outra vez tentou abrir os olhos. Pestanejando, desviou o rosto da luz na direção do canto ocupado pela secretária. Esta acabava de registrar o que ele dissera; Rubachov acreditou surpreender um sorriso irônico em seu perfil pontudo.

- Eu sei - prosseguiu Rubachov - que meu desvio, se tivesse efeito, teria constituído um perigo mortal para a Revolução. Toda oposição, nas viradas críticas da história, leva em si o germe de uma cisão do Partido, e portanto o germe da guerra civil. A debilidade humanitarista e a democracia liberal, quando as massas não estão maduras, é o suicídio da Revolução. E, no entanto, minha atitude de oposição se baseava precisamente em ansiar por tais métodos, na aparência tão desejáveis, na realidade tão fatais. Aspirando a uma reforma liberal da ditadura; a uma democracia mais ampla, à abolição do Terror e ao relaxamento da rígida organização do Partido, eu admito que estas aspirações, na atual situação, são objetivamente nocivas e portanto de caráter contra-revolucionário...

Fez outra pausa, pois tinha a garganta seca e a voz rouca. Ouviu, no silêncio, o arranhar do lápis da secretária; ergueu um pouco a cabeça, de olhos fechados, e continuou:

- Neste sentido, e só neste sentido, pode chamar-me de contra-revolucionário. Quanto às absurdas acusações criminais feitas na acusação, nada tenho a ver com elas.

- Terminou? - disse Gletkin.

Sua voz tinha um som tão áspero que Rubachov olhou para ele, surpreso. A silhueta de Gletkin, brilhantemente iluminada, aparecia atrás da escrivaninha em sua posição impecável, como de hábito. Rubachov havia muito buscava uma caracterização simples para Gletkin: "brutalidade impecável" - era isto.

- Esta declaração não é nova - continuou Gletkin, com sua voz seca, dissonante. - Em ambas as suas confissões anteriores, a primeira dois anos atrás, a segunda há doze meses, já admitiu publicamente que a sua atitude fora "objetivamente contra-revolucionária e oposta aos

interesses do povo”. Ambas as vezes pediu humildemente o perdão do Partido, e jurou lealdade à linha política da direção. Agora espera repetir o jogo uma terceira vez. A declaração que acaba de fazer é apenas um engodo. Admite sua “atitude de oposição”, mas nega os atos que são a sua consequência lógica. Já lhe disse que desta vez não se safará com tanta facilidade.

Gletkin se interrompeu tão de repente como começara. No silêncio que se seguiu, Rubachov ouviu o débil zunir da corrente elétrica na lâmpada, atrás da escrivaninha. Ao mesmo tempo, a intensidade da luz subira mais um grau.

- As declarações feitas naquela ocasião - disse Rubachov em voz baixa -, eu as fiz por motivos táticos. Você certamente sabe que toda uma série de militantes de oposição foram obrigados a pagar com tais declarações o privilégio de permanecer no Partido. Mas, desta vez, meu pensamento é diferente...

- Quer dizer que desta vez é sincero? perguntou Gletkin. Fez a pergunta rapidamente, e sua voz incolor não demonstrava ironia.

- Sim - disse Rubachov, calmo.

- E antes mentiu?

- Diga assim, se quiser - respondeu Rubachov.

- Para salvar o pescoço?

- Para poder continuar trabalhando.

- Sem pescoço não se pode trabalhar. Portanto, para salvar o pescoço?

- Se quiser...

Rubachov, nos pequenos intervalos entre as perguntas arremessadas por Gletkin e suas próprias respostas, ouvia apenas o lápis da secretária arranhando o papel e o ronronar da lâmpada. A lâmpada despejava um jorro de luz branca, e irradiava um calor constante que obrigava Rubachov a enxugar o suor que lhe escorria da testa. Esforçava-se por manter abertos os olhos doloridos, mas as vezes em que o fazia se tornavam cada vez mais raras; sentia uma sonolência crescente, e quando Gletkin, depois de sua última série de perguntas rápidas, deixou passar vários momentos em silêncio, Rubachov, com uma espécie de interesse distante, sentiu o queixo abater-se sobre o peito. Quando a pergunta seguinte de Gletkin tornou a sacudi-lo, teve a impressão de que havia dormido durante um período impreciso.

- Repito - disse a voz de Gletkin. - Suas declarações anteriores de arrependimento tiveram por fim enganar o Partido quanto às suas verdadeiras opiniões, e salvar seu pescoço.

- Já o admiti - disse Rubachov.

- E a declaração pública repudiando sua secretária Arlova também teve o mesmo fim? Rubachov respondeu afirmativamente, com um simples aceno. A pressão que sentia nas órbitas oculares se irradiava por todos os nervos da face direita. Sentiu que o maxilar recomeçara a latejar.

- Sabe que a cidadã Arlova sempre se referiu a você como sua principal testemunha de defesa?

- Fui informado - disse Rubachov. O latejar se tornou mais forte.

- Sem dúvida também sabe que a declaração que você fez naquela ocasião, e que acaba de classificar como uma mentira, foi decisiva para a pronúncia da sentença de morte contra Arlova?

- Fui informado.

Rubachov tinha a impressão de que toda a sua face direita estava repuxada numa câibra. Sua consciência se tornava mais nebulosa, a cabeça mais pesada; era com dificuldade que a impedia de cair sobre o peito. A voz de Gletkin traspassou-lhe os ouvidos:

- Então é possível que a cidadã Arlova fosse inocente?

- E possível - disse Rubachov, com um último resto de ironia, que comunicou à sua língua como que um sabor de sangue e fel.

- ... E foi executada como conseqüência da declaração mentirosa que você fez, com o propósito de salvar a sua própria cabeça?

- É isso, aproximadamente - disse Rubachov.

"Patife", pensou com uma raiva inerte, impotente. "Naturalmente o que você diz é a verdade crua. Seria interessante saber qual de nós dois é o patife maior. Mas ele me agarrou pela garganta e não posso defender-me, porque não é permitido saltar do balanço. Se ao menos me deixasse dormir. Se ele continuar me atormentando por muito tempo, retiro tudo o que disse e me recuso a falar - e aí estou liquidado e ele também".

... E depois de tudo isso, pede para ser tratado com consideração? - continuou a voz de Gletkin, com a mesma brutalidade impecável. - Ainda ousa negar suas atividades criminosas? Depois de tudo isso, pede que acreditemos no que diz?

Rubachov desistiu do esforço para conservar a cabeça erguida. Naturalmente Gletkin tinha razão em não lhe dar crédito. Até ele próprio começava a perder-se no labirinto de mentiras calculadas e escusas dialéticas, na meia-luz entre a verdade e a ilusão. A verdade última sempre estava um passo além; só permanecia visível a penúltima mentira com que tínhamos de servi-la. E a que patéticas contorções e danças de São Guido ela nos compelia! Como poderia convencer a Gletkin de que desta vez estava sendo de fato sincero, de que chegara à última estação? A gente sempre tinha de convencer alguém, falar, discutir - quando desejava mesmo era dormir, desvanecer-se ...

- Nada peço - disse Rubachov, e voltou penosamente a cabeça para o rumo de onde viera a voz de Gletkin - a não ser provar uma vez mais a minha dedicação ao Partido.

- Só há uma prova que pode dar - veio a voz de Gletkin -, uma confissão completa. Já ouvimos bastante a propósito de sua "atitude de oposição" e de seus elevados motivos. Do que precisamos é de uma confissão pública completa de suas atividades criminosas, que foram

a conseqüência necessária daquela atitude. O único modo pelo qual pode ainda servir o Partido é um exemplo que valha como uma advertência: demonstrar às massas, na sua própria pessoa, os resultados a que inevitavelmente conduz a oposição à linha política do Partido.

A partir de então, o véu de bruma que cobria a memória de Rubachov se espessou. Mais tarde, lembrava-se apenas de fragmentos isolados de seu diálogo com Gletkin, que se estendeu por vários dias e noites, com pequenos intervalos de uma ou duas horas. Não podia sequer dizer exatamente quantos dias e quantas noites tinham sido; deviam espalhar-se por uma semana Rubachov ouvira falar desse método de esmagamento físico total do acusado, em que geralmente dois ou três magistrados de instrução criminal se revezavam numa inquirição contínua. Mas a diferença do método de Gletkin era que ele nunca se fazia substituir, e exigia tanto de si próprio como de Rubachov. Assim privava a este de seu último recurso psicológico: o patético do maltratado, a superioridade moral da vítima.

Após quarenta e oito horas, Rubachov perdera o sentido do dia e da noite. Quando depois de uma hora de sono, o gigante o acordava, sacudindo-o, já não podia concluir se a luz cinzenta da vidraça era do alvorecer ou do crepúsculo. O corredor, com a barbearia, a escada do porão, a porta de grade, estava sempre iluminado com a mesma luz cansada das lâmpadas elétricas. Se, durante a inquirição, as vidraças gradualmente clareavam, até que Gletkin acabava apagando a lâmpada, era manhã. Se escureciam, e Gletkin acendia a lâmpada, era noite.

Se Rubachov sentia fome durante o interrogatório, Gletkin mandava buscar chá e sanduíches para ele. Mas raro tinha algum apetite; isto é, experimentava acessos de fome voraz, mas quando o pão era posto à sua frente, sentia-se nauseado. Gletkin jamais comia em sua presença, e Rubachov, por alguma razão inexplicável, achava humilhante pedir alimento. Tudo o que envolvesse funções físicas era-lhe humilhante na presença de Gletkin, que nunca mostrava sinais de fadiga, nunca bocejava, nunca fumava, parecia não comer nem beber, e sempre estava sentado atrás da escrivaninha na mesma posição impecável, com o mesmo uniforme engomado e os punhos que estalavam. A pior degradação para Rubachov era ter de pedir permissão para fazer uma necessidade. Gletkin mandava-o ao gabinete sanitário com o carcereiro de plantão, geralmente o gigante, que então o esperava do lado de fora. Uma vez, Rubachov adormeceu atrás da porta fechada. A partir de então, a porta sempre ficava entreaberta.

Seu estado, durante o interrogatório, se alternava entre a apatia e uma lucidez cristalina, inatural. Uma única vez ficou efetivamente inconsciente; com freqüência sentia-se à beira da inconsciência, mas um sentimento de orgulho sempre o salvava no último instante. Acendia um cigarro, pestanejava e o interrogatório continuava.

Às vezes surpreendia-se de poder resistir. Mas sabia que a opinião leiga estabelece limites demasiado estreitos para a capacidade humana de resistência física; que não tinha idéia de sua assombrosa elasticidade. Ouvira contar casos de presos impedidos de dormir de quinze a vinte dias, e que o haviam suportado.

Na primeira inquirição com Gletkin, depois que assinara o termo de declaração, julgara que tudo estava terminado. No segundo interrogatório, tornou-se evidente que era apenas o começo. A acusação constava de sete pontos, e ele até agora só admitira um deles. Acreditara haver bebido o cálice da humilhação até a borra. Agora devia descobrir que o não-poder tinha tantos graus como o poder que a derrota podia tornar-se tão vertiginosa como

a vitória, e que suas profundezas não tinham fundo. E, passo a passo, Gletkin o forçou a descer a escada.

Poderia, naturalmente, tê-la descido de modo mais simples para si mesmo. Bastava-lhe assinar tudo de uma vez, ou tudo negar e teria paz. Um estranho, complicado sentimento de dever o impedia de ceder a esta tentação. A vida de Rubachov fora tão cheia de uma idéia absoluta que só conhecera o fenômeno "tentação" teoricamente. Agora a tentação o acompanhava através dos dias e das noites indiscrimináveis, no oscilante percurso pelo corredor, na luz branca da lâmpada de Gletkin: a tentação que constava da singela palavra gravada no cemitério dos derrotados: Dormir.

Difícil vencê-la, pois era uma pacata, uma sossegada tentação; não se revestia de tintas vistosas, e não era carnal. Era muda; não usava argumentos. Todos os argumentos estavam do lado de Gletkin; ela apenas repetia as palavras que tinham sido escritas na mensagem do barbeiro: "Morra em silêncio".

Ocasionalmente, nos momentos de apatia que se alternavam com os de uma transparente vigília, os lábios de Rubachov se moviam, mas Gletkin não podia ouvir as palavras. Então Gletkin compunha a garganta e ajustava os punhos para o lugar; e Rubachov esfregava o pincel na manga e deixava cair a cabeça, perdido, meio dormindo; pois identificara o tentador com aquele mudo interlocutor que ele já acreditara esquecido, e que de todos os lugares onde menos cabia era nesta sala: a ficção gramatical...

- Então nega haver negociado com representantes de uma potência estrangeira, em nome da oposição, a derrubada do atual regime com o auxílio deles? Contesta a acusação de que estava disposto a pagar o apoio direto ou indireto a seus planos com concessões territoriais: isto é, com o sacrifício de certas regiões do nosso país?

Sim, Rubachov contestava isto: e Gletkin repetia-lhe o dia e a ocasião de sua entrevista com o diplomata estrangeiro em questão - e Rubachov tornava a lembrar-se daquela pequena cena despida de importância, que lhe dançara na memória enquanto Gletkin estivera lendo a acusação. Sonolento e confuso, olhava para Gletkin e compreendia que era sem esperança tentar explicar-lhe aquela cena.

.....

- Então admite que a conversa se realizou? - disse Gletkin.

- Foi totalmente inócua - disse Rubachov, cansado, e compreendeu que Gletkin o fizera descer mais um degrau da escada

- Tão inócua - disse Gletkin - como sua dissertação puramente teórica ao jovem Kieffer a respeito da necessidade do afastamento do chefe pela violência?

Rubachov esfregou o pincel na manga. Teria a conversa sido tão inócua como ele procurava convencer-se? Certamente, nem "negociara" nem chegara a nenhum acordo; o tranqüilo Herr von Z. não tinha nenhuma espécie de autoridade oficial para fazê-lo. Todo o caso podia no máximo ser considerado como aquilo que era conhecido na linguagem diplomática por "sondagens". Mas esta espécie de sondagem constituía um elo na cadeia lógica de suas idéias, naquele tempo; além disso, se encaixava com certas tradições do

Partido. Não usara o antigo chefe, logo depois da Revolução, os serviços do Estado-Maior do Exército daquele mesmo país a fim de poder voltar do exílio e levar a Revolução à vitória? Posteriormente, no primeiro tratado de paz, não abandonara certos territórios como preço para ser deixado em paz? “O velho sacrifica espaço para ganhar tempo”, observara um espirituoso amigo de Rubachov. A conversa esquecida, “inócua”, tão bem se encaixava na cadeia, que agora, para Rubachov, era difícil vê-la de outro modo que não fosse através dos olhos de Gletkin. Deste mesmo Gletkin que se atrapalhava na leitura, e cujo cérebro, funcionando de maneira igualmente canhestra, chegava a resultados simples, compreensíveis - talvez precisamente porque nada entendesse de ... E, a propósito, como sabia Gletkin desta conversa? Ou alguém a escutara, o que nas circunstâncias era muito improvável; ou então o descansado Herr von Z agira como agente provocador - só Deus sabia por que complicadas razões. Essas coisas haviam acontecido com muita frequência, anteriormente. Tinham preparado uma armadilha para Rubachov - uma armadilha planejada segundo a mentalidade primitiva de Gletkin e do N° 1: e ele, Rubachov, prontamente caíra nela...

Estando assim tão bem informado de minha conversa com Herr von Z - disse Rubachov - deve também saber que não teve conseqüências.

- Certamente - disse Gletkin. - Graças ao fato de o havermos prendido a tempo, e destruído a oposição em todo o país. O resultado da tentativa de traição teria aparecido se não tivéssemos procedido assim.

Que poderia responder a isso? Que de qualquer forma não teria chegado a resultados sérios, quando mais não fosse pela razão de que ele, Rubachov, estava muito velho e gasto para agir tão conseqüentemente como as tradições do Partido exigiam, e como Gletkin teria feito em seu lugar? Que a atividade da chamada oposição fora uma total parolice senil, pois toda a geração da velha guarda estava exatamente tão esgotada como ele próprio? Esgotada pelos anos de luta ilegal, pela umidade das paredes das prisões, entre as quais havia passado metade da juventude; espiritualmente ressequida pela contínua tensão nervosa causada pelo domínio do medo físico, do qual nunca se falava, com o qual cada um tinha de haver se sozinho - durante anos, durante dezenas de anos. Esgotada pelos anos de exílio, pelo áspero atrito entre as facções dentro do Partido, pela falta de escrúpulos com que estas eram combatidas e liquidadas; esgotada pelas intermináveis derrotas e pela desmoralização da vitória final? Devia dizer que uma oposição ativa organizada, à ditadura do N° 1, nunca existira realmente; que tudo não passara de conversa, de um impotente brinqueado com fogo, porque esta geração da velha guarda dera tudo o que tinha, fora espremida até a última gota, até a última caloria espiritual; e, como os mortos do cemitério de Errancis, só lhe restava uma coisa pela qual esperar: dormir e confiar que a posteridade lhe fizesse justiça.

Que poderia responder a este impassível homem de Neanderthal? Que tinha razão em tudo, mas cometera um erro fundamental: acreditar que ainda era o velho Rubachov quem estava sentado diante dele, embora fosse apenas a sua sombra? Que tudo se resumia nisto: puni-lo não pelos atos que praticara, mas por aqueles que deixara de praticar? “Só podemos ser crucificados em nome de nossa própria fé”, dissera o repousado Herr von Z...

Antes de assinar o termo de declaração e ser reconduzido à cela, para ficar inconsciente em cima do beliche até que o tormento recomeçasse, Rubachov fez uma pergunta a Gletkin. Não se relacionava com o ponto em discussão, mas Rubachov sabia que, de cada

vez que um novo depoimento ia ser assinado, Gletkin se tornava um pouquinho mais tratável: ele pagava à vista. A pergunta referia-se ao destino de Ivanov.

- O cidadão Ivanov está preso - disse Gletkin.

- Pode-se saber por que motivo? - perguntou Rubachov.

- O cidadão Ivanov dirigiu a instrução de seu caso com negligência, e numa conversa particular exprimiu dúvidas cínicas quanto à justiça das bases da acusação.

- E se de fato não pudesse acreditar nela? perguntou Rubachov. - Talvez fizesse uma opinião demasiado boa a meu respeito?

- Nesse caso - disse Gletkin - devia ter suspenso o inquérito e informado oficialmente às autoridades competentes que na sua opinião o acusado era inocente.

Estaria Gletkin zombando dele? Parecia tão pétreo e inexpressivo como sempre.

.....

Num ponto, Rubachov conseguiu mesmo alcançar uma vitória; era a parte da acusação referente à sua alegada sabotagem no truste do alumínio. A acusação não pesava muito na soma total dos crimes que ele já confessara, mas Rubachov a combateu com a mesma obstinação que empregara nos pontos decisivos. Ficaram sentados um diante do outro quase toda a noite, Rubachov refutara item por item as estatísticas unilaterais e todas as provas com que procuravam incriminá-lo; com uma voz que a fadiga tornava espessa, citara números e datas, que como por milagre lhe acudiam à mente entorpecida nos momentos exatos; e durante todo o tempo Gletkin não conseguira descobrir o ponto de partida de onde pudesse desdobrar a cadeia lógica. Porque já em seu segundo ou terceiro encontro, por assim dizer, entrara em vigor entre ambos um acordo tácito: se Gletkin pudesse provar que a raiz da acusação era justa - ainda quando tal raiz fosse apenas de natureza lógica, abstrata - tinha mão livre para ali entremear os detalhes que faltavam: "por os pontos nos is", como Rubachov chamava a isso. Sem o perceber, haviam-se acostumado a estas regras de seu jogo, e nenhum deles continuara então a distinguir as ações que Rubachov de fato praticara daquelas que apenas teria praticado como conseqüência de suas opiniões; haviam perdido gradativamente o sentido de aparência e realidade, ficção, lógica e fato. Ocasionalmente Rubachov tomava consciência disto em seus raros momentos de lucidez, e tinha, aí, a sensação de despertar de um estranho estado de intoxicação; Gletkin, por outro lado, nunca parecia percebê-lo.

Perto da manhã, quando Rubachov ainda não cedera na questão da sabotagem no truste do alumínio, a voz de Gletkin apresentava um toque de nervosismo - exatamente como no princípio, quando Beijo de Lebre dera a resposta que não devia. Acentuou a intensidade da luz da lâmpada, o que não acontecia já havia muito tempo; mas tornou a reduzi-la quando viu o sorriso irônico de Rubachov. Fez mais algumas perguntas, que não tinham efeito, e disse, terminante:

- Então nega definitivamente haver causado quaisquer danos ou ter cometido atos subversivos na indústria que lhe foi confiada, ou mesmo ter planejado tais atos?



Rubachov confirmou de cabeça - com uma curiosidade sonolenta quanto ao que aconteceria Gletkin voltou-se para a estenografa:

- Escreva: o magistrado de Instrução Criminal recomenda que esta acusação seja cancelada por falta de provas.

Rubachov rapidamente acendeu um cigarro para esconder o movimento de pueril triunfo que o dominava. Pela primeira vez, conquistara uma vitória sobre Gletkin. Certamente era uma patética e pequena vitória local numa batalha perdida, mas era uma vitória; e haviam-se passado tantos meses, anos até, desde que pela última vez experimentara esta sensação... Gletkin recebeu da secretária o termo de declaração e mandou que se retirasse, de acordo com o ritual que ultimamente se criara entre eles.

Quando estavam a sós, e Rubachov se erguera para assinar o termo, Gletkin disse, passando-lhe a caneta-tinteiro:

- A sabotagem industrial é, segundo experiência, o meio mais eficiente para a oposição criar dificuldades ao Governo e para produzir descontentamento entre os operários. Por que sustenta com tamanha obstinação que não usou nem pretendeu usar justamente este método?

- Porque é um absurdo técnico - disse Rubachov. - E essa eterna cantiga que apresenta o sabotador como um bicho-papão produz uma epidemia de denúncias que me revolta.

A sensação de triunfo, por tanto tempo esquecida, levou Rubachov a sentir-se mais leve e a falar mais alto do que habitualmente. - Se considera a sabotagem uma simples ficção, quais são, na sua opinião, as causas reais do estado insatisfatório de nossas indústrias?

- Preços demasiado baixos do trabalho por empreitada, métodos escravocráticos de direção e medidas disciplinares bárbaras disse Rubachov. - Sei de vários casos em meu truste em que operários foram executados como sabotadores por causa de alguma negligência insignificante causada por estafa. Se um homem se atrasa dois minutos ao marcar o relógio de ponto, é despedido, e seus papéis de identidade recebem um carimbo que o impossibilita de encontrar trabalho em qualquer outro lugar.

Gletkin pousou em Rubachov o olhar inexpressivo habitual e, com a voz inexpressiva habitual, perguntou-lhe:

- Ganhou um relógio quando era menino? Rubachov olhou-o, espantado. O traço mais patente do caráter do homem de Neanderthal era sua falta absoluta de humorismo ou, mais exatamente, sua falta de frivolidade.

- Não quer responder à minha pergunta? - perguntou Gletkin.

- Ganhei - disse Rubachov, cada vez mais espantado.

- Que idade tinha quando ganhou o relógio?

- Não me lembro bem - disse Rubachov -, talvez oito ou nove anos.

- Pois eu - disse Gletkin com sua voz impassível de sempre - tinha dezesseis anos quando aprendi que a hora se divide em minutos. Na minha aldeia, quando o camponês precisava viajar para a cidade, ia para a estação da estrada de ferro ao sair do sol e se deitava a dormir na sala de espera até a chegada do trem, o que geralmente acontecia lá pelo meio-dia; às vezes, só vinha à noite ou na manhã seguinte. Esses são os camponeses que agora trabalham em nossas fábricas. Por exemplo, em minha aldeia existe agora a maior forja de trilhos de aço do mundo. No primeiro ano, os contramestres se deitavam para dormir entre duas descargas do alto-forno, até que foram executados. Em outros países, os camponeses tiveram cem ou duzentos anos para adquirir o hábito da exatidão industrial e do manejo das máquinas. Aqui tiveram só dez anos. Se não os botássemos na rua nem os executássemos por qualquer insignificância, o país inteiro iria dar na estagnação, e os camponeses se deitariam a dormir nos pátios das fábricas até que nascesse erva nas chaminés e tudo se tornasse como era antes. No ano passado uma delegação de mulheres veio até aqui, de Manchester, na Inglaterra. Mostramo-lhes tudo e posteriormente elas escreveram artigos indignados dizendo que os tecelões de Manchester jamais suportariam semelhante tratamento. Li que a indústria do algodão em Manchester tem duzentos anos. Li também sobre qual era o tratamento dos operários de lá, há cem anos, quando a indústria começou. Você, camarada Rubachov, acabou de usar os mesmos argumentos dessa delegação de mulheres de Manchester. Você, naturalmente, sabe mais do que essas mulheres. Pode-se, pois, estranhar que use os mesmos argumentos. Mas também você tem algo de comum com elas; ganhou um relógio de presente quando era criança...

Rubachov nada disse e olhou para Gletkin com novo interesse. Que era isto? Estaria o homem de Neanderthal saindo da concha? Gletkin, porém, continuava teso em sua cadeira, tão sem expressão como sempre.

- Você pode ter razão em alguns aspectos - disse finalmente Rubachov. - Mas foi você quem provocou esta questão. Para que inventar bodes expiatórios para as dificuldades cujas causas naturais acaba de descrever de forma tão convincente?

- A experiência ensina - disse Gletkin que se deve dar às massas, para todos os processos difíceis e complicados, uma explicação simples, de compreensão fácil. Pelo que sei de história, vejo que a humanidade nunca pôde passar sem bodes expiatórios. Acho que foi em todas as épocas uma instituição indispensável; seu amigo Ivanov me informou que ela era de origem religiosa. Segundo me lembro, explicou que a própria palavra veio de um costume dos hebreus, que, uma vez por ano, sacrificavam a seu deus um bode carregado com todos os pecados deles. - Gletkin fez uma pausa e ajustou os punhos. - Além disso, também há exemplos, na história, de bodes expiatórios voluntários. Na idade em que você ganhou o relógio, o sacerdote da aldeia me ensinava que Jesus Cristo se chamava a si mesmo de cordeiro, que tomara sobre seus ombros todos os pecados. Nunca compreendi de que modo alguém poderia ajudar a humanidade declarando que está sendo sacrificado por amor dela. Mas, durante dois mil anos, o povo parece que achou isso muito natural.

Rubachov olhou para Gletkin. Que tinha ele em mira? Qual era o propósito desta conversa? Em que labirinto andava perdido o homem de Neanderthal?

- Seja como for - disse Rubachov - estaria mais de acordo com nossas idéias dizer a verdade ao povo, em vez de povoar o mundo de sabotadores e de diabos.

- Se se dissesse a verdade - retrucou Gletkin - ao povo de minha aldeia, que ainda era lerdo e atrasado apesar da Revolução e das fábricas, ela não causaria impressão. Se a gente lhes diz que são heróis do trabalho, mais eficientes do que os norte-americanos, e que todo o mal vem dos diabos e dos sabotadores, causa pelo menos algum efeito neles. Verdade é aquilo que é útil à humanidade, mentira o que é pernicioso. No compêndio de história publicado pelo Partido para os cursos noturnos para adultos, está acentuado que durante os primeiros séculos a religião cristã realizou um progresso objetivo para a humanidade. Quer Jesus falasse a verdade, quer não, quando afirmava que era o filho de Deus e de uma virgem, isso não interessa a nenhuma pessoa sensata. Dizem que é simbólico, mas os camponeses o tomam ao pé da letra. Temos o mesmo direito de inventar símbolos úteis, que os camponeses tomem ao pé da letra.

- Seu raciocínio - disse Rubachov - às vezes me lembra o de Ivanov.

- O cidadão Ivanov - disse Gletkin pertencia, como você, à velha **intelligentzia**; conversando com ele, podia-se adquirir um pouco desse conhecimento de história que nos faltava devido a uma instrução escolar insuficiente. A diferença é que eu procuro usar esse conhecimento a serviço do Partido; mas o cidadão Ivanov era um cínico.

- Era?... - perguntou Rubachov, tirando o pincenê.

- O cidadão Ivanov - disse Gletkin, encarando com os mesmos olhos inexpressivos foi executado ontem à noite. em cumprimento de uma decisão administrativa.

.....

Fragmento do diário de N. S. Rubachov

"... Com que direito nós que estamos deixando a cena olhamos de cima, com tanta superioridade, para os Gletkins? Deve ter havido hilaridade entre os macacos quando o homem de Neanderthal fez seu aparecimento na terra. Os macacos altamente civilizados se balançavam graciosamente de galho em galho; o homem de Neanderthal era tosco e grudado à terra. Os macacos, saciados e pacíficos, viviam num folguedo requintado, ou catavam pulgas em contemplações filosóficas; o homem de Neanderthal, pesado e taciturno, cruzava o mundo, distribuindo pancadas com sua clava. Os macacos, da copa da árvore, desciam o olhar divertido sobre ele, atirando-lhe castanhas. Às vezes, ficavam horrorizados: eles comiam frutas e plantas tenras com grande refinamento; o homem de Neanderthal devorava o alimento ou, abatia os animais e seus semelhantes. Derrubava árvores que sempre haviam estado de pé, removia rochas do lugar consagrado pelo tempo, transgredia todas as leis e tradições da selva. Era grosseiro, cruel, destituído de dignidade animal: do ponto de vista dos macacos altamente cultivados, uma recaída bárbara da história. Os últimos chimpanzés sobreviventes ainda torcem o nariz à vista de um ser humano..."

.....

" ... Em resposta a uma pergunta do presidente do tribunal sobre se tinha alguma queixa a apresentar contra a forma como havia sido encaminhada a investigação preliminar, o acusado respondeu pela negativa, e acrescentou que fizera sua confissão de livre e espontânea vontade, com sincero arrependimento de seus crimes contra-revolucionários..."

- "... Por solicitação do promotor, o acusado Rubachov passou agora a descrever sua evolução de oposição à linha política do Partido ao papel de contra-revolucionário e traidor da Pátria. Na presença de um auditório tenso, o acusado começou a sua declaração nos seguintes termos: 'Cidadãos juízes, explicarei o que me levou a capitular diante do magistrado de instrução criminal e de vós, os representantes da justiça em nosso país. Minha história demonstrar-vos-á que o mais leve desvio da linha do Partido termina inevitavelmente no banditismo contra-revolucionário. O resultado necessário de nossa luta de oposição foi sermos empurrados cada vez mais para dentro do charco. Descreverei para vós à minha queda, a fim de que constitua uma advertência para aqueles que nesta hora decisiva ainda vacilam, e alimentam dúvidas ocultas quanto à direção do Partido e a justeza da linha do Partido. Coberto de vergonha, calcado no pó, prestes a morrer, descrever-vos-ei a triste carreira de um traidor, para que possa servir de lição e aterrador exemplo aos milhões de habitantes de nosso país' ..."

- "... Neste ponto o promotor público interrompeu o relatório do réu para fazer algumas perguntas relativas ao destino de uma antiga secretária sua, a cidadã Arlova, que fora executada sob a acusação de atividades sediciosas. Pelas respostas do acusado Rubachov, verifica-se que este, encurralado naquela época pela vigilância do Partido; lançara a responsabilidade de seus próprios crimes nos ombros de Arlova, a fim de salvar a cabeça e poder continuar com suas vergonhosas atividades. N. S. Rubachov confessa seu monstruoso crime com uma franqueza impudente e cínica. À observação do cidadão promotor: 'O réu é, aparentemente, destituído de qualquer senso moral', Rubachov responde, com um sorriso sarcástico: 'Aparentemente'. Seu comportamento provocou entre o auditório demonstrações repetidas e espontâneas de cólera e desprezo, que foram, contudo, rapidamente suprimidas pelo cidadão presidente do tribunal. Numa ocasião, estas expressões do sentimento revolucionário de justiça deram lugar a uma onda de hilaridade; foi quando, tendo o acusado interrompido a descrição de seus crimes com uma petição para que os trabalhos fossem suspensos por alguns minutos, pois ele estava sofrendo de uma 'nevralgia facial intolerável'. Numa atitude típica do procedimento correto da justiça revolucionária, o presidente imediatamente atendeu a esse desejo e, dando de ombros desdenhosamente, mandou que a sessão fosse interrompida por cinco minutos".

O discurso final de Rubachov foi curto. Acentuou a impressão desagradável que seu comportamento no tribunal já causara.

- "Cidadão Presidente", declarou o acusado Rubachov, "falo aqui pela última vez em minha vida. A oposição está derrotada e destruída. Se hoje me pergunto: 'Por que estou morrendo?', vejo-me diante do vazio absoluto. Não há coisa alguma pela qual um homem possa morrer, se morrer sem se ter arrependido nem reconciliado com o Partido e o Movimento. Por isso, no limiar de minha última hora, dobro os joelhos diante da nação, diante das massas e diante de todo o povo. A mascarada política, a pantomima das discussões e a conspiração passaram. Estávamos politicamente mortos muito antes que o cidadão promotor exigisse nossas cabeças. Ai dos derrotados, que a história calca no pó. Só tenho uma justificação diante de vós, cidadãos juízes: eu não facilitei o caminho para mim mesmo. A vaidade e um último resto de orgulho murmuravam a meus ouvidos: Morra em silêncio, cale-se; ou morra com um nobre gesto, com um comovente canto de cisne nos lábios; desafogue seu coração e desafie seus acusadores. Isso teria sido mais fácil para um velho

rebelde, mas venci a tentação. Com isso minha missão está terminada. Paguei; minha conta com a história está saldada. Pedir-vos clemência seria irrisão. Nada mais tenho a dizer".

- "... Após breve deliberação, o presidente leu a sentença. O Conselho do Supremo Tribunal Revolucionário de Justiça condena os acusados, em cada caso, à pena máxima morte por fuzilamento e confisco de todas as suas propriedades pessoais".

Rubachov passeava pela cela. Era quase noite, e tudo estava tranqüilo. Não podiam tardar muito a vir buscá-lo. Havia um erro em algum ponto da equação - não, em todo o sistema matemático de pensamento. Suspeitara-o havia muito tempo, ..... mas nunca ousara admiti-lo inteiramente diante de si mesmo. Talvez a Revolução tivesse vindo demasiado cedo, um aborto de membros deformados, monstruosos. Talvez toda a coisa encerrasse um grave erro cronológico. Também a civilização romana dir-se-ia condenada já no primeiro século a.C.; parecia tão carcomida até a medula como nossa própria civilização; depois; também, os melhores acreditaram que havia chegado o tempo de uma grande mudança; e, entretanto, o velho e gasto mundo resistiria por outros quinhentos anos. A história tinha o pulso lento; o homem contava os anos; a história, as gerações. Talvez ainda fosse o segundo dia da criação. Como teria gostado de viver para criar a teoria da maturidade relativa das massas! ...

O silêncio enchia a cela Rubachov ouvia apenas o ranger de seus sapatos nos ladrilhos. Seis passos e meio para a porta, onde deviam vir buscá-lo, seis passos e meio para a janela, atrás da qual caía a noite. Em breve, tudo estaria acabado. Mas quando se interrogava Por que mesmo estás morrendo? - não achava resposta.

Havia um erro no sistema; talvez estivesse no preceito que até agora ele afirmara incontrovertível, em cujo nome sacrificara outros e em cujo nome ele próprio estava sendo sacrificado: o preceito segundo o qual o fim justifica os meios. Era esta sentença que matara a grande fraternidade da Revolução e infundira em todos a fúria homicida. Que escrevera, certa vez, em seu diário? "Lançamos ao mar todas as convenções, nosso único princípio diretor é o da lógica conseqüente; navegamos sem lastro ético."

Talvez o coração do mal estivesse aí. Talvez não conviesse à humanidade navegar sem lastro. E talvez a razão, sozinha, fosse uma bússola deficiente, que apontava uma rota de tal modo sinuosa, confusa, que a meta finalmente desaparecia no nevoeiro.

Talvez agora chegasse a hora da grande escuridão.

Talvez mais tarde, muito mais tarde, surgisse o novo movimento - com novas bandeiras, um novo espírito que soubesse das duas coisas: da fatalidade econômica e do "sentimento oceânico". Talvez os membros do novo partido usassem capuzes de monge, e pregassem que só a pureza dos meios pode justificar os fins. Talvez ensinem que esteja errado o princípio de que um homem é o quociente de um milhão dividido por um milhão, e introduzam uma nova espécie de aritmética baseada na multiplicação; ao juntar-se um milhão de indivíduos ter-se-á uma nova entidade que não mais formará uma massa amorfa, mas criará uma consciência e uma individualidade próprias, com um "sentimento oceânico" multiplicado por um milhão, num espaço ilimitado e, entretanto, autônomo.

Rubachov estacou, à escuta. O som abafado de um rufo de tambor descia o corredor.



#### TEXTO IV - ESFORÇO NO SENTIDO DE DISTINGUIR SOCIALISMO DE COMUNISMO

Grande esforço vem sendo desenvolvido, na Europa, com vistas à imprescindível distinção entre socialismo e comunismo. O socialismo acha-se inquestionavelmente ligado ao processo de consolidação do sistema democrático-representativo ocidental, enquanto o comunismo provém da tradição despótica oriental. Ao objetivo de precisar aquela distinção acham-se dedicadas as publicações adiante resumidas.

O livro de François Furet (1927-1997) *Le Passé d'une Illusion. Essai sur l'Idée Communiste au XX Siècle* (Paris, 1995) enfrenta uma questão deveras crucial para a reavaliação do comportamento político dos intelectuais do Ocidente, neste século. Como se explica que um regime bárbaro como o soviético tenha conseguido enganar a opinião pública ocidental e atrair gerações sucessivas de jovens idealistas? A revolução russa logo se transformou numa ditadura sanguinária. Os oponentes que passaram a ser mandados para os campos de concentração - ou simplesmente fuzilados - não mais provinham de camadas sociais de alguma forma ligadas ao regime czarista. Eram gente do povo, saída em geral das próprias hostes revolucionárias. O despotismo oriental estava sendo levado ao paroxismo. A barbárie ali instalada ultrapassava de muito os tempos do absolutismo.

Inferre-se da análise de Furet que a explicação tanto pode ser psicológica, histórica ou mesmo de índole moral. O certo é que, ao perceber que se tratava de uma grande mentira, apenas uma pequena minoria, entre os intelectuais que haviam optado pela militância comunista, dispõe-se a combatê-lo.

Além dos casos conhecidos, a exemplo de Silone ou Koestler, Furet invoca nomes de que quase não se havia ouvido falar ou que foram simplesmente esquecidos. É interessante registrar aqui algumas dessas reações, como as de Pierre Pascal, Boris Souvarine ou Lukacs. Sendo de nacionalidade francesa, Pascal viveu a experiência da Terceira Internacional, em Moscou, e deixou um diário onde registrou o processo segundo o qual o regime assumia, crescentemente, caráter policialesco e o cinismo institucionalizava a mentira, sem o menor pudor (editado em Paris, entre 1977 e 1982, em quatro volumes, sob o título geral de *Mon Journal de Russie*). Pascal voltou à França em 1933, dedicando-se ao magistério e fazendo silêncio absoluto sobre o regime soviético. A ruptura de Souvarine é, como diz Furet, uma "ruptura de combate", mas sonha com um "comunismo não conformista". Finalmente, o caso de Lukacs é ainda mais estranho, desde que suportou estoicamente as sucessivas humilhações a que foi submetido, nunca levando ao plano prático (existencial) o rompimento com o leninismo que é patente em sua obra teórica.

Trata-se certamente de um fenômeno de índole religiosa (psicológica, a bem dizer). A esse propósito escreve Furet: "Os intelectuais ... vivem a revolução comunista como uma escolha pura, ou ainda, se se prefere, uma crença separada de sua experiência social, sob a forma de ascese religiosa. É entre eles que o prazer masoquista, de perder-se ao serviço de uma causa, encontra a sua expressão mais completa" (p. 144).

Ainda que a componente religiosa na opção comunista seja inquestionável, a explicação psicológica, a rigor, só atende a circunstâncias particulares. Na França (como no

Brasil), os intelectuais aderiram em massa ao comunismo, naturalmente estimulados por personalidades de grande renome como Romain Roland, Roger Martin du Gard, etc. Furet atribui grande importância ao antifascismo como elemento diversionista da percepção do verdadeiro significado dos grandes processos de Moscou contra personalidades de renome no comunismo internacional. O fato de que representavam atestado cabal da vigência do totalitarismo e da ditadura pessoal de Stalin foi obscurecido. Mesmo o Pacto entre Stalin e Hitler, a partilha da Polônia, etc. acabaram esquecidos graças ao rumo seguido pela Segunda Guerra. É preciso não esquecer que a França sofreu a suprema humilhação da derrota militar pelos nazistas alemães e a ocupação de Paris. A participação dos comunistas na Resistência os teria redimido.

O grave é a questão moral que anima toda a História do Ocidente, o ideal de fraternidade que o socialismo tão bem soube encarnar, naturalmente ocupando o vazio deixado pelo declínio da Igreja Católica. Levando em conta que o comunismo não passou na prova da História (a que apelou de forma sistemática), que o capitalismo tornou-se o futuro do socialismo, eis-nos condenados, escreve Furet na conclusão, "a viver no mundo em que vivemos. É uma condição muito austera e muito contrária ao espírito das sociedades modernas para que possa durar" (p. 572.). Do que precede, parece essencial não confundir ideais humanitários com utopias inalcançáveis, aceitando a tarefa modesta de contribuir para o aprimoramento diuturno da nossa convivência social.

François Furet é um dos mais festejados historiadores franceses contemporâneos, sendo autor da melhor sucedida história da Revolução Francesa.

Os liberais franceses, por sua vez, têm discutido como enfrentar a questão do esquecimento dos crimes cometidos pelos comunistas na sua passagem pelo poder na Rússia, no Leste Europeu, em países africanos e asiáticos, bem como em Cuba.

E certo que na Europa Ocidental os sociais democratas conseguiram diferenciar-se integralmente dos comunistas, havendo mesmo a circunstância de que certos grupos socialistas (os alemães, por exemplo) se hajam tornado vítimas preferenciais dos ataques soviéticos. Contudo, há uma certa linha de sombra. Fala-se em "socialismo real" quando se faz referência ao fim da experiência soviética. Na linguagem comum, não são muito nítidas as diferenças entre comunistas e socialistas. Mesmo os ex-comunistas, em sua conversão ao Estado Liberal de Direito, nunca se referem à fase anterior como "comunista", no intuito de diferenciá-la integralmente do novo período.

De certa forma resumindo o debate em curso na França, na revista *Commentaire* (nº 80, inverno 97/98), Alain Besançon procura averiguar as razões pelas quais não se tem conseguido evidenciar, para segmentos mais amplos da opinião pública, a profunda identidade entre nazismo e comunismo, como expressões de totalitarismo. Na pesquisa que teve oportunidade de realizar, para bem definir os traços marcantes do totalitarismo, baseada em documentos soviéticos e alemães, Hannah Arendt mostrou como os dois regimens elaboraram procedimentos idênticos a fim de transformar o povo em massa amorfa, como forma de assegurar-se a perpetuação no poder, mecanismo a que Fidel Castro continua recorrendo. Essa contribuição fundamental continua solenemente ignorada mesmo nos manuais escolares, observa Besançon. A praxe consiste na distinção entre socialismo (que seria o regime soviético e afins), democracias burguesas (liberais e social-democratas) e fascismo (compreendendo o nazismo, o fascismo italiano bem como os regimes autoritários que vigoraram em países como Portugal e Espanha). Para não falar na simplificação de enfiar num



mesmo saco, como direita, aos liberais e aos nazistas (que seriam, neste caso, *extrema-direita*), e esquerda (misturando socialistas e comunistas, estes merecendo quando muito a designação de *extrema-esquerda*).

Esquemáticamente, são as seguintes indicações de Besançon quanto à dificuldade de evidenciar os crimes do comunismo, que correm o risco de acabar esquecidos: 1) o nazismo tornou-se mais conhecido, nesse particular, até mesmo por causa do holocausto, cuja memória os judeus se empenham em manter viva; 2) a mencionada popularidade das noções de direita e esquerda; 3) o fato de que a União Soviética, na última guerra, em vista de não ter conseguido manter o pacto russo-alemão, haja terminado por formar no campo democrático constituído a fim de combater o nazismo; 4) o inquestionável sucesso dos comunistas em haver conseguido popularizar a sua própria classificação dos regimes políticos, referida precedentemente; e, finalmente, 5) a fraqueza e o fracionamento dos grupos que seriam capazes de impedir o esquecimento dos crimes do comunismo.

Parece inquestionável a existência de uma má consciência em denunciar com veemência a tragédia que representou para a humanidade a experiência soviética. Talvez isto se deva a uma certa confusão que ainda estabelecemos entre comunismo e socialismo. O comunismo soviético mostrou ser uma simples virtualidade do patrimonialismo. A obra de Wittfogel comprova que o sistema concebido por Lenin estava mais próximo do czarismo que de qualquer outra coisa (o seu livro foi denominado de *O Despotismo Oriental*). A Rússia é justamente uma das pátrias do Estado Patrimonial. Enquanto o socialismo se insere na melhor tradição ocidental, aquilo que poderíamos denominar de "humanismo cristão". Todo o esforço da atual liderança da social-democracia europeia está voltado para alcançar o reencontro com o caráter moral do socialismo em seus primórdios. O reconhecimento dessa dimensão moral, baseada na valorização da pessoa humana, corresponde à base para distingui-lo de regime que atuou com sinal contrário, promovendo o mais completo aviltamento do homem. Para não falar da magnitude dos crimes cometidos pelos comunistas, que chegam mesmo a minimizar o que fizeram os nazistas; razão pela qual são referido adiante.

Tornou-se *best seller*, na França, *O Livro Negro do Comunismo, Crimes, Terror, Repressão*, organizado por Stefane Courtois, bem como a biografia de Lenin da autoria de Dmitri Volkogonov. Oficial general do Exército Soviético, membro da Academia Militar, encarregado de escrever a biografia de Stalin, foi afastado do Exército, em 1985, por terem sido considerados inaceitáveis os seus pontos de vista, o que dá bem uma idéia da espécie de liberalização existente na era Gorbachov. Volkogonov foi readmitido em junho de 1991 e nomeado diretor do Instituto de História Militar. Sua biografia de Lenin surpreende pela objetividade e amplitude da base documental compulsada.

Justamente neste último aspecto encontra-se a novidade da nova safra de estudos sobre o totalitarismo comunista. Parte significativa dos arquivos da KGB vem sendo liberada para consulta. Ainda que muitos fatos tivessem acabado por chegar ao Ocidente, o tipo de revelação ora divulgado não deixa de estarrecer, podendo-se evidenciá-lo a partir de poucos exemplos.

Courtois torna patente a mudança de escala ocorrida, sob o regime comunista, no tocante à repressão. Assim, apenas no mês de novembro de 1918, foram fuziladas 15 mil pessoas. Pois bem. Entre 1825 e 1917 (ao longo de 92 anos, portanto), os tribunais políticos do czar (inclusive as cortes marciais que funcionaram durante as guerras) condenaram 6.321

pessoas, sendo que, nesse conjunto, as condenações à morte totalizaram 1.310.

No livro organizado por Courtois há um documento impressionante firmado por Béria (o feroz chefe de polícia de Stalin) mandando constituir um "tribunal" para proceder ao "julgamento" de 14.736 oficiais e soldados poloneses, presos durante a invasão russa daquele país, e ainda de 11 mil bielo-russos e ucranianos, considerados contra-revolucionários, entre os quais antigos proprietários de terra (na verdade podia consistir simplesmente em beneficiários da reforma agrária decretada logo depois da tomada do poder pelos comunistas, em 1917). O documento indica o nome daqueles que integrarão o "tribunal", a forma pela qual a polícia política (então ainda não se chamava KGB, mas NKVD) deverá formular as peças acusatórias e a sentença a ser promulgada. A ordem é para proceder ao fuzilamento de todos. O documento está datado de 5 de março de 1940, envolvendo cerca de 36 mil pessoas.

Se aos crimes cometidos na Rússia e satélites europeus forem acrescidos aqueles praticados na China e na antiga Indochina, o terror comunista terá eliminado maior número de pessoas que todas as mortes ocorridas nas duas guerras mundiais. Assim considerada a sua magnitude ultrapassa de muito os crimes praticados pelo totalitarismo nazista.

O socialismo não pode ser responsabilizado pelo totalitarismo comunista, mais afeiçoado ao patrimonialismo. O czarismo era certamente um Estado Patrimonial, de modo que os comunistas simplesmente exacerbaram o seu lado sanguinário. O socialismo é um dos desdobramentos do humanismo ocidental. A determinação de "não explorarás o trabalho alheio" tanto poderia figurar entre os Dez Mandamentos como representar um desdobramento da magistral síntese kantiana, do ideal de pessoa humana ali contido, ao dizer que o homem é um fim em si mesmo e não deve ser usado como meio. Enquanto que o comunismo é uma variante do despotismo oriental, tão bem estudado por Wittfogel. Por tudo isto, não há razão para má consciência na condenação dos crimes do comunismo, o que se torna imprescindível na medida em que sobrevivem herdeiros.